

IESVAP
PARNAÍBA • PI

Afya



ANAIS

IV JORNADA INTERNACIONAL DE PESQUISA E EXTENSÃO

**CONEXÕES QUE TRANSFORMAM:
PESQUISA, EXTENSÃO E
SUSTENTABILIDADE.**





ANAIIS

IV JORNADA INTERNACIONAL DE PESQUISA E EXTENSÃO

**CONEXÕES QUE
TRANSFORMAM:
PESQUISA, EXTENSÃO
E SUSTENTABILIDADE.**

02 E 3/06 DE 2025

LOCAL: FAHESP/IESVAP



IESVAP
PARNAÍBA • PI

Afya



ANAIS

ANAIS DA IV JORNADA INTERNACIONAL DE PESQUISA E EXTENSÃO

Thiago de Souza Lopes Araújo
(org)

REVISTA INOVALE

ISSN:2675-6579

PARNAÍBA –PI

2025



Sumário

IMPLANTAÇÃO DE SALA DE VACINA COMO ESTRATÉGIA PARA FORTALECER A FORMAÇÃO MÉDICA: PARCERIA PARA CAPACITAÇÃO EM IMUNOBIOLOGICOS ESPECIAIS.....	12
O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA E AS CONDIÇÕES CARCERÁRIAS NA CIDADE DE PARNAÍBA.....	14
JANELAS DA INCLUSÃO: GRUPO 2	15
INTERVENÇÃO EDUCATIVA SOBRE ALEITAMENTO MATERNO NA UBS: PROMOÇÃO DA SAÚDE MATERNO- INFANTIL.....	16
CONSULTÓRIO DO CUIDADO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE REVITALIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EM UBS NA CIDADE DE PARNAÍBA – PI	17
AVALIAÇÃO DA PREVALÊNCIA DOS TRANSTORNOS MENTAIS EM ESTUDANTES DE MEDICINA NO BRASIL: UM ESTUDO ECOLÓGICO.....	18
JANELAS DA INCLUSÃO: GRUPO 4.....	19
TOXOPLASMOSE EM GESTANTES DE PARNAÍBA: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA E IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE CONGÊNITA	20
A UTILIZAÇÃO DE INIBIDOR DE SGLT2 NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA CARDÍACA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	21
JANELAS DA INCLUSÃO	22
CONEXÃO FEMININA: HISTÓRIAS QUE CURAM E VIVÊNCIAS QUE ENSINAM.....	23
A RESSOCIALIZAÇÃO DOS EGRESSOS CONFORME A LEP E A PERSPECTIVA DA REDUÇÃO DE DANOS	24
EVOLUÇÃO DO RASTREAMENTO DO CÂNCER DE COLO UTERINO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	25
EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA IDOSOS: FORTALECENDO A ADEÇÃO AO TRATAMENTO DE HIPERTENSÃO E DIABETES MELLITUS NO LITORAL PIAUIENSE	26
RODA DO BEM NASCER: INFORMAR PARA HUMANIZAR, GERMINANDO CONSCIÊNCIA E FLORESCENDO PARTOS.....	27
PROMOVER, ACOLHER E AMAMENTAR: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA NA ATENÇÃO À SAÚDE MATERNO-INFANTIL	28
PROJETO DE EXTENSÃO JANELAS DA INCLUSÃO – GRUPO 6.....	29
AMOR QUE CIRCULA	30



A IMPORTÂNCIA DA CRIMINALIZAÇÃO DO STALKING DIGITAL PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE LIBERDADE E PRIVACIDADE DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	31
MECANISMOS FISIOPATOLÓGICOS, DIAGNÓSTICO E ABORDAGENS TERAPÊUTICAS DOS DISTÚRBIOS DO SONO NA DOENÇA DE HUNTINGTON: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	32
ALQUIMIA DO BEM-ESTAR: MISTURANDO CORPO, MENTE E EMOÇÕES DE MULHERES NA CASA DE ACOLHIMENTO FEMININO E COMUNIDADE TERAPÊUTICA EM PARNAIBA – PI.....	33
VER MAIS: POMOVEDO UM OLHAR ATENTO PARA O FUTURO	34
SAÚDE DO HOMEM E IMUNIZAÇÃO: CAMINHOS PARA REABILITAÇÃO INTEGRAL	35
MOVIMENTO QUE CUIDA: EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO NA UBS PINDORAMA	36
LEVANTAMENTO FARMACOLÓGICO PARA ALTERAÇÕES DERMATOLÓGICAS.....	37
A PROTEÇÃO DO DIREITO DO CONSUMIDOR NO COMERCIO ELETRÔNICO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	38
TRATAMENTO DA DOR NEUROPÁTICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA... ..	40
HERÓIS DA INFÂNCIA: O PAPEL DA SAÚDE NA PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL INFANTIL COMO AÇÃO INTERSETORIAL	41
OS DESAFIOS E OS INSTRUMENTOS JURÍDICOS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS PÚBLICAS NA CIDADE DE PARNAÍBA E REGIÕES CIRCUNVIZINHAS	42
PROMOÇÃO DA SAÚDE RENAL PARA PACIENTES DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	43
ORIENTAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PRÉ-NATAL NA UBS BRODERVILLE: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	44
PROJETO VITALIS: METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE HIPERTENSÃO E DIABETES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA AO IDOSO	45
CLASSIFICAÇÃO DE PRIORIDADES NO ATENDIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NA UBS SANTA TERESINHA (MOD-31).....	46
AMPLIAÇÃO DA ELUCIDAÇÃO ACERCA DAS DOENÇAS INFLAMATÓRIAS INTESTINAIS POR MEIO DA ATUALIZAÇÃO DAS SUAS ABORDAGENS TERAPÊUTICAS.....	47



Te cuida, HOMI!.....	48
ENVELHECENDO COM SABEDORIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE SAÚDE MENTAL NA TERCEIRA IDADE.....	49
SOLDADINHOS CONTRA A DENGUE: EDUCAÇÃO LÚDICA PARA A PREVENÇÃO E COMBATE À DENGUE	50
VÍCIO DE CONSENTIMENTO EM CARTÕES DE CRÉDITO RMC E RCC POR IDOSOS ANALFABETOS HIPERVULNERÁVEIS	51
UM GESTO, MUITAS VIDAS.....	52
ASSIMETRIAS CRANIANAS POSTURAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA	53
USO INADEQUADO DE BENZODIAZEPÍNICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE RISCOS DE DEPENDÊNCIA E EFEITOS ADVERSOS	54
IMPLANTAÇÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO NA CLÍNICA-ESCOLA AFYA: INOVAÇÃO NA GESTÃO DO CUIDADO E NA FORMAÇÃO MÉDICA INTEGRADA.....	55
AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOCIAL EM DECORRÊNCIA DO DIAGNÓSTICO TARDIO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM ADULTOS.....	56
REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO NO BRASIL: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PÓS-REFORMA TRABALHISTA	57
PEQUENOS SINTOMAS, GRANDES CUIDADOS: CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE MÃO-PÉ-BOCA	58
II MULTIRÃO DO AUTISMO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM AÇÃO EXTENSIONISTA NA SUBECEÇÃO DA OAB DE PARNAÍBA/PI	59
JUIZ DAS GARANTIAS: IMPACTOS NO PROCESSO PENAL E NA PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL	60
MARCADORES BIOLÓGICOS APLICADOS ÀS SÍNDROMES DEMENCIAIS: PERSPECTIVAS PARA O DIAGNÓSTICO PRECOCE E DIFERENCIAL : UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	61
COMUNICAR PARA PREVENIR: RASTREIO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL NA COMUNIDADE SURDA	62
JANELAS DA INCLUSÃO: GRUPO 3.	63
EFEITOS DO EXERCÍCIO FÍSICO NA VIA DA QUINURENINA QUANTO À MODULAÇÃO DA DEPRESSÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	64
MANIFESTAÇÕES PSÍQUICAS DECORRENTE DE ALTERAÇÕES HORMONAIS EM HOMENS	65



A PROTEÇÃO DE DADOS NA ERA DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE CLIENTES DO BPC LOAS EM PARNAÍBA.	66
PURIFICANDO VIDAS: EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E TECNOLOGIAS SIMPLES PARA O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL NA COMUNIDADE LAGOA DO PRADO.....	67
LETRAMENTO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA PARA A ADEÇÃO TERAPÊUTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA UBS NO LITORAL DO PIAUÍ	68
FORMAÇÃO MÉDICA EM AÇÃO: EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICOS NA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA INFANTIL POR MEIO DE UMA OFICINA SOBRE OVACE COM EDUCADORES DA REDE PÚBLICA.....	69
PROJETO CRESCENDO PARA A LUZ, INTEGRANDO PICS NO COMBATE À ANSIEDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	70
ASPECTOS JURÍDICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO EM CIRURGIAS PLÁSTICAS ESTÉTICAS: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA	71
VER MAIS: POMOVEDO UM OLHAR ATENTO PARA O FUTURO	72
RELATO DE CASOS SOBRE A MALFORMAÇÃO CONGÊNITA DAS VIAS AÉREAS PULMONARES	73
A RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS NA PUBLICIDADE DE JOGOS DE AZAR NO BRASIL: UMA ABORDAGEM JURÍDICO-NORMATIVA.....	74
EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA PARA COMPREENSÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA UBS SANTA TERESINHA	75
PRESSÃO SOB CONTROLE: AÇÃO PELO DIA MUNDIAL DA HIPERTENSÃO NA UBS BRODEVILLE EM PARNAÍBA - PI: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA...	76
BRILHA MULHER: RESGATANDO A AUTOESTIMA ATRAVÉS DO AUTOCUIDADO E FORTALECENDO A AUTOVALORIZAÇÃO FEMININA NA CASA DAS SAMARITANAS EM PARNAIBA-PI	77
REMIÇÃO DE PENA: UM DIREITO QUE GARANTE MUITAS POSSIBILIDADES	79
PROJETO CAMINHOS SUSTENTÁVEIS E A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL	83
CONSTRUINDO CIDADANIA: DIREITO NAS ESCOLAS – CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR.....	88



ATENÇÃO INTEGRAL A USUÁRIA COM TRANSTORNO DEPRESSIVO MAIOR EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	93
CONHECER PARA SE PROTEGER: INTERVENÇÃO EDUCATIVA SOBRE O HPV EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PARNAÍBA-PI.....	100
PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR COMO ESTRATÉGIA INTERDISCIPLINAR NO CUIDADO DE UM PACIENTE COM TRANSTORNO DEPRESSIVO GRAVE E VULNERABILIDADE SOCIAL	106
A SÍNDROME METABÓLICA SOB O OLHAR DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	111
QUEBRANDO BARREIRAS: UM OLHAR COMUNITÁRIO SOBRE A BAIXA ADESAO DE EXAMES PREVENTIVOS POR MULHERES NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	116
PROJETO DE EXTENSÃO: “RESGATANDO AUTOESTIMA E CRIANDO OPORTUNIDADES”	124
A IMPORTÂNCIA DE BONS HÁBITOS PARA MANUTENÇÃO DE NÍVEIS PRESSÓRICOS E GLICÊMICOS	133
Relato de Experiência: promoção da saúde de uma idosa diabética e hipertensa	138
CORPO EM JOGO: RELATO DE UMA AÇÃO EDUCATIVA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE E USO CONSCIENTE DE TELAS	142
CUIDADO QUE ACOLHE: VIVÊNCIA ACADÊMICA NA ATENÇÃO À GESTANTE VULNERÁVEL PELA ESF	149
PROJETO ENVELHERSER: VITALIDADE E SABEDORIA EM CADA FASE DA VIDA E A GRATUIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO PARA IDOSOS.....	154
CONSTRUINDO CIDADANIA: DIREITO NAS ESCOLAS E O DESAFIO DA PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA ONLINE NA ERA DIGITAL	159
“ALÉM DO NOVEMBRO AZUL”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A ABORDAGEM DA SAÚDE DO HOMEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA.....	164
SAÚDE MENTAL NA TERCEIRA IDADE: CUIDANDO DA MENTE E VALORIZANDO A HISTÓRIA	170
EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO UTERINO E VACINAÇÃO CONTRA HPV: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESCOLA PÚBLICA.....	177
DEFENSORES DA IMUNIDADE: CORRIDA PELA SAÚDE EM VACINÓPOLIS	182
PROJETO CAMINHOS SUSTENTÁVEIS E A REUTILIZAÇÃO DE MATERIAIS	189
PROJETO ENVELHERSER: VITALIDADE E SABEDORIA EM CADA FASE DA VIDA E A PROMOÇÃO DE UM ENVELHECIMENTO DIGNO.....	194



TOQUE DE VIDA: UMA FORMA LÚDICA DE CONTRIBUIR COM O DESEMPENHO SOCIOCOGNITIVO DE IDOSOS	199
PROJETO ENVELHESER: VITALIDADE E SABEDORIA EM 2CADA FASE DA VIDA E O DIREITO AO LAZER.....	205
PROJETO DE EXTENSÃO VI – SUPERAÇÃO.....	210
VIVÊNCIAS ACADÊMICAS NA ELABORAÇÃO DO PLANO TERAPÊUTICO SINGULAR PARA PACIENTE COM MÚLTIPLAS COMORBIDADES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA.....	215
PLANO TERAPÊUTICO SINGULAR DE UM PACIENTE COM PRÉ-DIABETES EM UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO PIAUÍ.....	221
PLANO TERAPÊUTICO SINGULAR: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR NO CUIDADO DOMICILIAR DE UMA PACIENTE HIPERTENSA E PRÉ-DIABÉTICA EM PARNAÍBA – PI	225
CUIDADO INTEGRAL E HUMANIZADO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR PARA IDOSA COM MÚLTIPLAS COMORBIDADES	231
AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA E CURVAS DE CRESCIMENTO EM CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ATENÇÃO BÁSICA	236
PROJETO INTEGRADOR IV - LIBRAS DA JUSTIÇA.....	242
FORTALECENDO O VÍNCULO DA UBS COM A COMUNIDADE NA PREVENÇÃO AO HPV.....	249
JOVEM SEM HIV: EDUCAÇÃO E ACESSO AO PrEP E PEP	254
CUIDADO CENTRADO NA PESSOA IDOSA COM BAIXA ESCOLARIDADE: EXPERIÊNCIA NA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR.....	260
DESAFIOS ENFRENTADOS POR ESTUDANTES DE MEDICINA DO SEXO MASCULINO NA PRÁTICA DO EXAME GINECOLÓGICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	266
PROJETO ENVELHESER: VITALIDADE E SABEDORIA EM CADA FASE DA VIDA, EDUCAÇÃO JURÍDICA, PREVENÇÃO DE GOLPES E A VALORIZAÇÃO DA PESSOA IDOSA EM AÇÕES DE CONVIVÊNCIA.....	270
CONSTRUINDO CIDADANIA: DIREITO NAS ESCOLAS	275
PROJETO DE EXTENSÃO V – “ENTRE LINHAS E LEIS”.....	280
PROJETO CONSTRUINDO CIDADANIA: DIREITO NAS ESCOLAS E A QUESTÃO DO BULLYING.....	284



PROJETO ENVELHESER: VITALIDADE E SABEDORIA EM CADA FASE DA VIDA	289
PROJETO SUPERAÇÃO: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	293
ATENÇÃO PRIMÁRIA E CUIDADO CENTRADO NA PESSOA: VIVÊNCIA ACADÊMICA NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR	297
CONSTRUINDO CIDADANIA: DIREITO NAS ESCOLAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMUNIDADE	301
OBESIDADE INFANTIL NA ERA DIGITAL: O IMPACTO DO USO DE TELAS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO	306
LIBRAS DA JUSTIÇA	313
PROJETO INTEGRADOR VI – I TREINÃO BENEFICENTE SUPERAÇÃO RUN	316
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UMA INTERVENÇÃO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	320
SAÚDE OCULAR NAS ESCOLAS EM PARNAÍBA-PI: TRIAGEM E PREVENÇÃO	326
LIBRAS NA JUSTIÇA	331
RESUMO.....	332
PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR: A IMPORTÂNCIA DA VISITA DOMICILIAR NA PROMOÇÃO DE SAÚDE NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA.....	337
OVÁRIOS POLICÍSTICOS OU SÍNDROME DOS OVÁRIOS POLICÍSTICOS? UMA ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA.....	343
A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR PARA UMA IDOSA COM DIABETES MELLITUS TIPO 2 E HIPERTENSÃO ARTERIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	348
ASSISTÊNCIA PRESTADA A UM PACIENTE IDOSO COM DIABETES E OUTRAS CONDIÇÕES CRÔNICAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA.	354
PROJETO CAMINHOS SUSTENTÁVEIS E A SUSTENTABILIDADE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	360
ENVELHE-SER: SAÚDE E BEM-ESTAR COM A PESSOA IDOSA	365
PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR COMO ASSISTÊNCIA MULTIDISCIPLINAR EM UMA PACIENTE COM HIPERTENSÃO ARTERIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	369



PROJETO ENVELHESER: CUIDADO E INFORMAÇÃO PARA PREVENIR GOLPES FINANCEIROS NA MELHOR IDADE	374
SAÚDE MENTAL COMO CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO DA PERSPECTIVA DE FUTURO DE MULHERES EM VULNERABILIDADE SOCIAL NA CASA DAS SAMARITANAS NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI	380
SINALIZANDO VIDAS: A SAÚDE EM SUAS MÃOS	386





RESUMOS SIMPLES



IMPLANTAÇÃO DE SALA DE VACINA COMO ESTRATÉGIA PARA FORTALECER A FORMAÇÃO MÉDICA: PARCERIA PARA CAPACITAÇÃO EM IMUNOBIOLOGICOS ESPECIAIS

Cyntya Halynne Ferreira da Ponte¹; Adonias Francisco de Moura Neto¹; Anna Beatriz Fortes de Cerqueira¹; Bianca Gabrielle Ribeiro Custódio¹; Brenda de Moura Meneses¹; Fábio Costa Silva Filho¹; Jéssica Fernanda Mateus Noronha¹; Letícia Vitória de Souza Rodrigues¹; Louise Teixeira Feitosa Barroso Soares¹; Luana Kaira Lopes do Bonfim¹; Maria Clara Mapurunga Guimarães¹; Maria Clara de Sousa Morais¹; Maria Heloise Rosendo Sampaio¹; Monalyza Pontes Carneiro¹; Myrella Evelyn Nunes Turbano¹; Raquel de Sousa Lima¹; Robertha Hallana Rodrigues Farias¹; Thaline e Silva Carvalho Dias¹; Vanderson da Silva Brito¹; Vanessa Cristina de Castro Aragão Oliveira².

¹ Discente do Curso de Medicina da IESVAP

² Docente do Curso de Medicina da IESVAP

INTRODUÇÃO: A imunização é reconhecida como uma das estratégias mais eficazes e custo-efetivas de saúde pública. Entretanto, observa-se uma lacuna significativa na formação médica no que diz respeito ao manejo prático de vacinas e imunobiológicos especiais. Muitos estudantes concluem o curso sem experiências reais em prescrição, conservação, cálculo e administração desses insumos, o que compromete tanto a segurança do paciente quanto a capacidade de resposta dos futuros médicos às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS). Diante da queda nas coberturas vacinais e da reemergência de doenças imunopreveníveis, torna-se imperativa a adoção de estratégias formativas que promovam a integração entre teoria e prática, fortalecendo competências clínicas, técnicas e éticas desde a graduação. A implantação de uma Sala de Vacina Didática representa uma resposta concreta a essa demanda, oferecendo aos discentes experiências práticas alinhadas às diretrizes curriculares nacionais, às normas técnicas do Ministério da Saúde e aos princípios da integração ensino-serviço-comunidade. **OBJETIVO:** Implantar uma sala de vacinação didático em uma Faculdade de Medicina privada no norte do Piauí, com estrutura de Rede de Frio, para o ensino prático de imunizações especiais e soros conforme as normas técnicas do SUS e da ANVISA. **METODOLOGIA:** O projeto será implementado em três fases. A Fase 1 contempla o planejamento e as parcerias institucionais, incluindo articulações com a coordenação do curso de Medicina, Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, além da elaboração do protocolo técnico-pedagógico e aquisição dos equipamentos necessários. A Fase 2 refere-se à implantação da sala de vacina, respeitando as normas da ANVISA e capacitando tanto os docentes quanto os profissionais de saúde que atuarão como supervisores. A Fase 3 envolve a execução das ações formativas e assistenciais, com rodas de aprendizagem, práticas supervisionadas de vacinação e monitoramento dos dados vacinais por meio de prontuário eletrônico. **RESULTADOS ESPERADOS:** Espera-se o fortalecimento da formação médica prática em imunizações de referências especiais, a melhoria na segurança do paciente, a ampliação do vínculo entre academia e serviço de saúde local, além do incremento das coberturas vacinais na comunidade atendida. A proposta também busca consolidar um modelo replicável de integração ensino-serviço que valorize a formação ética e tecnicamente qualificada.

Palavras-chave: Imunização. Educação Médica. Serviços de Saúde Escolar.



O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA E AS CONDIÇÕES CARCERÁRIAS NA CIDADE DE PARNAÍBA

Bruna Karol Pereira da Costa¹; Ricardo do Nascimento Silva Junior¹; Geilson Silva Pereira²

¹ Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP - Parnaíba-PI

¹ Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP - Parnaíba-PI

² Docente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP - Parnaíba-PI

14

INTRODUÇÃO: O presente trabalho aborda o princípio da dignidade humana no contexto das condições carcerárias da cidade de Parnaíba, no Piauí. A dignidade humana é um princípio essencial presente na legislação brasileira, sendo um dos pilares dos direitos humanos. No entanto, as condições prisionais frequentemente contradizem esse princípio, expondo os detentos a situações desumanas e degradantes. Em Parnaíba, como em diversas outras cidades de porte médio no Brasil, a superlotação, o acesso limitado a cuidados de saúde, alimentação inadequada e a ausência de programas efetivos de reintegração social são problemas recorrentes.

OBJETIVO: O estudo propõe-se a investigar e compreender como essas violações impactam não apenas os direitos individuais, mas também a segurança pública e a eficácia da ressocialização.

METODOLOGIA: A pesquisa foi desenvolvida com abordagem qualitativa e fundamentação teórico-documental. Utilizou-se análise crítica de normas jurídicas, relatórios institucionais e bibliografia especializada, articulando os métodos dedutivo e indutivo para uma leitura aprofundada do problema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: As evidências apontam para a superlotação, falta de infraestrutura adequada, ausência de assistência básica e a escassez de projetos educativos e profissionais nas unidades prisionais. Tais condições não apenas ferem o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, como também dificultam a ressocialização e reforçam ciclos de marginalização. A situação é agravada pela invisibilidade de grupos vulneráveis, como mulheres privadas de liberdade. O estudo destaca ainda a importância de iniciativas como o Projeto Reconstruir, que representam caminhos viáveis para a reinserção social.

CONCLUSÃO: Assim, é possível evidenciar que as condições carcerárias na cidade de Parnaíba, Piauí, são marcadas por violações ao princípio da dignidade humana, especialmente devido à superlotação, falta de acesso a serviços básicos e ausência de políticas efetivas de reintegração social. A realidade prisional da cidade reflete um contexto mais amplo presente em diversas regiões do Brasil, onde o sistema carcerário, ao invés de promover a ressocialização, acaba por intensificar a marginalização dos apenados.

Palavras-chave: Dignidade humana. Condições carcerárias. Parnaíba. Ressocialização.

**JANELAS DA INCLUSÃO: GRUPO 2**

Ana Luiza Barros Sidônio¹; Bianca Santos da Costa¹; Camila Aquino de Araujo¹; Francisco das Chagas do Nascimento Souza¹; Jessé de Brito Silva¹; Josenaira Ferreira Costa da Frota¹; Lázaro José Santana de Oliveira¹; Letícia Maria Gomes Araújo¹; Tatiana Mendes Caldas Castelo Branco²;

15

1 Discente do Curso de Direito da Faculdade IESVAP - Parnaíba/PI

2 Docente do Curso de Direito da Faculdade IESVAP - Parnaíba/PI

INTRODUÇÃO: Cuidar de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige esforço físico, mental e emocional constante das mães, que frequentemente negligenciam o autocuidado. Diante disso, estudantes do curso de Direito da IESVAP realizaram a ação “Cuidar de Quem Cuida”, vinculada ao projeto “Janelas da Inclusão”, com o propósito de apoiar essas mães, promovendo bem-estar e valorização por meio de atividades integradas. **OBJETIVO:** Oferecer apoio psicológico, jurídico, médico e estético às mães de crianças autistas, promovendo orientação cidadã, fortalecimento emocional e incentivo ao autocuidado. **METODOLOGIA:** A ação foi planejada por meio de reuniões entre os estudantes, que definiram o público-alvo, o formato da atividade e articularam parcerias voluntárias. O evento, inicialmente previsto para a sede da AMMA, foi realocado para a Escola Municipal Professor Benedicto Jonas Correia. Foram convidados profissionais das áreas de psicologia, medicina, estética e direito. A logística foi viabilizada com doações, vaquinhas e apoio comunitário. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** O evento contou com duas palestras: uma sobre saúde mental, ministrada pela psicopedagoga Ila Lopes, e outra sobre saúde geral, com a médica Ana Clara Correia. Também foram realizados atendimentos jurídicos, psicológicos e médicos, além de aferição de pressão arterial. Procedimentos estéticos como spa facial e design de sobrancelhas foram sorteados entre as participantes. A alimentação foi garantida por meio de doações e contribuição dos membros do projeto. As tarefas foram divididas entre os discentes, que atuaram na recepção, organização, mídia e agradecimentos. As mães participantes expressaram gratidão pelo acolhimento e cuidado recebidos. **CONCLUSÃO:** A ação demonstrou o valor das iniciativas de extensão universitária no fortalecimento da dignidade humana e promoção da inclusão social. A experiência foi enriquecedora para as mães atendidas e para os estudantes envolvidos, que puderam aplicar na prática valores de cidadania, empatia e responsabilidade social. O projeto reforça a importância de redes de apoio voltadas às mães cuidadoras, incentivando novas ações com foco na inclusão.

Palavras-chave: Autismo. Mães cuidadoras. Projeto de extensão. Apoio social. Inclusão.

**INTERVENÇÃO EDUCATIVA SOBRE ALEITAMENTO MATERNO NA UBS: PROMOÇÃO
DA SAÚDE MATERNO- INFANTIL**

Andréia Gabrielli da Silva Queiroz ¹; Esther Rocha Portela ¹; Lucas Falcão Ferreira ¹; Maria Carla Cardoso de Araujo ¹; Matheus Luiz Santos de Aguiar ¹; Renata Araujo Sousa ¹; Alice Fonseca²; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val ²

16

¹ Discente do Curso de medicina da FAHESP/IESVAP

² Docente do Curso de medicina da FAHESP/IESVAP

INTRODUÇÃO: O aleitamento materno é reconhecido como uma prática fundamental para a promoção da saúde da criança e da mulher, proporcionando benefícios nutricionais, imunológicos e emocionais. A Organização Mundial da Saúde recomenda o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida e complementado até os dois anos ou mais. No entanto, muitas mães enfrentam dificuldades durante esse processo, seja por falta de informação, insegurança ou ausência de apoio. Nesse contexto, a atuação da atenção primária à saúde é essencial para oferecer suporte, orientações e acolhimento às gestantes e puérperas. **OBJETIVO:** Realizar uma intervenção educativa sobre aleitamento materno em uma Unidade Básica de Saúde, visando orientar gestantes sobre a importância da amamentação, esclarecer dúvidas e ensinar técnicas adequadas, com o propósito de prevenir intercorrências e promover uma experiência segura e positiva de amamentação. **METODOLOGIA:** A intervenção foi realizada em grupo, com gestantes atendidas na UBS. A atividade teve caráter educativo e interativo, iniciando com uma roda de conversa para levantamento de dúvidas e conhecimentos prévios. Em seguida, foram abordados os benefícios do aleitamento materno, mitos comuns, sinais de pega correta, posições adequadas para amamentar e formas de prevenção de complicações, como fissuras mamilares e ingurgitamento. Foi feita também uma demonstração prática das técnicas de amamentação e, ao final, enfatizou-se o cuidado com o engasgo, com explicação e simulação de técnicas de desengasgo em bebês. A linguagem utilizada foi simples e acessível, com incentivo à participação ativa das mulheres. **RESULTADOS ESPERADOS:** Espera-se que, a partir da intervenção, as participantes se sintam mais seguras quanto ao processo de amamentação, reconhecendo a importância do aleitamento exclusivo e prolongado. Também se espera a redução de complicações decorrentes de práticas inadequadas e o aumento da capacidade de agir em situações de engasgo, promovendo maior autonomia e preparo das mães para lidar com os desafios do período pós-parto. **CONCLUSÃO:** A intervenção educativa sobre aleitamento materno demonstrou ser uma estratégia eficaz de promoção da saúde e empoderamento das mulheres na atenção básica. Ao oferecer informações práticas e humanizadas, foi possível fortalecer o vínculo entre equipe de saúde e comunidade, contribuindo para a valorização da amamentação como ato natural, seguro e essencial ao desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Gravidez. Educação pré-natal. Aleitamento materno.

**CONSULTÓRIO DO CUIDADO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE REVITALIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EM UBS NA CIDADE DE PARNAÍBA – PI**

Amanda Fontenele de Araujo¹; Ellen Bona Cardoso Gomes¹; Lusivânia de Brito Matos¹; Valentina Diniz Machado de Sousa Santos¹; Valentine Ibiapina Val Sousa¹; Wyanara Soares Lopes¹; João Gustavo Porto Torres²; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val²; Marcos Aurélio Lima Barros Junior²

17

¹ Discente do Curso de medicina da FAHESP/IESVAP

² Docente do Curso de medicina da FAHESP/IESVAP

INTRODUÇÃO: A ambiência nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) é um fator determinante para a qualidade do atendimento e para a construção de vínculos entre profissionais e usuários. No entanto, em muitos contextos, a precariedade estrutural compromete o acolhimento e a eficácia das ações em saúde. Na UBS Módulo 30, situada na comunidade Santa Teresinha, no Bairro São Vicente de Paula, Parnaíba – PI, observou-se a necessidade de readequações no consultório médico, que apresentava falhas quanto à organização, à privacidade e à humanização. Nesse contexto, estudantes de Medicina idealizaram e executaram um projeto de intervenção voltado para a revitalização do espaço físico e criação de materiais que facilitassem a comunicação com os usuários. **OBJETIVO:** Revitalizar o consultório médico da UBS Módulo 30, promovendo melhorias físicas, organizacionais e comunicacionais que assegurem maior conforto, privacidade e acolhimento aos pacientes e melhores condições de trabalho à equipe de saúde, com ênfase na humanização do cuidado. **METODOLOGIA:** Realizou-se um estudo descritivo, do tipo de trabalho relato experiência, realizado a partir das vivências de discentes do curso de Medicina. O projeto ocorreu no contexto de uma revitalização do consultório médico da Unidade Básica de Saúde Módulo 30, visando proporcionar melhorias no ambiente físico e na qualidade de acolhimento do paciente. As atividades foram desenvolvidas por um levantamento de necessidades do ambiente e seguido por um planejamento das intervenções necessárias e execução da proposta do grupo. As etapas desse projeto foram documentadas por registros fotográficos e vídeos, os quais serviram de base para tal relato. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** Prevê-se que a revitalização do consultório médico traga melhorias significativas na ambiência da UBS, tornando o espaço mais acolhedor, seguro e funcional para pacientes e profissionais. A aplicação da película fumê visa garantir privacidade, fortalecendo o vínculo entre usuário e equipe. Além disso, os materiais educativos acessíveis buscam ampliar a compreensão do tratamento e incentivar o autocuidado. A reorganização do espaço físico e o fornecimento de materiais básicos objetivam otimizar o trabalho dos profissionais, enquanto o sistema de triagem individualizado tende a tornar o atendimento mais eficiente e humanizado. Assim, a intervenção busca qualificar o cuidado oferecido, alinhando-se aos princípios da atenção primária à saúde. **CONCLUSÃO:** O projeto “Consultório do Cuidado” evidencia o potencial das intervenções estudantis no fortalecimento da atenção básica. Com ações simples e de baixo custo, foi possível transformar o espaço físico e simbólico do atendimento, promovendo a humanização, o acolhimento e o respeito à diversidade dos usuários, em consonância com os princípios do SUS.

Palavras-chave: Humanização do cuidado. Atenção Primária à Saúde. Ambiência. Consultório médico. Acolhimento.



AValiação DA PREvalência DOS transtornos MENTAIS EM ESTUDANTES DE MEDICINA NO BRASIL: UM ESTUDO ECOLÓGICO

Isabelle Nogueira Prado Arruda¹; Jayana Bastos Leite¹; Valentine Ibiapina Val Sousa¹; João Maria Corrêa Filho²

¹ *Discente do Curso de medicina da FAHESP/IESVAP*

² *Docente do Curso de medicina da FAHESP/IESVAP*

18

INTRODUÇÃO: A saúde mental dos estudantes de medicina tem sido alvo de crescente preocupação no cenário acadêmico brasileiro. A intensa carga horária, a pressão por desempenho, o contato precoce com o sofrimento humano e a competitividade geram um ambiente propício ao desenvolvimento de transtornos mentais como depressão, ansiedade e síndrome de burnout. Diversos estudos apontam prevalências alarmantes desses distúrbios entre os discentes, comprometendo seu desempenho acadêmico, social e sua futura atuação profissional. Além disso, há evidências de que o sofrimento psíquico muitas vezes é negligenciado pelas instituições de ensino, que carecem de políticas efetivas de acolhimento e promoção da saúde mental. Diante disso, torna-se essencial mapear as condições de saúde mental dos estudantes e promover estratégias de enfrentamento e prevenção desses transtornos ainda durante a graduação médica.

OBJETIVO: Avaliar, por meio de uma revisão sistemática da literatura nacional, a prevalência dos principais transtornos mentais entre estudantes de medicina no Brasil, identificando fatores associados ao adoecimento psíquico e destacando propostas de intervenções que possam contribuir para a promoção de saúde mental e prevenção desses agravos. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão sistemática de literatura, com busca realizada em bases de dados científicas como SciELO, LILACS e PubMed. Foram incluídos artigos publicados entre 2010 e 2024, em português e inglês, que abordassem a saúde mental de estudantes de medicina no Brasil. Os descritores utilizados foram “transtornos mentais”, “estudantes de medicina” e “Brasil”. Os estudos foram selecionados conforme critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, sendo analisados quanto ao delineamento, tamanho da amostra, instrumentos utilizados para avaliação dos transtornos e principais achados. **RESULTADOS ESPERADOS:** Espera-se identificar que a prevalência de transtornos mentais, como depressão, ansiedade e burnout, é significativamente elevada entre os estudantes de medicina no Brasil, com variações regionais e institucionais. Espera-se também verificar que fatores como carga horária excessiva, ausência de suporte psicológico, estilo de vida inadequado e falta de estratégias de enfrentamento eficazes contribuem para o adoecimento psíquico. A análise dos dados coletados poderá fornecer subsídios para a implementação de políticas institucionais voltadas ao cuidado da saúde mental discente, promovendo ambientes acadêmicos mais acolhedores e estratégias de prevenção baseadas em evidências.

Palavras-chave: Transtornos mentais. Estudantes de medicina. Saúde mental. Burnout. Ansiedade.

**JANELAS DA INCLUSÃO: GRUPO 4**

Maria Eduarda Santos ¹; Leandro Rodrigues de Melo ¹; José Illan Silva ¹; Francisco José de Carvalho ¹; Rodrigo Antonio Araujo Silva ¹; Janes Cunha dos Santos ¹; Adnágner Bezerra de Carvalho ¹; Camila Nascimento dos Santos; Diego de Sousa Freitas; Tatiana Mendes Caldas Castelo Branco ²;

1 Discente do Curso de Direito da IESVAP, Parnaíba – PI.

2 Docente do Curso de Direito da IESVAP, Parnaíba – PI.

19

INTRODUÇÃO: O projeto de extensão Mães que Inspiram – Janelas da Inclusão foi criado para apoiar mães cuidadoras de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), frequentemente negligenciados no mercado de trabalho. Com base em suas dificuldades econômicas, sociais e emocionais, o projeto busca promover sua autonomia por meio do empreendedorismo e da inclusão digital. **OBJETIVO:** Capacitar essas mães para desenvolver e expandir pequenos negócios, com foco em marketing digital, finanças, vendas e uso de tecnologias, visando a independência financeira e valorização pessoal e social. **METODOLOGIA:** A metodologia do projeto foi estruturada em quatro fases interligadas: Reuniões iniciais com os EPG e a professora da IESVAP para definir a abordagem interdisciplinar do projeto, mapeamento de demandas junto ao grupo "Meu Sublime Universo", identificando os principais desafios enfrentados pelas mães atípicas, formalização da parceria com o SEBRAE local para acesso a programas de formação empreendedora, fortalecimento do Grupo "Meu Sublime Universo" na criação de uma identidade visual e presença digital para o grupo, com apoio de alunos e marketing do projeto. **RESULTADOS ESPERADOS:** Aumento da autoestima e autonomia das mães, melhoria na gestão financeira e estratégias de venda, expansão da presença digital dos negócios, formação de redes de apoio mútuo, elevação significativa da renda familiar e melhora da qualidade de vida das famílias envolvidas. **CONCLUSÃO:** O projeto evidenciou o potencial transformador da extensão universitária quando integrada às necessidades sociais reais. Apesar dos desafios logísticos e tecnológicos enfrentados, a iniciativa impactou positivamente a vida das participantes, criando caminhos para autonomia financeira, inclusão e empoderamento. A parceria entre a Faculdade IESVAP, o SEBRAE e a comunidade reforçou a importância de ações colaborativas no combate à invisibilidade social.

Palavras-chave: Empreendedorismo feminino; Transtorno do Espectro Autista (TEA); Mães atípicas; Autonomia financeira; Inclusão social;

**TOXOPLASMOSE EM GESTANTES DE PARNAÍBA: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA E
IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE CONGÊNITA**

Maria Carla Cardoso de Araújo ¹; Matheus Luiz Santos de Aguiar ¹; Valentina Diniz Machado de Sousa Santos ¹; Tereza Cristina de Carvalho Souza Garcez²

¹ Discente do Curso de medicina da FAHESP/IESVAP

² Docente do Curso de medicina da FAHESP/IESVAP

20

INTRODUÇÃO: A toxoplasmose, causada pelo protozoário *Toxoplasma gondii*, é uma infecção parasitária de alta prevalência mundial, sendo considerada um importante problema de saúde pública, especialmente durante a gestação. A infecção primária em gestantes representa risco potencial de transmissão vertical, com possibilidade de sequelas severas no concepto. No Brasil, e particularmente na Região Nordeste, fatores como saneamento básico deficiente, exposição ambiental e hábitos alimentares inadequados contribuem para a manutenção de elevadas taxas de infecção. Em Parnaíba-PI, apesar da importância clínica da toxoplasmose gestacional, há uma escassez de dados epidemiológicos locais que orientem intervenções preventivas eficazes. A ausência de informações sistematizadas compromete a identificação precoce dos casos e a adoção de medidas educativas voltadas à saúde materno-infantil. **OBJETIVO:** Analisar a prevalência da toxoplasmose gestacional no município de Parnaíba-PI, entre 2019 e 2024, descrevendo o perfil sociodemográfico das gestantes diagnosticadas, os fatores associados à infecção, como idade, escolaridade e realização do pré-natal, e contribuindo para o fortalecimento da vigilância epidemiológica local. **METODOLOGIA:** Estudo descritivo, retrospectivo e quantitativo, baseado na análise de dados secundários obtidos nos sistemas públicos e-SUS, SINAN e DATASUS. Serão incluídas todas as gestantes residentes em Parnaíba-PI diagnosticadas com toxoplasmose durante o período analisado. As variáveis investigadas compreenderão idade materna, nível de escolaridade, realização do pré-natal e o mês de início do acompanhamento gestacional, sempre que disponível. Os dados serão organizados em planilhas eletrônicas e submetidos à análise estatística descritiva no software Microsoft Excel, utilizando cálculos de frequências, médias e distribuição percentual para caracterização da população estudada. **RESULTADOS ESPERADOS:** Espera-se traçar o perfil sociodemográfico das gestantes infectadas e descrever a adesão ao pré-natal, evidenciando possíveis fragilidades no rastreamento e acompanhamento pré-natal. Pretende-se ainda identificar padrões de vulnerabilidade social que possam ser associados à maior exposição ao *Toxoplasma gondii*, oferecendo subsídios para o fortalecimento de políticas públicas e estratégias educativas locais. A pesquisa busca também alertar para a necessidade de ampliação da triagem sorológica, redução da subnotificação dos casos e sensibilização dos profissionais de saúde para a importância do diagnóstico precoce e da educação em saúde. Dessa forma, espera-se contribuir para a melhoria da atenção à saúde materno-infantil no município de Parnaíba, minimizando os riscos de transmissão vertical e de complicações associadas à toxoplasmose congênita.

Palavras-chave: Toxoplasmose. Gravidez. Toxoplasmose congênita. Epidemiologia. Doenças congênitas.

**A UTILIZAÇÃO DE INIBIDOR DE SGLT2 NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM
INSUFICIÊNCIA CARDÍACA: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Francisco Welington De Sousa Junior¹; Geovanna Freitas De Carvalho¹; Luno Henrique Tavares
Bandeira Maranhão¹; Ana Rachel Oliveira de Andrade²

¹*Discente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba -
IESVAP, Parnaíba, Piauí.*

²*Docente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba -
IESVAP, Parnaíba, Piauí.*

21

INTRODUÇÃO: A insuficiência cardíaca (IC) é uma condição clínica crônica de alta morbimortalidade, é caracterizada pela incapacidade do coração de suprir adequadamente as necessidades metabólicas do organismo. Apesar dos avanços terapêuticos, a IC permanece como um grande desafio para a saúde pública, com elevados índices de internação e de mortalidade, especialmente entre idosos e indivíduos com comorbidades. Recentemente, os inibidores do cotransportador de sódio-glicose tipo 2 (iSGLT2), desenvolvidos para o tratamento do diabetes mellitus tipo 2, têm se destacado como agentes promissores no tratamento da IC, apresentando benefícios cardiovasculares significativos mesmo em pacientes nos portadores de diabetes.

OBJETIVO: Avaliar a eficácia, segurança e impacto clínico dos inibidores de SGLT2 no tratamento da insuficiência cardíaca, discutindo seus mecanismos de ação, benefícios terapêuticos e as barreiras para sua implementação no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS).

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de natureza qualitativa e descritiva, baseada na análise crítica de artigos científicos publicados entre os anos de 2015 e 2025. A busca será realizada por meio das bases de dados PubMed, SciELO, BVS, LILACS e Periódicos CAPES, utilizando descritores como “Insuficiência Cardíaca”, “Inibidores do Cotransportador Sódio-Glicose 2”, “Empagliflozina”, “Dapagliflozina” e “Tratamento”. Serão incluídos estudos disponíveis na íntegra, em português, inglês ou espanhol, que abordem a aplicação clínica dos iSGLT2 em pacientes com IC. **RESULTADOS ESPERADOS:** Espera-se reunir evidências que comprovem os efeitos benéficos dos iSGLT2 na redução de hospitalizações e da mortalidade cardiovascular em pacientes com IC, independentemente da presença de diabetes. Também se objetiva identificar os principais mecanismos fisiopatológicos propostos para justificar tais benefícios, incluindo a redução da pressão arterial, natriurese, controle glicêmico e proteção miocárdica. Além disso, pretende-se mapear as limitações relatadas nos estudos, especialmente no que diz respeito à aplicação dos iSGLT2 em diferentes perfis populacionais e os desafios para sua incorporação ampla no SUS. Os achados podem contribuir para a consolidação dessa classe terapêutica nas diretrizes clínicas e estimular novas pesquisas em contextos ainda pouco explorados.

Palavras-chave: Insuficiência cardíaca. Inibidores do cotransportador sódio-glicose tipo 2. Tratamento farmacológico.

**JANELAS DA INCLUSÃO**

Maria Eduarda dos Reis Costa ¹; Maria Luzia Souza Lima ¹; Nádia Maria Coutinho Costa ¹; Sabrina da Silva Souza¹, Carla Bianca da Silva¹, Maria Eduarda dos Reis Costa¹, Anna Luiza Lima Rocha ¹, Maria Caroline Rodrigues de Sousa¹, Thalisson Normandia de Araújo¹, Tatiana Mendes Caldas Castelo Branco²

22

Discente do Curso de Direito da IESVAP – Instituto de Educação Superior Vale do Parnaíba SA
Docente do Curso de Direito da IESVAP – Instituto de Educação Superior Vale do Parnaíba SA

O assunto selecionado para tema do projeto de extensão deste período foi “Os direitos das pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista)”, que vai de encontro com o objetivo de desenvolvimento sustentável número 10, que trata das reduções das desigualdades, visto que o foco dentre muitos outros é trazer visibilidade e conhecimento sobre esses direitos, para alcançar esse objetivo de forma diferente dos outros grupos e de assim atingir a maior parcela possível do público alvo, que é constituído por pessoas com TEA e suas redes de apoio, principalmente as mães que em sua grande parte não tinham disponibilidade para participar das demais ações, para que elas também tivessem acesso ao conhecimento desses direitos garantidos por lei aos seus filhos e até a elas mesmas, como parte dessa rede de apoio, foi criado um perfil no Instagram para o projeto, o Janelas da Inclusão, que além de buscar atender os pontos citados anteriormente ele também foi responsável por divulgar as ações e projetos dos outros grupos, isso tudo foi possível, pois podemos contar com apoio de outros perfis como a Subseção da OAB de Parnaíba, a Comissão de Proteção aos Direitos dos Autistas e a AMA, e por meio de reels, postagens no feed e divulgação conjunta de projetos e ações sociais, nosso perfil conta com vídeos de ações voltadas para nosso público que foram realizados pelos alunos da turma, que tiveram o apoio de outras entidades como o SEBRAE e com profissionais do ramo jurídico, além de aconselhamento psicológico. Ademais, também foram feitas postagens e vídeos transmitindo informações, também criamos em parceria com os demais grupos os designs para divulgação e acompanhamos de perto cada ação realizada, movimentando diariamente o feed com postagens em nosso perfil, recebemos comentários em nossas postagens de entidades, ou seja, interagindo diariamente e diretamente com o nosso público alvo, e assim foi possível receber feedbacks positivos de tudo que foi feito durante esse todo o processo. Com a nossa iniciativa, conseguimos alcançar mais 23 mil visualizações em nosso perfil, além de conseguir impactar diretamente várias pessoas que compõem as redes de apoio. Por intermédio das mídias sociais, conseguimos alcançar uma grande parcela do público alvo, atingindo assim o nosso objetivo.

Palavras-chave: Instagram. Divulgação. Informações. Apoio. Direito.

**CONEXÃO FEMININA: HISTÓRIAS QUE CURAM E VIVÊNCIAS
QUE ENSINAM**

Anaclara Vitória Carneiro De Souza Fontenele¹; Angelo Ferraz Neto¹; Douglas de Carvalho Lima¹; Fátima Bastos Costa Silva Dos Santos¹; Heitor Ferreira do Nascimento Melo; Juliana Gomes Loyola Reis Sotero¹; Kamila Hevelyn Bernardino¹; Kammile Sthefany Da Silva¹; Kauã Jodar Ribeiro Costa¹; Letícia Martins Loiola¹; Ludmila Sousa Castelo Branco¹; Maria Luiza Barros Oliveira¹; Maria Laura Lima Beltrão¹; Taylon Oliveira de Andrades¹; Maria Yanca Pereira Martins¹; Gilberto Portela Silva²; Thiago de Souza Lopes Araujo².

23

1. *Discente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba SA*
2. *Docente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba AS*

INTRODUÇÃO: A conexão entre mulheres é um espaço de troca, fortalecimento e cura emocional. Em rodas de conversa e vivências coletivas, compartilham-se dores, conquistas e aprendizados, criando redes de apoio que resgatam saberes ancestrais e desenvolvem empatia. Porém, a pobreza menstrual ameaça essa ligação ao afetar a dignidade, especialmente em contextos de vulnerabilidade. A falta de acesso a produtos menstruais, saneamento básico e informação compromete a saúde e a educação. Nesse sentido, a assistência mútua entre mulheres torna-se essenciais para acolher e quebrar tabus. A saúde menstrual vai além de absorventes: envolve higiene, conhecimento e cuidado, valorizando a saúde reprodutiva, o bem-estar emocional e a participação plena das mulheres na sociedade. **OBJETIVO:** Promover o autocuidado, a saúde menstrual e o fortalecimento emocional de mulheres da comunidade Lagoa da Prata, visando a criação de redes de apoio e a valorização da escuta sensível. **METODOLOGIA:** O presente estudo trata-se de um projeto de extensão do tipo pesquisa-ação que foi lançado em março de 2025 com uma série de ações educativas, buscando-se levar conhecimento, por meio de rodas de conversas, sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis; métodos contraceptivos; cuidados durante o ciclo menstrual; climatério e o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, bem como, através da execução de uma oficina que produziu absorventes sustentáveis de forma manual. As tarefas foram executadas em grupos focais com as mulheres da comunidade Lagoa da Prata, zona Rural de Parnaíba-PI, que são cadastradas na Instituição Religiosa Caridade e Fé. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** Verificou-se, na prática das rodas de conversa e da oficina de absorvente sustentável, que o apoio mútuo resgata a ancestralidade e fortalece o poder feminino. Reunir-se para partilhar desafios semelhantes traz alívio emocional. Enquanto as mulheres se envolviam nas atividades, as crianças eram recebidas em um espaço lúdico, o que garantiu momentos de diversão para elas e tranquilidade para suas responsáveis. A união entre as mulheres destaca a necessidade de abordagens em Medicina que valorizem a escuta ativa, a validação emocional e a experiência da paciente de modo que reconheçam a força das relações de suporte. Esta intervenção teve um impacto positivo direto em 80 pessoas (50 mulheres, 15 crianças e 15 estudantes). Comprovou-se a aprovação do projeto utilizando feedbacks positivos e analisando os formulários de satisfação. As participantes ressaltaram o acolhimento e a relevância das ações para fortalecer a saúde comunitária, emocional e física. **CONCLUSÃO:** O projeto demonstrou impactos benéficos na vida das mulheres da comunidade Lagoa da Prata, como o aprendizado sobre a importância do autocuidado, além da disponibilização de esclarecimentos relacionados aos direitos femininos. Ainda, observou-se o envolvimento ativo nas rodas de conversa e o grande interesse pela oficina de absorventes sustentáveis. Destacou-se a valorização das participantes ao serem ouvidas com atenção e respeito durante as atividades. Ademais, a iniciativa despertou o empreendedorismo manifestado no entusiasmo com o processo de fabricação dos absorventes. Como também, colaborou para o aprimoramento do trabalho em conjunto entre os estudantes de medicina, fortalecendo habilidades colaborativas e possibilitando a atuação integrada e multidisciplinar.

Palavras-chave: Acolhimento. Empatia. Mulheres.



A RESSOCIALIZAÇÃO DOS EGRESSOS CONFORME A LEP E A PERSPECTIVA DA REDUÇÃO DE DANOS

Denize Pereira Silva¹; Ivan Vieira Caldas Júnior¹; Keila Silva Veras¹; Jefferson Cícero de Mesquita Soares²

¹ Discente do Curso de Direito da Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP)

² Docente do Curso de direito da Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP)

INTRODUÇÃO: O presente artigo aborda as dificuldades e limites enfrentados no processo de ressocialização dos egressos no sistema prisional brasileiro, destacando a perspectiva da redução de danos na execução penal frente às limitações da reintegração social. **OBJETIVO:** O objetivo principal é analisar as limitações da ressocialização dos egressos no sistema prisional brasileiro, com destaque na abordagem da redução de danos na execução penal. **METODOLOGIA:** Por sua vez, a metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, utilizando-se de obras doutrinárias, artigos científicos e documentos institucionais. A pesquisa também se apoia em documentos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Execução Penal-LEP (Lei nº 7.210/1984). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao analisar as finalidades e funções do cárcere, constatamos que, embora a legislação estabeleça bases para uma execução penal humanizada, na prática prevalecem condições que dificultam a verdadeira ressocialização. No exame da LEP, identificamos que seu propósito ressocializador esbarra em desafios e limites estruturais como superlotação. A assistência prevista para egressos mostra-se insuficiente, deixando-os vulneráveis e perpetua ciclos de marginalização. Os resultados apontam para a necessidade urgente de: políticas públicas que garantam apoio efetivo além do período de encarceramento; adoção consistente da redução de danos como diretriz central; mecanismos de fiscalização que assegurem o cumprimento das normas legais. **CONCLUSÃO:** Assim, percebeu-se, em larga medida, que a ausência de políticas de reintegração eficientes contribui para a reincidência, o Estado deve reconhecer sua parcela de responsabilidade, atenuando a pena. Por fim, na prática, os egressos enfrentam estigma e vigilância social contínua, substituindo o controle prisional por uma exclusão silenciosa, uma discrepância entre os objetivos declarados na LEP do sistema prisional brasileiro e sua realidade cotidiana.

Palavras-chave: Ressocialização. Egressos do Sistema Prisional. Lei de Execução Penal. Redução de Danos.

**EVOLUÇÃO DO RASTREAMENTO DO CÂNCER DE COLO UTERINO NOS ÚLTIMOS
10 ANOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**

Carlile Campos Júnior¹; João Sérgio de Sousa Moura¹; Lucas Falcão Ferreira¹; Nayze Lucena Sangreman Aldeman²

1 *Discente do Curso de Medicina da IESVAP*

2 *Docente do Curso de Medicina da IESVAP*

25

INTRODUÇÃO: O câncer do colo do útero representa um sério problema de saúde pública, especialmente em países de média e baixa renda. Segundo a Organização Mundial da Saúde, esse tipo de câncer é o quarto mais comum entre as mulheres no mundo, sendo responsável por mais de 300 mil mortes anualmente. A maioria dessas mortes ocorre em regiões com acesso limitado a programas de rastreamento e prevenção. No estado do Piauí, a situação é ainda mais preocupante. De acordo com dados da Secretaria de Saúde do Estado, as taxas de incidência e mortalidade por câncer do colo do útero permanecem elevadas, especialmente nas regiões norte e rural do estado. **OBJETIVO:** Analisar a evolução do rastreamento do câncer de colo uterino nos últimos 10 anos por meio de uma revisão integrativa da literatura científica. **METODOLOGIA:** O presente projeto de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, trata-se de uma pesquisa bibliográfica com revisão integrativa da literatura, método que permite a síntese de resultados de pesquisas relevantes sobre um determinado tema, de forma sistemática e ordenada, proporcionando uma compreensão ampla do fenômeno investigado. Essa abordagem possibilita reunir e analisar estudos disponíveis na literatura científica sobre o rastreamento do câncer do colo do útero, com ênfase na evolução das estratégias empregadas nos últimos 10 anos. A elaboração da revisão seguirá as seguintes etapas metodológicas: formulação da questão de pesquisa, definição dos critérios de inclusão e exclusão, seleção das bases de dados, extração e análise dos dados, categorização e síntese dos resultados. A questão norteadora estabelecida foi: “Como evoluíram as estratégias de rastreamento do câncer do colo do útero nos últimos 10 anos?” Serão utilizados os seguintes descritores controlados e não controlados em português, inglês e espanhol: “câncer do colo do útero”, “rastreamento”, “prevenção”, “Papanicolau”, “HPV”, “cervical cancer”, “screening” e “human papillomavirus”. A busca será realizada nas bases de dados: PubMed, SciELO, LILACS e BDNF, entre os meses de janeiro de 2025 a março de 2026. **RESULTADOS ESPERADOS:** Espera-se, por meio desta revisão integrativa da literatura, alcançar os seguintes resultados: Identificação e sistematização das diretrizes; Levantamento das principais diretrizes nacionais e internacionais publicadas entre 2015 e 2025 voltadas ao rastreamento do câncer do colo uterino; Análise de sua evolução ao longo do tempo, com ênfase em recomendações da OMS e do Ministério da Saúde do Brasil; Mapeamento dos avanços tecnológicos e metodológicos; Descrição das inovações nos exames de rastreamento, como o uso do teste de HPV de DNA, automação na leitura do Papanicolau e novas abordagens baseadas em inteligência artificial e auto coleta; Comparação entre métodos convencionais (ex: Papanicolau) e novos métodos (ex: testagem primária de HPV) quanto à sensibilidade, efetividade e custo-benefício; Análise crítica da efetividade das práticas de rastreamento no Brasil; Avaliação da cobertura populacional dos exames e adesão às políticas de rastreamento, com destaque para disparidades regionais; Identificação de falhas estruturais e assistenciais nos serviços de saúde, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, com foco específico no estado do Piauí e no município de Parnaíba.

Palavras-chave: Neoplasias do Colo do Útero. Rastreamento. Prevenção de Câncer. Papilomavírus Humano. Saúde da Mulher.

**EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA IDOSOS: FORTALECENDO A
ADESÃO AO TRATAMENTO DE HIPERTENSÃO E DIABETES MELLITUS NO LITORAL
PIAUIENSE**

Jocsã David Gomes Santos¹; Marcos Vinicius de Meneses Gomes¹; Ítalo Vecchi Figueiredo¹;
Luís Felipe Caputo Oliveira Sérvulo¹; Maria Tereza Viana Lima¹; João Felipe Fernandes Brito¹;
Ana Júlia Araújo Fortes¹. Pedro Felipe Azevedo Furtado¹ Orientadora: Ana Paula Pierre de
Souza².

26

Discente do Curso de Medicina da IESVAP - Parnaíba/PI.

Docente do Curso de Medicina da IESVAP - Parnaíba/PI.

INTRODUÇÃO: As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como a hipertensão arterial sistêmica (HAS) e o diabetes mellitus tipo 2 (DM2), representam importantes causas de morbidade e mortalidade, especialmente na população idosa, que é mais suscetível ao agravamento dessas condições. Essas doenças, muitas vezes assintomáticas em suas fases iniciais, requerem acompanhamento contínuo e cuidados específicos. Assim, a adesão ao tratamento é fundamental para prevenir complicações graves e potencialmente fatais, como o acidente vascular cerebral (AVC) e o infarto agudo do miocárdio, além de contribuir para a melhora da qualidade de vida e redução das hospitalizações. **OBJETIVO:** Relatar a experiência de uma intervenção educativa, em formato de roda de conversa, com foco na promoção da adesão terapêutica em idosos. **METODOLOGIA:** A atividade foi realizada na Unidade Básica de Saúde (UBS) Broderville, no município de Parnaíba-PI, com a participação de estudantes de medicina, uma enfermeira, uma médica e parte da população assistida pela unidade, sendo predominante o público de idosos. Foi elaborado e distribuído um panfleto convidando a população idosa para a intervenção. Durante a roda de conversa, abordou-se a importância da adesão ao tratamento de doenças crônicas, enfatizando a necessidade de uso correto das medicações, prática regular de atividades físicas e alimentação equilibrada, evitando o consumo excessivo de açúcares e doces. Ao final, foi promovido um coffee break para integração dos participantes. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** A atividade teve início com perguntas direcionadas ao público participante sobre o entendimento relativo às doenças crônicas não transmissíveis como hipertensão arterial e diabetes mellitus tipo 2. Nesse contexto, a participação dos idosos foi expressiva, com envolvimento ativo nas discussões e relatos de experiências pessoais relacionadas às dificuldades e benefícios da adesão terapêutica. Ademais, a discussão continuou com a participação tanto do público bem como estudantes de medicina quanto da equipe componente da unidade básica de saúde, como enfermeira e médica. Nessa perspectiva, a troca de conhecimentos fortaleceu o vínculo entre os profissionais, estudantes e a comunidade, contribuindo para o empoderamento dos idosos em relação ao autocuidado. **CONCLUSÃO:** A ação educativa demonstrou ser uma estratégia eficaz na promoção da adesão ao tratamento de doenças crônicas em idosos, reforçando a importância de iniciativas interdisciplinares no âmbito da atenção primária à saúde.

Palavras-chave: Educação em saúde. Adesão terapêutica. Hipertensão arterial. Diabetes mellitus. Idosos.

**RODA DO BEM NASCER: INFORMAR PARA HUMANIZAR, GERMINANDO
CONSCIÊNCIA E FLORESCENDO PARTOS**

Ana Paula Penaforte Melo ¹; Iargo Franco Diógenes Urbano Sousa¹; Isadora Maria Rodrigues Bezerra ¹; Marta Milena Souza Oliveira¹; Pedro Guilherme Barata Machado Barros¹; Ricardson Rolim Ricarte Neto¹; Sanmady Lima da Rocha¹; Ana Paula Pierre Souza²

27

¹ Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-Piauí.

² Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-Piauí.

Introdução: A humanização do parto é uma diretriz essencial para garantir os direitos, a dignidade e o bem-estar das gestantes no Sistema Único de Saúde (SUS). Apesar dos avanços nas políticas públicas, como a Política Nacional de Humanização e a Rede Cegonha, muitas mulheres ainda enfrentam desinformação, intervenções desnecessárias e falta de acolhimento durante o pré-natal, o parto e o pós-parto. O presente projeto busca intervir nesse cenário por meio da promoção do acesso à informação, empoderando gestantes e fortalecendo práticas de cuidado respeitoso e centrado na mulher. **Objetivos:** Relatar a experiência de promoção de saúde sobre a humanização do parto por meio da disseminação de informações acessíveis e acolhedoras para gestantes da rede pública de saúde da Unidade Básica de Saúde Cearazinho – Luiz Correia, durante uma ação de intervenção realizada por estudantes de medicina do 7º período de medicina. **Metodologia:** Trata-se estudo descritivo do tipo relato de experiência, de ação de extensão com acadêmicos de Medicina, realizado no dia 27/05/2025 promovendo saúde e informação as gestantes sobre seus direitos e boas práticas no parto humanizado, tendo como público-alvo as grávidas usuárias da UBS Cearazinho, localizada na cidade de Luís Correia-Piauí. **Relato de Experiência:** Durante a realização do projeto de intervenção as gestantes envolvidas na ação foram apresentadas à Política de Humanização do parto no SUS através de uma dinâmica que buscava saber o conhecimento prévio a respeito dos direitos reservados às parturientes, e na sequência aplicamos a educação em saúde com o que prevê a PNHP-SUS. Junto disso, elas puderam compartilhar experiências e aprender com uma profissional da área, a participação de uma doula fez total diferença para esclarecer dúvidas e trazer conforto e segurança às mães ali presentes. Ademais, na ocasião o público alvo foi exposto aos três pilares do parto humanizado, a fim de garantir uma experiência positiva para mãe e o bebê que vai nascer. Por fim, o momento foi concluído com uma atividade lúdica de checklist com base nos requisitos do pré-natal de qualidade. **Conclusão:** A implementação da ação educativa voltada para as gestantes da UBS Cearazinho destacou a relevância de estratégias que promovam o empoderamento feminino e o acesso à informação no contexto do parto. O processo de sensibilização e esclarecimento sobre os direitos reprodutivos, aliado à participação ativa de profissionais como a doula, facilitou o engajamento das gestantes e fortaleceu o vínculo entre elas e os serviços de saúde. Ao explorar diferentes formas de comunicação, como dinâmicas interativas e atividades práticas, foi possível criar um ambiente de confiança e respeito, essencial para a transformação das práticas de atendimento. A ação não só contribuiu para a educação das gestantes sobre o parto humanizado, mas também estimulou uma reflexão mais profunda sobre a importância de um cuidado integral, que respeite as escolhas e a autonomia da mulher. Esse tipo de iniciativa representa um passo importante para a construção de um sistema de saúde mais acolhedor e mais consciente das necessidades das gestantes, refletindo a busca por uma maternidade mais segura e digna para todas.

Palavras-chave: Parto Humanizado. Gestantes. Política de Humanização do Parto.

**PROMOVER, ACOLHER E AMAMENTAR: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA NA
ATENÇÃO À SAÚDE MATERNO-INFANTIL**

Ana Victoria Muniz Azevedo Ricarte Lima¹; David Guerra Furtado¹; Elton jones dias lira¹;
Gabriela Barros Ferreira¹; Gullit Vinicius Silva Barros¹; Ana Paula Pierre de Souza²; Joara
Cunha Santos Mendes Gonçalves Val².

¹ Discente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba -
IESVAP. Parnaíba - PI, Brasil.

² Docente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba -
IESVAP. Parnaíba - PI, Brasil.

INTRODUÇÃO: O aleitamento materno é amplamente reconhecido como uma prática essencial para a promoção da saúde infantil e materna, oferecendo benefícios nutricionais, imunológicos, emocionais e sociais. No entanto, a sua efetivação ainda enfrenta desafios relacionados à desinformação, às dificuldades técnicas iniciais e à falta de apoio institucional. Considerando a relevância dessa prática para a saúde coletiva, torna-se fundamental que os estudantes de medicina sejam capacitados para atuar de forma sensível e eficaz na sua promoção, especialmente no contexto da atenção primária à saúde. **OBJETIVO:** Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por estudantes de medicina durante a disciplina de Integração Ensino, Serviço e Comunidade VII (IESC VII), na qual foi desenvolvida uma oficina interativa voltada à promoção do aleitamento materno junto a gestantes e puérperas atendidas em uma unidade básica de saúde. Busca-se, ainda, refletir sobre os impactos dessa vivência na formação médica e na prática educativa em saúde. **METODOLOGIA:** A atividade foi realizada no primeiro semestre de 2025, por meio de uma ação educativa planejada e executada por acadêmicos de medicina, sob supervisão docente e com o apoio da equipe da unidade de saúde. A oficina interativa abordou temas centrais relacionados ao aleitamento, como seus benefícios para mãe e bebê, técnicas corretas de pega e posicionamento, sinais de alimentação eficaz e formas de superar dificuldades comuns. Foram utilizados materiais educativos como panfletos e banners informativos, elaborados em linguagem acessível. Além disso, a ação incluiu um momento de socialização com café da manhã e entrega de lembrancinhas simbólicas às participantes, promovendo acolhimento e valorização. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** Durante a oficina, foi possível observar grande interesse e participação ativa por parte das gestantes e puérperas, que compartilharam dúvidas, relatos pessoais e expectativas em relação à amamentação. A condução dialógica da atividade permitiu que o conteúdo fosse construído de forma coletiva, fortalecendo a troca de saberes entre comunidade e estudantes. A interação proporcionada pelo ambiente acolhedor e pela escuta qualificada foi determinante para o sucesso da ação. Para os discentes, a atividade representou uma oportunidade concreta de aplicar conhecimentos teóricos em um contexto real, além de desenvolver habilidades de comunicação, empatia e atuação interprofissional. **CONCLUSÃO:** A experiência vivenciada reafirma a importância de inserir práticas extensionistas no processo de formação médica, especialmente aquelas que valorizem a humanização do cuidado e a promoção da saúde. A oficina sobre aleitamento materno demonstrou ser uma estratégia eficaz não apenas para fortalecer o vínculo entre ensino, serviço e comunidade, mas também para consolidar o compromisso social dos futuros médicos com a saúde materno-infantil. Iniciativas como essa devem ser incentivadas, pois contribuem de maneira significativa para a construção de profissionais mais sensíveis, preparados e engajados com a realidade do SUS.

Palavras-chave: Aleitamento Materno; Educação em Saúde; Atenção Primária à Saúde.

**PROJETO DE EXTENSÃO JANELAS DA INCLUSÃO – GRUPO 6**

Ailton Martins Silva¹; Alan Kelsen Silva dos Santos¹; Jamayka Lia Mendes Firme¹; Kainara Gonçalves Boralho¹; Kassandra Camille de Oliveira Vaz¹; Mayara Santos Diniz¹; Raynna Monick Pinho¹; Tatiana Mendes Caldas Castelo Branco²

¹Discente do Curso de Direito do Instituto De Educação Superior Do Vale Do Parnaíba (IESVAP)

²Docente do Curso de Direito do Instituto De Educação Superior Do Vale Do Parnaíba (IESVAP)

29

INTRODUÇÃO: Este relato de caso baseia-se na ação social “Promoção da Conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA): Inclusão e Empatia”, criada para combater a desinformação e o estigma sobre o TEA em Parnaíba-PI. A falta de conhecimento, especialmente entre responsáveis e cuidadores, prejudica a inclusão social e o acesso ao diagnóstico e tratamento, perpetuando atitudes excludentes e limitando práticas empáticas e acolhedoras.

OBJETIVO: O objetivo principal do projeto foi promover a conscientização sobre o TEA, sensibilizando a comunidade local às especificidades do transtorno e à importância da empatia no processo de inclusão. A ação foi dirigida a adultos responsáveis por pessoas com autismo, grupo geralmente formado por mulheres com variados níveis de escolaridade e conhecimento.

METODOLOGIA: A metodologia do projeto focou em intervenção presencial para responsáveis e cuidadores de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), promovendo conscientização, empatia e práticas inclusivas no contexto familiar, escolar e social. A ação ocorreu na Escola Municipal Hermila Miloca Franco Ramos, em Parnaíba-PI, escolhida por sua localização central e estrutura adequada, como salas amplas, equipamentos audiovisuais e acessibilidade. Realizada em um dia, com duração de 1h30min, incluiu duas palestras de 40 minutos e uma oficina prática de 20 a 50 minutos, com interações e roda de conversa. As palestras, ministradas por profissionais técnicos, abordaram características do transtorno, sinais de alerta, diagnóstico precoce, tratamentos, comunicação, inclusão e o papel da família e da sociedade. Foram usados slides simples e vídeos ilustrativos. A oficina estimulou empatia ao vivenciar dificuldades da comunicação, interação social e sensibilidade sensorial. Dinâmicas foram conduzidas por facilitadores capacitados. Com os dados coletados, realizou-se análise qualitativa e quantitativa para refletir sobre a necessidade de mais ações de conscientização.

RESULTADOS ESPERADOS: A ação visava reunir cerca de 60 responsáveis por crianças com TEA, oferecendo um espaço informativo e acolhedor para conscientização e práticas inclusivas. Contudo, apenas quatro compareceram ao encontro em 20 de maio de 2025. A atividade, de 1h30min, contou com palestra de uma médica e um psicólogo experientes. Foram abordados definição, características do autismo, diversidade do espectro, comportamento, estratégias de cuidado, diagnóstico precoce e acompanhamento multiprofissional. A interação demonstrou interesse e engajamento, mas o baixo comparecimento revela desafios na mobilização, especialmente no reconhecimento do transtorno e aceitação do diagnóstico familiar.

CONCLUSÃO: A discrepância entre o número esperado e presente revela desinformação, estigma e resistência ao autismo no ambiente doméstico. Apesar dos objetivos qualitativos alcançados, a baixa adesão indica a necessidade de estratégias contínuas para sensibilizar famílias e ampliar o acesso ao TEA. A aceitação do diagnóstico ainda é barreira, refletindo aspectos emocionais e socioculturais que dificultam a inclusão. Ações pontuais devem ser complementadas por iniciativas que priorizem escuta, vínculos e empoderamento, promovendo empatia e acolhimento. O projeto impactou socialmente, construindo uma comunidade mais informada e oferecendo aos estudantes vivência prática em responsabilidade social.

Palavras-chave: Transtorno Do Espectro Autista. Conscientização. Inclusão Social. Empatia. Responsabilidade Social.

**AMOR QUE CIRCULA**

Brenno Oliveira de Albuquerque¹; Enzo de Oliveira Quixaba¹; Evellyn Rodrigues Zimmermann¹; George Wilson Athayde Cabral¹; Hytalo Rodrigues Machado¹; Ian Gabriel de Moura Lemos Costa¹; Julyana Araújo Rodrigues¹; Juliana Cardoso de Sousa¹; Lívia Barros Leal¹; Maria Clara Tobias¹; Maria Luísa Brito Mendes¹; Maria Luíza Miranda¹; Maria Luíza Rebelo¹; Maria Lissandra Soares da Frola¹; Maria Nathália Oliveira Magalhães¹; Maria Yanca Pereira Martins¹; Mikael Thieres Albuquerque Gaspar¹; Paulo Ramiler Alves da Silva¹; Vanessa Cristina de Castro Aragão Oliveira²

¹ Discente do Curso de Medicina da IESVAP

² Docente do Curso de Medicina da IESVAP

INTRODUÇÃO: A doação de sangue é essencial para salvar vidas em situações como cirurgias, acidentes, doenças crônicas e tratamentos oncológicos. No entanto, os hemocentros frequentemente enfrentam estoques críticos devido à baixa taxa de doadores. No Brasil, menos de 2% da população doa sangue regularmente, índice inferior ao recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Essa realidade evidencia a necessidade urgente de ações de conscientização. Nesse contexto, o projeto “Amor que Circula” visa mobilizar a população para a importância da doação de sangue, destacando seu papel vital na preservação da vida e na construção de uma cultura solidária (BRASIL, 2020). **OBJETIVO:** O projeto busca informar a população com base em dados oficiais, combater mitos que dificultam a adesão de doadores e incentivar a participação de novos voluntários, além de fidelizar os já existentes. Também pretende esclarecer sobre a saúde do doador, critérios para doação e o destino do sangue coletado. A proposta visa desenvolver um senso de responsabilidade coletiva por meio de campanhas educativas e ações comunitárias. **METODOLOGIA:** Com duração de dois meses, a metodologia foi dividida em três fases. Na etapa de planejamento, foram elaborados conteúdos informativos, produzidos materiais educativos e firmadas parcerias com escolas e unidades de saúde. Na fase de execução, aconteceram palestras, rodas de conversa, campanhas nas redes sociais e distribuição de materiais. Por fim, na fase de avaliação, utilizaram-se questionários para mensurar o impacto das ações e mudanças de comportamento da comunidade. O objetivo foi aumentar o número de doadores regulares e fortalecer as políticas públicas de doação de sangue. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A sensibilização em escolas trouxe resultados positivos. Palestras, dinâmicas e materiais informativos despertaram o interesse de jovens em doar sangue. Em parceria com o HEMOPI de Parnaíba, foram coletadas 11 bolsas de sangue de doadores influenciados diretamente pelas ações do projeto. Cada bolsa pode beneficiar até quatro pacientes, resultando no potencial de até 44 vidas impactadas. Além disso, muitos participantes demonstraram intenção de se tornarem doadores regulares, indicando o início de uma cultura de solidariedade e responsabilidade social. Os dados comprovam a eficácia das estratégias educativas na promoção da doação voluntária. **CONCLUSÃO:** O projeto confirmou que ações educativas em saúde, especialmente no ambiente escolar, são eficazes na conscientização sobre a doação de sangue. A mobilização resultou em doações reais e no interesse em continuar doando, contribuindo para a manutenção dos estoques no HEMOPI de Parnaíba. A experiência reforça a importância de campanhas educativas contínuas como estratégia para salvar vidas e construir uma cultura solidária e cidadã.

Palavras-chave: Sangue; Doação; Vida; População.



A IMPORTÂNCIA DA CRIMINALIZAÇÃO DO STALKING DIGITAL PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE LIBERDADE E PRIVACIDADE DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Cecilia Paulina de Oliveira¹; Cleiton Ribeiro da Silva¹; Maria da Graça Borges de Moraes Castro²

¹ *Discente do Curso de Direito da Iesvap*

² *Docente do Curso de Direito da Iesvap*

31

INTRODUÇÃO: O stalking digital, prática de perseguição reiterada e invasiva em ambientes virtuais, tem se tornado um grave problema social, especialmente para mulheres em contextos de violência doméstica. A Lei nº 14.132/2021, que tipificou essa conduta como crime no Brasil, representou um avanço significativo no reconhecimento jurídico dessa forma de violência. Contudo, sua eficácia enfrenta desafios estruturais e culturais. Este estudo analisa os impactos da criminalização do stalking digital, os obstáculos à sua aplicação e as medidas necessárias para garantir proteção efetiva às vítimas. **OBJETIVO:** Avaliar a contribuição da Lei nº 14.132/2021 na proteção dos direitos fundamentais das mulheres vítimas de stalking digital, identificando avanços e limitações na implementação da norma. Além disso, busca-se propor estratégias para superar os desafios práticos, como a coleta de provas digitais e a capacitação dos operadores do Direito. **METODOLOGIA:** A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com análise de legislação, doutrina, jurisprudência e dados estatísticos, como os relatórios da SaferNet Brasil (2023). Foram examinados casos concretos e decisões judiciais para entender a aplicação da lei na prática. A metodologia incluiu ainda revisão bibliográfica de autores como Patrícia Vanzolini (2021) e Rogério Sanches Cunha (2021), que discutem os aspectos penais e sociais do stalking digital. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados evidenciam que 80% das vítimas de stalking digital são mulheres, muitas delas em situação de violência doméstica. A persistência da perseguição virtual gera impactos psicológicos profundos, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). A Lei nº 14.132/2021 trouxe visibilidade ao problema e permitiu a criminalização de condutas antes impunes. No entanto, sua classificação como crime de menor potencial ofensivo limita a efetividade das penas, muitas vezes restritas a transações ou suspensões processuais. Outro desafio é a dificuldade na coleta e preservação de provas digitais, agravada pelo anonimato proporcionado por ferramentas como VPNs e perfis falsos. A falta de delegacias especializadas e a carência de capacitação técnica entre agentes públicos também comprometem as investigações. A cooperação internacional, especialmente por meio da Convenção de Budapeste, mostra-se essencial para lidar com crimes transnacionais, mas sua implementação no Brasil ainda é incipiente. A análise jurisprudencial revela avanços, como a concessão de medidas protetivas baseadas em indícios consistentes, mas também inconsistências, como a desclassificação do crime para contravenções menos graves. A uniformização do entendimento judicial e a sensibilização para a gravidade do stalking digital são urgentes. **CONCLUSÃO:** A criminalização do stalking digital pela Lei nº 14.132/2021 é um marco importante na proteção dos direitos das mulheres, mas sua efetividade depende de aprimoramentos. É necessária a revisão da classificação do crime como de menor potencial ofensivo, além de investimentos em capacitação técnica, infraestrutura investigativa e cooperação internacional. Campanhas de conscientização e a integração entre normas penais e políticas públicas são igualmente fundamentais para enfrentar esse fenômeno complexo. A proteção das vítimas exige uma abordagem multidimensional, que combine respostas jurídicas rigorosas com apoio psicossocial e prevenção.

Palavras-chave: Stalking digital. Violência de gênero. Direitos fundamentais. Legislação penal.



Proteção à vítima.

MECANISMOS FISIOPATOLÓGICOS, DIAGNÓSTICO E ABORDAGENS TERAPÊUTICAS DOS DISTÚRBIOS DO SONO NA DOENÇA DE HUNTINGTON: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

32

Carlos Daniel Spindola Melo¹; Igor de Oliveira Silva¹; Luis Gustavo Caldas de Araújo¹; João Maria Corrêa Filho².

¹ Discente do Curso de medicina da FAHESP IESVAP

² Docente do Curso de medicina da FAHESP IESVAP

Introdução: A doença de Huntington (DH) é uma desordem neurodegenerativa caracterizada por movimentos involuntários, declínio cognitivo e pode ter como complicações o aparecimento de distúrbios psiquiátricos e distúrbios do sono, impactando significativamente a qualidade de vida dos mesmos, tendo como resultado um prognóstico ruim para pacientes com tal patologia. Os mecanismos relacionados ao desenvolvimento da doença e de suas complicações envolvem uma teia complexa de mecanismos neurobiológicos que afetam áreas vitais como o hipotálamo e regiões do córtex cerebral que justificam o aparecimento de desordens do sono, o que torna seu tratamento difícil. **Objetivo:** Realizar uma revisão sistemática da literatura sobre DH e sua relação com distúrbios do sono, abordando os mecanismos fisiopatológicos, aspectos epidemiológicos e clínicos e o manejo terapêutico dessa correlação patológica. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão sistemática da literatura realizada de artigos publicados de 2000 a 2024, sobre os distúrbios do sono presentes em pacientes que apresentam DH. A pesquisa utilizou bases de dados como: PubMed, SciELO, EBSCO e Science Direct, combinando as palavras-chave relacionadas e por meio do operador booleano “AND”. **Resultados e Discussão:** Foram analisados 21 artigos, distribuídos em: estudos transversais (47,6%), experimentais em animais (28,6%), relato de caso (9,5%), coorte (9,5%) e caso-controle (4,8%). Abordando variáveis como maior prevalência nos Estados Unidos (38,1%), entre as mulheres (53,3%) e idade entre 45 a 59 anos (40,5%); quadro clínico: distúrbios do ritmo circadiano (74,3%), distúrbios que provocam movimentos periódicos de membros durante o sono (8,6%), distúrbios respiratórios do sono (5,7%), insônia (5,7%) e as hipersonias (2,9%); diagnóstico: critérios clínicos (76,2%), testes genéticos (47,6%), Escala Unificada de Avaliação da DH (38,1%), polissonografia (19%), eletroencefalograma e ressonância magnética (14,3%), telemetria (9,5%) e actigrafia (4,8%) e manejo terapêutico: Tratamento Comportamental Breve para Insônia (19%), melatonina em (9,5%) e gabapentina para os sintomas associados à DH (4,8%) e a descrição sobre a sinalização da via Proteína Quinase A/Proteína de ligação ao elemento de resposta ao Monofosfato de Adenosina Cíclico (PKA/CREB) em 4,8% dos estudos. **Conclusão:** A partir das variáveis detalhadas neste estudo, é primordial que o manejo da DH com relação aos distúrbios do sono seja multifacetado e com uma combinação de mudanças comportamentais, terapias cognitivas, medicamentos e dispositivos médicos. A realização de estudos longitudinais em coortes maiores e ensaios clínicos randomizados são primordiais para detalhar a qualidade do sono ao longo da progressão da doença.

Palavras-chave: Doença de Huntington; Sono; Distúrbios do Sono.

**ALQUIMIA DO BEM-ESTAR: MISTURANDO CORPO, MENTE E EMOÇÕES DE
MULHERES NA CASA DE ACOLHIMENTO FEMININO E COMUNIDADE
TERAPÊUTICA EM PARNAIBA – PI**

Adryane Victoria de Sousa Borges¹; Ana Luiza Martins Barros¹; Ananda Veras Mendes¹; Elanio Marconio Pereira dos Santos¹; Heloysa Fontenele Louro¹; Ingrid Marques Pinto¹; João Mateus¹; Oliveira Moreira¹; Letícia Santos Alencar¹; Mariana Caldas Sousa de Ramalho Barros¹; Mario Gustavo Martins Freitas¹; Milena Medeiros de Souza¹; Morgana de Oliveira Teles¹; Tales Oliveira Pimentel¹; Thaianne Cavalcante Sérvio¹; Prof. Msc. Gilberto Portela Silva²; Prof. Dr^o. Thiago de Souza Lopes Araujo²

Discente do Curso de Medicina da FAHESP – IESVAP¹

Docente do Curso de Medicina da FAHESP – IESVAP²

33

INTRODUÇÃO: As atividades de extensão estão inseridas no pilar da tríade ensino-pesquisa-extensão, possibilitando que discentes e docentes de todas as instituições de educação, públicas e privadas, adquiram habilidades e competências, além de uma atitude crítica-reflexiva. Os acadêmicos entram em contato com diversas situações presentes no contexto social, aproximando-os das questões contextuais relacionados à saúde como fatores condicionantes e determinantes da saúde. O projeto surgiu da necessidade de oferecer suporte à mulheres em situação de vulnerabilidade desencadeadas pelo uso abusivo de substâncias como álcool e outras drogas. **OBJETIVO:** Promover a educação e o esclarecimento para incentivar o autocuidado e melhorar o bem-estar das mulheres em situações de precariedade social. **METODOLOGIA:** A extensão será realizada na casa de acolhimento feminino em Parnaíba- PI, com previsão de 25 acolhidas para o dia da ação. O momento será realizado em dois dias, no primeiro dia ocorrerá rodas de conversa, utilizando metodologia ativa juntamente com entrega de folders educativos, serão aplicados questionários antes e após a ação para termos ciência do impacto do nosso projeto. Também nesse dia será realizado a entrega de 25 kits de higiene e beleza para as internas. No segundo dia, haverá uma oficina de produção de sabonetes íntimos, ficará matéria prima para elas utilizarem posteriormente. Após tudo isso, ocorrerá um coffe break e um bingo para a promoção de um momento descontraído. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** O primeiro dia de atividades com as acolhidas foi marcado por momentos de escuta, troca e aprendizado. Iniciamos com a aplicação de um questionário, que teve como objetivo conhecer melhor a realidade de cada participante. Esse momento inicial foi essencial para o estabelecimento de um vínculo de confiança e empatia entre a equipe e as acolhidas. Na sequência, organizamos duas rodas de conversa temáticas: uma voltada para a saúde sexual e outra para o bem-estar. Ambas proporcionaram um espaço seguro e acolhedor para que as participantes pudessem se expressar, tirar dúvidas e compartilhar experiências. Os temas foram abordados de forma leve e respeitosa, o que estimulou um diálogo aberto e consciente. Dando continuidade às atividades, realizamos uma dinâmica de “verdadeiro ou falso” sobre mitos e verdades relacionados à saúde sexual e às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). A proposta visou despertar o senso crítico e promover reflexão sobre conhecimentos que, muitas vezes, são distorcidos por informações incorretas. Encerramos o primeiro dia de internação com sensação de dever cumprido, certos de que o espaço criado havia contribuído para fortalecimento do cuidado consigo mesmas e autonomia das acolhidas. **CONCLUSÃO:** A troca entre as acolhidas e os integrantes do grupo foi fundamental para o sucesso das atividades realizadas. Através da escuta ativa, das rodas de conversa e das oficinas práticas, foi possível estabelecer um ambiente de respeito e aprendizado mútuo. As acolhidas puderam compartilhar suas experiências e adquirir novos conhecimentos, enquanto os intervenientes contribuíram com informações valiosas, promovendo o fortalecimento do cuidado e bem-estar. Ao final, ficou claro o impacto positivo da interação entre todos, criando um espaço acolhedor e enriquecedor para o desenvolvimento pessoal e coletivo.



Palavras-chave: Educação para a Saúde, Saúde da Mulher, Comunicação em Saúde.

VER MAIS: POMOVEDO UM OLHAR ATENTO PARA O FUTURO

Carlos Vinícius Cavalcante da Ponte¹; Francisco Machado Bezerra Granja Neto¹; Gizelle Carvalho de Sousa¹; Hillary da Rocha Gomes¹; James Rhamon Martins Barros¹; Jesus Ramon Bravo Vasconcelos Filho¹; Leonardo Lima Viana Filho¹; Luzia Alana Ferreira Costa¹; Maria Eduarda De Brito Veras¹; Maria Rayanne Correia Barroso¹; Mariana de Oliveira Bessa¹; Maria Victoria Fernandes Viana¹; Paulo José Maia e Silva Júnior¹; Ramon Leoncio Barros de Vasconcelos¹; Vanessa Cristina de Castro Aragão Oliveira².

¹ Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP

² Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP

INTRODUÇÃO A acuidade visual é fundamental para o desenvolvimento educacional e social das crianças, influenciando diretamente o desempenho escolar e a qualidade de vida. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que 80% das informações adquiridas por uma criança sejam processadas visualmente, o que torna a visão um dos sentidos mais importantes para o aprendizado (WHO, 2020). Assim, estudos indicam que um grande número de crianças em idade escolar enfrenta dificuldades visuais não diagnosticadas, o que pode afetar negativamente seu rendimento acadêmico e, por consequência, seu desenvolvimento emocional e social (SILVA ET AL., 2021). No Brasil, de acordo com dados do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, aproximadamente 25% das crianças em idade escolar apresentam algum tipo de problema visual não diagnosticado (CBO, 2021). Este cenário ressalta a importância de programas de triagem ocular e da conscientização das famílias sobre a relevância da saúde ocular na infância. **OBJETIVO:** Teve como objetivo realizar triagem de acuidade visual em crianças do ensino fundamental para a identificação precoce de dificuldades visuais, promovendo encaminhamentos adequados para atendimento oftalmológico especializado. **METODOLOGIA:** O projeto foi desenvolvido em três etapas principais, garantindo uma execução eficiente e organizada: Planejamento, entrando em contato com a escola para agendamento das triagens, organização do cronograma de atividades e treinamento da equipe de aplicação do teste e aquisição de materiais necessários. Execução, com a aplicação dos testes de acuidade visual, seguido de orientações sobre cuidados com a saúde ocular, utilizando a tabela de *Snellen* apropriada para a faixa etária. E Encaminhamento e Acompanhamento, onde as crianças com dificuldades visuais foram encaminhadas para avaliação oftalmológica especializada e receberam suporte com aquisição de óculos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da ação 15 crianças, sendo 9 do sexo feminino (60%) e 6 do sexo masculino (40%). A média de idade foi de 6,1 anos, com mediana de 6 e moda igual a 6 anos, variando entre 5 e 7 anos de idade. Foram identificadas alterações visuais em 2 crianças, o que corresponde a 13,33%, as quais foram encaminhadas para avaliação oftalmológica especializada. **CONCLUSÃO:** Evidenciou a relevância da triagem visual precoce em ambientes escolares como estratégia eficaz de promoção da saúde e prevenção de agravos oculares na infância.

Palavras-chave: Promoção em saúde. Saúde ocular. Triagem Visual

**SAÚDE DO HOMEM E IMUNIZAÇÃO: CAMINHOS PARA REABILITAÇÃO INTEGRAL**

Carlos Rogério Dutra Lago¹, Maria Fernanda Oliveira Vieira¹, Jeovana de Carvalho Vieira¹, Maria Yanca Pereira Martins¹, Olga Monteiro de Sá Quirino¹, Rayanne Suellen Barros de Vasconcelos¹, João Daniel Carvalho Moraes de Oliveira¹, Anna Victória do Nascimento Brito¹, Victor Emanuel Fontenele¹, Ana Caroline Moreira de Freitas Nogueira Tapety¹, Eduarda Vitória Reinaldo de Sousa Moreira¹, Maria Clara da Silva Bessa Pinto¹, Bianca da Silva de Sousa¹, Rebecca Sá Freitas de Souza¹, Vanessa Cristina De Castro Aragão Oliveira²

35

¹ Discente do Curso de Medicina da IESVAP, Parnaíba – PI

² Docente do Curso de Medicina da IESVAP, Parnaíba – PI

INTRODUÇÃO: A imunização em centros de reabilitação destinados à população masculina é uma medida essencial para a promoção da saúde integral, prevenindo doenças imunopreveníveis que podem comprometer a recuperação clínica e funcional dos pacientes. Homens em reabilitação frequentemente apresentam maior vulnerabilidade devido a comorbidades, histórico de negligência preventiva e baixa adesão a cuidados de saúde (BRASIL, 2020). A incorporação de estratégias vacinais nesses espaços contribui para a redução de riscos, reforçando a importância da prevenção no contexto terapêutico (SILVA et al., 2021). Assim, a vacinação torna-se um componente fundamental no processo de reabilitação e reintegração social. **OBJETIVO:** Prevenir doenças imunopreveníveis por meio da imunização, com foco na saúde do homem, identificando vacinas recomendadas, avaliando a adesão a programas vacinais e propondo estratégias para ampliar a cobertura vacinal, especialmente em contextos de reabilitação. **METODOLOGIA:** O projeto extensionista será conduzido por meio de uma abordagem educativa e interventiva, buscando conscientizar homens em processo de reabilitação sobre a importância da imunização e facilitando seu acesso às vacinas. Inicialmente, será realizado um diagnóstico situacional, com a análise do perfil epidemiológico dos homens e a identificação das vacinas prioritárias. Com base nesses dados, serão promovidas palestras e oficinas educativas, com o objetivo de esclarecer os benefícios das vacinas, desmistificar mitos sobre a imunização e ressaltar sua relevância na prevenção de doenças. Além das atividades educativas, serão estabelecidas parcerias com instituições de saúde para viabilizar a aplicação dos imunobiológicos diretamente nos ambientes de convivência dos homens que fazem parte do monte moriá. Após a realização das ações, será implementado um sistema de monitoramento contínuo dos resultados, utilizando indicadores como taxas de cobertura vacinal, redução do absenteísmo por doenças preveníveis e níveis de satisfação dos participantes. **RESULTADOS ESPERADOS:** A primeira ação do projeto consistiu em uma palestra informativa sobre a saúde do homem, com enfoque na importância da imunização como medida preventiva. Após a palestra, foram recolhidos os cartões de vacina dos participantes para conferência e atualização dos registros vacinais. Os dados coletados foram então inseridos no sistema de imunização do município de Parnaíba, garantindo a devida notificação e acompanhamento das vacinas aplicadas. Como resultado dessa ação, 129 homens foram imunizados contra o tétano, fortalecendo a proteção individual e coletiva, além de reforçar a importância da prevenção no contexto da saúde ocupacional e da promoção do bem-estar masculino. **CONCLUSÃO:** A imunização no ambiente de reabilitação é fundamental para importância para saúde do homem. Por meio de ações educativas eficazes e parcerias com instituições de saúde, é possível promover a adesão à vacinação e garantir um ambiente mais seguro e saudável. O monitoramento contínuo dos indicadores do programa, como a cobertura vacinal e a redução do absenteísmo, assegura a eficácia da iniciativa, permitindo ajustes conforme necessário e garantindo a continuidade do projeto a longo prazo. Dessa forma, a imunização no local onde esses homens são acolhidos se configura como uma estratégia ética e eficaz para a saúde ocupacional, com benefícios não apenas para ambos mas também para as organizações e a sociedade como um todo.

PALAVRAS CHAVES: Saúde do homem, Imunização e Prevenção e controle de doenças.

**MOVIMENTO QUE CUIDA: EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA O ENVELHECIMENTO
ATIVO NA UBS PINDORAMA**

Ana Maria Pinto Barbosa ¹; Erika Maria de Freitas Viana ¹; Gabriel Mendes Baquil ¹; Luiza de
Morais Pessôa ¹; Marcos Antonio Bandeira e Silva II ¹; Rian Saraiva Maia ¹; Sammla Noemi
Araújo Souza Silva ¹; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val ².

¹ Discente do Curso de Medicina da IESVAP/FAHESP, Parnaíba-PI.

² Docente do Curso de Medicina da IESVAP/FAHESP, Parnaíba-PI.

36

INTRODUÇÃO: O envelhecimento é acompanhado por mudanças fisiológicas que podem comprometer a funcionalidade e a qualidade de vida dos idosos, sendo a sarcopenia uma das condições mais prevalentes e preocupantes. Caracterizada pela perda progressiva de massa muscular, força e desempenho físico, essa síndrome eleva o risco de quedas, fraturas e limitações nas atividades diárias, especialmente quando associada ao sedentarismo e a doenças crônicas. Diante desse cenário, torna-se fundamental a implementação de ações de educação em saúde na atenção primária, com foco na promoção da mobilidade, autonomia e envelhecimento ativo da população idosa. **OBJETIVO:** Promover a conscientização e o engajamento da população idosa da comunidade atendida pela Unidade Básica de Saúde (UBS) Pindorama, ressaltando a importância da prática regular de atividades físicas e da movimentação corporal como pilares fundamentais para um envelhecimento ativo, saudável e com qualidade de vida. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência sobre uma ação realizada por estudantes de Medicina do IESVAP em parceria com a UBS Pindorama, no contexto da disciplina IESC V. Após revisão da literatura, os alunos conduziram uma apresentação educativa sobre sarcopenia e prevenção de quedas, seguida por uma atividade prática com exercícios leves. A ação ocorreu na UBS, com participação ativa dos idosos, e foi finalizada com um café da manhã para promover acolhimento e integração. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** Estudantes do curso de medicina do IESVAP em parceria com a UBS Pindorama (módulo 34) realizaram uma ação que teve como objetivo promover a conscientização sobre a importância da movimentação corporal na terceira idade, abordando temas como sarcopenia e risco de quedas. Segundo a Sociedade Brasileira de Geriatria, a sarcopenia é uma síndrome caracterizada pela perda progressiva de massa muscular esquelética, força e desempenho físico, frequentemente associada ao envelhecimento. Ela pode levar a dificuldades em realizar atividades diárias, como caminhar, subir escadas ou se levantar da cama, além de aumentar o risco de quedas e fraturas. Fatores como sedentarismo, doenças crônicas e desnutrição podem acelerar esse processo. A atividade contou com uma apresentação educativa, seguida de uma dinâmica prática com exercícios leves, visando estimular a participação ativa dos idosos. Ao final, foi servido um café da manhã como forma de integração e acolhimento. A ação buscou fortalecer o vínculo entre os estudantes, a UBS e a comunidade, além de incentivar práticas que contribuem para a saúde e o bem-estar dos idosos. **CONCLUSÃO:** A ação evidenciou a importância da promoção da saúde entre os idosos, por meio da conscientização sobre a sarcopenia e os riscos associados à inatividade física na terceira idade. Através de uma abordagem educativa e prática, os participantes puderam compreender como hábitos simples, como a realização regular de exercícios leves, podem contribuir significativamente para a manutenção da força muscular, da autonomia e da qualidade de vida. Além disso, a atividade promoveu um momento de integração e acolhimento. Iniciativas como essa demonstram o potencial transformador da educação em saúde e reforçam a necessidade de ações contínuas voltadas ao envelhecimento ativo e saudável.

Palavras-chave: Sarcopenia. Envelhecimento ativo. Educação em saúde. Prevenção de quedas.

**LEVANTAMENTO FARMACOLÓGICO PARA ALTERAÇÕES DERMATOLÓGICAS**

Anna Júlia Freire de Sousa Cunha ¹; Luiza de Moraes Pessoa ¹; Sammla Noemí Araújo Souza Silva ¹; José Lopes Pereira Júnior ².

¹ Discente do Curso de Medicina da IESVAP/FAHESP, Parnaíba-PI.

² Docente do Curso de Medicina da IESVAP/FAHESP, Parnaíba-PI.

37

INTRODUÇÃO: As doenças dermatológicas representam um desafio constante na prática clínica, pois afetam não apenas a integridade da pele, mas também o bem-estar físico, emocional e social dos pacientes. **OBJETIVO:** Este trabalho tem como objetivo realizar um levantamento farmacológico das principais terapias utilizadas no tratamento das alterações dermatológicas, como dermatite atópica e psoríase. **METODOLOGIA:** Este trabalho constitui uma revisão bibliográfica integrativa com o propósito de compilar, examinar e sintetizar evidências científicas sobre o tratamento farmacológico das principais doenças dermatológicas, com foco em dermatite atópica e psoríase. A pesquisa será guiada por descritores padronizados do DeCS e MeSH, como “Dermatite Atópica”, “Psoríase” e “Terapias Farmacológicas”. As buscas ocorrerão nas bases Medline (via PubMed), LILACS e SciELO, considerando publicações dos últimos cinco anos, revisadas por pares, em português, inglês ou espanhol. Serão incluídos estudos com abordagens farmacológicas relevantes e excluídos trabalhos duplicados, com enfoque não farmacológico, estética isolada ou metodologia inconsistente. **RESULTADOS ESPERADOS:** Espera-se, com este estudo, contribuir para a prática clínica farmacêutica e dermatológica, promovendo o uso racional e seguro dos medicamentos, além de estimular a adesão dos pacientes aos tratamentos. O levantamento busca ainda destacar a importância da individualização terapêutica, da monitorização clínica contínua e da educação em saúde como estratégias essenciais para otimizar os resultados terapêuticos. Deste modo, este trabalho pretende servir como referência técnica e científica para profissionais da área da saúde, pesquisadores e acadêmicos, contribuindo para o aprimoramento do manejo farmacológico das doenças de pele mais prevalentes na população.

Palavras-chave: Tratamento dermatológico. Dermatite atópica. Psoríase. Terapias farmacológicas.

**A PROTEÇÃO DO DIREITO DO CONSUMIDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Bruna Pereira Cardoso¹; Francisca Josina Cardoso da Rocha¹; Lara Katrinne Silva Sousa¹;
Tatiana Mendes Caldas Castelo Branco²

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba
(IESVAP)

² Discente do Curso de Direito do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba
(IESVAP)

38

INTRODUÇÃO: O comércio eletrônico experimentou crescimento exponencial nas últimas décadas, intensificado pela pandemia de COVID-19, transformando radicalmente os hábitos de consumo em escala global. Este novo paradigma trouxe consigo desafios significativos para a proteção dos direitos do consumidor, uma vez que a legislação tradicional, como o Código de Defesa do Consumidor (CDC) de 1990, não foi originalmente concebida para regular as complexidades do ambiente digital. Problemas como assimetria informacional, cláusulas abusivas em contratos eletrônicos, dificuldades no exercício do direito de arrependimento e questões relacionadas à responsabilidade civil em plataformas digitais evidenciam a necessidade de adaptação do sistema jurídico. **OBJETIVO:** Este trabalho tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelos consumidores no comércio eletrônico, avaliar a eficácia da legislação atual e propor perspectivas para o fortalecimento da proteção consumerista no ambiente digital. Busca-se, ainda, discutir o papel das novas tecnologias como aliadas na garantia de direitos e na construção de relações de consumo mais equilibradas. **METODOLOGIA:** A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de legislações nacionais e internacionais, jurisprudências, artigos acadêmicos e relatórios especializados. Foram analisados casos concretos que ilustram as lacunas na proteção ao consumidor digital, bem como boas práticas adotadas em outros países. A análise crítica focou-se na identificação de problemas recorrentes e na proposição de soluções viáveis. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados demonstram que a vulnerabilidade do consumidor no ambiente digital é amplificada por diversos fatores. A assimetria informacional permanece como principal desafio, com consumidores frequentemente aceitando termos contratuais complexos sem plena compreensão. As cláusulas abusivas em contratos digitais e as dificuldades no exercício do direito de arrependimento são problemas persistentes. Além disso, a atuação de marketplaces como intermediários cria um vácuo de responsabilização, especialmente em casos de produtos defeituosos ou golpes. A pesquisa identificou ainda que, embora a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Marco Civil da Internet representem avanços, sua aplicação prática ainda é insuficiente para garantir proteção integral. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a proteção do consumidor no comércio eletrônico exige uma abordagem multidimensional. É imperativa a modernização do CDC para incluir dispositivos específicos sobre transações digitais, contratos eletrônicos e responsabilidade de plataformas. Paralelamente, o uso estratégico de tecnologias como blockchain e inteligência artificial pode fortalecer a segurança e transparência nas relações de consumo. A educação digital dos consumidores e o fortalecimento dos órgãos de proteção são igualmente essenciais. Somente através da combinação desses esforços será possível equilibrar os benefícios da economia digital com a necessária segurança jurídica, garantindo que os direitos fundamentais dos consumidores sejam preservados nesta nova era do consumo.

Palavras-chave: Comércio eletrônico. Direito do consumidor. Vulnerabilidade digital. Legislação consumerista. Tecnologias

**ATIVAÇÃO DA VIA DO FATOR LIBERADOR DE CORTICOTROPINA (CRF) E SUA
RELAÇÃO COM TRANSTORNOS DE ANSIEDADE INFANTIL**

Lusivania de Brito Matos¹; Matheus de Almeida Miranda Constancio¹; Wyanara Soares Lopes¹;

Luan Kelves Miranda de Souza

¹ *Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP*

² *Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP*

39

INTRODUÇÃO: Os transtornos de ansiedade estão entre as condições psiquiátricas mais prevalentes na infância, podendo comprometer o desenvolvimento emocional, social e acadêmico da criança. O tratamento tradicional envolve principalmente abordagens psicoterapêuticas, como a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), e o uso de medicamentos como os inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRS). No entanto, uma parcela significativa das crianças não apresenta resposta satisfatória a essas terapias, o que motiva a busca por intervenções alternativas mais eficazes. Nesse contexto, o fator liberador de corticotropina (CRF), um dos principais reguladores da resposta ao estresse, tem ganhado destaque como um alvo promissor para o manejo dos transtornos de ansiedade. A modulação do sistema CRF, por meio de antagonistas específicos dos receptores CRF1 e CRF2, tem demonstrado potencial para reduzir a reatividade emocional exacerbada e melhorar os sintomas ansiosos em estudos experimentais, embora ainda existam limitações quanto à sua aplicação clínica. **OBJETIVO:** O presente trabalho tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, o papel da modulação do CRF como intervenção terapêutica nos transtornos de ansiedade em crianças. Busca-se compreender os mecanismos de ação envolvidos, os possíveis benefícios clínicos dessa abordagem e as lacunas existentes nas pesquisas atuais. **METODOLOGIA:** A metodologia adotada será a revisão integrativa, com pesquisa nas bases de dados PubMed, SciELO, LILACS e periódico CAPES. Serão utilizados descritores controlados, como “Corticotropin-Releasing Factor”, “Anxiety Disorders”, “Children”, “Treatment” e “CRF Antagonists”, combinados por operadores booleanos (AND, OR). A seleção das publicações seguirá uma leitura crítica e analítica, com critérios de inclusão baseados na relevância, atualidade (últimos 5 anos) e disponibilidade do texto completo. As fontes incluirão artigos científicos, revisões sistemáticas, diretrizes clínicas e documentos de sociedades científicas. Serão visitadas bibliotecas virtuais como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além de periódicos eletrônicos de acesso aberto. **RESULTADOS ESPERADOS:** Pretende-se reunir evidências atualizadas sobre a eficácia e segurança da modulação do CRF no tratamento da ansiedade infantil, identificar seus mecanismos neurobiológicos e possíveis vantagens frente às terapias convencionais. Espera-se, ainda, contribuir para o avanço do conhecimento e o aprimoramento das práticas clínicas na psiquiatria infantil.

Palavras-chave: Transtornos de Ansiedade. Fator Liberador de Corticotropina. Saúde da Criança.

**TRATAMENTO DA DOR NEUROPÁTICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Marcos Vinícius de Meneses Gomes¹; Dewey Remy Nogueira Fontenele¹; Leonardo Domingos de Sousa Oliveira¹; José Lopes Pereira Junior²

¹ Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP

² Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP

40

INTRODUÇÃO: A dor é uma experiência sensorial e emocional desagradável associada a uma lesão real ou potencial nos tecidos do corpo. Ela pode ser descrita como uma resposta do sistema nervoso a estímulos nocivos, alertando o organismo sobre possíveis danos e desencadeando uma série de reações fisiológicas e emocionais. A dor neuropática representa um desafio clínico relevante, caracterizando-se por ser resultante de uma lesão ou disfunção no sistema nervoso somatossensorial, manifestando-se com sintomas como queimação, formigamento e dor lancinante. Esse tipo de dor difere da dor nociceptiva por sua natureza persistente e frequentemente refratária aos tratamentos convencionais, exigindo estratégias terapêuticas específicas. A escolha do regime terapêutico deve ser individualizada, considerando-se os mecanismos fisiopatológicos envolvidos, as comorbidades e os efeitos adversos potenciais.

OBJETIVO: Este estudo propõe uma análise aprofundada das condutas farmacológicas para o tratamento da dor neuropática. **METODOLOGIA:** O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cujo objetivo é analisar as abordagens de tratamento farmacológico para a dor neuropática. A revisão seguiu as etapas recomendadas para esse tipo de estudo: definição do problema de pesquisa, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, busca sistemática nas bases de dados, análise crítica dos estudos selecionados e síntese dos resultados. A busca foi realizada na base de dados PubMed, utilizando os seguintes descritores em inglês: "neuropathic pain", "pharmacological" e "treatment", combinados por meio do operador booleano AND. A estratégia de busca foi adaptada conforme os filtros e sintaxe de cada base, priorizando estudos que continham os termos no título ou resumo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A análise da literatura permitiu identificar tendências consistentes e contribuições relevantes no campo investigado, bem como evidenciar lacunas que ainda demandam maior aprofundamento científico. A busca por meio da ferramenta avançada em base de dados PubMed resultou em 2.994 artigos, sendo destes selecionados e examinados apenas 1.781 artigos por não apresentarem dificuldade de acesso, considerando publicações compreendidas entre os anos de 2020 e 2025. A seleção inicial baseou-se na pertinência temática, na solidez metodológica — com ênfase no delineamento das pesquisas — e na representatividade estatística das amostras analisadas. A partir dessa triagem preliminar, 40 artigos foram selecionados para leitura integral e análise aprofundada. Destes, 08 artigos foram elencados para compor a base final de discussão, por atenderem de forma mais completa aos critérios estabelecidos. **CONCLUSÃO:** Compreende-se, pois, diante das informações supracitadas, que a dor neuropática trata-se de uma entidade clínica complexa e multifacetada com um tratamento bem estabelecido e, ainda assim, em constante evolução. A determinação de uma lógica terapêutica pautada em linhas de tratamento consiste em eficaz ferramenta para maior praticidade na conduta médica, no entanto, as diretrizes ainda divergem e as recomendações clínicas mudam constantemente. Isto posto, é ressaltada a importância de estudos que alinhem os pensamentos da comunidade científica e, para além disso, profissionais da saúde cada vez mais capacitados para analisar as evidências mais recentes e incorporá-las na sua prática clínica.

Palavras-chave: dor. neuropática. tratamento. farmacológico.

**HERÓIS DA INFÂNCIA: O PAPEL DA SAÚDE NA PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL
INFANTIL COMO AÇÃO INTERSETORIAL**

Isis Furtado Veras¹; Maria Clara de Carvalho Oliveira¹; Ellen Gomes Escórcio¹; Yascara Mineiro Marques¹; Marina Sampaio Fortes¹; Anny Bianca Bonfim Veloso Falcão¹; Victor chaves Carvalho e Silva¹; Ana Paula Pierre de Sousa².

41

¹Discente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí – FAHESP

²Docente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí - FAHESP

INTRODUÇÃO: O abuso sexual infantil é uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes. No Brasil, os dados refletem a gravidade do problema: segundo o Ministério dos Direitos Humanos, as denúncias de abuso e exploração sexual cresceram 195% entre 2020 e 2024, passando de 6.380 para 18.826 casos registrados pelo Disque 100. O Atlas da Violência 2025 aponta que, a cada hora, 13 crianças ou adolescentes sofrem violência sexual, física ou psicológica, somando mais de 115 mil vítimas anuais. O aumento das notificações está relacionado, principalmente, ao fortalecimento das campanhas de conscientização e à ampliação dos canais de denúncia. Ainda que não se possa afirmar um aumento real dos casos, o crescimento das denúncias revela maior visibilidade do tema e necessidade de ações efetivas por parte da rede de proteção. Nesse cenário, destaca-se o papel das instituições de saúde, que, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, têm o dever de atuar na prevenção, identificação, acolhimento e encaminhamento de situações de violência. Assim, ações educativas em saúde, especialmente no ambiente escolar, tornam-se estratégias relevantes e necessárias. **OBJETIVO:** Relatar a experiência de discentes do 7º período do curso de Medicina em uma intervenção de saúde voltada à prevenção do abuso sexual infantil com alunos do 4º ano do ensino fundamental. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência, com abordagem qualitativa e caráter descritivo, realizado com crianças de 9 a 11 anos em uma escola pública, durante a campanha Maio Laranja. A ação utilizou recursos lúdicos e interativos, como dinâmicas, imagens, músicas, jogos e material educativo municipal, com base em princípios de educação em saúde e promoção dos direitos da criança. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** A atividade ocorreu em 20 de maio de 2025, com a participação de 26 alunos. Inicialmente, houve uma conversa interativa sobre o Maio Laranja e a importância do cuidado com o corpo. Em seguida, foi aplicada a "Dinâmica das Mãos", representando partes do corpo que não devem ser tocadas e indicando a rede de apoio confiável. A "Dinâmica do Semáforo do Toque" utilizou bonecos e carinhas coloridas para sinalizar toques permitidos ou inapropriados, com recompensas simbólicas como pirulitos para estimular o engajamento. As crianças também receberam um gibi educativo com história sobre o tema e páginas para colorir, que permaneceu disponível na UBS local como material de apoio. Foram distribuídas tiaras temáticas para fortalecer o sentimento de pertencimento. A ação foi conduzida com empatia e respeito, proporcionando um ambiente seguro para o diálogo. **CONCLUSÃO:** A intervenção mostrou-se eficaz ao abordar a prevenção do abuso sexual de forma lúdica e educativa. Iniciativas como esta fortalecem a rede de proteção infantil e demonstram a importância da atuação interprofissional e do papel da escola na promoção dos direitos e da saúde das crianças.

Palavras-chave: Maio Laranja. Abuso sexual na infância. Estratégias de saúde. Saúde da criança. Educação em saúde.



OS DESAFIOS E OS INSTRUMENTOS JURÍDICOS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS PÚBLICAS NA CIDADE DE PARNAÍBA E REGIÕES CIRCUNVIZINHAS

Yasmin Jane Silva Moraes ¹; Cristine da Cunha Silvestre ¹; Andrey Carlos Silva Sousa ²

42

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

INTRODUÇÃO: A regularização fundiária configura-se como ferramenta essencial para assegurar o direito à moradia e à cidade, conforme estabelecido na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade. Em Parnaíba (PI), a ocupação desordenada de terras públicas e a ausência de titulação agravam desigualdades sociais e promovem conflitos fundiários. **OBJETIVO:** o presente trabalho tem como objetivo analisar os desafios e os instrumentos jurídicos da regularização fundiária de terras públicas na cidade de Parnaíba e regiões circunvizinhas, buscando compreender suas implicações sociais, jurídicas e ambientais. A ocupação irregular de terras públicas nessas localidades é uma realidade histórica e complexa, marcada por exclusão social, insegurança jurídica e carência de políticas públicas eficazes. Neste contexto, o trabalho busca analisar a aplicação efetiva das normas jurídicas e programas de regularização, promovendo justiça social, inclusão e sustentabilidade. **METODOLOGIA:** A metodologia adotada consiste em uma abordagem qualitativa com base em revisão bibliográfica e documental, centrada na análise de legislações, relatórios institucionais públicos como o Tribunal de Justiça do Piauí e experiências práticas de regularização fundiária já implementadas no estado do Piauí. Nesse sentido, o estudo também se apoia em dados oficiais e na observação de políticas públicas, como os programas ProUrbe (Programa de Regularização Fundiária Urbana) e Regularizar, que vêm sendo aplicados na região de forma integrada entre o poder público, o judiciário e a sociedade. **RESULTADOS ESPERADOS:** Os resultados esperados incluem a sistematização dos principais entraves enfrentados pelas comunidades em situação de vulnerabilidade, a identificação de boas práticas institucionais e a formulação de sugestões para o aprimoramento dos instrumentos jurídicos voltados à regularização de terras públicas. Além disso, espera-se ainda demonstrar a importância da articulação entre planejamento urbano, segurança jurídica e participação comunitária como elementos fundamentais para o sucesso dessas políticas. Além disso, espera-se ainda demonstrar a importância da articulação entre planejamento urbano, segurança jurídica e participação comunitária como elementos fundamentais para o sucesso dessas políticas, promovendo cidadania e desenvolvimento urbano sustentável.

Palavras-chave: Regularização fundiária. Parnaíba. Direito à cidade. Terras públicas. Inclusão social



PROMOÇÃO DA SAÚDE RENAL PARA PACIENTES DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Carlos Daniel Spindola Melo¹; Igor de Oliveira Silva¹; João Eduardo Baquil Cardozo¹; João Lucas Gomes Carvalho¹; José Felipe Modesto Cordeiro; Luis Gustavo Caldas de Araújo¹; Ana Paula Pierre de Souza²

¹ Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP, Parnaíba. Piauí

² Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP, Parnaíba. Piauí

43

INTRODUÇÃO: A Educação em Saúde é utilizada como estratégia de enfrentamento das doenças renais, dentre elas, a Doença Renal Crônica (DRC), conceituada como um problema de saúde pública. Algumas comorbidades como a Hipertensão Arterial Sistêmica e o Diabetes Mellitus, são consideradas fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) como a DRC. A conduta terapêutica consiste no retardo dos estágios por meio de ações educativas que modifiquem o estilo de vida deste público. Anualmente, a Sociedade Brasileira de Nefrologia coordena no Brasil a Campanha do Dia Mundial do Rim, que tem como objetivo disseminar informações sobre as doenças renais, com foco na prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado tendo como tema da campanha em 2025, que é “Seus rins estão ok? Faça exame de creatinina para saber”. **OBJETIVO:** Relatar a experiência de uma ação educacional sobre a prevenção das doenças renais para pacientes que aguardavam atendimento numa sala de espera na Unidade Básica de Saúde (UBS) Cearazinho em Luís Correia-PI. **METODOLOGIA:** Trata-se de estudo descritivo do tipo relato de experiência, de ação de extensão com acadêmicos de Medicina sobre promoção de saúde renal, tendo como público-alvo pacientes da sala de espera da UBS Cearazinho, localizada na cidade de Luís Correia-PI, nesta intervenção, interagimos com os pacientes desde a anatomia dos rins até as formas de prevenção das doenças renais; mostra de peças anatômicas; dinâmica com imagens; sorteio de garrafas d'água e oferta de lanche. A ação seguiu os seguintes passos: escuta das histórias vivenciadas pelos pacientes e transmissão do conhecimento sobre a saúde renal e seus agravos. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** Estabelecemos uma divisão de tarefas acerca das orientações para almejar uma boa saúde renal, abordando a anatomia e função renal, além da escuta qualificada dos pacientes sobre as suas vivências. Com a interação recíproca, realizamos atividade com a participação dos pacientes através de imagens que diferenciavam fatores positivos e negativos para obter uma boa saúde renal e prevenção das patologias e ao final fazendo considerações sobre os erros e acertos. **CONCLUSÃO:** A técnica educativa abordada nessa comunidade foi eficaz para melhorar a compreensão dos pacientes sobre as doenças renais e suas formas de prevenção. Atividades as quais os pacientes conseguem interagir com os mediadores da informação apresentam-se como um meio educativo que respeita e considera os conhecimentos prévios da comunidade, aumentando o potencial de aprendizagem do público alvo.

Palavras-chave: Doenças Renais; Saúde Renal; Educação em Saúde.

**ORIENTAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PRÉ-NATAL NA UBS BRODERVILLE:
RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Idelvania da Silva Souza¹; Juliana; Alves Machado ¹; Leysa Maria Ribeiro Lima¹; Maria Clara Tavares Feitosa de Miranda ¹; Mikaellen Moreira de Carvalho¹; Renata Amélia Léda Moura ¹; Xildes Ribeiro Araújo¹ Maria Tavares Machado Fonseca²; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val²

44

¹ Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP

² Docente do Curso de Medicina da FESHAP/IESVAP

INTRODUÇÃO: O pré-natal é um componente essencial da atenção à saúde materna, sendo responsável por acompanhar e monitorar o desenvolvimento da gestação, identificar fatores de risco e prevenir complicações tanto para a mãe quanto para o bebê. A realização adequada do pré-natal contribui para a redução da mortalidade materna e neonatal, além de promover o bem-estar físico e emocional das gestantes. Nesse contexto, a educação em saúde surge como ferramenta fundamental para engajar as mulheres, esclarecer dúvidas, desconstruir mitos e fortalecer o protagonismo das gestantes em relação ao cuidado com a própria saúde. **OBJETIVO:** Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de uma atividade educativa realizada por acadêmicos de medicina na sala de espera da UBS Broderville, em Parnaíba (PI), com foco na orientação de gestantes sobre a importância do acompanhamento pré-natal. **METODOLOGIA:** O presente trabalho trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa, realizado por acadêmicos de medicina da Estratégia Saúde da Família da UBS Broderville, em Parnaíba (PI), durante o estágio curricular em maio de 2025. A atividade foi desenvolvida na sala de espera da unidade, com foco em educação em saúde sobre a importância do pré-natal. Foram distribuídos folders informativos e realizada uma exposição dialogada com as gestantes presentes. Para estimular a participação ativa, aplicou-se uma dinâmica em que as gestantes escreviam dúvidas em papéis, que foram respondidas coletivamente pelos acadêmicos, promovendo um espaço de troca e escuta qualificada. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** Durante a dinâmica, observou-se grande interesse e engajamento por parte das gestantes, que aproveitaram a oportunidade para manifestar suas dúvidas e compartilhar experiências pessoais relacionadas ao pré-natal. Essa prática permitiu que as informações fossem transmitidas de forma clara e contextualizada, contribuindo para a compreensão dos cuidados necessários durante a gestação. Para os acadêmicos de Medicina, a experiência representou um importante momento de aprendizado prático, sensibilizando-os para a importância da comunicação humanizada e da educação em saúde no contexto da atenção básica. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a utilização da sala de espera como espaço educativo representa uma estratégia eficaz para promover a saúde materna, facilitando o acesso das gestantes a informações essenciais e estimulando seu protagonismo no pré-natal. A iniciativa demonstrou que ações simples, quando realizadas de forma planejada e participativa, podem contribuir significativamente para o fortalecimento do vínculo entre as usuárias e a equipe de saúde, além de favorecer melhores resultados no acompanhamento gestacional. Destaca-se ainda a importância de integrar as atividades acadêmicas com a realidade comunitária, preparando futuros profissionais para uma prática clínica mais humanizada e centrada nas necessidades dos pacientes.

Palavras-chave: Pré-Natal. Educação em Saúde. Atenção Primária à Saúde.

**PROJETO VITALIS: METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE
HIPERTENSÃO E DIABETES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA AO IDOSO**

Mylla Hadassa de Souza Paiva Carvalho¹; Álvaro Bruno Azevedo Brito¹; Ana Beatriz Aguiar Rodrigues¹; Anna Júlia Freire de Sousa Cunha¹; Edson Augusto Carvalho¹; Maria Fernanda Carvalho Lima do Amaral¹; Ysnnara Maria Barbosa de Sousa¹; Joara Cunha Santos Mendes

Gonçalves Val²

¹ Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI

² Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI

45

INTRODUÇÃO: A hipertensão arterial sistêmica é altamente prevalente entre idosos, sendo um fator significativo para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares. A prevalência de diagnóstico de hipertensão aumenta com a idade: 44,4% entre 60–64 e 55,0% em indivíduos com 75 anos ou mais. Além disso, as mudanças fisiológicas do envelhecimento afetam o pâncreas, reduzindo a massa e estreitando os ductos, comprometendo a secreção de insulina. Essas alterações estruturais contribuem para a redução da sensibilidade à insulina, aumentando a suscetibilidade ao diabetes mellitus tipo 2 em idosos. **OBJETIVO:** Relatar uma ação de conscientização acerca da prevenção à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus em idosos utilizando metodologias ativas. **METODOLOGIA:** O presente estudo consiste em um relato de experiência desenvolvido a partir de ações educativas na área de saúde pública, com ênfase na prevenção das complicações de doenças crônicas como hipertensão e diabetes na população idosa. A escolha do tema justifica-se pela relevância da prevenção e do manejo adequado dessas doenças, visando a proteção da população contra os riscos associados às complicações. Para a elaboração deste relato, foram utilizadas fontes científicas publicadas entre 2020 e 2024. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** As atividades foram realizadas em uma Unidade Básica de Saúde, na cidade de Parnaíba-PI, e consistiu em ações educativas sobre duas comorbidades comuns na terceira idade: hipertensão arterial e diabetes mellitus. Inicialmente, explicou-se o que são essas doenças e seus impactos na saúde, como a exacerbação dos riscos para o coração, rins, olhos e cérebro. Em seguida, foi promovida uma dinâmica de mitos e verdades para esclarecer equívocos comuns, incentivando a participação do público. Na segunda etapa, abordaram-se estratégias de prevenção e cuidados essenciais, como alimentação saudável, prática de exercícios físicos e uso correto de medicamentos. As atividades foram encerradas com orientações sobre a adesão ao tratamento e a importância do autocuidado contínuo, como o monitoramento regular dos medicamentos. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que ações educativas com metodologias ativas são eficazes para promover a conscientização sobre a prevenção e o controle da hipertensão arterial e do diabetes mellitus em idosos, fortalecendo o autocuidado e estimulando hábitos saudáveis que contribuem para a melhoria da qualidade de vida e a redução de complicações. A abordagem interativa favoreceu o engajamento do público, tornando o aprendizado mais significativo e acessível. Além disso, a troca de saberes entre os profissionais e os participantes permitiu a desmistificação de crenças errôneas e o reforço da importância da prevenção contínua. Tais estratégias devem ser incentivadas nos serviços de atenção primária à saúde, uma vez que ampliam o conhecimento da população, promovem maior adesão ao tratamento e contribuem para a construção de uma rede de cuidado mais humanizada e resolutiva.

Palavras-chave: Hipertensão Arterial. Diabetes Mellitus. Educação em Saúde. Idoso



CLASSIFICAÇÃO DE PRIORIDADES NO ATENDIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NA UBS SANTA TERESINHA (MOD-31)

Francisco Wellington de Sousa Junior¹; Bruno Carvalho Rocha¹; Matheus Carvalho Ribeiro Corrêa¹; João Sérgio de Souza Moura¹; Otávio César Costa Alves¹; Weiler Batista Dantas¹; Geovanna Freitas de Carvalho¹; Luno Henrique Bandeira Tavares Maranhão¹; Cleiton Sousa Pinto¹; Juliana do Nascimento Oliveira¹; Thatianne de Melo Prado¹; Ravena Maria Mota Castelo Branco¹; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val²; Marcos Aurélio Lima Barros Junior².

¹Discente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP, Parnaíba, Piauí.

²Docente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP, Parnaíba, Piauí.

INTRODUÇÃO A classificação de risco é uma ferramenta fundamental na organização dos atendimentos nas unidades de saúde, especialmente na Atenção Primária, onde frequentemente a demanda supera a capacidade imediata de resposta. Com base em critérios clínicos, esse sistema visa priorizar os pacientes conforme a gravidade do quadro clínico apresentado. Contudo, muitos dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) não compreendem plenamente essa lógica organizacional, o que pode gerar conflitos, frustrações e dificultar a relação entre profissionais e comunidade. **OBJETIVO:** Promover a conscientização da população sobre o funcionamento do sistema de fichas e a lógica por trás das classificações de prioridade, reforçando a importância da espera consciente e da empatia em relação à dinâmica da unidade de saúde. **METODOLOGIA:** A atividade foi realizada como parte do estágio em Medicina, na Unidade Básica de Saúde Santa Teresinha (UBS MOD-31), vinculada ao Módulo 30 da Estratégia Saúde da Família. A ação extensionista foi estruturada em dois momentos principais: inicialmente, realizada uma palestra expositiva explicando o funcionamento da classificação de risco, seus objetivos e a importância da triagem; posteriormente, uma dinâmica interativa com os pacientes participantes, utilizando situações hipotéticas para promover a reflexão e a discussão sobre diferentes contextos de atendimento. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** Durante a palestra, foi esclarecido como cada cor de ficha representa uma prioridade clínica, destacando a importância do respeito ao processo de triagem. A dinâmica proporcionou aos participantes a oportunidade de discutir, interagir e esclarecer dúvidas, promovendo um espaço de troca de experiências e de fortalecimento do vínculo entre comunidade e equipe de saúde da unidade. A participação ativa dos usuários revelou-se fundamental para o sucesso da ação. **CONCLUSÃO:** A atividade demonstrou ser uma estratégia eficaz de educação em saúde, permitindo não apenas o esclarecimento dos participantes, mas também promovendo um ambiente acolhedor e de fortalecimento do vínculo comunitário. Espera-se que os usuários se tornem agentes multiplicadores do conhecimento, contribuindo para a disseminação de informações e para a melhoria do fluxo organizacional e da convivência na UBS.

Palavras-chave: Atenção Primária. Educação em Saúde. Extensão Universitária. Estratégia Saúde da Família.

**AMPLIAÇÃO DA ELUCIDAÇÃO ACERCA DAS DOENÇAS INFLAMATÓRIAS
INTESTINAIS POR MEIO DA ATUALIZAÇÃO DAS SUAS ABORDAGENS
TERAPÊUTICAS**

Luma de Alencar Bezerra¹; Maysa Maria Portela Martins Brito Passos¹; José Lopes Pereira Júnior²

¹*Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP,
Parnaíba-PI*

²*Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP,
Parnaíba-PI*

47

INTRODUÇÃO: As doenças que decorrem de desordens inflamatórias de caráter crônico ou agudo e afetam o trato gastrointestinal formam um grupo patológico heterogêneo denominado Doenças Inflamatórias Intestinais (DII), tendo como principais representantes são a Doença de Crohn (DC) e a Retocolite Ulcerativa (RCU). No Brasil, as DIIs são consideradas doenças emergentes, com poucos dados e informações que possam delimitar factualmente o cenário que se coloca. Dessa forma, é necessário pensar as DIIs como um problema de saúde pública no Brasil e no mundo, configurando-se como um grupo de doenças complexo e cheio de nuances que devem ser cada vez mais investigados e discutidos no contexto acadêmico, a fim de fornecer embasamento teórico para a prática plena da Medicina baseada em evidências. **OBJETIVO:** Apontar e descrever as principais atualizações em relação às diretrizes terapêuticas das Doenças Inflamatórias Intestinais (DII). **METODOLOGIA:** Este estudo trata-se de uma revisão sistemática da literatura sobre terapias para Doença de Crohn (DC) e Colite Ulcerativa (CU), com base em Guias de Prática Clínica (GPC). A pesquisa foi realizada nas bases BVS, PubMed, SciELO e Lilacs, utilizando descritores em português, inglês e espanhol, combinados com operadores booleanos. Foram incluídos estudos publicados nos últimos dez anos, que abordassem o tratamento das Doenças Inflamatórias Intestinais (DIIs) conforme diretrizes reconhecidas, e excluídos trabalhos indisponíveis na íntegra, relatos de caso isolados e publicações que não fossem revisões, ensaios clínicos ou meta-análises. A seleção dos artigos foi feita por dois revisores independentes, com desempate por um terceiro revisor. Os dados extraídos incluíram informações dos autores, tipo de estudo, intervenções terapêuticas, recomendações dos GPCs, resultados e conclusões. A avaliação metodológica dos estudos foi conduzida por meio das ferramentas Cochrane e AMSTAR. A síntese dos dados foi qualitativa, focada nas abordagens terapêuticas e recomendações dos GPCs para DC e CU. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados reforçam a importância da atualização constante das práticas clínicas, destacando o impacto dos avanços na biotecnologia e medicina personalizada no manejo das DIIs. As terapias biológicas, como imunomoduladores e anticorpos monoclonais, mostraram alta eficácia na remissão de casos moderados a graves. A personalização do tratamento, baseada em perfis genéticos e moleculares, surge como um diferencial, apesar de ainda enfrentar desafios como alto custo e necessidade de infraestrutura. Estratégias complementares, como Nutrição Enteral Exclusiva, probióticos e transplante de microbiota fecal, mostraram-se promissoras em subgrupos de pacientes. Persistem, contudo, obstáculos como a acessibilidade às terapias inovadoras e a uniformização das diretrizes. A adesão ao tratamento depende de abordagens que integrem suporte emocional e acompanhamento contínuo. **CONCLUSÃO:** O estudo conclui pela importância da individualização do cuidado e da atuação interdisciplinar, destacando a necessidade de políticas públicas e investimentos em pesquisa para garantir acesso equitativo às terapias mais eficazes, contribuindo para melhores desfechos clínicos e qualidade de vida dos pacientes com DIIs.

Palavras-chave: Doença de Crohn. Colite Ulcerativa. Guia de Prática Clínica.

**Te cuida, HOMI!**

¹Ana Paula Soares dos Santos; ¹Ana Taíssa Lira Sousa Gomes; ¹Andressa Gomes Brandão;
¹Antonia Nicole Aquino de Abreu; ¹Iasmim Costa Lages Gonçalves; ¹Jaqueline Gonçalves
Pampolini; ¹Julliana Gonçalves de Araújo; ¹Livia Sousa de Carvalho; ¹Maria do Livramento
Fontenele Alves; ¹Maria Eduarda Gomes de Oliveira; ¹Rhauanna Mylena dos Santos Castro;
¹Sílvio Araújo Mariz junior; ¹Valdir Vinícius Damasceno Almeida; ¹Ygor José Cunha da Silva;
²Vanessa Cristina de Castro Aragão Oliveira;

¹Discente do Curso de Medicina do IESVAP

²Docente do Curso de Medicina do IESVAP

INTRODUÇÃO: A saúde do homem ainda enfrenta desafios significativos no Brasil, especialmente quanto ao acesso e à adesão a práticas preventivas. Essas dificuldades são, em grande parte, influenciadas por fatores socioculturais ligados à masculinidade, que historicamente afasta os homens dos serviços de saúde. Nesse contexto, destaca-se a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), que busca ampliar o cuidado integral e reduzir agravos evitáveis, como hipertensão, diabetes e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Este projeto propõe ações educativas e de rastreamento, com o objetivo de incentivar a prevenção e estimular a busca ativa por cuidados em saúde. A iniciativa contribui diretamente para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 da Agenda 2030, que visa assegurar vida saudável e bem-estar para todos. **OBJETIVO:** Implementar ações de promoção e prevenção da saúde com foco no público masculino acolhido em uma instituição de reabilitação para dependentes químicos na cidade de Parnaíba-PI, visando à melhoria da qualidade de vida desses homens. **METODOLOGIA:** As atividades foram realizadas presencialmente na Comunidade Terapêutica Monte Morá, conduzidas por acadêmicos de medicina sob supervisão profissional. Foram aplicadas dinâmicas educacionais sobre ISTs e vacinação, aferição de pressão arterial e glicemia capilar, testes rápidos para HIV, sífilis, hepatites B e C, além de vacinação contra difteria e tétano. A abordagem priorizou o diálogo e a participação ativa dos acolhidos, promovendo um ambiente de escuta e troca de saberes, fundamental para estimular a conscientização e o vínculo com os serviços de saúde. O projeto contou com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde e da própria comunidade terapêutica. **RESULTADOS:** Foram realizados 120 testes rápidos de IST's em 30 homens, dos quais quatro apresentaram resultado positivo para sífilis, indicando uma taxa de positividade de 13,3%. A detecção precoce possibilitou o encaminhamento imediato dos casos ao Centro de Testagem e Aconselhamento, assegurando a continuidade do cuidado e contribuindo para a quebra da cadeia de transmissão. Concomitantemente, foram vacinados diversos homens com a vacina DT. Paralelamente, as atividades educativas promoveram reflexões sobre autocuidado, prevenção e adesão aos serviços de saúde. Os dados reforçam a vulnerabilidade do público atendido e a importância de estratégias específicas para esse grupo. **CONCLUSÃO:** Ações educativas e de rastreamento mostraram-se eficazes na promoção da saúde do homem, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social. O projeto evidenciou a relevância do diagnóstico precoce e do acesso facilitado aos serviços de saúde. A abordagem participativa contribuiu para ampliar o conhecimento e o engajamento dos participantes, reafirmando a necessidade de políticas públicas permanentes voltadas à saúde do homem, com foco na equidade, integralidade e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Palavras-chave: Saúde Ocupacional. Prevenção de Riscos. Saúde do Homem.



ENVELHECENDO COM SABEDORIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE SAÚDE MENTAL NA TERCEIRA IDADE

Carlile Campos Júnior¹; Alcilene Mendes Figueiredo¹; Marina Maria Neiva Ribeiro¹; Josiane Braz Ribeiro¹; Leonam Sousa Aguiar¹; Jayana Bastos Leite¹; Isabelle Nogueira Prado Arruda¹; Alice de Moraes Veras da Fonseca²; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val³

¹Discente do curso de Medicina no Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP, Parnaíba, Piauí; ²Preceptora do curso de Medicina no Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP, Parnaíba, Piauí; ³Docente do curso de Medicina no Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP, Parnaíba, Piauí

INTRODUÇÃO: O envelhecimento configura-se como uma fase intrínseca ao ciclo vital humano, permeada por transformações nas dimensões biológica, psicológica e social, onde essas alterações interconectadas exercem uma influência significativa sobre a qualidade de vida. Nesse contexto, a atenção e o cuidado dedicados à saúde mental na terceira idade transcendem a ausência de transtornos, representando um pilar fundamental para a promoção do bem-estar integral, manutenção da autonomia e a possibilidade de vivenciar essa fase com plenitude. **OBJETIVO:** Explorar as vivências sobre saúde mental, de um grupo de idosos em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), por meio da interação proporcionada por roda de conversa e da aplicação de um quiz direcionado, perguntas e respostas sobre mitos e verdades. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência acerca do projeto de extensão "Saúde Mental na Terceira Idade", cujo objetivo centrou-se em contribuir para uma potencial transformação na realidade social dos idosos que frequentam a UBS localizada no bairro Pindorama (módulo 34), Parnaíba, Piauí. Consistindo na realização de roda de conversa temática e na aplicação de um quiz contendo perguntas e respostas sobre mitos e verdades relacionados à saúde mental na terceira idade. Adicionalmente, o projeto buscou conscientizar e capacitar os idosos, fomentando um ambiente acolhedor que estimulasse a livre expressão de sentimentos. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** Detalha a implementação do projeto de extensão, que objetivou contribuir para a transformação da realidade social dos idosos, com uma metodologia centrada na interação e na disseminação de conhecimento acessível sobre a saúde mental. A intervenção iniciou com roda de conversa temática, proporcionando um espaço seguro e acolhedor onde os idosos puderam compartilhar vivências, dúvidas e percepções sobre o envelhecimento e a saúde mental. Observou-se que houve participação ativa e relatos emocionantes com identificação de preocupações comuns. Paralelamente, a aplicação do quiz desencadeou vários pontos de discussões, por exemplo, a afirmação de que "Depressão em idosos pode ser confundida com sinais normais do envelhecimento" (Verdade) gerou debate sobre a necessidade de diferenciar cansaço natural de sintomas depressivos. Da mesma forma, a questão sobre o benefício da psicoterapia para idosos (Verdade) abriu espaço para desmistificar a busca por ajuda profissional. A resposta ao mito de que "Esquecer onde guardou objetos ou nomes sempre indica Alzheimer" foi relevante, trazendo alívio e informação. A discussão sobre a importância da atividade física e social (Verdade) e a desmistificação da ideia de que "Tomar muitos remédios faz parte de envelhecer" (Mito) também foram cruciais para esclarecer informações que em muitos casos geram preocupações desnecessárias e em alguns momentos geram ansiedades e alterações na saúde mental dos idosos, neste sentido, verificou-se que a combinação das rodas com o quiz foi eficaz para estimular reflexão, pois o ambiente acolhedor encorajou a expressão de sentimentos e o quiz facilitou a compreensão, sendo assim, acredita-se que a ação contribuiu para conscientizar os idosos sobre o cuidado com a mente. **CONCLUSÃO:** A combinação das intervenções conscientizou os idosos sobre saúde mental, desmistificando mitos e incentivando o cuidado. A ação interativa promoveu reflexão e aprendizado, contribuindo para o bem-estar na terceira idade.



Palavras-chave: Qualidade de vida. Saúde mental. Terceira idade.

SOLDADINHOS CONTRA A DENGUE: EDUCAÇÃO LÚDICA PARA A PREVENÇÃO E COMBATE À DENGUE

50

Ana Cristina de Paula Brito¹; Ana Karen Araújo Coelho¹; Davi Nascimento Sales¹; Emanuel Antônio Barros Castelo Branco¹; Hellen Holanda Pessoa Saraiva¹; Kamilly Asley de Sousa Machado¹; Maria Eduarda Saraiva Sousa Attem¹; Maria Fernanda Araújo¹; Maria Júlia Veloso de Carvalho¹; Pedro Henrique Cardoso Bastos¹; Thaise e Dias Carvalho Dias¹; Vanessa Cristina de Castro Aragão Oliveira²

¹ Discente do Curso de Medicina da IESVAP, Parnaíba-PI

² Docente do Curso de Medicina da IESVAP, Parnaíba-PI

INTRODUÇÃO: A dengue é uma arbovirose de grande impacto global, especialmente no Brasil, onde é considerada uma das principais endemias. Causada pelo vírus da dengue (DENV), da família *Flaviviridae*, é transmitida principalmente pelo mosquito *Aedes aegypti*, que se prolifera em locais com água parada, comuns em áreas urbanas. A educação infantil em prevenção contra a dengue se destaca como alternativa para um público estratégico, pois crianças influenciam diretamente suas famílias, ampliando o alcance das ações educativas. **OBJETIVO:** Promover a educação em saúde através de atividades lúdicas e interativas, conscientizando crianças do ensino fundamental (5º ano) sobre a prevenção e combate à dengue. A proposta busca estimular atitudes preventivas tanto na escola quanto em casa, tornando as crianças multiplicadoras de conhecimento. **METODOLOGIA:** As atividades foram realizadas na Escola Municipal Frei Rogério de Milão, com base na educação popular em saúde, priorizando métodos acessíveis e participativos. A ação integrou ensino, comunidade e extensão universitária, promovendo mudanças sustentáveis de comportamento. As atividades envolveram a aplicação da dinâmica “Soldadinhos contra a dengue”. A interação com os alunos incluiu uma introdução teórica com linguagem acessível e imagens ilustrativas, abordando temas como a transmissão da dengue, sintomas, prevenção e ciclo do mosquito. Em seguida, foram realizadas atividades práticas, sendo uma delas a ‘Caça ao mosquito’, com o objetivo da identificação dos focos. Todos os aspectos éticos foram respeitados, com participação voluntária e autorização prévia para registros audiovisuais. O projeto contou com o apoio do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP), que fornece recursos pedagógicos e fortalece a integração universidade-comunidade. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Fomentou-se o conhecimento dos alunos sobre a dengue, incentivando atitudes preventivas. As crianças atuaram como agentes multiplicadores, compartilhando o que aprenderam com familiares e vizinhos. A proposta também busca formar cidadãos mais críticos e conscientes sobre a importância da saúde coletiva. **CONCLUSÃO:** A realização do projeto foi significativa tanto para as crianças, quanto para os acadêmicos extensionistas. A abordagem lúdica transformou o aprendizado em uma experiência divertida e educativa. Destacou-se o vídeo dos “Soldadinhos contra a dengue”, que ilustrou de forma criativa a missão de combater os focos do mosquito, facilitando o entendimento do conteúdo. Outra atividade foi a busca por focos simulados na escola, com uso de mapas, incentivando a participação ativa e o trabalho em equipe. A ação foi encerrada com lanches, distribuição de doces e certificados, valorizando o envolvimento dos alunos. A iniciativa cumpriu seus objetivos, gerando impacto positivo na escola e reforçando a parceria entre universidade e comunidade na promoção da saúde.

Palavras-chave: Dengue, Educação em saúde, Prevenção, *Aedes aegypti*, Ensino fundamental e Atividades lúdicas.



VÍCIO DE CONSENTIMENTO EM CARTÕES DE CRÉDITO RMC E RCC POR IDOSOS ANALFABETOS HIPERVULNERÁVEIS

Joele Barros da Rocha¹; Enrico Marques dos Santos¹; Lara Siqueira Silva Coelho¹; Tatiana Mendes Caldas Castelo Branco²

¹ Discente do Curso de direito da Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP)

² Docente do Curso de direito da Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP)

51

INTRODUÇÃO: O presente estudo analisa o vício de consentimento na contratação de cartões de crédito consignados (RMC/RCC) por idosos analfabetos, evidenciando sua extrema vulnerabilidade no mercado financeiro. A pesquisa se justifica pelo alto índice de analfabetismo entre idosos no Brasil, aliado à crescente inadimplência nesse grupo devido a práticas abusivas adotadas por instituições financeiras. Segundo a PNAD Contínua do IBGE (2023), 15,4% dos idosos brasileiros são analfabetos, o que representa mais de 5 milhões de pessoas com dificuldades na compreensão de contratos escritos. Além disso, a Serasa Experian identificou um aumento de 33% na inadimplência entre pessoas com mais de 60 anos entre 2019 e 2023. Esse cenário reforça a necessidade de um estudo aprofundado sobre os impactos do crédito consignado para consumidores hiper vulneráveis. **OBJETIVO:** Investigar juridicamente as práticas comerciais abusivas e os vícios de consentimento que afetam idosos analfabetos na contratação de cartões RMC e RCC, analisando sua legitimidade e propondo mecanismos de proteção eficazes. **METODOLOGIA:** O estudo foi desenvolvido por meio de análise documental e revisão de jurisprudência sobre a contratação de crédito consignado. Foram examinadas decisões judiciais que reconhecem práticas abusivas e invalidam contratos celebrados sem pleno entendimento do consumidor. A pesquisa também aborda o conceito de vulnerabilidade e hiper vulnerabilidade no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e os impactos da Lei nº 14.181/2021 na proteção do consumidor idoso analfabeto. **RESULTADOS ESPERADOS:** Espera-se que este estudo contribua significativamente para o debate jurídico sobre a proteção do consumidor hiper vulnerável, fornecendo bases teóricas e práticas para aprimorar a fiscalização das instituições financeiras e propor regulamentações mais rigorosas na contratação de crédito consignado. **CONCLUSÃO:** A análise evidencia a necessidade urgente de políticas públicas que assegurem maior equidade nas relações contratuais e garantam um ambiente financeiro mais seguro para idosos analfabetos. A implementação de mecanismos de fiscalização e a imposição de requisitos mais claros na contratação de crédito são essenciais para minimizar práticas abusivas e proteger consumidores em situação de extrema vulnerabilidade.

Palavras-chave: Vício de consentimento. Hiper vulnerabilidade. Práticas abusivas. Proteção ao consumidor.

**UM GESTO, MUITAS VIDAS**

Antonio Erick Silva Pereira¹; Ângelo Felipe Da Rocha Cardoso Oka Lôbo¹; Antonia Georgia Oliveira França¹; Izabelly da Silva Lima¹; João Herbeth Aguiar Serejo¹; Juliana Lorreny Soares Lavor¹; Laís Araujo Tomaz Veras¹; Maria Ingredy Araújo Lima¹; Maria Ivanise Teixeira Costa Veras¹; Pedro Miquéias Pessoa França¹; Sarah De Aguiar Moraes¹; Sarah Vitoria Silva Barreto¹; Thâmilley Silva Lopes¹; Tiago Fontinele Ribeiro; ¹ Vitória Furtado Silva¹; Vanessa Cristina de Castro Aragão Oliveira²

52

Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP – Parnaíba - PI

Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP – Parnaíba - PI

INTRODUÇÃO: o projeto buscou conscientizar a população sobre a importância da doação de sangue por meio de campanhas educativas e ações de mobilização. A iniciativa visou combater a baixa adesão à doação de sangue e garantir estoques mais estáveis, desmistificando medos e estimulando a doação regular. **OBJETIVO:** promover a conscientização e mobilização de policiais, alunos de cursinhos pré-vestibulares e população geral para aumentar o número de doadores de sangue, garantindo um impacto imediato na reposição dos estoques do hemocentro local. **METODOLOGIA:** A iniciativa caracteriza-se como um projeto de extensão universitário com ênfase em educação e mobilização social para a saúde pública. As atividades foram focadas para a comunidade externa, especialmente grupos estratégicos, como representantes das forças armadas, alunos de cursinhos e de mais cidadãos interessados. Em parceria com o hemocentro, foram realizadas palestras, mutirões e divulgação de informações para incentivar novos doadores. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** inicialmente, a ação de extensão buscou localizar parcerias para a realização do projeto, a fim de conseguir maior impacto posteriormente. Logo, após a realização das parcerias com escolas, cursinhos pré-vestibular e hemocentro, o trabalho buscou realizar a conscientização e mobilizar a comunidade local, por meio de distribuição de panfletos, palestras e mutirões de divulgação, a fim de aumentar significativamente o número de doadores no hemocentro. **CONCLUSÃO:** o projeto de extensão cumpriu seu objetivo ao promover a conscientização e estimular a doação de sangue de forma eficaz. A mobilização de diferentes segmentos da população resultou em um aumento real nas doações, evidenciando o poder das ações educativas e da parceria entre universidade e serviços de saúde. Como impacto direto, o hemocentro conseguiu atender melhor à demanda por bolsas de sangue, contribuindo para salvar vidas e fortalecer a cultura da doação voluntária na região. Por meio dessa, experiência foi reforçada a relevância de iniciativas extensionistas como estratégia para enfrentar desafios de saúde pública e salvar vidas. Além disso, a iniciativa demonstrou a eficácia das ações educativas e reforçou a importância da mobilização social em prol da saúde pública.

Palavras-chave: Doação de sangue; Transfusão de sangue; Educação da população

**ASSIMETRIAS CRANIANAS POSTURAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE
LITERATURA**Aluane Brasileiro Rocha ¹; Izadora Maria Araujo Campelo ¹; Vitória Pereira da Costa Silva ¹;José Lopes Pereira Junior²¹Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP²Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP

53

INTRODUÇÃO: Assimetria Craniana é caracterizada por qualquer deformidade no formato do crânio do bebê. Quando são posturais, têm como principais causas a longa duração de apoio em uma mesma posição quando a criança está deitada, ou de maneira intrauterina quando a cabeça do bebê se apoia com intensidade na parede do útero. Essa anormalidade se dá porque nos primeiros meses de vida as suturas cranianas não se fundiram por completo e podem ser classificadas como: plagiocefalia, braquicefalia e escafocefalia. As assimetrias cranianas posturais (ACPs) em lactentes têm se tornado uma condição cada vez mais observada na prática clínica pediátrica, especialmente em decorrência de fatores posicionais e ambientais nos primeiros meses de vida. **OBJETIVO:** Realizar uma revisão integrativa da literatura sobre as ACPs, abordando suas causas, classificações, impactos no desenvolvimento infantil e estratégias terapêuticas, com ênfase na eficácia do uso de órteses cranianas. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi conduzida nas bases de dados PubMed/MEDLINE, Scopus e Web of Science, considerando publicações dos últimos 10 anos, entre 2016 e 2025, nos idiomas português e inglês. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** Posição supina prolongada, a prematuridade, o torcicolo muscular congênito e a restrição de movimento cervical são os principais preditores de ACPs. As repercussões das deformidades vão além do aspecto estético, podendo comprometer o desenvolvimento neuromotor, visual e mandibular. As estratégias terapêuticas incluem orientações posturais, fisioterapia e, em casos indicados, o uso de órteses cranianas, que se mostraram eficazes principalmente quando iniciadas precocemente. **CONCLUSÃO:** Os estudos selecionados demonstraram que a plagiocefalia posicional é a forma mais prevalente de ACPs, sendo frequentemente associada à posição supina mantida por longos períodos. Em relação ao tratamento, as intervenções conservadoras como a fisioterapia e o reposicionamento postural devem ser priorizadas como primeira linha de abordagem e o uso de órteses cranianas se mostra eficiente principalmente nos casos moderados a graves. A atuação multidisciplinar associada a protocolos baseados em evidências, identificação precoce e à educação das famílias, é fundamental para o manejo adequado das ACPs e minimização dos seus impactos, favorecendo o desenvolvimento saudável do lactente.

Palavras-chave: Plagiocefalia. Assimetrias Cranianas. Lactente. Órtese Craniana. Desenvolvimento Infantil.



USO INADEQUADO DE BENZODIAZEPÍNICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE RISCOS DE DEPENDÊNCIA E EFEITOS ADVERSOS

Lúcio Eugênio Cerqueira Lopes ¹; Augusto de Araújo Castro¹; Romulo Mendes de Souza ¹; Ana Rachel Oliveira de Andrade²

¹ *Discente do Curso de medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí - FAHESP*

² *Docente do Curso de medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí - FAHESP*

54

Introdução: O uso de benzodiazepínicos (BZD) é amplamente disseminado na prática clínica, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), onde esses fármacos são frequentemente prescritos para o manejo de condições como insônia, transtornos de ansiedade e queixas psicossomáticas. Embora apresentem eficácia reconhecida no alívio sintomático de curto prazo, seu uso prolongado está associado a efeitos adversos significativos, além de elevado risco de dependência física e psicológica. Esses riscos tornam-se ainda mais preocupantes em contextos de uso crônico e sem acompanhamento adequado, realidade comum na APS. **Objetivo:** Esta revisão sistemática teve como objetivo analisar criticamente os riscos de dependência e os efeitos adversos relacionados ao uso inadequado de benzodiazepínicos na Atenção Primária à Saúde, considerando fatores individuais, clínicos e estruturais. **Metodologia:** A busca foi conduzida nas bases de dados PubMed/NCI, SciELO e LILACS, com estratégias baseadas na ferramenta PICO e nas diretrizes PRISMA. Inicialmente, foram identificados 47 estudos que atendiam aos descritores da pesquisa. Após a triagem por títulos e resumos, 37 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão. Dez estudos publicados entre 2016 e 2024, com diferentes delineamentos metodológicos, foram selecionados e avaliados por meio do instrumento CASP (Critical Appraisal Skills Programme). **Resultados e Discussão:** Os achados indicam que o uso prolongado e inadequado de BZD na APS é uma prática frequente e preocupante. Observou-se ausência de reavaliação periódica, além de prescrições repetidas sem indicação clínica atualizada. Entre os efeitos adversos mais recorrentes destacam-se prejuízos cognitivos, maior incidência de quedas, delírios e risco aumentado de demência, sobretudo em idosos. A dependência, por sua vez, representa uma barreira importante à descontinuação do uso. Fatores como ausência de protocolos clínicos, sobrecarga assistencial e escassez de serviços especializados contribuem para a perpetuação dessa prática. No entanto, intervenções como programas de retirada gradual e abordagens motivacionais mostraram-se eficazes, mesmo em populações vulneráveis. **Conclusão:** Conclui-se que o uso inadequado de benzodiazepínicos na APS constitui um importante problema de saúde pública. É essencial o investimento em capacitação profissional, elaboração e aplicação de protocolos baseados em evidências, bem como a integração com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), visando promover o uso racional desses medicamentos e reduzir os riscos associados à sua utilização prolongada.

Palavras-chave: Antidepressivos. Psicofármacos. Atenção Primária à Saúde. Perfil Epidemiológico.

**IMPLANTAÇÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO NA CLÍNICA-ESCOLA AFYA:
INOVAÇÃO NA GESTÃO DO CUIDADO E NA FORMAÇÃO MÉDICA INTEGRADA**

Matheus Augusto Bastos De Moraes Correia ¹; Alécio Galvão Lima ¹; Antônio Carlos Brenner Marques Da Silva ¹; Antônio Edilson Tomaz Filho ¹; Antônio Gabriel Dos Santos Castro ¹; Ayrton Galvão De Araújo Junior¹; Claudejanny Sobrinho Rodrigues De Sousa¹; Davi Leonardo Soares Ximenes ¹; Edmara Nayara Ferreira Cunha ¹; Emerson Alcântara De Sousa Filho ¹; Gerdan Pontes Feijão ¹; Gercione Rocha E Silva ¹; Guilherme Nunes Medeiros ¹; Hellen Araújo Queiroz ¹; Karina Meneses Fortes Castelo Branco ¹; Isabela Da Silva Coimbra ¹; Leonel Marques Rodrigues ¹; Luiza Maria Farias Barboza Moura Fé ¹; Luiz Darcy Rodrigues Fontenelle De Araújo¹; Luís Octávio Furtado Azevedo De Melo Pires ¹; Pedro Henrique Fréres Holanda ¹; Vanessa Cristina de Castro Aragão Oliveira²

¹ Discente do Curso de Medicina da IESVAP

² Docente do Curso de Medicina da IESVAP

INTRODUÇÃO: A clínica-escola da Faculdade IESVAP desempenha papel essencial tanto na formação de futuros profissionais quanto na prestação de serviços de saúde à comunidade. Atualmente, o uso de prontuários físicos fragmentados compromete a qualidade do cuidado, dificulta a comunicação entre especialidades e prejudica a experiência formativa dos estudantes. A ausência do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) limita a integração dos dados clínicos, expõe o fluxo assistencial a falhas e enfraquece a continuidade do cuidado. **OBJETIVO:** Implementar o PEC na clínica-escola da Faculdade IESVAP, buscando qualificar o manejo das informações clínicas, integrar as especialidades e garantir maior segurança, rastreabilidade e acessibilidade aos dados dos pacientes, beneficiando tanto os usuários quanto os profissionais e estudantes envolvidos. **METODOLOGIA:** O projeto de intervenção será estruturado em três eixos. O primeiro envolve a identificação da oportunidade para uma ação social estratégica, reconhecendo a carência de informatização como um ponto crítico. O segundo eixo corresponde ao diagnóstico preliminar, realizado por meio de observação direta e escuta qualificada dos atores envolvidos no cotidiano da clínica. O terceiro eixo abrange o diagnóstico propriamente dito, que utilizará análise documental e entrevistas com docentes, estudantes e gestores, subsidiando a compreensão aprofundada do problema. A análise de conteúdo das falas será conduzida à luz da técnica temática proposta por Bardin. **RESULTADOS ESPERADOS:** Espera-se, com a implantação do PEC, promover maior eficiência na gestão das informações clínicas, reduzir erros e retrabalho, qualificar o cuidado prestado e potencializar a formação médica por meio da inserção de tecnologias digitais no processo educacional. A mudança visa uma prática mais segura, integrada e alinhada às diretrizes nacionais da educação médica e da informatização da saúde no Brasil.

Palavras-chave: Prontuário Eletrônico de Saúde. Formação Médica. Gestão da Informação em Saúde.

**AValiação DO IMPACTO SOCIAL EM DECORRÊNCIA DO DIAGNÓSTICO TARDIO
DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM ADULTOS**

Ana Júlia Araújo Fortes¹; Ítalo Fontenele dos Santos¹; Ricardson Rolim Ricarte Neto ¹; Ana Rachel Oliveira de Andrade²; Ayane Araújo Rodrigues²

¹*Discente do Curso de Medicina da IESVAP*

²*Docente do Curso de Medicina da IESVAP*

56

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista consiste numa condição síndrômica neuropsiquiátrica que tem sua etiologia e fatores de risco que permeiam condições biopsicossociais. Seus sinais e sintomas variam em graus de morbidade entre os pacientes acometidos por tal patologia. Nesse sentido, faz-se necessária uma intervenção multidisciplinar e um manejo diagnóstico precoces a fim de contornar os obstáculos sociais enfrentados pelo público afetado pelo TEA, em especial os adultos. **Objetivo:** analisar o diagnóstico tardio do TEA em adultos e seus obstáculos enfrentados para inclusão social e no mercado de trabalho. **Metodologia:** trata-se de uma revisão bibliográfica acerca da relação entre o Diagnóstico Tardio e o Transtorno do Espectro Autista em Adultos, bem como suas respectivas implicações enfrentadas para inclusão social e no mercado de trabalho de adultos com TEA. As informações foram obtidas por meio de uma busca sistemática de artigos científicos publicados e indexados nas principais bases de dados da área da saúde. **Resultados:** foram encontrados dados que corroboram com a hipótese de que o diagnóstico tardio oferece importantes consequências para a vida do paciente, desde repercussões de saúde geral e mental até prejuízos sociais. Além disso, coloca-se a necessidade de enriquecer a discussão dessa pauta pública para que os direitos dessa população sejam preservados e atendidos.

Palavras-chave: Transtorno do espectro autista; Diagnóstico tardio; Sinais e sintomas do autismo, segundo os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS).

**REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO NO BRASIL: AVANÇOS, DESAFIOS E
PERSPECTIVAS PÓS-REFORMA TRABALHISTA**

Valtenir Barros Galeno¹ Renildo Barbosa Estevão²

¹ Discente do Curso de DIREITO da FAHESP/IESVAP, PARNAIBA-PI

² Docente do Curso de DIREITO da FAHESP/IESVAP, PARNAIBA-PI

57

INTRODUÇÃO: O teletrabalho emergiu como modelo laboral significativo no Brasil após a Reforma Trabalhista de 2017, que o inseriu nos artigos 75-A a 75-E da CLT. Embora represente avanço na flexibilização das relações de trabalho, sua regulamentação mostra-se insuficiente frente aos desafios práticos, como controle de jornada, direito à desconexão e proteção da saúde do trabalhador. A pandemia de COVID-19 acelerou sua adoção, evidenciando lacunas normativas que demandam análise crítica. Este estudo investiga os impactos jurídicos e sociais dessa modalidade, com foco na necessidade de aprimoramento legislativo para garantir direitos fundamentais. **OBJETIVO:** Analisar a regulamentação do teletrabalho no Brasil pós-Reforma Trabalhista, identificando avanços, desafios e perspectivas para uma normatização mais protetiva e inclusiva. Busca-se avaliar como as lacunas legais afetam a segurança jurídica e a dignidade dos trabalhadores, propondo reflexões para futuras políticas públicas. **METODOLOGIA:** A pesquisa adota abordagem qualitativa, com método bibliográfico e documental, analisando a CLT, jurisprudência trabalhista, diretrizes da OIT e experiências internacionais (França e Espanha). A análise interdisciplinar considera aspectos jurídicos, sociais e psicológicos, utilizando doutrinas de autores como Maurício Godinho Delgado e Alice Monteiro de Barros. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A regulamentação atual falha em abordar questões críticas: (1) Controle de jornada: A exclusão do teletrabalhador do art. 62 da CLT gera insegurança, com tribunais reconhecendo horas extras apenas quando há controle indireto (TST, RR-1000864-60.2020.5.02.0711). (2) Custos operacionais: A transferência de despesas (internet, energia) para o empregado viola o princípio do risco do empreendimento (art. 2º da CLT), conforme destacado em julgados como RR-1000221-32.2020.5.02.0056. (3) Saúde e segurança: O art. 75-E da CLT limita-se a orientações genéricas, sem exigir fiscalização do ambiente doméstico ou suporte ergonômico. (4) Direito à desconexão: Ausente na legislação, mas essencial para evitar esgotamento, como demonstram normas francesas (Lei n.º 2016-1088). Comparativamente, países como Espanha (Real Decreto-Lei 28/2020) avançaram em regulamentar reversibilidade e compensação de custos. **CONCLUSÃO:** A regulamentação do teletrabalho no Brasil carece de efetividade para garantir direitos básicos, expondo trabalhadores a riscos de precarização. Urge um marco legal robusto que: (i) estabeleça controle de jornada adaptado à realidade digital; (ii) assegure o direito à desconexão; (iii) responsabilize empregadores por custos operacionais; e (iv) promova saúde ocupacional. A experiência internacional oferece modelos viáveis, mas sua aplicação requer adaptação às desigualdades estruturais brasileiras. A negociação coletiva e a atuação do Ministério Público do Trabalho são complementos essenciais para suprir lacunas legislativas. Conclui-se que a consolidação do teletrabalho como instrumento de progresso exige compromisso com a dignidade humana e a justiça social, evitando retrocessos nas garantias trabalhistas.

Palavras-chave: Teletrabalho. Reforma Trabalhista. CLT. Direito à desconexão. Saúde ocupacional.

**PEQUENOS SINTOMAS, GRANDES CUIDADOS: CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE MÃO-
PÉ-BOCA**

Ítalo Fontenele Dos Santos¹, Aluanne Brasileiro Rocha¹, Ana Lúcia Jovino¹, Izadora Maria Araújo Campelo¹, Maria Vitória De Assis Costa¹, Kalliny Vitória De Assis Costa, Vitória Pereira Da Costa Silva¹

¹Discente do Curso de Medicina da IESVAP

²Docente do Curso de Medicina da IESVAP

58

INTRODUÇÃO: A síndrome mão-pé-boca é uma doença bastante contagiosa de etiologia viral, sendo o vírus *Coxsackie A16* responsável pelo quadro clínico que acomete principalmente crianças escolares. As manifestações clínicas iniciais consistem em febre, náuseas e vômitos. Após, podem ser encontradas lesões vesículo-dolorosas em mucosa oral e exantema em regiões palmares nas mãos, planta dos pés e nádegas. **OBJETIVO:** Desenvolver uma intervenção educativa sobre a Síndrome Mão-Pé-Boca utilizando teatro de fantoches como ferramenta de promoção da saúde em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). **METODOLOGIA:** A atividade principal consistiu em um teatro de fantoches com roteiro educativo e linguagem acessível, abordando os sinais, formas de contágio e medidas preventivas da doença. Como suporte visual, foi elaborado um **banner expositivo** com informações resumidas e ilustrativas sobre o tema. Também foram **distribuídos panfletos informativos** ao público, com orientações práticas de prevenção. Por fim, foi produzido um **videoclipe com música autoral**, que reforçou os conteúdos apresentados de forma lúdica ao final da intervenção. A ação foi direcionada a crianças, acompanhantes e profissionais de saúde presentes na unidade. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** A atividade foi conduzida em ambiente acolhedor da UBS, com participação ativa do público e posterior momento de esclarecimento de dúvidas. As crianças demonstraram interesse e interação durante o teatro, enquanto os responsáveis se engajaram nas discussões e orientações realizadas após a encenação. O videoclipe final gerou envolvimento adicional e reforçou os aprendizados transmitidos. A metodologia lúdica facilitou a compreensão do conteúdo e promoveu um ambiente educativo leve e divertido, reforçando os pontos-chave da ação educativa. **CONCLUSÃO:** A realização do projeto de intervenção sobre a síndrome mão-pé-boca, por meio do teatro de fantoches, mostrou-se uma estratégia eficaz e acolhedora de educação em saúde. A abordagem lúdica permitiu uma maior interação com o público-alvo, especialmente com as crianças, facilitando a compreensão dos sinais, formas de transmissão e medidas de prevenção da doença. Esse tipo de intervenção evidencia que ações simples, quando bem planejadas e executadas com empatia e criatividade, podem gerar impactos significativos na prevenção de doenças e no empoderamento da população para o autocuidado.

Palavras-chave: Síndrome mão-pé-boca. Educação em Saúde. Teatro de fantoches. Lúdico.



II MULTIRÃO DO AUTISMO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM AÇÃO EXTENSIONISTA NA SUBEÇÃO DA OAB DE PARNAÍBA/PI

Milena Portela Amaral¹; Maria Clara de Lima Gomes¹; Maria Yasmin Silva Sousa¹; Sávio Mannoel de Mesquita Costa¹; Rodrigo Escórcio Santos¹; Tatiana Mendes Caldas Castelo Branco².

Discentes do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP

Docente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP

59

A presente síntese descreve a experiência de envolvimento no II Mutirão do Autismo, um projeto de extensão conduzido na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), localizada em Parnaíba, Piauí. O propósito principal da ação foi proporcionar suporte e direcionamento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares, através de uma abordagem multidisciplinar focada na inclusão social, cidadania e acolhimento. Como voluntários, colaboramos na organização e realização do evento, ajudando a acolher as famílias, interagir com as crianças e guiar o público no processo de emissão do Registro Geral (RG). A programação do mutirão contou com a colaboração de psicólogos e advogados, que prestaram atendimentos gratuitos aos pais e responsáveis, esclarecendo dúvidas sobre os direitos das pessoas com TEA, acesso a benefícios e questões legais relacionadas ao diagnóstico e acompanhamento terapêutico. Os psicólogos atuaram no acolhimento emocional, oferecendo ouvidoria qualificada e orientações sobre o manejo do comportamento infantil e as possibilidades de ajuda. A metodologia adotada durante o evento teve como base a escuta ativa, o atendimento humanizado e o trabalho em equipe. A presença de voluntários de diferentes áreas foi essencial para garantir o acolhimento integral às famílias, promovendo um ambiente de empatia, solidariedade e cuidado. A vivência no II Mutirão do Autismo proporcionou não apenas um aprendizado prático sobre a realidade das famílias de pessoas com TEA, mas também favoreceu o desenvolvimento de competências como empatia, comunicação, responsabilidade social e atuação cidadã. A participação nessa ação extensionista reforçou a importância do envolvimento da comunidade acadêmica em iniciativas voltadas para o bem-estar coletivo e para a garantia de direitos. II Mutirão do Autismo, realizado na OAB de Parnaíba/PI, portanto, foi uma iniciativa de grande relevância social, tanto para os participantes atendidos quanto para os voluntários envolvidos, demonstrando o potencial transformador das ações extensionistas na construção de uma sociedade mais inclusiva, informada e acolhedora.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão Social. Cidadania. Ação Social



JUIZ DAS GARANTIAS: IMPACTOS NO PROCESSO PENAL E NA PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL

Antônio Vinicius Ferreira dos Santos Araujo¹; Maria Carulyne Caetano Lopes¹; Jefferson Cicero de Mesquita Soares²

¹ Discente do Curso de direito da Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP)

² Docente do Curso de direito da Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP)

INTRODUÇÃO: O presente trabalho analisa a figura do Juiz das Garantias, introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei nº 13.964/2019, como um instrumento de fortalecimento do sistema acusatório e de proteção aos direitos fundamentais. Sua criação visa garantir a imparcialidade do julgamento penal, mediante a separação entre as funções de investigação e de julgamento, prevenindo abusos e reforçando a legalidade processual. A pesquisa parte da problemática sobre como esse instituto contribui para a efetivação do sistema acusatório no processo penal brasileiro. **OBJETIVO:** O objetivo principal é analisar de que maneira o Juiz das Garantias fortalece a estrutura do sistema acusatório brasileiro. Como objetivos específicos, buscou-se: examinar a fundamentação legislativa e conceitual do instituto; estudar seus impactos no processo penal; evidenciar a proteção aos direitos fundamentais na fase investigativa; e relatar as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que moldaram sua aplicação. **METODOLOGIA:** Adotou-se a pesquisa dedutiva, com abordagem qualitativa, mediante revisão bibliográfica de doutrina e legislação, além da análise jurisprudencial, especialmente de decisões do STF. A investigação teve como foco o estudo teórico e crítico do instituto do Juiz das Garantias, considerando sua recepção constitucional e os desafios para sua implementação. **RESULTADOS ESPERADOS:** Espera-se demonstrar que a introdução do Juiz das Garantias representa um avanço na consolidação do modelo acusatório, ao assegurar maior imparcialidade judicial e proteção aos direitos fundamentais, especialmente na fase investigativa. Além disso, busca-se evidenciar que, apesar dos desafios estruturais, a sua efetiva implementação pode contribuir para um processo penal mais justo, equilibrado e alinhado aos preceitos do Estado Democrático de Direito. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a instituição do Juiz das Garantias é uma inovação relevante no processo penal brasileiro, com potencial para aprimorar a imparcialidade judicial, assegurar o devido processo legal e reforçar a proteção dos direitos fundamentais. Contudo, sua eficácia depende da superação de obstáculos logísticos e institucionais, bem como do comprometimento dos operadores do direito e das instituições judiciais na sua implementação e consolidação.

Palavras-chave: Juiz das Garantias; Processo Penal; Sistema Acusatório; Direitos Fundamentais; Imparcialidade Judicial.

**MARCADORES BIOLÓGICOS APLICADOS ÀS SÍNDROMES DEMENCIAIS:
PERSPECTIVAS PARA O DIAGNÓSTICO PRECOCE E DIFERENCIAL : UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA**

*Ellen Gomes Escórcio ¹; João Eduardo Baauil Cardozo¹; João Lucas Gomes Carvalho ¹; Dr.
Luan kelves Miranda de Souza ².*

¹ Discente do Curso de medicina da FAHESP IESVAP

² Docente do Curso de medicina da FAHESP IESVAP

61

Introdução: As síndromes demenciais representam um conjunto de condições neurodegenerativas progressivas, cuja detecção precoce é essencial para um manejo clínico eficaz e personalizado. No entanto, os métodos diagnósticos convencionais apresentam limitações quanto à sensibilidade e especificidade nos estágios iniciais dessas patologias. Nesse contexto, os marcadores biológicos emergem como ferramentas promissoras, capazes de fornecer subsídios objetivos para a identificação precoce e o diagnóstico diferencial entre os diversos subtipos de demência. **Objetivo:** Investigar, de forma aprofundada, a relevância e a aplicabilidade dos biomarcadores na identificação precoce e no diagnóstico diferencial das principais síndromes demenciais, abordando também seus mecanismos etiopatogênicos, aspectos epidemiológicos e métodos diagnósticos. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, conduzida por três autores independentes, com análise de artigos publicados entre 1994 e 2024. As buscas foram realizadas nas bases PubMed, SciELO e LILACS, utilizando descritores específicos combinados por operadores booleanos ("AND" e "AND NOT"). Foram incluídos estudos que abordam a relação entre biomarcadores e demências, bem como trabalhos que exploram suas características clínicas, epidemiológicas e fisiopatológicas. **Resultados e Discussão:** Os achados indicam que os biomarcadores - especialmente os plasmáticos e líquóricos, como p-tau181, Aβ42/Aβ40, NfL e GFAP - vêm desempenhando um papel crescente na acurácia diagnóstica de doenças como Alzheimer, demência com corpos de Lewy, demência frontotemporal e demência vascular. A utilização combinada desses marcadores, aliada a técnicas de imagem e critérios clínicos, mostra-se eficaz para a diferenciação entre os subtipos de demência e para intervenções terapêuticas mais precoces e individualizadas. **Conclusão:** Conclui-se que a incorporação sistemática dos biomarcadores ao protocolo diagnóstico representa um avanço significativo na medicina personalizada aplicada às doenças neurodegenerativas.

Palavras-chave: Síndromes demenciais; Diagnóstico diferencial; Diagnóstico precoce; Biomarcadores.

**COMUNICAR PARA PREVENIR: RASTREIO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL NA
COMUNIDADE SURDA**

Letícia Portela Pires¹; Renara Oliveira Santiago¹; Marina Quaresma Alves Pereira dos Santos¹; Francisco Karlos de Aguiar Ferreira Júnior¹; Artur Teixeira Mendes Soares¹; Kamyla Victória Santos Oliveira¹; Ricardo Meireles Azevedo¹; Yana Elisa Arrozi¹; Marcos Antônio Machado Chaves¹; Lunna Marcelle Gomes Nóbrega¹; Pedro Augusto Rodrigues Bezerra¹; Jayra Adrianna da Silva Sousa¹; Letícia Maria Veras Sousa¹; Filipe Bonfim Veloso Falcão¹; Abner Castro Freitas¹; Luana Andrade Afonso¹; Antônio Kaciano Soares da Silva¹; Profa. Vanessa Cristina de Castro Aragão Oliveira²

¹ Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP

² Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP

INTRODUÇÃO: A hipertensão arterial é uma condição silenciosa e prevalente que pode levar a complicações graves, como acidentes vasculares cerebrais e infartos. No entanto, o acesso ao rastreamento e diagnóstico precoce mostrou-se limitado em comunidades vulneráveis, como a comunidade surda, devido a barreiras comunicacionais. Esse trabalho investigou estratégias acessíveis e inclusivas para o rastreamento da hipertensão arterial entre pessoas surdas, visando promover ações preventivas e educativas. **OBJETIVO:** Identificar barreiras comunicacionais e propor estratégias inclusivas para o rastreamento da hipertensão arterial na comunidade surda, utilizando abordagens acessíveis em Libras. **METODOLOGIA:** O estudo foi desenvolvido por meio de oficinas educativas realizadas na Associação dos Professores Bilíngues e Amigos dos Surdos de Parnaíba Helen Keller (APBASPA). Foram aplicados questionários estruturados, realizadas aferições de pressão arterial e distribuídos materiais informativos em Libras. Os acadêmicos de Medicina foram capacitados em comunicação inclusiva para conduzir as atividades. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Identificaram-se barreiras no acesso ao rastreamento da hipertensão arterial na comunidade surda, destacando-se a ausência de materiais acessíveis em Libras e a falta de capacitação dos profissionais de saúde em comunicação inclusiva. As estratégias implementadas contribuíram para a sensibilização da comunidade sobre a importância do rastreamento da hipertensão arterial. **CONCLUSÃO:** A implementação de estratégias comunicacionais acessíveis em Libras facilitou o rastreamento da hipertensão arterial na comunidade surda, promovendo o acesso à saúde e fortalecendo ações preventivas em populações vulneráveis.

Palavras-chave: Hipertensão. Comunicação. Pessoas com deficiência auditiva. Prevenção de doenças. Educação em saúde

**JANELAS DA INCLUSÃO: GRUPO 3.**

Cleber Antônio C. Souza ¹; Douglas F. Gomes ¹; Francisco S. Albuquerque ¹; Guilherme Paiva Silva ¹; Igor Luan da Silva Carvalho¹; Manuel Messias F. Júnior¹; Marcus Vinicius C. Freitas¹; Tatiana Mendes Caldas Castelo Branco²;

63

1 Discente do Curso de Direito da IESVAP, Parnaíba – PI.

2 Docente do Curso de Direito da IESVAP, Parnaíba – PI.

INTRODUÇÃO: No Brasil, leis como a Lei 12.764/2012 (Lei Berenice Piana) e a Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) garantem direitos fundamentais à pessoa com autismo, tais como: atendimento prioritário, acesso à educação inclusiva, carteira de identificação, benefícios sociais e isenção de impostos. Apesar da existência dessas leis, muitos familiares, educadores e até profissionais da educação desconhecem tais garantias, o que prejudica diretamente o acesso à cidadania plena. Neste contexto, o presente projeto de extensão visa promover a conscientização e a orientação da comunidade sobre os direitos das pessoas com TEA, com foco no acolhimento e inclusão social. **OBJETIVO:** Promover a conscientização e o conhecimento sobre os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, contribuindo para sua inclusão efetiva na sociedade. **METODOLOGIA:** As ações do projeto Janelas da Inclusão foram desenvolvidas por meio de Palestra e rodas de conversa na escola, atividades com as crianças com TEA, doação de brinquedos, utilizando linguagem acessível e jogos educativos, distribuição de cartilhas educativas sobre os direitos das pessoas com autismo, campanhas de conscientização, sobre a inclusão escolar, direitos e combate à discriminação, parcerias com OAB-PI, AMA, Universo Colorido e Comissão do Direito de pessoas autistas, para ampliar o alcance da informação. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** Durante a ação na Unidade Escolar Ozias Correia em Parnaíba - PI, observou-se um grande interesse dos pais e professores em compreender os direitos das crianças com TEA. Muitos relataram não saber da existência da Carteira de Identificação da Pessoa com Autismo ou do direito a um auxiliar em sala de aula. Uma mãe compartilhou sua dificuldade em conseguir vagas em escolas públicas para seu filho, o que gerou reflexões sobre a necessidade de capacitação de profissionais públicos quanto à legislação vigente. Após a ação de sensibilização, a gestão escolar alegou desconhecimento e entendeu que não podem negar vagas para crianças autistas, tal recusa é considerada crime, conforme a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015). Percebeu-se que após os esclarecimentos da advogada convidada e o atual diretor da escola, mostrou preocupação na elaboração de Planos de Ensino Individualizados (PEI) para os alunos com deficiência em parceria com a família e por fim solicitou junto a prefeitura municipal de Parnaíba capacitação de professores para atuar como apoio educacional, mostrando o impacto direto das ações do projeto na prática escolar. **CONCLUSÃO:** O projeto revelou-se uma ferramenta poderosa para a transformação social. Através da disseminação de informação e sensibilização comunitária, foi possível observar avanços concretos na forma como o autismo é percebido e acolhido nos espaços escolares e sociais. Mais do que garantir o cumprimento da lei, o projeto busca promover empatia, respeito e justiça social, contribuindo para uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, possam viver com dignidade e igualdade de oportunidades.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Direitos. Conscientização. Acessibilidade.



EFEITOS DO EXERCÍCIO FÍSICO NA VIA DA QUINURENINA QUANTO À MODULAÇÃO DA DEPRESSÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Jocsã David Gomes Santos¹; Pedro Guilherme Barata Machado Barros¹; Pedro Henrique Bastos Teles Correia¹; Antonione Santos Bezerra Pinto²
Discente do Curso de Medicina da IESVAP - Parnaíba/PI.
Docente do Curso de Medicina da IESVAP - Parnaíba/PI.

64

Introdução: A depressão é um transtorno psiquiátrico que afeta mais de 300 milhões de pessoas em todo o mundo, configurando-se atualmente como a principal causa de incapacidade global, com impactos significativos na qualidade de vida e na produtividade. Apesar da disponibilidade de tratamentos psicológicos e farmacológicos eficazes, muitos pacientes não respondem de forma satisfatória às abordagens convencionais, o que reforça a necessidade de investigar estratégias complementares. Nesse contexto, o exercício físico tem se destacado como uma intervenção adjuvante promissora para o tratamento do transtorno depressivo, especialmente por sua capacidade de modular processos biológicos relacionados à patogênese da doença, como a via metabólica da quinurenina. **Objetivos:** Realizar uma revisão sistemática da literatura com o intuito de analisar os efeitos do exercício físico sobre a via da quinurenina, elucidando sua influência na modulação da depressão. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, conduzida por meio de buscas criteriosas em diversas bases de dados científicas, tais como BVS, Cochrane Library, Cochrane Central, Scielo, Medline, PubMed e Psycinfo. Os descritores utilizados foram “exercise”, “kynurenine pathway” e “depression”, combinados entre si através dos operadores booleanos AND e OR, a fim de ampliar a abrangência e a sensibilidade da busca. Foram selecionados artigos publicados no período de 2019 a 2024, com critérios rigorosos de inclusão e exclusão, priorizando estudos em português, inglês e espanhol que apresentassem metodologias robustas e dados relevantes. **Resultados e Discussão:** Os estudos analisados demonstraram que o exercício físico exerce influência direta nos diversos estágios da via da quinurenina, modulando a produção de metabólitos neuroativos. A prática regular de atividade física altera a expressão e atividade enzimática responsável pela conversão do triptofano em quinurenina e seus derivados, favorecendo a formação de metabólitos com propriedades neuroprotetoras e reduzindo aqueles com efeitos neurotóxicos, além de diminuir a inflamação sistêmica, frequentemente associada à depressão. **Conclusão:** O exercício físico configura-se como uma intervenção eficaz na modulação da via da quinurenina, promovendo benefícios relevantes na redução dos sintomas depressivos, bem como na melhoria do humor, da energia e da qualidade de vida dos indivíduos acometidos por esse transtorno.

PALAVRAS-CHAVE: Treinamento físico. Saúde mental. Processos metabólicos. Triptofano.



MANIFESTAÇÕES PSÍQUICAS DECORRENTE DE ALTERAÇÕES HORMONAIS EM HOMENS

Jose Felipe Modesto Cordeiro¹; Pedro Felipe Azevedo Furtado¹; Jose Lopes Pereira Junior².

¹ Discente do Curso de medicina da FAHESP IESVAP

² Docente do Curso de medicina da FAHESP IESVAP

65

Introdução: As manifestações psíquicas, ou seja, as expressões dos processos mentais e emocionais de um indivíduo, desempenham um papel fundamental na compreensão da saúde mental e do bem-estar psicológico. Em contextos desafiadores, como a pandemia de COVID-19, as manifestações psíquicas tornaram-se mais evidentes e complexas, refletindo não apenas as pressões externas, mas também as respostas internas do ser humano diante de situações de estresse e incerteza. **Objetivo:** Analisar os efeitos das alterações hormonais na saúde mental dos homens e identificar estratégias de prevenção e tratamento. **Metodologia:** Tratou-se de uma revisão integrativa, com abordagem qualitativa do tipo descritivaexploratória, evidenciado em uma análise integrativa, sistemática e qualificada, desenvolvida por meio de pesquisas nas bases de dados online, BIREME e PUBMED, com as palavras chaves pré-selecionadas, obtendo-se pesquisas indexadas no período de 2020 a 2025. **Resultados:** reúnem os principais achados na literatura sobre a temática. A discussão compara os resultados obtidos nessa revisão integrativa com os resultados de outros autores sobre a mesma temática. **Conclusão:** As alterações hormonais nos homens, especialmente em relação a hormônios sexuais como testosterona, prolactina, cortisol, estradiol e DHEA, têm um impacto significativo nas manifestações psíquicas. Os sintomas mais comuns incluem alterações no humor, irritabilidade, ansiedade, depressão, e até mesmo comportamentos impulsivos. A deficiência de testosterona, por exemplo, tem sido associada a um aumento na vulnerabilidade à depressão e ansiedade, enquanto o cortisol elevado pode intensificar comportamentos de risco, especialmente quando combinado com estressores psicológicos.

Palavras-chave: Hormônios; Sintomas Psíquicos; Sistema Endócrino.

**A PROTEÇÃO DE DADOS NA ERA DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE CLIENTES DO BPC
LOAS EM PARNAÍBA.**João Victor Bizerra Pereira¹; Geilson Silva Pereira²¹ Discente do Curso de Direito da FAHESP/YESVAP² Docente do Curso de Direito da FAHESP/YESVAP

66

INTRODUÇÃO: O estudo analisa a importância e os desafios da proteção de dados pessoais dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em Parnaíba, Piauí, no contexto da era digital. A vulnerabilidade socioeconômica dessa população torna crucial a segurança de suas informações sensíveis. **OBJETIVO:** Investigar os riscos associados à digitalização dos serviços sociais e propor práticas para garantir a privacidade e segurança dos dados. **METODOLOGIA:** A pesquisa aborda a legislação pertinente, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e explora os riscos inerentes à transição para plataformas digitais, utilizando revisão bibliográfica e análise de dados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Identificou-se que os principais riscos incluem vazamentos de dados, uso indevido de informações e falta de transparência nos processos de coleta e tratamento. A implementação da LGPD e medidas de segurança robustas são essenciais para mitigar esses riscos. **CONCLUSÃO:** A proteção de dados dos beneficiários do BPC LOAS é um imperativo ético e legal, exigindo ações coordenadas para garantir um ambiente digital seguro e inclusivo.

Palavras-chave: Proteção de Dados. LGPD. BPC LOAS. Vulnerabilidade Social. Parnaíba.



PURIFICANDO VIDAS: EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E TECNOLOGIAS SIMPLES PARA O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL NA COMUNIDADE LAGOA DO PRADO

ANA LUIZA ANTÔNIA GOMES RODRIGUES¹; ANDREÍNA NÓBREGA DE SOUZA¹;
ANDRÉ LUIZ DE SOUSA CORNÉLIO¹; ARTHUR GOMES ANTUNES¹; ÉMYLLE
CARVALHO FREITAS¹; GABRIELLA GOMES MAIA CASTELLO BRANCO¹; GIULIANA
KATLYN PEREIRA COSTA¹; JOÃO FELIPE ROCHA PORTELA¹; JOICYLENA OLIVEIRA
DE SOUSA¹; LAURA SOUSA DE OLIVEIRA CARDOSO¹; MARIA DO LIVRAMENTO
KAROLINE DE CASTRO MONÇÃO¹; REBECA FREITAS CHOPEK¹; SOPHIA
MANUELLA RODRIGUES ORDOÑEZ¹; VICTOR MATTHAUS DA COSTA FERREIRA¹.

¹Faculdade FAHESP/ IESVAP, Parnaíba - PI.

Orientadores¹: Prof. Me. Gilberto Portela Silva; Prof. Dr. Thiago de Souza Lopes Araújo

Docentes do Curso de Medicina da FAHESP/ IESVAP, Parnaíba – PI

INTRODUÇÃO: O projeto de extensão universitária “Purificando Vidas: Oficinas de purificação de água e conscientização social para melhorias estruturais na comunidade da Lagoa do Prado” foi desenvolvido por acadêmicos do curso de Medicina da FAHESP/IESVAP, sob coordenação dos professores Gilberto Portela Silva e Thiago de Souza Lopes Araújo. Realizado em 29 de abril de 2025, o projeto teve como objetivo promover saúde, educação ambiental e sustentabilidade em uma comunidade rural em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A ação ocorreu na Escola Francisca Trindade, zona rural de Parnaíba (PI), beneficiando diretamente cerca de 80 moradores, entre adultos e adolescentes, da comunidade Lagoa do Prado, composta por aproximadamente 300 habitantes com acesso limitado à água potável, saneamento básico e serviços de saúde. **OBJETIVO:** O projeto teve como objetivo promover saúde, educação ambiental e sustentabilidade por meio de oficinas práticas de purificação de água, sensibilizando a comunidade sobre práticas seguras e acessíveis para o tratamento domiciliar da água. **METODOLOGIA:** A metodologia seguiu os princípios da educação popular, valorizando o saber local e o diálogo, conforme propõe Paulo Freire. Aplicaram-se inicialmente questionários de avaliação pré-intervenção para diagnosticar o nível de conhecimento da população sobre purificação da água e higiene alimentar. Em seguida, foram realizadas oficinas práticas utilizando técnicas acessíveis, como o uso de carvão vegetal, pedregulho e cloração domiciliar. A confecção de filtros caseiros com garrafas PET destacou-se como recurso pedagógico, favorecendo a aprendizagem ativa. Houve ainda distribuição de materiais educativos, pastilhas de cloro e cestas básicas. Além da apresentação de uma maquete interativa com as etapas de purificação da água. Todos os participantes consentiram voluntariamente em participar das atividades, em consonância com os princípios éticos da extensão. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** Um dos maiores desafios foi a adaptação da linguagem técnico-científica à realidade local, o que foi superado com uso de analogias visuais, recursos simples e oficinas demonstrativas, garantindo engajamento e compreensão da comunidade. A avaliação do impacto foi feita pela observação direta da apropriação dos conteúdos e da reprodução dos filtros ao final das atividades. Os resultados revelaram efeitos imediatos, como o aumento do conhecimento sobre práticas seguras de tratamento da água e o fortalecimento da autonomia comunitária. **CONCLUSÃO:** Segundo o Ministério da Saúde (2012), ações de educação em saúde participativas e baseadas na realidade local tendem a ser mais sustentáveis, o que reforça a relevância dessa iniciativa. Como proposição futura, recomenda-se expandir o projeto para outras comunidades com características semelhantes, investir na formação de multiplicadores locais e articular ações com políticas públicas de saneamento e saúde coletiva. A experiência reafirma o papel da extensão universitária como agente de transformação social, contribuindo para a cidadania e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 3 (Saúde e Bem-Estar) e 6 (Água Limpa e Saneamento).

Palavras-chave: Água potável. Educação em saúde. Saneamento básico. Comunidade rural. Extensão universitária.

**LETRAMENTO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA PARA A ADEÇÃO TERAPÊUTICA:
RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA UBS NO LITORAL DO PIAUÍ**

Augusto de Araujo Castro ¹; Dewey Remy Nogueira Fontenele ¹; Judimilla Almeida Pinheiro ¹;
Leonardo Domingos de Sousa Oliveira ¹; Lorena Lima de Sousa ¹; Lúcio Eugênio Cerqueira
Lopes ¹; Pedro Henrique Bastos Teles Correia ¹; Ana Paula Pierre de Souza ²

¹Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP Parnaíba - Piauí

²Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP Parnaíba - Piauí

68

INTRODUÇÃO: A dificuldade de compreensão das orientações médicas e prescrições farmacológicas por parte dos pacientes é uma realidade recorrente na atenção básica, especialmente em comunidades com baixos níveis de escolaridade. O letramento em saúde surge como uma estratégia fundamental para promover a autonomia dos usuários, melhorar a adesão terapêutica e prevenir complicações. **OBJETIVO:** Relatar uma intervenção educativa voltada para o fortalecimento do letramento em saúde de pacientes atendidos em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de Luís Correia – PI, realizada durante a disciplina de Integração Ensino-Serviço-Comunidade VII. **METODOLOGIA:** A partir da observação da dificuldade dos pacientes em compreender orientações relacionadas ao uso de medicamentos, elaboraram-se estratégias visuais educativas, com linguagem acessível e apoio de imagens, que foram apresentadas e distribuídas durante uma ação educativa na UBS. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** Durante os atendimentos realizados na UBS de Luís Correia – PI, observou-se que muitos pacientes apresentavam dificuldade para compreender corretamente as orientações médicas, especialmente em relação ao uso dos medicamentos. Para lidar com esse desafio, o grupo desenvolveu materiais de apoio com linguagem visual simples. Foram confeccionados adesivos com figuras de sol, lua, pratos de comida, comprimidos e copos de medicação, pensados para serem colados em caixas de remédio ou receitas, indicando horários e dosagens. Também foi criado um ímã de geladeira com espaço para organizar, por horários, os medicamentos de uso contínuo, igualmente ilustrado. Como reforço, foi elaborado um panfleto educativo sobre a importância de seguir corretamente os tratamentos, com sugestões práticas como uso de alarmes e o apoio familiar, além das mesmas imagens utilizadas nos adesivos. Esses materiais foram apresentados à comunidade e aos profissionais da UBS durante uma ação educativa, promovendo o esclarecimento e a familiarização com a proposta. Ao final, adesivos e ímãs foram entregues à médica da unidade para uso em atendimentos futuros. **CONCLUSÃO:** A intervenção mostrou-se uma estratégia eficaz para promover o entendimento e a adesão ao tratamento medicamentoso por parte dos pacientes, especialmente aqueles com baixo nível de escolaridade. O uso de imagens como apoio à orientação clínica contribuiu para uma comunicação mais acessível e humanizada na atenção básica.

Palavras-chave: Letramento em saúde. Atenção básica. Adesão medicamentosa. Educação em saúde.

**FORMAÇÃO MÉDICA EM AÇÃO: EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICOS NA PROMOÇÃO
DA SEGURANÇA INFANTIL POR MEIO DE UMA OFICINA SOBRE
OVACE COM EDUCADORES DA REDE PÚBLICA**

Alice Pereira Marcelino Almeida¹; Bruna de Sousa Loiola¹; Liana Mara Verçosa do Nascimento¹; Luana Soares Lages Reis¹; Luma de Alencar Bezerra¹; Maysa Maria Portela Martins Brito Passos¹; Rômulo Mendes de Souza¹; Maria Tavares Machado Fonseca²

¹ Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP, Parnaíba. Piauí

² Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP, Parnaíba. Piauí

69

INTRODUÇÃO: A obstrução de vias aéreas por corpo estranho (OVACE) representa uma das principais causas de morte evitável por asfixia, especialmente em crianças. O ambiente escolar, por concentrar esse público, exige que educadores estejam aptos a reconhecer e agir diante dessas emergências. Nesse contexto, a Educação em Saúde, com foco na capacitação em primeiros socorros, configura-se como estratégia fundamental para a promoção da segurança escolar. A abordagem prática e participativa favorece o aprendizado, além de estimular o protagonismo dos educadores na atuação frente a situações críticas. **OBJETIVO:** Relatar a experiência de uma oficina prática e participativa sobre primeiros socorros diante de OVACE, realizada com educadores da rede pública de ensino, visando à promoção do conhecimento técnico e à qualificação para atuação eficaz em situações emergenciais no contexto escolar. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, referente a uma ação de extensão universitária promovida por acadêmicos de Medicina. A oficina foi realizada na Escola Monsenhor Antônio Sampaio, localizada em Parnaíba-PI, tendo como público-alvo professores da rede pública de ensino. A atividade teve como eixo central a capacitação teórico-prática dos participantes no manejo de OVACE. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** A oficina foi cuidadosamente estruturada em três momentos principais. No primeiro, ocorreu uma exposição teórica acessível e dialogada sobre o tema OVACE, abordando sinais clínicos de alerta, diferenças nas condutas entre adultos e crianças, bem como o passo a passo das manobras de desobstrução. Utilizaram-se recursos visuais, como imagens e esquemas, para facilitar a compreensão. Na segunda etapa, os professores foram convidados a praticar as manobras ensinadas com o auxílio de simuladores, sob orientação e supervisão dos acadêmicos. Foram demonstradas técnicas como a manobra de Heimlich, tapotagem interescapular e compressões torácicas em diferentes faixas etárias, com foco nas crianças com idade superior a 1 ano. Todos os participantes tiveram a oportunidade de executar os procedimentos, tirar dúvidas, repetir as manobras e receber orientações personalizadas. Esse momento promoveu não apenas aprendizado técnico, mas também confiança e segurança para lidar com possíveis situações reais. Na terceira e última etapa, foi promovido um jogo interativo no formato de quis, com perguntas de múltipla escolha, aplicadas via plataforma Mentimeter. A atividade avaliativa teve caráter lúdico e competitivo, contribuindo para reforçar o conhecimento adquirido de forma leve e engajadora. Foram entregues prêmios simbólicos aos dois primeiros colocados, o que gerou entusiasmo e motivação entre os participantes. **CONCLUSÃO:** A oficina prática e participativa demonstrou ser uma ferramenta eficaz de educação em saúde, ao proporcionar conhecimento técnico, vivência prática e estímulo à reflexão sobre o papel do educador em situações emergenciais. A metodologia adotada favoreceu a aprendizagem significativa, a retenção de informações e o empoderamento dos professores como agentes de cuidado e proteção no ambiente escolar. Ações como essa fortalecem a cultura da prevenção e segurança, promovendo um espaço educativo mais preparado para urgências.

Palavras-chave: Educação em saúde; Capacitação de Educadores; Primeiros Socorros.



PROJETO CRESCENDO PARA A LUZ, INTEGRANDO PICS NO COMBATE À ANSIEDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alisson Bruno da Silva Nobre de Sá ¹; João Gabriel Araújo Coelho ¹; Jucimar Milhomem
Coelho Sobrinho¹; Luís Felipe Caputo Oliveira Sérvulo¹; Maria Eduarda Amaral
Carneiro¹; Thawana Silva Vieira¹; Willdanderson Santos Lobão Braga¹; Maria Tavares Machado
Fonseca²

Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP¹

Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP²

70

INTRODUÇÃO: A ansiedade é uma resposta fisiológica do organismo que tem o fito de proteger o indivíduo, sobretudo em situações de luta e fuga, no entanto, quando esse constata estado de alerta torna-se exacerbado ao ponto de prejudicar o desempenho do paciente, é caracterizado como transtorno de ansiedade. Dessa forma, ao longo da história da psiquiatria, inúmeras tentativas de minimizar seus efeitos foram estudados, incluindo as PICS, Práticas Integrativas Complementares em Saúde, as quais representam abordagens holísticas, incorporadas pelo SUS, que visam prevenir doenças, promover e recuperar a saúde, destacando a escuta empática, o fortalecimento dos vínculos terapêuticos e a conexão entre o ser humano, o meio ambiente e a sociedade, portanto sendo facilmente aplicadas no combate à ansiedade. **OBJETIVO:** O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de um grupo de estudantes de medicina do sétimo período ao realizar atividade de extensão, com os pacientes de uma Unidade Básica de Saúde da planície litorânea, por meio de roda de conversa interativa e apresentação de técnicas de respiração e demais PICS. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência sobre a elaboração e aplicação de uma intervenção, com base nas trocas experienciadas por acadêmicos de medicina e os pacientes da UBS Módulo 31, no litoral do Piauí. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** Aproximadamente 15 pacientes e alguns membros da equipe de saúde participaram do projeto, que ocorreu na Unidade de Saúde do Conjunto Broder Viller. Na atividade em questão, foi possível realizar escuta ativa, apresentação e realização de técnicas de respiração, meditação, aromaterapia e fitoterapia na mitigação dos sintomas ansiosos, além de estimular o estreitamento do vínculo dos pacientes com a APS, os incentivando à procurá-la em caso de necessidade de auxílio, ademais, foi ofertado lanche coletivo e um brinde simbólico, com o objetivo de transmitir uma mensagem simbólica para alívio da TAG. **CONCLUSÃO:** Portanto, ficou evidente o potencial dessas abordagens no manejo da ansiedade e no estímulo ao autocuidado, além de para a formação dos acadêmicos, ampliando sua visão sobre o cuidado integral e humanizado, e reforçando a importância da escuta ativa e do vínculo terapêutico no processo de cura.

Palavras-chave: Terapias Complementares. Ansiedade. Saúde Holística.

**ASPECTOS JURÍDICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO EM CIRURGIAS
PLÁSTICAS ESTÉTICAS: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA**

Jefferson de Andrade Costa¹; Jéssika Rebelo Fontenele¹; Valdemir Gomes Nunes¹; Andrey
Carlos Silva Sousa²

¹ Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP-Parnaíba-PI

² Docente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP-Parnaíba-PI

71

INTRODUÇÃO: O número de cirurgias plásticas estéticas no Brasil tem aumentado significativamente nas últimas décadas, tornando-se comuns na sociedade brasileira, influenciados pela busca por padrões de beleza e autoestima. Porém, quando o resultado almejado não é alcançado, emergem questionamentos jurídicos sobre a responsabilidade do cirurgião plástico principalmente devido à ausência de legislação específica que regule de maneira clara essas situações. Desse modo, o estudo trouxe o seguinte questionamento: quais são as implicações jurídicas e éticas da responsabilidade civil do cirurgião plástico na segurança jurídica da relação médico-paciente? **OBJETIVO:** O trabalho objetiva analisar os impactos jurídicos e éticos envolvidos na responsabilidade civil do cirurgião plástico, examinando como essa responsabilidade incide sobre a segurança jurídica da relação médico-paciente em procedimentos estéticos. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica, com caráter exploratório e abordagem qualitativa, adotando como base para análise dos dados artigos acadêmicos, livros, legislações, normas éticas da profissão médica e decisões judiciais para a construção de um entendimento mais sólido sobre o assunto estudado. **RESULTADOS ESPERADOS:** Almeja-se entender como o ordenamento jurídico brasileiro vem abordando essas problemáticas, especialmente sobre a natureza da obrigação assumida pelo médico se de meio ou de resultado e sobre como os danos estéticos e psicológicos são interpretados e reparados na prática forense. Além disso, a pesquisa também empenha-se em reforçar a necessidade do consentimento informado e do diálogo transparente entre médico e paciente como meio de minimizar os conflitos e assegurar os direitos dos envolvidos. **CONCLUSÃO:** O estudo visa aprimorar o debate acadêmico e prático, apresentando soluções que fortifiquem a segurança jurídica, evidencie os direitos dos pacientes e promovam uma conduta ética mais aberta por parte dos cirurgiões plásticos. Espera-se que, ao final da pesquisa, sejam apresentados caminhos assertivos e coerentes para a responsabilização médica, considerando os limites da atuação profissional e os direitos fundamentais dos pacientes que buscam procedimentos estéticos para melhoria da saúde e do bem-estar pessoal.

Palavras-chave: Direito médico. Responsabilidade civil. Cirurgias plásticas estéticas. Direito do paciente.

**VER MAIS: POMOVEDO UM OLHAR ATENTO PARA O FUTURO**

Carlos Vinícius Cavalcante da Ponte¹; Francisco Machado Bezerra Granja Neto¹; Gizelle Carvalho de Sousa¹; Hillary da Rocha Gomes¹; James Rhamon Martins Barros¹; Jesus Ramon Bravo Vasconcelos Filho¹; Leonardo Lima Viana Filho¹; Luzia Alana Ferreira Costa¹; Maria Eduarda De Brito Veras¹; Maria Rayanne Correia Barroso¹; Mariana de Oliveira Bessa¹; Maria Victoria Fernandes Viana¹; Paulo José Maia e Silva Júnior¹; Ramon Leoncio Barros de Vasconcelos¹; Vanessa Cristina de Castro Aragão Oliveira².

72

¹ Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP

² Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP

INTRODUÇÃO A acuidade visual é fundamental para o desenvolvimento educacional e social das crianças, influenciando diretamente o desempenho escolar e a qualidade de vida. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que 80% das informações adquiridas por uma criança sejam processadas visualmente, o que torna a visão um dos sentidos mais importantes para o aprendizado (WHO, 2020). Assim, estudos indicam que um grande número de crianças em idade escolar enfrenta dificuldades visuais não diagnosticadas, o que pode afetar negativamente seu rendimento acadêmico e, por consequência, seu desenvolvimento emocional e social (SILVA ET AL., 2021). No Brasil, de acordo com dados do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, aproximadamente 25% das crianças em idade escolar apresentam algum tipo de problema visual não diagnosticado (CBO, 2021). Este cenário ressalta a importância de programas de triagem ocular e da conscientização das famílias sobre a relevância da saúde ocular na infância. **OBJETIVO:** Teve como objetivo realizar triagem de acuidade visual em crianças do ensino fundamental para a identificação precoce de dificuldades visuais, promovendo encaminhamentos adequados para atendimento oftalmológico especializado. **METODOLOGIA:** O projeto foi desenvolvido em três etapas principais, garantindo uma execução eficiente e organizada: Planejamento, entrando em contato com a escola para agendamento das triagens, organização do cronograma de atividades e treinamento da equipe de aplicação do teste e aquisição de materiais necessários. Execução, com a aplicação dos testes de acuidade visual, seguido de orientações sobre cuidados com a saúde ocular, utilizando a tabela de *Snellen* apropriada para a faixa etária. E Encaminhamento e Acompanhamento, onde as crianças com dificuldades visuais foram encaminhadas para avaliação oftalmológica especializada e receberam suporte com aquisição de óculos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Participaram da ação 15 crianças, sendo 9 do sexo feminino (60%) e 6 do sexo masculino (40%). A média de idade foi de 6,1 anos, com mediana de 6 e moda igual a 6 anos, variando entre 5 e 7 anos de idade. Foram identificadas alterações visuais em 2 crianças, o que corresponde a 13,33%, as quais foram encaminhadas para avaliação oftalmológica especializada. **CONCLUSÃO:** Evidenciou a relevância da triagem visual precoce em ambientes escolares como estratégia eficaz de promoção da saúde e prevenção de agravos oculares na infância.

Palavras-chave: Promoção em saúde. Saúde ocular. Triagem Visual



RELATO DE CASOS SOBRE A MALFORMAÇÃO CONGÊNITA DAS VIAS AÉREAS PULMONARES

Marina Sampaio Fortes¹; Jucimar Milhomem Coelho Sobrinho¹; Marta Milena Sousa Oliveira¹;
Leonam Costa Oliveira²

*Discente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do
Piauí – FAHESP, Parnaíba, Piauí.*

*Docente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do
Piauí – FAHESP, Parnaíba, Piauí.*

INTRODUÇÃO: As Malformações Congênitas das Vias Aéreas Pulmonares (MCVAP) constituem um conjunto raro de anomalias do desenvolvimento pulmonar fetal, geralmente detectadas entre a 7^a e a 17^a semana de gestação. Com incidência estimada entre 1 a cada 10.000 a 35.000 nascidos vivos, essas condições representam um desafio diagnóstico e terapêutico significativo. A variabilidade morfológica das MCVAP exige avaliação cuidadosa e contínua, com papel central para a ultrassonografia morfológica fetal e, quando necessário, a ressonância magnética. O diagnóstico precoce permite o planejamento individualizado da conduta obstétrica e neonatal, reforçando a importância do cuidado centrado no binômio mãe-filho. Nesse contexto, a metodologia de série de casos se destaca como uma ferramenta valiosa na formação acadêmica, promovendo o aprendizado baseado em situações clínicas reais. **OBJETIVOS:** Relatar e analisar três casos clínicos de MCVAP diagnosticados durante o pré-natal, com ênfase nas manifestações ecográficas, evolução gestacional, condutas adotadas e desfechos perinatais. O trabalho também visa evidenciar a relevância da série de casos como recurso científico e formativo para estudantes de Medicina e áreas afins da saúde. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma série de casos clínicos, com abordagem descritiva e retrospectiva. Foram analisadas três gestantes acompanhadas em um serviço de referência em medicina fetal. Foram considerados os achados ecográficos, o índice CVR (Congenital Pulmonary Airway Malformation Volume Ratio), a evolução clínica fetal, a conduta obstétrica e os desfechos neonatais. A assistência foi conduzida por equipe multiprofissional composta por obstetras, especialistas em medicina fetal, neonatologistas, radiologistas e psicólogos. A escolha pela série de casos permite não apenas descrever padrões clínicos e condutas efetivas, mas também desenvolver o raciocínio clínico e a capacidade de análise crítica em contextos de alta complexidade. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os três casos apresentados evidenciaram diferentes formas de MCVAP, todas diagnosticadas entre a 18^a e a 22^a semana de gestação. Em nenhum dos casos houve sinais ecográficos graves, como hidropisia fetal ou desvio mediastinal relevante, o que possibilitou conduta expectante e partos a termo. Os recém-nascidos apresentaram boa evolução clínica, com necessidade mínima de intervenção neonatal e seguimento ambulatorial eficaz. A atuação de uma equipe multiprofissional foi essencial para garantir tanto o monitoramento técnico quanto o acolhimento das pacientes diante do impacto emocional causado pelo diagnóstico. A utilização de recursos tecnológicos de imagem demonstrou-se crucial na tomada de decisão, reforçando o papel da tecnologia no cuidado humanizado e seguro. **CONCLUSÃO:** A série de casos demonstrou que o diagnóstico precoce das MCVAP, associado a um acompanhamento clínico individualizado, uso racional de tecnologias e atuação multiprofissional, pode garantir desfechos perinatais favoráveis. Além disso, o estudo de casos clínicos reais representa um recurso metodológico importante na formação de futuros profissionais da saúde, promovendo o desenvolvimento de competências clínicas, éticas e científicas desde a graduação.

Palavras-chave: Anomalia do Sistema Respiratório; Malformações Congênitas das Vias Aéreas Pulmonares; Ultrassonografia Pré-Natal. Formação Médica.

**A RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS NA
PUBLICIDADE DE JOGOS DE AZAR NO BRASIL: UMA ABORDAGEM JURÍDICO-
NORMATIVA.**

Allany Dóres Oliveira Hudson ¹ (allanydoreshudson@gmail.com); Juliana Alves Albuquerque¹ (albuquerquejuliana@gmail.com); Andrey Carlos Silva Sousa² (andrey.sousa@iesvap.edu.br)

74

¹ Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP

² Docente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP

INTRODUÇÃO: A evolução das tecnologias da informação e comunicação, aliada à ampla difusão das redes sociais, viabilizou o aparecimento de uma nova categoria de protagonistas no cenário publicitário: os influenciadores digitais. Esses sujeitos, ao reunir um expressivo número de seguidores e exercer considerável influência sobre comportamentos e decisões de consumo, passaram a ocupar uma posição de destaque na divulgação de marcas, bens e serviços. Contudo, essa nova configuração também suscitou uma série de questionamentos jurídicos, especialmente quando a publicidade realizada por tais agentes envolve atividades cuja legalidade é controversa ou carece de regulamentação específica, como é o caso dos jogos de azar. Tais jogos são amplamente divulgados ao público digital, alcançando uma popularidade significativa, que cresce a cada dia, promovendo impactos no meio jurídico. Os influenciadores têm um poder de persuasão considerável, podendo influenciar diretamente as decisões de compra e os comportamentos de seus seguidores. No contexto dos jogos de azar, esse poder se torna ainda mais relevante, uma vez que, por meio de suas plataformas, podem atingir um público massivo, muitas vezes de forma subliminar ou direta, promovendo sites de apostas e jogos. **OBJETIVO:** Analisar os aspectos jurídicos que envolvem a responsabilização dos influenciadores na promoção de jogos de azar. **METODOLOGIA:** A pesquisa proposta adotará a metodologia da revisão bibliográfica, com abordagem dialética, por se tratar de um estudo teórico e reflexivo. O raciocínio será desenvolvido com base na análise de textos doutrinários, legislações e jurisprudências relacionadas ao tema em questão, caracterizando-se como uma investigação de natureza qualitativa. **RESULTADOS ESPERADOS:** Ao final da execução da pesquisa, espera-se que os resultados obtidos com a investigação dos impactos sociais da promoção dos jogos de azar e com a análise da conduta dos influenciadores no meio publicitário destaquem a importância da pesquisa crítica e do aperfeiçoamento das práticas e normativas pertinentes ao tema em análise, permitindo a formulação de propostas fundamentadas, alinhadas ao ordenamento jurídico vigente e orientadas à promoção da justiça social, contribuindo para o avanço do conhecimento e para o aprimoramento das políticas públicas aplicáveis na área. Com isso, o estudo terá o potencial de contribuir não apenas para o conhecimento acadêmico, mas também para o aperfeiçoamento profissional ou legislativo no tocante à responsabilização dos influenciadores na divulgação dos jogos de azar. **CONCLUSÃO:** A partir da delimitação proposta neste projeto, espera-se que o progresso da pesquisa possibilite uma compreensão do tema acerca da responsabilidade civil e penal dos influenciadores digitais na publicidade de jogos de azar no Brasil. A análise pretendida buscará investigar os limites, os avanços e as barreiras que afetam a efetividade da legislação vigente e as lacunas ainda existentes no que diz respeito aos jogos de azar.

Palavras-chave: jogos de azar. publicidade digital. redes sociais. Legislação brasileira. Vícios.



EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA PARA COMPREENSÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA UBS SANTA TERESINHA

Geovanna Freitas de Carvalho¹; Luno Henrique Bandeira Tavares Maranhão¹; Cleiton Sousa Pinto¹; Juliana do Nascimento Oliveira¹; Thatianne de Melo Prado¹; Ravena Maria Mota Castelo Branco¹; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves²; Marcos Aurélio Lima Barros Junior².

¹*Discente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP, Parnaíba, Piauí.*

²*Docente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP, Parnaíba, Piauí.*

Introdução: Na Atenção Primária à Saúde (APS), a organização do acolhimento se estabelece como um dos pilares para garantir a integralidade e a resolutividade dos serviços prestados. O sistema de classificação de prioridades, baseado na avaliação clínica do paciente, é fundamental para assegurar que os casos mais graves sejam atendidos com maior celeridade. Ademais, é comum observar uma lacuna no conhecimento da população acerca dessa dinâmica, o que gera frequente desentendimentos com os profissionais durante a espera. Diante desse desafio, ações de educação em saúde tornam-se indispensáveis para ampliar o entendimento da comunidade adscrita sobre o processo e estimular uma participação mais consciente no contexto da unidade de saúde. **Objetivo:** Realizar uma intervenção educativa junto aos usuários da UBS Santa Teresinha (MOD-31), com o intuito de promover o entendimento sobre a lógica da classificação de prioridades e fomentar atitudes de cooperação e empatia frente à organização do acolhimento. **Metodologia:** A atividade foi realizada no âmbito do estágio curricular em Medicina, integrando práticas extensionistas com foco na educação em saúde. A ação consistiu em dois momentos: primeiro, a realização de uma roda de conversa, por linguagem simples e com exemplos cotidianos, para apresentar os fundamentos da triagem por prioridades e esclarecer como funciona e influencia o tempo de atendimento. e em seguida, foram desenvolvidas atividades lúdicas, como jogos de perguntas e simulações de atendimentos fictícios, visando estimular a reflexão sobre comportamentos adequados e o fortalecimento do respeito mútuo entre usuários e equipe de saúde. **Relato de Experiência:** A realização da atividade revelou-se um espaço potente de troca de saberes e também de construção coletiva. Os participantes mostraram-se interessados e participativos ao longo das dinâmicas, relatando situações já vividas e compartilhando suas dúvidas sobre o funcionamento da unidade. A abordagem lúdica facilitou a assimilação do conteúdo e permitiu que os usuários reconhecessem a importância de respeitar a ordem de atendimento conforme a gravidade de cada caso. Além disso, observou-se um fortalecimento no vínculo entre os profissionais da unidade e a comunidade, marcado pela escuta ativa e pelo acolhimento. **Conclusão:** A intervenção demonstrou-se uma ferramenta valiosa para qualificar o atendimento na APS, ao proporcionar à população maior clareza sobre a organização do acolhimento e estimular comportamentos mais colaborativos. Evidenciou-se a necessidade de manter iniciativas educativas regulares, capazes de promover a corresponsabilização dos usuários e contribuir para um ambiente mais humanizado e eficiente na Unidade Básica de Saúde.

Palavras-chave: Atenção Primária. Educação em Saúde. Organização do Acolhimento. Extensão Universitária.

**PRESSÃO SOB CONTROLE: AÇÃO PELO DIA MUNDIAL DA HIPERTENSÃO NA UBS
BRODEVILLE EM PARNAÍBA - PI: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

*Bruna Ranya Araújo Aguiar ¹; Cecília Nair da Câmara Barreto ¹; João Lucas Martins Paula ¹;
Luma Neves Osterno Aguiar ¹; Maria Clara Lopes Freitas ¹; Matheus de Almeida Miranda
Constância ¹; Maria Tavares Machado Fonseca ²*

76

¹ Discente do Curso de medicina da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI

² Docente do Curso de medicina da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI

INTRODUÇÃO: A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é um dos principais fatores de risco para doenças cardiovasculares, com alta prevalência na população brasileira. Sua prevenção e controle dependem de ações educativas e rastreamento contínuo, especialmente na Atenção Primária. A ação foi planejada em alusão ao Dia Mundial da Hipertensão, que acontece dia 17 de maio, aproveitando o período de maior sensibilização sobre o tema. Nesse contexto, esta intervenção buscou promover conscientização, identificar casos não diagnosticados e fortalecer o vínculo entre usuários e equipe de saúde. **OBJETIVO:** Conscientizar os participantes sobre fatores de risco, prevenção, controle da HAS e orientar os pacientes sobre hábitos saudáveis e acompanhamento médico. **METODOLOGIA:** A ação foi realizada na sala de espera da Unidade Básica de Saúde módulo 31, aproveitando o tempo dos pacientes aguardando atendimento. Incluindo a distribuição de panfletos com informações claras sobre a HAS, uma apresentação dialogada que abordou desde a definição da doença até seus sintomas, riscos e formas de prevenção, além de um quiz interativo para desmistificar crenças errôneas. A aferição da pressão arterial permitiu identificar casos suspeitos e oferecer orientações individualizadas. **RESULTADOS:** A ação teve resultados que demonstraram um alto nível de interação por parte dos participantes, muitos dos quais relataram não ter hipertensão, mas terem familiares com o diagnóstico, compartilhando experiências pessoais e dúvidas. Inicialmente, houve certa dificuldade em prender a atenção do público, mas a dinâmica do quiz e a abordagem dialogada superaram esse desafio, garantindo uma receptividade positiva. Os pacientes valorizaram a iniciativa e demonstraram interesse em adotar mudanças de hábitos, embora tenham sido identificadas barreiras como a falta de adesão ao tratamento e dificuldades em manter uma dieta equilibrada. **CONCLUSÃO:** A experiência evidenciou o impacto positivo de estratégias educativas interativas no controle da HAS, destacando o papel fundamental da APS na promoção da saúde. A iniciativa não apenas proporcionou um momento de aprendizado e troca, mas também reforçou a importância do vínculo entre a equipe de saúde e a comunidade.

Palavras-chave: Hipertensão arterial. Rastreamento. Prevenção. Conscientização.



BRILHA MULHER: RESGATANDO A AUTOESTIMA ATRAVÉS DO AUTOCUIDADO E FORTALECENDO A AUTOVALORIZAÇÃO FEMININA NA CASA DAS SAMARITANAS EM PARNAÍBA-PI

Brenda Lacerda Lima¹; Isabelly Passos Rodrigues¹; Jamille Josellé Pires Sousa¹; João Pedro Carvalho Ponte De Sousa¹; José Paulo Santos Silva¹; Kaio José Amaral Araújo¹; Lia Araújo Moraes¹; Luiz Russel De Messias¹; Maria Clara Macedo Silva¹; Maria De Jesus Marques Moreira Machado¹; Maryana Dantas Ladeira¹; Raquel Silva Sousa¹; Samyra De Oliveira Cavalcante¹; Prof. Msc. Gilberto Portela Silva²; Prof. Dr^o. Thiago De Souza Lopes Araújo²

¹Discente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba SA

²Docente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba SA

INTRODUÇÃO: O tema “autoestima e autocuidado” foi escolhido ao observar a realidade de mulheres em vulnerabilidade social, que enfrentam desafios com valorização pessoal e acesso a cuidados básicos. Desenvolveram-se oficinas práticas que dialogam com o cotidiano dessas mulheres, promovendo escuta, afeto e empoderamento. As atividades incluíram automaquiagem, uso da babosa nos cuidados capilares e produção de macramê, por serem acessíveis, simbólicas e terapêuticas. Essas ações possibilitaram a reconexão com identidade e cultura. Uma roda de conversa encerrou o projeto, promovendo partilha, fortalecimento emocional e coletivo.

OBJETIVO: O projeto promove autocuidado, autoestima e bem-estar através de atividades práticas e criativas. Seus objetivos incluem ensinar automaquiagem, incentivar o uso sustentável de produtos, desenvolver habilidades manuais com oficinas de macramê e fortalecer o bem-estar emocional por meio da troca de experiências e convivência comunitária.

METODOLOGIA: O projeto tem como objetivo promover a autoestima e o autocuidado de mulheres em situação de vulnerabilidade social, por meio de atividades práticas e ocupacionais voltadas à beleza e ao bem-estar. A ação será realizada em um único dia, com duração de 10 horas, na Casa das Samaritanas, em Parnaíba-PI, e atenderá 35 mulheres. Serão oferecidas oficinas de automaquiagem, cuidados com pele e cabelo com uso de babosa, e macramê, promovendo habilidades manuais, expressão criativa e cuidado pessoal. A metodologia inclui momentos teóricos sobre autoestima, empoderamento e autocuidado, além de dinâmicas de grupo que incentivam a troca de experiências e o fortalecimento comunitário. Ao final, um questionário avaliará os impactos da ação. O projeto integra a rede de apoio da Casa das Samaritanas, que atua na reabilitação de mulheres em risco, reforçando seu papel social e inclusivo.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: Espera-se que, ao final do projeto, as 35 mulheres participantes apresentem melhorias na autoestima, no bem-estar emocional e no reconhecimento do autocuidado como prática de valorização pessoal. A meta é que 80% relatem aumento na confiança e motivação, e 70% reconheçam o autocuidado como acessível e importante. Todas terão vivências de escuta e acolhimento, fortalecendo vínculos sociais. Parte das participantes pode adotar as práticas aprendidas, como uso da babosa ou macramê, inclusive como fonte de renda. O projeto também visa reduzir o isolamento e fortalecer a parceria com a Casa das Samaritanas para futuras ações integradas e continuadas.

CONCLUSÃO: O projeto reafirma a importância do autocuidado e da autoestima como elementos fundamentais para a promoção da saúde emocional e social de mulheres em situação de vulnerabilidade. As oficinas práticas se mostraram estratégias eficazes para criar espaços de escuta, acolhimento e valorização pessoal. Através da beleza, do cuidado e da expressão criativa, é possível fortalecer a confiança, promover vínculos e contribuir para a construção de trajetórias mais saudáveis e autônomas. A ação também destaca o papel das parcerias institucionais no enfrentamento das desigualdades e no apoio a mulheres em processo de reconstrução de suas vidas

Palavras-chave: Autocuidado. Autoestima. Empoderamento Feminino.



RESUMOS EXPANDIDOS

**REMIÇÃO DE PENA: UM DIREITO QUE GARANTE MUITAS POSSIBILIDADES**

Renata Carneiro Costa ¹; Luanna Hévilla Sousa Santos ²; Quézia Escórcio Santos ³;
Karynne Maniele Santos Mendonça ⁴; Ana de Lourdes Onorato Lima ⁵; Hellen Soraya de Brito
Souza ⁶; Darlan Victor Andrade Gonçalves ⁷; Emanuelle Páscoa Santos ⁸;
Letícia Freitas Fernandes ⁹; Lia Carneiro Araújo ¹⁰; Erica Natasha da Silva Santos ¹¹; Geilson
Silva Pereira ¹²

79

1

Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba – PI;

2

Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba – PI;

3

Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba – PI;

4

Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba – PI;

5

Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba – PI;

6

Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba – PI;

7

Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba – PI;

8

Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba – PI;

9

Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba – PI;

10

Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba – PI;

11

*Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba – PI;**12 Docente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba – PI.***RESUMO**

O Projeto Entre Linhas e Leis, elaborado pelos discentes do 6º período de Direito do IESVAP, sob orientação do docente Geilson Silva, teve como principal objetivo garantir que os detentos da Penitenciária Mista Parnaíba - PI, pudessem entender sobre seus direitos e garantias enquanto apenados. Seguindo essa linha, foi criada uma Cartilha Informativa acerca dos seguintes temas: tipos de regime, remição de pena e o que leva alguns detentos a não serem liberados da prisão assim que cumprem sua pena e levadas durante uma das visitas técnicas à Penitenciária Mista, onde os alunos do Projeto de Extensão V fizeram a entrega de 100 cartilhas ao Diretor da Unidade Prisional, para que este fizesse o repasse para os detentos nas diferentes alas, tanto nas alas masculinas quanto nas alas femininas, para que as informações alcançassem o maior número de presos e, conseqüentemente, eles pudessem tirar dúvidas que são recorrentes dentro da penitenciária. Dessa forma, quando os detentos entendem sobre esses direitos, eles passam a participar de atividades oferecidas pela Unidade Prisional, como estudar ou trabalhar – a penitenciária conta com vários ambientes de trabalho, como cozinha, padaria, marcenaria, entre outros meios de trabalho –, que garantem a eles a remição de pena.

Palavras-chave: Remição de Pena. Direitos. Ressocialização.



INTRODUÇÃO

Sabe-se que os Direitos Humanos vão além do que se estuda, ou da Leis impostas para que sejam garantidos. Com base nisso, foi analisado e visto por cada aluno, e decidido que quem precisaria de um olhar mais profundo e humano, com ousadia para enfrentar os desafios e o intuito de ajudar. Notou-se então, que a população Carcerária de Parnaíba precisava desse cuidado a mais e que os detentos precisavam de fato, saberem de todos os seus Direitos e Deveres. A compreensão dos Direitos Humanos ultrapassa o conhecimento teórico e a mera existência de leis que os asseguram. Exige uma abordagem empática e comprometida, capaz de enxergar além das normas para compreender as realidades vividas por aqueles que mais necessitam. Partindo dessa premissa, cada integrante do Projeto Entre Linhas e Leis analisou cuidadosamente o contexto social, identificando um grupo que demanda atenção especial e uma atuação corajosa: a população carcerária de Parnaíba. Diante desse desafio, consolidou-se a missão de levar informação e conscientização aos detentos, garantindo que conheçam e exerçam plenamente seus direitos e deveres. Afinal, a justiça não se limita ao que está escrito, mas ao que é efetivamente praticado.

No mais, o projeto consiste em criar um olhar diferente dos estigmas associados a comunidade carcerária, e tentar criar um ambiente de ressocialização acolhedor para transformar realidades e as posturas dos presos diante da sociedade através da leitura, pois a leitura traz como consequência o conhecimento e o conhecimento liberta, uma vez que não há prisões na mente, há mudanças de atitudes.

METODOLOGIA

No presente projeto adotou-se abordagem qualitativa-descritiva para investigar práticas participativas em contexto prisional. Obteve-se autorização da direção da Penitenciária Mista de Parnaíba (PI) e realizou-se visita técnica inicial para levantamento estrutural e documental do espaço. Empregou-se observação participante e entrevistas semiestruturadas com amostra intencional de detentos, a fim de identificar as principais necessidades: revitalização da biblioteca e falta de informação sobre progressão de pena.

Para Nucci (2017), “A progressão de regime é um instituto que visa a promover a gradativa reintegração do condenado à sociedade, proporcionando-lhe a oportunidade de adaptação e readaptação ao convívio social de forma progressiva e controlada.” Realizou-se pesquisa bibliográfica sobre progressão de pena e em seguida, o juiz e professor Willmann Izac Ramos Santos, ministrou palestra de capacitação sobre o tema: Progressão de pena. Com esse embasamento, os alunos confeccionaram cartilha ilustrada com fluxogramas e orientações jurídicas. Conduziu-se segunda visita técnica para entrega das cartilhas e revitalização do espaço bibliográfico, incluindo mediação de leitura coletiva e avaliação de satisfação por meio de questionário oral. O relatório do Ministério dos Direitos Humanos (2023) ressalta que o acesso à informação e à educação nas unidades prisionais é fundamental para a efetivação da cidadania e para a prevenção da reincidência penal. A elaboração da cartilha informativa teve como base a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), que regula os direitos e deveres dos apenados, bem como os critérios legais para a remição de pena por trabalho e estudo.

Segundo Costa e Lima (2022), iniciativas educativas no cárcere funcionam como mecanismos efetivos de ressocialização, promovendo o senso de dignidade e a reconstrução da identidade dos apenados. Inspirados nos princípios de Paulo Freire (2019), o projeto buscou promover uma educação libertadora, capaz de transformar a realidade dos detentos por meio do acesso ao conhecimento e à leitura.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O Projeto de Extensão “Entre Linhas e Leis”, voltado à conscientização sobre regimes e penas no sistema prisional, contou com uma ação principal, a visita à Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina, localizada em Parnaíba - Piauí, onde foi possibilitada a oportunidade de conhecer toda a estrutura do local, observar o funcionamento da unidade e interagir diretamente com os detentos.



A visita foi acompanhada por agentes penitenciários e representantes da coordenação da unidade, que conduziram os alunos pelos espaços principais, como celas, refeitório, área de banho de sol, setor administrativo e setores de atendimento jurídico e psicossocial. Essa experiência proporcionou uma visão mais clara sobre a realidade vivida pelas pessoas privadas de liberdade e os desafios enfrentados dentro do sistema penitenciário. Durante o convívio com os internos, foi possível ouvir relatos marcantes sobre suas experiências, dúvidas e expectativas quanto ao cumprimento da pena e à reinserção social. Muitos demonstraram interesse em compreender melhor seus direitos, especialmente sobre progressão de regime e remição da pena pelo trabalho e estudo.

O objetivo inicial do projeto era entregar pessoalmente aos internos uma cartilha informativa, desenvolvida com linguagem acessível e conteúdo didático sobre os principais aspectos legais do cumprimento da pena. No entanto, por orientação institucional, a cartilha foi entregue à coordenação da penitenciária, que se responsabilizou por repassá-la aos internos. A cartilha trata de temas como os tipos de regimes, direitos do preso, critérios para progressão e os direitos humanos aplicados ao contexto carcerário.

Como parte da conclusão do projeto, foi realizada, também, uma apresentação para os alunos 1º período do curso de Direito, onde alguns alunos puderam compartilhar a experiência, os aprendizados obtidos e a importância do tema para a formação acadêmica e o compromisso social da profissão. Dessa forma, foi possível aplicar a teoria à realidade, desenvolver empatia, e compreender o papel do jurista não apenas como técnico da lei, mas como agente de transformação social. O contato com a realidade prisional ampliou a consciência crítica e fortaleceu o compromisso ético com a justiça e os direitos humanos daqueles que puderam fazer parte do Projeto de Extensão V. Essa etapa foi concluída com a certeza de que ações educativas dentro e fora dos muros do sistema prisional são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A foto abaixo apresenta imagens das duas visitas técnicas à Penitenciária Mista de Parnaíba, Piauí, nos dias 18 de abril de 2025 e 12 de maio do mesmo ano e, também, o Panfleto Informativo, respectivamente:



DISCUSSÃO

A execução do projeto de extensão “Entre Linhas e Leis” na Penitenciária Mista de Parnaíba-PI revela a importância da presença da universidade no espaço prisional como promotora de cidadania e dignidade. Ao propor o acesso à informação jurídica, o projeto ultrapassa o viés assistencialista e passa a atuar como ferramenta de transformação social. O



ambiente prisional, marcado por múltiplas vulnerabilidades, carece não apenas de melhorias estruturais, mas sobretudo de ações educativas voltadas à autonomia dos internos. Nesse contexto, a educação jurídica popular, promovida por alunos e docentes da IESVAP, assume papel essencial ao traduzir os direitos constitucionalmente assegurados em linguagem acessível e aplicável ao cotidiano dos apenados.

A experiência prática no projeto contribuiu significativamente para a formação crítica dos discentes envolvidos, permitindo-lhes desenvolver competências como empatia, responsabilidade social e capacidade de mediação. A convivência com realidades tão distintas da vivenciada no meio acadêmico promoveu a desconstrução de preconceitos e fortaleceu o entendimento do Direito como instrumento de justiça social.

Assim, o projeto revelou-se uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que leva conhecimento aos internos, transforma o olhar dos futuros operadores do Direito sobre sua função social. Portanto, a experiência do “Entre Linhas e Leis” demonstra que a articulação entre ensino, pesquisa e extensão é fundamental para que a universidade cumpra seu papel constitucional de indutora do desenvolvimento humano, da justiça e da igualdade.

CONCLUSÃO

Diante de todo o percurso trilhado pelo Projeto de Extensão “Entre Linhas e Leis”, evidencia-se a potência transformadora do conhecimento jurídico quando este é aliado ao compromisso social. A iniciativa não apenas ofereceu informações relevantes aos detentos sobre seus direitos e deveres, mas também plantou sementes de esperança, autonomia e ressocialização por meio da educação.

A experiência reafirma a importância da atuação universitária nos espaços de vulnerabilidade social, sobretudo dentro do sistema carcerário, onde muitas vezes o direito à informação é negligenciado. O projeto permitiu que os alunos desenvolvessem uma visão mais humana e crítica do Direito, indo além das páginas da legislação e se aproximando da realidade concreta de quem vive à margem da sociedade.

Assim, conclui-se que projetos como este devem ser incentivados e ampliados, pois representam caminhos reais para a promoção da dignidade humana, o fortalecimento da cidadania e a construção de uma justiça verdadeiramente acessível e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 23 maio 2025.

COSTA, Mariana de A.; LIMA, Júlio C. R. *Educação nas prisões: um instrumento de transformação social*. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 13, n. 2, p. 45-63, 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. (Excelente pra embasar a ideia de que o conhecimento liberta e transforma realidades, inclusive no cárcere.)

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Penal*. 10ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 756.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. *Relatório Nacional sobre o Sistema Prisional Brasileiro*. Brasília: MDHC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh>. Acesso em: 23 maio 2025.

**PROJETO CAMINHOS SUSTENTÁVEIS E A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL**

Alex de Lima Lopes¹, Fabrícia Maria Oliveira da Silva¹, Petrus de Castro Araujo¹,
Adonias Alves Viana Oliveira¹, Guilherme de Brito Carvalho¹, Juan Pablo Barros
Galeno, Wesley Lima Pires¹, Victor Emanuel dos Santos Moreira¹, Valdecy Ribeiro de
Sousa Neto¹, Everton de Azevedo Cardoso¹, Raynara Jaqueline da Silva Valadares¹,
Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda²

¹ Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP

² Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP

RESUMO

O projeto de extensão Caminhos Sustentáveis, do 4º período do curso de Direito do IESVAP, buscou promover a conscientização ambiental na comunidade acadêmica e na sociedade, articulando teoria e prática sobre sustentabilidade destacando legislações importantes. As atividades incluíram campanha de conscientização e produção de materiais informativos como forma de agregar à comunidade acadêmica do IESVAP reflexões a respeito da importância de proteger o meio ambiente não apenas para as gerações atuais como também para as futuras. Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente os ligados à proteção ambiental e cidades sustentáveis, o projeto visou a formar cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a justiça ambiental. Além disso, estimula a reflexão da comunidade acadêmica através da conscientização. O projeto Caminhos Sustentáveis reforçou o papel social da universidade na construção de comunidades mais responsáveis e ambientalmente equilibradas, destacando a importância da participação coletiva para garantir um meio ambiente saudável às atuais e futuras gerações.

Palavras-chave: Conscientização. Comunidade acadêmica. Justiça ambiental.

INTRODUÇÃO

A crescente degradação ambiental e o uso desordenado dos recursos naturais têm exigido da sociedade contemporânea um novo olhar sobre o desenvolvimento, agora orientado por princípios sustentáveis. No contexto acadêmico, esse desafio se traduz na necessidade de incorporar a sustentabilidade não apenas como conteúdo curricular, mas como prática cotidiana e compromisso ético dos futuros profissionais. É nesse cenário que se insere o projeto de extensão universitária intitulado "Caminhos Sustentáveis", cuja proposta foi integrar o saber jurídico à promoção de uma consciência ambiental crítica, propositiva e transformadora, tanto no meio acadêmico quanto na comunidade externa. A problemática central que impulsionou este projeto foi a falta de conscientização efetiva sobre os direitos e deveres ambientais previstos na legislação brasileira, o que contribui para práticas nocivas ao meio ambiente mesmo entre indivíduos com alto grau de escolaridade. A proposta visa, portanto, a preencher essa lacuna por meio da difusão de conhecimentos jurídicos e ambientais com base em instrumentos legais como, por exemplo, a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), que estabelece os princípios da ação governamental para preservação, melhoria e recuperação da qualidade



ambiental, e o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), que regula a proteção da vegetação nativa e impõe limites claros ao uso da terra.

A relevância desta experiência se manifesta tanto na formação cidadã e profissional dos alunos envolvidos quanto no fortalecimento da missão social da universidade. Ao promover atividades interdisciplinares, campanhas educativas e ações práticas relacionadas ao meio ambiente, o "Caminhos Sustentáveis" se propôs a ser um espaço de aprendizado ativo e comprometido com os valores da justiça ecológica. Além disso, contribuiu para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU, especialmente os relacionados ao meio ambiente, à educação de qualidade e à ação contra a mudança global do clima.

O projeto teve como objetivos principais: sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a importância da sustentabilidade e da preservação ambiental, mostrar sobre os fundamentos jurídicos que embasam o direito ambiental no Brasil, estimular práticas sustentáveis no cotidiano universitário, como o descarte correto de resíduos e o consumo consciente; e omentar o engajamento da universidade como agente de transformação social no âmbito ecológico.

METODOLOGIA

A ação foi desenvolvida com base em uma metodologia ativa, participativa e educativa, priorizando o envolvimento direto dos estudantes na construção e execução das atividades. Inspirada na extensão universitária como instrumento de transformação social, a iniciativa integrou ensino, pesquisa e comunidade. A atividade foi realizada pelo grupo Direito Ambiental e Conscientização Sustentáveis, vinculado ao projeto de extensão “Caminhos Sustentáveis”. O planejamento ocorreu de forma coletiva, com reuniões presenciais e virtuais, nas quais foram discutidas temáticas ambientais, estratégias de abordagem e formas de apresentação. Visando à conscientização da comunidade acadêmica sobre direitos e deveres ambientais, optou-se pela distribuição de folders informativos acompanhada de abordagem oral direta a estudantes e professores.

Os próprios integrantes do grupo elaboraram o material gráfico com base em normas jurídicas relevantes, como o artigo 225 da Constituição Federal, a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). O conteúdo dos folders foi produzido com linguagem acessível e visual atrativo, tratando temas como o princípio da precaução, a função socioambiental da propriedade e a responsabilidade coletiva pela proteção ambiental. A ação foi executada presencialmente em locais de grande circulação na faculdade, com interações dinâmicas e respeitadas. As observações feitas durante a atividade sobre receptividade, interesse e dificuldades comunicativas subsidiaram a análise dos resultados e melhorias futuras. A metodologia adotada valorizou a interdisciplinaridade, comunicação direta, linguagem clara e protagonismo discente, consolidando o papel da universidade na educação ambiental.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O presente relato descreve uma ação realizada pelo grupo, parte do projeto de extensão Caminhos Sustentáveis vinculado à nossa instituição de ensino. A proposta do projeto foi promover a conscientização ambiental por meio da educação e do engajamento



da comunidade acadêmica. A atividade ocorreu nas dependências da própria faculdade, com o objetivo de informar e sensibilizar os estudantes sobre os principais direitos e deveres relacionados à proteção do meio ambiente. A ação foi inteiramente organizada e executada pelos integrantes do grupo. Foram preparados folders informativos com conteúdos acessíveis e relevantes sobre o Direito Ambiental, abordando temas como o princípio do desenvolvimento sustentável, a função socioambiental da propriedade e a responsabilidade civil por danos ambientais. Os materiais foram distribuídos aos alunos e professores durante os intervalos das aulas. Ao mesmo tempo era mantido um diálogo sobre os inúmeros instrumentos legais da legislação.

Durante a atividade, buscou-se dialogar com o público de forma direta, esclarecendo dúvidas e incentivando atitudes conscientes em relação ao meio ambiente. A interação foi bastante positiva e contribuiu para ampliar a percepção dos participantes sobre a importância de conhecer e exercer seus direitos ambientais. A experiência foi extremamente enriquecedora. Foi possível aplicar, na prática, conceitos aprendidos em sala de aula, além de desenvolver habilidades como comunicação, trabalho em equipe e organização. Além disso, percebemos o quanto o Direito Ambiental ainda é pouco conhecido entre os estudantes de outras áreas, o que reforça a importância de ações de extensão como essa. A troca com o público nos mostrou que pequenas iniciativas podem gerar grande impacto em termos de informação e conscientização.

A ação do projeto Caminhos Sustentáveis demonstrou a relevância do envolvimento estudantil na construção de uma sociedade mais consciente e responsável com o meio ambiente. Acredita-se que esse tipo de atividade deve ser contínuo e ampliado, alcançando cada vez mais pessoas dentro e fora do ambiente acadêmico dada a relevância da temática ambiental no contexto atual diante de problemas climáticos que geram profundas reflexões. Durante a atividade, foi possível perceber diferentes reações entre os participantes abordados. Muitos demonstraram interesse imediato pelo tema, principalmente ao perceberem a ligação entre o Direito e o meio ambiente. Alguns estudantes relataram desconhecimento sobre os dispositivos legais relacionados à sustentabilidade, como o artigo 225 da Constituição Federal, o que abriu espaço para diálogos produtivos. Tivemos a experiência de também abordar dois professores que elogiaram a assertividade e correlação desse tema proposta pelo nosso grupo com o direito, de trazer esse tema. Outros casos expressaram preocupações práticas, como o destino dos resíduos sólidos no campus e a carência de políticas mais eficazes para descarte seletivo e educação ambiental institucional. O grupo observou que a abordagem presencial foi essencial para o êxito da ação, pois permitiu contato direto com o público, favorecendo um processo de sensibilização mais eficiente. Os folders funcionaram como ferramentas de apoio à conversa, atraindo atenção pelo design visual e conteúdo didático. A troca de informações foi enriquecedora tanto para os participantes quanto para os membros do projeto, que puderam exercitar suas habilidades de escuta ativa, argumentação e empatia.



Houve também um momento em que alguns professores se

integraram às discussões, contribuindo com referências a estudos e experiências pessoais ligadas à temática ambiental. Isso fortaleceu o caráter interdisciplinar da ação e aumentou o impacto da mensagem transmitida. Em reuniões subsequentes, os integrantes do grupo refletiram sobre os principais desafios enfrentados, como a resistência de alguns alunos em dialogar, e elaboraram sugestões para melhorar futuras abordagens, como utilizar QR Codes para acesso a materiais digitais, realizar rodas de conversa e estender a ação à comunidade externa. A experiência proporcionada pelo projeto Caminhos Sustentáveis demonstrou que, por meio de ações simples, é possível gerar reflexões profundas. Ela reafirmou a importância de uma formação jurídica que vá além do conhecimento técnico e promova valores éticos voltados ao bem coletivo e à justiça ambiental. A continuidade de ações como essa é essencial para a consolidação de uma cultura sustentável dentro da instituição e para a formação de profissionais mais engajados com as causas sociais e ambientais.

86

DISCUSSÃO

O direito ambiental visa proteger e preservar o meio ambiente e é essencial para a sustentabilidade. Sua efetividade, no entanto, depende não apenas da legislação, mas também da conscientização da sociedade. A educação ambiental é fundamental para promover práticas sustentáveis, como reciclagem, uso racional de recursos naturais e preservação da biodiversidade.

A aplicação eficaz de políticas públicas exige a cooperação entre governo, setor privado e sociedade civil. É necessário que a legislação seja acompanhada de ações concretas e da participação popular por meio de instrumentos democráticos, como conselhos e audiências públicas. Investir na educação ambiental desde a infância contribui para formar cidadãos críticos e comprometidos com a causa ecológica.

Autores como Leff (2001) defendem uma educação ambiental crítica e emancipatória, capaz de promover transformações sociais. Loureiro (2006), por sua vez, destaca a importância da participação ativa dos indivíduos na construção da consciência ecológica. Essas ideias foram aplicadas no projeto de extensão “Caminhos Sustentáveis”, que envolveu estudantes universitários em ações educativas, elaboração de materiais e diálogo com o público.

A experiência demonstrou que, embora exista uma legislação ambiental robusta, ela ainda é pouco conhecida, o que limita sua aplicação. O projeto mostrou a relevância das universidades como agentes de transformação, promovendo o acesso à informação e à cidadania ambiental por meio de ações simples e acessíveis. Ao integrar teoria e prática, a iniciativa reforçou a necessidade de uma conscientização ambiental constante, inserida no cotidiano institucional. O uso de materiais didáticos, o contato direto com a comunidade e o engajamento coletivo se mostraram eficazes para gerar mudanças de comportamento e ampliar a compreensão sobre os deveres ambientais.



CONCLUSÃO

O projeto de extensão "Caminhos Sustentáveis" cumpriu de forma significativa seu papel ao unir o conhecimento jurídico com a prática social, promovendo a conscientização ambiental dentro do ambiente universitário. A experiência proporcionou não apenas aprendizado teórico, mas também o desenvolvimento de competências essenciais como comunicação, trabalho em equipe, proatividade e empatia social.

A atuação dos estudantes demonstrou o potencial da extensão universitária como ferramenta de transformação. Por meio de ações simples e acessíveis, como a distribuição de folders e o diálogo direto, foi possível alcançar um público diverso e despertar interesse sobre os direitos e deveres ambientais. Isso mostra que a educação ambiental, quando bem planejada e executada, tem grande capacidade de gerar impactos positivos tanto no meio acadêmico quanto na sociedade.

Além disso, a articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU conferiu ao projeto uma dimensão global, reforçando o compromisso da universidade com a formação de cidadãos conscientes, éticos e socialmente responsáveis. A iniciativa contribuiu para a consolidação da missão institucional de formar profissionais preparados para atuar de forma crítica e transformadora em suas respectivas áreas.

Portanto, conclui-se que o "Caminhos Sustentáveis" representa uma ação exemplar no campo da extensão universitária. É recomendável que iniciativas como essa sejam mantidas e ampliadas, integrando novas abordagens pedagógicas, fortalecendo parcerias com a comunidade externa e explorando diferentes meios de comunicação para ampliar o alcance e a efetividade das ações de conscientização ambiental.

REFERÊNCIAS

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Educação & Sociedade, Campinas*, v. 25, n. 87, p. 57–70, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/YcGxzMd5W8kZj6gS3kd7jp>. Acesso em: 5 jun. 2025.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 7–40, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7yyrJKk9jSvhCWXjFnBsvzP>. Acesso em: 5 jun. 2025.

TRIGUEIRO, André (org.). Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=trigueiro+meio+ambiente+no+século+21>. Acesso em: 5 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 5 jun. 2025.

**ENEL GREEN POWER. Sustentabilidade ambiental.** [S. l.],[s. d.]. Disponível em: <https://www.enelgreenpower.com/pt/learning-hub/desenvolvimento-sustentavel/sustentabilidade-ambiental>. Acesso em: 5 jun. 2025.**RAÍZEN. Sustentabilidade ambiental.** [S. l.], [s. d.]. Disponível em:<https://www.raizen.com.br/blog/sustentabilidade-ambiental>. Acesso em: 5 jun. 2025.**CONSTRUINDO CIDADANIA: DIREITO NAS ESCOLAS – CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR**

Antônio Gilson Rodrigues Costa Júnior¹; Dan Aguiar Meneses¹; Emylle de Mesquita Silva da Costa¹; Fabrício Frota Leite¹; Fabrine Frota Leite¹; Fabyanna Magalhães Marques¹; Felipe Moura Cavalcante¹; Fernando Jardson Lima Leite Filho¹; Gilberth Rufino Portela Alves e Silva; Herbson Silva Marques Júnior¹; Lorena Machado Brandão¹; Maria Beatriz Araújo Costa¹; Thalysson Azevedo Brito¹; Wellington Fernando D' Lima ¹; Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda ².

¹ Discente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Vale do Parnaíba - Parnaíba, Piauí.

² Docente do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Vale do Parnaíba - Parnaíba, Piauí.

RESUMO

O projeto de extensão IV, intitulado “Construindo Cidadania: Direito nas escolas”, foi desenvolvido pelos alunos do 5º período do IESVAP, com o objetivo de promover o respeito, a empatia e a inclusão social entre adolescentes por meio de palestras e ações educativas sobre bullying e violência doméstica. A iniciativa foi realizada na Escola Municipal Dr. Lauro de Andrade Correia, tendo como público-alvo alunos do 6º, 8º e 9º anos. A proposta surge diante da recorrência de casos de bullying no ambiente escolar e da convivência de muitos alunos com situações de violência doméstica. Tais contextos afetam diretamente o bem-estar emocional, o desempenho acadêmico e o comportamento dos jovens. O projeto visou, portanto, proporcionar um espaço de escuta e acolhimento, estimular o diálogo, esclarecer os alunos sobre seus direitos e fortalecer valores fundamentais para a convivência pacífica. A ação está alinhada ao ODS 16 da Agenda 2030 da ONU, que busca promover sociedades mais justas e inclusivas. Por meio da educação em direitos e da reflexão crítica, o projeto contribuiu para a construção de um ambiente escolar mais seguro, igualitário e consciente, reforçando a importância da prevenção e do combate à violência desde a base educacional.

Palavras-chave: Conscientização. Prevenção. Respeito.

INTRODUÇÃO

A escola, como espaço de formação cidadã, desempenha um papel essencial na construção de valores sociais, éticos e jurídicos entre crianças e adolescentes. Contudo, o ambiente escolar pode também ser palco de práticas violentas e discriminatórias, como o bullying, que consiste em agressões físicas, verbais, psicológicas ou virtuais de forma repetitiva e intencional, comprometendo o desenvolvimento emocional e social das vítimas (Olweus, 1993). Da mesma forma, a violência doméstica — caracterizada por



abusos físicos, morais, psicológicos ou sexuais no âmbito familiar

— impacta diretamente o bem-estar de crianças e adolescentes, que muitas vezes reproduzem comportamentos agressivos ou retraídos na escola (Abramovay; Rua, 2002). Dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2020) apontam que o convívio com a violência doméstica pode gerar traumas severos e afetar negativamente o processo de aprendizagem e a saúde mental dos jovens. Já o bullying, ao provocar isolamento, ansiedade e depressão, interfere significativamente no desempenho escolar e nas relações interpessoais.

89

Diante disso, torna-se urgente a implementação de ações educativas que fortaleçam a cultura da paz, da empatia e do respeito às diferenças. Com base nesse cenário, o projeto de extensão “Construindo Cidadania: Direito nas escolas” foi idealizado por acadêmicos do 5º período do curso de Direito do IESVAP, com o propósito de desenvolver palestras educativas e reflexivas na Escola Municipal Dr. Lauro de Andrade Correia. O objetivo foi informar e sensibilizar os alunos sobre os impactos do bullying e da violência doméstica, além de orientá-los quanto aos mecanismos de prevenção, denúncia e proteção, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O projeto buscou promover um ambiente escolar mais seguro e acolhedor, por meio da conscientização dos alunos sobre as consequências jurídicas e psicológicas desses fenômenos e da valorização dos direitos fundamentais da infância e da adolescência.

METODOLOGIA

A metodologia adotada teve como base a abordagem participativa e dialógica, buscando promover a conscientização e o engajamento dos estudantes sobre os temas abordados. A primeira palestra tratou da violência doméstica e foi ministrada por alunos do Núcleo de Práticas Jurídicas do IESVAP orientados pela professora responsável pelo núcleo. Durante a apresentação, foram explorados os principais aspectos legais sobre o tema, incluindo os tipos de violência previstos na legislação brasileira — física, psicológica, sexual, patrimonial e moral — bem como o ciclo da violência e os canais de denúncia disponíveis. Ao final, foram distribuídos folders informativos contendo um resumo dos conteúdos abordados e contatos de instituições de apoio, como o Disque 180. A atividade teve duração aproximada de 30 minutos e contou com o apoio logístico da escola, que disponibilizou o espaço.

A segunda palestra teve como foco o bullying e contou com a participação de um psicólogo do IESVAP, que conduziu uma roda de conversa com os alunos. Foram discutidos os tipos de bullying (físico, verbal, psicológico e virtual), suas consequências emocionais e comportamentais, tanto para vítimas quanto para agressores, e as formas de prevenção. A roda de conversa promoveu um espaço de escuta ativa e diálogo, permitindo que os alunos compartilhassem experiências e refletissem sobre o impacto de suas atitudes no ambiente escolar. Essa metodologia pautou-se na perspectiva da educação em direitos e na promoção de valores como empatia, respeito e cidadania, conforme defendem autores como Freire (1996) e Abramovay e Rua (2002).

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A experiência do projeto de extensão “Construindo Cidadania”, realizado pelos alunos do 5º período de Direito do IESVAP, foi desenvolvida na Escola Municipal Dr.



Lauro de Andrade Correia, tendo como foco os temas violência doméstica e bullying. As atividades aconteceram em dois momentos distintos, organizados de forma cronológica e planejada, a partir de uma visita técnica inicial, onde a equipe teve contato com a realidade da escola e ouviu relatos da gestão sobre a incidência de casos de bullying e situações familiares de violência.

O primeiro momento do projeto ocorreu com a realização da palestra sobre violência doméstica, ministrada pelos alunos do Núcleo de Práticas Jurídicas do IESVAP orientados pela professora responsável pelo núcleo. A apresentação abordou os tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha, os ciclos da violência, suas consequências e os canais disponíveis para denúncia. O conteúdo foi transmitido de forma acessível e didática, com exemplos práticos e espaço para perguntas e interação com os alunos. Ao final da palestra, foram distribuídos folders informativos elaborados pela equipe, contendo os tipos de violência, os direitos das vítimas e os principais canais de apoio. A receptividade dos estudantes foi positiva e muitos demonstraram interesse pelo tema, participando ativamente da conversa e relatando situações vividas ou observadas em seus lares. Inclusive alguns deles buscaram orientações de acordo com as situações vivenciadas em seus cotidianos.

No segundo momento, foi realizada uma roda de conversa sobre bullying, conduzida por um psicólogo da própria faculdade. A dinâmica foi pensada para permitir a escuta ativa e o diálogo entre os participantes, criando um ambiente acolhedor e seguro para que os adolescentes pudessem compartilhar suas experiências. O psicólogo contextualizou o conceito de bullying, abordando seus diferentes tipos — físico, verbal, psicológico e virtual — e as consequências para as vítimas e os agressores. Em seguida, os alunos foram convidados a relatar situações que já presenciaram ou vivenciaram, o que permitiu identificar padrões de comportamento e refletir sobre atitudes do cotidiano. Ambas as ações contaram com o apoio da equipe gestora da escola, que ofereceu suporte logístico e incentivou a participação dos estudantes.

A experiência revelou-se extremamente enriquecedora, tanto para os alunos da escola quanto para os acadêmicos do curso de Direito, mais do que aplicar o conhecimento teórico adquirido em sala de aula, tivemos a oportunidade de vivenciar, na prática, a importância do Direito como instrumento de mudança social. Estar em contato direto com adolescentes que convivem com a violência, seja dentro de casa ou no ambiente escolar, nos despertou para realidades muitas vezes invisíveis, mas extremamente presentes no cotidiano das comunidades. Cada pergunta feita, cada relato compartilhado e cada olhar atento durante as atividades nos mostrou que o nosso papel vai além da atuação jurídica tradicional — somos agentes de conscientização, escuta e acolhimento. Além disso, o trabalho em equipe, o planejamento coletivo e a condução das atividades nos desafiaram a desenvolver competências fundamentais para nossa formação, como a oratória, a empatia e a capacidade de dialogar com públicos diversos. Foi uma vivência que nos tirou da zona de conforto e nos aproximou do verdadeiro sentido da cidadania. O projeto cumpriu seu papel social e educativo, ao sensibilizar os jovens sobre questões urgentes que atravessam suas realidades e ao incentivar a construção de um ambiente escolar mais seguro, igualitário e consciente.

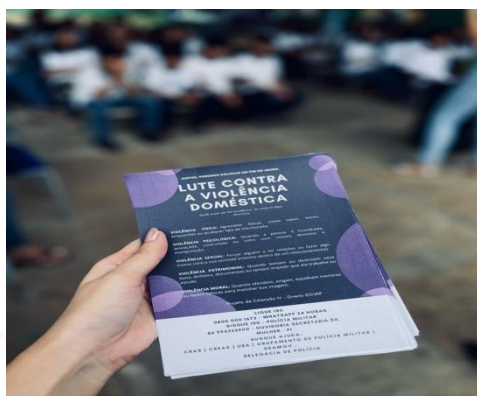


Figura 1 – Palestra sobre violência doméstica.



Figura 2 – Roda de conversa sobre o bullying.

DISCUSSÃO

A realização de projetos educativos com foco na prevenção do bullying e da violência doméstica em ambiente escolar tem se mostrado uma estratégia eficaz na promoção de uma cultura de paz e cidadania. Segundo Abramovay e Rua (2002), a escola é um dos principais espaços para a identificação e enfrentamento de violências, por ser um ambiente onde se concentram relações interpessoais complexas. Assim, ações que promovem o diálogo, a empatia e a conscientização jurídica contribuem significativamente para a transformação da realidade escolar. A literatura destaca ainda a importância da interdisciplinaridade nas intervenções, reunindo áreas como Direito e Psicologia, o que se confirmou neste projeto, com a presença de profissionais dessas áreas durante as palestras e rodas de conversa. Freire (1996) enfatiza a educação como prática da liberdade e do diálogo, e o projeto “Construindo Cidadania: Direito nas escolas” caminhou nesse sentido ao estimular a escuta ativa dos estudantes e ao valorizá-los como protagonistas do processo educativo.

Outros estudos, como os de Oliveira et al. (2017), também apontam que programas de educação em direitos humanos e prevenção à violência impactam



positivamente o comportamento dos adolescentes, diminuindo atitudes agressivas e fortalecendo os laços escolares. A participação ativa dos alunos neste projeto, por meio de perguntas, depoimentos e reflexões, confirma essa correlação teórica. Além disso, a utilização de linguagem acessível e materiais didáticos específicos (cartazes e folders) fortaleceu o entendimento do conteúdo e estimulou a retenção da informação. Portanto, ao relacionar esta experiência com a literatura, observa-se a relevância de projetos educativos como instrumentos efetivos de transformação social e de valorização dos direitos fundamentais desde a base: a escola.

CONCLUSÃO

A realização do projeto “Construindo Cidadania: Direito nas escolas” proporcionou uma experiência transformadora tanto para os estudantes da escola quanto para os acadêmicos envolvidos. Por meio da prática extensionista, foi possível compreender a importância do papel social do profissional do Direito e o impacto positivo que ações educativas podem ter na formação de cidadãos mais conscientes, empáticos e informados. A escuta atenta dos adolescentes e o acolhimento das suas vivências revelaram a urgência de abordagens pedagógicas que transcendam o conteúdo formal e dialoguem com a realidade dos alunos, principalmente em contextos de vulnerabilidade social. A interação com os estudantes permitiu perceber que, muitas vezes, a escola é o único espaço de segurança e acolhimento para aqueles que enfrentam situações de violência em casa ou no convívio com colegas.

Ao mesmo tempo, a abertura ao diálogo demonstrou o quanto os jovens desejam ser ouvidos e orientados, e o quanto ações simples, como uma roda de conversa ou um folder informativo, podem fazer diferença na vida deles. Essa experiência reforça a necessidade de integração entre universidade e comunidade, tornando o conhecimento acadêmico uma ferramenta de transformação concreta. Como futuros operadores do Direito, essa vivência motivou ainda mais os alunos a atuar com responsabilidade social e sensibilidade humana diante das questões que atravessam a infância e a adolescência. Concluímos, assim, que projetos como este não apenas educam, mas inspiram mudanças reais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. das G.; **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Violência contra crianças e adolescentes: análise de denúncias de 2019 e 2020**. Brasília: MMFDH, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh>. Acesso em: 18 maio 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



OLIVEIRA, M. C. et al. **Programas de prevenção ao bullying e educação em direitos humanos: um estudo sobre impactos em adolescentes.** *Revista de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 21, n. 1, p. 45–56, 2017.

OLWEUS, D. **Bullying at school: what we know and what we can do.** Oxford: Blackwell, 1993.

ATENÇÃO INTEGRAL A USUÁRIA COM TRANSTORNO DEPRESSIVO MAIOR EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Iara Maria Borges Luz¹; Pedro Augusto Rodrigues Bezerra¹; Marcos Antonio Machado Chaves¹; Nágila de Azevedo Marques²; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val².

¹ *Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP*

² *Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP*

RESUMO

Este trabalho trata-se de um relato de experiência realizado durante prática médica na Atenção Primária à Saúde, no acompanhamento de uma mulher de 47 anos com depressão grave e em vulnerabilidade social. Residente em território rural, a paciente convive com familiares e enfrenta dificuldades emocionais, econômicas e de acesso à saúde. Apresenta histórico de violência doméstica, sendo alvo de agressões físicas anteriores e agressões verbais contínuas. É responsável por cuidar da casa e de uma filha com deficiência intelectual, sem apoio do companheiro. Relatar uma experiência de cuidado centrado na pessoa, com foco em saúde mental, evidenciando a importância do acolhimento, escuta qualificada e atuação interprofissional. Realizaram-se visita domiciliar, escuta ativa, exame físico, aplicação do PHQ-9 e levantamento de dados socioeconômicos. As ações foram conduzidas por estudantes sob supervisão docente. A paciente relatou tristeza, cefaleia, amenorreia e dor no joelho. Escore 21 no PHQ-9 indicou depressão grave. Houve orientação quanto ao tratamento, encaminhamentos e ações educativas. A experiência destacou a influência do contexto familiar no adoecimento e a importância do vínculo terapêutico. O cuidado humanizado, interprofissional e contínuo fortalece a autonomia e adesão ao tratamento em contextos vulneráveis.



Palavras-chave: Depressão. Saúde Mental. Atenção Primária à Saúde. Vulnerabilidade Social. Cuidado Centrado na Pessoa.

INTRODUÇÃO

Os transtornos depressivos constituem um grave problema de saúde pública devido a sua alta prevalência, e sintomas que causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida, segundo o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-V). Caracteriza-se por sentimentos persistentes de tristeza, perda de interesse e prazer, podendo afetar significativamente a funcionalidade e qualidade de vida dos indivíduos. No Brasil, a prevalência de sintomas depressivos atinge cerca de 10% da população adulta, sendo mais comum em mulheres, pessoas em situação de vulnerabilidade social e indivíduos com doenças crônicas (IBGE, 2020).

A Atenção Primária à Saúde (APS) tem um papel central na identificação precoce, no acompanhamento longitudinal e na oferta de cuidado integral a pessoas com sofrimento psíquico, especialmente em comunidades com difícil acesso a serviços especializados. No entanto, ainda são observadas importantes barreiras como o estigma social, a escassez de profissionais capacitados, a baixa adesão ao tratamento e o suporte familiar insuficiente.

Casos de depressão grave, como o da paciente acompanhada neste estudo, revelam a complexidade que envolve não só o sofrimento psíquico individual, mas também as dinâmicas familiares, econômicas e ambientais que o atravessam. A paciente apresenta histórico de violência doméstica, dificuldades financeiras e sobrecarga de responsabilidades, contextos que contribuem para o agravamento do quadro clínico e exigem abordagens interdisciplinares e intersetoriais. A utilização da escala PHQ-9 permitiu avaliar a gravidade da depressão, pontuando 21, o que indica quadro grave e necessidade de intervenções intensificadas.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo relatar uma experiência de acompanhamento multiprofissional a uma paciente em situação de vulnerabilidade social e sofrimento mental grave, destacando a importância da escuta qualificada, da abordagem familiar e do cuidado em rede no âmbito da atenção básica.

**METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, realizado por acadêmicos de medicina durante a vivência no território adstrito à Estratégia Saúde da Família (ESF), no município de Parnaíba-PI, no ano de 2025. A paciente acompanhada foi identificada pela equipe por apresentar histórico de transtorno depressivo grave, somado a fatores psicossociais agravantes como violência doméstica, pobreza extrema e sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado com familiares com necessidades especiais.

95

As informações foram coletadas por meio de visitas domiciliares semanais, entrevistas semiestruturadas com a paciente e familiares, anamnese ampliada, exame físico e revisão do prontuário. Também foi utilizada a escala Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9), instrumento validado para rastreamento e monitoramento da gravidade da depressão, o qual indicou 21 pontos, compatível com depressão grave (SANTOS et al., 2013).

As ações foram desenvolvidas de forma interdisciplinar, com apoio da equipe multiprofissional da ESF, utilizando abordagens do Projeto Terapêutico Singular, a fim de elaborar estratégias de cuidado personalizadas, considerando as dimensões biológicas, psicológicas e sociais. Foram realizados também encaminhamentos para a rede de apoio social, orientação sobre direitos e escuta qualificada.

O presente trabalho respeitou os princípios éticos das diretrizes para pesquisas com seres humanos, conforme a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2007), uma vez que se trata de atividade de ensino e cuidado em território supervisionado.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Durante as atividades práticas de medicina na Atenção Primária à Saúde, foi realizada uma visita domiciliar a uma mulher de 47 anos residente em uma área rural. A paciente apresentava quadro de depressão grave diagnosticada, em contexto de vulnerabilidade social, histórico de violência doméstica e responsabilidades familiares extensas, incluindo os cuidados com a casa e com uma filha com deficiência intelectual.



A abordagem inicial ocorreu com escuta ativa, coleta de

dados clínicos e socioeconômicos, além da aplicação da escala PHQ-9, cujo resultado (escore 21) apresentou depressão grave. A paciente relatava tristeza persistente, sensação de impotência, isolamento social, cefaleia frequente, amenorreia, calor excessivo e dor no joelho direito associada a trauma prévio.

Durante as visitas, o grupo pôde perceber que a paciente, inicialmente retraída, passou a se sentir à vontade para compartilhar suas vivências. Aos poucos, foi se estabelecendo um vínculo de confiança, construído pela escuta atenta e pelo acolhimento sem julgamentos. A cada encontro, ela demonstrava maior abertura, revelando sentimentos antes silenciados. No decorrer das visitas, notamos que havia conseguido desabafar questões profundas, sentindo-se mais leve e acolhida ao final de cada encontro. Essa experiência evidenciou a potência do cuidado humanizado na construção de relações terapêuticas significativas.

Com base nos dados coletados, foi elaborado um plano terapêutico singular. Foram feitas orientações quanto à continuidade da medicação antidepressiva, encaminhamento para acompanhamento psicológico, inclusão em visitas domiciliares regulares e articulação com a rede de apoio social.

A equipe interprofissional desenvolveu ações educativas em saúde mental, buscando fortalecer a autoestima e o vínculo com os serviços de saúde. A experiência demonstrou como a escuta qualificada e o acolhimento humanizado são fundamentais para o cuidado em saúde mental, especialmente em territórios vulneráveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante as visitas domiciliares, foi possível identificar um contexto familiar de elevada disfunção, caracterizado por ausência de comunicação, agressões verbais por parte do companheiro, sobrecarga de responsabilidades e escasso apoio social. A paciente relatava tristeza persistente, insônia, perda de apetite, perda de peso, isolamento, cefaleia recorrente, além de histórico de tentativa de suicídio no passado. Aplicada a escala PHQ-9, obteve-se pontuação de 21, sugerindo depressão grave.

No exame físico, além dos sinais sugestivos de transtorno depressivo maior, observou-se queixas de dor óssea no joelho direito, ausência de menstruação e sensação



de calor excessivo, indicando possível climatério, o que pode

agravar os sintomas depressivos e somáticos (BERLEZI et al., 2013). A avaliação familiar revelou ainda dependência econômica da paciente em relação à renda da filha com deficiência, ausência de rede de apoio e uma estrutura precária da residência, com esgoto a céu aberto, ausência de água encanada e superlotação dos cômodos.

Com base nesse diagnóstico ampliado, elaborou-se um Projeto Terapêutico Singular, cujas ações incluíram: escuta qualificada, educação em saúde, articulação com a Unidade Básica de Saúde na ação dos psicólogos para intervenções psicossociais, acompanhamento do uso da medicação psicotrópica prescrita (sertralina e clonazepam), tentativa de mobilização da rede socioassistencial e estímulo à autonomia da paciente. As ações foram coordenadas com a equipe da ESF, com apoio da Agente Comunitária de Saúde.

Vale salientar, que fatores identificados como violência doméstica, sobrecarga de cuidado e baixa renda são gatilhos importantes para o agravamento da depressão em mulheres. Além disso, o uso da escala PHQ-9 se mostrou uma ferramenta eficaz para rastreamento e monitoramento da gravidade da depressão em contextos de atenção primária (SANTOS et al., 2013).

Como limitação, destaca-se a dificuldade de adesão da paciente a serviços especializados devido à dependência financeira e emocional em relação ao agressor. Ainda assim, a atuação continuada da equipe de saúde, com foco em vínculo e acolhimento, tem se mostrado essencial para promover avanços no cuidado.

CONCLUSÃO

A identificação de sintomas de depressão grave em uma paciente em situação de vulnerabilidade social evidencia a importância da escuta ativa e do acolhimento qualificado na atenção primária à saúde. Diante da complexidade do sofrimento psíquico, especialmente em contextos de violência, é fundamental que os profissionais de saúde estejam preparados para reconhecer sinais de alerta e estabelecer um cuidado sensível às necessidades individuais, como a utilização dos dados da escala PHQ-9 para orientação dos pontos a serem tratados.



A aplicação da escala PHQ-9 se mostra uma ferramenta

acessível e eficaz na avaliação da gravidade do transtorno depressivo, contribuindo para a definição de condutas mais assertivas e individualizadas. No entanto, mais do que a utilização de instrumentos diagnósticos, é essencial que o cuidado seja guiado por uma perspectiva ampliada da clínica, que considere a singularidade de cada pessoa e da confirmação do diagnóstico por um profissional especialista. Nesse sentido, o Projeto Terapêutico Singular (PTS) surge como um importante recurso para estruturar um plano de cuidado centrado na pessoa, respeitando sua história, seus vínculos e suas escolhas. A articulação entre os diferentes pontos da rede de saúde e assistência social amplia as possibilidades de cuidado, fortalecendo o suporte necessário para a paciente e sua família.

98

A atuação multiprofissional, por sua vez, é indispensável no enfrentamento das desigualdades sociais que contribuem para o agravamento do sofrimento mental. A abordagem familiar permite compreender os fatores contextuais que perpetuam o adoecimento e aponta caminhos para a reconstrução de vínculos e de redes de apoio.

O acompanhamento contínuo da paciente favorece a criação de vínculos terapêuticos, promove autonomia e previne agravamentos do quadro clínico. Esse processo reforça a importância de olhar para a saúde mental das mulheres com uma escuta atenta e comprometida com a transformação de suas condições de vida.

A experiência relatada evidencia o papel fundamental da Estratégia Saúde da Família, no cuidado longitudinal e integrado. Destaca-se, ainda, a relevância do trabalho dos profissionais na construção de estratégias de cuidado mais humanizadas, baseadas na escuta, no vínculo e no compromisso ético com a promoção da saúde.

Conclui-se que oferecer um cuidado integral em saúde mental exige mais do que protocolos: requer sensibilidade, presença e o compromisso real com a dignidade e os direitos das pessoas atendidas. É nessa perspectiva que a prática cotidiana da atenção primária pode se tornar um potente espaço de acolhimento, escuta e transformação social.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.



BERLEZI, Evelise Moraes et al. Histórico de transtornos

disfóricos no período reprodutivo e a associação com sintomas sugestivos de depressão na pós-menopausa. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 273-283, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica: Saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 34).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 12, p. 59, 13 jun. 2013.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Saúde 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

SANTOS, Iná S. et al. Sensibilidade e especificidade do Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9) entre adultos da população geral. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 29, n. 8, p. 1533-1543, 2013.



SLOMP JUNIOR, Helvo; FRANCO, Tullio Batista; MERHY,

Emerson Elias. Projeto terapêutico singular como dispositivo para o cuidado compartilhado. Rio de Janeiro: Associação Brasileira da Rede UNIDA, 2022.

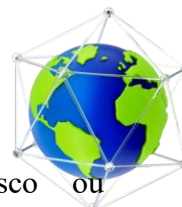
**CONHECER PARA SE PROTEGER: INTERVENÇÃO EDUCATIVA SOBRE O HPV EM
UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PARNAÍBA-PI**Yslanna Paulla Ibiapina Leite¹; Maria Eduarda Pereira Lopes¹; Thiago madeiro Santos Lima¹; Retiely Oliveira Evangelista¹; Yasmin de Maria Campos e Silva¹; Iris Bele Brito de Araújo¹; Germmany de Sousa Carvalho²; Ayane Araújo Rodrigues²¹ Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI² Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI**RESUMO**

O Papilomavírus Humano (HPV) é uma infecção sexualmente transmissível com potencial oncogênico, cuja prevenção é viabilizada por meio da vacinação, especialmente indicada entre 9 e 14 anos de idade. Apesar da oferta gratuita pelo SUS, a adesão à vacina ainda é baixa, principalmente devido à desinformação, estigmas e à frágil articulação entre escola, família e serviços de saúde. Este relato descreve a experiência de um projeto de intervenção educativa realizado por estudantes de Medicina da FAHESP/IESVAP, em uma escola municipal de Parnaíba-PI, em março de 2025. A ação teve caráter qualitativo e participativo, fundamentada na educação popular em saúde, com ênfase no diálogo, na escuta ativa e na construção coletiva do conhecimento. Foram desenvolvidas atividades com crianças, professores e agentes comunitários de saúde, utilizando linguagem acessível, recursos lúdicos e rodas de conversa como estratégias centrais. A intervenção demonstrou resultados positivos quanto à sensibilização sobre o HPV, promovendo o protagonismo infantojuvenil e o fortalecimento da cultura da prevenção. A experiência evidenciou a importância da integração entre saúde e educação, como proposto pelo Programa Saúde na Escola (PSE), e apontou a necessidade de ações contínuas para combater mitos, promover a vacinação e consolidar práticas educativas transformadoras no ambiente escolar.

Palavras-chave: Infecções por Papillomavirus. Vacinas contra Papillomavirus. Atenção Primária à Saúde. Serviço de Saúde Escolar.

INTRODUÇÃO

O Vírus do Papiloma Humano (HPV), engloba mais de cem tipos diferentes de vírus que podem provocar infecção em seres humanos. Trata-se de uma infecção sexualmente transmissível (IST) e é bastante comum. Pelo menos 12 tipos de HPV são



considerados oncogênicos, apresentando maior risco ou probabilidade de provocar infecções persistentes e estar associados a lesões precursoras (Brasil, 2023).

A infecção pelo HPV representa um relevante problema de saúde pública, sobretudo por sua associação com diversos tipos de câncer, incluindo o câncer do colo do útero, o quarto mais frequente entre mulheres no Brasil (Minakawa; Frazao, 2023).

Existem vacinas que ajudam a prevenir a infecção por certos tipos de HPV, segundo a *American Cancer Society* até 2020, Gardasil 9 é a única vacina disponível nos Estados Unidos e é utilizada no Brasil. Essa vacina protege contra 4 tipos de vírus do HPV, os vírus 6, 11, 16 e 18. A vacina contra o HPV produz a melhor resposta imune em pré-adolescentes e para garantir sua eficácia ela deve ser administrada entre as idades de 9 e 14 anos com a aplicação de duas doses da vacina (Instituto Butantan, 2023).

No entanto, apesar da existência de vacina eficaz e gratuita disponível pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a cobertura vacinal contra o HPV ainda está abaixo do ideal, especialmente entre crianças e adolescentes de 9 a 14 anos, faixa etária prioritária para imunização (INCA, 2016). A baixa adesão pode estar relacionada à desinformação, mitos, estigmas sociais e à ausência de diálogo entre os setores saúde-escola-família (Santos et al., 2021).

Diante desse cenário, o Programa Saúde na Escola (PSE) — uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação — se destacam como espaços privilegiados para o desenvolvimento de ações educativas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças, sobretudo quando envolvem não apenas os alunos, mas também os profissionais da educação e os agentes comunitários de saúde. A abordagem intersetorial é estratégica, pois contribui para o fortalecimento do cuidado integral e da corresponsabilidade entre os diversos atores sociais (Santos et al., 2025).

Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de um projeto de intervenção realizado em uma escola municipal de Parnaíba-PI, voltado à divulgação de informações sobre o HPV e à promoção da vacinação, por meio de ações educativas direcionadas a crianças, agentes comunitários de saúde e professores da instituição.

METODOLOGIA

A metodologia deste relato de experiência teve caráter qualitativo e participativo, fundamentada nas vivências de estudantes do 4º período de Medicina da FAHESP/IESVAP, durante intervenção realizada na Escola Municipal Irmã Dedi Assunção, em Parnaíba-PI, em março de 2025. A ação seguiu os princípios da educação popular em saúde, conforme Mello e Oliveira (2021), priorizando o diálogo, a escuta ativa e a construção coletiva do conhecimento.

A atividade teve como foco a disseminação de informações sobre o Papilomavírus Humano (HPV), envolvendo crianças de 9 a 13 anos, professores e agentes comunitários de saúde, com ênfase na vacinação como medida preventiva. As ações foram organizadas em três momentos.

Inicialmente, foi realizada uma apresentação lúdica com linguagem acessível e analogias voltadas ao público-alvo, abordando o que é o HPV, formas de transmissão, riscos e prevenção, utilizando recursos dinâmicos para facilitar o entendimento. Em seguida, ocorreu uma roda de conversa com os alunos, conduzida por profissionais e



estudantes da saúde, com perguntas abertas e dinâmicas participativas que estimularam o protagonismo infantojuvenil. Por fim, professores e agentes de saúde participaram de um diálogo sobre estratégias para ampliar a cobertura vacinal e integrar a temática no cotidiano escolar.

A roda de conversa foi escolhida como metodologia central por favorecer a reflexão crítica, o vínculo entre os participantes e a adaptação dos conteúdos à realidade local, contribuindo para ações educativas mais eficazes e sustentáveis, de acordo com Fonseca, Lisboa e Marisco (2020).

102

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto de intervenção intitulado “Conhecer para proteger: Intervenção educativa sobre o HPV em uma escola municipal de Parnaíba-PI” foi realizado em março de 2025, com o objetivo de disseminar informações claras e acessíveis sobre o papilomavírus humano (HPV) para crianças, professores e agentes comunitários de saúde. A proposta buscou promover a conscientização sobre a prevenção da infecção, sobretudo por meio da vacinação, aliando estratégias educativas com linguagem adaptada ao público-alvo.

O planejamento ocorreu previamente com a equipe escolar e profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF), definindo o cronograma de atividades, os materiais a serem utilizados e a adequação da linguagem ao nível de compreensão dos estudantes do ensino fundamental. A intervenção foi estruturada em três momentos.

No primeiro momento, os alunos participaram de uma apresentação expositiva-dialogada, abordando o que é o HPV, suas formas de transmissão, principais riscos à saúde e como a vacinação atua na prevenção. Utilizou-se uma linguagem simples, com analogias, facilitando o entendimento das crianças. A atividade foi intitulada “Conhecer para se Proteger”, reforçando a ideia de que informação é uma forma de cuidado.

No segundo momento, foi realizada uma dinâmica interativa, com perguntas de múltipla escolha sobre o conteúdo apresentado. Os alunos demonstraram entusiasmo e participaram ativamente, o que reforçou a eficácia da metodologia lúdica.

No terceiro e último momento, ocorreu uma roda de conversa com professores e agentes comunitários de saúde, onde foram discutidas estratégias para fortalecer a abordagem do tema no ambiente escolar e nas visitas domiciliares. Foram compartilhados materiais educativos, como sugestões de atividades para continuidade do trabalho (Figura 1). Os profissionais destacaram a importância de desconstruir tabus relacionados à vacinação e às infecções sexualmente transmissíveis, e reconheceram a escola como espaço estratégico para ações preventivas.

Ao final da intervenção, observou-se grande engajamento por parte dos estudantes e interesse dos professores em replicar a abordagem em outras turmas, demonstrando o potencial multiplicador da ação. A atividade contribuiu para fortalecer o elo entre saúde e educação, promovendo conhecimento e incentivando práticas de prevenção desde a infância.



Figura 1 - Roda de conversa mediada pelos estudantes de medicina



Fonte: Elaboração própria (2025)

DISCUSSÃO

A experiência desenvolvida reforça o papel da escola como espaço privilegiado para a promoção da saúde e prevenção de agravos, especialmente quando ações educativas são articuladas com os serviços de atenção primária à saúde. A literatura destaca que intervenções educativas sobre o HPV em ambiente escolar tendem a ser mais eficazes quando envolvem linguagem acessível, recursos lúdicos e a participação ativa dos alunos (Câmara et al., 2024).

Ademais, embora a triagem rotineira do HPV não seja comum em crianças, ela pode contribuir para estratégias preventivas importantes. A vacinação contra o HPV, recomendada a partir dos 9 anos de idade, é fundamental para prevenir cânceres relacionados ao vírus na vida adulta. Além disso, estudos e ações educativas voltadas para o público jovem aumentam a conscientização sobre o HPV e promovem comportamentos saudáveis. Assim, a educação e a vacinação são as principais ferramentas de prevenção, mesmo que a triagem direta não seja prática padrão nessa faixa etária (Sadat et al., 2025).

Contudo, estudos demonstram que a falta de conhecimento sobre o HPV e a vacina é um dos principais fatores associados à baixa adesão à imunização no Brasil (Instituto Butantan, 2023). Por isso, estratégias que visam à formação crítica desde a infância e à construção coletiva do saber têm sido recomendadas por autores que adotam a perspectiva da educação popular de Paulo Freire, ao adotar abordagens dialógicas e participativas, como rodas de conversa e dinâmicas em grupo, as quais ampliam o potencial de internalização das informações, especialmente em crianças, que passam a atuar como agentes multiplicadores no contexto familiar (Mello; Oliveira, 2021).

Além disso, a integração entre profissionais da educação e da saúde fortalece o cuidado intersetorial e contribui para a sustentabilidade de ações preventivas no cotidiano escolar. Experiências semelhantes relatadas por Martins et al. (2024) mostraram que a



articulação entre escola e unidades básicas de saúde potencializa o alcance das campanhas de vacinação, ao envolver diferentes públicos e desmistificar preconceitos relacionados ao tema.

Nesse sentido, a presente intervenção se alinha às diretrizes do Programa Saúde na Escola (PSE), que prevê a articulação entre setores para fomentar práticas educativas em saúde. A literatura reforça que a formação contínua de professores e agentes comunitários sobre temas de saúde sexual e reprodutiva é essencial para consolidar ações educativas transformadoras (Santos et al., 2025).

Dessa forma, ações como a desenvolvida neste projeto contribuem significativamente para a ampliação do acesso à informação qualificada, o combate à desinformação e o fortalecimento do protagonismo infantojuvenil na construção de uma cultura de prevenção.

104

CONCLUSÃO

A realização do projeto de intervenção sobre o HPV, na Escola Municipal Irmã Dedi Assunção, em Parnaíba-PI, evidenciou o potencial transformador das ações educativas em saúde quando desenvolvidas de forma intersetorial, dialógica e adaptada às especificidades do público. Ao abordar um tema de grande relevância para a saúde pública, sobretudo em faixas etárias onde o conhecimento ainda é limitado, a atividade contribuiu significativamente para o fortalecimento da cultura da prevenção e do pensamento crítico acerca da vacinação.

A participação ativa dos alunos, a receptividade dos professores e o engajamento dos agentes comunitários de saúde demonstraram que o ambiente escolar é um espaço estratégico para a construção do saber e para o enfrentamento de barreiras relacionadas à vacinação e ao preconceito em torno de infecções sexualmente transmissíveis. Além disso, o uso de metodologias lúdicas, recursos visuais e linguagem acessível favoreceu o entendimento e a retenção das informações, promovendo o protagonismo infantojuvenil na disseminação de práticas de autocuidado dentro e fora do ambiente escolar.

Nesse contexto, destaca-se a relevância do Programa Saúde na Escola (PSE) como política pública que favorece a articulação entre os setores da saúde e da educação. O PSE representa uma oportunidade concreta de implementar ações de promoção, prevenção e cuidado no ambiente escolar, especialmente em temas sensíveis e muitas vezes negligenciados, como o HPV. No entanto, ainda é perceptível a ausência de abordagens sistemáticas e contínuas sobre o vírus e suas consequências, o que reforça a urgência de iniciativas como esta.

A experiência também revelou que a desinformação sobre o HPV, aliada a tabus sociais e culturais relacionados à sexualidade, contribui para a resistência à vacinação e para o silêncio em torno do tema. Romper com esses estigmas é um desafio que exige sensibilidade, escuta ativa e estratégias pedagógicas que respeitem o contexto sociocultural das comunidades escolares.

Como perspectiva, acredita-se que intervenções como esta devem ser incentivadas de forma contínua e ampliada, com o apoio das políticas públicas, como o PSE, e das instituições de ensino e saúde, visando à construção de uma sociedade mais informada, crítica e protegida contra doenças evitáveis. A experiência reforça a necessidade de integrar saberes e setores para alcançar melhores indicadores de saúde, especialmente entre populações com menor acesso à informação qualificada. Fortalecer a educação em saúde nas escolas é, portanto, investir na formação de sujeitos conscientes, capazes de atuar ativamente na promoção da própria saúde e na transformação de suas comunidades.

**REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Ministério da Saúde. **HPV**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hpv>. Acesso em 20 mai. 2025.

CÂMARA, Natanyelle Pereira; FERREIRA, Tinara Vivian Barbosa; FERREIRA, W. S.; FERREIRA, Suelen Rocha Botão. ESCOLA, CIÊNCIA E VACINAÇÃO DE MÃOS DADAS PELA PREVENÇÃO AO HPV. **Revista Acadêmica Online**, [S. l.], v. 10, n. 49, p. e1137, 2024. DOI: 10.36238/2359-5787.2024.039. Disponível em: <https://www.revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/1137>. Acesso em: 22 maio. 2025.

FONSECA, I. dos R.; LISBOA, D. K. M.; MARISCO, G. Estratégias didáticas alternativas sobre educação em saúde destinadas a estudantes da educação básica / Alternative didactic strategies on health education for basic education students. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 6, p. 39360–39370, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n6-470. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/11960>. Acesso em: 22 may. 2025.

INSTITUTO BUTANTAN. Governo do Estado de São Paulo. **Vacinação contra HPV é mais efetiva na infância; meninos e meninas devem ser imunizados entre os 9 e 14 anos**, online, 2023. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/vacinacao-contrahpv-e-mais-efetiva-na-infancia--meninos-e-meninas-devem-ser-imunizados-entre-os-9-e-14-anos>. Acesso em: 19 mai. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero. Rio de Janeiro: INCA, 2 ed., 2016. Disponível em: https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//diretrizes_para_o_rastreamento_do_cancer_do_colo_do_uterio_2016_corrigido.pdf. Acesso em: 20 maio. 2025.

MARTINS, M. M. F. et al.. Ações intersetoriais e o reconhecimento de uma fonte de cuidado da atenção primária por adolescentes brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 10, p. e00195923, 2024

MELLO, R. R. DE .; OLIVEIRA, C. F. DE .. ATUALIDADE DE PAULO FREIRE E A ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e255019, 2021.

MINAKAWA, Marcia Michie; FRAZAO, Paulo. A Introdução da Vacina do HPV no Brasil, a Mídia Impressa e a Desinformação. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 46, e024021, dez. 2024. Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-35752024000202004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 maio 2025. Epub 31-Dez-2024. [https://doi.org/10.17231/comsoc.46\(2024\).5682](https://doi.org/10.17231/comsoc.46(2024).5682).

SADAT LARIJANI, M. et al. Human Papillomavirus (HPV) prevalence in population younger than 12 years old: A meta-analysis and systematic review. **Journal of infection and public health**, v. 18, n. 8, p. 102814, 2025.



SANTOS, E. R. et al.. Análise da distribuição espacial do

Programa Saúde na Escola sob a perspectiva do princípio de equidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, p. e05792023, 2025.

SANTOS, M. A. P. DOS. et al.. Desconhecimento sobre a campanha de vacinação contra o HPV entre estudantes brasileiros: uma análise multinível. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 12, p. 6223–6234, dez. 2021.

PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR COMO ESTRATÉGIA INTERDISCIPLINAR NO CUIDADO DE UM PACIENTE COM TRANSTORNO DEPRESSIVO GRAVE E VULNERABILIDADE SOCIAL

Luana Andrade Afonso¹; Paulo Ramiler Alves da Silva¹; Tiago Fontinele Ribeiro¹; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val²

¹ Discente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba – IESVAP, Parnaíba – PI

² Docente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba – IESVAP, Parnaíba – PI

RESUMO

Este trabalho relata a experiência de construção de um Projeto Terapêutico Singular (PTS) voltado ao acompanhamento longitudinal de um paciente com transtorno depressivo grave, residente em área de vulnerabilidade social urbana. A intervenção foi realizada por equipe interdisciplinar da Estratégia Saúde da Família, articulando ferramentas clínicas e psicossociais. Foram utilizados instrumentos validados como o BDI-II, HAM-D, BAI, BHS e APGAR Familiar para mapeamento de sintomas e rede de apoio. As ações envolveram educação em saúde, suporte psicológico, articulação com a assistência social e reestruturação do ambiente domiciliar. A experiência reforça a importância do cuidado integral e intersetorial como estratégia terapêutica em saúde mental na atenção primária.

Palavras-chave: Projeto terapêutico singular. Depressão. Vulnerabilidade social. Saúde mental. Atenção primária.

INTRODUÇÃO

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é um dispositivo clínico e político instituído pelo SUS que visa ao cuidado integral centrado no sujeito, integrando dimensões biológicas, subjetivas e sociais (BRASIL, 2021). A construção de um PTS se fundamenta em escuta qualificada, corresponsabilização, interdisciplinaridade e planejamento



compartilhado com o usuário e a rede de cuidado (BRASIL, 2023).

Essa proposta se torna ainda mais relevante diante do desafio de tratar transtornos depressivos graves em territórios marcados por vulnerabilidades múltiplas, onde fatores como precariedade habitacional, exclusão social, baixa escolaridade e ausência de apoio familiar agravam o sofrimento psíquico (MACHADO et al., 2023).

A depressão, segundo a OMS (2022), é a principal causa de incapacidade no mundo e afeta mais de 300 milhões de pessoas. No Brasil, sua prevalência é maior entre populações empobrecidas, com alta incidência de ideação suicida em pacientes com ausência de vínculos sociais e suporte familiar (PEREIRA et al., 2021). A abordagem tradicional centrada no diagnóstico biomédico tem se mostrado limitada nesses casos, sendo necessária a atuação interprofissional, longitudinal e humanizada, como preconiza a Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2020).

Nesse contexto, este trabalho objetiva relatar a experiência da elaboração e aplicação de um PTS voltado a um paciente com depressão grave, associado à vulnerabilidade social, no âmbito da disciplina Integração Ensino, Serviço e Comunidade III (IESC), do curso de Medicina do IESVAP, com foco na ação territorial, interdisciplinar e humanizada.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência acadêmica desenvolvido em unidade de Estratégia Saúde da Família em Parnaíba – PI, no primeiro semestre de 2024. O caso foi selecionado após escuta ampliada e reunião de equipe, que identificou um paciente com sofrimento psíquico grave e fragilidade sociofamiliar. A partir da análise inicial, foi instituído um Projeto Terapêutico Singular construído em quatro etapas: diagnóstico ampliado, definição de metas, pactuação das ações e monitoramento dos resultados.

Os instrumentos clínicos utilizados incluíram o BDI-II (Beck et al., 1996), para quantificação de sintomas depressivos; HAM-D (Hamilton, 1960), como escala de severidade clínica; BAI (Beck et al., 1988), para avaliação da ansiedade; BHS (Beck et al., 1974), que mede desesperança e risco suicida; e o APGAR Familiar (Smilkstein, 1978), para avaliar suporte e funcionalidade familiar. Todos foram aplicados com



consentimento do paciente e critérios éticos, subsidiando a construção do plano de intervenção.

Como instrumentos complementares, aplicaram-se o **genograma**, para análise da estrutura e vínculos familiares; o **ecomapa**, para identificação das redes de apoio externas; o **PRACTICE**, que organizou eixos como problemas, papéis, afeto, comunicação e enfrentamento; e o **FIRO-B**, que avaliou padrões interpessoais de inclusão, controle e intimidade, fundamentais para o planejamento do cuidado.

As ações envolveram visitas domiciliares, escuta clínica, práticas corporais, acolhimento psicológico e encaminhamentos. O PTS foi discutido e reavaliado quinzenalmente pela equipe interdisciplinar. O método adotado foi qualitativo, de base hermenêutica, guiado pela humanização, integralidade e corresponsabilização.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O paciente, identificado apenas por iniciais para preservação de sua privacidade, é um homem de 56 anos, trabalhador rural afastado por invalidez, com história de depressão grave, dores crônicas e ideação suicida. Residente em moradia precária, sem acesso à água tratada e rede de esgoto, apresentava fragilidade familiar e ausência de rede de apoio funcional. Inicialmente resistente ao contato com a equipe, foi abordado pelo ACS da microárea e posteriormente acolhido pela equipe ampliada.

Os instrumentos clínicos incluíram o BDI-II, HAM-D, BAI, BHS e o APGAR Familiar, aplicados para avaliar sintomas depressivos, ansiosos, desesperança e suporte familiar. Utilizaram-se também o genograma, que evidenciou vínculos frágeis, e o ecomapa, que identificou redes externas de apoio. A ferramenta PRACTICE organizou por eixos o sofrimento, o enfrentamento e a dinâmica familiar. O instrumento FIRO-B revelou padrões de inclusão, controle e intimidade, contribuindo para estratégias relacionais. Os dados subsidiaram um plano terapêutico integral, adaptado à realidade biopsicossocial do paciente.

Foram realizadas ações sanitárias (orientação sobre higiene da casa, manejo de vetores), práticas corporais adaptadas com educador físico, visitas do NASF e acolhimento psicológico individual. Após oito semanas, observou-se melhora clínica significativa, com redução dos escores nos instrumentos e maior vínculo com a equipe.



O paciente relatou sentir-se mais escutado e valorizado, participando de rodas de conversa comunitárias e retomando atividades que lhe proporcionavam sentido.

DISCUSSÃO

O caso demonstrou que o uso de instrumentos clínicos validados permite um diagnóstico mais preciso e o acompanhamento longitudinal da depressão, o que fortalece o planejamento terapêutico individualizado (BESER et al., 2021). A aplicação do BDI-II e da HAM-D mostrou-se eficiente para quantificar a gravidade do quadro e monitorar sua evolução. Já a BHS contribuiu para identificar o risco suicida e a necessidade de ações intensivas e imediatas, sendo essencial em territórios vulneráveis (FERREIRA et al., 2023).

Além disso, o APGAR Familiar foi decisivo para visualizar a disfunção familiar e pautar estratégias de apoio social. A literatura reforça que intervenções interdisciplinares são mais efetivas em cenários de vulnerabilidade social, pois articulam cuidado clínico, educacional, psicológico e comunitário (SOUZA et al., 2020; NOGUEIRA et al., 2022). A construção do PTS dentro da lógica da RAPS e da Política Nacional de Humanização demonstrou-se eficaz para potencializar a corresponsabilização e humanizar o cuidado (BRASIL, 2020).

CONCLUSÃO

A experiência evidenciou o potencial transformador do Projeto Terapêutico Singular como dispositivo de cuidado humanizado e efetivo no enfrentamento da depressão grave em territórios vulneráveis. A escuta ampliada, o uso de instrumentos clínicos validados, o planejamento compartilhado e a atuação intersetorial permitiram ganhos significativos na saúde mental e na qualidade de vida do paciente.

A construção de vínculo entre equipe e usuário mostrou-se essencial para adesão ao cuidado e resgate da autonomia. Ressalta-se a importância da formação médica voltada à prática interdisciplinar e ao acolhimento de realidades complexas na Atenção Primária à Saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BECK, A. T.; STEER, R. A.; BROWN, G. K. **Manual for the Beck Depression Inventory-II**. San Antonio: Psychological Corporation, 1996. 38 p.

BECK, A. T.; STEER, R. A. **A Manual for the Beck Anxiety Inventory**. San Antonio: Psychological Corporation, 1988. 25 p.

BECK, A. T.; WEISSMAN, A.; LESTER, D.; TREXLER, L. The measurement of pessimism: the hopelessness scale. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 42, n. 6, p. 861-865, 1974.

BESER, A.; TUNCAY, T.; GÜRBÜZ, S. Validity and reliability of the Beck Depression Inventory among Turkish adults. **International Journal of Mental Health and Addiction**, v. 19, p. 175-188, 2021.

AJUSTE DA SAÚDE: documento base. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. 60 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Projeto Terapêutico Singular: diretrizes para equipes de saúde da família**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. 48 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Rede de Atenção Psicossocial: diretrizes para organização dos serviços de saúde mental no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. 52 p.

FERREIRA, T. A.; SILVA, M. J.; OLIVEIRA, A. L. P. Fatores associados ao risco de suicídio em pacientes com transtornos mentais na atenção primária. **Revista Brasileira de Saúde Mental**, v. 13, n. 4, p. 43-64, 2023.

HAMILTON, M. A rating scale for depressive illness. **Journal of Neurology, Neurosurgery, and Psychiatry**, v. 23, p. 56-62, 1960.

MACHADO, L. F. et al. Vulnerabilidade social e saúde mental: desafios para a atenção básica. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 1, p. 9-17, 2023.

NOGUEIRA, J. P.; CARVALHO, A. M. O.; LIMA, R. S. Estratégias interdisciplinares no cuidado em saúde mental: análise de experiências exitosas. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 133, p. 95-104, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Depression**. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/depression>. Acesso em: 25 maio 2023.

PEREIRA, A. P.; RIBEIRO, M. C. A.; COSTA, C. M. Prevalência de depressão em territórios vulneráveis do Brasil: uma análise do inquérito nacional de saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, e210008, 2021.

SMILKSTEIN, G. The Family APGAR: a proposal for a family function test and its use by physicians. **Journal of Family Practice**, v. 6, n. 6, p. 1231-1239, 1978.



SOUZA, A. L. S.; FARIAS, M. R.; TEIXEIRA, E.

Interdisciplinaridade e redes de cuidado: potencialidades para a saúde mental na atenção primária. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, e190280, 2020.**A SÍNDROME METABÓLICA SOB O OLHAR DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE:
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

111

Ana Christina Araripe de Moraes Souza Oliveira¹; Edmilson de Sá Roriz Miranda¹;
Larissa de Almeida Silva Pacheco¹; Maria Luiza Sousa Carvalho¹; Mariângela Aragão
Alves¹; Miriam linhares Tavares¹; Camila Maila Beltrao Da Silva²

*¹ Discente do Curso de medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do
Parnaíba, Parnaíba - PI*

*² Docente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do
Parnaíba, Parnaíba - PI*

RESUMO

A síndrome metabólica é um conjunto de alterações metabólicas relacionadas, como obesidade abdominal, resistência à insulina, hipertensão arterial e dislipidemia, que aumentam significativamente o risco de doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2. Diante da sua elevada prevalência e impacto na saúde pública, foi realizada uma intervenção na Unidade Básica de Saúde do município de Luís Correia, com o objetivo de conscientizar a população sobre a prevenção e o controle dessa condição. A atividade envolveu uma explanação teórica sobre a síndrome metabólica, um jogo interativo de perguntas e respostas utilizando figuras ilustrativas para facilitar o aprendizado, distribuição de panfletos informativos com orientações sobre alimentação saudável e, por fim, a oferta de um lanche composto por alimentos saudáveis. A intervenção demonstrouse de grande importância para estimular a adoção de hábitos de vida saudáveis e reforçar o papel da educação em saúde como estratégia essencial na prevenção da síndrome metabólica. Além disso, possibilitou a aproximação entre profissionais e comunidade, promovendo o protagonismo dos participantes no cuidado com a própria saúde e fortalecendo as ações de promoção da saúde no âmbito da Atenção Primária.

Palavras-chave: Doença crônica. Síndrome Metabólica. Educação em Saúde.

INTRODUÇÃO

A síndrome metabólica é um dos principais problemas de saúde pública atualmente, especialmente em países em desenvolvimento, estando associada a altas taxas de morbidade e mortalidade cardiovascular. Trata-se de um conjunto de alterações metabólicas inter-relacionadas, como obesidade abdominal, resistência à insulina, hipertensão arterial e dislipidemia, que elevam significativamente o risco para doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2 (HANNA et al, 2023).



Apesar da existência de medidas preventivas eficazes, como a promoção de hábitos alimentares saudáveis, a prática regular de atividade física e o controle do peso corporal, muitos casos ainda não são prevenidos ou diagnosticados precocemente devido à baixa adesão a programas de prevenção e à falta de conhecimento sobre a doença. Nesse contexto, a educação em saúde surge como uma estratégia essencial para a prevenção e o controle da síndrome metabólica (LOPES et al, 2024).

Sob essa perspectiva, a educação em saúde vai além da simples transmissão de informações, pois visa promover mudanças comportamentais e estimular a autonomia das pessoas no cuidado com a própria saúde. Quando aplicada à prevenção e ao manejo da síndrome metabólica, desempenha um papel fundamental na conscientização sobre fatores de risco, como o sedentarismo, a alimentação inadequada e o consumo excessivo de álcool, além de reforçar a importância da detecção precoce e do acompanhamento contínuo de parâmetros clínicos como pressão arterial, glicemia e perfil lipídico. Ademais, a educação em saúde colabora para desfazer mitos e resistências relacionados à adoção de hábitos saudáveis, especialmente em populações vulneráveis, como indivíduos em situação de pobreza ou com baixo nível educacional, que enfrentam barreiras sociais e culturais para acessar os serviços de saúde (FONSECA et al, 2024).

Ao integrar elementos interativos, como palestras, rodas de conversa e atividades práticas, as ações educativas tornam-se mais efetivas e acessíveis, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Essas estratégias promovem não apenas a transmissão de conhecimentos técnicos, mas também a criação de um espaço acolhedor e participativo, essencial para estabelecer vínculos e estimular a adesão das pessoas a práticas preventivas. O uso de materiais didáticos, como tabelas alimentares, modelos anatômicos e demonstrações de atividades físicas, pode ainda facilitar a compreensão sobre a síndrome metabólica e reduzir resistências em relação às mudanças de estilo de vida recomendadas (SANTOS et al, 2022).

Nesse sentido, a educação em saúde não é apenas uma ferramenta de conscientização, mas um mecanismo de empoderamento, visto que, ao fornecer informações acessíveis e incentivar práticas preventivas, contribui para a redução da incidência e das complicações associadas à síndrome metabólica. Ao mesmo tempo, promove a equidade no acesso à saúde, especialmente em populações historicamente marginalizadas, que frequentemente enfrentam maiores dificuldades para manter hábitos de vida saudáveis e acessar serviços de prevenção e tratamento (ARAÚJO et al, 2024).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo principal discutir, por meio de um relato de experiência, a importância das ações de educação em saúde na prevenção e controle da síndrome metabólica no âmbito da atenção primária em saúde, destacando as estratégias educacionais utilizadas para atingir esse fim.

METODOLOGIA

Este estudo foi executado no formato de uma revisão sistemática da literatura, com abordagem qualitativa, com realização de interpretação e análise dos elementos obtidos, sendo feitas as seguintes etapas: identificação do tema, seleção da hipótese ou questão de pesquisa, estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão, definição das informações e estudos clínicos a serem incluídos no presente estudo de revisão, interpretação dos resultados e apresentação da revisão com síntese do conhecimento. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, a partir do levantamento de artigos científicos encontrados nas principais plataformas de busca de artigos científicos: ScienceDirect, PubMed, SciELO e BIREME, no período de 2017 a 2024, sendo



estabelecidos critérios de inclusão e exclusão, definição das informações e estudos clínicos a serem incluídos no presente estudo.

Foram usados termos presentes nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo eles: Síndrome Metabólica, Doença crônica e Educação em Saúde, em português e em inglês, junto ao operador Booleano "e" em todas as bases, eventualmente associando-se os termos com o uso de aspas (""). Tendo em vista a necessidade de realizar uma busca mais ampla, tais palavras-chave e o operador Booleano foram sempre utilizados no campo de busca relacionado ao resumo. Esses descritores foram combinados com intuito de encontrar o maior número possível de publicações adequadas para a revisão. Foram selecionados os estudos escritos no período de 2017 a 2024, escritos em língua portuguesa, que possuíam acesso gratuito e não apresentavam versões duplicadas. Artigos que não atenderem a todos os critérios de inclusão mencionados foram excluídos, tendo sido selecionados 6 artigos após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão.

113

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A intervenção foi realizada na Unidade Básica de Saúde do município de Luís Correia, tendo como temática central a síndrome metabólica. As atividades foram planejadas com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da prevenção e do controle dessa condição, utilizando uma abordagem educativa, interativa e acolhedora.

Inicialmente, foi realizada uma explanação teórica sobre a síndrome metabólica, abordando sua definição, os principais fatores de risco (como sedentarismo, alimentação inadequada, obesidade abdominal e tabagismo) e as complicações associadas, destacando o risco aumentado para doenças cardiovasculares e diabetes mellitus tipo 2. Esse momento de explicação (representado na figura 1) foi conduzido de forma didática, buscando aproximar os conceitos técnicos da realidade cotidiana dos participantes.

Figura 1: Momento da explanação inicial da temática com os pacientes da UBS.



Fonte: Autoria própria.

Em seguida, foi promovida uma atividade lúdica através de um jogo de perguntas e respostas. Nessa dinâmica, a população foi convidada a identificar, por meio de figuras impressas semelhantes à exemplificada na figura 2, quais alimentos são considerados saudáveis e quais não são, além de distinguir hábitos de vida corretos e incorretos para a



prevenção da síndrome metabólica. Essa estratégia interativa favoreceu a participação ativa dos presentes, estimulando o diálogo e a troca de conhecimentos, ao mesmo tempo em que reforçava de forma prática as orientações transmitidas.

Figura 2: Exemplo de ilustração utilizada na atividade lúdica com os ouvintes.



114

Fonte: Autoria própria.

Posteriormente, foram distribuídos panfletos informativos (figura 3) elaborados especialmente para a intervenção. Esses materiais continham orientações importantes sobre como manter uma alimentação saudável, incluindo sugestões como a redução do consumo de alimentos ultraprocessados, o aumento da ingestão de frutas, legumes e verduras, a preferência por alimentos integrais, a moderação no consumo de sal e açúcar, além do incentivo à prática regular de atividade física.

Figura 3: Ilustração de material impresso distribuído aos participantes.



Fonte: Autoria própria.

Ao final da atividade, foi oferecido aos participantes um lanche saudável, composto por frutas frescas, granola, suco natural e iogurte natural, como forma de incentivar e exemplificar escolhas alimentares adequadas. Esse momento também proporcionou um ambiente de socialização e acolhimento, reforçando, na prática, a importância de adotar hábitos alimentares saudáveis para a prevenção e o manejo da síndrome metabólica.

Assim, a intervenção foi conduzida de maneira a promover não apenas a transmissão de informações, mas também a valorização do protagonismo dos participantes no cuidado com a própria saúde, utilizando recursos educativos e interativos que favoreceram a compreensão e adesão às orientações.

DISCUSSÃO



Na literatura, diversas experiências de intervenção

educativa voltadas para a prevenção e o controle da síndrome metabólica demonstram resultados positivos, especialmente quando são utilizadas metodologias participativas e recursos lúdicos. Estratégias como rodas de conversa, dinâmicas com materiais visuais e oferta de alimentos saudáveis são frequentemente relatadas como eficazes para promover o engajamento da comunidade, favorecendo mudanças nos hábitos alimentares e no estilo de vida. Esses achados reforçam a importância de ações que valorizem a interação e o protagonismo dos participantes, contribuindo para a internalização das orientações e para a adoção de comportamentos mais saudáveis (CALVO, 2017).

Além disso, estudos indicam que o uso de materiais informativos simples e acessíveis, como panfletos e cartazes, associados a práticas de educação em saúde, potencializa o alcance das mensagens preventivas, principalmente em contextos de vulnerabilidade social. A literatura destaca ainda que intervenções realizadas no âmbito da Atenção Primária à Saúde são fundamentais para o enfrentamento da síndrome metabólica, por possibilitarem ações de caráter preventivo, educativo e contínuo junto à população. Assim, observa-se uma coerência entre as estratégias relatadas em outros estudos e a intervenção realizada, evidenciando a relevância e a efetividade dessas abordagens na promoção da saúde e na prevenção de agravos metabólicos (SANTOS et al, 2022).

CONCLUSÃO

A realização dessa intervenção permitiu uma reflexão profunda sobre a importância das ações de educação em saúde como ferramenta essencial para a promoção de hábitos saudáveis e a prevenção da síndrome metabólica. A experiência evidenciou que, quando conduzidas de forma interativa, acolhedora e adaptada à realidade local, essas ações conseguem despertar o interesse e a participação ativa da comunidade, promovendo não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também o fortalecimento do protagonismo das pessoas no cuidado com a própria saúde.

Como perspectiva, acredita-se que intervenções desse tipo devem ser contínuas e integradas às rotinas da Atenção Primária à Saúde, ampliando seu alcance e impacto sobre a população. A troca de saberes vivenciada durante a atividade reforça a necessidade de profissionais de saúde mais sensíveis e capacitados para dialogar com as comunidades, utilizando estratégias que transcendam a simples transmissão de informações. Assim, destaca-se a relevância de investir em ações educativas que promovam mudanças sustentáveis no estilo de vida, contribuindo efetivamente para a redução dos índices de morbidade e mortalidade associados à síndrome metabólica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Eduardo Gomes et al. EFICÁCIA DE INTERVENÇÕES EDUCACIONAIS E DE ESTILO DE VIDA NO MANEJO DA SÍNDROME METABÓLICA. **REVISTA FOCO**, v. 17, n. 10, p. e5893-e5893, 2024.

CALVO, Aliana Caner. Intervenção em pacientes com síndrome metabólica na unidade básica de saúde trapiche, no município de ouro branco, alagoas. **Trabalho de Conclusão de Curso. MACEIÓ–ALAGOAS**, 2017.



FONSECA, Luiza Viza et al. Síndrome metabólica: abordagem multidisciplinar, complicações e perspectivas futuras. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 9, p. e74296-e74296, 2024.

HANNA, Ana Carolina Leite et al. Abordagens emergentes para o tratamento da obesidade e síndrome metabólica. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 3, p. 11423-11437, 2023.

LOPES, Lucas Silveira Navarro et al. Síndrome metabólica: Vivências em relação ao cuidado com a saúde. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 33, p. e20230190, 2024.

SANTOS, Isleide Santana Cardoso et al. Intervenção educativa na qualidade de vida e conhecimento da síndrome metabólica. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 35, p. eAPE02982, 2022.

QUEBRANDO BARREIRAS: UM OLHAR COMUNITÁRIO SOBRE A BAIXA ADESÃO DE EXAMES PREVENTIVOS POR MULHERES NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Antônio Danilo Ferreira Melo¹; Emanuelle Oliveira Bandeira¹; Ingrid Paula de Araujo Gomes; Julia Celestino Grande¹; Letícia Islávia Bezerra Silva¹; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val²; Maria Vitória Santos Araújo²

¹Discente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí – FAHESP/IESVAP, Parnaíba, Piauí.

²Docente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí – FAHESP/IESVAP, Parnaíba, Piauí.

RESUMO

A baixa adesão de exames preventivos por mulheres na Unidade Básica de Saúde (UBS) representa um desafio significativo para a efetividade das políticas públicas de prevenção, especialmente no que se refere ao câncer de colo do útero. No entanto, apesar da disponibilidade gratuita do exame pelo SUS, observa-se uma adesão insatisfatória, principalmente entre mulheres em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, o presente projeto teve como objetivo identificar as barreiras que dificultam a realização do exame preventivo por mulheres atendidas pela Estratégia Saúde da Família (ESF), a fim de propor estratégias que possam ampliar a cobertura do rastreamento. De acordo com as observações práticas vivenciadas na UBS Iracema Feitosa, em Parnaíba-PI, os principais fatores apontados foram medo, vergonha e desinformação. A partir disso, foram propostas ações que incentivem as consultas humanizadas, a educação em saúde e a construção de vínculos entre os agentes de saúde e a comunidade. Conclui-se que, para mudar essa realidade, é necessário promover um cuidado mais integral, acolhedor e centrado nas reais necessidades das mulheres.



Palavras-chave: Teste de Papanicolau. Neoplasias do Colo do Útero. Atenção primária. Assistência Integral à Saúde da Mulher. Promoção de Saúde.

INTRODUÇÃO

117

A Atenção Primária à Saúde (APS) tem papel central na promoção, prevenção e diagnóstico precoce de doenças. Dentro desse contexto, em relação ao cuidado à saúde da mulher, os exames ginecológicos preventivos, como o exame citopatológico do colo do útero (Papanicolau), são estratégias fundamentais para a detecção precoce do câncer cervical, o qual constitui um relevante problema de saúde pública, especialmente em países em desenvolvimento (Maciel et al., 2020). No Brasil, essa neoplasia está entre as mais incidentes na população feminina, apesar de ser passível de prevenção e tratável quando diagnosticado precocemente (INCA, 2023).

No entanto, apesar da existência de diretrizes nacionais e da oferta gratuita do exame pelo SUS, a cobertura do rastreamento do câncer do colo do útero ainda é escassa em várias regiões do Brasil (Brasil, 2022). Essa realidade revela um desafio para a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde da mulher, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), a qual desempenha um papel central ao reconhecer a importância da atenção integral e ao priorizar ações de prevenção, detecção precoce e tratamento no âmbito da atenção primária. Assim, é fundamental compreender os entraves à adesão e fortalecer estratégias baseadas na PNAISM que garantam o acesso equitativo e qualificado das mulheres aos serviços de prevenção.

Diante disso, diversos fatores influenciam essa baixa adesão: medo do diagnóstico, vergonha, desinformação sobre o exame e seu objetivo, experiências negativas anteriores, além de barreiras estruturais como horários inadequados, dificuldade de locomoção e ausência de acolhimento nos serviços (Teles et al., 2024). A escuta ativa da comunidade e a compreensão das suas reais necessidades são estratégias fundamentais para promover o cuidado centrado na pessoa e aumentar a efetividade das ações da atenção primária (Garcia, 2022).

Com base nessas premissas, o presente projeto tem como objetivo compreender as principais barreiras à realização do exame citopatológico em uma Unidade Básica de Saúde, em Parnaíba-PI, e propor intervenções que visem não apenas aumentar os índices de cobertura, mas também fortalecer uma prática assistencial mais humanizada, equitativa e alinhada às reais necessidades da população feminina atendida.

METODOLOGIA



A abordagem utilizada nesse relato de experiência foi qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, com base em experiências práticas de estudantes do 4º período de medicina da Faculdade de Ciência Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP), na Unidade Básica de Saúde Iracema Feitosa, em Parnaíba-PI, durante o primeiro semestre do ano de 2025. A ação consistiu em conversas orientadas com agentes comunitários de saúde (ACS) e outros profissionais da equipe multiprofissional, com o objetivo de refletir sobre estratégias para aumentar a adesão das mulheres ao exame preventivo ginecológico (Papanicolau).

118

Foi elaborado um plano de ação em oito etapas para serem realizados durante 2 meses, incluindo: diagnóstico situacional das coletas realizadas, roda de conversa com a equipe, capacitação dos profissionais para acolhimento humanizado, criação de material educativo, busca ativa com os ACS, campanha de sensibilização na comunidade, ampliação dos horários de coleta e avaliação final.

A coleta das percepções dos profissionais ocorreu de forma informal, durante reuniões de equipe, com registro das principais sugestões e dificuldades. A análise seguiu os fundamentos da análise temática de conteúdo, conforme Valle (2025), identificando categorias como barreiras socioculturais, estratégias comunitárias e a importância do vínculo entre equipe e usuárias. A abordagem metodológica foi pautada na educação permanente em saúde, segundo Silva e Santos (2021), respeitando os princípios éticos e sem exposição de dados sensíveis.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Durante a experiência prática desenvolvida por alunos do 4º período de medicina da (FAHESP/IESVAP), na Unidade Básica de Saúde Iracema Feitosa, em Parnaíba-PI, foi observado a dificuldade persistente de adesão ao exame citopatológico (Papanicolau) por parte das usuárias da Estratégia Saúde da Família. Essa escassa procura pelo exame, mesmo diante de um dos principais métodos para a detecção precoce do câncer de colo do útero, chamou atenção do grupo de estudantes.

A percepção inicial foi observada por meio da análise dos dados registrados no caderno de coleta da unidade, o qual foi possível constatar números reduzidos de exames realizados ao longo dos meses e anos, mesmo com uma população feminina significativa em idade reprodutiva cadastrada na área de abrangência.

Durante as atividades de observação e acolhimento às usuárias, uma situação em particular se destacou: ao ser convidada a realizar o exame preventivo, uma paciente recusou a presença de estudantes do sexo masculino na sala. Embora demonstrasse disposição para dialogar sobre saúde da mulher e prevenção, ela foi firme ao afirmar que



só se sentiria à vontade para realizar o procedimento na presença exclusiva de mulheres, permitindo aos homens apenas a função de coleta de informações.

No contexto do projeto de intervenção voltado à saúde da mulher, realizamos uma ação na UBS Iracema Feitosa, com a participação dos enfermeiros e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), com o objetivo de fortalecer o cuidado na atenção primária, especialmente no que diz respeito à prevenção do câncer do colo do útero e à infecção pelo HPV.

A atividade teve início com a exposição de informações atualizadas sobre o HPV, sua transmissão, prevenção e a importância do exame citopatológico (Papanicolau) como ferramenta essencial para o rastreamento de lesões precursoras do câncer (Figura 1). Em seguida, promovemos uma roda de conversa com escuta ativa, proporcionando um espaço acolhedor para o compartilhamento de experiências e desafios vivenciados pelos profissionais da unidade (Figura 3).

Figura 1 - Slide utilizado na exposição de informações



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025)

Figura 2 - Roda de conversa com os ACS e enfermeiros



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025)

Durante esse diálogo, os ACS relataram algumas das principais dificuldades enfrentadas no território para a adesão das mulheres ao exame preventivo. Dentre os fatores mencionados, destacaram-se: o desconforto com a presença de estudantes durante a realização do exame, a demora na entrega dos resultados e os horários de atendimento pouco acessíveis à rotina das usuárias. Esses aspectos, segundo os profissionais, comprometem a confiança e a motivação das mulheres para buscar o serviço.

Aproveitamos o momento para reforçar a importância do vínculo entre equipe de saúde e usuárias, ressaltando como a construção de uma relação empática, respeitosa e contínua pode contribuir significativamente para a adesão aos cuidados preventivos.

Como encaminhamento prático, apresentamos um plano de ação (Figura 3) com duração prevista de dois meses. Esse plano inclui: levantamento de dados sobre mulheres que não realizam o exame há mais de 10 anos; busca ativa dessas usuárias pelas equipes de ACS; estratégias para fortalecimento do vínculo e acolhimento; definição de um dia fixo mensal dedicado exclusivamente à realização do exame citopatológico, com



ampliação do horário de atendimento; e intensificação da divulgação das ações preventivas em espaços comunitários, como igrejas e escolas.

Figura 3 - Plano de intervenção

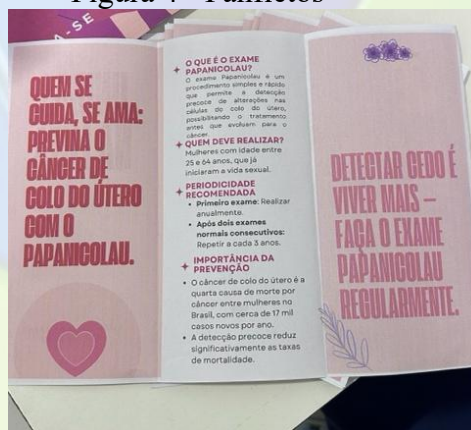
17	Etapas e Cronograma			
	Etapas	Descrição	Responsáveis	Período
1.	Diagnóstico situacional	Levantamento do número de mulheres com exames em atraso via prontuário e SISCOLO	Coordenação da UBS e ACS	Semana 1
2.	Roda de conversa com equipe	Reunião com profissionais da UBS para discutir causas da baixa adesão e construir estratégias	Coordenação + Equipe multiprofissional	Semana 1
3.	Capacitação dos profissionais	Capacitação sobre abordagem humanizada, escuta qualificada e acolhimento em saúde da mulher	Enfermeiro(a) responsável + Equipe de apoio pedagógico	Semana 2
4.	Criação de material educativo	Desenvolvimento de cartazes, folders e vídeos curtos adaptados à realidade local	Estudantes + ACS + Profissionais da UBS	Semana 2
5.	Busca ativa com ACS	Visitas domiciliares com agendamento de exames e orientações diretas	ACS + Enfermeiros(as)	Semana 3
6.	Campanha de sensibilização	Palestras, dinâmicas em sala de espera e ação comunitária "Dia D da Saúde da Mulher"	Toda a equipe	Semana 4
7.	Coletas em horários alternativos	Agendamento em turnos especiais (ex: tarde ou sábado) para facilitar acesso	Coordenação + Técnico de enfermagem	Semana 4
8.	Avaliação e fechamento	Comparar número de coletas antes e depois, e avaliar percepção da equipe e usuárias	Coordenação + Estudantes	Semana 5

120

Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025)

Para reforçar a mensagem e ampliar o alcance da ação, distribuímos panfletos informativos (Figura 4) e afixamos cartazes pela unidade, com o intuito de sensibilizar as mulheres e orientá-las quanto à importância do exame preventivo

Figura 4 - Panfletos



Fonte: Acervo pessoal dos autores (2025)

DISCUSSÃO

O desenvolvimento da proposta de intervenção voltada ao aumento da adesão das mulheres ao exame preventivo do câncer do colo do útero representa uma contribuição relevante para o fortalecimento das práticas de promoção e prevenção na Atenção Primária à Saúde. As discussões realizadas durante a roda de conversa com os ACS e enfermeiros reforçam as evidências da literatura que apontam a importância da atuação comunitária como ferramenta central na superação das barreiras que ainda limitam o acesso das mulheres a este serviço essencial (Unicatólica, 2023).



A experiência corrobora estudos que destacam que as

difficultades relacionadas à realização do exame vão além dos aspectos estruturais dos serviços de saúde, envolvendo também fatores culturais, emocionais e sociais. A escuta qualificada dos ACS permitiu identificar que o medo, a vergonha, a desinformação e a falta de flexibilidade nos horários de atendimento ainda são obstáculos recorrentes, assim como registrado em intervenções realizadas em contextos semelhantes (Almeida, 2025).

A elaboração conjunta de um cronograma de ações, que inclui busca ativa, rodas de conversa, palestras educativas, dias de intensificação do exame (popularmente conhecidos como "Dia D") e ampliação de horários de atendimento, demonstra alinhamento com as diretrizes do Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo do Útero. Tais estratégias são amplamente reconhecidas como eficazes na literatura, sobretudo quando articuladas com ações de educação em saúde e fortalecimento do vínculo entre equipe de saúde e comunidade (INCA, 2023).

A escolha por uma abordagem que valoriza o protagonismo dos ACS mostrou-se especialmente pertinente, uma vez que esses profissionais exercem papel estratégico na sensibilização da população, na identificação de demandas específicas e na mediação entre os serviços de saúde e a comunidade. Estudos recentes reforçam que intervenções que incorporam estratégias comunitárias são mais exitosas na ampliação da cobertura do exame citopatológico, impactando diretamente na detecção precoce e, consequentemente, na redução da mortalidade por câncer do colo do útero (Brasil, 2022).

Em síntese, a intervenção proposta reafirma a necessidade de ações integradas, educativas e acessíveis como pilares fundamentais para o enfrentamento dos desafios relacionados à baixa adesão ao exame preventivo. A experiência evidencia que, quando alinhadas às diretrizes do SUS e fundamentadas nas melhores práticas da literatura científica, as estratégias de mobilização comunitária possuem potencial transformador, contribuindo efetivamente para a melhoria dos indicadores de saúde da população feminina assistida pela unidade.

CONCLUSÃO

A experiência desenvolvida na UBS Iracema Feitosa reforçou a importância da escuta ativa, do diálogo interprofissional e da atuação comunitária como pilares fundamentais para a promoção da saúde da mulher na atenção primária. Ao longo das ações, ficou evidente que os desafios relacionados à baixa adesão ao exame citopatológico não se limitam a questões estruturais ou informacionais, mas envolvem aspectos emocionais, culturais e de vínculo, que exigem sensibilidade e comprometimento por parte da equipe de saúde.

Como perspectiva, acredita-se que o plano de ação proposto poderá gerar impactos positivos reais e mensuráveis, desde que seja incorporado de forma contínua e adaptada à realidade local. A busca ativa, a ampliação dos horários de atendimento, a presença de informações nos espaços comunitários e o acolhimento respeitoso são



estratégias que, ao serem desenvolvidas em conjunto com a comunidade, têm potencial para transformar a experiência das mulheres com o sistema de saúde.

Além disso, a vivência permitiu aos estudantes um contato significativo com os desafios cotidianos da saúde pública, promovendo uma formação mais crítica, empática e voltada para a realidade social. A presença dos discentes não apenas contribuiu para o fortalecimento das ações da unidade, como também ampliou a percepção sobre o papel transformador da extensão universitária no SUS.

Essa experiência aponta para a necessidade de continuidade e acompanhamento sistemático das ações iniciadas, a fim de garantir que os avanços conquistados não se percam com o tempo. Acreditamos que investir em estratégias participativas e humanizadas é o caminho mais promissor para garantir o cuidado integral à saúde da mulher, promovendo não apenas o aumento da cobertura do exame, mas, principalmente, o empoderamento feminino e o fortalecimento dos laços entre a comunidade e a equipe de saúde.

122

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. A.; SILVA, P. L. N. da; SANTOS, C. S. C.; ALVES, C. dos R.; SANTOS, C. L. de S.; OLIVEIRA NETA, A. I. de; OLIVEIRA, V. V. de; FREITAS, I. G. C. de; RUAS, R. F. B.; SOUTO, S. G. T.; QUEIROGA, T. de M.; GALVÃO, A. P. F. C. IMPACTO DO CONHECIMENTO E DA ADESÃO DAS MULHERES QUANTO À REALIZAÇÃO DO EXAME DE PAPANICOLAU NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 795–816, 2025. DOI: 10.36557/2674-8169.2025v7n2p795-816. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/5200>. Acesso em: 16 maio. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para o rastreamento do câncer do colo do útero**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

GARCIA, Letícia Barbosa Facchini et al. IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE SAÚDE DA MULHER NA ATENÇÃO BÁSICA COMO FORMA DE PREVENÇÃO. **Revista Interdisciplinar Pensamento Científico**, v. 3, 2022. GARCIA, Letícia Barbosa Facchini et al. IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE SAÚDE DA MULHER NA ATENÇÃO BÁSICA COMO FORMA DE PREVENÇÃO. **Revista Interdisciplinar Pensamento Científico**, v. 3, 2022.

INCA – Instituto Nacional de Câncer. Estimativa 2023: **Incidência de Câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2023.

MACIEL, L. M. A.; SOUZA, R. A. G.; AOYAMA, E. A. A importância do exame papanicolau realizado pelo enfermeiro para o diagnóstico do Câncer no Colo Uterino. **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde**, v. 2, n. 2, p. 88-92, 2020.



OLIVEIRA, E. M. F. de; OLIVEIRA, S. X.; CALDAS, M. L. L.

dos S.; OLIVEIRA, M. B.; OLIVEIRA, M. X.; LIMA, T. N. F. de A. A não realização do exame Papanicolaou e comportamentos de risco em mulheres com vida sexual ativa.

Revista Eletrônica Acervo Saúde, v.12, n.12, p.e4221, 2020. Disponível em:

<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4221>. Acesso em: 20 maio 2025.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. ANÁLISE DE CONTEÚDO: A VISÃO DE LAURENCE BARDIN. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 383–387, 2012. DOI: 10.14244/%19827199291.

123

SILVA, Carla Marins; SILVA, Bárbara Vilela Nazário da; OLIVEIRA, Daniela Soares de; OLIVEIRA, Vanessa Silva de; VARGENS, Octavio Muniz da Costa. Consulta ginecológica e a relação profissional-cliente: perspectiva de usuárias [The gynecological appointment and health professional-client relations: the users' perspective]. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. e23671, 2016. DOI:

10.12957/reuerj.2016.23671. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/23671>. Acesso em: 16 maio. 2025.

SILVA, Andresa Lira; SANTOS, Juliana Siqueira. A Potencialidade da Educação Permanente em Saúde na Gestão da Atenção Básica em Saúde. **Saúde em Redes**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 53–66, 2021. DOI: [10.18310/2446-4813.2021v7n2p53-66](https://doi.org/10.18310/2446-4813.2021v7n2p53-66). Disponível em: <https://revista.redeunida.org.br/index.php/rede-unida/article/view/3135>. Acesso em: 23 maio. 2025.

TELES, Ítalo C. F. .; SANTOS, A. A. P. dos; ANDRADE, C. A. A. de .; SILVA, J. P. malta da .; SANTOS, W. de L. . Fatores associados à baixa adesão ao exame de papanicolaou entre mulheres: revisão integrativa de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos** , Brasil, São Paulo, v. 7, n. 14, p. e141020, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i14.1020. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1020>. Acesso em: 16 maio. 2025.

UNICATÓLICA, Publicações Acadêmicas et al. BARREIRAS QUE IMPEDEM Á PRÁTICA DA REALIZAÇÃO DO EXAME PAPANICOLAU: UMA REVISÃO DE LITERATURA. **Semana de Enfermagem da UniCatólica**, v. 9, 2024.

VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. D. E. L. ANÁLISE DE CONTEÚDO NA PERSPECTIVA DE BARDIN: CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES PARA A PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO. **Educação em Revista**, v. 41, 2025.

**PROJETO DE EXTENSÃO: “RESGATANDO AUTOESTIMA E CRIANDO OPORTUNIDADES”**

Andréia Gabrielli da Silva Queiroz ¹; Anna Júlia Freire de Sousa Cunha ¹; Esther Rocha Portela ¹; Isabelle Nogueira Prado Arruda ¹; Jayana Bastos Leite ¹; João Lucas Martins Paula ¹; Lucas Falcão Ferreira ¹; Luiza de Moraes Pessôa ¹; Maria Carla Cardoso de Araújo ¹; Matheus Luiz Santos de Aguiar ¹; Renata Araújo Sousa ¹; Sammla Noemí Araújo Souza Silva ¹; Valentina Diniz Machado de Sousa Santos ¹; Joyce Pinho Bezerra².

124

¹ Discente do Curso de medicina da FAHESP/ IESVAP

² Docente do Curso de medicina da FAHESP/ IESVAP

RESUMO

O projeto de extensão “Resgatando Autoestima e Criando Oportunidades” teve como objetivo promover a autoestima, o bem-estar emocional e a autonomia financeira de mulheres acolhidas pela Casa das Samaritanas, em Parnaíba-PI. Realizado por acadêmicos de medicina do IESVAP, o projeto incluiu rodas de conversa sobre autocuidado e higiene íntima, oficinas práticas de fabricação de sabão líquido com orientação do SEBRAE e um “Dia da Beleza” com atividades de automaquiagem e reflexões sobre autoimagem. As ações, fundamentadas na metodologia de pesquisa-ação, buscaram criar um ambiente acolhedor de escuta e troca, estimulando a autoconfiança e a autonomia das participantes. A experiência mostrou que intervenções em saúde devem ir além da técnica, considerando as dimensões emocionais e sociais das mulheres atendidas. Para os acadêmicos, o projeto representou uma oportunidade de aprendizado prático e humanizado, reforçando o papel das práticas extensionistas na formação médica e na construção de uma sociedade mais sensível e inclusiva.

Palavras-chave: Mulheres. Vulnerabilidade Social. Saúde Mental

INTRODUÇÃO



A Organização Mundial da Saúde (OMS) enfatiza que a saúde

mental é um componente crucial do bem-estar geral e não deve ser vista apenas como a ausência de transtornos psíquicos. A OMS define saúde mental como um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de lidar com as tensões normais da vida, trabalhar de forma produtiva e frutífera, e contribuir para sua comunidade (OMS, 2020). A autoestima é um importante indicador de saúde mental, que negativamente pode acarretar sintomas depressivos, percepção de incapacidade, ansiedade, transtornos mentais, agressão e comportamentos antissocial (Pinheiro et al, 2020). A construção de uma autoestima é, portanto, essencial para promover não apenas saúde mental, mas também qualidade de vida, empoderamento feminino, autoconhecimento e autonomia das mulheres.

125

A autonomia financeira está intrinsecamente relacionada ao autocuidado e à autoestima, especialmente entre mulheres em situação de vulnerabilidade. Quando as mulheres conseguem alcançar uma independência financeira, elas não apenas garantem sua subsistência, mas também criam um espaço para priorizar seu bem-estar físico e emocional. A capacidade de gerir suas próprias finanças permite que essas mulheres invistam em cuidados pessoais, como saúde, educação e lazer, fatores essenciais para o autocuidado (Lima & Santos, 2023). Portanto, promover a autonomia financeira das mulheres não é apenas uma questão econômica, mas também um passo crucial para o fortalecimento do autocuidado e da autoestima, criando um ciclo positivo que beneficia não apenas as mulheres individualmente, mas também suas famílias e comunidades (Silva & Oliveira, 2021).

Diante dessa realidade, os acadêmicos de medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP), por meio das discussões teóricas e práticas realizadas na disciplina de Práticas Interdisciplinares de Extensão, Pesquisa e Ensino V, desenvolveram o projeto de extensão “Resgatando autoestima e criando oportunidades”. Nesse contexto, o projeto de extensão surge como uma iniciativa voltada para a promoção da autoestima, saúde mental e bem-estar de mulheres acolhidas pela Casa das Samaritanas, em Parnaíba-PI. Essas mulheres, em situação de vulnerabilidade social, muitas vezes enfrentam desafios como violência doméstica, dependência química, abandono e dificuldades financeiras, tornando essencial o desenvolvimento de ações que fortaleçam sua autoconfiança e autonomia.

METODOLOGIA

O projeto de extensão "Resgatando Autoestima e Criando Oportunidades" visa promover o bem-estar emocional, a autoestima e a capacitação produtiva de mulheres acolhidas pela Casa das Samaritanas, em Parnaíba-PI. Coordenado por 13 acadêmicos de medicina sob orientação da



professora Joyce Bezerra, adota a metodologia de pesquisa-ação, com foco na intervenção social e na promoção da saúde pública.

As ações acontecerão na Casa das Samaritanas, que acolhe temporariamente mulheres em situação de vulnerabilidade social. O público-alvo inclui mulheres com histórico de violência, abandono, dependência química ou dificuldades financeiras, visando fortalecê-las emocionalmente e capacitá-las para reinserção social.

126

O projeto será dividido em três dias de atividades. O primeiro contará com uma roda de conversa sobre autocuidado e higiene íntima, promovendo troca de experiências. No segundo dia, será realizada uma oficina prática de fabricação de sabão líquido, estimulando a criatividade, o trabalho em equipe e a geração de renda. O terceiro dia será marcado pelo “Dia da Beleza”, com sessão de automaquiagem e reflexão sobre autoimagem, reforçando a autoestima das participantes. Serão doados itens de maquiagem para uso contínuo.

O projeto é ético, não exigindo submissão ao comitê de ética por tratar-se de uma ação educativa e social vinculada aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. Conta com a parceria da Casa das Samaritanas e da LIADERM, que contribuirá com capacitações sobre dermatologia em populações vulneráveis.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto “Resgatando Autoestima e Criando Oportunidades” foi idealizado com o objetivo de promover a autoestima e o autocuidado entre mulheres acolhidas pela Casa das Samaritanas. No primeiro dia, foi realizado uma roda de conversa que teve como foco o autocuidado, enfatizando a importância da higiene íntima e dos cuidados com a pele (figura 1). Durante essa atividade, foram promovidas discussões interativas, onde as participantes compartilharam suas experiências e dúvidas. A roda de conversa não apenas forneceu informações valiosas sobre práticas de higiene, mas também promoveu um ambiente de apoio mútuo, permitindo que as participantes se sentissem à vontade para expressar suas preocupações e aprender umas com as outras.

No segundo dia, realizamos uma oficina prática de fabricação de sabão líquido (figura 2, 3 e 4). Essa atividade teve o objetivo de ensinar habilidades práticas que poderão ser úteis no cotidiano das participantes e para geração de renda. As participantes tiveram a oportunidade de receber o



SEBRAE (Serviço de apoio as micro e pequenas empresas do Piauí) para

capacitação de como utilizar o sabão fabricado para geração de renda e visibilidade da Casa das Samaritanas (figura 5).

O terceiro dia foi dedicado ao “Dia da Beleza”, uma atividade que incluiu uma sessão de automaquiagem e uma reflexão sobre a autoimagem (figura 7). Essa atividade irá ser acompanhada de reflexões sobre a importância da autoimagem na construção da autoestima. Além disso, os alunos realizaram a doação de diversos itens de maquiagem e protetor solar, garantindo que as mulheres da Casa das Samaritanas tenham acesso a esses produtos para uso contínuo (figura 6). O projeto contou com a parceria da Ricarlia que realizou limpeza facial nas moradoras da Casa das Samaritanas (figura 8).

127



Figura 2: Autor



Figura 3: Autor



Figura 4: Autor



Figura 5: Autor



Figura 6: Autor



Figura 7 : Autor



Figura 8: Autor

*Figura 9 : Autor*

DISCUSSÃO

A realização de ações educativas voltadas à promoção da autoestima, autocuidado e capacitação produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade tem respaldo na literatura como estratégia efetiva de intervenção psicossocial. Projetos semelhantes, que unem rodas de conversa, oficinas práticas e atividades voltadas ao bem-estar, mostram-se promotores de mudanças significativas na forma como essas mulheres se percebem e se relacionam com o mundo ao seu redor (SILVA et al., 2021; OLIVEIRA & SANTOS, 2019).

Estudos indicam que práticas de educação em saúde, especialmente quando mediadas por metodologias participativas como a pesquisa-ação, favorecem a criação de espaços seguros de escuta, fortalecimento de vínculos e estímulo à autonomia (FREIRE et al., 2020). A roda de conversa, nesse sentido, é frequentemente descrita como uma ferramenta potente para promover escuta ativa e construção coletiva do conhecimento, permitindo que mulheres compartilhem experiências e ressignifiquem vivências de dor, exclusão ou silenciamento (RODRIGUES et al., 2022).

A oferta de oficinas práticas com fins de geração de renda também encontra respaldo em experiências descritas na literatura, sendo associada a aumento do senso de propósito, da autoconfiança e da independência financeira (SANTANA et al., 2020). Além disso, parcerias com



instituições como o SEBRAE ampliam o impacto da ação, ao trazerem

orientações técnicas e inserirem as participantes em redes de apoio para o empreendedorismo social.

Já o “Dia da Beleza” pode ser interpretado para além de uma atividade estética: a valorização da autoimagem, quando mediada por um ambiente acolhedor e reflexivo, é reconhecida como um elemento terapêutico no resgate da dignidade e na reconstrução da identidade feminina (COSTA et al., 2021). A literatura reforça que ações voltadas à estética pessoal, quando integradas a contextos de vulnerabilidade, devem ser conduzidas com sensibilidade, evitando reforçar padrões normativos de beleza e focando no fortalecimento da individualidade e da autoestima.

131

CONCLUSÃO

A vivência proporcionada pelo projeto “Resgatando Autoestima e Criando Oportunidades” reforçou, de forma prática e sensível, a importância da atuação em saúde que vá além da assistência técnica, alcançando dimensões subjetivas e sociais da vida das mulheres em situação de vulnerabilidade. Participar ativamente dessas ações nos permitiu compreender, com mais profundidade, que o cuidado em saúde também envolve escuta, acolhimento, valorização da individualidade e incentivo à autonomia.

Foi possível perceber que, quando o olhar em saúde se volta para o ser humano em sua totalidade, considerando suas histórias, dores, potências e capacidades, as intervenções tornam-se mais eficazes e transformadoras. As trocas estabelecidas durante as rodas de conversa, oficinas e o Dia da Beleza mostraram-se poderosas ferramentas de fortalecimento emocional e social, tanto para as participantes quanto para nós, acadêmicos.

Dessa forma, o projeto não apenas cumpriu seu propósito social, como também ampliou nossa visão enquanto futuros profissionais da saúde. Ficou evidente que o conhecimento técnico, aliado ao compromisso ético e à escuta empática, pode gerar impactos significativos na vida de pessoas em contextos de fragilidade, reafirmando o papel transformador das práticas extensionistas na formação acadêmica e na construção de uma sociedade mais justa e acolhedora.

REFERÊNCIAS



COSTA, M. E. L. da et al. *Oficinas de autocuidado como estratégia para o empoderamento feminino em situação de vulnerabilidade social*. Revista Interdisciplinar de Promoção da Saúde, v. 4, n. 2, p. 78-85, 2021.

FREIRE, M. R. M. et al. *Metodologias participativas na promoção da saúde: reflexões sobre a pesquisa-ação em comunidades vulneráveis*. Saúde em Debate, v. 44, n. 124, p. 423-432, 2020.

Lima, J. F., & Santos, D. A. (2023). Autocuidado e empoderamento: a importância da autonomia financeira para a saúde mental das mulheres. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, 45(2), 123-135.

132

OLIVEIRA, A. P.; SANTOS, L. M. *Rodas de conversa como instrumento de educação em saúde para mulheres em situação de risco social*. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 43, n. 1, p. 79-85, 2019.

Organização Mundial da Saúde. Relatório Mundial sobre a Saúde 2020: A saúde mental no mundo. Genebra: OMS, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240000000>. Acesso em: [21 de març. de 2025].

PINHEIRO, T.; PIOVEZAN, N.; BATISTA, H.; MUNER, L. A relação dos procedimentos estéticos com satisfação da autoimagem corporal e autoestima de mulheres. *Revista Cathedral*, v. 2, n. 1, 11 fev. 2020.

RODRIGUES, T. C. et al. *Escuta sensível e rodas de conversa: estratégias de cuidado em saúde com mulheres em situação de violência*. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 26, e210456, 2022.

SANTANA, G. D. et al. *Oficinas terapêuticas e geração de renda: empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade*. Revista de Enfermagem UFPE On Line, v. 14, n. 1, p. 1-8, 2020.

SILVA, L. R. da et al. *Educação em saúde para mulheres em vulnerabilidade: uma revisão integrativa*. Revista Brasileira de Promoção da Saúde, v. 34, e35125, 2021.

Silva, R. A., & Oliveira, J. F. (2021). Educação financeira como estratégia de empoderamento feminino. *Jornal de Políticas Públicas*, 10(3), 45-60.



A IMPORTÂNCIA DE BONS HÁBITOS PARA MANUTENÇÃO DE NÍVEIS PRESSÓRICOS E GLICÊMICOS

Abner Castro Freitas¹; Enzo de Oliveira Quixaba¹; Ian Gabriel de Moura Lemos Costa¹;
Hytalo Rodrigues Machado¹; Jayra Adrianna da Silva Sousa¹; ; Julyana
Araújo Rodrigues¹; Germmany de Sousa Carvalho², Joara Cunha Santos Mendes
Gonçalves Val²

¹ Discente do Curso de Medicina da IESVAP

² Docente do Curso de Medicina da IESVAP

RESUMO

A hipertensão arterial e o diabetes mellitus são doenças muito comuns e que merecem atenção, pois podem causar sérios problemas no coração, nos rins e em outros órgãos. Essas doenças estão ligadas a hábitos do dia a dia, como má alimentação, falta de atividade física, uso de cigarro, consumo excessivo de álcool, estresse e noites mal dormidas. Por isso, mudar esses comportamentos é essencial para prevenir e controlar essas condições. Adotar uma alimentação mais saudável, com frutas, verduras, grãos integrais e menos sal, açúcar e gordura, traz ótimos resultados. Esses cuidados ajudam a manter a glicose e a pressão arterial em níveis adequados. Além disso, praticar alguma atividade física com frequência, mesmo que seja uma caminhada diária, melhora a circulação, ajuda no controle do peso e na resposta à insulina. Também é importante dormir bem, evitar o cigarro e reduzir o estresse. Quando esses cuidados não são seguidos, aumentam os riscos de complicações, como problemas na visão, nos nervos e até infartos. Manter hábitos saudáveis reduz a necessidade de medicamentos, melhora a qualidade de vida e diminui os custos com tratamentos. Por isso, o apoio dos profissionais da saúde é fundamental. A presença de uma equipe atenta, seja por meio de consultas, grupos educativos ou visitas domiciliares, ajuda muito no cuidado e no entendimento da doença. Com orientação e acompanhamento, é possível viver com mais saúde e bem-estar.

Palavras-chave: Hábitos saudáveis. Hipertensão arterial. Controle da glicemia. Doenças crônicas. Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) e o diabetes tipo 2 (DM2) são dois problemas de saúde pública bastante comuns no Brasil e no mundo. Essas doenças atingem muitas pessoas e causam complicações sérias, sendo responsáveis por um grande número de internações e mortes a cada ano. Mesmo sendo condições que podem ter várias causas, é comum estarem ligadas a hábitos de vida pouco saudáveis, como alimentação com muito sal e açúcar, falta de exercício, uso de cigarro e álcool em excesso.



Estudos mostram que mudar o estilo de vida ajuda muito tanto na prevenção quanto no controle dessas doenças. Alimentação equilibrada e prática regular de atividade física são atitudes simples, mas que fazem diferença na saúde. Quando a pessoa começa a se cuidar melhor, o controle da glicose e da pressão arterial costuma melhorar. Além disso, essas mudanças diminuem o risco de complicações como problemas nos nervos, nos olhos e no coração.

Segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes, quando o paciente adota hábitos saudáveis, o controle da glicemia se torna mais eficaz e o risco de outras doenças diminui bastante. Já a Sociedade Brasileira de Cardiologia afirma que, principalmente nos estágios iniciais da hipertensão, mudar os hábitos pode ter mais efeito do que tomar remédios isoladamente. Por isso, o acompanhamento com profissionais de saúde e o próprio cuidado que a pessoa tem consigo mesma são essenciais.

Outro ponto importante é o lado emocional. O estresse constante também pode piorar tanto a pressão quanto o nível de glicose no sangue. Por isso, o cuidado com a saúde precisa olhar o todo: corpo e mente. Promover saúde vai além de falar sobre dieta e exercícios. É preciso incentivar o bem-estar e a qualidade de vida da pessoa como um todo. Os profissionais de saúde têm papel fundamental nesse processo, tanto orientando quanto motivando as pessoas a seguirem o tratamento e a cuidarem melhor de si.

Diante de tudo isso, é possível perceber como os hábitos de vida fazem diferença na saúde de quem convive com hipertensão e diabetes. E mais do que isso: mostram que, com orientação e acompanhamento adequados, é possível prevenir muitas complicações e melhorar a vida desses pacientes.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, com o objetivo de discutir a importância dos bons hábitos de vida na manutenção dos níveis pressóricos e glicêmicos. A metodologia adotada seguiu os princípios da revisão narrativa, que visa reunir e analisar criticamente publicações relevantes sobre o tema (Rother, 2022). Foram consultadas bases de dados científicas como SciELO, PubMed, LILACS e BIREME utilizando os descritores: “hábitos saudáveis”, “pressão arterial”, “glicemia”, “hipertensão” e “diabetes mellitus”. Os critérios de inclusão consideraram artigos publicados entre 2018 e 2024, em português e inglês, com acesso gratuito e texto completo disponível.

Foram priorizadas diretrizes clínicas e revisões sistemáticas de entidades reconhecidas, como a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC, 2020), a Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD, 2022) e a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2021), por fornecerem dados atualizados e embasamento técnico-científico. A seleção dos estudos ocorreu por leitura de títulos, resumos e, posteriormente, do conteúdo completo, com análise interpretativa e crítica do material selecionado.

Não foram realizados experimentos laboratoriais ou coleta de dados primários. A análise foi fundamentada na leitura e interpretação dos conteúdos teóricos encontrados, buscando relacionar os hábitos de vida à prevenção e controle de hipertensão e diabetes. Essa abordagem permite compreender como o estilo de vida influencia parâmetros clínicos essenciais e reforça a importância da promoção da saúde no contexto da atenção primária (Mendes; Silva, 2019).

RELATO DE EXPERIÊNCIA



As aulas práticas da disciplina IESC 3, os estudantes

tiveram a oportunidade de vivenciar, de forma direta, o funcionamento da atenção primária à saúde. No primeiro dia de aula prática, a turma realizou uma visita à UBS Módulo 11, localizada na Av. São Sebastião, onde a equipe da unidade apresentou sua estrutura física e organizacional. Foram explicados os horários de atendimento médico, os tipos de consultas oferecidas, os dias de vacinação, a distribuição de medicamentos e as campanhas de saúde em andamento. A equipe também destacou as atividades coletivas voltadas para a comunidade, como a prática de exercícios físicos. Os estudantes puderam conhecer os principais setores da UBS, como a recepção, sala de triagem, sala de vacinação, farmácia e os consultórios médicos e de enfermagem. Ao final da visita, foi apresentado o cronograma de atividades da disciplina, que incluía o acompanhamento de uma família da comunidade, com foco no cuidado de condições crônicas como diabetes e hipertensão arterial.

No dia 5 de fevereiro, foi realizada a primeira visita domiciliar, na qual o grupo conheceu o Sr. T.S., paciente hipertenso e diabético. Durante a visita, houve uma roda de conversa em que foram abordados seus hábitos alimentares, uso de medicações, prática de atividades físicas, condições socioeconômicas, grau de escolaridade, ocupação atual, histórico familiar e acesso a serviços de saúde. Também foram realizadas aferições da pressão arterial e da glicemia capilar, sendo constatados níveis elevados de glicose. O grupo então orientou o paciente quanto à alimentação saudável, sugerindo a redução de farinha e açúcar e o uso de adoçante como substituto. Além disso, foi recomendada a prática regular de exercícios físicos, como caminhadas. Ao final da visita, foi entregue a Caderneta da Pessoa Idosa, com preenchimento inicial de dados e orientações sobre seu uso no acompanhamento da saúde.

No dia 12 de fevereiro, os estudantes retornaram à residência do paciente para complementar as informações da caderneta e realizaram um exame físico completo, avaliando os sistemas respiratório, cardiovascular, neurológico, digestório, locomotor, linfático e metabólico. O IMC do paciente estava alterado (sobrepeso), e isso reforçou a necessidade de manter a dieta equilibrada e a atividade física. A pressão arterial e a glicemia apresentaram leve melhora, o que foi reconhecido e valorizado pela equipe, que incentivou o paciente a continuar com os novos hábitos.

No dia 19 de fevereiro, foi iniciada a construção do genograma e ecomapa do Sr. T.S. O grupo coletou informações sobre suas relações familiares e vínculos com a comunidade, incluindo vizinhança e locais que costuma frequentar. Na aferição da pressão arterial, observou-se uma leve elevação, possivelmente relacionada ao consumo recente de camarão (alimento com alto teor de sódio). Foram feitos esclarecimentos sobre a alimentação e os dados foram atualizados na caderneta.

No dia 26 de fevereiro, foi aplicado o questionário MCCP, que permitiu compreender melhor a percepção do paciente sobre sua condição de saúde, sua vida antes e depois do diagnóstico, e os fatores que influenciam no processo de adoecimento. A glicemia estava em melhora, mas a pressão arterial apresentou elevação, sendo novamente reforçadas as orientações de controle.

Na visita seguinte, a equipe realizou nova visita domiciliar, mas o paciente não se encontrava em casa no momento.

No dia 26 de março, o grupo voltou à residência do Sr. T.S. Foi realizada uma nova conversa sobre as recomendações já fornecidas e sobre sua última consulta médica. A pressão arterial permaneceu elevada, sem melhora significativa. Com isso, foi discutida com o paciente a necessidade de mudanças mais consistentes na rotina. A equipe elaborou um plano alimentar personalizado, adequado à sua realidade e preferências, como forma de apoio ao tratamento.



No dia 2 de abril, os estudantes participaram de uma reunião com a preceptora Germany para discutir a elaboração do Projeto Terapêutico Singular (PTS) e alinhar prazos de entrega e apresentação.

No dia 9 de abril, o grupo retornou à casa do paciente, atualizou os dados da caderneta, aferiu pressão e glicemia, e apresentou o plano alimentar. Também foram esclarecidas dúvidas sobre a elaboração do PTS.

No dia 16 de abril, foi realizada nova visita domiciliar. O paciente relatou como estava se sentindo e comentou sobre sua adesão à dieta. Foram feitas novas aferições e atualizado o peso — que apresentou uma discreta redução. Esses dados foram utilizados para complementar o PTS.

Nos dias 23 e 30 de abril, os encontros ocorreram na UBS Módulo 11, com foco na correção e ajustes finais do PTS, em reuniões orientadas pela preceptora. Esse momento foi essencial para revisar todo o processo de acompanhamento e consolidar as estratégias de cuidado propostas.

No dia 14 de maio, foi realizada a última visita domiciliar ao Sr. T.S.. Nessa ocasião, o grupo apresentou oficialmente o Projeto Terapêutico Singular (PTS), explicando cada parte do plano de cuidados e tirando dúvidas do paciente. Ao final, foi servido um café da manhã coletivo, como forma de agradecimento e encerramento simbólico da jornada. O momento foi marcado por sentimentos de gratidão e reconhecimento mútuo, fortalecendo o vínculo construído ao longo das visitas.

A experiência com o acompanhamento do Sr. T.S. proporcionou aos estudantes um contato profundo com os princípios do cuidado em saúde centrado na pessoa, com base na escuta ativa, vínculo, planejamento conjunto e compreensão da realidade do paciente. A vivência em campo revelou que o cuidado vai além da prescrição: envolve empatia, paciência, diálogo e comprometimento. A atenção primária se consolidou como um espaço de transformação — tanto na vida do paciente quanto na formação do futuro profissional. A experiência deixou um legado de aprendizado técnico e humano, fundamental para a atuação consciente e ética na área da saúde.

DISCUSSÃO

A discussão acerca da importância dos hábitos de vida na manutenção dos níveis pressóricos e glicêmicos é amplamente respaldada pela literatura científica atual. Estudos recentes apontam que a adoção de comportamentos saudáveis está diretamente relacionada à redução da incidência de doenças crônicas não transmissíveis, especialmente hipertensão arterial e diabetes mellitus tipo 2. Esses achados reforçam a necessidade de intervenções voltadas para a promoção da saúde e educação contínua da população.

Autores destacam que mudanças no estilo de vida, quando implementadas de forma precoce e mantidas ao longo do tempo, podem apresentar resultados equivalentes ou superiores ao uso exclusivo de terapias medicamentosas, especialmente nos estágios iniciais dessas patologias. Nesse contexto, o papel dos profissionais de saúde é essencial, tanto no incentivo à mudança de comportamento quanto na oferta de suporte contínuo, o que favorece a adesão e a autonomia dos pacientes.

Além disso, evidências apontam que fatores psicossociais, como estresse, baixa escolaridade e dificuldades socioeconômicas, impactam negativamente a adoção de hábitos saudáveis. Essa realidade indica a necessidade de estratégias públicas integradas, que ultrapassem o âmbito clínico e considerem o contexto social do indivíduo, promovendo ações efetivas em comunidades vulneráveis.



As diretrizes clínicas mais recentes reforçam a

importância de um plano terapêutico personalizado, com foco na prevenção, monitoramento e acompanhamento multiprofissional. Assim, o enfrentamento das doenças crônicas exige não apenas conhecimento técnico-científico, mas também sensibilidade e compromisso com uma abordagem integral do ser humano.

Dessa forma, observa-se que o fortalecimento das práticas preventivas e a valorização do autocuidado são caminhos viáveis e eficazes para melhorar os indicadores de saúde relacionados à pressão arterial e aos níveis glicêmicos, consolidando a importância de políticas públicas e ações educativas fundamentadas em evidências sólidas.

137

CONCLUSÃO

A reflexão proporcionada por este estudo evidencia que os bons hábitos de vida desempenham papel central na manutenção da saúde cardiovascular e metabólica, especialmente no controle dos níveis pressóricos e glicêmicos. A compreensão de que escolhas diárias, como alimentação equilibrada, prática de atividade física regular, sono adequado e manejo do estresse, impactam diretamente na prevenção e controle da hipertensão e do diabetes, deve ser constantemente reforçada tanto no âmbito individual quanto coletivo.

A partir da análise realizada, torna-se evidente que, embora o acesso a informações sobre saúde tenha se ampliado, ainda há um descompasso entre o conhecimento e a prática efetiva desses hábitos por parte da população. Essa realidade exige estratégias contínuas e eficazes de educação em saúde, que promovam a autonomia do indivíduo e a responsabilização sobre seu próprio bem-estar. A adoção de bons hábitos não deve ser compreendida apenas como uma exigência médica, mas como um compromisso com a qualidade de vida, longevidade e prevenção de complicações evitáveis.

Pessoalmente, considero que este estudo reforça a necessidade de uma abordagem mais humanizada e preventiva nos serviços de saúde, valorizando ações que incentivem mudanças comportamentais sustentáveis. Também ressalta a importância do trabalho multiprofissional na promoção da saúde, com foco na escuta, no acolhimento e no acompanhamento contínuo dos indivíduos em sua trajetória de cuidado. Como perspectiva futura, acredito ser essencial que as políticas públicas ampliem o acesso a ambientes que favoreçam a adoção de estilos de vida saudáveis, reduzindo desigualdades sociais e estruturais que muitas vezes dificultam essas práticas. Fortalecer a promoção da saúde é um caminho promissor e necessário para transformar os indicadores de doenças crônicas no Brasil e garantir uma sociedade mais saudável e consciente de seu papel no cuidado com o corpo e a mente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2021: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. **Vigitel Brasil 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>. Acesso em: 18 maio 2025.



COSTA, L. A.; SANTOS, M. P.; FERREIRA, R. F. A influência do estresse sobre doenças crônicas: uma revisão narrativa. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 33, e20424, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5020/18061230.2020.20424>.

MENDES, E. V.; SILVA, A. N. Promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas: desafios para o SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 4217-4226, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/>. Acesso em: 18 maio 2025.

138

SBC – SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial – 2020. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 116, n. 3, p. 516-658, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abc/>. Acesso em: 18 maio 2025.

SBD – SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2022-2023**. São Paulo: Clannad, 2022. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br>. Acesso em: 18 maio 2025.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global report on diabetes**. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241565257>. Acesso em: 18 maio 2025.

Relato de Experiência: promoção da saúde de uma idosa diabética e hipertensa

Ângelo Felipe da Rocha Cardoso Oka Lobo ¹; Antônia Geórgia Oliveira França ¹; João Herbeth Aguiar Serejo ¹; Laís Araújo Tomaz Veras ¹; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val ²; Germmany de Sousa Carvalho ²

¹ Discente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP)- Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP), na cidade de Parnaíba, no Piauí.

² Docente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP)- Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP), na cidade de Parnaíba, no Piauí.

RESUMO

Este trabalho descreve a construção de um Projeto Terapêutico Singular (PTS) para uma paciente idosa com diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus tipo 2, acompanhada na Atenção Primária à Saúde. A partir de visitas domiciliares e da aplicação de instrumentos como APGAR, FIRO e PRACTICE, foram identificadas diversas questões biopsicossociais que interferem na adesão ao tratamento proposto. Observou-se fragilidade nos vínculos familiares, baixa compreensão sobre as doenças e dificuldades no autocuidado. Diante disso, foi elaborado um plano de ação interdisciplinar, envolvendo profissionais da saúde e da assistência social, com foco no fortalecimento da rede de apoio, apoio psicológico, educação em saúde e monitoramento clínico contínuo. A experiência demonstrou que o PTS é uma ferramenta essencial para o



cuidado individualizado e humanizado, permitindo a construção de estratégias mais eficazes e adequadas à realidade do paciente. O trabalho destaca a importância da escuta qualificada e da articulação interprofissional no contexto da atenção integral.

Palavras-chave: Projeto terapêutico singular. Hipertensão. Diabetes mellitus. Atenção primária. Saúde do idoso.

INTRODUÇÃO

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é uma estratégia de cuidado que busca abordar a complexidade das condições de saúde de forma integral, valorizando aspectos biopsicossociais do indivíduo (MINISTERIO DA SAÚDE, 2024). Sua aplicação na Atenção Primária à Saúde favorece a interdisciplinaridade, a escuta qualificada e o protagonismo do paciente no processo de cuidado. Ele é elaborado de forma coletiva por uma equipe multiprofissional, com a participação ativa do paciente e, sempre que possível, de sua família ou rede de apoio. (VIANNA ET AL., 2022).

Segundo Vianna et al (2022), o PTS é estruturado em quatro etapas: diagnóstico singular, definição de metas, divisão de responsabilidades e reavaliação periódica. Essa metodologia promove a interdisciplinaridade e coloca a pessoa no centro do processo de cuidado, evitando práticas fragmentadas. Além disso, fortalece o protagonismo do

paciente, favorecendo sua adesão ao tratamento e contribuindo para a efetividade das ações propostas. Por isso, o PTS é considerado uma estratégia fundamental para ampliar a resolutividade e a qualidade do cuidado em saúde. Este trabalho teve como objetivo relatar a elaboração e implementação de um PTS para uma idosa com diagnóstico de hipertensão e diabetes, residente em área urbana de Parnaíba-PI, destacando a relevância de um plano de cuidados individualizado e colaborativo para a melhora da qualidade de vida e adesão terapêutica.

METODOLOGIA

Este relato de experiência foi vivenciado por estudantes do curso de Medicina do IESVAP durante o módulo Integração Ensino-Serviço-Comunidade III, realizado em 2025. A construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS) ocorreu por meio de visitas domiciliares, escuta qualificada e aplicação de instrumentos clínicos e psicossociais, como APGAR Familiar, FIRO, PRACTICE, Escala de Depressão Geriátrica e Índice de Barthel. A coleta de dados abrangeu dimensões clínicas, funcionais, emocionais e sociais da paciente, possibilitando uma compreensão ampliada de sua condição de saúde. A elaboração do plano de ação foi realizada em conjunto com a equipe multiprofissional da Unidade Básica de Saúde, considerando as necessidades, prioridades e desejos da paciente, bem como de sua rede de apoio. A experiência evidenciou a importância do PTS como ferramenta para a integralidade do cuidado, fortalecendo o vínculo entre equipe e paciente e promovendo intervenções mais humanizadas, personalizadas e efetivas no contexto da Atenção Primária à Saúde.

**RELATO DE EXPERIÊNCIA**

140

A paciente acompanhada foi M. J, 66 anos, aposentada, com diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus tipo 2. Durante as visitas domiciliares, demonstrou boa adesão ao tratamento medicamentoso, porém relatou sentimento de tristeza e carência afetiva, associados à perda recente de um irmão e ao distanciamento da filha. Apresentava sobrepeso (IMC = 34), risco aumentado para doenças cardiovasculares e sintomas de depressão leve, conforme avaliação pela Escala de Depressão Geriátrica (GDS = 6).

Durante os meses de visita à casa da paciente, pudemos acompanhá-la de perto e identificar suas reais necessidades, tanto por meio de conversas quanto através da aplicação de questionários. Esse contato contínuo permitiu uma compreensão mais profunda de sua rotina, hábitos e contexto social e familiar, o que contribuiu para um olhar mais humanizado e individualizado sobre seu cuidado.

Como parte da avaliação, realizamos o genograma e o ecomapa, baseando-nos nas informações fornecidas pela própria paciente sobre sua família e suas relações com o meio externo. Esses instrumentos nos ajudaram a visualizar melhor as conexões familiares, os apoios disponíveis e os fatores de vulnerabilidade social que podem impactar sua saúde e bem-estar.

Além disso, aplicamos o modelo Pactice e o método SOAP para organizar as informações coletadas e estruturar o plano de cuidado. A partir dessa análise, observamos que a paciente apresenta risco aumentado para doenças cardiovasculares e acidente vascular cerebral (AVC), principalmente devido ao seu histórico familiar. Essa constatação reforça a importância de estratégias preventivas e acompanhamento contínuo.

Diante do quadro identificado, foi elaborada uma lista de problemas e construído um plano de ação interdisciplinar, que incluiu acompanhamento clínico regular, orientação nutricional, incentivo à prática de atividade física e encaminhamento para acompanhamento psicológico. Também foram propostas ações educativas em saúde e estratégias para fortalecimento dos vínculos familiares. A paciente se mostrou receptiva, participativa e estabeleceu uma relação de confiança conosco, destacando a igreja como espaço fundamental de apoio emocional e social em sua rotina influenciando diretamente em sua saúde e bem-estar..

DISCUSSÃO

O caso da paciente M. J reforça a importância do cuidado centrado na pessoa, especialmente no contexto do envelhecimento e da presença de múltiplas vulnerabilidades clínicas, emocionais e sociais. Idosos frequentemente enfrentam perdas afetivas, isolamento social e dificuldades funcionais, o que demanda uma abordagem ampliada e humanizada no cuidado em saúde. A utilização de ferramentas como o PRACTICE e o FIRO foi essencial para a compreensão das dimensões subjetivas da



paciente, permitindo identificar fragilidades emocionais e lacunas no suporte social, além dos aspectos clínicos habituais.

Nesse contexto, o Projeto Terapêutico Singular (PTS) possibilitou a elaboração de um plano de cuidado individualizado, construído de forma colaborativa entre equipe e paciente. O fortalecimento da rede de apoio, a escuta qualificada e o acolhimento das demandas emocionais contribuíram para uma abordagem mais efetiva e integral. A literatura corrobora essa experiência, evidenciando que a adesão ao tratamento em idosos está fortemente vinculada ao suporte familiar, comunitário e à construção de vínculos terapêuticos sólidos (Carvalho et al., 2021; Costa & Martins, 2020). Assim, o PTS demonstrou-se uma ferramenta potente para promover a resolutividade das ações em saúde, ao alinhar as necessidades da paciente com estratégias viáveis e compartilhadas de cuidado contínuo.

141

CONCLUSÃO

A experiência vivenciada demonstra que o Projeto Terapêutico Singular (PTS) é uma ferramenta eficaz na Atenção Primária à Saúde, ao promover um cuidado integral, humanizado e centrado na pessoa. A construção do plano terapêutico possibilitou não apenas o acompanhamento clínico adequado das condições crônicas da paciente, como hipertensão e diabetes, mas também o acolhimento de suas demandas emocionais e sociais, frequentemente negligenciadas no cuidado tradicional. A escuta ativa foi essencial para compreender a história de vida, os sentimentos e as prioridades da paciente, orientando intervenções mais sensíveis e adequadas à sua realidade. O

trabalho interdisciplinar, aliado à valorização das redes de apoio – como a família, a comunidade e a igreja –, mostrou-se decisivo para fortalecer o vínculo terapêutico e ampliar a efetividade das ações propostas. Assim, o PTS se consolida como uma estratégia potente para a promoção da saúde e da autonomia dos sujeitos no cotidiano da atenção básica.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, R. T.; SANTOS, C. A.; LIMA, V. A. Fatores influentes na adesão ao tratamento entre idosos com doenças crônicas. *Revista Brasileira de Medicina Geriátrica*, v. 14, n. 3, p. 512–524, 2021.

COSTA, M. A.; MARTINS, J. F. A solidão do idoso em famílias extensas: uma análise das dinâmicas sociais. *Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento*, v. 27, n. 2, p. 315–329, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). *Portaria GM/MS nº 3.005, de 5 de janeiro de 2024*. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3005_05_01_2024.html.

2021.

VIANNA, C. M. et al. *Protocolos de atenção à saúde.*Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em:
<https://atencaoprimaria.rs.gov.br/upload/arquivos/202206/07101125-pts.pdf>.**CORPO EM JOGO: RELATO DE UMA AÇÃO EDUCATIVA PARA PROMOÇÃO DA
SAÚDE E USO CONSCIENTE DE TELAS**

142

Eliciane Maria Linhares Sousa ¹; Maylla Josefa Dias Leal ¹; Ana Darla Mendes Figueira ¹; Erick Marçal Moraes de Oliveira ¹; Ana Beatriz Pereira Riotinto¹; Paola Sthéfanie Gonçalves de Caldas¹; Gercione Rocha e Silva¹; Maria Tavares Machado Fonseca ²; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val ².

¹ Discente do Curso de medicina da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI

² Docente do Curso de medicina da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI

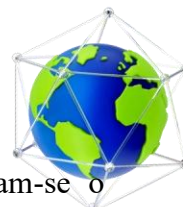
RESUMO

O estilo de vida atual é marcado pelo uso constante de tecnologias digitais por crianças e adolescentes. O fácil acesso a dispositivos eletrônicos aumentou o tempo de exposição às telas, contribuindo para problemas como sedentarismo, distúrbios alimentares, dificuldades de concentração e prejuízos no desenvolvimento cognitivo. Diante disso, acadêmicos de medicina realizaram uma ação de extensão com o objetivo de promover hábitos saudáveis, como alimentação equilibrada, prática de atividades físicas e redução do uso excessivo de telas. A atividade integrou a disciplina Integração Ensino-Serviço-Comunidade VI e foi realizada em uma escola pública do litoral piauiense. A proposta incluiu ações educativas voltadas à conscientização dos alunos sobre a importância de hábitos saudáveis para o desenvolvimento infantil. O uso excessivo de telas mostrou-se prejudicial à interação social, às brincadeiras e ao desenvolvimento cognitivo, podendo também causar alterações biológicas e afetar a qualidade de vida das crianças. A experiência permitiu uma aproximação dos estudantes com a realidade da comunidade e reforçou a importância da atuação precoce na promoção da saúde infantil. A atividade fortaleceu o vínculo com a comunidade escolar e promoveu uma visão integral da saúde, destacando a relevância da prevenção e da educação em saúde desde os primeiros anos de vida.

Palavras-chave: Sedentarismo. Obesidade infantil. Exercício físico.

INTRODUÇÃO

O estilo de vida contemporâneo tem sido marcado por mudanças significativas nos hábitos de crianças, adolescentes e adultos, impulsionadas principalmente pelo uso constante de tecnologias digitais. O fácil acesso a celulares, tablets, computadores e televisão tem provocado um aumento expressivo no tempo de exposição às telas, o que, por sua vez, está associado a uma série de consequências negativas para a saúde física e



mental. Entre os impactos mais preocupantes, destacam-se o sedentarismo, a má qualidade do sono, distúrbios alimentares, dificuldades de concentração, além do comprometimento do desenvolvimento cognitivo e motor (CARVALHO, 2023).

Paralelamente, observa-se uma redução nas brincadeiras tradicionais, que vêm sendo substituídas por atividades passivas em frente às telas. Essa mudança afeta negativamente o desenvolvimento infantil, já que limita a prática de atividades lúdicas e físicas, favorecendo o sedentarismo e, conseqüentemente, contribuindo para o aumento da obesidade infantil, condição fortemente relacionada ao surgimento de doenças crônicas não transmissíveis (BARRETO, 2023).

Diante deste cenário, torna-se crucial explorar e implementar intervenções eficazes que abordem múltiplos determinantes da obesidade, como dieta inadequada, sedentarismo, fatores genéticos, ambientais e socioeconômicos. Intervenções preventivas, incluindo políticas de saúde pública, programas escolares, mudanças comportamentais e iniciativas comunitárias, têm demonstrado potencial significativo na redução do risco de obesidade infantil e na promoção de hábitos de vida saudáveis (CHICONE, 2024).

Sendo assim, atividades voltadas para o aumento de atividades físicas e redução no tempo de tela são iniciativas promissoras para a melhoria dos indicadores de saúde entre crianças com sobrepeso ou obesidade. Programas que envolvem atividades físicas regulares, como jogos e exercícios que visam a movimentação ativa do público infantil, contribui significativamente para a redução do percentual de gordura, além de contribuírem além de favorecerem o aprendizado, a convivência social, a atenção e o desempenho nas atividades diárias (CHICONE, 2024).

Por fim, esse trabalho tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas por acadêmicos de medicina durante uma ação de extensão realizada em uma escola da rede pública no estado do Piauí. A iniciativa teve como foco a promoção da conscientização sobre a importância da alimentação saudável e da prática regular de atividades físicas, além de abordar os impactos negativos do uso excessivo de telas entre crianças e adolescentes. A ação buscou contribuir para a formação dos estudantes e, ao mesmo tempo, para a melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar, por meio de estratégias educativas voltadas à prevenção e à promoção da saúde.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como qualitativo, descritivo e de corte transversal, fundamentado na vivência prática de acadêmicos de Medicina em uma escola pública Monsenhor Antônio Sampaio. A atividade foi desenvolvida no turno da manhã e teve como público-alvo estudantes do ensino fundamental. A intervenção consistiu em um evento educativo, planejado com o objetivo de promover a conscientização sobre temas relevantes à saúde infantil, como sedentarismo, obesidade e o uso excessivo de dispositivos eletrônicos. Para abordar esses assuntos de forma lúdica e acessível, os acadêmicos organizaram dinâmicas interativas e jogos educativos, estimulando a participação ativa das crianças.

A experiência foi registrada por meio de observações diretas e relatos reflexivos dos discentes, permitindo uma análise qualitativa dos impactos percebidos durante a ação. Ao final das atividades, promoveu-se um momento de integração com os alunos e profissionais da escola, por meio da oferta de um lanche coletivo e distribuição de brindes simbólicos. Essa vivência proporcionou um espaço de troca entre universidade e



comunidade escolar, fortalecendo a educação em saúde e o desenvolvimento das competências comunicativas e empáticas dos futuros profissionais da área médica.

Ademais, a escrita desse estudo baseou-se em artigos científicos coletados das bases de dados Pubmed, Medline, Lilacs e Scielo por meio dos descritores “sedentarismo”; “obesidade infantil”; “exercício físico” dos últimos cinco anos.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

144

A presente intervenção foi desenvolvida para a atividade acadêmica de prática da disciplina de Integração Ensino-Serviço-Comunidade VI - IESC VI e que tem como finalidade aproximar o aluno da sua temática de estudo, como ainda promover práticas de promoção e prevenção de saúde na comunidade. A intervenção clínica teve como objetivo propiciar a conscientização da comunidade escolar sobre a importância da alimentação saudável e da prática regular de atividades físicas como fatores essenciais para o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças, incentivando a redução do uso excessivo de telas e a adoção de hábitos de vida mais ativos e equilibrados.

Uma escola de educação infantil foi contatada e a mesma demonstrou interesse em participar da intervenção proposta. Assim, a intervenção clínica foi realizada em maio de 2025 em uma escola Municipal de educação infantil, Monsenhor Antônio Sampaio, localizada na cidade litorânea do Piauí. As crianças que frequentam a escola possuem idade mínima de cinco anos e idade máxima de 12 anos, as quais são divididas em turmas de acordo com a faixa etária. Nesse sentido, participaram da intervenção as crianças matriculadas na escola totalizando um número de 104 alunos, entre a faixa etária de cinco a 12 anos de idade.

Na presente atividade de prática clínica, os acadêmicos do sexto período de medicina da FAHESP/IESVAP realizaram a ação na escola Municipal visando colocar em prática o conceito de “Educação em Saúde”. Os acadêmicos abordaram sobre três temáticas as quais pode-se destacar o uso de telas, obesidade e alimentação saudável de forma educativa e interativa a fim de conscientizar as crianças do Ensino Fundamental I de forma lúdica e intuitiva.

A intervenção foi estruturada em quatro momentos. Cada momento teve um tempo de duração estimada de 30 minutos, sendo a modalidade de grupo fechado. O primeiro momento foi marcado pela apresentação da ação “Corpo em jogo: menos telas, mais saúde” onde iniciou-se indagando as crianças com a pergunta “o que é sedentarismo?” a partir disso elas puderam se manifestar e se expressarem, algumas crianças responderam “É ficar obeso” outras falaram “É ficar parado sem fazer nada” enquanto o restante não soube responder. A partir desse argumento, iniciamos esclarecendo o que era o sedentarismo, os malefícios que isso pode ocasionar na saúde das pessoas e as formas de como evitar ser um indivíduo sedentário e as atividades que elas podem praticar para ter uma vida mais ativa e cheia de movimento de forma divertida e alegre.

Ainda nesse primeiro momento, foi explicado sobre a importância de uma alimentação saudável, rica em nutrientes, frutas e legumes, assim como também sobre os benefícios que a mesma traz para o bem-estar das crianças, desenvolvimento cognitivo e crescimento. E por fim, finalizamos a abordagem explicativa tratando sobre o uso excessivo de telas e como o uso descontrolado de celulares, computadores e televisão pode atrapalhar no desenvolvimento cognitivo e também dificultar a execução de



atividades diárias de uma criança como dormir bem, prestar atenção na escola, atraso na fala, tristeza e ansiedade entre outros problemas. Cabe ressaltar que a cada tema tratado as crianças se mostraram muito participativas.

No segundo momento da atividade, realizamos a dinâmica “Verdade ou Mentira”, que consistia na utilização de placas com as palavras “Verdade” e “Mentira”. A proposta era que os acadêmicos fizessem afirmações baseadas nas informações apresentadas anteriormente, enquanto as crianças, atentas, deveriam levantar a placa correspondente de acordo com o que acreditavam ser verdadeiro ou falso. A atividade foi conduzida de forma lúdica e interativa, promovendo a participação ativa das crianças e reforçando os conteúdos trabalhados na apresentação inicial.

No terceiro momento da ação “Corpo em Jogo: Menos Telas, Mais Saúde”, foi realizada uma segunda atividade com o objetivo de estimular a movimentação corporal das crianças, promovendo a conscientização sobre a importância da prática de atividades físicas e o combate ao sedentarismo. Para isso, selecionamos aleatoriamente dez crianças — cinco meninas e cinco meninos — que formaram dois grupos distintos. A proposta consistia em um tabuleiro humano, composto por 15 casas, cada uma contendo um desafio lúdico, como pular corda imaginária ou dançar por 10 segundos sem parar. A dinâmica era simples: a criança lançava o dado e, ao cair em determinada casa, realizava a atividade correspondente. Ao completar o percurso, era convidada a gritar com entusiasmo “Corpo feliz, criança saudável!” e dançar com quem estivesse por perto, celebrando a vitória. Como forma de reconhecimento e incentivo, todas as crianças participantes receberam um kit de pintura ao final da brincadeira.

Por fim, no quarto e último momento da atividade, realizamos um Coffee Break especialmente preparado para as crianças, com a oferta de lanches saudáveis, como frutas e sucos naturais. Esse momento se revelou não apenas uma pausa para alimentação, mas também uma oportunidade rica de interação e troca afetiva. As crianças demonstraram, de forma espontânea, o quanto se divertiram e se envolveram nas rodas de conversa e nas atividades propostas ao longo da manhã. Como forma de agradecimento pelo carinho, participação e receptividade, entregamos a cada uma delas um pequeno mimo simbólico: um bombom acompanhado de um lápis e um balão, encerrando a ação com leveza e afeto.





DISCUSSÃO

Da Silva Vitória (2024) afirma que a obesidade infantil é um dos maiores desafios mundiais em saúde pública na atualidade, afetando praticamente todos os países do mundo nos últimos anos. Diante disso, observa-se a grande relação desses com os determinantes ambientais e culturais, onde o ambiente é o local estimulador do consumo de alimentos processados e ultra processados, como também o fator desestimulador à prática de atividades físicas. Já o determinante cultural, relaciona-se ao novo perfil de atividades ocupacionais, que essas possuem, que é o uso de equipamentos eletrônicos. Desse modo, as crianças gastam uma parte significativa do seu tempo com jogos sedentários e com acesso às redes sociais, aumentando o tempo de uso de telas.

De acordo com Capistrano et al. (2021), o sobrepeso e a obesidade tornaram-se sérios problemas de saúde global, afetando crianças e adolescentes de ambos os sexos de forma crescente nas últimas décadas. Essas condições estão associadas a um maior risco de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) como forma de consequência direta decorrente dos más hábitos alimentares e inatividade de exercícios físicos. Com isso, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) destaca que, na infância, o excesso de peso está relacionado a altos níveis de insulina, alterações no perfil lipídico e hipertensão arterial, impactando a expectativa de vida, o crescimento e o desenvolvimento musculoesquelético.



Além disso, outros autores como Rosa e Souza (2021)

apontam que a dependência digital tem provocado mudanças significativas nos processos cognitivos de crianças e adolescentes, afetando especialmente a capacidade de concentração e atenção. O uso excessivo de telas contribui para desatenção, dificuldade de raciocínio e prejuízos no comportamento, já que grande parte do tempo desses jovens é dedicada ao ambiente virtual em detrimento das interações presenciais.

Peixoto, Bredemeier e Cassel (2021) ressaltam que os impactos cognitivos do uso de telas variam conforme a fase de desenvolvimento e o tempo de exposição. O uso excessivo, sem supervisão dos cuidadores, pode levar à ciberdependência. Sendo assim, a Sociedade Brasileira de Pediatria (2020) recomenda que crianças menores de 2 anos não tenham contato algum com telas. Entre 2 e 5 anos, o tempo máximo deve ser de 1 hora por dia, sempre com supervisão. De 6 a 10 anos, o limite é de 1 a 2 horas/dia; de 11 a 18 anos, de 2 a 3 horas/dia. Em todas as idades, o uso de telas durante as refeições ou em quartos isolados deve ser evitado.

Nesse sentido, a prática regular de atividade física, aliada a uma alimentação saudável, é essencial para o controle do perfil metabólico e lipídico, além de promover benefícios físicos, psicológicos, cognitivos e sociais. As brincadeiras, por sua vez, são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, permitindo que a criança interprete e transforme a realidade por meio do pensamento e da ação. No entanto, o tempo diante das telas tem substituído essas experiências lúdicas, comprometendo o desenvolvimento infantil (SOUSA, 2023).

Por fim, o uso excessivo de telas tem impactado negativamente a infância, alterando aspectos fundamentais como a interação social, a brincadeira e o desenvolvimento cognitivo. Além das mudanças comportamentais, estudos já comprovam alterações biológicas, como a redução da integridade microestrutural dos tratos de substância branca do cérebro, além de impactar diretamente na qualidade de vida, acarretando grandes consequências para o futuro (PASSOS, 2021).

CONCLUSÃO

A atividade de intervenção escolar intitulada “Corpo em jogo: Menos telas, mais saúde” demonstrou-se uma estratégia eficaz no âmbito da promoção da saúde e da educação em ambientes escolares, sobretudo no que tange à conscientização de crianças sobre os impactos negativos do sedentarismo, da alimentação inadequada e do uso excessivo de telas no desenvolvimento físico, cognitivo e emocional. A partir da aplicação de metodologias ativas, baseadas em dinâmicas lúdicas e interativas, foi possível não apenas estimular o protagonismo infantil na construção do conhecimento, mas também promover reflexões significativas acerca de hábitos cotidianos muitas vezes naturalizados, porém prejudiciais à saúde.

A experiência possibilitou o fortalecimento do diálogo entre os acadêmicos de medicina e a comunidade escolar, promovendo uma vivência interdisciplinar que contribui tanto para a formação crítica e humanizada dos discentes de Medicina quanto para o empoderamento dos sujeitos envolvidos. As atividades desenvolvidas permitiram uma abordagem integral do processo saúde-doença, reforçando a interdependência entre corpo e mente e evidenciando a importância da intervenção precoce nos determinantes sociais da saúde ainda na infância.

Adicionalmente, observa-se que intervenções dessa natureza, quando bem estruturadas e baseadas em evidências científicas, constituem ferramentas de baixo custo



e alta viabilidade para serem incorporadas às ações rotineiras da Atenção Primária à Saúde em articulação com o ambiente escolar. Diante disso, recomenda-se e sugere-se ampliação de projetos similares, de forma sistematizada, com o intuito de consolidar práticas educativas em saúde capazes de produzir impactos positivos e duradouros no estilo de vida de crianças e adolescentes, contribuindo de maneira efetiva para a construção de uma cultura de promoção da saúde.

REFERÊNCIAS

148

BARRETO, Michelle De Jesus et al. Os impactos do tempo de tela no desenvolvimento infantil. **Revista Saúde UNIFAN**, v. 3, n. 1, p. 58-66, 2023.

CAMPOS, Bruna Tafuri Lobato et al. Obesidade infantil na atualidade: fatores de risco e complicações futuras. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 6, n. 2, p. 5838-5845, 2023.

CAPISTRANO, Gisele Bailich et al. Obesidade infantil e suas consequências: uma revisão da literatura. **Conjecturas**, v. 22, n. 2, p. 47-58, 2022.

CARVALHO, Lia Rezende; PINTO, Patricia Martins. A associação entre o uso de telas eo desenvolvimento infantil: uma revisão de literatura. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 4, p. e2812440885-e2812440885, 2023.

CHICONE, Mariana Cortez et al. Obesidade infantil e intervenções preventivas: Análise de estratégias de prevenção e manejo da obesidade infantil. *LUMEN ET VIRTUS*, v. 15, n. 39, p. 3394-3406, 2024.

DA SILVA VITÓRIA, Lílian Oliveira et al. MÍDIAS SOCIAIS E TEMPO DE TELA E A RELAÇÃO COM A OBESIDADE INFANTIL: SCOPING REVIEW. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 14, n. 91, p. 13582-13597, 2024.

DE ANDRADE BRANDÃO, Miriam; DANTAS, Janaína Lúcio; ZAMBON, Mariana Pôrto. Prevalência e fatores de risco para obesidade infantil: revisão sistemática e meta-análise. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 13, n. 38, p. 161-176, 2023.

PASSOS, Tawanna Pereira. Uso de telas na infância: Revisão Bibliográfica sobre riscos e prejuízos para o desenvolvimento cognitivo e linguístico. 2021.

PEIXOTO, Maristela Jaqueline Reis; BREDEMEIER, Juliana; CASSEL, Paula Argemi. Implicações neuropsicológicas e comportamentais na infância e adolescência a partir do uso de telas. **Research, Society And Development**, v. 9, n. 9, p. 1-29, 06 set. 2020.

ROSA, Priscilla Maria Faraco; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. Ciberdependência e infância: as influências das tecnologias digitais no desenvolvimento da criança. **Brazilian Journal Of Development**, v. 7, n. 3, p. 23311-23321, 2021.

Sociedade Brasileira de Pediatria. MENOS TELAS, MAIS SAÚDE – Atualização 2024. Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital (gestão 2022-2024) • Sociedade Brasileira de Pediatria, [s. l.].

SOUSA, Lucas Lopes; DE CARVALHO, José Bégue Moreira. Uso abusivo de telas na infância e suas consequências. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 2, p. e11594-e11594, 2023.

**CUIDADO QUE ACOLHE: VIVÊNCIA ACADÊMICA NA ATENÇÃO À GESTANTE
VULNERÁVEL PELA ESF**

Antonio Kaciano Soares da Silva ¹; Edmilson de Sá Roriz Miranda ¹; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val²; Nágila de Azevedo Marques ².

149

¹ Discente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP, Parnaíba - PI, Brasil.

² Docente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP, Parnaíba - PI, Brasil.

RESUMO

Este relato de experiência descreve a vivência de acadêmicos de medicina durante a disciplina de Integração Ensino-Serviço-Comunidade III (IESC III), cujo foco esteve na atenção integral à gestante em situação de vulnerabilidade social, por meio de visitas domiciliares realizadas no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF). As atividades ocorreram em uma Unidade Básica de Saúde, sob supervisão de preceptoria, e envolveram o acompanhamento longitudinal de uma gestante em contexto de risco social, com histórico de múltiplas gestações, baixa adesão ao pré-natal e dificuldades socioeconômicas significativas. Durante as visitas, foram realizadas escuta qualificada, aferições clínicas, aplicação de protocolos e articulações com a equipe da UBS, o que permitiu identificar não apenas vulnerabilidades físicas, mas também emocionais e estruturais. A abordagem territorial, bem como a escuta ativa e o vínculo com o paciente são de suma importância, sendo elementos essenciais para a efetividade do cuidado. A experiência revelou-se formativa ao permitir o contato direto com os desafios da prática médica em territórios socialmente fragilizados, destacando o papel das visitas domiciliares como estratégia potente de humanização, prevenção de agravos e fortalecimento do cuidado à gestante na atenção primária à saúde.

Palavras-chave: Gestantes; Atenção Primária à Saúde; Cuidado Pré-Natal.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a atenção integral à saúde da gestante tem se consolidado como um dos pilares fundamentais das políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil no Brasil. Nesse cenário, a Estratégia Saúde da Família (ESF) figura como eixo estruturante da atenção primária à saúde, sendo responsável pela articulação de ações que visam não apenas a assistência clínica, mas também a abordagem ampliada dos determinantes sociais do processo gestacional. Conforme salientam Neta et al. (2024), condições como baixa escolaridade, consumo de substâncias e vulnerabilidades socioeconômicas continuam sendo elementos fortemente associados a desfechos gestacionais adversos, o que reafirma a necessidade de intervenções precoces e integradas no território.



Ainda que a cobertura do pré-natal tenha avançado

consideravelmente, diversos estudos apontam que a qualidade do cuidado prestado ainda carece de qualificação, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais. Caldeira et al. (2024) identificaram alta prevalência de sintomas depressivos entre gestantes na atenção primária, associando-os a baixos níveis de apoio social e elevado estresse percebido. Paralelamente a isso, Ferreira et al. (2024) revelaram uma preocupante ocorrência de manifestações de violência obstétrica durante o pré-natal, mesmo em unidades vinculadas à ESF, evidenciando que o ambiente assistencial, por vezes, torna-se reprodutor de práticas desumanizadas e negligentes. Portanto, torna-se imprescindível a construção de práticas dialógicas, acolhedoras e sensíveis às singularidades de cada gestante.

Nesse sentido, estudos que analisam a percepção das usuárias acerca da qualidade do pré-natal reforçam a importância de abordagens que transcendam o modelo biomédico. Fabbro et al. (2024) demonstraram que, para muitas gestantes, o acompanhamento pré-natal se resume a práticas protocolares, centradas em exames e medições, com reduzida escuta ativa e participação da enfermagem. Essa realidade corrobora os achados de Backes et al. (2024), que apontam a potência das tecnologias educativas no fortalecimento do vínculo e na promoção do empoderamento das gestantes, sobretudo em contextos de vulnerabilidade. A experiência de cuidado coletivo, conforme descrita por essas autoras, representa um contraponto ao modelo fragmentado tradicional, promovendo maior autonomia e apropriação do processo gestacional.

Outrossim, aspectos como o uso de drogas lícitas e ilícitas (Dias et al., 2024), o excesso de peso e suas comorbidades (David et al., 2023), e a percepção das usuárias quanto à estrutura e tempo de espera nos serviços (Sátiro et al., 2024), também devem ser considerados enquanto componentes que impactam diretamente na qualidade e na continuidade do cuidado ofertado. Dessa forma, compreende-se que a efetividade da atenção pré-natal está intrinsecamente ligada à capacidade das equipes em estabelecer vínculo, escutar, educar e acompanhar de forma longitudinal as gestantes em seu próprio território.

À luz dessa realidade, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por acadêmicos de medicina durante a disciplina de Integração Ensino-Serviço-Comunidade III (IESC III), com foco na atenção integral à gestante em situação de vulnerabilidade social, a partir de visitas domiciliares realizadas no âmbito da Estratégia Saúde da Família. Assim, pretende-se evidenciar a relevância desse tipo de vivência para a formação crítica e humanizada do profissional de saúde, bem como refletir sobre os desafios e potencialidades do cuidado gestacional desenvolvido junto às comunidades.

METODOLOGIA

Para a construção deste relato de experiência, foi utilizada uma abordagem descritiva, com base na vivência acadêmica dos discentes do curso de Medicina durante a disciplina de Integração Ensino-Serviço-Comunidade (IESC III), ofertada no primeiro semestre de 2025. Nesse contexto, as atividades foram desenvolvidas no território da Unidade Básica de Saúde Adalto Parentes Sampaio, localizada em área de vulnerabilidade social no município de Parnaíba, Piauí. Inicialmente, foram realizadas reuniões de acolhimento com a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), coordenadas pela preceptora responsável, as quais permitiram o alinhamento dos objetivos e metodologias a serem aplicadas. Em seguida, foram organizadas visitas domiciliares semanais, com



ênfase no acompanhamento longitudinal de uma gestante em situação de risco social e reprodutivo.

Durante as visitas, foi aplicada escuta qualificada, coleta de dados clínicos e aplicação de instrumentos como os protocolos FIRO, PRACTICE, APAGAR e checklists padronizados, os quais viabilizaram a identificação de vulnerabilidades biopsicossociais. Além disso, foram realizados registros sistemáticos em relatórios reflexivos individuais, com observações sobre aspectos físicos, psicológicos, sociais e ambientais. Paralelamente a isso, os alunos discutiam em grupo estratégias de intervenção e planos de cuidado a serem apresentados à equipe da UBS. Destarte, todo o percurso foi norteado por princípios éticos, com respeito à autonomia da paciente, à confidencialidade dos dados e à humanização do atendimento. Por fim, os registros produzidos serviram de base para a análise crítica da experiência vivenciada e para a elaboração deste artigo.

151

RELATO DE EXPERIÊNCIA

No decorrer do primeiro semestre de 2025, no contexto da disciplina de Integração Ensino-Serviço-Comunidade III (IESC III), tivemos a oportunidade de ampliar, de forma significativa, nossas competências clínicas, éticas e sociais ao participar de atividades práticas vinculadas à Estratégia Saúde da Família (ESF). As ações ocorreram na Unidade Básica de Saúde Adalto Parentes Sampaio, situada em área de notória vulnerabilidade social, sob a orientação da preceptora responsável e em articulação com a equipe de saúde local.

Desde o início das atividades, fomos direcionados ao acompanhamento domiciliar de uma gestante de 26 anos, identificada pelas iniciais A.G.D.S., em sua quinta gestação. A paciente demonstrou-se bastante colaborativa, acolhendo com respeito e receptividade todas as orientações fornecidas pelos discentes e pela equipe da UBS. Logo na primeira visita, identificamos condições socioeconômicas precárias, moradia insalubre e múltiplas demandas de saúde. A partir disso, passamos a realizar visitas sistemáticas e planejadas, com escuta qualificada, aferição de sinais vitais, avaliação subjetiva e aplicação de protocolos estruturados como FIRO, PRACTICE, APAGAR e Check-list.

Durante o seguimento, identificou-se o desejo da paciente em realizar laqueadura tubária, visto seu histórico de multiparidade. Diante dessa demanda, realizamos, em conjunto com a equipe da UBS, o agendamento do procedimento e providenciamos toda a documentação necessária, incluindo os exames laboratoriais e a ficha de autorização. Contudo, embora as orientações tenham sido reforçadas em diversas oportunidades, a paciente não compareceu à unidade para a realização dos exames pré-operatórios, inviabilizando, portanto, a concretização do procedimento. Essa situação evidenciou a dificuldade de adesão, frequentemente observada em contextos de vulnerabilidade social, e a importância da continuidade do cuidado por meio de abordagens individualizadas e empáticas.

Ademais, a paciente apresentou queixa de dor intensa associada à inflamação dentária, com sinais visíveis de comprometimento odontológico. Na ausência de disponibilidade imediata de consulta com o cirurgião-dentista, foi recomendada a utilização de anti-inflamatórios não esteroides (AINEs) como medida temporária. No entanto, mesmo após o aconselhamento, a paciente não retornou à UBS para agendar a avaliação odontológica especializada, o que reforça, novamente, a importância da visita domiciliar como espaço privilegiado para detecção precoce de demandas negligenciadas.

Ao longo de todas as visitas, foi possível perceber que o cuidado prestado no domicílio não apenas favorece o vínculo terapêutico, mas também revela, com maior clareza, os determinantes sociais que permeiam o processo saúde-doença. Paralelamente a isso, para nós, discentes, a experiência representou uma vivência transformadora, uma



vez que nos inseriu, de forma prática e reflexiva, nas complexas realidades que desafiam a promoção da saúde em comunidades vulneráveis. Por meio dessa aproximação, reafirmamos a importância da presença contínua, do olhar humanizado e do compromisso ético com a integralidade do cuidado.

DISCUSSÃO

A atenção integral à saúde da gestante em situação de vulnerabilidade social, especialmente quando realizada no contexto das visitas domiciliares pela Estratégia Saúde da Família (ESF), revela-se uma abordagem potente para identificação precoce de riscos, fortalecimento do vínculo e humanização do cuidado. Nesse sentido, a literatura científica corrobora a relevância de práticas que aproximem os profissionais de saúde do cotidiano das gestantes, permitindo que aspectos psicossociais, emocionais e ambientais sejam considerados na elaboração do plano de cuidado.

Conforme apontado por Neta et al. (2024), fatores como o consumo de álcool, uso de drogas ilícitas e baixa escolaridade estão significativamente associados a desfechos gestacionais adversos, sendo frequentemente encontrados em contextos de vulnerabilidade. Tais condições, muitas vezes invisibilizadas nos atendimentos convencionais realizados em unidade, tornam-se evidentes durante as visitas domiciliares, o que reafirma a importância da presença ativa da equipe no território.

Além disso, Caldeira et al. (2024) destacam a alta prevalência de sintomas depressivos entre gestantes atendidas na atenção primária, reforçando que o sofrimento psíquico é mais frequente em contextos de baixo apoio social e elevado estresse. A esse respeito, o acompanhamento longitudinal e próximo, como o proporcionado pelas visitas domiciliares, pode funcionar como dispositivo de escuta e acolhimento, prevenindo o agravamento de quadros mentais e promovendo segurança emocional à gestante.

Outrossim, estudos como o de Fabbro et al. (2024) revelam que o modelo tradicional do pré-natal, muitas vezes, se ancora em rotinas mecânicas e distanciadas das reais necessidades das usuárias, o que dificulta a construção de um cuidado centrado na mulher. Nesse ponto, a visita domiciliar aparece como estratégia contra-hegemônica, capaz de resgatar a singularidade do encontro clínico, valorizando a escuta, a construção de vínculo e o respeito às particularidades da gestante e sua família.

A discussão também deve incluir a valorização de práticas educativas e colaborativas, conforme defendido por Backes et al. (2024), que demonstram que a mediação por tecnologias educativas em espaços coletivos favorece a autonomia da mulher e fortalece a relação com a equipe. Embora tal estudo tenha sido realizado em formato grupal, os princípios de empoderamento e troca horizontal são igualmente aplicáveis ao contexto das visitas individuais domiciliares, sobretudo quando estas são conduzidas com sensibilidade, escuta ativa e abordagem pedagógica.

No que se refere às barreiras ao cuidado, Dias et al. (2024) e David et al. (2023) alertam que o uso de substâncias e a obesidade gestacional, ambos frequentes entre mulheres socialmente vulneráveis, estão associados a múltiplos fatores, como contexto familiar adverso, baixa renda e comorbidades clínicas. A identificação precoce dessas condições, muitas vezes negligenciadas em contextos de baixa adesão ao pré-natal, pode ser facilitada justamente pela visita domiciliar, que amplia o campo de observação e facilita intervenções oportunas.

Ademais, Ferreira et al. (2024) chamam atenção para a ocorrência de violência obstétrica, inclusive durante o pré-natal, reforçando que práticas desrespeitosas e negligentes ainda permeiam os serviços de saúde. A presença regular de profissionais de saúde no território, ao promover o contato contínuo e humanizado, contribui para o resgate da confiança no sistema de saúde, além de possibilitar a vigilância ética da



conduta profissional. Nesse mesmo viés, Satiro et al. (2024) evidenciam que a percepção das gestantes sobre o pré-natal é impactada negativamente quando há falhas estruturais, longos tempos de espera e atendimento impessoal, aspectos que podem ser minimizados com a atuação proativa das equipes de saúde da família no espaço domiciliar.

Por fim, é oportuno destacar que a visita domiciliar não deve ser compreendida como um simples deslocamento do cuidado, mas sim como um dispositivo estratégico da atenção primária, capaz de promover equidade, acolhimento e continuidade assistencial, conforme os princípios do SUS. Dessa forma, os achados da literatura convergem para a valorização de práticas que respeitem a integralidade da mulher, sendo as visitas domiciliares uma ferramenta essencial para isso.

153

CONCLUSÃO

Ao longo desta experiência vivenciada no âmbito da disciplina de IESC III, tivemos a oportunidade de ampliar não apenas nosso conhecimento técnico, mas, sobretudo, nosso olhar humano e sensível diante das múltiplas vulnerabilidades que atravessam a vida de muitas gestantes acompanhadas na atenção primária. Ao adentrarmos o território de uma mulher em sua quinta gestação, inserida em um contexto de pobreza, baixa escolaridade, moradia precária e acesso limitado aos serviços de saúde, fomos confrontados com a complexidade que permeia o cuidado em saúde para além do consultório.

Embora tivéssemos instrumentos clínicos e protocolos estruturados que nos auxiliavam na abordagem da paciente, compreendemos, a cada visita, que a escuta ativa, o vínculo e a presença constante da equipe de saúde são ferramentas igualmente fundamentais. Ademais, percebemos o quanto fatores sociais, emocionais e culturais podem interferir diretamente na adesão ao cuidado, exigindo de nós, enquanto futuros médicos, posturas éticas, empáticas e comprometidas com o bem-estar integral do indivíduo.

Nesse sentido, acreditamos que a Estratégia Saúde da Família, ao promover a territorialização e a construção de relações continuadas com as famílias, representa um espaço privilegiado para a formação crítica de profissionais de saúde. Destarte, essa vivência reforçou em nós a convicção de que a prática médica não deve limitar-se à cura de doenças, mas deve buscar enxergar o sujeito em sua totalidade, respeitando sua história, seus limites e suas possibilidades. Seguimos, portanto, convictos de que experiências como esta são imprescindíveis para a consolidação de uma medicina mais humana, socialmente responsável e transformadora.

REFERÊNCIAS

NETA, M. E. et al.. Prevalence and associated factors with syphilis in pregnant women attended in primary health care in a city in the Southeast, Brazil. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 24, p. e20230188, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9304202400000188-en>

CALDEIRA, D. M. R. et al.. DEPRESSIVE SYMPTOMS AND ASSOCIATED FACTORS IN PREGNANT WOMEN ATTENDED IN PRIMARY HEALTHCARE. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 33, p. e20230137, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2023-0137en>



SÁTIRO, L. S. P. et al.. Expectativas e satisfação das gestantes com o pré-natal de uma unidade básica de saúde de Natal, Brasil: estudo transversal. Escola Anna Nery, v. 28, p. e20240037, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2024-0037pt>

BACKES, D. S. et al.. Pré-natal coletivo mediado por tecnologia educativa: percepção de gestantes. Ciência & Saúde Coletiva, v. 29, n. 1, p. e00392023, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024291.00392023>

DIAS, L. E. et al.. Drogas na gestação em pré-natal de baixo risco e fatores associados. Acta Paulista de Enfermagem, v. 37, p. eAPE02622, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2024AO0002622>

FABBRO, M. R. C. et al.. Percepções de gestantes sobre atenção pré-natal em município do interior paulista. Cadernos Saúde Coletiva, v. 32, n. 4, p. e32040107, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202432040107>

DAVID, L. S. et al.. Prevalence and associated factors on overweight/obesity in pregnant women assisted by the Family Health Strategy. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 23, p. e20220354, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9304202300000354-en>

FERREIRA, T. S. B. et al.. Manifestations of obstetric violence perceived by pregnant women during prenatal care in Primary Health Care. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 24, p. e20230234, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9304202400000234-en>

PROJETO ENVELHERSER: VITALIDADE E SABEDORIA EM CADA FASE DA VIDA E A GRATUIDADE DO TRANSPORTE PÚBLICO PARA IDOSOS

Andressa Fernanda Carvalho Portugal¹; Ariane Oliveira do Nascimento¹; Auanny Pereira da Silva Soares¹; Cláudia Nunes de Souza Daniel de Oliveira Rodrigues¹; Florivaldo Lopes Rabelo¹; João Batista do Nascimento Neto¹; Marisol Rocha Brito Magalhaes¹; Renan de Oliveira dos Santos¹; Sabrina da Costa Ribeiro¹; Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda².

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde Do Piauí (FAHESP) - Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP), na cidade de Parnaíba, no Piauí.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde Do Piauí (FAHESP) - Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP), na cidade de Parnaíba, no Piauí.

RESUMO

O projeto “EnvelheSer: vitalidade e Sabedoria em cada fase da vida”, realizado por alunos do 3º período do curso de Direito da IESVAP, teve como objetivo orientar



pessoas idosas sobre o uso transporte público gratuito, conforme a Lei nº 14.423/2022. A principal ação ocorreu no Terminal Rodoviário de Parnaíba-PI, onde os alunos abordaram idosos para prestar esclarecimentos sobre a emissão e utilização do benefício do transporte gratuito. Durante a atividade, foram distribuídos panfletos informativos com linguagem acessível e houve informação de modo individualizado. Muitos idosos relataram desconhecimento sobre o direito ou dificuldades para utilizá-lo, o que evidenciou a importância da ação. O projeto buscou promover a inclusão social, garantir o acesso à informação e fortalecer a autonomia da pessoa idosa. A iniciativa também proporcionou aos estudantes uma experiência prática de cidadania e empatia, aproximando o ensino jurídico das demandas reais da comunidade. O projeto reafirmou o papel do Direito como instrumento de transformação social e valorizou a dignidade da pessoa idosa, deixando um legado de aprendizado humano e profissional.

155

Palavras-chave: Pessoa idosa. Rodoviária. Transporte.

INTRODUÇÃO:

O envelhecimento populacional tem se intensificado nas últimas décadas, tornando-se uma das transformações demográficas mais significativas do século XXI. No Brasil, esse fenômeno impõe a necessidade de políticas públicas eficazes que assegurem os direitos fundamentais das pessoas idosas, especialmente no que tange à mobilidade urbana, à inclusão social e ao acesso à informação. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 230, o dever da família, da sociedade e do Estado de amparar os idosos, garantindo sua participação na comunidade e preservando sua dignidade (BRASIL, 1988). O Estatuto da Pessoa Idosa, instituído pela Lei nº 10.741/2003, e complementado pela Lei nº 14.423/2022, reforçara o direito à gratuidade no transporte público como um dos instrumentos de cidadania e justiça social. Entretanto, apesar das garantias legais, muitos idosos ainda enfrentam dificuldades em acessar e exercer esses direitos, seja por desinformação, barreiras burocráticas ou falta de orientação adequada. É nesse panorama que se insere o projeto de extensão “EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida”, realizado por alunos do 3º período do curso de Direito da IESVAP. A ação teve como foco principal orientar e informar pessoas idosas sobre o uso correto do benefício de transporte público gratuito, conforme previsto na legislação vigente. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo relatar e analisar essa experiência, destacando seus impactos sociais e acadêmicos.

METODOLOGIA

A atividade foi desenvolvida como uma ação de extensão universitária com enfoque qualitativo, de caráter interventivo e educativo, voltada à promoção de direitos sociais. A intervenção ocorreu no Terminal Rodoviário de Parnaíba-PI, envolvendo alunos do 3º período do curso de Direito da IESVAP, sob a supervisão da professora Stella. A escolha do local visou a garantir o contato direto com o público-alvo, pessoas idosas, que utilizam ou desejam utilizar o transporte público. A metodologia adotada baseou-se na técnica da observação participante, conforme propõe Minayo (2014), permitindo aos estudantes vivenciar a realidade do idoso em seu contexto social, escutar suas demandas e estabelecer uma comunicação empática e acessível.



A abordagem foi individualizada, respeitando a singularidade de cada pessoa atendida. Os alunos prestaram esclarecimentos presenciais sobre a emissão e utilização da carteirinha do transporte gratuito, prevista em lei. Foram elaborados panfletos com linguagem simples e direta, distribuídos no local da ação, com conteúdo validado pela docente responsável e baseado em fontes jurídicas confiáveis. Os dados empíricos – relatos, dúvidas e dificuldades relatadas pelos idosos – foram registrados em diário de campo e posteriormente analisados de forma descritiva, considerando aspectos sociais, legais e humanos. Essa vivência foi analisada à luz do referencial teórico previamente pesquisado, com o objetivo de compreender a efetividade dos direitos da pessoa idosa e fomentar a formação cidadã dos futuros operadores do Direito.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto teve início com uma discussão em grupo sobre a escolha do tema, momento em que todos os integrantes puderam apresentar ideias que envolvessem a inclusão social de grupos vulneráveis. Após considerações e trocas de experiências, o grupo decidiu abordar o benefício do transporte gratuito para idosos, garantido pela legislação federal, considerando sua importância prática e o desconhecimento de grande parte do público-alvo sobre seus direitos. Em seguida, partimos para a realização de um estudo de campo, com visitas presenciais ao Terminal Rodoviário de Parnaíba-PI. O objetivo foi compreender a realidade dos idosos que utilizam o transporte público e identificar suas principais necessidades e dúvidas quanto ao uso da carteirinha de transporte gratuito. Durante essas visitas, aplicamos questionários simples, ouvimos relatos e observamos situações concretas, o que nos permitiu reunir dados relevantes e perceber que muitos idosos desconheciam seus direitos ou encontravam dificuldades no processo de solicitação do benefício.

Com base nas informações coletadas, partimos para a criação de uma cartilha informativa, desenvolvida com linguagem acessível, ilustrações e orientações práticas. A cartilha reuniu dados sobre quem tem direito ao benefício, como solicitá-lo, quais documentos são exigidos e a quem recorrer em caso de negativa. A intenção foi transformar o conhecimento jurídico em algo útil, direto e compreensível para o público idoso. A ação prática do grupo consistiu na entrega da cartilha no próprio terminal rodoviário, junto a uma abordagem de orientação presencial. Os integrantes do projeto explicavam os principais pontos do benefício e tiravam dúvidas. O feedback do público-alvo foi extremamente positivo. Muitos idosos expressaram gratidão pelas informações repassadas, destacando que nunca haviam recebido orientação sobre esse direito de forma tão clara. Alguns relataram que, mesmo utilizando transporte interestadual há anos, desconheciam completamente a gratuidade prevista em lei. O acolhimento, o diálogo respeitoso e o cuidado com a linguagem acessível foram aspectos muito valorizados pelos participantes. A experiência foi enriquecedora para todos os envolvidos, pois uniu teoria e prática, permitindo aos estudantes de Direito desenvolver empatia, senso de responsabilidade social e compromisso com a efetivação dos direitos fundamentais da pessoa idosa.

DISCUSSÃO

A experiência vivenciada pelo grupo ao abordar o benefício do transporte gratuito para idosos dialoga com diversos relatos presentes na literatura especializada



sobre extensão universitária e direitos sociais. Diversos estudos apontam que parte significativa da população idosa desconhece seus direitos, especialmente aqueles ligados à mobilidade urbana e à gratuidade no transporte interestadual, o que reforça a importância de ações informativas e educativas voltadas a esse público (Camarano, 2020; Silva; Nascimento, 2021). Iniciativas semelhantes, descritas em projetos de extensão desenvolvidos por instituições de ensino superior, também evidenciam o impacto positivo da aproximação entre o saber acadêmico e as demandas reais da sociedade. Conforme destaca Freire (1987), o processo educativo ganha potência quando é dialógico e baseado na realidade do educando. No contexto da extensão universitária, esse diálogo permite que estudantes compreendam o Direito como ferramenta de transformação social, fortalecendo a função social da universidade (Gadotti, 2000; Cunha; Lima, 2019). Segundo Silva e Almeida (2021), a ausência de campanhas educativas e a linguagem técnica das normas contribuem para o distanciamento do idoso em relação aos seus próprios direitos. Nesse contexto, a atuação do Direito como instrumento de transformação social se evidencia, especialmente quando aplicado em projetos de extensão que aproximam o conhecimento jurídico da realidade comunitária. Bobbio (2004) destaca que a efetivação dos direitos fundamentais depende, não apenas da previsão legal, mas de mecanismos que tornem esses direitos compreensíveis e acessíveis a todos os cidadãos. Assim, iniciativas que envolvem estudantes e promovem vivências práticas junto à população fortalecem a formação acadêmica crítica e sensível às demandas sociais, além de contribuírem para a consolidação de uma cultura de respeito à pessoa idosa

A utilização de materiais acessíveis, como cartilhas, também se alinha a práticas já consolidadas na educação popular em direitos humanos. Segundo Bonetti (2015), a produção de conteúdos com linguagem simplificada e visualmente atraente contribui para a democratização da informação jurídica, promovendo o empoderamento de grupos vulneráveis. Isso favorece o exercício pleno da cidadania, pois ao compreender seus direitos, o indivíduo passa a agir de forma mais consciente e proativa em defesa deles. Dessa forma, ao compararmos nossa experiência com os achados presentes na literatura, é possível afirmar que o projeto realizado se insere em um contexto mais amplo de ações extensionistas comprometidas com a efetivação dos direitos fundamentais e com o fortalecimento da cidadania. Reafirma-se, assim, o papel da universidade como espaço de produção de conhecimento comprometido com a realidade social e com a promoção da dignidade da pessoa humana.

CONCLUSÃO

A realização deste projeto foi uma experiência marcante tanto no aspecto acadêmico quanto pessoal. A escolha do tema nos levou a refletir sobre como direitos garantidos por lei nem sempre são de pleno conhecimento da população que deles mais necessita. Estar em contato direto com os idosos no terminal rodoviário, ouvir suas histórias e perceber suas dúvidas e necessidades reforçou em nós, enquanto estudantes de Direito, a importância de uma formação comprometida com a transformação social. Ao transformar o conhecimento jurídico em uma linguagem acessível por meio da cartilha, compreendemos que o Direito não deve permanecer restrito aos livros ou às salas de aula, mas sim ser levado àqueles que dele precisam para exercer sua cidadania com dignidade. Essa vivência nos permitiu enxergar o papel do profissional do Direito como um agente facilitador do acesso à justiça e aos direitos fundamentais. Como perspectiva futura, acreditamos que iniciativas como esta devem se multiplicar e alcançar outras áreas do



conhecimento, fortalecendo o compromisso social da universidade. O aprendizado adquirido vai além do conteúdo técnico: trata-se de sensibilidade, escuta ativa e responsabilidade com a realidade do outro. Encerramos este ciclo certos de que contribuimos com algo concreto para a comunidade e, ao mesmo tempo, saímos transformados pela experiência vivida.

REFERÊNCIAS

158

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONETTI, A. **Educação em direitos humanos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Paulinas, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto da Pessoa Idosa**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 19 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.423, de 27 de julho de 2022. Altera a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2021-2024/2022/lei/L14423.htm. Acesso em: 19 mai. 2025.

SILVA, J; ALMEIDA, M. **Direitos da pessoa idosa e acesso à informação: desafios para a efetivação da cidadania**. Revista Brasileira de Direitos Fundamentais e Justiça, v. 15, n. 2, p. 45-60, 2021.

CAMARANO, A. A.; **Os direitos da pessoa idosa no Brasil: avanços e desafios**. IPEA, 2020.

CUNHA, C.; LIMA, V. **Extensão universitária e cidadania: práticas sociais e formação crítica**. Revista Extensão em Debate, v. 8, n. 1, 2019.

GADOTTI, M. **Educação popular: revisitando o conceito**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2000.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SILVA, J; ALMEIDA, M. **Direitos da pessoa idosa e acesso à informação: desafios para a efetivação da cidadania**. Revista Brasileira de Direitos Fundamentais e Justiça, v. 15, n. 2, p. 45-60, 2021.



SILVA, E; NASCIMENTO, J. **Direitos sociais da pessoa idosa: desafios na efetivação do direito ao transporte gratuito.** Revista de Políticas Públicas, v. 25, n. 2, 2021.

CONSTRUINDO CIDADANIA: DIREITO NAS ESCOLAS E O DESAFIO DA PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA ONLINE NA ERA DIGITAL

159

Amanda Luiza Albuquerque de Sousa Carvalho¹; Bárbara Heliodora Nascimento Fontenele¹; Fernando Robert Santos de Sousa¹; Hadson José de Oliveira Carneiro Gomes¹; Irislane de Brito da Silva¹; Joaquim Alves de Moraes Neto¹; Larah Ketlyn dos Santos Sousa¹; Maria Cacilda Pereira Rodrigues¹; Maria Clara Oliveira dos Santos Rodrigues¹; Maria Mirele Brito de Sousa¹; Mariliane de Araújo Costa¹; Mycaelle Oliveira de Miranda¹; Pablo Silva de Carvalho¹; Rayane Justina da Silva Almeida¹; Victória Liz da Silva Costa¹; Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda².

¹ Discente do Curso de Direito da IESVAP, Parnaíba - PI

² Docente do Curso de Direito da IESVAP, Parnaíba – PI

ÁREA TEMÁTICA: PROJETO DE EXTENSÃO IV / RELATO DE EXPERIÊNCIA (DIREITO)

RESUMO

O presente trabalho relata a execução de um projeto de extensão acadêmica voltado à promoção dos direitos digitais, com enfoque na proteção de dados e segurança online. Realizado no Colégio Liceu de Parnaíba, PI, o projeto visou a conscientizar estudantes do Ensino Médio técnico sobre seus direitos e deveres no ambiente digital, utilizando abordagens interativas para maximizar o engajamento. Por meio de palestras, dinâmicas e atividades lúdicas, os alunos foram incentivados a refletir sobre o uso seguro da internet, a importância da privacidade e os limites da liberdade de expressão. A aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foi abordada de forma acessível, possibilitando compreensão crítica e aplicação prática no cotidiano dos estudantes. A experiência demonstrou que a educação digital é essencial para a formação cidadã na contemporaneidade, permitindo que os jovens se tornem agentes ativos na construção de um ambiente virtual mais seguro e ético.

Palavras-chave: Direitos digitais. Segurança Online. LGPD.

INTRODUÇÃO



O projeto intitulado “Construindo Cidadania: Direito nas escolas” é uma iniciativa de extensão acadêmica que visa integrar estudantes do 5º período do curso de Direito às comunidades, atuando e permeando efetivos benefícios sociais ao público-alvo atingido. O presente grupo, a partir da análise de possibilidades a serem trabalhadas envolvendo o tópico “Cidadania”, optou por atuar no âmbito informativo referente aos direitos digitais.

A era digital na qual estamos inseridos demanda certos cuidados e atitudes que devem ser realizados diariamente para proteção e segurança no âmbito digital. Os direitos digitais possuem um viés interligado ao direito fundamental da liberdade de expressão (Art. 5, IV CF) e à privacidade. É através dos direitos digitais que há a permissão para o acesso, uso, criação e publicação utilizando-se de aparelhos eletrônicos e redes de comunicação.

O desafio da proteção de dados e a segurança online na era digital são assuntos cotidianos que permeiam a vida de todos. O público jovem está ainda mais cercado por essas questões e estão expostos a riscos e desafios que a falta de conhecimento e o mal uso podem ocasionar. A ausência de informações sobre limites da liberdade de expressão pode gerar uma falsa sensação de que tudo pode ser dito sem nenhum cuidado com outro. É o que ocorre diariamente nos discursos de ódio e *cyberbullying*.

O uso desvigiado, o abandono aos valores e adequação ao uso irrestrito ao que está em alta nas redes, aliados à sensação de impunidade oferecem um sério risco ao usuário e à sociedade como um todo, pois o desrespeito aos limites de outras pessoas e os golpes se tornam cada vez mais frequentes, enquanto o usuário se torna cada vez mais exposto aos riscos e insegurança. O objetivo das atividades realizadas é a promoção de um ambiente virtual mais seguro, o conhecimento sobre dados regulamentados na LGPD.

METODOLOGIA

A fim de alcançar os objetivos previstos, foram realizados dois encontros no Colégio Liceu, em Parnaíba, Piauí, nos dias 15 de abril e 13 de maio. As informações sobre os direitos digitais e a LGPD foram repassadas para os alunos do terceiro ano do Ensino Médio integrado ao curso técnico de informática, no período vespertino.

A escuta ativa dos participantes revelou preocupações legítimas com o uso indevido de seus dados pessoais e a dificuldade em identificar situações de exposição excessiva ou violência virtual, como o *cyberbullying* e o vazamento de dados pessoais e sensíveis.

O primeiro encontro foi permeado pela interação dos alunos. As informações foram expostas por meio de uma apresentação oral arguida pelo grupo que contou também com o auxílio de um convidado especial, profissional da informática. A palestra contou com uma dinâmica interativa de perguntas e respostas, com questões de múltipla escolha e premiação aos participantes.

No segundo encontro, a dinâmica utilizada para promover a participação ativa dos alunos foi a brincadeira de “torta na cara”, o que gerou ainda mais engajamento e colaboração dos estudantes. As indagações levantadas eram sobre o conteúdo discutido no primeiro encontro e foi notório o aprendizado obtido.

Optou-se pelo uso de atividades bem dinâmicas para que o envolvimento dos jovens fosse efetivo sem lhes causar desinteresse sobre o tema ou tédio. O recurso empregado para inseri-los no que houvesse sido proposto foi a premiação oferecida, o que ocasionou interesse e perpetuou com a cooperação deles.

**RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Durante os encontros realizados, o grupo responsável pela execução do projeto percebeu o entusiasmo e interesse dos alunos diante das temáticas propostas. No primeiro momento, a palestra ministrada foi enriquecida com a participação de um profissional da área da informática, que esclareceu aspectos técnicos da segurança online, como criação de senhas fortes, cuidados com links suspeitos e rastreio do endereço IP. A dinâmica interativa com perguntas e respostas reforçou o conteúdo apresentado e premiou os alunos mais atentos, estimulando a participação ativa em todas as atividades propostas.

Os desafios imaginados seriam relativos à participação ativa dos estudantes e ao controle que o grupo deveria ter em relação aos adolescentes para que não houvesse dispersão ou tumulto. A partir dessa perspectiva, foi então realizada uma análise em conjunto para decidir a abordagem a ser utilizada que funcionasse competentemente, o que acarretou na escolha de uma abordagem ativa e participativa onde a interação fosse mútua, a fim de propagar o conhecimento de modo satisfatório que atendesse os objetivos dessa intervenção.

A interdisciplinaridade foi uma característica marcante da ação extensionista, ao integrar conteúdos de Direito, Informática e Ética Digital. A presença de um especialista na área informática ampliou a compreensão dos estudantes sobre os aspectos técnicos da proteção de dados, enquanto a abordagem jurídica tratou dos fundamentos legais da LGPD, do Marco Civil da Internet e das consequências do mau uso das redes sociais. A utilização de dinâmicas participativas, como jogos interativos, quizzes e rodas de conversa, mostrou-se eficaz para despertar o interesse dos jovens e facilitar a aprendizagem, promovendo um ambiente de troca horizontal de saberes.

Ao abordar os direitos digitais, destacamos a importância do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), que garantem princípios fundamentais como a privacidade, a proteção de dados pessoais e a liberdade de expressão no ambiente online. Durante as atividades, os alunos foram incentivados a refletir sobre seus próprios hábitos digitais e sobre como essas leis atuam na defesa de seus direitos enquanto usuários da internet. Essa abordagem jurídica foi essencial para aproximar os estudantes da realidade legal que regula o uso da tecnologia no Brasil, despertando senso crítico e consciência cidadã.

A realização do projeto no ambiente escolar possibilitou uma conexão direta entre a teoria aprendida na graduação em Direito e a realidade vivenciada por adolescentes inseridos em um contexto digital cada vez mais complexo. Ao promover o diálogo sobre direitos digitais, empoderamos os alunos do Ensino Médio técnico a reconhecerem e exigirem seus direitos enquanto usuários da internet, contribuindo para uma formação cidadã mais crítica e consciente.

Concernente ao primeiro encontro, concluiu-se a boa receptividade à metodologia adotada com que o grupo decidiu operar, pois os alunos desde o início se mostraram prestativos e aptos a participar do que lhes era proposto. O momento da palestra contou com a atenção ao que estava sendo explicado e houve a demonstração prática realizada pelo profissional convidado de como é feito o rastreio do endereço IP, o que despertou consideravelmente o interesse dos estudantes. Muitos deles fizeram perguntas pertinentes, demonstrando curiosidade e engajamento com o tema. Observou-se também que o uso de exemplos reais aproximou o conteúdo da vivência cotidiana dos jovens, tornando-o mais compreensível.

Já no segundo encontro, a atividade “torta na cara” proporcionou um ambiente descontraído e educativo, no qual os estudantes responderam perguntas relacionadas ao conteúdo anterior. Essa metodologia favoreceu a fixação do conhecimento e revelou que



grande parte dos alunos havia compreendido conceitos essenciais da LGPD, como consentimento, dados sensíveis, dados pessoais, tratamento de dados, responsabilidade dos controladores e as sanções impostas.

Ao final das atividades, os discentes se mostraram aptos a reconhecerem situações de risco digital e se comprometeram a compartilhar os aprendizados com amigos e familiares. O acolhimento da escola e o retorno positivo dos alunos evidenciaram o êxito da intervenção. Observou-se ainda que a abordagem participativa e o uso de métodos lúdicos foram cruciais para despertar o interesse dos jovens e construir conhecimento de forma significativa.

Ao longo da execução do projeto, a equipe extensionista também vivenciou importantes aprendizados. Um dos principais desafios foi adaptar a linguagem jurídica para um público jovem, utilizando exemplos práticos e acessíveis que se relacionassem com o cotidiano escolar e virtual dos alunos. Além disso, a organização logística dos encontros, a escolha dos temas prioritários e a divisão equilibrada das falas exigiram planejamento prévio, escuta interna e colaboração mútua entre os integrantes. Essa experiência contribuiu para o desenvolvimento de habilidades de comunicação, trabalho em equipe e responsabilidade social, fortalecendo o compromisso dos discentes com a promoção dos direitos humanos e da cidadania digital.

DISCUSSÃO

A experiência vivenciada pelo grupo dialoga com outras ações de extensão universitária voltadas à educação digital, como aquelas descritas por autores que defendem o papel transformador da universidade na formação cidadã. Estudos mostram que o uso de metodologias participativas no ensino de temas complexos, como a LGPD e os direitos digitais, aumenta significativamente o interesse e a compreensão do público jovem (Silva, 2022; Lima, 2021).

Além disso, iniciativas similares apontam que a ausência de informações claras sobre os direitos digitais contribui para a vulnerabilidade dos usuários e para a propagação de condutas nocivas no ambiente virtual. O projeto reforça a importância de levar conhecimento jurídico de forma acessível e contextualizada, utilizando estratégias adaptadas ao perfil do público-alvo. A experiência corrobora a ideia de que a educação digital deve fazer parte do currículo escolar como forma de empoderamento e prevenção de violações de direitos fundamentais na internet.

As intervenções evidenciaram que, apesar de os alunos utilizarem amplamente a internet em seu cotidiano e estarem inseridos em um curso técnico de informática, a maioria desconhecia os riscos relacionados ao compartilhamento excessivo de informações pessoais e à exposição em redes sociais. Essa constatação reforça a relevância de projetos como este, que não somente transmitem conhecimento jurídico, mas também promovem a formação de uma consciência crítica e preventiva. Ao discutir casos reais de vazamento de dados e golpes virtuais, o que evidencia que a aprendizagem se torna mais efetiva quando conectada à realidade concreta dos jovens.

Ampliando essa reflexão, percebe-se que a formação digital crítica vai além da simples transmissão de normas. Trata-se de promover uma cultura de responsabilidade digital, na qual os sujeitos compreendem seus direitos e deveres enquanto cidadãos conectados. A atuação da universidade, nesse contexto, fortalece a articulação entre saber acadêmico e demanda social, contribuindo para a construção de uma cidadania digital ativa, crítica e ética. Essa perspectiva é essencial em um cenário onde o uso da tecnologia



perpassa todas as dimensões da vida social, política e econômica, exigindo dos indivíduos competências que vão além da habilidade técnica, englobando a compreensão de impactos sociais, legais e éticos do mundo digital.

Por fim, destaca-se que a interdisciplinaridade foi um elemento-chave no desenvolvimento das ações, uma vez que o diálogo entre o Direito, a Educação e a Tecnologia permitiu abordar os direitos digitais de maneira integrada e dinâmica. Essa abordagem colaborativa contribuiu para desmistificar conceitos jurídicos complexos e evidenciou a importância de estratégias pedagógicas inovadoras na formação cidadã. A experiência aponta para a necessidade de fomentar parcerias entre diferentes áreas do saber, reforçando o papel da universidade como espaço de produção e difusão de conhecimento voltado para a transformação social.

163

CONCLUSÃO

A realização deste projeto proporcionou uma vivência significativa tanto para os estudantes da escola quanto para os acadêmicos envolvidos. A troca de experiências entre universidade e comunidade fortaleceu os laços sociais e permitiu uma atuação prática do Direito em benefício da coletividade. A abordagem lúdica e interativa se revelou eficaz para transmitir conteúdos jurídicos de forma leve e compreensível, mostrando que a educação pode ser transformadora quando adaptada à realidade do público que vivencia diariamente imbrólios que a informatização pode sanar de maneira efetiva e satisfatória para a coletividade como um todo.

A partir dessa vivência, os participantes desenvolveram não apenas conhecimento técnico, mas também senso crítico sobre cidadania digital, responsabilidade e empatia no uso das redes. Como perspectiva, pretende-se ampliar o alcance do projeto para outros ambientes e comunidades, promovendo a inclusão digital e o fortalecimento da cultura de proteção de dados.

O projeto demonstrou que o uso da metodologia empregada através de uma abordagem interativa é capaz de direcionar a atenção dos jovens e estimular seu foco onde for pertinente. Ademais, reforçou a confiança e proporcionou aos acadêmicos envolvidos maior desenvoltura de competências como responsabilidade cidadã e cuidado com as gerações futuras. Os resultados e a satisfação mútua indicam o potencial replicável dessa abordagem em outras comunidades e contextos.

Por fim, destaca-se que a interdisciplinaridade foi um elemento-chave no desenvolvimento das ações, uma vez que o diálogo entre o Direito, a Educação e a Tecnologia permitiu abordar os direitos digitais de maneira integrada e dinâmica. Essa abordagem colaborativa contribuiu para desmistificar conceitos jurídicos complexos e evidenciou a importância de estratégias pedagógicas inovadoras na formação cidadã. A experiência aponta para a necessidade de fomentar parcerias entre diferentes áreas do saber, reforçando o papel da universidade como espaço de produção e difusão de conhecimento voltado para a transformação social.

Destarte, evidencia-se que a experiência proporcionada pelo projeto extrapola os limites da sala de aula e contribui significativamente para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para lidar com os desafios do mundo digital. Ao promover a reflexão crítica sobre o uso da tecnologia e os direitos relacionados à proteção de dados, o projeto não apenas informa, mas transforma, despertando nos participantes o senso de responsabilidade coletiva e o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, segura e digitalmente inclusiva.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 mai. 2025.

164

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 24 abr. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 25 maio 2025.

LIMA, M. de S. **A importância da formação em direitos digitais nas escolas públicas**. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, p. 1–20, 2021.

SILVA, J. C. **Educação digital e cidadania: desafios e estratégias na era da informação**. Revista de Extensão Universitária, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 45–60, 2022.

“ALÉM DO NOVEMBRO AZUL”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A ABORDAGEM DA SAÚDE DO HOMEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Antônio Charles de Oliveira Junior ¹; José Clito Carneiro de Aguiar ¹; Leonel de Pádua Noronha Campos e Vasconcelos ¹; Manuella Vitória Alves Ferraz ¹; Maria José Neves Osterno Aguiar ¹; Camila Maila Fontinele Beltrão ²; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val ².

¹ Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP

² Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP

RESUMO

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) é uma estratégia que visa ampliar o acesso da população masculina aos cuidados, fortalecendo o acesso desse público aos serviços de saúde. Este trabalho tem como objetivo descrever a experiência de acadêmicos do sexto período de medicina durante uma ação realizada em uma Unidade Básica de Saúde em Luís Correia, PI, com o propósito de promover o entendimento do público masculino sobre a importância dos cuidados preventivos em saúde. Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo e transversal, que consistiu na aplicação de questionários, sem finalidade de pesquisa científica, em uma roda de conversa interativa e em uma dinâmica de “mitos e verdades”, finalizados por um *coffee break*. As atividades permitiram uma boa interação do público presente, que se mostrou participativo à discussão sobre a PNAISH e à abordagem das principais afecções da população masculina na Atenção Primária em Saúde (APS). O trabalho expõe as dificuldades de acesso da população masculina aos serviços de saúde, bem como a



importância das ações preventivas na saúde. Através dele, ressalta-se a importância de ações como esta para o fortalecimento da APS e das estratégias voltadas para a saúde do homem.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde. Educação em Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde do Homem. Saúde do Homem.

INTRODUÇÃO

165

Implantada em 2009, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) visa ampliar o acesso da população masculina aos cuidados, em especial à Atenção Primária em Saúde (APS). Na elaboração da PNAISH, reconhece-se que os homens tendem a adentrar o sistema de saúde por meio da atenção especializada, tendo, assim, como consequências o acesso escasso desse público aos serviços de atenção primária, atrasos na abordagem das condições de saúde masculina e maiores agravos de morbidade entre os homens (BARBOSA *et al.*, 2023).

A PNAISH é especialmente significativa ao se considerar a maior vulnerabilidade dos homens às doenças, sobretudo àquelas crônicas e evitáveis. A população masculina, de modo geral, tende a ter menor adesão a tratamentos crônicos ou de longa duração, seja por estereótipos de gênero, pelo menor empenho em modificar seus hábitos de vida ou pela maior resistência à Atenção Básica (BRASIL, 2009). Nesse âmbito, através da implantação da PNAISH, busca-se fortalecer o entendimento da saúde do homem na APS, de forma a garantir a promoção da saúde, a prevenção de agravos evitáveis e a assistência à recuperação, mediante estratégias que visem informar e sensibilizar os homens quanto ao autocuidado, além de melhorar a resolutividade dos atendimentos prestados a esse público (DE SOUZA *et al.*, 2022).

Mais importante, no entanto, do que abordar a saúde dos homens com foco apenas nas doenças mais prevalentes é a abordagem através de uma política integrada à rede, que atenda às demandas e necessidades desse público e atente à compreensão das singularidades e especificidades masculinas (DANTAS; MODESTO, 2019). Nesse contexto, a APS se configura como cenário prioritário de promoção do cuidado aos homens, devido à sua capacidade de promover práticas que articulam assistência clínica à territorialização e à compreensão dos sujeitos em saúde (DE SOUSA *et al.*, 2021).

Diante disso, este trabalho tem como objetivo descrever a experiência de acadêmicos do sexto período de medicina durante uma ação desenvolvida em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) em Luís Correia, Piauí. Essa atividade, de finalidade educativa, teve como propósito promover o entendimento do público masculino sobre a importância dos cuidados preventivos em saúde.

METODOLOGIA

O presente projeto trata de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa e caráter transversal. Consiste em um relato de experiência em educação em saúde acerca de uma ação realizada em uma UBS localizada em Luís Correia, PI, e desenvolvida por cinco estudantes de medicina do sexto período da FAHESP/IESVAP para o módulo de Integração Ensino-Serviço-Comunidade VI (IESC VI). O público-alvo consistiu nos pacientes e funcionários presentes na UBS no dia da intervenção.



A ação envolveu a distribuição de um panfleto e de dois questionários, a serem preenchidos de forma anônima. O primeiro, consistindo em nove perguntas, foi distribuído para participantes do sexo masculino, enquanto o segundo, de seis perguntas, foi distribuído para participantes do sexo feminino. A atividade foi feita fora do atendimento de rotina do serviço da UBS e realizada por alunos de graduação, sem finalidade de pesquisa científica, e com o intuito exclusivo de educação, dispensando-se, assim, a necessidade de submissão aos Comitês de Ética em Pesquisa (BRASIL, 2016).

166

Em seguida, realizou-se uma roda de conversa centrada em sete temáticas principais: contextualização sobre a PNAISH; autocuidado e desconstrução do machismo; câncer de pênis; câncer de testículos; câncer de próstata; hiperplasia prostática benigna e; disfunção erétil. Peças anatômicas da próstata, pênis e testículos foram emprestadas pela faculdade e levadas à UBS. Realizou-se também uma dinâmica de mitos e verdades, com uma pergunta sobre cada temática, a qual os participantes deveriam classificar como “mito” ou “verdade”. Após essas atividades, realizou-se um *coffee break*.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A ação teve como cenário uma Unidade Básica de Saúde localizada em Luís Correia, PI, tendo início com a distribuição do material elaborado para o público presente, que consistia tanto em pacientes como em funcionários da própria UBS. Com a distribuição dos panfletos, buscou-se conscientizar sobre os principais fatores que levam os homens a viverem menos que as mulheres, ressaltando-se a importância dos cuidados preventivos na saúde masculina. Com a distribuição dos questionários, visou-se conhecer melhor os participantes da dinâmica, compreender sua relação com o sistema de saúde e analisar se eram compatíveis com o público-alvo da PNAISH.

Cerca de doze pessoas estavam presentes na sala durante as atividades. Destes, nove aceitaram se submeter ao questionário proposto. Das nove fichas de questionário distribuídas, 6 foram respondidas por homens e 3 por mulheres. O Ministério da Saúde define o público-alvo da PNAISH como homens de 25-59 anos, uma vez que jovens que dependem dos pais e idosos costumam ser a população masculina que mais comparece à APS (BRASIL, 2009). Através dos questionários, pôde-se observar que a idade média dos homens que participaram da intervenção era de 55,7 anos. Destes, três referiram ir ao médico 2 vezes por ano, dois, 4 vezes por ano e um, 1 vez por ano. Isso equivale a uma média anual de 2,5 idas ao médico. Dentre estes, dois relataram ir acompanhados da esposa, enquanto o restante disse não ir com acompanhantes à consulta.

Quanto ao gênero do profissional de saúde, um relatou se sentir mais confortável ao ser atendido por mulheres, dois referiram se sentirem mais confortáveis ao serem atendidos por homens e o restante disse não sentir diferença quanto a isso. Dos quatro participantes que relataram dificuldade de acesso ao serviço de saúde, dois especificaram como causa a falta de tempo devido ao trabalho, um relatou tanto a falta de transporte como a falta de tempo e um relatou outras causas, especificando a dificuldade de realização de exames após as consultas. Dois pacientes referiram apresentar Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), um referiu apresentar HAS e já ter tido câncer de próstata e um referiu apresentar HAS, diabetes mellitus (DM) e já ter tido câncer de laringe. Apenas um paciente referiu tabagismo e todos negaram etilismo. Dois relataram já terem se envolvido em um acidente de trânsito ou em uma situação envolvendo agressão física.



Quanto ao questionário aplicado às participantes mulheres,

a média de idas ao médico foi de 3,3. Todas referiram acompanhar um parente quando ele vai ao médico, seja pai ou marido, com uma média de 3 idas durante o ano dentre eles. Duas atribuíram a teimosia como a maior dificuldade que esses parentes têm de acessarem o serviço de saúde, enquanto uma relatou não haver dificuldades. Questionou-se ainda quanto à presença de conflitos com parentes homens. Uma participante não relatou conflito, outra atribuiu como causa dos conflitos o desleixo do parente com a própria saúde, e a última relatou conflitos tanto devido ao desleixo com a saúde, o abuso de álcool e comportamentos imprudentes no trânsito por parte do parente.

167

A roda de conversa, por sua vez, visou a conscientização do público presente quanto aos principais agravos que acometem a população masculina. Nesse âmbito, a utilização de peças anatômicas da faculdade facilitou o entendimento dos presentes sobre seu próprio corpo e sobre a fisiopatologia relacionada aos cânceres de próstata, pênis e testículos, bem como à hiperplasia prostática benigna. As peças anatômicas também foram úteis para demonstração da higienização correta do corpo e da glândula do pênis – em relação aos cuidados preventivos do câncer desse órgão – e do autoexame testicular, quanto à prevenção do CA de testículos (VAUGHN, 2024).

Além das afecções do sistema genital masculino, a dinâmica buscou salientar outras importantes causas de mortalidade dentre os homens: as doenças crônicas não transmissíveis e as causas externas. Esses tópicos foram abordados através de uma discussão sobre os eixos da PNAISH, dos motivos por trás da sua implementação e o impacto do machismo no cuidado em saúde pelo homem. Por meio disso, estimulou-se a reflexão acerca do alto impacto das causas evitáveis no perfil de morbimortalidade masculina, bem como da importância dos cuidados preventivos para a melhora da qualidade de vida do homem e o aumento de sua expectativa de vida (DE SOUZA *et al.*, 2022).

Em seguida, a dinâmica de “mitos ou verdades” objetivou avaliar a compreensão do público sobre o conteúdo exposto e fixar seu entendimento acerca de cada tópico. Esse momento também serviu para estimular a participação dos presentes, que, ao longo da roda de conversa, aproveitaram o espaço para expor suas dúvidas e experiências. O *coffee break*, realizado ao final da ação, contribuiu para reforçar a importância de hábitos saudáveis na prevenção de agravos evitáveis ao disponibilizar frutas, sucos e alimentos com baixo teor de sódio, açúcares e gorduras saturadas (VALOIS *et al.*, 2024).

A experiência realizada foi bastante gratificante, pois permitiu aos acadêmicos fortalecerem suas habilidades de comunicação em saúde, conhecer melhor os usuários da UBS em que atuaram ao longo do semestre e observar, na prática, o impacto positivo da medicina preventiva. Além disso, essa vivência contribuiu para a formação dos estudantes ao integrar conhecimentos teóricos com a realidade da comunidade, reforçando a importância da atenção primária e da humanização no atendimento (DOS SANTOS *et al.*, 2025).

DISCUSSÃO

Os questionários empregados durante a ação revelaram que a amostra dos participantes, apesar de pequena, era heterogênea e compatível com alguns dos perfis de morbidade preconizados pelo Ministério da Saúde no desenvolvimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. A idade média de 55,7 anos dos homens



entrevistados se adequa à idade definida como população-alvo da política (25-59 anos). Porém, pela proximidade dessa média ao limite de idade superior de 59 anos, percebe-se que a procura dos homens pelos serviços de saúde está relacionada a faixas etárias mais avançadas, quando eles costumam se perceber mais vulneráveis, seja pela idade, seja pelo aparecimento de doenças (DANTAS; MODESTO, 2019).

A evidência de comorbidades na maior parte dos entrevistados também corrobora essa hipótese, ressaltando a importância da APS para a prevenção de complicações referentes à HAS, DM e aos cânceres, bem como para o rastreio desses agravos na população masculina (BRITO *et al.*, 2024). Percebe-se ainda, conforme apontado pela PNAISH, a dificuldade de acesso ao serviço de saúde devido à coincidência do horário de funcionamento da UBS com a carga horária de trabalho (BRASIL, 2009). Adicionalmente, alguns participantes relataram preferência de atendimento por profissionais do sexo masculino, o que também é definido como uma dificuldade da APS a esse público (DANTAS; MODESTO, 2019).

Além da perspectiva epidemiológica, este projeto também foi centrado na construção de estratégias educativas em saúde. Através das dinâmicas desenvolvidas, buscou-se valorizar os conhecimentos e experiências adquiridas pelos sujeitos ao longo de sua trajetória. Essa estratégia visa a responsabilização dos usuários em seu processo saúde-doença, estimulando, à luz da teoria de Bourdieu, o autocuidado, a autonomia e o protagonismo dos sujeitos no processo de ensino-aprendizagem em saúde (FITTIPALDI; O'DWYER; HENRIQUES, 2023).

CONCLUSÃO

Este projeto permitiu ampliar o entendimento de seu público-alvo acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, bem como estimular sua compreensão sobre os principais agravos que acometem a população masculina. Utilizando-se como cenário uma Unidade Básica de Saúde, buscou-se ressaltar o papel privilegiado da Atenção Primária não apenas para o desenvolvimento de ações educativas em saúde, mas também para a aplicação de estratégias relacionadas à promoção, prevenção e assistência à saúde do homem.

A experiência permitiu ainda, diante do contexto acadêmico, o fortalecimento de habilidades de comunicação em saúde por parte dos estudantes que elaboraram a ação, possibilitando integrar a realidade da comunidade aos conhecimentos teóricos vistos no componente curricular de IESC VI. Isso reforça a importância da humanização do atendimento, da medicina preventiva e da integralidade do cuidado no cotidiano do futuro profissional de saúde, garantindo, desse modo, uma formação mais voltada para a promoção da saúde e para a prevenção de agravos.

Conclui-se, portanto, que ações como esta são essenciais no âmbito da APS, pois priorizam a reflexão crítica e a autonomia dos sujeitos em seus processos de saúde. No que se refere à PNAISH, as atividades descritas se revelam igualmente produtivas, por serem facilmente reproduzíveis, estimularem a participação dos usuários e permitirem uma boa reflexão sobre a abordagem da saúde do homem na Atenção Básica.

REFERÊNCIAS



BARBOSA, A. P. S. S. *et al.* Avanços e desafios na saúde do homem: uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 2, e10012240006, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i2.40006>. Acesso em: 24 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à saúde do homem**. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Art. 1º. Incisos VII e VIII. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRITO, L. M. *et al.* Prevenção de doenças crônicas no contexto da Atenção Primária à Saúde. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 9, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/26748169.2024v6n9p3888-3910>. Acesso em: 24 mai. 2025.

DANTAS, G. C.; MODESTO, A. A. D. **Saúde do homem**. In: GUSSO, G.; LOPES, J. M. C.; DIAS, L. C. (Org.). Tratado de medicina de família e comunidade - 2 volumes: princípios, formação e prática. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2019. p. 745-52.

DE SOUSA, A. R. *et al.* Implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: desafios vivenciados por enfermeiras. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 55, e03759, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2020023603759>. Acesso em: 24 mai. 2025.

DE SOUZA, L. V. S. A. *et al.* Desafios da implementação da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem em Mato Grosso. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, e5311225354, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25354>. Acesso em: 24 mai. 2025.

DOS SANTOS, A. N. S. *et al.* Por uma Atenção Primária transformadora: Formação e capacitação profissional para fortalecer o trabalho no cuidado a Saúde da Família. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v.7, n.3, p.11001-11030, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3700>. Acesso em: 24 mai. 2025.

FITTIPALDI, A. L. M.; O'DWYER, G.; HENRIQUES, P. Educação em saúde na atenção primária: um olhar sob a perspectiva dos usuários do sistema de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 4, e211009pt, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023211009pt>. Acesso em: 24 mai. 2025.

VALOIS, R. M. *et al.* Alimentação baseada em vegetais para controle e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis: uma revisão integrativa. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 5, p. 2029–50, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i5.13920>. Acesso em: 24 mai. 2025.

VAUGHN, D. J. **Câncer de testículo**. In: LOSCÁLZO, J. *et al.*Medicina Interna de Harrison. 21. ed. Porto Alegre: AMGH, 2024. p.689-94. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558040231/>. Acesso em: 24 mai. 2025.**SAÚDE MENTAL NA TERCEIRA IDADE: CUIDANDO DA MENTE E VALORIZANDO A HISTÓRIA**

170

Alcilene Mendes Figueiredo ¹; Ana Beatriz Aguiar Rodrigues ¹; Carlile Campos Júnior ¹; Gabriel Mendes Baquil ¹; Geovanna Freitas de Carvalho ¹; Josiane Braz Ribeiro ¹; Juliana Alves Machado ¹; Leysa Maria Ribeiro Lima ¹; Luno Henrique Bandeira Tavares Maranhão ¹; Maria Clara Tavares Feitosa de Miranda ¹; Marina Maria Neiva Ribeiro ¹; Matheus de Almeida Miranda Constâncio ¹; Mikaellen Moreira de Carvalho ¹; Valentine Ibiapina Val Sousa ¹; Weiler Batista Dantas ¹; Joyce Pinho Bezerra ².

¹ Discente do Curso de medicina da FAHESP/ IESVAP

² Docente do Curso de medicina da FAHESP/ IESVAP

RESUMO

O projeto de extensão “Saúde Mental na Terceira Idade: Cuidando da Mente e Valorizando a História” foi desenvolvido no CRAS Piauí, em Parnaíba-PI, por acadêmicos de Medicina da IESVAP, com o objetivo de promover o bem-estar emocional da pessoa idosa e valorizar suas trajetórias de vida. Utilizando a abordagem da pesquisa-ação, as atividades ocorreram em três encontros presenciais e envolveram rodas de conversa sobre envelhecimento e sexualidade, aplicação de testes de cognição, humor e mobilidade, estações terapêuticas com aromaterapia e jogos lúdicos, além de uma oficina de memórias e emoções. A iniciativa gerou impactos significativos, como a redução do isolamento social, melhora na autoestima e no humor, diminuição de sintomas de ansiedade e depressão, desenvolvimento da autonomia e resgate da identidade dos participantes. A construção de um álbum coletivo com fotos, relatos e mensagens fortaleceu vínculos afetivos e promoveu a valorização da história de vida da pessoa idosa. O projeto também estimulou a comunidade a refletir sobre o envelhecimento saudável, contribuindo para a quebra de estigmas e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e empática. A experiência evidenciou a importância do cuidado integral à saúde mental no sessenta mais por meio de práticas interdisciplinares e humanizadas.

Palavras-chave: Saúde mental. Pessoa idosa. Memória. Envelhecimento.



INTRODUÇÃO

A jornada do envelhecimento é uma fase natural da vida humana, marcada por transformações biológicas, psicológicas e sociais que influenciam diretamente a qualidade de vida. A saúde, segundo a Organização Mundial da Saúde, não é apenas a ausência de doenças, mas um estado de completo bem-estar nessas três dimensões. No entanto, em muitas sociedades, o envelhecimento ainda é visto de forma negativa, sendo associado à fragilidade e à perda de autonomia. Essa visão desconsidera que o envelhecimento é um processo único, moldado por fatores genéticos, hábitos de vida e o ambiente em que se vive, podendo gerar tanto impactos positivos quanto negativos (Oliveira e Fontes, 2024).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas com 65 anos ou mais cresceu 57,4% entre 2010 e 2022, totalizando 22,1 milhões de brasileiros, o que representa 10,9% da população. Esse envelhecimento populacional impõe novos desafios ao sistema de saúde, especialmente pelo aumento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), que afetam cerca de 40% da população. Dentre elas, as doenças mentais merecem destaque: a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que quase 1 bilhão de pessoas são afetadas por algum tipo de transtorno mental (IBGE, 2022; Lima et al., 2024; OMS, 2019).

Fatores como luto, aposentadoria, estigmas da velhice, limitações físicas e o sentimento de abandono familiar contribuem para o sofrimento psíquico nos sessenta mais. A depressão é o transtorno mental mais comum entre as pessoas idosas brasileiras, segundo dados do IBGE (2022). Cuidar da saúde mental nesse período é essencial para garantir bem-estar. A prática de exercícios físicos, atividades cognitivas, interações sociais e o fortalecimento de vínculos familiares são estratégias eficazes na prevenção e tratamento desses transtornos. Além disso, valorizar a trajetória de vida da pessoa idosa, reconhecendo suas experiências e conquistas, fortalece a autoestima e o sentimento de pertencimento (Silva et al., 2022).

Diante desse cenário, o presente projeto de extensão “Saúde mental na terceira idade: cuidando da mente e valorizando a história”, desenvolvido por alunos do curso de Medicina da IESVAP, teve como objetivo aprofundar a compreensão sobre os desafios emocionais enfrentados pelas pessoas idosas, destacando a importância do cuidado com a mente e a valorização de suas experiências de vida.



METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido no CRAS Piauí, em Parnaíba-PI, com início em março de 2025. A proposta foi conduzida por acadêmicos de Medicina, sob supervisão docente, utilizando a abordagem da pesquisa-ação, que permitiu a intervenção direta na realidade social. O público-alvo foi composto por pessoas idosas atendidas pelo CRAS, com atividades organizadas em três encontros presenciais.

Na primeira etapa, foi realizada uma reunião de apresentação com a equipe do CRAS, seguida por rodas de conversa temáticas sobre envelhecimento e sexualidade, promovendo a escuta ativa e o respeito às vivências dos participantes. Em seguida, foram aplicados testes de saúde mental e física, como o Mini Exame do Estado Mental, a Escala de Depressão Geriátrica e o teste Timed Up and Go para mobilidade.

A segunda etapa incluiu a criação de estações terapêuticas com foco em bem-estar, como aromaterapia, jogos cognitivos e dinâmicas de socialização, com base nos resultados obtidos. No terceiro encontro, ocorreu a oficina de memórias e emoções, em um ambiente acolhedor, onde os participantes compartilharão fotos e objetos pessoais. Ao final, foi produzido um álbum coletivo com relatos e mensagens das famílias, promovendo a valorização das histórias de vida. Familiares e cuidadores foram incentivados a participar ativamente, fortalecendo os vínculos sociais e emocionais das pessoas idosas.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto de extensão “Saúde Mental na Terceira Idade: Cuidando da Mente e Valorizando a História” foi desenvolvido no CRAS Piauí, em Parnaíba-PI, com o objetivo de promover o bem-estar emocional da pessoa idosa e valorizar suas trajetórias de vida. A experiência teve início com uma reunião de apresentação para a equipe do CRAS, momento em que foram esclarecidos os objetivos da ação, os benefícios esperados e aplicado um questionário inicial para levantamento das condições de vida das pessoas idosas atendidas (figura 1).

No primeiro dia de atividades com os participantes, ocorreram rodas de conversa sobre temas como envelhecimento e sexualidade no sessenta mais (figura 2). O ambiente foi propício à escuta ativa, troca de experiências e fortalecimento de vínculos. Ao final,



aplicamos testes padronizados para avaliação da saúde mental e física, como exames de cognição, humor, mobilidade e equilíbrio.

No segundo encontro, com base nos dados coletados, organizamos estações terapêuticas voltadas ao bem-estar. Foram realizadas atividades como aromaterapia, dinâmicas lúdicas, jogos de memória e socialização, buscando estimular o bom humor, reduzir o estresse e fortalecer a autonomia da pessoa idosa (figura 3).

No último dia, promovemos uma oficina de memórias e emoções. As pessoas idosas trouxeram fotos e objetos pessoais, compartilharam lembranças marcantes e, ao final, construímos um álbum coletivo com registros, relatos e mensagens de familiares (figura 4 e 5). O encerramento foi marcado por uma confraternização com lanches, fortalecendo ainda mais os laços afetivos e a sensação de pertencimento. A experiência foi enriquecedora, proporcionando aprendizado mútuo, acolhimento e valorização do

173



Figura 10: Autor



Figura 11: Autor



Figura 12: Autor



Figura 13: Autor



Figura 14: Autor



DISCUSSÃO

A valorização da história de vida e o cuidado com a saúde mental da pessoa idosa são estratégias fundamentais para a promoção do envelhecimento saudável, como destacam as diretrizes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 2018). Estudos recentes evidenciam que intervenções que estimulam a memória, a afetividade e a socialização promovem impactos positivos na autoestima e qualidade de vida das pessoas idosas, além de reduzir sintomas de depressão e ansiedade (SANTOS et al., 2022; LIMA et al., 2023). Projetos que utilizam rodas de conversa e oficinas de memória, como o presente, dialogam com abordagens centradas na pessoa idosa, reconhecendo sua individualidade e trajetória de vida como elementos essenciais no cuidado integral.

A utilização de terapias integrativas e complementares, como a aromaterapia e atividades lúdicas, também tem ganhado destaque em programas voltados para a saúde mental no sessenta mais. Pesquisas apontam que essas práticas promovem benefícios psicossociais relevantes, especialmente no controle do estresse, da ansiedade e na melhora da cognição (CARVALHO et al., 2021; OLIVEIRA et al., 2023). Além disso, a criação de espaços seguros de fala e escuta ativa fortalece os vínculos sociais e familiares, sendo fundamentais para o enfrentamento da solidão e do isolamento social, condições frequentemente enfrentadas por pessoas idosas (COSTA et al., 2020).

Por fim, destaca-se a importância da atuação interdisciplinar e da articulação com instituições como o CRAS, que oferecem suporte contínuo as pessoas idosas. A literatura aponta que ações intersetoriais promovem melhores desfechos em saúde, tornando a extensão universitária um instrumento valioso para transformação social e construção de uma sociedade mais inclusiva e empática.

CONCLUSÃO

A execução do projeto resultou em avanços significativos na promoção da saúde mental e no bem-estar das pessoas idosas atendidas pelo CRAS Piauí, em Parnaíba. Entre os principais resultados obtidos, destacam-se:

Redução do isolamento social, ou seja, houve aumento expressivo na participação das pessoas idosas nas atividades em grupo, com relatos frequentes de melhora no convívio social e no fortalecimento dos vínculos interpessoais. Melhora no



humor e na autoestima. Muitos participantes relataram sentir-se

mais valorizados, escutados e reconhecidos, o que refletiu positivamente em sua autoestima e percepção de si mesmos.

Diminuição de sintomas de ansiedade e depressão, através das oficinas de escuta, rodas de conversa e dinâmicas terapêuticas, observou-se uma redução significativa dos relatos de tristeza constante, medo e angústia, conforme avaliações feitas com o apoio da equipe técnica. Desenvolvimento da autonomia e da resiliência, onde os participantes demonstraram maior iniciativa e segurança para lidar com desafios cotidianos, indicando fortalecimento da resiliência emocional. Resgate de memórias e fortalecimento da identidade, pois as oficinas de memória permitiram que as pessoas idosas revisitassem e compartilhassem suas histórias de vida, promovendo sentimento de pertencimento, orgulho e conexão com os demais participantes. Impacto comunitário positivo.

O projeto contribuiu para uma maior sensibilização da comunidade quanto à importância do envelhecimento saudável, ajudando a combater estigmas relacionados à velhice e incentivando o respeito e a inclusão social dos idosos. Estímulo a novas iniciativas, ou seja, a repercussão do projeto motivou a criação de novas propostas e parcerias voltadas à promoção da saúde mental e qualidade de vida no sesc mais, ampliando o alcance da causa na região. Esses resultados demonstram que o projeto cumpriu seu papel de acolher, escutar e valorizar a população idosa, promovendo transformações reais e duradouras em suas vidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_idoso.pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

CARVALHO, J. C. et al. **Aromaterapia e saúde mental: revisão integrativa da literatura sobre benefícios em idosos**. *Revista Saúde Integrada*, v. 10, n. 1, p. 45–54, 2021.

COSTA, F. M. et al. **A escuta ativa como estratégia de cuidado em grupos de convivência de idosos**. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 23, n. 4, p. e200051, 2020.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

(IBGE). *Boletim Fatos e Números: Saúde Mental*. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/5.SADEMENTAL28.12.22.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.

LIMA, G. F. de; VIEIRA, F. R. da C.; LIMA, G. F. de. **Intervenções psicossociais para a promoção da saúde mental em idosos**. *Anais do X CIEH*, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/102429>. Acesso em: 26 maio 2025.

177

LIMA, L. S. et al. Dados epidemiológicos de amputações de membros inferiores no Brasil: uma análise de tendência temporal. 2024.

OLIVEIRA S. E.; FONTES, M. B. A efetivação dos direitos humanos da população idosa no Brasil. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, v. 1, n. 1, 2024.

OLIVEIRA, M. L. et al. **Práticas integrativas e saúde mental de idosos: evidências em tempos de pandemia**. *Revista Interdisciplinar de Saúde*, v. 4, n. 1, p. 101–111, 2023.

Organização Mundial da Saúde. CID-11 para estatísticas de mortalidade e morbidade. Versão: 2019 abril. Genebra: OMS; 2019.

SANTOS, M. E. et al. **Impactos de oficinas terapêuticas na saúde emocional de idosos: uma revisão de literatura**. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 14, n. 4, p. e11374, 2022.

SILVA, J. A. et al. A autoestima está associada à qualidade de vida da pessoa idosa? *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 75, supl. 4, e20210388, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/Qd8xrckNxB9dMWTqjKYcw9F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 maio 2025.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO UTERINO E VACINAÇÃO CONTRA HPV: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESCOLA PÚBLICA

Pedro Arthur Cavalcante Torquato ¹; Ailin Maria Camacho Braz Monteiro ¹; Allana Barroso de Assunção ¹; Gustavo Machado Sousa ¹; Luan Italo Ferreira Menese ¹; Tatyanna Torloni da Silva Cardoso ¹; Ywinni de Fátima Aguiar Arrozi ¹; Maria Tavares Machado Fonseca ²

¹ Discente do Curso de Medicina da IESVAP

² Docente do Curso de Medicina da IESVAP



RESUMO

INTRODUÇÃO: O câncer de colo de útero é um relevante problema de saúde pública, ocupando a terceira posição entre os tipos de câncer mais incidentes nas mulheres brasileiras e configurando-se como a quarta causa de mortalidade oncológica nesse grupo. Destaca-se a vacinação como a forma mais eficaz de prevenção primária, sobretudo quando realizada na faixa etária de 9 a 14 anos, período considerado ideal para a imunização antes do início da vida sexual. Nesse contexto, a escola surge como espaço estratégico para a promoção da educação em saúde, favorecendo o acesso à informação e à conscientização de adolescentes e suas famílias sobre a importância da prevenção. **OBJETIVO:** descrever a realização de uma ação educativa em uma escola pública, com crianças de 9 a 14 anos, destacando a importância da vacinação contra o HPV como medida preventiva contra o câncer de colo de útero. **METODOLOGIA:** A ação foi previamente divulgada às famílias com apoio da equipe da UBS e ACS. No dia, os estudantes realizaram uma atividade educativa lúdica com as crianças e, em seguida, checaram os cartões vacinais, administrando a vacina contra o HPV nas pendências identificadas. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** No dia da ação, os estudantes de medicina se dirigiram à escola, onde inicialmente reuniram as crianças, com idades entre 9 e 14 anos, em um espaço coletivo apropriado. Esse primeiro momento foi dedicado à realização de uma atividade educativa, conduzida de forma interativa e dinâmica. Em um segundo momento, procedeu-se à checagem dos cartões de vacinação das crianças, realizada em conjunto com a equipe da UBS. Esse processo permitiu identificar aquelas que apresentavam esquema vacinal incompleto ou pendente. **DISCUSSÃO:** A experiência vivenciada corrobora com achados na literatura que destacam a efetividade de ações educativas em ambientes escolares para a promoção da saúde e prevenção de doenças. Observou-se que as crianças participantes demonstraram bom entendimento sobre conceitos importantes como infecção, imunização e a relevância da vacinação. **CONCLUSÃO:** A experiência proporcionou uma reflexão crítica sobre a necessidade de ampliar e qualificar cada vez mais as ações de prevenção, reconhecendo que o enfrentamento de doenças como o câncer de colo de útero depende, sobretudo, de um trabalho contínuo, intersetorial e comprometido com a promoção da saúde desde as fases iniciais da vida.

Palavras-chave: Vacinação. Papilomavírus Humano. Câncer de Colo Uterino

INTRODUÇÃO

O câncer de colo de útero é um relevante problema de saúde pública, ocupando a terceira posição entre os tipos de câncer mais incidentes nas mulheres brasileiras e configurando-se como a quarta causa de mortalidade oncológica nesse grupo (INCA, 2023). A principal etiologia da doença está relacionada à infecção persistente pelo Papilomavírus Humano (HPV), responsável por aproximadamente 99% dos casos diagnosticados (BRASIL, 2021). Embora seja uma enfermidade de elevada incidência, é altamente prevenível mediante estratégias como a vacinação contra o HPV e a realização periódica do exame citopatológico de Papanicolau (WHO, 2022). Dentre essas medidas,



destaca-se a vacinação como a forma mais eficaz de prevenção primária, sobretudo quando realizada na faixa etária de 9 a 14 anos, período considerado ideal para a imunização antes do início da vida sexual (BRASIL, 2021).

Nesse contexto, a escola surge como espaço estratégico para a promoção da educação em saúde, favorecendo o acesso à informação e à conscientização de adolescentes e suas famílias sobre a importância da prevenção (COSTA; SOUZA; SANTOS, 2022). No entanto, persistem barreiras como a desinformação e o receio em relação à vacina, o que reforça a necessidade de ações educativas que esclareçam a população, reduzam o estigma e incentivem a adesão à imunização (SILVA; ALMEIDA, 2021).

A ausência de prevenção pode resultar em consequências severas, como o desenvolvimento de lesões precursoras e, posteriormente, o câncer de colo de útero, que demanda tratamentos invasivos e representa risco significativo de mortalidade (WHO, 2022). Por isso, a educação em saúde voltada para adolescentes é essencial, promovendo comportamentos preventivos e a formação de uma cultura de autocuidado.

Diante desse panorama, o presente relato de experiência tem como objetivo descrever a realização de uma ação educativa em uma escola pública, com crianças de 9 a 14 anos, destacando a importância da vacinação contra o HPV como medida preventiva contra o câncer de colo de útero, bem como as potenciais consequências da não prevenção.

METODOLOGIA

A ação educativa foi desenvolvida por estudantes de medicina, com o apoio da equipe multiprofissional da Unidade Básica de Saúde (UBS) e dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do território. Previamente à realização da atividade, os ACS realizaram a mobilização da comunidade, comunicando às famílias dos estudantes da escola pública sobre a importância da ação e convidando-as a participar, visando garantir maior adesão e envolvimento.

No dia da atividade, a intervenção foi organizada em duas etapas. Inicialmente, os estudantes de medicina reuniram as crianças, com idades entre 9 e 14 anos, em um espaço coletivo da escola para um momento educativo e interativo. A temática sobre o câncer de colo de útero e a prevenção através da vacinação contra o Papilomavírus Humano (HPV) foi abordada de forma lúdica e dinâmica, utilizando peças anatômicas cedidas pela faculdade, o que permitiu maior compreensão e aproximação do conteúdo.

Na segunda etapa da ação, foi realizada a checagem dos cartões vacinais das crianças, com a colaboração da equipe da UBS. Após a verificação, os estudantes de medicina, sob supervisão, puderam administrar as doses do imunizante contra o HPV naquelas crianças que apresentavam vacinação pendente, garantindo, assim, não apenas a educação em saúde, mas também a efetiva prevenção da infecção.

RELATO DE EXPERIÊNCIA



A realização da ação educativa foi antecedida por um planejamento conjunto entre os estudantes de medicina e a equipe da Unidade Básica de Saúde (UBS), contando com o apoio fundamental dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) do território. O planejamento incluiu reuniões para definição da logística da atividade, elaboração do conteúdo educativo e compra de materiais necessários, como cartazes ilustrativos, luvas, seringas e outros insumos para a vacinação. Além disso, foi realizada a reserva prévia das peças anatômicas junto ao laboratório da faculdade, garantindo que os modelos estivessem disponíveis e adequados para a atividade pedagógica.

Antes do dia programado, os ACS visitaram as famílias dos estudantes da escola pública, informando e conscientizando sobre a importância da ação, especialmente no que se referia à prevenção do câncer de colo de útero e à atualização da vacinação contra o Papilomavírus Humano (HPV).

No dia da ação, os estudantes de medicina se dirigiram à escola, onde inicialmente reuniram as crianças, com idades entre 9 e 14 anos, em um espaço coletivo apropriado. Esse primeiro momento foi dedicado à realização de uma atividade educativa, conduzida de forma interativa e dinâmica. Os estudantes utilizaram peças anatômicas cedidas pela faculdade para ilustrar e facilitar a compreensão sobre a anatomia do sistema reprodutor, a transmissão do HPV, as formas de prevenção e as consequências que podem advir da infecção não prevenida, como o desenvolvimento do câncer de colo de útero.

A utilização dos modelos anatômicos despertou a curiosidade e o interesse das crianças, tornando o momento mais participativo. Durante esse diálogo, foram também esclarecidas dúvidas e desconstruídos mitos e receios relacionados à vacinação, reforçando a importância do autocuidado e da prevenção.

Em um segundo momento, procedeu-se à checagem dos cartões de vacinação das crianças, realizada em conjunto com a equipe da UBS. Esse processo permitiu identificar aquelas que apresentavam esquema vacinal incompleto ou pendente em relação à vacina contra o HPV.

Por fim, sob supervisão profissional, os estudantes de medicina participaram ativamente da administração das doses do imunizante naquelas crianças com vacinação pendente, promovendo não apenas a educação em saúde, mas também contribuindo diretamente para o aumento da cobertura vacinal na comunidade escolar. A ação transcorreu de forma tranquila e foi bem recebida tanto pelas crianças quanto pela equipe escolar, reforçando a importância de parcerias entre serviços de saúde e instituições de ensino na promoção da saúde e prevenção de doenças.

DISCUSSÃO



A experiência vivenciada corrobora com achados na

literatura que destacam a efetividade de ações educativas em ambientes escolares para a promoção da saúde e prevenção de doenças, especialmente no que se refere à vacinação contra o HPV. Observou-se que as crianças participantes demonstraram bom entendimento sobre conceitos importantes como infecção, imunização e a relevância da vacinação como medida preventiva, o que, segundo Costa (2022), é um indicativo positivo da influência de políticas públicas e da educação em saúde no fortalecimento do autocuidado desde a infância.

181

Além disso, a elevada adesão às políticas de imunização identificada durante a checagem dos cartões vacinais, com apenas duas crianças necessitando da vacina, vai ao encontro dos dados apresentados pelo Ministério da Saúde, que apontam para avanços importantes na cobertura vacinal contra o HPV na população-alvo, especialmente quando há integração entre serviços de saúde e escolas (BRASIL, 2022). A literatura reforça que a vacinação nesse grupo etário é fundamental para prevenir infecções futuras e reduzir, de maneira significativa, a incidência do câncer de colo de útero (WHO, 2022).

O bom nível de conhecimento demonstrado pelas crianças também se alinha a estudos que indicam que campanhas educativas bem estruturadas e adequadas à faixa etária são capazes de impactar positivamente a percepção sobre os benefícios da imunização, combatendo mitos e medos que, muitas vezes, constituem barreiras à adesão vacinal (SILVA e ALMEIDA, 2021). Esse cenário evidencia a importância de manter e fortalecer ações intersetoriais, unindo saúde e educação, para consolidar comportamentos preventivos de forma duradoura.

Por fim, destaca-se que a experiência relatada também confirma a relevância do papel dos profissionais de saúde e dos estudantes em formação como agentes de promoção da saúde e de transformação social, especialmente em territórios vulneráveis (Costa et al., 2022). A aproximação desses futuros profissionais com a comunidade escolar contribui para o fortalecimento das práticas de prevenção e para o alcance das metas estabelecidas pelas políticas públicas de saúde, como a eliminação do câncer de colo de útero como problema de saúde pública nas próximas décadas (WHO, 2022).

CONCLUSÃO

A realização da ação educativa sobre a prevenção do câncer de colo de útero, com ênfase na vacinação contra o HPV, permitiu aos autores refletirem sobre a importância do espaço escolar como ambiente estratégico para a promoção da saúde, especialmente na infância e adolescência. A experiência demonstrou que, quando as informações são transmitidas de forma clara, lúdica e acessível, há uma maior receptividade e compreensão por parte do público, contribuindo para o fortalecimento de atitudes preventivas.

A elevada adesão vacinal observada reforçou a eficácia das políticas públicas de imunização, bem como a relevância das parcerias entre os serviços de saúde e as instituições de ensino. Para os estudantes de medicina envolvidos, a atividade representou uma oportunidade valiosa de vivenciar, na prática, o papel transformador da



educação em saúde, não apenas como um instrumento informativo, mas como uma ferramenta potente na construção de comunidades mais conscientes e saudáveis.

Por fim, a experiência proporcionou uma reflexão crítica sobre a necessidade de ampliar e qualificar cada vez mais as ações de prevenção, reconhecendo que o enfrentamento de doenças como o câncer de colo de útero depende, sobretudo, de um trabalho contínuo, intersetorial e comprometido com a promoção da saúde desde as fases iniciais da vida.

182

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de recomendações para a vacinação contra o HPV na atenção primária à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

COSTA, A. F.; SOUZA, L. M.; SANTOS, R. P. Educação em saúde para prevenção do HPV: um estudo com adolescentes. **Revista Brasileira de Promoção da Saúde**, v. 35, e21211, 2022.

INCA – Instituto Nacional de Câncer. Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2023.

SILVA, E. R.; ALMEIDA, M. A. Percepção de adolescentes sobre a vacinação contra o HPV. **Revista de Enfermagem e Saúde**, v. 10, n. 1, p. 45-54, 2021.

WHO – World Health Organization. Global strategy to accelerate the elimination of cervical cancer as a public health problem. Geneva: WHO, 2022.

DEFENSORES DA IMUNIDADE: CORRIDA PELA SAÚDE EM VACINÓPOLIS

Helvídio de Aguiar Ferraz Neto¹; João Gabriel Holanda Cronenberg¹; Julia Celestino Grande¹; Lara Meneses Alves¹; Mara Sammya do Rego Bastos¹; Maria Gabriela Cunha Mendes Amorim Lima¹; Moisés Martins Costa¹; Saulo Silva Ramos; Yasmin de Maria Campos e Silva¹; Ayane Araújo Rodrigues²

¹ Discente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí - FAHHESP/IESVAP

² Docente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí - FAHESP/IESVAP

RESUMO

A baixa adesão ao calendário vacinal infantil tem se tornado uma preocupação crescente no Brasil, favorecendo o ressurgimento de doenças antes controladas, como o sarampo e a poliomielite. Entre os fatores associados estão a desinformação, o medo de reações



adversas e a disseminação de fake news. Diante disso, o projeto de extensão "Defensores da Imunidade: Corrida pela Saúde em Vacinópolis" foi desenvolvido com o objetivo de promover educação em saúde de forma lúdica e acessível a crianças do ensino fundamental I da Escola IABC. Utilizou-se um teatro de fantoches e um jogo de tabuleiro temático, no qual os personagens, representando vacinas e profissionais da saúde, enfrentavam microrganismos causadores de doenças. A ação permitiu que as crianças compreendessem a importância da imunização de maneira participativa e divertida. Observou-se grande engajamento e assimilação dos conteúdos, além do relato de pais e professores sobre o despertar do interesse das crianças em atualizar a caderneta vacinal. A experiência reforça o potencial de abordagens interativas no enfrentamento da hesitação vacinal.

183

Palavras-chave: Vacinação infantil. Educação em saúde. Imunização.

INTRODUÇÃO

A vacinação é reconhecida mundialmente como uma das estratégias mais eficazes de prevenção de doenças e promoção da saúde pública, especialmente na infância. Através das vacinas, foi possível controlar, e em alguns casos erradicar, doenças infecciosas de alto potencial de morbimortalidade. No entanto, nas últimas décadas, o Brasil tem enfrentado uma preocupante redução nas coberturas vacinais, o que contribui para o reaparecimento de enfermidades como o sarampo, considerado eliminado no país em 2016, mas que voltou a registrar surtos nos anos seguintes (Brasil, 2025).

Diversos fatores explicam essa queda na adesão ao calendário vacinal, entre eles a disseminação de notícias falsas sobre vacinas, o medo de reações adversas e, principalmente, a falta de informação adequada sobre sua segurança e importância. Além disso, desafios estruturais, como a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e o desconhecimento da população sobre o calendário vacinal, agravam o problema (Morais, 2021). Esses aspectos tornam a infância uma fase crítica para a intervenção educativa, visto que é nesse período que se estabelecem hábitos e valores em saúde.

A escola, nesse cenário, se apresenta como um espaço privilegiado para ações de educação em saúde, por permitir o diálogo direto com crianças, familiares e professores. Abordagens lúdicas têm se mostrado eficazes no processo de aprendizagem infantil, especialmente quando associadas a temáticas complexas, como a vacinação (Parreira, 2020). A ludicidade permite que o conteúdo seja internalizado de maneira natural e participativa, favorecendo a mudança de comportamento e a multiplicação da informação no contexto familiar e comunitário.

Diante dessa realidade, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a experiência extensionista desenvolvida por meio do projeto "Defensores da Imunidade: Corrida pela Saúde em Vacinópolis", realizado na Escola IABC, em Parnaíba – PI. A ação utilizou recursos como teatro de fantoches e um jogo de tabuleiro educativo para sensibilizar crianças do ensino fundamental sobre a importância da vacinação, combatendo a desinformação e incentivando a adesão ao calendário vacinal.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de um relato de experiência extensionista com abordagem qualitativa, desenvolvido na Escola IABC, em Parnaíba – PI, no primeiro semestre de 2025. O público-alvo foram crianças do ensino fundamental, entre 6 e 10 anos. A atividade foi planejada por estudantes de Medicina, com orientação docente, baseada em estratégias lúdicas de educação em saúde.



A ação ocorreu em dois momentos: inicialmente, foi apresentado um teatro de fantoches com personagens representando vacinas, profissionais da saúde e microrganismos patógenos, visando abordar o tema de forma acessível e envolvente. Em seguida, aplicou-se o jogo de tabuleiro “Corrida pela Saúde em Vacinópolis”, com perguntas e desafios sobre vacinação, estimulando a participação ativa das crianças. Enquanto parte da equipe conduzia o jogo, outra analisava os cartões de vacinação dos alunos, com autorização prévia dos pais, que foram informados pela escola sobre a necessidade de enviar a caderneta vacinal, para verificar a completude do esquema vacinal e orientar sobre a importância da atualização (De Sousa et al., 2023).

A avaliação baseou-se na observação do engajamento das crianças e na receptividade ao conteúdo, evidenciando um ambiente participativo e motivador. A experiência proporcionou aprendizado significativo e reforçou a importância da educação em saúde no contexto escolar. A atuação integrada entre estudantes, escola e famílias mostrou-se eficaz para promover mudanças positivas nos hábitos de saúde da comunidade escolar. O projeto teve autorização formal da direção da escola.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto de extensão "Vacinópolis" foi desenvolvido como uma iniciativa inovadora para abordar a importância da vacinação infantil de forma criativa e acessível. Idealizado por acadêmicos de Medicina em parceria com a Escola IABC, o projeto tinha como objetivo principal desmistificar conceitos sobre imunização e transformá-los em conhecimento de fácil assimilação para crianças do ensino fundamental. Além do aspecto educativo, buscou-se também avaliar a situação vacinal dos participantes, identificando possíveis lacunas no calendário de vacinação que pudessem ser corrigidas em conjunto com as famílias e educadores.

A preparação do projeto demandou um cuidadoso planejamento em equipe. Durante reuniões semanais, os membros discutiram estratégias para tornar o conteúdo atrativo e eficaz, optando por uma abordagem lúdica que incluía atividades interativas. Decidiu-se criar uma narrativa envolvente que apresentasse a vacinação como uma heroica batalha contra vilões microscópicos, facilitando o entendimento das crianças sobre como as vacinas funcionam no organismo. Para isso, desenvolveram-se materiais educativos personalizados, como fantoches e um jogo de tabuleiro temático, todos produzidos artesanalmente pelos integrantes do grupo.

Figura 1 – Fantoche e dinâmica do jogo “Vacinópolis”



Fonte: Os autores.

A execução do projeto ocorreu durante um turno escolar, começando com um acolhimento caloroso das crianças. A peça teatral com fantoches foi o primeiro contato dos alunos com o tema, apresentando personagens como a Doutora Cuidadosa, Vacina Vitor e os vilões Vírus Valente e Bactéria Bagunceira. As crianças demonstraram imediato entusiasmo, interagindo espontaneamente com os personagens e absorvendo os conceitos de forma natural. Após a apresentação, conduziu-se uma conversa descontraída para reforçar os pontos principais, observando-se com satisfação que muitas já conseguiam explicar com suas próprias palavras a importância das vacinas.

Na sequência, as crianças foram divididas em grupos para jogar o "Vacinópolis", um jogo de tabuleiro criado especialmente para o projeto. Cada casa do jogo representava uma etapa do calendário vacinal, com perguntas e desafios que testavam o conhecimento adquirido. Percebeu-se como os alunos colaboravam entre si, discutindo as respostas e celebrando cada acerto. O jogo não apenas fixou os conceitos como também promoveu habilidades sociais importantes, como trabalho em equipe e escuta ativa. Ao final, cada participante recebeu uma lembrança simbólica, reforçando seu papel como "defensores da saúde" em suas comunidades.

Paralelamente às atividades lúdicas, realizou-se a verificação das cadernetas de vacinação de todos os participantes. Essa etapa contou com o apoio essencial dos



professores e da direção escolar, que facilitaram o acesso às informações de forma organizada e respeitosa. Após a análise, elaboraram-se relatórios individuais para cada turma, destacando os casos que necessitavam de atenção especial. Os professores receberam orientações claras sobre como comunicar esses resultados aos pais, sempre com uma abordagem educativa e não punitiva. Essa ação concreta permitiu que o projeto ultrapassasse as barreiras da escola, alcançando as famílias e contribuindo para a saúde pública como um todo.

Figura 2 - Verificação das cadernetas de vacinação e registro dos discentes com as crianças da escola IABC.



Fonte: Os autores.

O projeto "Defensores da Imunidade" demonstrou resultados significativos que transcendem os objetivos iniciais. A abordagem lúdica não apenas facilitou a compreensão sobre vacinação, mas estabeleceu uma relação positiva e duradoura das crianças com o tema da prevenção em saúde. Observou-se que os participantes assumiram espontaneamente o papel de disseminadores do conhecimento adquirido, compartilhando informações com familiares e colegas. Para os acadêmicos de Medicina envolvidos, a experiência representou uma oportunidade valiosa de aplicar conhecimentos teóricos na prática, desenvolvendo competências essenciais como comunicação efetiva, trabalho em equipe e responsabilidade social. O êxito alcançado nesta primeira edição indica o potencial de ampliação da iniciativa para outras instituições de ensino, com adaptações



que permitam replicar a metodologia em diferentes contextos educacionais, sempre com o propósito de fortalecer a cultura de prevenção e cuidado com a saúde coletiva.

DISCUSSÃO

O projeto "Defensores da Imunidade: Corrida pela Saúde em Vacinópolis" representa uma contribuição significativa para as estratégias de educação em saúde voltadas à imunização infantil. Os resultados obtidos reforçam as evidências científicas que apontam a gamificação como ferramenta eficaz para promoção de conhecimentos em saúde pública. A metodologia desenvolvida, que combinou elementos lúdicos com verificação ativa da situação vacinal, demonstrou potencial para superar algumas das limitações das abordagens educativas tradicionais (Passolli et al., 2020).

A experiência corrobora estudos anteriores que destacam o valor pedagógico de estratégias baseadas em jogos para o ensino de conceitos complexos em saúde. Particularmente, a criação de uma narrativa envolvente com personagens antagonistas (vírus versus vacinas) mostrou-se eficiente para facilitar a compreensão dos mecanismos de imunização, conforme observado em intervenções similares desenvolvidas em outros contextos (Hungaro, et al., 2021). Esta abordagem inovadora permitiu transformar conceitos abstratos em elementos concretos e acessíveis ao público infantil.

A integração entre atividades educativas e avaliação das carteiras de vacinação constituiu um diferencial importante do projeto. Esta estratégia dual mostrou-se alinhada com as recomendações do Programa Nacional de Imunizações, que enfatiza a necessidade de combinar educação em saúde com ações concretas de vigilância vacinal (Barbieri et al., 2021).

A escolha pelo público infantil como alvo principal e agente multiplicador revelou-se particularmente acertada. Pesquisas recentes demonstram que crianças exercem importante papel na disseminação de informações sobre saúde em seus núcleos familiares (Abreu et al., 2021). O projeto "Defensores da Imunidade" potencializou esta característica, transformando os participantes em embaixadores dos conceitos aprendidos. Esta abordagem mostra-se especialmente relevante no contexto atual de queda nas coberturas vacinais e aumento da hesitação vacinal no país.

O projeto destaca o papel estratégico das instituições de ensino como espaços de promoção da saúde, reforçando a importância da intersetorialidade nas ações de imunização. A experiência sugere que abordagens criativas e contextualizadas podem ser ferramentas poderosas no enfrentamento dos atuais desafios da saúde pública, especialmente quando alinhadas às evidências científicas e às diretrizes do SUS.

Em síntese, "Defensores da Imunidade" representa um modelo inovador de intervenção em saúde pública que combina rigor científico com metodologias ativas de aprendizagem. Os resultados reforçam a necessidade de investir em estratégias educativas criativas para a promoção da cultura de prevenção, particularmente em contextos de declínio nas coberturas vacinais. O projeto aponta caminhos promissores para futuras iniciativas que busquem associar educação em saúde com ações concretas de vigilância vacinal.

CONCLUSÃO

O projeto "Defensores da Imunidade: Corrida pela Saúde em Vacinópolis" demonstrou o potencial transformador de metodologias lúdicas na educação em saúde, evidenciando como estratégias criativas podem facilitar a assimilação de conhecimentos científicos pelo público infantil. A experiência permitiu constatar que a abordagem gamificada, além de eficaz na transmissão de conceitos sobre imunização,



possui a capacidade de gerar engajamento emocional e transformar as crianças em multiplicadoras do aprendizado em seus círculos sociais.

Em termos de perspectivas futuras, o projeto aponta a necessidade de iniciativas que integrem permanentemente as instituições de ensino às ações de promoção da saúde. Os resultados sugerem que a combinação entre atividades educativas inovadoras e verificação ativa da situação vacinal pode representar uma estratégia promissora para o enfrentamento da queda nas coberturas vacinais observada no país.

A experiência evidenciou ainda o papel fundamental da universidade como articuladora de saberes entre a comunidade acadêmica e a sociedade. O projeto reforçou a importância da extensão universitária como espaço de troca de conhecimentos e de desenvolvimento de metodologias adaptadas às realidades locais. Observou-se que intervenções aparentemente simples, quando bem planejadas e executadas com base em evidências científicas, podem gerar impactos significativos na saúde coletiva.

Como contribuição final, “Vacinópolis” deixa como legado a demonstração de que é possível conciliar rigor científico com criatividade pedagógica na área da saúde pública. O projeto serve como modelo para futuras iniciativas que busquem aliar educação, prevenção e vigilância em saúde, sempre com foco na construção de uma cultura de prevenção acessível e significativa para diferentes públicos. Os aprendizados obtidos reforçam a importância de se investir em estratégias inovadoras que transformem dados epidemiológicos em ações concretas e contextualizadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Geraldo Junio et al. Educação em saúde para crianças: estratégia de combate a dengue. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e2110110864-e2110110864, 2021.

BARBIERI, Carolina Luísa Alves; MARTINS, Lourdes Conceição; PAMPLONA, Y. A. P. Imunização e cobertura vacinal: passado, presente e futuro. **São Paulo**, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento do Programa Nacional de Imunizações. Coordenação-Geral de Incorporação Científica e Imunização. Instrução Normativa que instrui o Calendário Nacional de Vacinação – 2025. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-que-instrui-o-calendario-nacional-de-vacinacao-2025.pdf>

DE OLIVEIRA MEDEIROS, Luana et al. A importância da intervenção acerca da prática de imunização na infância. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. e32411528401-e32411528401, 2022.

DE SOUZA, Maria Carolinne Cardoso et al. Adesão à imunização infantil no Brasil: uma revisão narrativa. **Scientific Electronic Archives**, v. 16, n. 7, 2023.

HUNGARO, Thiago Alves et al. Jogos sérios e gamificação: um novo modelo para educação em saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 9, p. e8540-e8540, 2021.

MORAIS, Jakeline Nascimento; QUINTILIO, Maria Salete Vaceli. Fatores que levam à baixa cobertura vacinal de crianças e o papel da enfermagem–revisão literária. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 9, n. 2, p. 1054-1063, 2021.

PARREIRA, Adriano Guimaraes; SOUZA, Hernane Dias; BESSA, Allan Moraes. Imunologia na escola: promoção do debate acerca da vacinação. **Expressa Extensão**, v. 25, n. 2, p. 68-79, 2020.



POSSOLLI, Gabriela Eyng; MARCHIORATO, Alexa Lara;
NASCIMENTO, Gabriel Lincoln. Gamificação como recurso educacional na área da
saúde: uma revisão integrativa. **Educ Tecnol**, v. 23, n. 3, p. 1-17, 2020.

PROJETO CAMINHOS SUSTENTÁVEIS E A REUTILIZAÇÃO DE MATERIAIS

189

Dayna Souza Sobrinho¹; Eliene Ribeiro de Andrade¹; Emilly Vitória Lima Barbosa¹; Gleiciane Cavalcante Cunha¹; Iana Karollyne Rodrigues Damasceno Coelho¹; Isabele Mendes de Vasconcelos¹; Kethelen Maykelly de Lima Silva¹; Rayssa Cerqueira Pontes¹; Thainara Tannyse Sousa dos Santos¹; William Lima da Silva¹; Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda²

¹ Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP

² Docente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP

RESUMO

O projeto Caminhos Sustentáveis teve como objetivo principal promover a educação ambiental a partir da reutilização de materiais, incentivando práticas sustentáveis em ambientes escolares e universitários. A ação consistiu na confecção de lixeiras utilizando pneus descartados, que passaram por um processo de limpeza, pintura e adaptação para o armazenamento de resíduos recicláveis. As lixeiras foram instaladas na Faculdade IESVAP e na Escola Lauro Correia, ambas localizadas em Parnaíba – PI, e funcionam como ferramentas de incentivo à separação correta dos resíduos. Além disso, servem como pontos de coleta acessíveis a catadores de materiais recicláveis, promovendo a inclusão social e o apoio econômico desses profissionais. As atividades do projeto também envolveram ações de conscientização junto à comunidade acadêmica e escolar, destacando a importância do descarte adequado do lixo, da preservação ambiental e da responsabilidade compartilhada. A participação ativa de estudantes, professores e colaboradores foi fundamental para o êxito da proposta, demonstrando que o engajamento coletivo e o uso criativo de materiais reutilizáveis podem gerar impactos positivos e duradouros no meio ambiente. O projeto revelou que iniciativas simples, quando bem estruturadas, são capazes de transformar comportamentos e fortalecer a cultura da sustentabilidade em diferentes contextos sociais e educacionais.

Palavras-chave: Reutilização. Inclusão social. Reciclagem

INTRODUÇÃO

A crescente geração de resíduos sólidos nas cidades tem exigido soluções sustentáveis e acessíveis. A reciclagem é uma das alternativas mais viáveis para reduzir os impactos ambientais e promover o uso consciente dos nossos recursos. Além disso, a educação ambiental fortalece o entendimento coletivo sobre a importância da gestão adequada do lixo, incentivando mudanças de comportamento. Como afirma Fonseca, “um dos primeiros passos é uma coisa simples: a reciclagem. Temos que pensar no futuro, não



nosso, mas de nossos filhos e netos. Reciclagem: o primeiro passo

para a preservação ambiental” (Fonseca, 2003, p. 12), essa reflexão ressalta o papel fundamental da reciclagem como catalisadora de uma mudança cultural e comportamental que beneficia gerações futuras.

Iniciativas que integram práticas sustentáveis com ações educativas desempenham um papel essencial nesse processo. A reutilização criativa de materiais, como pneus, é um exemplo que demonstra como resíduos podem ser transformados em soluções inovadoras e úteis. Os pneus, que frequentemente se acumulam em terrenos baldios ou são descartados de forma inadequada, representam uma ameaça significativa ao meio ambiente, já que demoram centenas de anos para se decompor e podem liberar substâncias tóxicas. Contudo, quando reaproveitados, esses materiais ganham uma nova função e contribuem para a diminuição do impacto ambiental, ao mesmo tempo em que promovem benefícios sociais, como a geração de renda para comunidades vulneráveis, especialmente catadores de recicláveis.

O impacto do Projeto Caminhos Sustentáveis dos alunos do 4º período do curso de Direito do IESVAP, vai além da instalação das lixeiras. Ele promove a educação ambiental ao envolver estudantes, professores e demais membros da comunidade na construção de uma cultura de sustentabilidade. As lixeiras tornaram-se símbolos de conscientização e de responsabilidade compartilhada, inspirando outras instituições a adotarem iniciativas semelhantes. Adicionalmente, a parceria com catadores de recicláveis fortaleceu a economia solidária e contribuiu para a inclusão social, ao valorizar o trabalho dessas pessoas e oferecer novas oportunidades de geração de renda.

Em síntese, o projeto evidencia como soluções criativas e de baixo custo podem gerar mudanças significativas na sociedade, ao integrar práticas ambientais, sociais e educativas. Ele reforça a ideia de que pequenas ações podem ser catalisadoras de grandes transformações, incentivando a comunidade a adotar atitudes mais responsáveis e solidárias em relação ao meio ambiente. Dessa forma, o Projeto Caminhos Sustentáveis não apenas contribui para a preservação do planeta, mas também promove valores que ajudam a construir uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente.

METODOLOGIA

O projeto foi realizado com base em uma abordagem participativa, interdisciplinar e voltada para a prática concreta, fundamentada nos princípios da educação ambiental crítica, conforme Loureiro (2012). Essa abordagem visa à formação de sujeitos conscientes e engajados, estimulando a reflexão sobre a realidade socioambiental e promovendo transformações por meio da participação coletiva. Inicialmente, foi realizado um mapeamento de borracharias e oficinas mecânicas no município de Parnaíba – PI, com o intuito de identificar fontes viáveis de pneus descartados. Os materiais foram transportados pelos próprios integrantes do projeto até um espaço previamente preparado para sua transformação.

O processo de preparação dos pneus consistiu em várias etapas: a limpeza com água, sabão neutro e escovas específicas; a secagem; a pintura com tintas resistentes ao tempo, utilizando cores vibrantes; e a adaptação dos pneus para funcionarem como lixeiras. As lixeiras foram instaladas na Faculdade IESVAP e na Escola Lauro Correia, selecionadas por seu potencial de multiplicação do conhecimento e por abrangerem diferentes faixas etárias e contextos educacionais. A instalação foi acompanhada por ações educativas, como palestras, rodas de conversa e distribuição de materiais



informativos, abordando temas como reciclagem, sustentabilidade, e o papel dos catadores de recicláveis na cadeia do reaproveitamento de resíduos.

A metodologia adotada também promoveu o protagonismo dos envolvidos, estimulando a colaboração entre estudantes, professores, gestores e voluntários. A articulação com a comunidade escolar e acadêmica foi fundamental para garantir o envolvimento contínuo com a proposta, favorecendo uma educação ambiental integrada ao cotidiano e às práticas institucionais.

191

RELATO DE EXPERIÊNCIA

As atividades do projeto Caminhos Sustentáveis iniciaram-se com a mobilização de voluntários entre os alunos do 4º período do curso de Direito, que atuaram ativamente na coleta de pneus usados em borracharias de Parnaíba – PI. A escolha dos pneus como matéria-prima refletiu a busca por soluções criativas e sustentáveis para resíduos sólidos de difícil decomposição, valorizando o reaproveitamento e o impacto visual das lixeiras a serem construídas.

Após a coleta, os pneus foram levados a um espaço previamente definido para sua transformação. Nesse local, as etapas de limpeza, secagem e pintura foram realizadas com cuidado, assegurando tanto a durabilidade do material quanto a estética dos produtos finais. As lixeiras passaram a exibir cores vivas e acabamento visualmente atrativo, incorporando placas explicativas e símbolos de reciclagem, o que reforçou seu papel educativo nos ambientes onde foram instaladas.

Na Faculdade IESVAP, as lixeiras foram posicionadas em pontos estratégicos de grande circulação, como corredores, pátios e próximos a cantinas. Além da instalação, foi realizada uma palestra interativa com o objetivo de conscientizar a comunidade acadêmica sobre o destino correto dos resíduos e a importância da reciclagem para a preservação ambiental. A receptividade foi notável: estudantes e professores demonstraram interesse, aderiram ao uso adequado das lixeiras e passaram a discutir com mais frequência temas relacionados à sustentabilidade.

Na Escola Lauro Correia, a abordagem foi adaptada à faixa etária dos estudantes do ensino fundamental. Foram promovidas atividades lúdicas e interativas, como dinâmicas educativas, roda de conversa e a integração do tema aos conteúdos pedagógicos. Professores e coordenadores pedagógicos colaboraram para inserir a pauta ambiental no planejamento escolar, estimulando os alunos a replicarem os conhecimentos adquiridos em casa e na comunidade.

Além das ações educativas, o projeto também buscou fortalecer a inclusão social ao considerar as lixeiras como pontos de coleta para catadores de recicláveis. Com isso, a proposta não apenas fomentou a reciclagem, mas também valorizou o trabalho informal dos catadores, oferecendo-lhes acesso mais organizado aos materiais descartados e, potencialmente, melhorando suas condições de trabalho.

O projeto demonstrou que a união entre educação ambiental, reutilização de resíduos e engajamento social é uma ferramenta poderosa de transformação. A participação ativa da comunidade, o entusiasmo dos voluntários e o apoio das instituições



envolvidas foram fundamentais para o sucesso da iniciativa. Essa experiência ressaltou que ações sustentáveis, mesmo com recursos limitados, podem gerar mudanças significativas nos hábitos cotidianos e na relação das pessoas com o meio ambiente.

DISCUSSÃO

A experiência vivenciada com o projeto Caminhos Sustentáveis revelou-se uma ação concreta e transformadora ao integrar educação ambiental, reutilização de materiais e inclusão social. Os resultados observados — como o interesse dos estudantes, a receptividade dos educadores e a inserção do tema da sustentabilidade no cotidiano escolar e universitário — demonstram a eficácia de estratégias simples, porém significativas, para a promoção da sustentabilidade.

A literatura corrobora essa abordagem. Fonseca (2003) destaca a reciclagem como o primeiro passo essencial para a preservação ambiental, enfatizando que ações cotidianas, quando orientadas por uma consciência coletiva, podem gerar mudanças duradouras. O projeto, ao reutilizar pneus descartados, alinha-se à ideia de Fonseca ao propor uma solução viável e educativa para o problema dos resíduos sólidos. Além disso, a metodologia adotada reflete os princípios da educação ambiental crítica propostos por Loureiro (2012), ao valorizar a prática reflexiva e a participação ativa da comunidade na transformação da realidade.

A proposta também encontra respaldo na perspectiva de Gadotti (2000), ao propor uma educação para a sustentabilidade, que vai além do ensino de conteúdos e estimula a articulação entre valores, participação e transformação social. Nesse sentido, a ação vai ao encontro do que Jacobi (2005) defende como corresponsabilidade dos diferentes atores sociais na construção de uma cultura sustentável, especialmente ao envolver estudantes, professores, catadores e voluntários em um processo coletivo.

Além disso, o projeto dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente os ODS 12 (consumo e produção responsáveis) e 13 (ação contra a mudança global do clima), ao incentivar o reaproveitamento de resíduos e a conscientização ambiental por meio de práticas acessíveis e educativas. A inclusão dos catadores de recicláveis, por exemplo, aponta para um aspecto frequentemente negligenciado nas discussões sobre sustentabilidade: a justiça social.

A principal lição aprendida foi a constatação de que iniciativas sustentáveis ganham força quando articuladas ao contexto local e promovem o protagonismo social. A singularidade do projeto está justamente na articulação entre o fazer coletivo e a transformação social, evidenciando que práticas ambientais só são efetivas quando compreendidas, vivenciadas e valorizadas por quem as executa. Assim, o Caminhos Sustentáveis configura-se como um modelo de intervenção que alia teoria e prática, e cuja simplicidade não diminui sua profundidade nem sua potência de transformação.

CONCLUSÃO

A realização do projeto Caminhos Sustentáveis proporcionou uma experiência rica em aprendizagem, engajamento social e fortalecimento da educação ambiental. A confecção de lixeiras a partir de pneus reutilizados demonstrou ser uma estratégia eficaz,



criativa e de baixo custo para estimular práticas sustentáveis nos ambientes educacionais. Ao serem instaladas na Faculdade IESVAP e na Escola Lauro Correia, as lixeiras funcionaram não apenas como ferramentas para o descarte correto de resíduos, mas como símbolos de transformação ambiental e educativa. Os resultados alcançados — como o despertar da consciência ecológica entre os estudantes, a integração do tema da reciclagem ao cotidiano escolar e universitário e o fortalecimento de valores voltados à responsabilidade ambiental — evidenciam o impacto positivo da proposta.

Houve o aprendizado de que ações sustentáveis, quando articuladas ao contexto pedagógico e realizadas de forma participativa, geram envolvimento, reflexão e mudança de comportamento. A experiência também reforçou a importância de iniciativas locais que, mesmo em pequena escala, podem produzir efeitos significativos no processo de sensibilização ambiental. Como contribuição, o projeto oferece um modelo viável de intervenção socioambiental, que pode ser replicado em outras instituições educacionais com adaptações simples. Para experiências futuras, sugere-se ampliar o número de ações de conscientização, desenvolver oficinas práticas com os alunos e promover parcerias com iniciativas de coleta seletiva. Dessa forma, será possível aprofundar o alcance e a sustentabilidade de propostas que unem educação, meio ambiente e transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>.

FONSECA, L. H. F. **RECICLAGEM: O PRIMEIRO PASSO PARA A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.** Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXIII, Nº. 000036, 10/07/2013.

Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/reciclagem-o-primeiro-passo-para-preservacao-ambiental>. Acessado em: 03/06/2025.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade - uma contribuição crítica à década da educação para o desenvolvimento sustentável.** Gadotti.org.br, 2025.

JACOBI, P. (2003). **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** *Cadernos De Pesquisa*, (118), 189–205. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/533>

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental crítica: bases teóricas e práticas para a sustentabilidade.** São Paulo: Cortez, 2012.

**PROJETO ENVELHESER: VITALIDADE E SABEDORIA EM CADA FASE DA VIDA E A
PROMOÇÃO DE UM ENVELHECIMENTO DIGNO**

Ademar da Silva Canabrava Neto¹; Arthur Nascimento Magalhães¹; Demerval Feitosa dos Santos Júnior¹; Francisco Valentim Braga Neto¹; Gabriel Victor Macedo de Moura¹; Júlio César Pontes Almeida¹; Maria Victoria Pereira Capistrano¹; Miqueias do Nascimento Ramos¹; Paulo Jefferson de Oliveira Barros¹; Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda²

¹ Discente do Curso de Direito da IESVAP

² Docente do Curso de Direito da IESVAP

RESUMO

O Projeto EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida teve como finalidade promover o cuidado integral à pessoa idosa por meio de ações educativas focadas na saúde física, mental e na conscientização dos direitos sociais. As atividades foram realizadas no CRAS – Céu das Artes e contaram com rodas de conversa, dinâmicas e a participação de profissionais das áreas de fisioterapia e psicologia. A metodologia utilizada teve caráter participativo e interdisciplinar, priorizando a escuta ativa, a mobilização corporal adaptada e a valorização das experiências de vida dos idosos. Os encontros permitiram reflexões sobre o processo de envelhecimento, autocuidado, autoestima e inclusão social. Os resultados evidenciaram impactos positivos como o fortalecimento de vínculos, redução da solidão e aumento da disposição física e emocional dos participantes. Fundamentado em diretrizes da Organização Mundial da Saúde e no Estatuto da Pessoa Idosa, o projeto reforça a importância de práticas extensionistas que unam conhecimento técnico e humanização. Assim, o EnvelheSer reafirma seu compromisso com a promoção do envelhecimento ativo, com foco na autonomia, dignidade e bem-estar dos idosos, contribuindo para uma sociedade mais justa, sensível e inclusiva.

Palavras-chave: Pessoa Idosa. Saúde. Direitos.

INTRODUÇÃO

O Projeto EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida, nasceu com o propósito de promover respeito, conscientização e valorização da pessoa idosa. A atividade contou com uma apresentação educativa sobre os direitos dos idosos e reflexões sobre o envelhecimento com dignidade. Além da apresentação, o grupo promoveu uma roda de conversa para escutar e valorizar as histórias, saberes e experiências de vida dos idosos presentes. Momentos como esses demonstram que ouvir, dialogar e respeitar são caminhos fundamentais para uma sociedade mais humana e inclusiva.

O EnvelheSer representa mais que um projeto, configurando-se como um convite ao cuidado, ao diálogo e à construção de pontes entre gerações. O processo de envelhecimento é uma etapa natural da vida, marcada por transformações físicas,



emocionais e sociais, exigindo atenção especial às necessidades específicas dessa população. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015), o envelhecimento ativo e saudável depende não apenas da ausência de doenças, mas também de aspectos psicossociais, como inclusão social e acesso a serviços de saúde adequados.

No Brasil, o Estatuto da Pessoa Idosa assegura uma série de direitos fundamentais voltados à proteção, respeito e dignidade das pessoas com 60 anos ou mais. Apesar disso, muitos idosos ainda desconhecem seus direitos, contribuindo para situações de vulnerabilidade e negligência. O fortalecimento da autonomia e do protagonismo da pessoa idosa é essencial para que esse público possa viver com qualidade e respeito em todas as esferas da vida. Aliado a isso, a promoção da saúde mental e física por meio de ações interdisciplinares tem ganhado destaque em projetos sociais e acadêmicos, assim como o presente. A atuação conjunta de profissionais de fisioterapia e psicologia possibilita o desenvolvimento de atividades que estimulam o corpo, promovem bem-estar e favorecem o acolhimento emocional dos idosos (Silva; Lopes, 2020).

Essas ações são importantes para minimizar sentimentos como solidão, tristeza e ansiedade, comuns nessa fase da vida. Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo relatar a execução de um projeto voltado ao cuidado integral da pessoa idosa, com foco na promoção da saúde física e mental, bem como na valorização de seus direitos sociais. Por meio de rodas de conversa, dinâmicas e acompanhamentos com profissionais especializados, buscou-se estimular o autocuidado, o fortalecimento de vínculos e o reconhecimento dos direitos legais dos idosos, contribuindo para uma vivência mais digna e ativa na terceira idade.

METODOLOGIA

A metodologia adotada no Projeto EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida foi participativa, vivencial e interdisciplinar, focada na promoção do envelhecimento saudável. As atividades ocorreram no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS – Céu das Artes), espaço acessível e com forte vínculo comunitário. Os participantes foram organizados em pequenos grupos para favorecer atenção individualizada. Antes de cada atividade, foram realizadas rodas de escuta para identificar as necessidades dos idosos e adaptar as intervenções à sua realidade (Ferreira; Almeida; Santos, 2020).

No dia 17 de abril, uma fisioterapeuta, acompanhada de duas estagiárias, conduziu uma atividade voltada à saúde física da pessoa idosa, enfatizando mobilidade, equilíbrio e prevenção de quedas. Os participantes receberam orientações sobre autocuidado e funcionalidade, além de realizarem exercícios adaptados. Houve troca de experiências entre estudantes e idosos sobre estigma, autonomia e papel da família.

No dia 8 de maio, uma psicóloga mediou uma roda de conversa sobre questões emocionais na velhice, como autoestima, vínculos afetivos e enfrentamento de perdas, incluindo técnicas de relaxamento e dinâmicas expressivas (Silva; Mendes, 2018). Também foram realizadas práticas de dança adaptada e psicomotricidade baseadas em movimento funcional (Nunes; Carvalho, 2018), alinhadas às diretrizes da Organização Mundial da Saúde para envelhecimento ativo (OMS, 2015).



Dois vídeos foram produzidos em cada dia para registrar as ações e promover reflexão para o aprimoramento contínuo do projeto.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Desde o início do planejamento, foram desenvolvidas atividades que não apenas informassem, mas também acolhessem e escutassem os idosos, promovendo um ambiente de troca mútua, respeito e valorização da experiência de vida dos participantes. Contribuir com a comunidade, especialmente com a população idosa, representa uma forma de construir uma sociedade mais consciente e solidária.

No primeiro encontro, realizado no dia 17 de abril, houve valiosa colaboração de uma profissional da área de fisioterapia, cuja presença foi fundamental para enriquecer o diálogo com os participantes. A fisioterapeuta iniciou sua fala destacando os principais cuidados necessários para a manutenção da saúde física na terceira idade, abordando temas como a importância da prática regular de exercícios físicos adaptados, a prevenção de quedas, o fortalecimento muscular e o estímulo à mobilidade articular. Foram apresentadas orientações práticas sobre alongamentos, posturas adequadas no dia a dia e formas de evitar o sedentarismo, sempre respeitando os limites e condições de saúde de cada idoso.

A atividade foi conduzida no formato de roda de conversa, estratégia eficaz para proporcionar um ambiente acolhedor, democrático e participativo. Esse formato permitiu que os idosos compartilhassem suas próprias vivências, dúvidas, dificuldades e sugestões. Houve troca rica de experiências, na qual muitos relataram suas rotinas de cuidados com a saúde, limitações físicas e estratégias adotadas para lidar com os desafios do envelhecimento. Durante esse encontro, foram discutidos alguns dos principais direitos assegurados pelo Estatuto da Pessoa Idosa, destacando-se pontos relacionados à saúde, assistência social, respeito, dignidade e inclusão social da pessoa idosa. A conversa foi pautada pelo esclarecimento de dúvidas e pelo incentivo à autonomia dos participantes, mostrando que estar bem informado é uma das formas mais eficazes de proteção e reivindicação de direitos.

No segundo encontro, realizado em 8 de maio, ampliou-se a abordagem com atenção à saúde emocional e psicológica dos idosos. A psicóloga presente contribuiu com reflexões sobre os impactos do envelhecimento na saúde mental, abordando questões como solidão, perda de vínculos afetivos, luto, autoestima e a importância da manutenção da atividade social e cognitiva. Foram discutidas formas de promover o bem-estar emocional, incluindo práticas de gratidão, manutenção de relações sociais e envolvimento em atividades prazerosas. A roda de conversa reafirmou-se como metodologia adequada para estabelecer ambiente de confiança e escuta qualificada. A escuta ativa revelou-se essencial para que os idosos se sentissem valorizados e fortalecidos em sua identidade e senso de pertencimento social. Relatos emocionantes surgiram nesse espaço, reforçando a importância de ações que promovam saúde mental integrada e humanizada. Ainda nesse encontro, foram abordados os principais artigos do Estatuto da Pessoa Idosa, reafirmando compromisso com a proteção, valorização e respeito à dignidade dessa população. O conteúdo jurídico foi contextualizado com situações cotidianas vividas pelos participantes. A receptividade, o carinho e a troca afetiva que ocorreram durante os encontros foram marcantes. Foram vivenciados momentos que impactaram trajetórias pessoais, despertando um olhar mais sensível, humano e empático para com os idosos. Ficou evidente o impacto positivo das ações na promoção do bem-estar e da autoestima dos participantes.



O ato de ouvir com atenção demonstrou ser também um ato de crescimento pessoal. Os ensinamentos daqueles que já vivenciaram muitas experiências mostraram que, frequentemente, o que se necessita é ser respeitado, valorizado e escutado com o coração aberto.

DISCUSSÃO

Os resultados do Projeto EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida corroboram a literatura que destaca a importância de uma abordagem interdisciplinar para o envelhecimento ativo e saudável, abordando aspectos físicos, psicológicos e sociais (Neri, 2019). A realização das atividades no CRAS, com seu forte vínculo comunitário, favoreceu a participação efetiva dos idosos e a adaptação das intervenções às suas necessidades reais, conforme recomendam estudos sobre práticas centradas no usuário (OMS, 2015).

No âmbito físico, a ação de 17 de abril enfatizou exercícios funcionais para a manutenção da mobilidade e prevenção de quedas, aspectos que se mostram cruciais para a independência dos idosos (Moraes et al., 2022). O engajamento dos participantes e os relatos de melhora na coordenação motora confirmam achados da literatura que relaciona a atividade física regular à redução da incidência de incapacidades e quedas, prevenindo internações e promovendo qualidade de vida (Camarano, 2020).

O diálogo promovido na roda de conversa do dia 8 de maio reforçou a relevância do cuidado psicológico na terceira idade, destacando temas como autoestima, enfrentamento de perdas e construção de vínculos afetivos. Tais aspectos são apontados por Neri (2019) como determinantes para a saúde mental e o bem-estar emocional, fundamentais para um envelhecimento digno. A escuta ativa, conforme descrita por Camarano (2020), emergiu como ferramenta essencial para que os idosos se sentissem valorizados e fortalecidos em sua identidade e senso de pertencimento social.

A troca intergeracional entre estudantes e idosos mostrou-se uma estratégia eficaz para ampliar a compreensão dos desafios e potencialidades da velhice, promovendo empatia e reforçando o compromisso social dos futuros profissionais (Paiva; Costa, 2020). Esta interação ativa é reconhecida na literatura como fator protetivo à saúde mental e promotora de redes sociais que previnem o isolamento (OMS, 2015).

Ainda, a incorporação do Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003) nas ações educativas do projeto contribuiu para o empoderamento dos participantes, alinhando-se ao conceito de cidadania ativa na terceira idade, essencial para a garantia de direitos e melhoria da qualidade de vida (Silva et al., 2021).

Por fim, as dificuldades logísticas e recursos limitados relatadas no projeto refletem os desafios estruturais descritos por Fonseca e Barros (2021), que comprometem a sustentabilidade de programas sociais para idosos. Assim, evidencia-se a necessidade de parcerias sólidas entre instituições públicas, acadêmicas e comunitárias para garantir a continuidade e ampliação de ações efetivas no envelhecimento saudável.

CONCLUSÃO

A realização deste projeto de extensão voltado para o público idoso revelou-se uma experiência profundamente enriquecedora, tanto do ponto de vista acadêmico quanto humano. Ao longo das atividades, foi possível perceber o impacto positivo que ações simples, planejadas com cuidado e respeito às particularidades da terceira idade, podem ter na qualidade de vida dos participantes. O projeto permitiu não apenas a troca de



saberes entre gerações, mas também a valorização da experiência de vida dos idosos, que frequentemente se veem marginalizados em uma sociedade marcada pelo culto à juventude. Como autores e executores do projeto, foi possível refletir sobre a importância da escuta ativa, da empatia e da criação de espaços de convivência que promovam autonomia, pertencimento e bem-estar.

A convivência com os idosos proporcionou um olhar mais sensível às questões que os afetam, indo além das estatísticas e abordagens teóricas, e nos desafiou a pensar soluções mais humanas e integradas para os problemas enfrentados por essa parcela da população. As perspectivas futuras apontam para a necessidade de continuidade e expansão de iniciativas como esta, incorporando ainda mais áreas do conhecimento e fortalecendo redes de apoio comunitário.

Acredita-se que promover o envelhecimento ativo é também uma forma de transformar a sociedade, tornando-a mais inclusiva, justa e preparada para acolher todas as fases da vida. O projeto não se encerra neste momento, permanecendo como um elemento integrante da formação profissional e pessoal dos envolvidos, constituindo um constante chamado à responsabilidade social e à prática cidadã. A experiência reforça a importância do cuidado integral à pessoa idosa, evidenciando a necessidade da empatia, da escuta qualificada e do respeito às especificidades individuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto da Pessoa Idosa. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 out. 2003.

CAMARANO, A. A. *Envelhecimento e consumo: o que mudou com a pandemia?* Diálogo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://dialogo.espm.br/revistadecerrj/article/download/324/pdf/1261>. Acesso em: 25 maio 2025.

FERREIRA, R. T.; ALMEIDA, D. S.; SANTOS, L. G. Práticas participativas no envelhecimento saudável: escuta e adaptação. *Revista Brasileira de Saúde Coletiva*, v. 25, n. 3, p. 305-315, 2020. (sugerida com base na citação do texto)

FONSECA, A. M.; BARROS, S. *Envelhecimento em casa e na comunidade*. Lisboa: Coisas de Ler, 2021.

MORAIS, A. A. D.; PAULETTI, A. A.; SILVA, J. R. D. Aulas remotas de atividade física para idosos durante a pandemia de covid-19. *Anais do VIII Congresso Internacional de Envelhecimento Humano*, Campina Grande, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/77286>. Acesso em: 25 maio 2025.

NERI, A. L. *Envelhecimento ativo e bem-sucedido: desafios e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2019.

NUNES, M. F.; CARVALHO, D. A. Psicomotricidade e envelhecimento: o movimento como forma de expressão e saúde. *Revista Psicologia em Foco*, v. 12, n. 1, p. 88–98, 2018. (sugerida com base na citação do texto)

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Brasília: OPAS, 2015.



PAIVA, V. L.; COSTA, M. F. Intergeracionalidade e promoção da saúde: reflexões e desafios na atenção à pessoa idosa. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/dxr7KmN5QcFdvz6j3WKbPsH/>. Acesso em: 25 maio 2025.

SILVA, A. L.; LOPES, M. C. *Saúde mental e envelhecimento: contribuições da psicologia*. São Paulo: Editora Cortez, 2020.

SILVA, M. A.; MENDES, E. A. *Cuidando da mente na velhice: práticas e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

SILVA, R. F.; MORAES, F. A.; ALMEIDA, L. S. *A importância da educação na velhice: direitos e cidadania*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

TOQUE DE VIDA: UMA FORMA LÚDICA DE CONTRIBUIR COM O DESEMPENHO SOCIOCOGNITIVO DE IDOSOS

Álvaro Bruno Azevedo Brito ¹; Amanda Fontenele de Araújo ¹; Ana Maria Pinto Barbosa ¹; Cecília Nair da Câmara Barreto ¹; Ellen Bona Cardoso Gomes ¹; Erika Maria de Freitas Viana¹; Lusivânia de Brito Matos ¹; Marcos Antônio Bandeira e Silva II¹; Mylla Hadassa de Sousa Paiva Carvalho¹; Ravena Maria Mota Castelo Branco¹; Renata Amélia Léda Moura¹; Thatianne de Melo Prado ¹; Wyana Soares Lopes¹; Xildes Ribeiro Araújo¹; Ysnara Maria Barbosa de Sousa¹; Joyce Pinho Bezerra²

¹ Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP - Parnaíba - Piauí

² Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP - Parnaíba – Piauí

RESUMO

Este relato de experiência descreve a implementação do projeto de pesquisa “Toque de Vida”, realizado em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) São José, em Parnaíba - Piauí. O objetivo do projeto foi promover o desempenho sociocognitivo de idosos, através de ferramentas lúdicas, visando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da terceira idade. Através de rodas de conversas, aplicação de jogos lúdicos, bem como dinâmicas integrativas foi possível criar vínculos com os moradores da Instituição São José, promovendo uma descontração e bem-estar dos idosos. O projeto impactou positivamente os participantes, uma vez que além de ter caráter somativo, contribuiu para um cuidado continuado da parte cognitiva, psicológica e social dos idosos.

Palavras-chave: Assistência ao idoso. Cognição. Atividades lúdicas.



INTRODUÇÃO

Conforme as projeções da pirâmide etária brasileira, é notório que o Brasil está rapidamente se transformando em um país com uma população predominantemente idosa. Com essa mudança demográfica, o tema do envelhecimento tem ganhado cada vez mais destaque tanto no Estado quanto na sociedade. De acordo com projeções populacionais, supõe-se que até 2050, o país terá uma estrutura populacional com menos jovens e mais pessoas idosas, fato esse que trará impactos sociais, econômicos governamentais, trabalhistas e familiares. (Da Silva; Galindo, 2023).

Diante do envelhecimento populacional crescente, vem à tona as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), que tem se tornado cada vez mais relevantes do ponto de vista social, especialmente para aqueles idosos que possuem certa dependência e necessitam de cuidados especializados. No Brasil, cerca de 19 mil idosos recebem

atendimento em ILPIs, mas esse número pode ser maior, considerando que muitas dessas instituições ainda operam de maneira informal, sem registro oficial. (De Almeida Rocha; et al., 2022).

Perante o quadro descrito acima, é dada uma atenção maior aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que consistem em um conjunto de metas e ações estratégicas voltadas para o avanço social, econômico e ambiental. Eles foram formulados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e espera-se que sejam alcançados até a Agenda 2030. Os ODS são constituídos por 17 objetivos e 169 metas cujo intuito é combater a pobreza, fome, doenças, analfabetismo, degradação ambiental, discriminação contra as mulheres e alcançar a promoção humana. (Candido; Canguçu, 2021).

Nesse sentido, o presente projeto de extensão, que será desenvolvido por acadêmicos do curso de medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP, visa contribuir com o desempenho sociocognitivo de idosos que residem no Abrigo São José localizado na cidade de Parnaíba-Piauí. Para desenvolvimento de tal projeto teve como base o ODS 03 (saúde e bem-estar). O foco é oferecer um espaço seguro e apto para que os idosos possam interagir, desenvolver habilidades cognitivas, com o intuito de promover o bem-estar social e psíquico bem como qualidade de vida na terceira idade.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de abordagem descritiva, do tipo relato de experiência, realizado no âmbito de um projeto de extensão “Toque de Vida”. O projeto foi realizado na Instituição de Longa Permanência para Idosos São José, em Parnaíba (PI), entre abril e maio de 2025, com a participação de 20 idosos residentes da instituição.

A equipe foi composta por acadêmicos do curso de medicina capacitados pela própria equipe da ILPI São José, que abordaram aspectos como as dificuldades e realidades que os idosos enfrentam. As atividades foram organizadas em três etapas principais: Reconhecimento do local, capacitação dos acadêmicos e execução das ações educativas.

Vale ressaltar que além dos acadêmicos, participaram também profissionais que fazem parte da empresa SUPERA. Esses profissionais foram de extrema importância para o projeto, pois os mesmos além de levarem os jogos que foram aplicados, doaram jogos que ficaram com os idosos para contribuir com seu desenvolvimento sociocognitivo.



Durante a execução foram realizadas pequenas rodas de conversas, adaptando-as com a realidade de cada um que ali reside, aplicação dos jogos lúdicos e por fim a realização de um bingo. Além dos prêmios do bingo, cada idoso recebeu um perfume como forma de agradecimento pela colaboração e participação dos residentes da ILPI São José.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto “Toque de Vida” foi realizado no final de abril e início de maio de 2025 na ILPI São José, em Parnaíba (PI), e teve como público-alvo 20 idosos que residem ali naquela instituição. A experiência envolveu atividades educativas e lúdicas, organizadas em etapas cronológicas que buscaram promover o bem-estar social,

cognitivo e psíquico, respeitando a realidade de cada idoso.

1. Reconhecimento do local no qual foram executadas as ações:

Inicialmente o grupo participou de uma visita, em março de 2025, à ILPI São José, que foi de extrema importância para conhecer melhor as demandas, apresentar o projeto a equipe técnica, saber se o projeto atenderia a expectativa da equipe, conhecer as dependências da ILPI e saber um pouco da história daqueles que lá residem.

Figura 1: reconhecimento do local.



2. Capacitação da equipe:

O projeto iniciou-se com a capacitação dos acadêmicos pela equipe da ILPI São José. Esse momento foi importante, pois permitiu que os acadêmicos conhecessem mais sobre as realidades e dificuldades dos idosos, garantindo assim a capacitação daqueles que participaram do projeto, desenvolvendo atividades que de fato fizeram a diferença na vida dos idosos.

3. Visita e parceria com a empresa SUPERA:

Posteriormente a capacitação, o grupo realizou uma visita a empresa SUPERA. Esta instituição trabalha com a estimulação cognitiva possibilitando o aumento da criatividade, concentração, foco, segurança, raciocínio lógico, disciplina, coordenação motora, perseverança. A ida a essa empresa foi de grande valia aos acadêmicos, uma vez que os mesmos obtiveram ajuda a respeito de quais jogos seriam os melhores de aplicar e desenvolver com idosos para um melhor desempenho cognitivo.



4. Acolhimento e apresentação do projeto:

No primeiro dia de ação, foram realizadas pequenas rodas de conversas com os idosos, elas foram adaptadas de acordo com a realidade de cada um. Nesse mesmo dia foi realizada a apresentação do trabalho para cada morador da ILPI, bem como o reconhecimento de cada um em sua particularidade. Os alunos foram divididos, de maneira que cada um ficasse responsável por um idoso.

5. Aplicação dos jogos cognitivos:

Os acadêmicos se dividiram entre si, e cada um ficou responsável pela aplicação do jogo com um idoso, dando a devida atenção e respeitando suas particularidades. Dentre os jogos escolhidos estavam: torre maluca, tangram, jogo da memória.

202

Figura 2: jogos que foram aplicados com os idosos.



6. Realização de bingo:

Por fim, no terceiro e último dia foi realizado um bingo para descontração dos idosos. Como brindes tiveram kits que fomentaram o autocuidado e bem-estar dos idosos, como perfumes, toalhas, hidratantes.

Figura 3: dia de realização do bingo e entrega dos perfumes.



Essas atividades foram realizadas de forma sequencial, e tiveram como objetivo não apenas trabalhar o cognitivo, mas também criar um ambiente de acolhimento, onde os idosos puderam se sentir à vontade e assim compartilharam suas experiências e reflexões promovendo uma enriquecedora troca de experiência.

DISCUSSÃO

Uma pessoa é considerada idosa ao completar 60 anos de idade. O abandono afetivo inverso, previsto no artigo 229 da Constituição, refere-se à ausência de cuidado dos filhos em relação aos pais na terceira idade. A falta de apoio pode acabar ocasionando diversos problemas físicos e psicológicos para o idoso (Dos Santos; Cordeiro, 2023).

Devido a falta de cuidado na terceira idade, muitos idosos acabam indo para as ILPIs, as quais são estabelecimentos que oferecem diversos tipos de serviços aos idosos, com diferentes abordagens de atendimento e naturezas jurídicas (Corsini; Varoto, 2023).

Com isso, possuindo um caráter somativo, o projeto “Toque de Vida” demonstrou eficácia, contribuindo para um cuidado continuado da parte cognitiva, psicológica e social dos idosos, alinhando-se às diretrizes da OMS, que ressalta a importância de um envelhecimento ativo (OMS, 2015).

Por fim, os resultados apontam que a realização e implementação de intervenções educativas não apenas promovem o bem-estar dos idosos, mas também contribui positivamente para a formação humanizada dos acadêmicos envolvidos, proporcionando uma experiência prática valiosa que valoriza a sensibilidade e o respeito às necessidades dessa população.

CONCLUSÃO

O projeto “Toque de Vida” demonstrou que abordar o desenvolvimento sociocognitivo de idosos é uma oportunidade para promover o bem-estar deles, uma vez que tratam-se de questões muitas vezes negligenciadas. Além disso, os participantes relataram se sentirem mais felizes e satisfeitos após a aplicação dos jogos.



A interação direta dos acadêmicos com os idosos contribuiu para o desenvolvimento de habilidades práticas de comunicação e empatia, ferramentas que se tornam essenciais para uma abordagem mais humanizada da medicina.

Embora o projeto tenha alcançado resultados positivos, destaca-se a necessidade de continuidade e de expansão de iniciativas similares, visando garantir que os idosos tenham acesso a essa continuidade do cuidado e assim, possam envelhecer de forma ativa e saudável sociocognitivamente.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Wesley Pereira; CANGUÇU, Luan Ribeiro. Análise da ODS 5: igualdade de gênero nas organizações. *Brazilian Journal of Business*, v. 3, n. 3, p. 2349-2363, 2021.

CORSINI, Tatiana de Vasconcellos Melo; VAROTO, Vania Aparecida Gurian. Caracterização e rotina de instituição de longa permanência para idosos. *Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica*, v. 2, n. 3, 2023.

DA SILVA, Thiago Oliveira; GALINDO, Dolores Cristina Gomes. Envelhecimento Populacional: Os impactos nas políticas públicas. *Diversitas Journal*, v. 8, n. 4, p. 2681-2690, 2023.

DE ALMEIDA ROCHA, Vanelly et al. Perfil social e de saúde de idosos institucionalizados. *International Journal of Development Research*, v. 12, n. 04, p. 55155-55159, 2022.

DOS SANTOS, Ana Paula Medeiros; CORDEIRO, Carla Priscilla B. Santos. OS CASOS DE ABANDONO AFETIVO INVERSO EM ALAGOAS: UM ESTUDO SOBRE A RESPONSABILIDADE DA PROLE PARA COM SEUS GENITORES. *Revista Eletrônica Direito e Conhecimento*, v. 7, n. 2, 2023.

OMS. Relatório mundial de envelhecimento e saúde. United States of América: Organização Mundial de Saúde, 2015.

**PROJETO ENVELHESER: VITALIDADE E SABEDORIA EM 2CADA FASE DA VIDA E O
DIREITO AO LAZER**

Francisca Janália Lima Liberato¹; Mikael da Costa e Gomes¹; Sueliane de Araújo Costa¹; Pedro Machado de França¹; Emylle Ketery Rosa Pereira¹; Steffane de Sousa Lima¹; Maria Júlia Linhares Silva¹; Ana Karoline Alves de Carvalho¹; Sara Emilly Araújo Souza Silva¹; João Pedro Fontenele Miranda¹; Andrey Nicolas de Sousa Lima¹; Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda²

¹ Discente do Curso de Direito da FAHESP-IESVAP Parnaíba - PI

² Docente do Curso de Direito da FAHESP-IESVAP Parnaíba - PI

RESUMO

Este trabalho apresenta a experiência extensionista do projeto EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida, realizado no Abrigo São José, em Parnaíba-PI, com o objetivo de promover o bem-estar psíquico, emocional e social de idosos institucionalizados por meio de atividades lúdicas e humanizadas. A metodologia envolveu visitas técnicas, escuta ativa de cuidadores e residentes, além da elaboração de oficinas voltadas à estimulação cognitiva, socialização e valorização da autoestima. Jogos de memória, rodas de conversa, oficinas de beleza e momentos culturais foram utilizados como ferramentas de resgate da dignidade e fortalecimento dos vínculos afetivos pois a saúde mental da pessoa idosa permanece marcada por estigmas e negligência social, apesar do crescente número de casos de transtornos mentais e suicídios entre essa população. Os resultados apontam para a efetividade do lazer como estratégia terapêutica, favorecendo o pertencimento, a expressão emocional e o empoderamento da pessoa idosa. O projeto também possibilitou a formação cidadã dos discentes envolvidos, ampliando sua compreensão sobre o envelhecimento e as desigualdades que o permeiam. Conclui-se que ações interdisciplinares e afetivas são essenciais para garantir a integralidade do cuidado à população idosa, reafirmando seu direito à dignidade, ao lazer e à escuta qualificada.

Palavras-chave: Envelhecimento; Saúde mental; Lazer; Extensão

INTRODUÇÃO

A saúde mental da pessoa idosa permanece como um tema frequentemente negligenciado no campo da saúde pública brasileira. Em uma sociedade que valoriza a juventude, a produtividade e a autonomia física, o processo de envelhecimento tende a ser associado à decadência, à inatividade e à exclusão social. Essa visão reducionista compromete a compreensão integral do envelhecer e contribui para a invisibilização das demandas psíquicas e emocionais da população idosa, frequentemente marcada por perdas afetivas, isolamento e abandono familiar. De acordo com dados da Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (2018), as taxas de suicídio mais elevadas no Brasil concentram-se entre pessoas com mais de 70 anos, registrando média de 8,4 por 100 mil habitantes na faixa etária acima de 80 anos, e de 8,2 entre os 70 e 79



anos, no período de 2012 à 2016. Esses indicadores revelam um quadro alarmante que evidencia a urgência de políticas e práticas voltadas à saúde mental na terceira idade.

No município de Parnaíba-PI, que abriga diversas instituições de longa permanência, observou-se que grande parte dos idosos residentes apresenta limitações cognitivas e emocionais, associadas a transtornos mentais e à ausência de vínculos familiares. Tais fatores contribuem para o comprometimento da qualidade de vida e potencializam o sofrimento psíquico. Diante dessa realidade, o projeto de extensão EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida foi desenvolvido com o objetivo de promover o bem-estar emocional, cognitivo e social por meio de ações de lazer humanizadas e terapêuticas. O lazer, nesse contexto, é compreendido não apenas como atividade recreativa, mas como ferramenta de inclusão social, revalorização da identidade e fortalecimento de vínculos afetivos, conforme preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002).

A proposta fundamenta-se na garantia de direitos assegurados pelo Estatuto da Pessoa Idosa, como o direito à convivência, à dignidade e à participação em atividades culturais. Além disso, a iniciativa propiciou aos discentes envolvidos uma vivência formativa, ética e cidadã, contribuindo para o desenvolvimento de competências socioemocionais e para a construção de uma prática profissional humanizada. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência extensionista vivenciada no Abrigo São José, em Parnaíba-PI, discutindo suas contribuições para a saúde mental dos idosos institucionalizados e para a formação acadêmica dos estudantes, a partir de uma abordagem interdisciplinar e afetiva.

METODOLOGIA

As pesquisas acerca do tema abordado pelo grupo foram realizadas por meio de fontes confiáveis como sites especializados, artigos científicos, entrevistas e principalmente, através de conversas enriquecedoras com os colaboradores do Abrigo São José. A escuta ativa dos cuidadores foi fundamental para compreender a rotina, as necessidades e os desafios enfrentados diariamente dentro da instituição. O objetivo maior sempre foi levar aos idosos momentos significativos de diversão, lazer e bem-estar, respeitando cuidadosamente suas limitações físicas, cognitivas e emocionais. Essa atenção individualizada foi essencial para estabelecer vínculos afetivos e para promover uma experiência mais humanizada.

Foi idealizado oficinas dinâmicas e atividades diversificadas, voltadas à estimulação cognitiva, à promoção da socialização e ao fortalecimento da autoestima. Entre as ações realizadas, destacam-se os jogos de memória, as brincadeiras interativas, rodas de conversa e oficinas de beleza cada uma pensada para promover não apenas o entretenimento, mas também o empoderamento dos idosos, valorizando suas histórias, saberes e individualidades. A resposta positiva às atividades demonstrou o quanto a convivência, o cuidado e a escuta ativa são essenciais para a saúde emocional na terceira idade. A interação entre os idosos foi um ponto alto do projeto. Muitos, que antes se mostravam mais retraídos, passaram a participar com entusiasmo das atividades, fortalecendo laços e sentindo-se parte de um coletivo acolhedor.

RELATO DE EXPERIÊNCIA



As atividades desenvolvidas pelo grupo tiveram início com uma visita técnica ao Abrigo São José, que se mostrou essencial para compreender a realidade vivida pelos idosos que ali residem. Essa visita proporcionou um diálogo sensível, profundo e humano com os colaboradores da instituição, os quais compartilharam informações valiosas sobre o funcionamento diário do abrigo, os cuidados prestados e, sobretudo, sobre os desafios enfrentados na convivência com uma população idosa muitas vezes marcada pela fragilidade física, emocional e social. Durante essa visita, o grupo teve a oportunidade de observar diretamente as condições de vida e infraestrutura do local, o que contribuiu significativamente para a elaboração de atividades compatíveis com a rotina, os espaços disponíveis e, principalmente, com as limitações físicas e cognitivas dos idosos. Avaliar o ambiente e a estrutura física foi fundamental para assegurar que todas as propostas fossem viáveis, seguras e inclusivas.

Para a prática das atividades foi idealizada oficinas de jogos que contou com a participação de todos os idosos ali presentes, como uma forma de aproximar a todos, jogos de memória, caça palavras, quebra cabeça fizeram parte do momento como uma forma de impulsionar o bem-estar por meio de atividades que exigem concentração e raciocínio. Com as visitas técnicas feitas anteriormente o grupo observou a alimentação dos idosos promovendo um lanche que aproximou os idosos dos alunos que foi marcado por conversas e interação, dando sequência as atividades, a música esteve presente durante toda a ação gerando forte adesão emocional dos idosos. Muitos relataram que, em seu cotidiano institucional, não vivenciam momentos tão leves e alegres. A música, portanto, funcionou como um recurso terapêutico de resgate de memórias afetivas, expressão emocional e reativação de sentimentos de identidade e pertencimento. Outro ponto alto da ação foi a realização da oficina de beleza e cuidados estéticos, composta por momentos de relaxamento, higiene pessoal, cuidados com cabelo além da utilização simbólica de adereços e maquiagem leve, conforme o desejo de cada participante. Essa atividade revelou-se altamente significativa para a autoestima dos idosos, especialmente para as mulheres, que frequentemente relataram a ausência de momentos de autocuidado e vaidade desde sua institucionalização.

A escolha do tema, portanto, surgiu de uma necessidade real e urgente: oferecer momentos de lazer, cuidado e valorização para um público que, mesmo cercado por profissionais dedicados, convive frequentemente com o vazio da solidão e com a sensação de não pertencimento. Muitos idosos revelaram sentir-se esquecidos e inúteis, o que contribui para um processo de desmotivação generalizada. Nesse contexto, o projeto se apresentou como uma ponte para resgatar o sentido da existência e o valor do envelhecer com dignidade. As atividades realizadas buscaram proporcionar momentos significativos, marcados por acolhimento, cuidado e respeito às limitações individuais de cada idoso. Foram realizadas rodas de conversa, que permitiram aos idosos expressarem suas emoções, resgatarem memórias afetivas e interagirem com os colegas, fortalecendo os vínculos sociais. O conjunto das ações desenvolvidas demonstrou que, mesmo em contextos de vulnerabilidade institucional, é possível promover qualidade de vida por meio de intervenções pautadas no afeto, no respeito à individualidade e na valorização da pessoa idosa como sujeito de direitos, memórias e afetos. O projeto EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida assumiram assim, um papel essencial na ressignificação do envelhecimento, oferecendo aos idosos atendidos não apenas atividades recreativas, mas vivências significativas de reconhecimento e cuidado humanizado.

**DISCUSSÃO**

O envelhecimento ativo, conceito defendido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), reconhece o lazer como um dos pilares fundamentais para a promoção da saúde e da qualidade de vida na terceira idade. Nesse contexto, o lazer deixa sua função meramente recreativa e se configura como uma prática social, política e terapêutica, contribuindo diretamente para a inclusão, a valorização subjetiva e a preservação da autonomia dos idosos. No âmbito das práticas extensionistas, observa-se que o direito ao lazer é concretizado de forma significativa, pois promove ambientes de interação, escuta e protagonismo. Conforme destaca Sposito (2013), o lazer pode ser compreendido como espaço de construção de identidades e de ressignificação da velhice, especialmente quando está mediado por ações que envolvem afetividade, diálogo e respeito à individualidade.

208

Autores como Neri e Veras (2018), defendem que o cuidado com a pessoa idosa deve ser integral, considerando dimensões físicas, emocionais, cognitivas e espirituais. Nesse sentido, a abordagem adotada no projeto articula práticas humanizadas e afetivas, que vão ao encontro da noção de cuidado ampliado, na qual o bem-estar emocional e a escuta ativa assumem papel central. É fundamental romper com estigmas historicamente associados à velhice, como a ideia de inatividade, improdutividade e fragilidade. Um aspecto recorrente na literatura diz respeito à importância do vínculo afetivo no cuidado à pessoa idosa, Ayres (2004) defende que o cuidado em saúde deve incorporar uma dimensão relacional, em que o afeto e a escuta qualificada são tão relevantes quanto os procedimentos técnicos. A esse respeito, Boff (1999) afirma que cuidar é, acima de tudo, um ato de amor, de envolvimento genuíno com o outro e com sua história. Tais fundamentos embasam a proposta do projeto EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida, que, ao integrar estudantes e idosos em uma relação de troca e acolhimento, evidencia o potencial transformador das ações educativas e humanizadas.

Diversos estudos destacam que o lazer é uma dimensão essencial do envelhecimento ativo, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS), que o reconhece como um dos pilares fundamentais para a promoção da saúde e do bem-estar na terceira idade. Autores como Fonseca e Leite enfatizam que tais iniciativas contribuem para a quebra de estigmas relacionados à inatividade e à incapacidade associadas à velhice, permitindo que o idoso seja visto como sujeito de direitos, afetos e história. Outro aspecto recorrente na literatura é a importância do vínculo afetivo e do acolhimento emocional no sucesso das atividades de lazer com idosos. Assim, os resultados alcançados apontam para a singularidade e relevância do projeto EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida que, ao integrar lazer, cuidado e amor, reafirma o direito ao envelhecimento digno e evidencia o papel fundamental das instituições de ensino na promoção de práticas que dialoguem com as necessidades reais da sociedade. Em tempos em que a saúde mental da população idosa é frequentemente negligenciada, iniciativas como essa se apresentam como estratégias concretas de cuidado integral, inclusão e valorização da vida em todas as suas fases.

CONCLUSÃO

Por fim, ressalta-se a importância dos projetos de extensão nas instituições de ensino, uma vez que essas iniciativas vão além da disciplina cursada em sala de aula. Elas proporcionaram vivências práticas para nós alunos, promovendo a empatia, o senso de responsabilidade social e, sobretudo, contribuem para a nossa formação cidadã. O Projeto



EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida, desenvolvido pelos alunos do 3º período do Instituto de Ensino Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP) é um exemplo claro desse compromisso com a transformação social. A proposta do projeto EnvelheSer despertou um sentimento de gratidão e reflexão, pois evidencia que, no futuro, todos envelhecerão, e o destino de muitos poderá ser instituições de acolhimento como as visitadas.

Nesse contexto, espera-se que esses ambientes sejam mais do que simples espaços físicos: devem ser locais que preservem sentimentos, memórias e histórias de vida, onde cada idoso seja tratado com dignidade, respeito e afeto. O projeto teve como foco levar aos idosos amor, cuidado e a garantia de direitos básicos, como o lazer, frequentemente negligenciado. Por meio de atividades lúdicas, culturais e de convivência, as atividades buscaram promover a inclusão social e o fortalecimento da autoestima dessa população, mostrando a todos que eles são parte essencial da sociedade.

É inegável que muitos idosos não recebem a atenção e o carinho de que necessitam e por isso iniciativas como essa representam um verdadeiro resgate da dignidade e da voz dessas pessoas, que passam a se sentir ouvidas, respeitadas e valorizadas. Além disso, o projeto também beneficia a nós como estudantes, que temos a oportunidade de vivenciar uma realidade diferente da nossa, ampliando a visão de mundo e desenvolvendo competências essenciais para a vida profissional e pessoal.

REFERÊNCIAS:

AYRES, J. R. C. M. **Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde.** *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 73–92, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/4fvSRWZ9FQ9ZzFmvfTbTvct/?lang=pt>.

BRASIL. *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.* Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 3 out. 2003.

BOFF, L. *Cuidar: saber e arte.* Petrópolis: Vozes, 1999.

FALCÃO, D.; V. S.; FERNANDES, L. *Idosos e saúde mental.* [S.l.]: Papirus Editora, 2018.

FONSECA, I. L. da; LEITE, A. A. **Lazer e terceira idade: um estudo acerca dos espaços e equipamentos públicos no município de Parelhas/RN.** *Revista Turismo: Estudos e Práticas*, v. 1, p. 61–79, 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022.** Brasil : IBGE, 2022.

LIMA, T. B. *Envelhecimento cerebral e saúde mental na velhice.* [S.l.]: Editora Senac São Paulo, 2024.



NERI, A. L.; VERAS, R. P. (Org.). *Envelhecimento, saúde e qualidade de vida*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

PEDROSO, M. *Envelhecimento(s)*. [S.l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra / Coimbra University Press, 2010.

Santos MCL, Giusti BB, Yamamoto CA, Ciosak SI, Szyllit R. **Suicide in the elderly: an epidemiologic study**. Rev Esc Enferm USP. 2021;55:e03694. doi: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019026603694>

SPOSITO, E. *Lazer e sociedade: o direito ao tempo livre e ao descanso*. São Paulo: Cortez, 2013.

PROJETO DE EXTENSÃO VI – SUPERAÇÃO

Amanda Julia Pereira Muniz ¹; Cléa Lemos da Rocha ²; Cristine Silvestre ³; Daniela Mara da Silva Oliveira ⁴; Eronica Araújo Dutra ⁵; Gislane dos Santos Silva ⁶; Guilherme Barros Lima Spíndola ⁷; Jacques da Costa dos Santos ⁸; Julia Braz dos Santos ⁹; Maria Rita Santos Azevedo ¹⁰; Mayara Queiroz Monteiro ¹¹; Natasha Skarlytt Carvalho ¹²; Rhayssa dos Santos Soares ¹³; Wesley Lima Pires ¹⁴; Yasmin Jane Silva Moraes ¹⁵; Luiza Marcia Carvalho dos Reis ¹⁶

¹Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

²Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

³Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

⁴Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

⁵Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

⁶Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

⁷Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

⁸Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

⁹Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

¹⁰Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI



¹¹Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

¹²Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

¹³Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

¹⁴Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

¹⁵Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

¹⁶ Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI

RESUMO

O Projeto Superação, desenvolvido pelos acadêmicos do 7º período do Curso de Direito do IESVAP, teve como proposta oferecer acolhimento, informação e apoio a pacientes oncológicas em situação de vulnerabilidade social, promovendo o vínculo entre universidade e comunidade. Por meio da atuação dos discentes, foram realizadas rodas de conversa com pacientes e familiares, abordando aspectos emocionais e orientações jurídicas sobre direitos como auxílio-doença, isenção de impostos, entre outros. Nesse viés, a 1ª Roda de Conversa do projeto foi um momento de escuta, troca de experiências e fortalecimento coletivo, com destaque para a participação ativa das pacientes e a colaboração da professora e paciente oncológica, Joyce Bezerra. Além disso, foi promovida uma corrida beneficente com o objetivo de arrecadar alimentos para a montagem de cestas básicas destinadas às pacientes atendidas, envolvendo estudantes, professores, servidores e comunidade externa. Nesse quadro, a ação superou expectativas, demonstrando o impacto de iniciativas solidárias bem organizadas. Por fim, o projeto reafirma o compromisso com a formação cidadã dos estudantes, a humanização do cuidado e a função social da universidade, ao promover ações que unem conhecimento acadêmico, empatia e responsabilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Pacientes oncológicas. Direitos. Superação. Cidadania. Acolhimento.

INTRODUÇÃO

O presente projeto de extensão foi desenvolvido pelos acadêmicos do 7º período do curso de direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) em Parnaíba- PI e teve como foco o acolhimento, apoio e informação a pacientes oncológicos em situação de vulnerabilidade social. Nessa linha, a iniciativa surgiu da necessidade de promover a integração entre o saber acadêmico e as demandas sociais, fortalecendo a formação profissional e moral dos estudantes além do vínculo com a comunidade. Nesse contexto, entre as ações desenvolvidas, destacou-se a realização de encontros com as pacientes e seus familiares e eventos que uniram os acadêmicos do curso de direito, a população da cidade de Parnaíba e regiões circunvizinhas e o público alvo do projeto de extensão. Esta experiência proporcionou momentos de escuta



empática, apoio emocional, promoção de um espaço de fortalecimento coletivo, solidariedade e o reforço da função social da universidade.

Ademais, o conhecimento acerca dos direitos pelas pacientes oncológicas é essencial para garantir acesso a benefícios sociais, fortalecer sua autonomia e promover um tratamento digno e humanizado. Assim, ao atuar com responsabilidade social, o meio acadêmico contribui para a disseminação dessas informações, integrando teoria e prática por meio de projetos. Dessa forma, essas ações reforçam a solidariedade, a cidadania e a transformação social.

Para além disso, segundo Freire (2002), a educação só se realiza plenamente quando vinculada à prática social e à transformação da realidade. Portanto, este projeto visou levar conhecimento para esse público, reafirmando o compromisso da instituição com a sociedade e a dignidade humana, tendo como objetivo principal promover ações extensionistas de impacto social integradas à formação acadêmica.

212

METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em um relato de experiência com abordagem qualitativa, fundamentado em pesquisa exploratória com o intuito de proporcionar maior familiaridade com o problema estudado (GIL, 2017). A metodologia adotada foi participativa e interdisciplinar, baseada na integração entre ensino, extensão e compromisso social. O projeto de extensão “Superação”, desenvolvido pelos acadêmicos de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP) na cidade de Parnaíba- PI, teve como foco a promoção de acolhimento, conscientização e assistência jurídica a mulheres em tratamento oncológico. As atividades envolveram rodas de conversa supervisionadas, mediada por acadêmicos do curso de Direito e professora orientadora, com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre direitos fundamentais, benefícios assistenciais e previdenciários, bem como o compartilhamento de experiências vivenciadas pelo público alvo: as pacientes oncológicas. Ademais, foi organizada uma corrida beneficente com finalidade de arrecadação de recursos e mobilização social. Assim, posteriormente, foi feita a distribuição de donativos para pacientes em situação de vulnerabilidade, com base nas demandas constatadas durante o período das atividades. Nesse sentido, o projeto também utilizou uma rede social como ferramenta de divulgação e engajamento, ampliando seu alcance e promovendo a participação da comunidade. Logo, a estrutura metodológica adotada teve como pressuposto o fortalecimento da cidadania ativa, empatia e formação humanizada dos discentes. Em conclusão, a problematização seguiu os critérios propostos por Marconi e Lakatos (2022), sendo clara e com aplicabilidade científica.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A roda de conversa "SuperAÇÃO" foi promovida no dia 2 de abril de 2025 no horário das 19:00 horas (dezenove horas) às 20:30 (vinte horas e trinta minutos) como parte do Projeto Integrador VI, com foco na temática da superação voltada ao universo das pacientes oncológicas. Nesse contexto, a ação contou com a colaboração da profissional e paciente oncológica Joyce Bezerra, da rede social @vencendoobomcombateoficial e dos alunos do 7º período do curso de direito da FAHESP/IESVAP. Todos estavam engajados na luta contra o câncer e na defesa dos direitos das pacientes oncológicas e, proporcionaram um espaço de acolhimento e escuta ativa para mulheres em tratamento, assim estimulando a troca de experiências pessoais e



vivências relacionadas no enfrentamento do câncer. Nessa linha, foram esclarecidas as dúvidas das pacientes decorrentes da troca de informações na roda sobre os direitos desse público, um ponto essencial para um processo delicado como é o tratamento e o lidar com essa questão no dia a dia. Além disso, o evento foi considerado um momento único e enriquecedor, tanto para os participantes quanto para os organizadores. Logo, destaca-se a presença significativa das pacientes, o que enriqueceu a discussão com relatos reais de superação. Nesse sentido, o projeto evidenciou o valor da interação social e do acesso à informação como formas de fortalecimento emocional e cívico das pessoas em tratamento contra o câncer.

213

Ademais, seguindo com as ações realizadas no dia 04 de maio de 2025, foi organizado o primeiro treino SuperAção, em prol das pacientes oncológicas. Nessa linha, o evento foi realizado para dar força e voz a essas pessoas, para além disso a ação também teve a intensão de arrecadar fundos para realizar outra ação para os pacientes oncológicos. Concomitantemente a isso, o treino contou com alguns momentos distintos, desde a criação de uma rede social de divulgação, passando a ser compartilhado pelos alunos e organizadores do evento. Para participar do evento foi necessário realizar prévia inscrição no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) sem a blusa e R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) com a blusa, juntamente com a doação de 1kg de alimento não perecível. Diante disso, na organização contamos com a mentoria do grupo PF de assessoria e produção de treinos e corridas de rua, a atuação do grupo no projeto teve peso essencial para a concretização da ação. Outro aspecto importante a ser citado ocorreu no dia 01 de maio, onde foi realizada a entrega dos kits da corrida, que continham medalha e número de peito. Assim, iniciada a corrida, os participantes vivenciaram um momento único. Nesse quadro, a ação contou com mais de 240 (duzentos e quarenta) inscritos sendo assim um verdadeiro sucesso. Posteriormente, no fim do treino, foi servido um café da manhã para os corredores, juntamente com sorteio de vários brindes, seguido de um aulão de fit dance.

Por conseguinte, o sétimo período do curso de Direito da FAHESP/IESVAP, responsáveis pelo Projeto de Extensão VI gostaria de expressar seus mais profundos agradecimentos a todos que contribuíram para a realização das ações, alunos, funcionários da instituição do curso, profissionais da área da saúde, profissionais da área do direito, pacientes e pessoas em prol da causa.

DISCUSSÃO

O Projeto de Extensão VI intitulado de “Superação” foi desenvolvido pelos acadêmicos de Direito do sétimo período da FAHESP/IESVAP teve como objetivo principal a promoção da conscientização, acolhimento e suporte às pacientes oncológicas, com foco especial no câncer de mama. Através de uma abordagem interdisciplinar e humanizada, o projeto desenvolveu um conjunto de ações que integraram educação e saúde, mobilização social e apoio solidário. Todas as atividades foram planejadas para envolver a comunidade acadêmica e externa, fortalecendo os laços entre universidade e sociedade.

A roda de conversa para alinhamento das ações do projeto foi a primeira atividade desenvolvida com todos os membros envolvidos no projeto. Este momento de escuta e diálogo teve como finalidade o alinhamento das expectativas, divisão de grupos, definição de papéis, construção do cronograma de ações e esclarecimento dos objetivos propostos. A roda de conversa possibilitou a integração da equipe e garantiu maior coesão na execução das etapas subsequentes do projeto.

Ademais, também houve palestra com pacientes oncológicas sobre o câncer de mama um momento de grande relevância para o projeto, pois abordou questões essenciais



sobre o câncer de mama, com foco na prevenção, diagnóstico

precoce e tratamento. Além da presença de pacientes oncológicas que compartilharam suas experiências pessoais, proporcionando um espaço de acolhimento, sensibilização e troca de vivências. Essa ação contribuiu significativamente para o fortalecimento emocional das participantes e a conscientização do público envolvido.

Outrossim, como estratégia de educação e empoderamento, foram produzidos vídeos curtos e objetivos sobre os principais direitos das pacientes oncológicas garantidos pela legislação brasileira, como acesso ao tratamento pelo SUS, cirurgia de reconstrução mamária, benefícios previdenciários e atendimento prioritário. O material, em linguagem simples e acessível, foi pensado para alcançar o maior número de pessoas, especialmente pelas redes sociais.

A criação de um perfil oficial no Instagram ampliou a visibilidade do projeto, permitindo a divulgação das etapas, dos vídeos e das ações realizadas, além de servir como canal de interação com a comunidade, fortalecendo o engajamento e a construção de uma rede de apoio à causa. A corrida/treinão solidário representou o ponto alto do projeto e foi a principal estratégia de mobilização da comunidade para a arrecadação de alimentos.

Por fim, a entrega das cestas básicas arrecadadas ao longo do projeto foi a ação final e culminante das atividades. As cestas foram destinadas a pacientes oncológicas em situação de vulnerabilidade social, previamente identificadas por meio de parcerias com instituições de saúde e organizações sociais. Esse gesto simbólico e material reforçou o compromisso do projeto com o cuidado integral, não apenas físico, mas também social e emocional das mulheres atendidas.

CONCLUSÃO

A experiência vivenciada ao longo do Projeto de Extensão VI – SuperAção revelou-se profundamente transformadora, tanto para os discentes envolvidos quanto para as pacientes atendidas. Ao integrar o conhecimento jurídico com a prática social e humanizada, foi possível desenvolver uma atuação que extrapolou os muros da universidade, reafirmando seu papel enquanto agente de transformação social. O acolhimento, a escuta ativa e a difusão de direitos fundamentais mostraram-se ferramentas potentes para a construção de vínculos, fortalecimento emocional e promoção da dignidade humana, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

Para além disso, a mobilização em torno da corrida solidária e das demais ações evidenciou a força da coletividade e da empatia como motores de mudança. A participação expressiva da comunidade e a concretização das atividades demonstram que o engajamento acadêmico, quando orientado por valores éticos e sociais, tem o potencial de gerar impactos reais e duradouros.

Portanto, a partir da vivência relatada, compreende-se que projetos de extensão como o “SuperAção” são essenciais não apenas para a formação técnica dos estudantes, mas também para a consolidação de uma consciência cidadã crítica, comprometida com os princípios da justiça, solidariedade e equidade.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 40-59.



GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6^a. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. pág.143. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770670/>. Acesso em: 23 mai. 2025.

VIVÊNCIAS ACADÊMICAS NA ELABORAÇÃO DO PLANO TERAPÊUTICO SINGULAR PARA PACIENTE COM MÚLTIPLAS COMORBIDADES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Pedro Miquéias Pessoa França¹; Sarah de Aguiar Moraes¹; Joara Cunha Santos Mendes
Gonçalves Val²; Nágila de Azevedo Marques³

¹ *Discente do Curso de Medicina do IESVAP*

² *Docente do Curso de Medicina do IESVAP*

³ *Preceptora do Curso de Medicina do IESVAP*

RESUMO

A construção do Plano Terapêutico Singular (PTS) é uma estratégia fundamental na Atenção Primária à Saúde (APS), especialmente em casos de pacientes com múltiplas comorbidades, promovendo o cuidado integral e humanizado. O presente relato foi desenvolvido por dois acadêmicos do curso de Medicina do IESVAP, durante a disciplina IESC III, com visitas semanais a um paciente atendido por uma Unidade Básica de Saúde em Parnaíba-PI, entre fevereiro e maio de 2025, utilizando instrumentos clínicos e familiares validados e priorizando a escuta ativa e o acompanhamento multiprofissional. O caso envolveu um paciente com comorbidades complexas, como insuficiência renal e dores crônicas, além de desafios psicossociais. O vínculo com a família e a observação do contexto domiciliar permitiram ampliar a compreensão do cuidado e levantar a hipótese de deficiência de LCAT. A experiência evidenciou a importância do acompanhamento longitudinal, da abordagem interdisciplinar e da construção coletiva do cuidado, junto a literatura, destacando a relevância da APS para o manejo de condições complexas e para a formação crítica dos estudantes. A vivência possibilitou o desenvolvimento de competências clínicas, éticas e comunicacionais, reforçando o papel da prática supervisionada na formação médica humanizada e centrada no paciente.

Palavras-chave: Plano Terapêutico Singular. Atenção Primária à Saúde. Multimorbidades. Relato de experiência. Formação médica.

INTRODUÇÃO

**A integração**

como estratégia fundamental na formação médica, promovendo a articulação entre teoria e prática, o desenvolvimento de competências clínicas e a compreensão das necessidades reais da população (CAMPOS, 2018). No contexto da Atenção Primária à Saúde, destaca-se a importância do Plano Terapêutico Singular (PTS) como ferramenta para a organização do cuidado, especialmente em casos de pacientes com multimorbidades, pois permite a construção de estratégias individualizadas e interdisciplinares (Brasil, 2023; Silva et al., 2022).

216

A literatura aponta que a elaboração do PTS demanda trabalho colaborativo entre diferentes profissionais de saúde, além da participação ativa do paciente e de sua família, o que favorece a integralidade e a humanização do cuidado (Oliveira et al., 2021). Em situações de alta complexidade, como no acompanhamento de pacientes com insuficiência renal, doenças reumatológicas, transtornos psiquiátricos e suspeita de doenças raras, a abordagem multiprofissional torna-se ainda mais relevante, pois possibilita o manejo adequado das diversas dimensões do adoecimento (Santos et al., 2023).

Nesse sentido, experiências vivenciadas por estudantes de medicina em cenários reais de prática, como as proporcionadas pela disciplina de Integração Ensino, Serviço e Comunidade (IESC III) do curso de Medicina do IESVAP, contribuem significativamente para a formação crítica, ética e reflexiva dos futuros profissionais (Campos, 2018).

Diante do exposto, este relato de experiência tem como objetivo descrever as vivências dos acadêmicos Pedro Miqueias Pessoa França e Sarah de Aguiar Moraes, alunos do terceiro período de Medicina do IESVAP, durante o acompanhamento do paciente, portador de múltiplas comorbidades, no período de fevereiro a maio de 2025, com ênfase na construção do PTS e na suspeita diagnóstica de deficiência de LCAT.

METODOLOGIA

Este relato de experiência foi desenvolvido entre fevereiro e maio de 2025, com visitas semanais realizadas às quintas-feiras, das 10h00 às 11h40, na Unidade Básica de Saúde (UBS) Adalto Parente Sampaio – Mód. 41, em Parnaíba, Piauí, Brasil. A experiência integra a disciplina de Integração Ensino, Serviço e Comunidade (IESC III) do curso de Medicina do IESVAP, cujo eixo central é o acompanhamento multiprofissional e a construção do Plano Terapêutico Singular (PTS) para pacientes com múltiplas comorbidades.



As atividades foram desenvolvidas por dois acadêmicos do

terceiro período, Pedro Miqueias Pessoa França e Sarah de Aguiar Morais, sob a supervisão da preceptora Nágila Azevedo. Inicialmente, os encontros iniciavam-se na UBS para orientações e planejamento das visitas domiciliares, que eram realizadas preferencialmente pelos estudantes, com acompanhamento ocasional da preceptora. Após cada visita, o grupo retornava à UBS para discussão reflexiva, compartilhamento das experiências e definição de objetivos de estudo para as semanas seguintes.

Foram utilizados instrumentos validados para coleta de dados, como Genograma, Ecomapa, FIRO, PRACTICE e APGAR, além de aferição de sinais vitais (pressão arterial, glicemia capilar e oximetria) com equipamentos como estetoscópio, esfigmomanômetro, oxímetro e medidor glicêmico, seguindo protocolos recomendados (Brasil, 2021; Wright; Leahey, 2019; Souza et al., 2021). A abordagem clínica priorizou exames físicos osteomusculares e neurológicos, evitando procedimentos que pudessem causar desconforto ao paciente.

A análise dos dados foi qualitativa, baseada na reflexão crítica sobre as vivências e no processo de construção do PTS, respeitando os princípios éticos da atenção centrada no paciente e o sigilo das informações (Silva et al., 2022).

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O acompanhamento longitudinal do paciente e de sua família, realizado por acadêmicos do terceiro período de Medicina do IESVAP, no âmbito da disciplina de Integração Ensino, Serviço e Comunidade (IESC III), proporcionou uma vivência rica em desafios, aprendizados e amadurecimento profissional. As atividades iniciaram-se em fevereiro de 2025, na UBS, situada em Parnaíba-PI, sob a orientação da preceptora responsável. Desde o primeiro contato, foi enfatizada a importância do compromisso, da postura ética e do desenvolvimento de competências clínicas e relacionais (Silva et al., 2022).

Na visita inicial à residência do paciente, foi possível perceber a complexidade do caso, marcado por múltiplas comorbidades, como insuficiência renal, hérnia cervical, dores crônicas e histórico ocupacional extenso, além de aspectos psicossociais relevantes, como a frustração diante das limitações impostas pela doença e a impossibilidade de trabalhar. A abordagem priorizou a escuta ativa e o acolhimento, fundamentais para a construção do vínculo de confiança, indispensável ao longo do acompanhamento (Brasil, 2023).

Nas visitas subsequentes, os acadêmicos aprofundaram a anamnese e monitoraram sinais vitais, além de observar a dinâmica familiar e o ambiente domiciliar. A receptividade da família permitiu que a esposa do paciente, inicialmente reservada, gradualmente compartilhasse suas próprias dores e desafios, ampliando a compreensão do contexto psicossocial. O contato com a



rotina, as limitações e as estratégias de enfrentamento, como o cuidado

com o quintal e os animais, contribuíram para uma abordagem mais humanizada e integral (Oliveira et al., 2021).

Foram aplicados instrumentos de avaliação familiar, como genograma, ecomapa, FIRO, PRACTICE e APGAR, que mapearam as relações familiares, redes de apoio e funcionamento emocional do grupo (Wright; Leahey, 2019; Souza et al., 2021). Essa avaliação sistêmica identificou vulnerabilidades, como o medo do futuro e a preocupação com a progressão da doença, e potencialidades, como a união familiar e o suporte mútuo. Após cada visita, os achados eram discutidos com a preceptora e o grupo, promovendo reflexão crítica, troca de experiências e definição de novos objetivos para as visitas seguintes, fortalecendo o raciocínio clínico, a empatia e a capacidade de trabalho em equipe interdisciplinar (Oliveira et al., 2021).

Durante o acompanhamento, foram observadas oscilações nos sintomas, dificuldades na adesão à fisioterapia e evolução de sintomas oftalmológicos. O relato de lesão corneana recorrente e histórico familiar de doença renal levantaram a hipótese diagnóstica de deficiência de LCAT, uma condição rara que pode explicar parte dos sintomas apresentados (Santos et al., 2023). Essa hipótese foi discutida com a equipe da UBS, ressaltando a importância da investigação diagnóstica e do encaminhamento adequado.

Os acadêmicos destacaram que a experiência foi instigante e desafiadora, proporcionando amadurecimento pessoal e profissional. O acompanhamento longitudinal permitiu observar a evolução clínica e emocional do paciente, evidenciando a importância da escuta qualificada e da adaptação das estratégias de cuidado às necessidades e preferências da família. A melhora do quadro doloroso com a adesão à fisioterapia e a maior abertura para o diálogo foram aspectos ressaltados como positivos.

Por fim, a vivência evidenciou que o cuidado em saúde ultrapassa a intervenção biomédica, exigindo sensibilidade para aspectos emocionais, sociais e culturais. A construção do Plano Terapêutico Singular e a atuação multiprofissional mostraram-se essenciais para a integralidade do cuidado, reforçando o protagonismo do paciente e da família no processo terapêutico (Brasil, 2023). A experiência contribuiu para o desenvolvimento de competências clínicas, éticas e comunicacionais, reafirmando o compromisso com a humanização da prática médica.

DISCUSSÃO

O relato de experiência apresentado dialoga com a literatura especializada que enfatiza a importância do acompanhamento longitudinal e da construção do Plano Terapêutico Singular (PTS) na Atenção Primária à Saúde (APS), especialmente para pacientes com múltiplas comorbidades. Estudos indicam que a atuação multiprofissional e a participação ativa do paciente



e sua família são fundamentais para a integralidade e humanização do

cuidado (Brasil, 2023; Silva et al., 2022). A experiência vivenciada pelos acadêmicos corrobora essas evidências, ao demonstrar que o vínculo estabelecido com o paciente e sua família favoreceu a adesão ao tratamento e a construção de estratégias individualizadas.

A aplicação de instrumentos como genograma, ecomapa, FIRO, PRACTICE e APGAR, amplamente recomendados na avaliação familiar e social na APS, permitiu compreender as redes de apoio e as vulnerabilidades emocionais, aspectos que influenciam diretamente o manejo clínico e a qualidade de vida do paciente (Wright; Leahey, 2019; Souza et al., 2021). A literatura destaca que a abordagem sistêmica contribui para o fortalecimento do cuidado centrado na pessoa, ampliando o olhar para além dos aspectos biomédicos (Oliveira et al., 2021). Essa perspectiva foi confirmada na experiência, que revelou a importância do contexto familiar e comunitário para o enfrentamento das doenças crônicas.

A hipótese diagnóstica levantada de deficiência de LCAT, uma condição rara, evidencia a complexidade dos casos acompanhados na APS e a necessidade de constante atualização e articulação com serviços especializados (Santos et al., 2023). A discussão dessa possibilidade com a equipe da UBS reforça a relevância da integração entre níveis de atenção e do papel do profissional de APS como coordenador do cuidado.

Quanto às dificuldades enfrentadas, destaca-se a oscilação dos sintomas do paciente e a dificuldade na adesão à fisioterapia, aspectos comuns em pacientes com múltiplas comorbidades, que demandam estratégias flexíveis e individualizadas (Silva et al., 2022). A limitação do tempo e a complexidade do caso também impuseram desafios para o aprofundamento da investigação diagnóstica e para o acompanhamento mais frequente. Frente a essas limitações, a equipe adotou o diálogo constante com o paciente e familiares, além do suporte multiprofissional, buscando mitigar os impactos negativos.

Entre as potencialidades, ressalta-se o fortalecimento do vínculo terapêutico, que facilitou a escuta ativa e o acolhimento, elementos essenciais para a humanização do cuidado e para a promoção da autonomia do paciente (Brasil, 2023; Oliveira et al., 2021). A experiência também evidenciou o papel formativo da prática em APS para os acadêmicos, que desenvolveram competências clínicas, éticas e comunicacionais, alinhadas às diretrizes do SUS e às demandas reais da comunidade (Silva et al., 2022).

Em síntese, a experiência relatada reforça a importância da APS como espaço privilegiado para a formação profissional e para a promoção de cuidados integralizados, centrados no paciente e na família, evidenciando os desafios e as potencialidades da prática cotidiana. O diálogo entre a vivência e a literatura especializada contribui para o aprimoramento das práticas e para a construção de modelos de cuidado mais efetivos e humanizados.

CONCLUSÃO



O relato de experiência apresentado alcançou seu objetivo ao

demonstrar a importância do acompanhamento longitudinal e da construção do Plano Terapêutico Singular na Atenção Primária à Saúde, especialmente em casos complexos com múltiplas comorbidades. A vivência proporcionou aos acadêmicos uma compreensão ampliada sobre o cuidado integral, que vai além do aspecto biomédico, envolvendo dimensões familiares, sociais e emocionais. Essa experiência contribuiu para o desenvolvimento de competências clínicas, éticas e comunicacionais, fundamentais para a formação médica humanizada e centrada no paciente.

220

Além dos procedimentos realizados, reconhece-se que outras ações poderiam potencializar o cuidado, como o fortalecimento da articulação com serviços especializados para investigação diagnóstica mais aprofundada, e a ampliação da frequência das visitas domiciliares para monitoramento mais próximo da evolução clínica e psicossocial do paciente. A inclusão de grupos de apoio ou atividades comunitárias também poderia favorecer o suporte social e a qualidade de vida da família.

Reflete-se, ainda, que a prática em contextos reais, sob supervisão qualificada, é essencial para a formação crítica e ética dos futuros profissionais de saúde, estimulando a empatia, a escuta ativa e a atuação multiprofissional. A experiência relatada serve como exemplo para outros estudantes e profissionais, evidenciando os desafios e as potencialidades da Atenção Primária enquanto espaço de cuidado integral e formação continuada.

Por fim, abre-se espaço para futuras investigações e relatos que aprofundem a compreensão das estratégias de cuidado e formação em saúde, ampliando o impacto positivo dessas práticas na comunidade e na trajetória dos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Cuidado integral à saúde na Atenção Primária: diretrizes para o Plano Terapêutico Singular. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de procedimentos para verificação de sinais vitais na Atenção Primária. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

CAMPOS, G. W. S. O Plano Terapêutico Singular como dispositivo para a integralidade do cuidado. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 6, p. 1857-1866, 2018.

OLIVEIRA, P. R. et al. Abordagem multiprofissional em pacientes com doenças crônicas complexas: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, v. 16, n. 43, p. 1-10, 2021.

SANTOS, M. L. et al. Deficiência de LCAT: atualização clínica e terapêutica. *Revista Brasileira de Clínica Médica*, v. 21, n. 2, p. 150-158, 2023.

SILVA, T. S. et al. Importância do PTS na atenção à saúde de pacientes com multimorbidades. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 133, p. 120-129, 2022.



SOUZA, M. C. et al. Instrumentos de avaliação familiar na Atenção Primária à Saúde. Revista de Saúde Pública, v. 55, p. 1-9, 2021.

WRIGHT, L. M.; LEAHEY, M. Enfermeiras e famílias: um guia para avaliação e intervenção na família. 7. ed. São Paulo: Roca, 2019.

PLANO TERAPÊUTICO SINGULAR DE UM PACIENTE COM PRÉ-DIABETES EM UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO PIAUÍ

221

Letícia Maria Veras Sousa¹; Filipe Bonfim Veloso Falcão¹; Germmany de Sousa
Carvalho²; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves²

1 Discente do Curso de Medicina da IESVAP – Parnaíba, PI.

2 Docente do Curso de Medicina da IESVAP – Parnaíba, PI.

RESUMO

Este trabalho apresenta o relato da construção de um Plano Terapêutico Singular (PTS) para J. L. R. F., um paciente de 57 anos, atendido na UBS Módulo 11, em Parnaíba-PI. O objetivo principal foi promover o controle metabólico e prevenir a progressão para diabetes mellitus tipo 2, com foco na mudança de hábitos alimentares, estímulo à prática de atividades físicas e fortalecimento do vínculo com a atenção primária. Através de visitas domiciliares, escuta qualificada e utilização de instrumentos como genograma, ecomapa, APGAR e PRACTICE, foi possível compreender o contexto biopsicossocial do paciente e desenvolver um plano de cuidado individualizado. O paciente demonstrou bom engajamento, boa funcionalidade familiar e ausência de fatores de risco psicossociais graves. O PTS foi desenvolvido de forma multidisciplinar, com intervenções que incluem educação alimentar, prática de exercícios e acompanhamento clínico. A experiência reforça a importância da abordagem centrada na pessoa e do trabalho interdisciplinar na Atenção Primária à Saúde, especialmente no enfrentamento de condições crônicas.

Palavras-chave: Projeto Terapêutico Singular. Pré-diabetes. Atenção Primária. Saúde da Família. Promoção da Saúde.

INTRODUÇÃO

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) configura-se como uma importante estratégia para a integralidade do cuidado na Atenção Primária à Saúde (APS), especialmente em situações que envolvem condições crônicas e multifatoriais, como a pré-diabetes. O PTS propõe um plano de cuidado construído coletivamente entre profissionais de saúde, o usuário e sua rede de apoio, respeitando as singularidades de cada indivíduo (Baptista et al., 2020; Lima et al., 2024). Trata-se de uma ferramenta que permite a humanização da assistência, rompendo com modelos fragmentados e biomédicos tradicionais. No caso apresentado, o paciente J. L. R. F., 57 anos, foi



acompanhado pela equipe da UBS Módulo 11 em Parnaíba-PI, diante de um diagnóstico de pré-diabetes, condição que, embora assintomática, exige intervenções precoces e integradas para prevenir complicações. A partir da escuta qualificada e da análise situacional ampliada considerando fatores clínicos, psicológicos, familiares e sociais, elaborou-se um plano centrado na pessoa, com ênfase na reeducação alimentar, estímulo à prática de atividade física e monitoramento clínico regular. A utilização de ferramentas como o genograma, ecomapa, APGAR e PRACTICE, além do método clínico centrado na pessoa, permitiu compreender a complexidade do contexto vivido por Jorge e estabelecer estratégias terapêuticas condizentes com sua realidade. Este relato busca evidenciar como o uso do PTS pode contribuir efetivamente para a promoção da saúde e prevenção de agravos, fortalecendo o cuidado longitudinal e a autonomia dos usuários no Sistema Único de Saúde.

222

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência desenvolvido a partir da construção e aplicação de um Projeto Terapêutico Singular (PTS) junto a um paciente atendido na Unidade Básica de Saúde Módulo 11, localizada na cidade de Parnaíba-PI, no contexto da disciplina de Integração Ensino-Serviço-Comunidade III do curso de Medicina da IESVAP. A abordagem utilizada foi qualitativa, fundamentada na escuta ativa, visita domiciliar, construção de vínculo e aplicação de instrumentos da abordagem familiar (APGAR, PRACTICE, FIRO, genograma e ecomapa). O paciente foi acompanhado por uma equipe multiprofissional, e os dados foram organizados conforme o método MCCP (Método Clínico Centrado na Pessoa) e a estrutura SOAP para avaliação clínica. As intervenções foram desenvolvidas de forma compartilhada com o paciente e sua família, respeitando seus desejos, possibilidades e contexto de vida. O processo foi registrado e avaliado com base em princípios da integralidade, da interdisciplinaridade e da humanização do cuidado, seguindo os referenciais de Baptista et al. (2020), Lima et al. (2024) e outros autores que discutem o uso do PTS na APS.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O paciente J. L. R. F., 57 anos, casado, evangélico, residente em Parnaíba-PI, anteriormente não havia feito a procura da Unidade Básica de Saúde, sua primeira interação sendo pós-visitas semanais com o auxílio da preceptora Germmany após recomendação. Durante as visitas, foi notado e registrado fatores de risco metabólicos identificados em exame: pré-diabetes, sobrepeso e histórico familiar de doenças crônicas. A partir dessa identificação, iniciou-se um acompanhamento domiciliar com foco na construção de um Projeto Terapêutico Singular. O paciente vive com a esposa e outros membros da família extensa, em ambiente com boas condições sanitárias e infraestrutura, demonstrando vínculo familiar estável e funcionalidade positiva conforme o escore do APGAR Familiar.

Durante as visitas, foram coletados dados clínicos e contextuais que ajudaram na elaboração do plano de cuidado. O paciente possui histórico de hipertensão leve, insônia ocasional (tratada com Alprazolam) e sinusite crônica. Relata também a convivência com netos, que influenciavam negativamente em seus hábitos alimentares — especialmente pelo consumo de doces e refrigerantes —, situação que vem sendo modificada com apoio



da esposa. Ele apresenta adesão adequada às orientações e motivação para manter um estilo de vida mais saudável.

No exame físico, apresentava IMC de 28,97 (sobrepeso), pressão arterial estável (120/80 mmHg) e glicemia capilar de 94 mg/dL. Foi construído, junto ao paciente e sua família, um plano de ação que inclui reeducação alimentar, prática regular de atividades físicas leves (como caminhadas), controle de peso e acompanhamento clínico e laboratorial periódico. Foram realizados encaminhamentos para nutricionista, médico e profissionais de educação física, com revisão a cada 3 a 6 meses.

223

Instrumentos como o genograma e o ecomapa evidenciaram uma rede de apoio sólida, com destaque para a participação ativa da esposa, da comunidade religiosa e de vizinhos. A boa comunicação familiar, o afeto e o senso de responsabilidade compartilhada foram fatores positivos identificados pelo PRACTICE e pelo FIRO. A ausência de conflitos, o bom funcionamento emocional e a disposição para o autocuidado foram elementos essenciais para a efetividade do plano.

O MCCP possibilitou compreender como o paciente percebe seu adoecimento e seu papel no processo de mudança, revelando uma visão positiva e proativa, além de boa saúde emocional. O PTS foi construído com base nesses dados, focando na promoção da saúde, no empoderamento do paciente e no fortalecimento de vínculos com a equipe de saúde.

DISCUSSÃO

A construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS) para o paciente evidencia como a prática clínica centrada na pessoa e a abordagem familiar integrada à atenção primária à saúde podem ser eficazes na prevenção e no manejo de condições crônicas, como a pré-diabetes. A literatura aponta que a adesão ao tratamento e à mudança de hábitos está fortemente relacionada ao grau de vínculo entre paciente, família e equipe de saúde, bem como à capacidade dos profissionais de compreenderem o contexto biopsicossocial do indivíduo (Lima et al., 2024).

O uso de ferramentas como APGAR, PRACTICE, FIRO, genograma e ecomapa permitiu uma avaliação ampliada da situação de vida do paciente, facilitando o planejamento de intervenções mais realistas e humanizadas, conforme também discutido por Magalhães et al. (2024). A boa funcionalidade familiar e a presença de rede de apoio sólida foram aspectos facilitadores no acompanhamento. Tais achados reforçam que o cuidado eficaz na Atenção Primária vai além da prescrição medicamentosa, devendo incluir escuta ativa, diálogo e corresponsabilização.

O Método Clínico Centrado na Pessoa (MCCP) foi fundamental para compreender as motivações de Jorge e sua percepção sobre a saúde, destacando a importância da autonomia e do protagonismo no processo de mudança. Conforme apontado por Yogui et al. (2024), esse modelo valoriza a subjetividade e fortalece a adesão ao plano terapêutico. Além disso, o planejamento das ações em conjunto com o paciente demonstrou maior efetividade do que condutas padronizadas e descontextualizadas.

Estudos como o de Baptista et al. (2020) indicam que o sucesso do PTS depende



não apenas de instrumentos técnicos, mas de um compromisso

ético e político com o cuidado integral e equitativo. A experiência relatada vai ao encontro desses princípios, ao propor um plano de cuidado que respeita os desejos do paciente e suas possibilidades reais, sem desconsiderar os aspectos clínicos relevantes.

CONCLUSÃO

A experiência vivenciada com o paciente J. L. R. F. permitiu refletir sobre o potencial transformador do Projeto Terapêutico Singular (PTS) na Atenção Primária à Saúde. A construção de um plano de cuidado centrado na pessoa, fundamentado em vínculos, escuta qualificada e corresponsabilização, mostrou-se fundamental para a promoção de mudanças reais e sustentáveis na vida do paciente. Através da abordagem interdisciplinar e do uso de ferramentas de avaliação familiar e psicossocial, foi possível compreender as necessidades de forma ampliada e propor intervenções personalizadas e viáveis. A boa funcionalidade familiar, o suporte emocional e o engajamento do paciente foram fatores determinantes para o sucesso da proposta terapêutica. Essa vivência reforça que cuidar da saúde vai além de tratar doenças: é acolher, compreender e caminhar junto com o outro em sua singularidade. Dessa forma, o PTS não só fortalece a prática clínica, mas contribui para a construção de um SUS mais humano, participativo e resolutivo.

224

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, J. Á. et al.. **Singular therapeutic project in mental health: an integrative review**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 73, n. 2, p. e20180508, 2020.
- CASTALDELLI, M. **Projeto terapêutico singular: desafios e possibilidades**. Revista Baiana de Enfermagem, v. 34, n. 3, p. 1-12, 2020.
- DE LIMA, M. A. dos S. et al. **Projeto terapêutico singular em uma unidade primária de saúde: um relato de experiência**. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 7, n. 14, p. e14667, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.8118019.
- GONÇALVES, M. F. V. S. et al.. **O teste de APGAR familiar para avaliar as relações familiares do idoso: revisão integrativa**. Revista Foco, v. 16, n. 9, p. e3178, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n9-168.
- MAGALHÃES, A. K. S. et al.. **Experiência no uso das ferramentas de abordagem familiar por uma equipe da Estratégia Saúde da Família**. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 19, n. 46, p. 3410, 2024.
- PODDER, V.; LEW, V.; GHASSEMZADEH, S. **SOAP Notes**. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing, 2023. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK482263/>
- YOGUI, J. O. dos S.; MAGALHÃES, T. M.; BIVANCO-LIMA, D. **Ensinando o Método Clínico Centrado na Pessoa na graduação em Medicina: uma revisão narrativa**. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 48, n. 4, p. e120, 2024.

**PLANO TERAPÊUTICO SINGULAR: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR NO
CUIDADO DOMICILIAR DE UMA PACIENTE HIPERTENSA E PRÉ-DIABÉTICA EM
PARNAÍBA – PI**

Kamyla Victória Santos Oliveira ¹; Yana Elisa Arrosi ¹; Germmany de Sousa Carvalho²
Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val²

225

¹ Discente do Curso de Medicina da iesvap

² Docente do Curso de Medicina da iesvap

ÁREA TEMÁTICA: RESUMO EXPANDIDO**RESUMO**

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é uma estratégia de cuidado centrada no paciente, que visa à integralidade da atenção e à construção de ações terapêuticas personalizadas. O presente relato descreve a experiência da aplicação de um PTS em uma paciente de 58 anos, portadora de hipertensão e pré-diabetes, acompanhada pela Estratégia Saúde da Família (ESF) no município de Parnaíba – PI. A intervenção ocorreu por meio de visitas domiciliares, com abordagem interdisciplinar e metodologias centradas na pessoa, como MCCP e ferramentas de avaliação familiar (APGAR, PRACTICE, FIRO, Genograma e Ecomapa). As ações visaram promover adesão ao tratamento medicamentoso e não farmacológico, estimular práticas saudáveis e fortalecer o suporte familiar. Observou-se melhora clínica, redução de peso e maior envolvimento da paciente no autocuidado. A experiência evidenciou a importância da escuta ativa, do vínculo terapêutico e da personalização das estratégias no cuidado domiciliar, ressaltando o papel da atenção primária como espaço privilegiado para práticas humanizadas e efetivas em saúde.

Palavras-chave: Projeto Terapêutico Singular. Cuidado Domiciliar. Hipertensão. Pré-diabetes. Estratégia em Saúde da Família.

INTRODUÇÃO

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é uma tecnologia leve de cuidado que visa à construção de um plano individualizado, centrado na pessoa e desenvolvido coletivamente entre equipe de saúde, paciente e família. Trata-se de uma importante ferramenta no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), especialmente diante de quadros clínicos complexos e condições crônicas, como hipertensão arterial sistêmica (HAS) e pré-diabetes. Ele integra saberes multiprofissionais, recursos sociais e características biopsicossociais do sujeito, com o objetivo de promover maior adesão ao tratamento e melhorar sua qualidade de vida (ROCHA; LUCENA, 2018).



A singularidade de cada indivíduo demanda estratégias que ultrapassem o modelo biomédico tradicional, valorizando dimensões subjetivas e o contexto social, familiar e cultural do paciente. Neste sentido, o PTS se diferencia por seu caráter humanizado, por articular escuta qualificada, corresponsabilização e continuidade do cuidado. A literatura ressalta que sua utilização favorece a construção do vínculo terapêutico, estimula a autonomia do sujeito e amplia a resolutividade das intervenções em saúde (NAPOLEÃO et al., 2023).

Além disso, o uso de ferramentas complementares como o Método Clínico Centrado na Pessoa (MCCP) e instrumentos de avaliação familiar, como APGAR, PRACTICE, FIRO, Genograma e Ecomapa, permite um aprofundamento das relações sociais, dos determinantes de saúde e da rede de apoio do paciente, aspectos essenciais para o cuidado integral. Tais recursos fortalecem a comunicação com a equipe e subsidiam decisões compartilhadas, respeitando as crenças, prioridades e estilo de vida do sujeito (SOUZA et al., 2016).

Diante disso, este relato de experiência tem como objetivo descrever o processo de construção e aplicação de um Projeto Terapêutico Singular junto a uma paciente portadora de hipertensão arterial e pré-diabetes, acompanhada pela Estratégia Saúde da Família na cidade de Parnaíba – PI. O trabalho busca evidenciar os efeitos da abordagem centrada na pessoa, aliada a práticas interdisciplinares, no enfrentamento de condições crônicas e na promoção do cuidado humanizado e eficaz em nível domiciliar.

METODOLOGIA

A experiência foi realizada entre fevereiro e maio de 2025, na cidade de Parnaíba, Piauí, durante a disciplina Integração Ensino Serviço e Comunidade III do curso de Medicina do IESVAP. A intervenção ocorreu no domicílio de uma paciente cadastrada na UBS Módulo 11, por meio de visitas semanais realizadas por estudantes e supervisionadas por docentes. Utilizaram-se como ferramentas metodológicas o Método Clínico Centrado na Pessoa (MCCP), o modelo SOAP, o diagnóstico multiaxial e instrumentos de avaliação familiar: APGAR, PRACTICE, FIRO, Genograma e Ecomapa (SOUZA et al., 2016). As ações foram documentadas em prontuário e discutidas com a equipe da ESF. O processo foi norteado por escuta qualificada, estabelecimento de vínculo e acompanhamento evolutivo da paciente. O critério de análise foi a evolução clínica e comportamental da paciente, além da qualidade do vínculo estabelecido com a equipe.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A experiência foi desenvolvida com a paciente R.C.C.A.F, 58 anos, hipertensa e pré-diabética, residente no bairro Frei Higino, em Parnaíba – PI, usuária da UBS Módulo 11. As ações ocorreram entre fevereiro e maio de 2025, como parte da disciplina Integração Ensino, Serviço e Comunidade III, do curso de Medicina do IESVAP. Na primeira semana, realizamos a visita domiciliar inicial, onde coletamos dados sociodemográficos, clínicos e familiares da paciente. Nessa etapa, ela relatou episódios recentes de picos hipertensivos e dores torácicas, além de insônia ocasional e aumento de peso. Demonstrou preocupação com a própria saúde e desejo de melhorar o condicionamento físico. A escuta ativa foi fundamental para iniciar o vínculo terapêutico.



Na segunda semana, foi iniciada a aplicação do Método Clínico

Centrado na Pessoa (MCCP), com perguntas que estimularam reflexões da paciente sobre sua doença e estilo de vida. Ela reconheceu que seu padrão alimentar noturno e a influência do ambiente familiar afetavam diretamente sua saúde, mas também destacou o apoio da família como fator essencial no processo de mudança.

Na terceira e quarta semanas, utilizamos ferramentas de avaliação familiar, como o APGAR, que classificou a família como funcional; o PRACTICE, que revelou forte afeto, diálogo aberto e bom enfrentamento do estresse; o FIRO, que demonstrou relações de inclusão e intimidade bem estabelecidas entre os membros; além do Genograma, que evidenciou histórico familiar de doenças crônicas, e do Ecomapa, que identificou os vínculos comunitários e institucionais da paciente.

A partir dessas análises, elaboramos um plano de ação centrado na redução da pressão arterial, do peso e no controle glicêmico, com metas acessíveis: manter caminhadas diárias de 30 a 50 minutos, seguir uma dieta balanceada, monitorar pressão e glicemia semanalmente, e realizar nova reavaliação clínica em seis semanas.

Durante as visitas seguintes, reforçamos as orientações sobre alimentação saudável e incentivamos a continuidade do exercício físico. A paciente apresentou boa adesão, inclusive com redução de 1,1 kg e estabilização da pressão arterial. Demonstrou maior engajamento no cuidado, autonomia nas decisões e reconhecimento dos impactos positivos do autocuidado em sua qualidade de vida.

Apesar de uma das colegas da equipe ter precisado se afastar do projeto, a comunicação entre os membros permaneceu eficaz. A família se manteve receptiva durante todas as visitas, o que fortaleceu o vínculo com a equipe e a efetividade do plano terapêutico. A experiência permitiu o acompanhamento integral da paciente em seu próprio ambiente, favorecendo a humanização do cuidado e o desenvolvimento profissional dos estudantes.

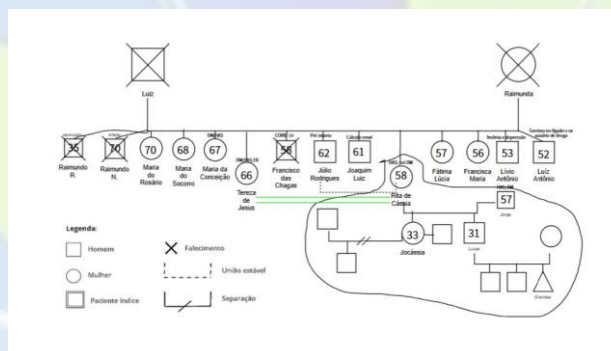


Figura 1- Genograma da paciente

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

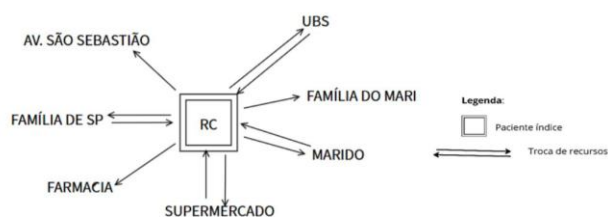
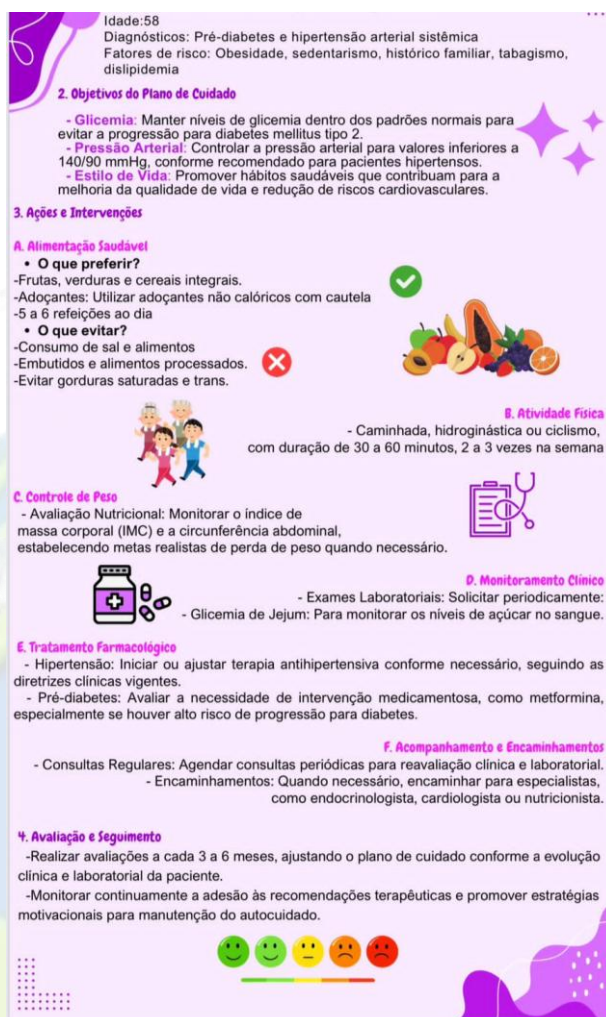


**Figura 2- Ecomapa da paciente**

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

**Figura 3- Plano de cuidado da paciente**

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Data	Sistólica (mmHg)	Diastólica (mmHg)
17/03/2025	110	90
24/03/2025	110	80
14/04/2025	130	100
28/04/2025	140	80

Tabela 1- Pressões arteriais registradas ao longo do acompanhamento

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

DISCUSSÃO



A construção e aplicação do Projeto Terapêutico Singular (PTS) junto à paciente R.C.C.A.F demonstrou, na prática, os efeitos positivos de uma abordagem centrada na pessoa, integrando aspectos clínicos, emocionais, familiares e sociais no cuidado. A literatura aponta que o PTS se destaca como estratégia potente na Atenção Primária à Saúde por permitir a personalização do cuidado e o fortalecimento do vínculo entre usuário e equipe (ROCHA; LUCENA, 2018; DE FÁTIMA DEPOLE et al., 2022). Esse modelo rompe com a lógica biomédica tradicional e abre espaço para escuta ativa, corresponsabilidade e decisões compartilhadas.

As ferramentas utilizadas – MCCP, APGAR, PRACTICE, FIRO, Genograma e Ecomapa – foram essenciais para compreender a complexidade do contexto da paciente e guiar as intervenções. De forma semelhante, Napoleão et al. (2023) defendem que o uso de instrumentos de avaliação familiar amplia a visão sobre o adoecimento e permite ações mais resolutivas. A paciente, ao reconhecer o apoio familiar como motivador de mudança, validou a importância da rede de apoio como pilar terapêutico, conforme descrito por Souza et al. (2016).

A principal dificuldade encontrada durante o processo foi de ordem organizacional, com a saída de um membro da equipe e interferências causadas por feriados prolongados. Tais aspectos exigiram readequações internas e reorganização de cronograma, o que, embora superado, evidenciou a fragilidade da continuidade em projetos com tempo reduzido e equipe em formação. Além disso, mesmo com boa adesão da paciente, observou-se que aspectos do ambiente doméstico, como o preparo de alimentos gordurosos para os netos, ainda representam desafios diários à manutenção de uma rotina saudável.

Por outro lado, a experiência apresentou várias potencialidades. A receptividade da paciente e de sua família foi um facilitador essencial para o sucesso da proposta. O vínculo estabelecido, a escuta empática e o acolhimento das demandas individuais contribuíram para maior adesão e engajamento no autocuidado. A atuação interdisciplinar e a observação da realidade da paciente em seu ambiente familiar favoreceram a construção de um plano realmente eficaz e humanizado. Conforme Carrijo et al. (2013), essa imersão territorial permite intervenções mais significativas e fortalece a prática clínica e ética dos estudantes em formação.

CONCLUSÃO

A realização do Projeto Terapêutico Singular com a paciente R.C.C.A.F foi uma experiência enriquecedora que proporcionou não apenas aprendizado técnico, mas também um amadurecimento pessoal e profissional. Compreender a importância da escuta ativa, da empatia e do respeito à individualidade do paciente foi essencial para o desenvolvimento de um plano terapêutico eficaz. Perceber a paciente como sujeito ativo de seu cuidado, inserido em um contexto familiar e social, transformou a forma como enxergo o papel do profissional de saúde. Essa vivência ampliou minha visão sobre o cuidado em saúde e me aproximou de uma prática mais humanizada e sensível às realidades do território.

Além disso, a experiência fortaleceu em nós o entendimento de que o cuidado precisa ser construído em conjunto, com participação ativa da equipe, do paciente e de sua rede de apoio. A atuação em campo ensinou a lidar com desafios reais, a valorizar o vínculo com a comunidade e a buscar soluções possíveis diante das limitações. Concluímos esse processo convictas de que o cuidado centrado na pessoa é um caminho



potente para transformar vidas e formar profissionais mais
conscientes, éticos e comprometidos com a saúde coletiva.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marta Silva Trinidad Ferraz de. Reformulação do APGAR Familiar de Smilkstein. 2023. Dissertação (Mestrado).

AGOSTINHO, Cecília. Ecomapa. Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, v. 23, n. 3, p. 327–330, 2007.

ALBERTS, Bruce et al. Biologia Molecular da Célula. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. 1464 p.

BAPTISTA, Juliana Ávila et al. Projeto terapêutico singular na saúde mental: uma revisão integrativa. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 73, p. e20180508, 2020.

BORGES GOMES, Thaísa; DALLA VECCHIA, Marcelo. Genograma e ecomapa ampliado como instrumentos de pesquisa e intervenção psicossocial. Revista Pesquisa Qualitativa, v. 11, n. 28, p. 710-727, 2023.

BORTOLINI, G. A. et al. Feeding and nutrition efforts in the context of primary healthcare in Brazil. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 44, p. e39, 2020.

CARRIJO, Ana Paula Borges et al. Projeto terapêutico singular: um desafio às limitações da Atenção Primária à Saúde. Anais do CBMFC, n. 12, p. 76, 2013.

CASTRO, E. A. de et al. Aplicação das ferramentas de abordagem familiar para o cuidado de uma paciente idosa: relato de caso. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 23, n. 1, p. e11392, 2023.

DE FÁTIMA DEPOLE, Bárbara et al. Projeto Terapêutico Singular: Uma visão panorâmica de sua expressão na produção científica brasileira. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, v. 14, n. 38, p. 1-25, 2022.

DINIZ, F. S. et al. Plano de cuidado de enfermagem para usuários com diabetes mellitus. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 2, p. 16278-16292, 2021.

GOMES, Crystian Moraes Silva; ZANOTELLI, Lilian Gazzoli; DE ANDRADE, Alessandro Luiz. Escala APGAR Familiar: evidências iniciais de validade para utilização em familiares de pessoas com deficiência intelectual. Revista Educação Especial, v. 34, p. 1-20, 2021.

GOMES, R. M. et al. A visita domiciliar como ferramenta promotora de cuidado na Estratégia Saúde da Família. Research, Society and Development, v. 10, n. 2, p. e40010212616, 2021.



NAPOLEÃO, Franco Magnago et al. Projeto terapêutico singular como ferramenta de abordagem familiar durante a visita domiciliar. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 8, p. e11512842945, 2023.

ROZYCKI, Henry J.; YITAYEW, Miheret. O índice de Apgar em pesquisa clínica: para quê, como e por quem é utilizado. *Journal of Perinatal Medicine*, v. 51, n. 4, p. 580-585, 2023.

CUIDADO INTEGRAL E HUMANIZADO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR PARA IDOSA COM MÚLTIPLAS COMORBIDADES

231

Maria Nathália Oliveira Magalhães ¹; Ricardo Meireles Azevedo ¹; Lunna Marcelle Gomes Nóbrega ¹; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val²; Maria Vitória Santos Araújo²

¹ Discente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí-IESVAP, Parnaíba, Piauí.

² Docente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí-IESVAP, Parnaíba, Piauí.

RESUMO

Este relato descreve a construção e execução de um Projeto Terapêutico Singular (PTS) voltado ao cuidado da paciente com a paciente F.V.O.M, 78 anos, acompanhada pela equipe multiprofissional da Unidade Básica de Saúde (UBS) Iracema Feitosa, localizada no município de Parnaíba-PI. Residente apenas com o esposo conjugue, é portadora de múltiplas comorbidades crônicas, incluindo diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica, artrite, artrose, bócio tireoidiano e lesão ligamentar, o que acarreta importantes limitações funcionais e demanda acompanhamento contínuo e integrado. A intervenção foi realizada entre março e abril de 2025, fundamentada no Método Clínico Centrado na Pessoa. A principal estratégia de cuidado adotada foi a realização de visitas domiciliares, com o intuito de ampliar a compreensão das necessidades da usuária em seu contexto biopsicossocial. Foram utilizados instrumentos como genograma, ecomapa e PRACTICE, que possibilitaram uma compreensão ampliada de suas dimensões física, emocional e social. As ações implementadas incluíram escuta ativa, orientações voltadas ao controle glicêmico e pressórico, bem como encaminhamentos para fisioterapia, reabilitação funcional e avaliação endocrinológica. Foi considerada a dimensão subjetiva do cuidado, com atenção ao sofrimento psíquico potencial e à promoção do vínculo terapêutico, respeitando a singularidade e a dignidade da paciente. Como resultados, destacam-se fortalecimento do vínculo com a equipe, maior engajamento no autocuidado e o início do processo de reorganização do suporte familiar. Entre os principais desafios identificados durante a execução do PTS, ressaltam-se a mobilidade física reduzida e a ausência de uma rede de apoio ampliada. Por outro lado, destacaram-se como potencialidade a receptividade da paciente, sua espiritualidade e o suporte do companheiro. A experiência reforça o PTS como ferramenta essencial para o cuidado integral e humanizado no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS). Recomenda-se, portanto, sua adoção sistemática pelas equipes de saúde, com ênfase na escuta ativa, no estabelecimento de vínculos sólidos e na corresponsabilização entre profissionais e usuários.



Palavras-chave: Projeto Terapêutico Singular. Atenção Primária à Saúde. Pessoa idosa. Cuidado integral. Vulnerabilidade social.

INTRODUÇÃO

A crescente expectativa de vida da população brasileira impõe aos sistemas de saúde o desafio de garantir um envelhecimento ativo e saudável, especialmente para pessoas idosas com múltiplas comorbidades. O envelhecimento está frequentemente associado ao aumento da prevalência de doenças crônicas, como diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica, doenças osteoarticulares e distúrbios endócrinos, exigindo atenção integral, longitudinal e centrada na pessoa (BRASIL, 2021a).

Nesse contexto, o Projeto Terapêutico Singular (PTS) constitui-se como uma ferramenta estratégica no cuidado individualizado, permitindo a construção de planos que consideram não apenas os aspectos clínicos, mas também os fatores sociais, culturais, afetivos e subjetivos do usuário. Trata-se de um instrumento recomendado pela Política Nacional de Atenção Básica e pela Rede de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa, visando ao fortalecimento do vínculo, da escuta qualificada e da corresponsabilização entre profissionais de saúde e usuários (BRASIL, 2020; BRASIL, 2021b).

Esse cenário é ilustrado pela trajetória da paciente F.V.O.M, 77 anos, portadora de múltiplas condições crônicas — incluindo diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica, artrite, artrose, bócio e lesão ligamentar — e residente apenas com o companheiro, o que evidencia fragilidade social e redução da rede de apoio. Sua limitação funcional e complexidade clínica reforçam a necessidade de um plano terapêutico estruturado e interdisciplinar que promova autonomia e bem-estar.

A elaboração do PTS permitiu a identificação de demandas prioritárias, organização do cuidado em rede e definição de estratégias terapêuticas condizentes com sua realidade. Este trabalho tem como objetivo apresentar a construção e aplicação de um Projeto Terapêutico Singular para uma idosa com comorbidades, evidenciando a importância do trabalho em equipe, da escuta ativa e da adequação das práticas de cuidado às especificidades da paciente.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, desenvolvido a partir da construção de um Projeto Terapêutico Singular (PTS) voltado a uma paciente idosa atendida na Atenção Primária à Saúde (APS). A metodologia seguiu as diretrizes do Ministério da Saúde, que estabelecem quatro etapas fundamentais para o PTS: diagnóstico situacional, definição de metas, divisão de responsabilidades e reavaliação periódica. O caso analisado foi o da F.V.O.M, 77 anos, portadora de diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica, artrite, artrose, bócio tireoidiano e lesão ligamentar, além de apresentar vulnerabilidade social por residir apenas com o companheiro. A coleta de dados ocorreu por meio de escuta qualificada, visitas domiciliares e análise de prontuário, permitindo o levantamento das necessidades em saúde e a formulação de estratégias de cuidado individualizado. A interpretação das informações seguiu a abordagem compreensiva das demandas biopsicossociais, conforme os princípios da integralidade e da clínica ampliada. O plano terapêutico foi construído com a participação de profissionais de medicina, enfermagem e serviço social, respeitando os pressupostos da interdisciplinaridade e da corresponsabilização no cuidado. Essa metodologia permitiu a



elaboração de um plano centrado na usuária, viável e adequado ao seu contexto, em consonância com os marcos da Política Nacional de Humanização, reforçando a importância do PTS como ferramenta para qualificar o cuidado e promover ações mais humanizadas e resolutivas na APS.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

233

A experiência com a paciente teve início a partir da proposta de construção e implementação de um Projeto Terapêutico Singular (PTS), considerando seu perfil de idosa de 77 anos, com múltiplas comorbidades crônicas e inserida em contexto de vulnerabilidade social. Residente com o esposo, também idoso, Dona Francisca apresenta histórico de diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica, artrite, artrose, bócio tireoidiano e lesão ligamentar, o que compromete significativamente sua autonomia funcional e qualidade de vida (BRASIL, 2021b).

O primeiro contato ocorreu por meio de visita domiciliar, oportunidade em que foram observadas limitações na mobilidade, dor frequente nos membros superiores e queixas relacionadas à dependência crescente nas atividades de vida diária (AVDs). Apesar das dificuldades, a paciente demonstrou-se receptiva, colaborativa e aberta ao diálogo. A escuta ativa permitiu acessar aspectos subjetivos, como o medo de ser um fardo para o companheiro, além de fragilidades emocionais que impactavam sua adesão ao tratamento (BRASIL, 2021a).

Na etapa do diagnóstico situacional, além da análise clínica, foram considerados elementos psicossociais e familiares por meio da aplicação de instrumentos como o ecomapa (Figura 1) e o genograma (Figura 2). O ecomapa possibilitou mapear as relações sociais e redes de apoio da paciente, evidenciando vínculos frágeis com serviços externos e a predominância do marido como principal suporte. Já o genograma permitiu compreender a configuração familiar, bem como identificar possíveis influências emocionais e vínculos significativos (BRASIL, 2020).

Com base nas informações obtidas, foram estabelecidas metas terapêuticas individualizadas, como o controle da dor, a regularização do uso de medicamentos, a melhoria do controle das doenças crônicas e o fortalecimento do suporte psicossocial. A divisão de responsabilidades foi realizada junto à equipe multiprofissional, envolvendo profissionais da medicina, enfermagem, fisioterapia e serviço social. A enfermagem assumiu o monitoramento clínico e a educação em saúde, a fisioterapia elaborou um plano de reabilitação funcional respeitando os limites da paciente, e o serviço social atuou na mobilização de recursos e na articulação com a rede de atenção (BRASIL, 2020; BRASIL, 2021a).

O acompanhamento foi feito em encontros semanais, com reavaliações contínuas. Observou-se, ao longo do processo, melhora significativa na adesão ao tratamento, na disposição para o autocuidado e na relação terapêutica com a equipe. Dona Francisca relatou sentir-se mais valorizada e segura ao perceber que havia um plano construído com base em suas necessidades reais e com respeito à sua história de vida.

A experiência reforça a importância do PTS como ferramenta que materializa os princípios da atenção integral e humanizada, promovendo cuidado singular e centrado na pessoa (BRASIL, 2021b). O uso de instrumentos como o ecomapa e o genograma enriqueceu a compreensão do contexto biopsicossocial da paciente e subsidiou decisões terapêuticas mais assertivas, evidenciando o potencial transformador do trabalho interdisciplinar e da escuta qualificada (CAMARANO, 2016; BRASIL, 2021a).

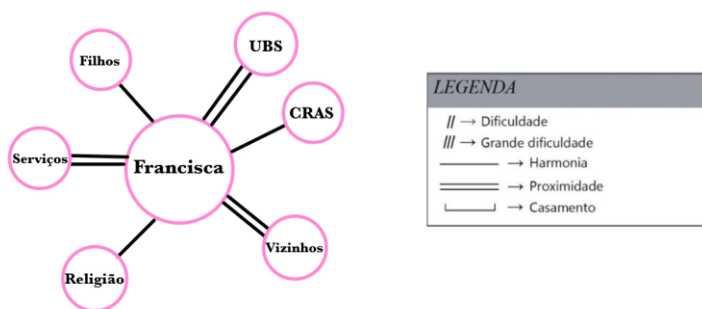


Figura 1 – Ecomapa da paciente.

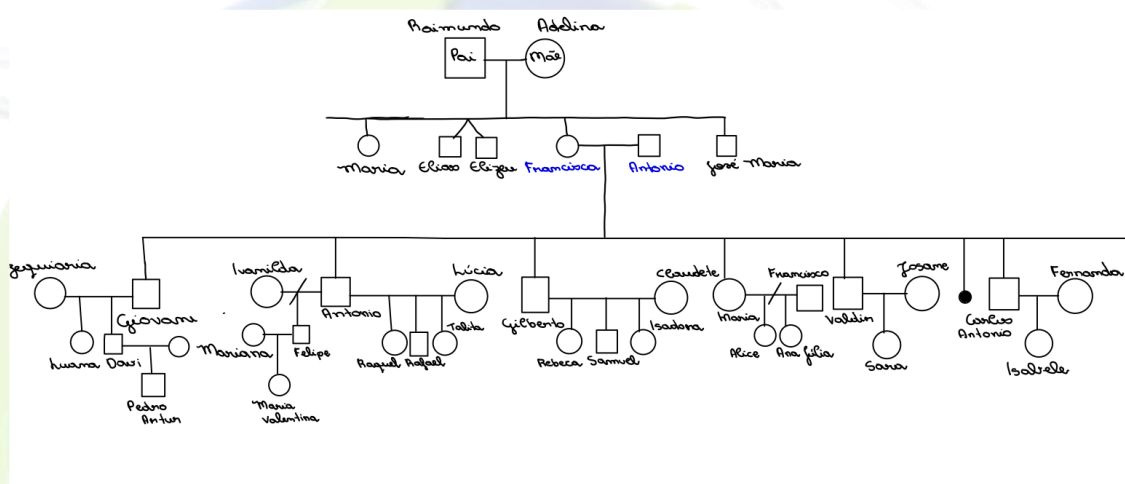


Figura 2 – Genograma da paciente.

DISCUSSÃO

A construção de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) tem se mostrado uma estratégia eficaz na atenção à saúde de indivíduos com condições complexas, especialmente no cuidado à pessoa idosa. O PTS permite articular o saber técnico-científico com a escuta sensível e a compreensão da singularidade do sujeito, promovendo um cuidado mais próximo, eficaz e humanizado (BRASIL, 2020).

A literatura evidencia que a fragmentação do cuidado é um dos principais desafios no acompanhamento de idosos com múltiplas doenças crônicas, tornando essencial o papel da equipe multiprofissional (CAMARANO, 2016). Nesse sentido, o PTS atua como ferramenta integradora, ao possibilitar o planejamento conjunto das ações entre os profissionais de saúde e o paciente, fortalecendo o vínculo e a corresponsabilidade (BRASIL, 2020).

Além disso, o acolhimento das questões subjetivas do idoso, como o medo da perda de autonomia e o sentimento de inutilidade, é fundamental para um cuidado integral. A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa enfatiza a importância de práticas que valorizem o protagonismo do usuário e estimulem a construção coletiva do cuidado (BRASIL, 2021b). Assim, a experiência vivenciada reafirma o que preconiza a literatura:



o PTS é uma estratégia potente na promoção de um cuidado singular, integral e humanizado, especialmente em populações vulneráveis e com necessidades complexas.

CONCLUSÃO

A construção e execução do Projeto Terapêutico Singular (PTS) da F.V.O.M evidenciam os desafios e potencialidades do cuidado integral na Atenção Primária. A complexidade das múltiplas comorbidades da paciente associadas às limitações funcionais e à vulnerabilidade social, reforça a necessidade de ampliar o olhar para além dos aspectos biomédicos. O cuidado efetivo demanda a compreensão do contexto biopsicossocial, da história de vida, das relações familiares e das dimensões subjetivas, como medo, espiritualidade e desejos que permeiam o processo de adoecimento.

O PTS revela-se não apenas um instrumento técnico, mas uma prática ética, relacional e afetiva, que exige sensibilidade, escuta ativa e corresponsabilização entre equipe e paciente. A escuta qualificada e as visitas domiciliares possibilitam a construção de vínculos que fortalecem a confiança e o protagonismo do usuário em seu autocuidado. Tal envolvimento demonstra como a humanização do cuidado pode potencializar resultados e promover autonomia, mesmo em contextos clínicos complexos.

Esse estudo reforça que a integralidade do cuidado se concretiza quando as ações são contextualizadas e construídas de forma compartilhada, respeitando a singularidade e o território do usuário. Pequenas ações, como o acolhimento e o diálogo genuíno, possuem efeito transformador, e o PTS se configura como ferramenta fundamental para promover saúde com dignidade, humanidade e efetividade na prática cotidiana das equipes de Atenção Primária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Caderno da Pessoa Idosa na Atenção Primária à Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2021a. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/cadernos>.

BRASIL. *Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa*. Brasília: Ministério da Saúde, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>.

BRASIL. *Caderno de Atenção Básica: Projeto Terapêutico Singular*. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/cadernos>.

CAMARANO, A. A. Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. 582 p.

SILVA, T. F. et al. Projeto terapêutico singular: reflexões sobre uma prática na saúde coletiva. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, v. 15, n. 42, p. 2703, 2020. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2703>.



ANTONIO, C. R.; MANGINI, F. N. R.; LUNKES, A. S.; MARINHO, L. C. P.; ZUBIAURRE, P. M.; RIGO, J.; SIQUEIRA, D. F. Projeto terapêutico singular: potencialidades e dificuldades na saúde mental. *Linhas Críticas*, v. 29, e45423, 2023.

CARDOSO, M. C. P. et al. Projeto terapêutico singular no cuidado à saúde do idoso: um relato de experiência. In: *II Simpósio de Pesquisa e Extensão das FIP Guanambi | Afya: Interdisciplinaridade para o Desenvolvimento Sustentável*, 2024.

236

CARNEIRO, E. M. et al. Prescrição e gerenciamento de projeto terapêutico singular como instrumento norteador da jornada do paciente internado. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 23, n. 5, e11991, 2023.

SILVA FILHO, J. A. et al. Construção de projeto terapêutico singular para implementação de cuidados voltados para idoso com lombalgia: um relato de experiência. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 8, p. 968–977, 2024.

SILVA, G. S. et al. Desafios na aplicação do projeto terapêutico singular em idoso dependente na atenção primária à saúde: um relato de experiência. In: *Anais do Café Científico - IFMSA Brazil UniSL*, 2024.

AVALIAÇÃO ANTROPOMÉTRICA E CURVAS DE CRESCIMENTO EM CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ATENÇÃO BÁSICA

Ana Clara de Miranda Tavares¹; Camila Marques Almendra¹; Moisés Martins Costa¹; Pedro Brasil G Pereira¹; Germmany de Sousa Carvalho ²; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val ²
Ayane Araújo Rodrigues ²

¹ Discente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde Do Piauí (FAHESP) - Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP)

² Docente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde Do Piauí (FAHESP) - Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP)

RESUMO

O presente trabalho descreve a experiência vivenciada durante a disciplina de Integração Ensino-Serviço-Comunidade IV (IESC IV), na qual foi realizada a avaliação antropométrica e a análise das curvas de crescimento em crianças de 4 a 6 anos de idade. A atividade ocorreu na Escola Municipal Irmã Dedi Assunção, onde foram coletados dados como peso, altura e IMC. Os achados foram interpretados segundo as referências da OMS, com ênfase na identificação de desvios nutricionais, de estatura e risco



cardiovascular precoce. A vivência permitiu aos acadêmicos aplicar conhecimentos teóricos em um contexto prático e comunitário, refletindo sobre a importância da vigilância nutricional na infância. A análise dos dados evidenciou a presença de sobrepeso em parte das crianças avaliadas, destacando a relevância de intervenções educativas e multiprofissionais. Essa experiência reforçou a necessidade de estratégias preventivas integradas entre escola, família e serviços de saúde, além de contribuir significativamente para a formação crítica e humanizada dos futuros profissionais de saúde.

Palavras-chave: Antropometria; Estado Nutricional; Desenvolvimento Infantil; Atenção Primária à Saúde.

INTRODUÇÃO

A infância representa uma fase determinante para o desenvolvimento humano, na qual o crescimento físico atua como marcador sensível do estado geral de saúde da criança. Dessa forma, a avaliação antropométrica emerge como uma ferramenta essencial, não apenas pela sua acessibilidade, baixo custo e simplicidade, mas sobretudo pela capacidade de fornecer subsídios para o diagnóstico precoce de distúrbios nutricionais (BRASPEN, 2024). Nesse sentido, indicadores como peso, estatura, índice de massa corporal (IMC) e perímetros corporais permitem mensurações objetivas do crescimento e da composição corporal, servindo como base para decisões clínicas e políticas públicas.

Ademais, a utilização de curvas de crescimento padronizadas, como as propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), possibilita avaliar o desenvolvimento infantil em relação a padrões internacionais de normalidade. Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2023), tais curvas devem ser aplicadas rotineiramente na atenção pediátrica, pois possibilitam o rastreamento de agravos nutricionais desde os primeiros anos de vida. De modo complementar, a combinação de indicadores como a circunferência da cintura (CC), a relação cintura/estatura (RCE) e a circunferência do pescoço (CP) tem demonstrado maior acurácia na predição de risco cardiovascular, sobretudo em crianças com excesso de peso (Santos et al., 2019).

Paralelamente a isso, estudos recentes apontam para o crescimento alarmante dos índices de sobrepeso e obesidade na população infantojuvenil brasileira, fenômeno que acarreta repercussões metabólicas e cardiovasculares de longo prazo (Simão et al., 2020). Nesse contexto, torna-se imperativo realizar avaliações nutricionais precoces, com vistas a mitigar os riscos de complicações futuras. De acordo com o Ministério da Saúde (2022), por meio da Estratégia PROTEJA, o enfrentamento da obesidade infantil exige ações integradas que envolvam não apenas o setor saúde, mas também o ambiente escolar e as famílias.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada durante a disciplina de Integração Ensino-Serviço-Comunidade IV (IESC IV), com ênfase na coleta e interpretação de dados antropométricos e curvas de crescimento em crianças de 4 a 6 anos de idade, destacando sua importância no rastreio de agravos nutricionais, alterações na estatura e desenvolvimento e na promoção da saúde infantil.

METODOLOGIA

A presente experiência foi desenvolvida no contexto da disciplina de Integração Ensino-Serviço-Comunidade IV (IESC IV), componente curricular do curso de Medicina, durante atividades práticas realizadas na Escola Municipal Irmã Dedi Assunção. Inicialmente, a equipe discente foi orientada quanto aos procedimentos técnicos de coleta de dados antropométricos, com base nas diretrizes da Sociedade Brasileira de Pediatria e



da BRASPEN. Posteriormente, foram conduzidas avaliações em crianças com faixa etária entre 4 e 6 anos de idade, previamente autorizadas pelos responsáveis legais.

Durante as visitas, aferiram-se peso e estatura com o uso de balança digital e fita métrica portátil, ambos certificados pelo controle de segurança do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), sendo o índice de massa corporal (IMC) calculado por meio da fórmula $\text{peso}/\text{altura}^2$. Em seguida, os dados foram interpretados à luz das curvas de crescimento da Organização Mundial da Saúde (OMS), utilizando-se os escores Z para a classificação do estado nutricional, estatura e IMC.

A análise foi realizada de forma descritiva, com ênfase na identificação de casos de baixo peso, eutrofia, sobrepeso e obesidade. Por fim, os resultados foram discutidos em equipe com preceptores, considerando os aspectos clínicos, epidemiológicos e sociais observados, reforçando a importância da vigilância nutricional precoce e da atuação interdisciplinar na atenção básica à saúde infantil.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A vivência prática da disciplina de Integração Ensino-Serviço-Comunidade IV (IESC IV) ocorreu ao longo do semestre letivo, sendo planejada com o intuito de aproximar os acadêmicos da realidade comunitária e dos serviços de atenção básica à saúde, embora essa atividade específica tenha ocorrido durante a 14ª semana do período letivo. Inicialmente, durante as reuniões de planejamento, foi realizada a divisão das atividades entre os integrantes da equipe discente, sob a supervisão dos professores e preceptores responsáveis. Optou-se por realizar a intervenção em uma instituição educacional da rede pública, a Escola Municipal Irmã Dedi Assunção.

Em um primeiro momento, dirigimo-nos à escola para alinhamento com a equipe de saúde da família, a fim de organizar o fluxo de atendimento e garantir o suporte necessário à atividade. Posteriormente, após termos recebido pela equipe pedagógica e pelas turmas da educação infantil, demos início as atividades propostas. As crianças participantes, com idades entre 4 e 6 anos, foram previamente autorizadas por seus responsáveis, que assinaram os respectivos termos de consentimento, embora os dados obtidos tenham respeitado o anonimato e a privacidade de cada criança, tendo apenas um vínculo educativo.



Imagem 1. Acadêmicos realizando orientações lúdicas e acolhimento infantil.



Imagem 2. Momento coletivo promovendo integração entre escola, comunidade e acadêmicos.



Durante a coleta de dados, procedeu-se à aferição de peso e altura utilizando balança digital e fita métrica portátil, assegurando a calibração adequada dos instrumentos e o uso de técnicas padronizadas segundo orientações da SBP (2023) e BRASPEN (2024). Vale ainda destacar que todos os equipamentos utilizados possuíam certificação de qualidade do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. Em seguida, com os dados obtidos, foram calculados os valores de IMC e aplicados os critérios de classificação baseados nas curvas de crescimento da Organização Mundial da Saúde.



Imagem 3. Acadêmica realiza aferição de estatura



Imagem 4. Acadêmicos registram e analisam dados antropométricos coletados

Com base nos resultados, observamos que, entre dez crianças avaliadas, uma apresentava sobrepeso, o que sinaliza a necessidade de vigilância nutricional contínua. Esse achado serviu como ponto de partida para a realização de orientações breves aos professores e responsáveis sobre hábitos alimentares saudáveis e incentivo à atividade física. Ao final da atividade, promovemos uma roda de conversa entre os acadêmicos para discussão dos achados, dificuldades encontradas e percepção sobre a importância da atuação multiprofissional na atenção à saúde infantil. A experiência permitiu não apenas a aplicação prática de conhecimentos técnicos, mas também o desenvolvimento do olhar crítico, sensível e comprometido com a promoção da saúde em nível comunitário.

DISCUSSÃO

A avaliação antropométrica na infância constitui uma ferramenta essencial para o rastreamento de distúrbios nutricionais e agravos à saúde, principalmente na faixa etária de 4 a 6 anos, período marcado por intenso crescimento físico e desenvolvimento neuropsicomotor. Conforme destacado pela Sociedade Brasileira de Pediatria (2023), o monitoramento sistemático do crescimento infantil permite identificar precocemente desvios nutricionais, possibilitando intervenções oportunas e eficazes na atenção básica.

Nesse contexto, os dados obtidos durante a vivência acadêmica revelaram resultados compatíveis com a literatura nacional. De acordo com Santos et al. (2019), a prevalência de sobrepeso e obesidade entre crianças e adolescentes tem aumentado consideravelmente, sendo estimado que até 39,7% das crianças já apresentam algum grau de risco cardiovascular com base em indicadores antropométricos. Além disso, é importante destacar que nós poderíamos ter realizado a utilização de outros parâmetros, como circunferência da cintura, circunferência do pescoço e relação cintura/estatura, de



maneira a complementar às informações iniciais, uma vez que esses dados têm demonstrado maior sensibilidade para identificar adiposidade central, configurando-se como métodos complementares relevantes à prática clínica, sendo essa uma limitação inicial ao nosso estudo.

Corroborando esses achados, Simão et al. (2020) alertam para o fato de que a obesidade infantil está diretamente relacionada a complicações cardiometabólicas futuras, como hipertensão, diabetes tipo 2 e disfunção endotelial precoce. Portanto, a detecção de crianças em risco já na faixa pré-escolar torna-se uma estratégia prioritária para mitigação de desfechos adversos na vida adulta.

A Estratégia Nacional PROTEJA, lançada pelo Ministério da Saúde (2022), enfatiza a importância de ações intersetoriais voltadas à promoção da alimentação saudável e do crescimento adequado na infância. Tais diretrizes reforçam o papel da escola como ambiente privilegiado para o monitoramento do estado nutricional e a educação alimentar contínua. Além disso, o Manual de Triagem e Avaliação Nutricional em Pediatria da BRASPEN (2024) destaca que a abordagem antropométrica deve ser integrada a políticas públicas de vigilância nutricional, sendo fundamental a capacitação de profissionais da saúde e da educação para sua execução.

Dessa forma, os dados da presente experiência convergem com a literatura ao evidenciar que o uso articulado de diferentes indicadores antropométricos e a inserção precoce de estratégias educativas no contexto escolar e comunitário são fundamentais para o enfrentamento dos problemas nutricionais da infância e, consequentemente, para a promoção de uma saúde cardiovascular mais robusta ao longo da vida.



Gráfico 1. Estatura/idade para meninas de 5 a 19 anos, segundo os escores-z da OMS



Gráfico 2. Peso/idade para meninas de 0 a 5 anos, segundo os escores-z da OMS



Gráfico 3. Estatura/idade para meninos de 0 a 5 anos, segundo os escores-z da OMS



Gráfico 4. IMC/idade para meninas de 5 a 19 anos, segundo os escores-z da OMS

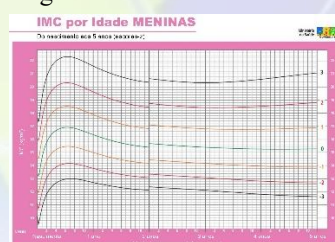


Gráfico 5. IMC/idade para meninas de 0 a 5 anos, segundo os escores-z da OMS

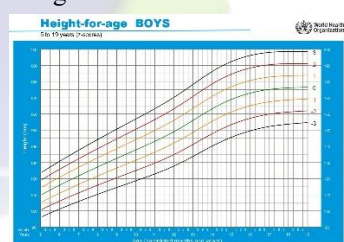


Gráfico 6. Altura/idade para meninos de 5 a 19 anos, segundo os escores-z da OMS



Gráfico 7. Peso/idade para meninas de 0 a 5 anos, segundo os escores-z da OMS

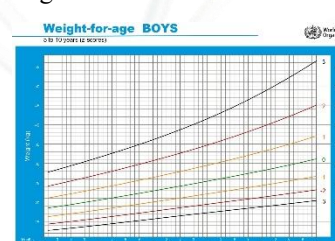


Gráfico 8. Peso/idade para meninos de 5 a 10 anos, segundo os escores-z da OMS

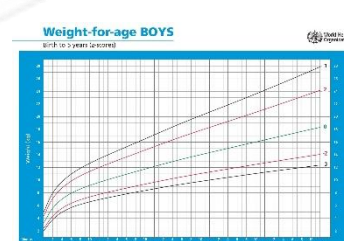


Gráfico 9. Peso/idade para meninos de 0 a 5 anos, segundo os escores-z da OMS

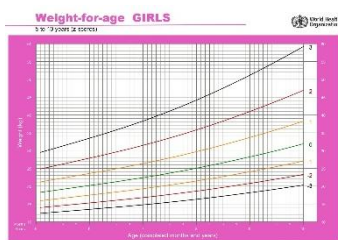


Gráfico 10. Peso/idade para meninas de 5 a 10 anos, segundo os escores-z da OMS

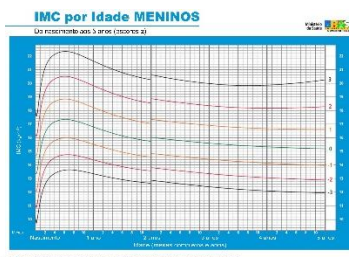


Gráfico 11. IMC/idade para meninos de 0 a 5 anos, segundo os escores-z da OMS

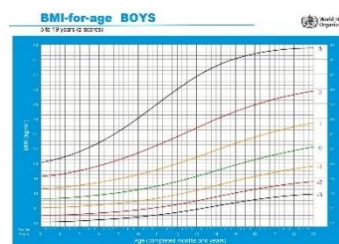


Gráfico 12. IMC/idade para meninos de 5 a 19 anos, segundo os escores-z da OMS

CONCLUSÃO

Ao longo da vivência proporcionada pela disciplina de Integração Ensino-Serviço-Comunidade IV, pude compreender, de forma concreta e aplicada, a importância da avaliação antropométrica como instrumento essencial para o cuidado integral da criança. A realização das aferições em campo, o contato direto com as crianças e a análise crítica dos dados coletados permitiram que eu desenvolvesse um olhar mais sensível, técnico e comprometido com a realidade da atenção básica em saúde.

A experiência nos possibilitou refletir sobre a complexidade envolvida no crescimento infantil e na vigilância nutricional, bem como sobre o papel do profissional de saúde na promoção de hábitos saudáveis desde a primeira infância. Percebemos que, embora os instrumentos de avaliação sejam simples e acessíveis, sua correta aplicação e interpretação demandam preparo, responsabilidade e, acima de tudo, empatia.

Além disso, entendemos que o cuidado com a saúde infantil ultrapassa a esfera biomédica, exigindo articulação entre escola, família, comunidade e serviços de saúde. A interação com professores, responsáveis e crianças foi fundamental para que nós reconhecêssemos a importância da educação em saúde como pilar transformador na prevenção de agravos futuros.

Por fim, acreditamos que essa experiência foi não apenas um exercício técnico, mas também um processo formativo e humano, que ampliou nossa percepção sobre a prática médica e fortaleceu o nosso compromisso com uma atuação mais crítica, preventiva e acolhedora. Levamos conosco o entendimento de que cuidar do crescimento é também cuidar do futuro, e que a atenção às pequenas medidas pode produzir grandes impactos na vida de uma criança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. PROTEJA: Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à

Obesidade Infantil: orientações técnicas [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteja_estrategia_nacional_obesidade_infantil.pdf.



BRASPEN – SOCIEDADE BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO

PARENTERAL E ENTERAL. Manual de triagem e avaliação nutricional em pediatria. São Paulo: BRASPEN, 2024.

SANTOS, Élise Gabriela Rosa et al. Prevalência de risco cardiovascular a partir de parâmetros antropométricos em crianças e adolescentes. Revista de Atenção à Saúde, São Caetano do Sul, v. 17, n. 60, 2019.

SIMÃO, Mateus Camargos Silva Alves et al. Aumento da obesidade em crianças e adolescentes: risco de complicações cardíacas futuras. Revista Eletrônica Acervo Saúde, n. 57, p. e4070-e4070, 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Departamento Científico de Endocrinologia. Avaliação do crescimento: o que o Pediatra precisa saber. Rio de Janeiro: SBP, 2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Gráficos de Crescimento. SBP. 2025.

PROJETO INTEGRADOR IV - LIBRAS DA JUSTIÇA

Autores: 1. Edson Medeiros Rodrigues Filho; 2. Erika Paschoa Aguiar; 3. Gabrielli Almeida De Araujo Diniz; 4. Guilherme Silva De Carvalho; 5. Herberto Silva Do Nascimento; 6. Hiarlley Sousa Araujo; 7. Maria Clara Do Nascimento Lima; 8. Mateus De Albuquerque Costa; 9. Raylanne Costa Dos Santos; 10. Roseane De Araújo Galeno.

Orientadora: Tatiana Mendes Caldas Castelo Branco.

1. Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI
2. Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI;
3. Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI;
4. Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI;
5. Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI;
6. Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI;
7. Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI.
8. Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI.
9. Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI.
10. Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI.

**RESUMO**

O Projeto Integrador IV – Libras da Justiça tem como propósito promover a acessibilidade comunicacional para a comunidade surda nos órgãos públicos de Parnaíba-PI, destacando-se principalmente no contexto jurídico. Por meio de ações como visitas técnicas ao Tribunal de Justiça, rodas de conversa e oficinas práticas, buscou-se capacitar servidores públicos no uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), possibilitando um atendimento mais eficiente e inclusivo. O curso intensivo de Libras, com seis horas distribuídas ao longo de três dias, abordou sinais básicos e situações comuns do cotidiano de atendimento, além de estimular a empatia e a sensibilização dos profissionais quanto à importância da inclusão. Como resultado concreto, foi produzido um manual jurídico bilíngue com QR Codes que direcionam a vídeos em Libras, garantindo o acesso facilitado à informação. O projeto representa um avanço significativo para as instituições públicas, reforçando a necessidade de adaptação às demandas de uma sociedade diversa e promovendo uma cultura institucional mais inclusiva. Essa iniciativa não apenas cumpre as exigências legais de acessibilidade, mas também transforma o ambiente jurídico, tornando-o mais humano, acolhedor e eficiente para todos os cidadãos, independentemente de suas condições comunicacionais.

Palavras-chave: Acessibilidade; LIBRAS; Comunicação.



INTRODUÇÃO

O Projeto Integrador IV – Libras da Justiça tem como objetivo principal promover a acessibilidade comunicacional para a sociedade surda nos órgãos públicos de Parnaíba, no Piauí. Considerando que a comunicação é essencial para o pleno exercício da cidadania, o projeto busca garantir que pessoas surdas tenham acesso igualitário aos serviços públicos, especialmente no sistema judiciário, onde estão em jogo direitos, deveres e garantias fundamentais.

A iniciativa foi desenvolvida com foco na capacitação de servidores e colaboradores das instituições públicas, preparando-os para atender, com mais eficiência e respeito, cidadãos surdos por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Entre as ações realizadas, destacam-se visitas técnicas a órgãos como o Tribunal de Justiça de Parnaíba, rodas de conversa sobre inclusão, oficinas práticas e um curso intensivo de Libras com carga horária total de seis horas, distribuídas ao longo de três dias.

Além do ensino básico de sinais, o projeto também buscou sensibilizar os profissionais sobre a importância da inclusão e da quebra de barreiras comunicacionais. A proposta vai além da simples capacitação: pretende transformar a cultura institucional, estimulando atitudes mais empáticas, inclusivas e comprometidas com a equidade no atendimento ao público.

O Projeto representa um avanço significativo para os órgãos públicos de Parnaíba, pois reforça a necessidade de adaptação das instituições às demandas de uma sociedade diversa. Com o início dessa iniciativa a conscientização sobre acessibilidade o projeto contribui para a construção de um ambiente mais acolhedor, onde todos possam exercer seus direitos plenamente, independentemente de suas condições comunicacionais.



METODOLOGIA

O Projeto Integrador IV – Libras da Justiça utilizou metodologias participativas na construção e execução das ações do projeto. Promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento de forma colaborativa, a definição do tema e definição das ações envolveu todos os alunos. As ações e estratégias foram pensadas para uma abordagem prática e participativa, com foco na promoção da acessibilidade comunicacional para a comunidade surda nos órgãos públicos do poder judiciário de Parnaíba. Inicialmente, foram realizadas visitas técnicas a instituições como o Tribunal de Justiça, com o objetivo de identificar barreiras na comunicação entre servidores e cidadãos surdos.

Em seguida, foram desenvolvidas ações educativas, incluindo rodas de conversa, oficinas práticas e um curso intensivo de Libras com carga horária total de seis horas, distribuídas em três dias. O curso abordou sinais básicos de libras e situações comuns de atendimento ao público.

As atividades buscaram, além da capacitação técnica, a sensibilização dos participantes sobre a importância da inclusão e da empatia no atendimento. Como produto final, foi elaborado um manual jurídico bilíngue com QR Codes que direcionam a vídeos em Libras, facilitando o acesso à informação para pessoas surdas.

Todo o processo foi documentado por meio de registros fotográficos, relatórios e relatos dos participantes, permitindo a avaliação dos impactos do projeto nos ambientes atendidos.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A experiência do projeto teve seu nascedouro nas aulas de Libras oferecidas na grade curricular. Essas aulas, ao promoverem a empatia e o desejo de contribuir com a comunidade surda, motivaram a escolha de um tema voltado à acessibilidade da justiça. O nome do projeto foi concebido a partir do intuito de levar a justiça de forma equitativa a todos, capacitando servidores públicos para que compreendam e atendam à realidade daqueles que se comunicam de maneira distinta da maioria.



Em 12 de março de 2025, o grupo realizou uma

visita técnica ao Tribunal de Justiça, marcando o início das atividades práticas. Para a divulgação das iniciativas e a interação com a comunidade, foi criada uma rede social específica para o projeto. Contudo, o momento de maior relevância e impacto emocional da jornada ocorreu em 20 de maio de 2025, durante a segunda fase do projeto, que consistiu em uma ação de compartilhamento de conhecimentos no Tribunal de Justiça de Parnaíba.

Na ocasião, foi ministrado uma capacitação de LIBRAS para os servidores do Fórum, com o objetivo de capacitá-los a compreender e atender as necessidades de comunicação de pessoas surdas que buscam os serviços do órgão. A metodologia ativa empregada na aula estimulou o engajamento de todos os participantes, que demonstraram grande empenho e valorização do conhecimento adquirido. Essa receptividade evidenciou a importância atribuída pelos servidores à qualificação e ao aprimoramento de suas atividades no desempenho da carreira pública.

DISCUSSÃO

A iniciativa de produção de um manual jurídico em Libras, voltado para os órgãos públicos de Parnaíba, como referência para este grupo o Tribunal de Justiça, representa uma resposta concreta à necessidade de democratização do acesso à justiça por pessoas surdas. A acessibilidade linguística, especialmente no âmbito jurídico, é uma condição indispensável para a efetivação dos direitos fundamentais, como apontado por autores como Skliar (2003) e Strobel (2009), que destacam a surdez não como uma deficiência em si, mas como uma diferença linguística e cultural que exige reconhecimento e adaptação institucional.

De acordo com a Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a acessibilidade nos órgãos do Judiciário deve ir além da presença eventual de intérpretes, incorporando práticas sistemáticas de inclusão. A experiência do grupo ao identificar a ausência de materiais acessíveis e a dificuldade dos servidores em lidar com a comunicação em Libras reforça o que já é discutido em pesquisas como as de Martins et al. (2018), que denunciam o distanciamento entre os direitos legais garantidos e a prática cotidiana nos tribunais.



(como vídeos e QR Codes) dialoga com abordagens

contemporâneas de inclusão, que apontam a tecnologia como ferramenta de redução de barreiras comunicacionais (SILVA & ARAÚJO, 2021). Nesse sentido, o projeto aproxima-se de experiências exitosas relatadas em outras regiões do país, onde a participação ativa da comunidade surda na construção de soluções mostrou-se essencial para garantir efetividade e respeito à diversidade linguística.

Além disso, o projeto também se alinha ao movimento de linguagem simples no Judiciário, preconizado pelo próprio CNJ, que reconhece que o acesso à justiça depende não apenas da presença física nos tribunais, mas da real compreensão dos atos processuais. O manual em Libras, ao buscar informar desde o primeiro contato — como a localização do setor ou como identificar sua demanda — contribui para que o Judiciário se torne não apenas mais acessível, mas também mais humano e eficiente

CONCLUSÃO

O Projeto em questão evidenciou, de forma concreta e sensível, que a inclusão comunicacional não é apenas uma diretriz normativa, mas um compromisso ético e social inadiável. Através da capacitação em Libras, da produção de recursos bilíngues acessíveis e da escuta ativa às demandas da comunidade surda, o projeto rompeu barreiras históricas de exclusão no ambiente jurídico, promovendo um novo paradigma de justiça: mais acessível, empática e verdadeiramente cidadã.

Mais do que capacitar servidores, a iniciativa despertou uma mudança cultural nos espaços institucionais, fomentando a construção de um Judiciário que reconhece e valoriza a diversidade linguística como elemento essencial da dignidade humana. Ao incorporar práticas inovadoras e sustentadas por tecnologia acessível, demonstrou que a inclusão é viável, eficaz e transformadora.

O legado deixado por essa experiência não se limita aos resultados imediatos; ele inspira a continuidade de ações estruturantes e replicáveis em outras esferas do serviço público, reafirmando que o direito à comunicação é um pilar central da cidadania. Assim, o projeto não apenas promoveu acessibilidade: ele fortaleceu a justiça enquanto valor coletivo e a reafirmou como um espaço que deve, necessariamente, pertencer a todos.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. de. Barreiras comunicacionais e o acesso da pessoa surda à justiça. Revista Inclusão e Cidadania, v. 11, n. 2, p. 45–60, 2019.

248

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lucinda Ferreira (org.). Acessibilidade e inclusão: práticas e reflexões. São Carlos: Edufscar, 2011. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/>

MARTINS, D. F.; PEREIRA, M. T.; OLIVEIRA, J. M. Acessibilidade comunicacional no sistema judiciário: desafios para a inclusão da pessoa surda. Revista de Direito e Inclusão, v. 6, n. 1, p. 22–38, 2018.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, R. A.; ARAÚJO, P. L. de. Tecnologias assistivas e o direito à comunicação da pessoa com deficiência auditiva no processo judicial. Revista de Acessibilidade e Justiça, v. 4, n. 2, p. 89–102, 2021.

SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2000.

SKLIAR, Carlos (org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. Disponível em: <https://www.libras.ufsc.br/>

STROBEL, L. F. B. Surdez e Bilinguismo: perspectivas para uma educação bilíngue no Brasil. Porto Alegre: Mediação, 2009.

**FORTALECENDO O VÍNCULO DA UBS COM A COMUNIDADE NA PREVENÇÃO AO HPV**

Bernardo de Oliveira Lima Júnior¹; Bruno Deley Leal Brito¹; Gabriel Ferreira¹; José Iran Petrola Bastos Neto¹; Kadja Gomes Freitas¹; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val² Maria Vitória Santos Araújo²

¹ Discente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí – IESVAP, Parnaíba, Piauí.

² Docente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí – IESVAP, Parnaíba, Piauí.

249

ÁREA TEMÁTICA: IESC IV / RELATO DE EXPERIÊNCIA (MEDICINA)**RESUMO**

Este relato de experiência tem como objetivo descrever a construção e a realização de uma intervenção educativa voltada aos profissionais de saúde da Atenção Primária, com foco na prevenção da infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV). A atividade foi planejada a partir do diagnóstico situacional da unidade, considerando as baixas taxas de vacinação e a necessidade de fortalecer o papel da equipe como agente promotor da saúde. A metodologia adotada foi baseada na pesquisa-ação, valorizando o envolvimento dos sujeitos e o caráter reflexivo e transformador da prática educativa. A intervenção consistiu em uma palestra com uso de recursos audiovisuais, promovendo esclarecimentos sobre o HPV, sua relação com o câncer e a importância da vacinação. A experiência evidenciou o potencial das ações educativas como estratégia para qualificação do cuidado, atualização profissional e fortalecimento do vínculo entre equipe e comunidade. Conclui-se que iniciativas dessa natureza são fundamentais para ampliar o alcance das políticas públicas de imunização e prevenção em saúde.

Palavras-chave: Papilomavírus Humano. Atenção Primária à Saúde. Prevenção e Controle.

INTRODUÇÃO

O Papilomavírus Humano (HPV) é uma das infecções sexualmente transmissíveis mais comuns em todo o mundo, acometendo, com especial intensidade, adolescentes e adultos jovens. No Brasil, o HPV está fortemente associado ao desenvolvimento do câncer do colo do útero, enfermidade que ocupa a quarta posição entre as principais causas de mortalidade por neoplasias em mulheres) (INCA, 2023). A infecção pelo vírus pode ser assintomática, o que dificulta a detecção precoce e o tratamento, tornando a prevenção primordial para a redução da incidência da doença. Desde 2014, o Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza, de forma gratuita e universal,

a vacina profilática contra o HPV, destinada a meninos e meninas com idade entre 9 e 14 anos.) sendo uma ferramenta efetiva para a prevenção primária do câncer cervical (Brasil, 2022).

Embora existam estratégias nacionais e locais voltadas à imunização, os índices de cobertura vacinal contra o HPV permanece aquém dos parâmetros ideais. Entre os fatores que contribuem para essa realidade, destacam-se a desinformação da população, disseminação de mitos acerca de possíveis efeitos adversos, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e fragilidades na comunicação entre profissionais de saúde e comunidade contribuem para a baixa adesão (Lima et al., 2021). Assim, o fortalecimento do vínculo entre os profissionais da Atenção



Primária à Saúde (APS) e os usuários do serviço configura-se como aspecto essencial para o êxito de ações de doença e promoção da saúde.

Os profissionais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) desempenham papel estratégico na mobilização social, na educação em saúde e no acompanhamento dos grupos prioritários para vacinação. A qualificação contínua desses profissionais, por meio de intervenções educativas e estratégias participativas, pode promover um atendimento mais acolhedor, eficiente e resolutivo, ampliando a confiança da comunidade no serviço público e incentivando a adesão às medidas preventivas (Silva et al., 2021).

Diante deste cenário, o presente relato de experiência visa descrever o planejamento e a construção de uma intervenção educativa direcionada aos profissionais da UBS, com o intuito de fortalecer o vínculo entre a equipe de saúde e a comunidade, potencializando as ações de prevenção ao HPV. O objetivo é contribuir para a melhoria das práticas de saúde e para a ampliação da cobertura vacinal, além de promover reflexões sobre a importância do trabalho coletivo e integrado na APS.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, fundamentado nos princípios da Educação Popular em Saúde e na promoção do cuidado integral no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS). O cenário da intervenção foi uma Unidade Básica de Saúde (UBS), Iracema Feitosa, módulo 3, vinculada à Estratégia Saúde da Família (ESF). A experiência foi desenvolvida por discentes do curso de Medicina, sob supervisão docente e em articulação com a equipe multiprofissional da referida UBS.

A construção da intervenção educativa teve como foco a prevenção da infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV), sendo estruturada em etapas sequenciais, contemplando diagnóstico situacional, escuta qualificada da comunidade, levantamento de barreiras e identificação de estratégias facilitadoras da vacinação, planejamento coletivo e implementação de ações educativas. A metodologia utilizada está alinhada às diretrizes da pesquisa-ação, a qual valoriza a participação ativa dos sujeitos envolvidos e o fortalecimento dos vínculos entre serviço e comunidade (Franco et al., 2021).

O desenvolvimento da experiência seguiu, ainda, as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos da área da saúde, que enfatizam a inserção dos estudantes em cenários reais de prática, priorizando as necessidades e especificidades locais (BRASIL, 2023). A coleta de dados para fins de análise e sistematização do relato ocorreu por meio de registros de campo, observação participante e anotações reflexivas elaboradas pela equipe envolvida. A sistematização da experiência visou à identificação de potencialidades, desafios e aprendizados relevantes que contribuíram para o aprimoramento das práticas de promoção da saúde no território.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A intervenção educativa foi realizada por estudantes de Medicina no âmbito da Atenção Primária à Saúde, tendo como foco a capacitação dos profissionais da Unidade Básica de Saúde (UBS) para o fortalecimento das estratégias de prevenção ao Papilomavírus Humano (HPV). A atividade ocorreu por meio de uma palestra expositiva, com apoio de material audiovisual (slides), abordando temas fundamentais como a epidemiologia do HPV, os subtipos virais associados ao desenvolvimento de câncer, em especial o câncer do colo do útero, bem como os métodos de prevenção, com ênfase na vacinação disponível no Sistema Único de Saúde (SUS).

Durante a ação, os alunos enfatizaram o papel da equipe multiprofissional na promoção da saúde e na orientação da população, destacando a importância do vínculo entre profissionais e usuários para o sucesso das campanhas vacinais. Houve espaço para o esclarecimento de dúvidas por parte dos profissionais da UBS, o que possibilitou o aprofundamento de temas como a faixa etária prioritária para vacinação, a segurança do imunizante e as estratégias para aumentar a adesão da comunidade.



A participação ativa da equipe da UBS evidenciou o interesse e o compromisso com a melhoria contínua do cuidado. A troca de saberes durante a intervenção promoveu reflexões importantes sobre as barreiras enfrentadas no cotidiano do serviço, como a resistência de pais e responsáveis, a desinformação e os desafios na abordagem da sexualidade com adolescentes. A experiência demonstrou que ações educativas simples, mas bem estruturadas, podem contribuir significativamente para o fortalecimento da prática profissional e para a melhoria do cuidado em saúde. A sensibilização dos profissionais representa um passo fundamental para que a UBS atue de forma mais eficaz na prevenção das infecções pelo HPV e na ampliação da cobertura vacinal, impactando positivamente a saúde coletiva.



Figura 1 – Palestra educativa realizada com os profissionais da UBS sobre prevenção ao HPV.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Figura 2 - Palestra educativa realizada com os profissionais da UBS sobre prevenção ao HPV.

252



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

DISCUSSÃO

As ações de educação em saúde voltadas à prevenção do HPV têm se mostrado eficazes na qualificação da atuação dos profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) e na melhoria da cobertura vacinal. Estudos evidenciam que o desconhecimento sobre o HPV, inclusive entre profissionais de saúde, ainda representa uma barreira importante para a prevenção da infecção e para o enfrentamento do câncer do colo do útero (Garcia et al., 2020). Assim, intervenções educativas que promovem atualização e sensibilização das equipes se tornam estratégias fundamentais para aprimorar a prática clínica e o vínculo com a população.

Pesquisas indicam que a capacitação dos profissionais contribui para a superação de mitos, receios e informações equivocadas que circulam na comunidade e, muitas vezes, são perpetuadas pela própria equipe de saúde (Silva et al., 2021). A educação permanente, nesse contexto, assume um papel estratégico ao proporcionar espaços de diálogo e reflexão crítica sobre os desafios do cuidado, reforçando a necessidade de uma abordagem acolhedora, ética e baseada em evidências.

Além disso, a literatura destaca que a formação continuada dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) fortalece o vínculo entre serviço e comunidade, promovendo maior confiança e adesão às ações preventivas (Lopes et al., 2022). A abordagem do HPV, por envolver aspectos da sexualidade e da vacinação infantojuvenil, requer sensibilidade e preparo da equipe para lidar com questões culturais, religiosas e familiares que podem influenciar negativamente a adesão à vacina.



Desse modo, experiências educativas como a descrita neste trabalho estão em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, ao reconhecerem os profissionais como protagonistas na construção do conhecimento e na transformação das práticas em saúde (Brasil, 2023). Tais iniciativas contribuem para a qualificação da APS como coordenadora do cuidado e fomentam o compromisso coletivo com a prevenção de doenças evitáveis, como aquelas causadas pelo HPV.

CONCLUSÃO

A realização da intervenção educativa com os profissionais da Unidade Básica de Saúde representou uma experiência enriquecedora tanto para os discentes quanto para a equipe envolvida. O processo de planejamento e execução da ação permitiu aos estudantes refletirem sobre o papel transformador da educação em saúde, ao passo que contribuiu para ampliar os saberes e fortalecer o compromisso dos profissionais com a prevenção do HPV.

Ficou evidente que, ao abordar temas muitas vezes negligenciados na rotina dos serviços, como a vacinação contra o HPV e sua relação com o câncer, cria-se um espaço potente de escuta, troca e sensibilização. Essa vivência também reforçou a importância da escuta ativa e da construção coletiva do conhecimento, elementos essenciais para o fortalecimento dos vínculos entre os profissionais de saúde e a comunidade.

Como perspectiva futura, espera-se que ações educativas como essa se tornem parte da rotina das equipes da Atenção Primária, contribuindo para a consolidação de práticas mais informadas, acolhedoras e efetivas. Além disso, acredita-se que o investimento na formação crítica dos profissionais de saúde é um passo essencial para a superação de barreiras culturais, institucionais e comunicacionais que ainda limitam o alcance da vacinação contra o HPV no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunização e Doenças Imunopreveníveis. **Plano Nacional de Imunizações: 50 anos.** Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

FRANCO, T. B. et al. Pesquisa-ação em saúde: caminhos para a produção compartilhada do cuidado e do conhecimento. **Saúde em Debate**, v. 45, n. spe1, p. 102-115, 2021.

GARCIA, M. M. et al. Conhecimento de profissionais da Atenção Primária à Saúde sobre o HPV e sua relação com o câncer de colo uterino. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 66, n. 2, p. e-09329, 2020.

GONÇALVES, H. P.; SANTOS, L. S.; CUNHA, R. M. F. Fatores associados à hesitação vacinal contra o HPV em adolescentes: revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 48, p. e4952, 2020.



INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA). **Câncer do colo do útero**. Rio de Janeiro: INCA, 2023. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-do-colo-do-utero>. Acesso em: 14 maio 2025.

LIMA, Y. P. L. et al. Cobertura vacinal contra o HPV no Brasil e os desafios para atingir a meta de eliminação do câncer do colo do útero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 9, p. 3889-3898, 2021.

LOPES, J. S. et al. Estratégias educativas como ferramenta de qualificação dos profissionais da atenção básica: revisão integrativa. **Revista Saúde & Ciência Online**, v. 11, n. 1, p. 29-38, 2022.

SILVA, A. C. G. et al. Percepção dos profissionais de saúde sobre a vacinação contra o HPV: contribuições para a prática. **Saúde em Debate**, v. 45, n. 128, p. 278-287, 2021.

SILVA, M. L. B. et al. Ações da atenção primária à saúde na promoção da vacinação contra o HPV: aproximações com a comunidade. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 16, n. 43, p. 2710, 2021.

JOVEM SEM HIV: EDUCAÇÃO E ACESSO AO PrEP E PEP

Ana Clara Coimbra Melo de Castro ¹; Antônio Danilo Ferreira Melo ¹; Bernardo de Oliveira Lima Júnior ¹; Gabriel Reis Ferreira ¹; Ítalo Bhreno Sousa Costa ¹; Iris Bele Brito de Araújo ¹; Jader José Sales Montenegro ¹; Joana Maria de Souza Ribeiro ¹; José Iran Petrola Bastos Neto ¹; João Cardoso Caldas Neto ¹; Kadja Gomes Freitas ¹; José Renato Araújo Pessoa Filho ¹; Lucas Rafael Galvão Araújo ¹; Marco Antônio Cortes Carvalho ¹; Retiely Oliveira Evangelista ¹; Thiago Madeiro Santos Lima ¹; Ayane Araújo Rodrigues²

¹ Discente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, exatas e da saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP), Parnaíba-PI

² Docente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, exatas e da saúde do Piauí (FAHESP/IESVAP), Parnaíba-PI

RESUMO

INTRODUÇÃO: A AIDS e o HIV permanecem desafios globais de saúde pública, especialmente entre jovens, que enfrentam desinformação e estigma. O projeto “Jovem sem HIV” foi idealizado para ampliar o acesso e a compreensão das estratégias de prevenção combinada, incluindo PrEP e PEP, por meio de educação e conscientização. **METODOLOGIA:** A metodologia contemplou três encontros na Escola Rachel Magalhães, em Parnaíba, com dinâmicas participativas, vídeos e oficinas criativas, promovendo um ambiente acolhedor e reflexivo. O primeiro encontro apresentou conceitos básicos sobre HIV e prevenção, o segundo explorou o acesso e a adesão aos tratamentos, e o terceiro capacitou os jovens como multiplicadores do conhecimento. **RELATO:** o relato da experiência mostrou impacto positivo, com maior entendimento dos participantes e engajamento na disseminação da informação em suas redes sociais e comunidades. A abordagem inclusiva e empática despertou protagonismo juvenil e reduziu preconceitos. **DISCUSSÃO:** evidenciou-se que a percepção dos jovens sobre HIV evoluiu, reconhecendo a doença como tratável, mas persistem lacunas no conhecimento, reforçando a necessidade de intervenções educativas inovadoras e contínuas. **CONCLUSÃO:** conclui-se que o projeto contribuiu significativamente para a promoção da saúde e cidadania, demonstrando que espaços seguros e



metodologias ativas são essenciais para mobilizar e empoderar jovens na prevenção do HIV, deixando um legado de transformação social duradouro.

Palavras-chave: Adulto Jovem. Adolescente. HIV. Aids. Preservativo.

INTRODUÇÃO

A AIDS e o HIV representam um dos maiores desafios de saúde pública do século XX e continuam a exigir atenção global no século XXI. Enquanto o HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) é o agente causador da infecção, a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) é a etapa avançada dessa condição, caracterizada pelo enfraquecimento do sistema imunológico e pela vulnerabilidade a infecções oportunistas (Nascimento, 2025).

Nos últimos anos, os temas relacionados à AIDS e à prevenção do HIV têm perdido espaço nos meios de comunicação de massa. Eles emergem apenas em momentos pontuais, como no Dia Mundial de Luta Contra a AIDS, em 1º de dezembro, ou durante o Carnaval, quando campanhas governamentais se intensificam sob o pretexto de um aumento de relações casuais (Knauth e Bulegon, 2024).

Entre os jovens, essa ausência é ainda mais notável. A discussão sobre HIV e AIDS raramente encontra eco nos canais digitais e redes sociais que consomem. Além disso, as escolas, que poderiam ser um espaço central para essa conversa, têm enfrentado retrocessos significativos. O enfraquecimento do Programa Saúde na Escola (PSE) em muitos municípios, aliado ao avanço de movimentos que rejeitam discussões sobre gênero e sexualidade, silenciou ainda mais um diálogo vital para a saúde pública (Knauth e Bulegon, 2024).

É nesse contexto que nasce o projeto "**Jovem sem HIV**", com o propósito urgente de ampliar o alcance das estratégias de prevenção combinada do HIV entre os jovens. A infecção pelo vírus da imunodeficiência humana continua sendo um desafio persistente, principalmente em comunidades vulneráveis, onde o estigma, a falta de informação e barreiras institucionais dificultam o acesso à prevenção, incluindo a PrEP e a PEP.

Este projeto é uma resposta à necessidade de empoderar os jovens com conhecimento, acesso e a capacidade de disseminar informações sobre prevenção ao HIV. Mais do que isso, ele reafirma o compromisso com políticas públicas baseadas em evidências e com a educação em saúde como ferramentas indispensáveis para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo o direito à saúde e ao bem-estar como pilares fundamentais de uma sociedade mais justa e inclusiva. Diante desse contexto, esse relato visa promover a conscientização, educação e orientação de jovens sobre as estratégias de prevenção combinada do HIV, incluindo PrEP e PEP, incentivando o acesso responsável e equitativo aos serviços de saúde e reduzindo o estigma associado ao HIV.



METODOLOGIA

O projeto propõe três encontros educativos na Escola Rachel Magalhães, em Parnaíba, com o objetivo de conscientizar jovens do ensino médio sobre a prevenção combinada ao HIV. A iniciativa utiliza metodologias ativas e dinâmicas participativas para promover diálogo, aprendizado e transformação.

O primeiro encontro será focado em introduzir conceitos básicos sobre o HIV, a PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) e a PEP (Profilaxia Pós-Exposição). Por meio de dinâmicas interativas, vídeos e depoimentos, os jovens terão a oportunidade de desconstruir estigmas e refletir sobre a importância do autocuidado e da saúde coletiva.

O segundo encontro abordará o acesso e a adesão às estratégias preventivas. Atividades práticas e debates em grupo ajudarão os participantes a compreender como superar barreiras e utilizar os serviços de saúde de maneira responsável. Esse momento será essencial para transformar o conhecimento técnico em ferramentas acessíveis e aplicáveis no cotidiano.

No terceiro encontro, os jovens serão capacitados como multiplicadores do conhecimento. Oficinas criativas e colaborativas os prepararão para disseminar informações sobre a prevenção ao HIV em suas redes sociais e comunidades. Este será um espaço de celebração e protagonismo, onde os participantes poderão exercer seu papel como agentes de mudança.

O projeto visa não apenas informar, mas também empoderar os jovens, promovendo uma rede de conscientização sustentável e duradoura. Por meio da educação e do engajamento, busca-se contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, saudável e livre de preconceitos.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A implementação do projeto "Jovem sem HIV" na Escola Rachel Magalhães, em Parnaíba, foi uma jornada transformadora. Dividido em três encontros educativos, o projeto teve como foco sensibilizar e capacitar jovens do ensino médio sobre estratégias de prevenção combinada ao HIV, com ênfase na PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) e PEP (Profilaxia Pós-Exposição).



Figura 15: Reunião na Escola Rachel Magalhães para apresentar o projeto para direção.

O primeiro encontro foi marcado pela criação de um espaço acolhedor e interativo. Iniciamos com dinâmicas de integração, como uma palestra sobre o que é a PrEP e a PEP e a importância do sexo seguro, de como ter acesso a essas medicações. A caixa de perguntas foi uma ideia que nos permitiu sanar dúvidas de forma anônima e poder interagir com o público alvo. Fizemos uso de uma caixa de perguntas onde os alunos colocavam, anonimamente, dúvidas a serem sanadas no 2º encontro. Utilizamos vídeos educativos e interativos para introduzir os conceitos básicos de forma clara e envolvente. Esse momento foi essencial para desconstruir preconceitos e abrir caminho para discussões mais profundas.



Figura 16: Folder de divulgação da primeira capacitação.

No segundo encontro, avançamos no tema, explorando o acesso e a adesão aos tratamentos preventivos. Realizamos uma simulação prática, onde os participantes enfrentaram situações reais, como buscar informações sobre PrEP e PEP nos serviços de saúde. A pós criar vínculos com os alunos, os mesmos se propuseram a encenar histórias para contextualizar o tema. Além disso, realizamos dinâmicas de integração, permitindo que os jovens compartilhassem suas percepções e dúvidas iniciais sobre HIV. É importante ressaltar que as dúvidas dos alunos colocadas na caixa de perguntas foram respondidas, e assim conseguimos dar continuidade a mais um encontro.



Figura 17: Palestra sobre tratamentos preventivos.

O terceiro encontro foi um marco de protagonismo juvenil. Os participantes foram desafiados a responder um questionário de forma anônima, permitindo ter uma visão geral da absorção do conteúdo que foi repassado e a percepção sobre o uso de PrEP e PEP, utilizando oficinas criativas e ferramentas digitais. A avaliação do projeto mostrou resultados impactantes. Os jovens demonstraram maior compreensão sobre o HIV e as estratégias de prevenção, além de maior disposição para disseminar o conhecimento em suas comunidades. A mobilização gerada ultrapassou os muros da escola, alcançando outros espaços sociais e digitais.



Figura 18: Protagonismo juvenil

Refletindo sobre a experiência, é possível perceber que a combinação de metodologias participativas, criatividade e um ambiente acolhedor foi crucial para o sucesso do projeto. A abordagem empática e inclusiva despertou nos jovens o desejo de serem protagonistas de uma mudança significativa em suas vidas e na sociedade.



O "Jovem sem HIV" deixa um legado de aprendizado, conexão e transformação. Mais do que um projeto, tornou-se um movimento vivo, capaz de inspirar novos diálogos, fortalecer redes de apoio e promover um futuro mais saudável e consciente para todos.

DISCUSSÃO

Ao longo de cinquenta anos de enfrentamento da epidemia de HIV/aids, inúmeros avanços foram alcançados, especialmente no campo do tratamento, indo além da simples prevenção. Essas transformações influenciaram diretamente a forma como os jovens compreendem a doença. Nos anos 1990, predominava a visão da aids como algo distante, geralmente associado a um "outro" estigmatizado — principalmente pessoas homossexuais e indivíduos com aparência debilitada. Hoje, essa percepção mudou entre os jovens: eles tendem a entender que o HIV não tem uma aparência específica e que não é possível identificar quem vive com o vírus apenas observando seu aspecto físico (Knauth e Bulegon, 2024).

Dados da Pesquisa de Comportamento, Atitudes e Práticas da População Brasileira (PCAP), realizada em 2013 com 12 mil entrevistados de 15 a 64 anos, apontam que aproximadamente 90% das pessoas sabem que alguém aparentemente saudável pode estar infectado pelo HIV (Brasil, 2016). Entre os jovens, as opiniões sobre a aids variam entre o receio em contrair o vírus e a ideia de que se trata de uma condição tratável. Mesmo declarando que não desejam ser infectados e que isso teria um forte impacto em suas vidas, muitos reconhecem que a existência de medicamentos antirretrovirais eficazes ameniza esse medo. A aids, que já foi encarada como uma sentença de morte, passou a ser vista como uma doença gerenciável. No entanto, essa mudança de percepção parece estar acompanhada por um baixo nível de conhecimento sobre a doença entre os mais jovens (Knauth e Bulegon, 2024).

CONCLUSÃO

O projeto "Jovem sem HIV" foi mais do que uma ação educativa; foi uma experiência que nos permitiu testemunhar a força do conhecimento aliado ao engajamento jovem. A cada encontro, ficou evidente que, quando criamos espaços seguros e acolhedores, onde os participantes se sentem ouvidos e valorizados, as barreiras do desconhecimento e do estigma começam a ruir. Essa vivência nos revelou a potência transformadora de uma abordagem baseada na empatia e no protagonismo.

Esta experiência reforça a importância de continuarmos investindo em estratégias inovadoras de educação em saúde, que não apenas informem, mas também mobilizem. Afinal, a prevenção ao HIV não é apenas uma questão de saúde pública, mas também de cidadania,



dignidade e esperança. Que esse movimento de conscientização e empoderamento siga crescendo, tornando-se um legado de transformação para futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas na População Brasileira – PCAP 2013. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.
- KNAUTH, Daniela Riva, and Flávia BULEGON Pilecco. "Aids e prevenção do HIV entre adolescentes e jovens em seis municípios brasileiros." *Saúde e Sociedade* 33 (2024): e230789pt.
- MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017
- NASCIMENTO, Juliana Alves do. Avaliação da política de enfrentamento ao HIV/AIDS em Fortaleza-CE a partir da execução da PrEP (Profilaxia Pré-exposição) no SAE Emanuel Gomes Pinto. 2025.

260

CUIDADO CENTRADO NA PESSOA IDOSA COM BAIXA ESCOLARIDADE: EXPERIÊNCIA NA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR

Maria Ingredy Araujo Lima¹; Maria Ivanise Teixeira Costa Veras¹; Sarah Vitória Silva Barreto ¹; Germany de Sousa Carvalho²; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val²

¹ Discente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba S.A.

² Docente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba S.A.

RESUMO

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) de F.F.P. foi elaborado por discentes do curso de Medicina da IESVAP, visando à promoção de sua autonomia e bem-estar. O paciente, de 62 anos, é hipertenso, pré-diabético, possui dislipidemia, hipertrofia prostática e histórico de acidente laboral que compromete parcialmente sua mão direita. Destacam-se, ainda, dificuldades relacionadas à higiene pessoal e ao manejo correto de medicamentos, agravadas pelo analfabetismo. As principais ações implementadas incluem a organização de medicamentos com símbolos visuais, fornecimento de kit de higiene, orientações sobre alimentação saudável e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O uso do Método Clínico Centrado na Pessoa foi fundamental para compreender suas necessidades, resultando em intervenções personalizadas e humanizadas. Instrumentos como o Índice de Barthel e a Escala de Depressão Geriátrica indicaram plena independência funcional e ausência de sinais depressivos. O plano de ação integrou o acompanhamento multiprofissional, educação em saúde e apoio contínuo, reforçando a importância da atenção primária na promoção da saúde e qualidade de vida.

Palavras-chave: Projeto terapêutico. Autonomia. Bem estar. Atenção primária.



INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional no Brasil tem se intensificado nas últimas décadas, gerando impactos diretos no sistema de saúde. De acordo com dados do IBGE, em 2023, o país possuía cerca de 32,9 milhões de pessoas idosas, representando 15,8% da população total. Dentre esses, cerca de 70% dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS). Diante desse cenário, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), instituída pela Portaria nº 2.528/2006, tem como objetivo garantir atenção integral à saúde do idoso, focando na manutenção da autonomia e da independência funcional.

A Atenção Primária à Saúde (APS) constitui a base do SUS e é a principal via de acesso da população aos serviços de saúde. Nela, a Estratégia Saúde da Família (ESF) promove o cuidado contínuo e humanizado por meio de ações territoriais e centradas nas famílias. Dentro da APS, uma das ferramentas mais importantes é o Projeto Terapêutico Singular (PTS), previsto nas diretrizes da Política Nacional de Humanização. O PTS é um plano de cuidado construído de forma interdisciplinar e colaborativa, destinado a indivíduos ou grupos com demandas complexas em saúde.

O diferencial do PTS está na sua abordagem singular, que valoriza não apenas os aspectos clínicos, mas também as dimensões subjetivas, sociais, culturais e familiares do paciente. Essa prática rompe com modelos tradicionais centrados apenas na doença, promovendo um cuidado integral, humanizado e resolutivo, com o protagonismo do usuário. No entanto, a implementação do PTS ainda enfrenta desafios, como a capacitação adequada dos profissionais de saúde e a necessidade de integração entre os diferentes níveis de atenção.

Este relato apresenta a experiência de estudantes de medicina da IESVAP, localizada em Parnaíba – PI, na elaboração de um PTS para o paciente F. F. P., de 62 anos. O paciente apresenta múltiplas condições crônicas (hipertensão, pré-diabetes, dislipidemia e hipertrofia prostática), além de enfrentar dificuldades sociais, como analfabetismo e baixa renda. As intervenções, realizadas ao longo de três meses com visitas semanais, foram construídas de forma compartilhada com o paciente e sua rede de apoio, respeitando suas singularidades.

A experiência reforça a eficácia do PTS como ferramenta de cuidado centrado na pessoa, permitindo ações mais eficazes, humanizadas e adaptadas à realidade dos usuários do SUS, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e complexidade clínica.

METODOLOGIA

Este estudo configura-se como um relato de experiência qualitativa, intervencionista e descritiva, desenvolvido na disciplina Integração Ensino-Serviço-Comunidade III, do curso de Medicina da IESVAP. A intervenção ocorreu por meio de visitas domiciliares sistemáticas ao paciente F. F. P., de 62 anos, residente em Parnaíba – PI, com histórico de hipertensão, pré-diabetes, dislipidemia, hipertrofia prostática e infecção fúngica, sob acompanhamento de equipe multiprofissional e acadêmicos supervisionados.

A metodologia baseou-se na clínica ampliada, na Política Nacional de Humanização e no Método Clínico Centrado na Pessoa (MCCP), priorizando a escuta ativa, o vínculo terapêutico e a corresponsabilização. A coleta de dados incluiu anamnese detalhada e aplicação de



instrumentos como APGAR Familiar, PRATICE, FIRO, Escala de Depressão Geriátrica, Índice de Barthel, além da elaboração do genograma e ecomapa.

A análise identificou vulnerabilidades biopsicossociais, como analfabetismo, baixa adesão ao tratamento, higiene precária e limitações econômicas. O Projeto Terapêutico Singular (PTS) estruturado definiu metas e ações compartilhadas, destacando-se: organização de medicamentos com simbologia visual, orientação sobre higiene, entrega de kit, incentivo à alimentação saudável, monitoramento de pressão e glicemia, além de encaminhamentos especializados.

262

O processo foi documentado, validado por docentes e reavaliado conforme a evolução do paciente, mantendo o foco na autonomia e rede de apoio. A experiência proporcionou uma abordagem humanizada e integral, fortalecendo habilidades clínicas e relacionais dos acadêmicos. A adaptação da comunicação, o uso do método SOAP e a articulação com a rede local foram fundamentais para o cuidado efetivo e resolutivo.

RELATO DE EXPERIÊNCIA (máx 2 páginas)

O relato de experiência iniciou-se com a identificação e anamnese do paciente F.F. P., de 62 anos, residente em Parnaíba – PI, portador de hipertensão, pré-diabetes, dislipidemia, hipertrofia prostática, infecção fúngica em região íntima e limitações funcionais decorrentes de um acidente de trabalho. A partir desse levantamento, foram realizadas visitas domiciliares sistemáticas, conduzidas por estudantes de Medicina da IESVAP sob supervisão docente.

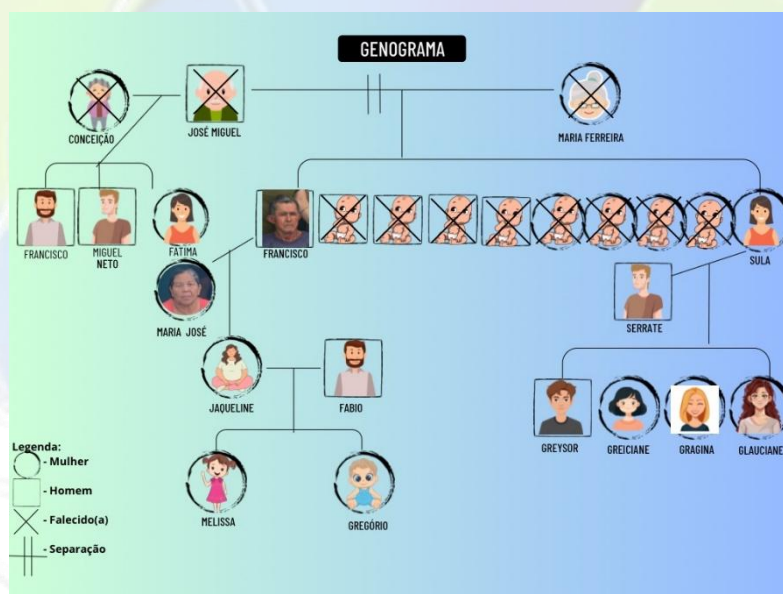


1. Visita domiciliar dos discentes do curso de Medicina da IESVAP.

Na sequência, a equipe aplicou instrumentos de avaliação familiar e social: APGAR Familiar, PRATICE e FIRO, além da elaboração do genograma e ecomapa, que permitiram compreender o contexto familiar e comunitário do paciente. Foi identificada como principal queixa a coceira nas partes íntimas, relacionada a infecção fúngica, agravada pela higiene inadequada e pela dificuldade na adesão ao tratamento, em razão do analfabetismo e limitações socioeconômicas.



2. Ecomapa Sr. F.F.P.



3. Genograma Sr. F.F.P.

Em seguida, a equipe elaborou a lista de problemas utilizando o método SOAP, organizando as informações subjetivas, objetivas, avaliação diagnóstica e plano terapêutico. Entre os encaminhamentos iniciais, destacam-se consultas com dermatologista, urologista e nutricionista, bem como a solicitação de exames laboratoriais e de imagem.

Na etapa seguinte, foi estruturado o Projeto Terapêutico Singular (PTS), definindo metas de curto, médio e longo prazo, e a divisão de responsabilidades entre paciente, família e equipe de saúde. As ações implementadas incluíram a confecção de uma caixa de medicamentos com simbologia visual (sol e lua), entrega de kit de higiene, orientação sobre hábitos saudáveis e reforço contínuo sobre adesão ao tratamento.

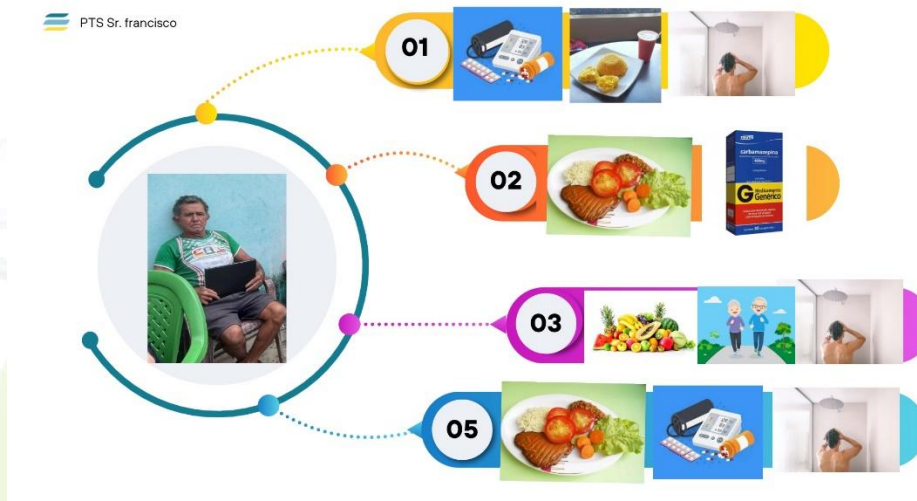
Durante o acompanhamento, a equipe aplicou o Índice de Barthel, que revelou total independência funcional, e a Escala de Depressão Geriátrica (GDS), que indicou ausência de sintomas depressivos. A partir da metodologia do Método Clínico Centrado na Pessoa (MCCP),



foi promovido um cuidado humanizado, respeitando a autonomia do paciente e valorizando sua rede de apoio familiar e comunitária.

A experiência culminou na sistematização do plano de ação, com reavaliações periódicas e integração com os serviços locais de saúde, consolidando o cuidado longitudinal e resolutivo. O processo reforçou a importância da escuta qualificada, da adaptação das estratégias comunicativas frente ao analfabetismo e do fortalecimento do vínculo terapêutico na Atenção Primária à Saúde.

264



4. Plano de cuidados Sr. F.F.P.

DISCUSSÃO

A construção e implementação do Projeto Terapêutico Singular (PTS) para o Sr. F.F.P. demonstraram, na prática, a complexidade e, ao mesmo tempo, o potencial da Atenção Primária à Saúde (APS) como espaço privilegiado de cuidado integral e humanizado. O caso refletiu desafios comuns à população idosa em vulnerabilidade, como a dificuldade de adesão ao tratamento, analfabetismo, limitações econômicas e questões de saúde crônicas múltiplas. Esses fatores reforçam a necessidade de estratégias de cuidado centradas no indivíduo, culturalmente sensíveis e interdisciplinares.

A experiência revelou a importância da escuta qualificada e da adaptação das estratégias de comunicação, principalmente diante das barreiras educacionais e sensoriais enfrentadas pelo paciente. A utilização de recursos visuais, como a simbologia de sol e lua para orientar o uso de medicamentos, demonstrou-se eficaz na promoção da autonomia e adesão ao tratamento, ao mesmo tempo em que respeitou a realidade e as limitações do paciente. Tais ações concretizam os princípios da Política Nacional de Humanização e da clínica ampliada.

Outro ponto de destaque foi a relevância do trabalho em equipe interdisciplinar e da corresponsabilização no cuidado, fortalecendo a articulação entre os diferentes pontos da rede de atenção à saúde. A integração com a família e com os recursos comunitários locais também foi essencial para garantir a continuidade e efetividade das ações propostas. A experiência prática possibilitou aos acadêmicos o desenvolvimento de competências clínicas, comunicacionais e éticas, essenciais para a formação médica comprometida com os princípios do SUS.



Além disso, o uso sistemático de ferramentas como o método SOAP e os instrumentos de avaliação multidimensional possibilitou uma compreensão mais ampla da condição de vida do paciente, orientando intervenções mais resolutivas. A vivência com o Sr. F.F.P. o permitiu observar que a eficácia de um PTS está diretamente ligada à sua capacidade de dialogar com a realidade do paciente, respeitando suas singularidades e promovendo sua autonomia.

CONCLUSÃO

A experiência de elaboração e execução do Projeto Terapêutico Singular (PTS) para o Sr. F.F.P. reforçou a importância da APS como espaço de cuidado integral, humanizado e centrado na pessoa. A prática demonstrou que, mesmo diante de múltiplas vulnerabilidades, é possível construir um plano terapêutico efetivo e viável, desde que se respeite a singularidade do paciente e se promova a articulação entre profissionais, família e comunidade.

O caso evidenciou a necessidade de estratégias criativas e adaptadas à realidade dos usuários do SUS, sobretudo em populações com baixa escolaridade e recursos limitados. Também destacou o papel fundamental das visitas domiciliares, da escuta ativa, do vínculo e da interdisciplinaridade para alcançar resultados positivos na promoção da saúde e na qualidade de vida da pessoa idosa.

Para os estudantes envolvidos, a vivência foi enriquecedora, permitindo a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, o desenvolvimento de habilidades relacionais e o fortalecimento do compromisso ético com o cuidado. A experiência reafirma que o PTS não é apenas uma ferramenta técnica, mas uma potente estratégia de transformação da prática em saúde, que coloca o sujeito no centro do cuidado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- FERREIRA, L. A. et al. O cuidado à pessoa idosa na atenção primária: desafios e potencialidades. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 1-12, 2022.
- GOVERNO FEDERAL. Ministério da Saúde realiza pesquisa para aprimorar a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília: MS, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 21 mai. 2025.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Projeções da população: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.
- OLIVEIRA, D. S.; PESSOA, M. F.; SOUSA, R. M. Projeto terapêutico singular: desafios e perspectivas na atenção primária. Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 1-9, 2023.



- AMARO, Sarita T. Visita domiciliar: orientações para uma abordagem complexa. PUC RJ. 2023.

- Ministério da Saúde. Complicações da Diabetes Mellitus. Governo Federal. Brasília-DF.

- GOMES, Thaísa Borges; VECCHIA, Marcelo Dalla. Genograma e ecomapa ampliado como instrumentos de pesquisa e intervenção psicossocial. Revista Pesquisa Qualitativa. 11(28), 710-727. 2023. ISSN 2525-8222. DOI: <http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2023.v.11.n.28.658>

DESAFIOS ENFRENTADOS POR ESTUDANTES DE MEDICINA DO SEXO MASCULINO NA PRÁTICA DO EXAME GINECOLÓGICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Ana Virgínia Lopes Cunha¹; Anna Clara Coimbra Melo de Castro¹; Italo Bhreno Sousa Costa¹; João Cardoso Caldas Neto¹; José Renato Araújo Pessoa Filho¹; Martonio Cardoso Alencar Oliveira¹; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val²; Maria Vitória Santos Araújo².

¹ Discente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP. Parnaíba - PI, Brasil.

² Docente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP. Parnaíba - PI, Brasil.

ÁREA TEMÁTICA: IESC IV/ RELATO DE EXPERIÊNCIA (MEDICINA).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo relatar e refletir sobre as dificuldades enfrentadas por estudantes de medicina do sexo masculino na realização do exame ginecológico durante o estágio em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Parnaíba-PI. A experiência foi vivenciada por acadêmicos da disciplina IESC IV, os quais observaram as recorrentes recusas por parte das pacientes em permitir a presença masculina durante o exame físico ginecológico, mesmo após esclarecimentos acerca da relevância pedagógica da atividade para a formação médica. Essa resistência, frequentemente associada ao constrangimento ou à insegurança das pacientes, suscita questões relevantes sobre a intersecção entre ensino, ética, autonomia da mulher e equidade na formação prática dos futuros profissionais. Diante disso, o estudo busca fomentar o debate sobre estratégias que possibilitem uma formação médica mais inclusiva e equitativa, sem desrespeitar os direitos das pacientes, mas garantindo oportunidades igualitárias de aprendizado para todos os estudantes, independentemente do gênero. Ressalta-se a importância de ações educativas e de sensibilização dirigidas tanto para profissionais da saúde quanto à população, com o objetivo a fim de promover um ambiente mais receptivo, acolhedor e seguro para a participação de estudantes homens em atendimentos ginecológicos.



de medicina.

INTRODUÇÃO

O exame físico ginecológico, realizado majoritariamente em Unidades Básicas de Saúde (UBS) no Brasil, é uma prática clínica essencial para a avaliação da saúde da mulher, abrangendo a análise da genitália externa, vagina e estruturas pélvicas internas. No contexto da formação médica, a vivência prática com esse exame é de fundamental importância, especialmente para o desenvolvimento de habilidades clínicas, empatia e preparo profissional. No entanto, observa-se uma limitação recorrente à participação de estudantes do sexo masculino nesses atendimentos, geralmente motivada pela recusa das pacientes, que relatam desconforto, insegurança ou constrangimento, quanto a presença masculina durante a realização do exame.

Esse cenário configura um desafio ético-pedagógico que incide diretamente sobre o processo de ensino-aprendizagem. Conforme discutido por Pereira et al. (2019), é imperativo que a formação médica deve prezar pela equidade no acesso às experiências práticas, de modo a garantir o desenvolvimento técnico e humano de todos os estudantes, discentes, independentemente do gênero, entretanto, o respeito a autonomia da mulher, bem como seu direito de decidir quem participa de seu atendimento, constitui princípios inegociáveis no campo da ética médica e dos direitos sexuais e reprodutivos, conforme apontam diretrizes do Ministério da Saúde (BRASIL, 2020).

A tensão entre esses dois polos, o direito da paciente e o direito à formação prática, evidencia a necessidade de estratégias formativas que contemplem ambos os lados de maneira respeitosa e eficaz. Estudos como o de Lima et al. (2021) indicam que a ausência de preparo prévio da população e dos próprios profissionais de saúde para lidar com a presença de estudantes homens em atendimentos ginecológicos contribui para o aumento das recusas e para a perpetuação de estigmas.

Nesse contexto, torna-se necessário refletir sobre alternativas viáveis que possibilitem a participação dos estudantes homens nas atividades ginecológicas, sem comprometer a autonomia e o bem-estar das pacientes.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo relatar uma experiência vivenciada por acadêmicos de medicina do sexo masculino em uma UBS do município de Parnaíba-PI, analisando as dificuldades enfrentadas na realização do exame ginecológico e propondo estratégias para promover uma formação médica mais equitativa, inclusiva e ética.

METODOLOGIA

Esta narrativa caracteriza-se como um relato de experiência, metodologia que permite a sistematização de vivências profissionais e acadêmicas, com o intuito de refletir criticamente sobre práticas em contextos reais. A experiência analisada foi vivenciada pelo Grupo 7 da disciplina IESC IV, do curso de Medicina, durante o período de fevereiro a junho de 2025, na Unidade Básica de Saúde Iracema Feitosa, no município de Parnaíba-PI. As observações foram realizadas de forma sistemática ao longo das atividades práticas semanais, com foco específico nos atendimentos ginecológicos.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Durante o período de 06 de fevereiro a 22 de maio de 2025, os acadêmicos do 4º período do curso de Medicina da FAHESP/IESVAP, realizaram atividades práticas na Unidade Básica de Saúde Iracema Feitosa, no município de Parnaíba-PI. Nesse contexto vivenciaram dificuldades para participar dos atendimentos ginecológicos. Em diversas ocasiões, os estudantes do sexo masculino foram convidados a se retirar da sala no momento do exame físico genital, por solicitação das próprias pacientes, que expressavam desconforto ou constrangimento diante da presença masculina, mesmo em ambiente supervisionado.

Reconhecendo a importância da vivência prática para o desenvolvimento de competências clínicas e a necessidade de garantir igualdade de oportunidades na formação, os acadêmicos motivaram-se a promover uma intervenção educativa. Para isso, organizaram a



distribuição de panfletos informativos e uma palestra, realizada no dia 22 de maio de 2025, na recepção do Centro Integrado de Saúde da Mulher (CISM), com o objetivo de esclarecer dúvidas das pacientes e promover a conscientização, levando conhecimento e informação sobre a participação dos estudantes homens nos atendimentos ginecológicos.

Durante a atividade, foram abordados aspectos relativos à função pedagógica dos atendimentos supervisionados, ao consentimento livre e esclarecido das pacientes, e à ética que rege a atuação dos discentes. Além disso, buscou-se desconstruir paradigmas socioculturais que associam a prática ginecológica exclusivamente ao sexo feminino, enfatizando o compromisso com a humanização, o respeito à autonomia das mulheres e a formação técnica e ética dos futuros médicos.

A iniciativa representou um esforço significativo para promover o diálogo entre profissionais de saúde, estudantes e usuárias do sistema, buscando conciliar o direito das pacientes ao atendimento respeitoso e confortável com a necessidade de garantir uma formação médica inclusiva, crítica e baseada em princípios de equidade e humanização.



Imagem 1. Distribuição de panfletos informativos no local da intervenção.



Imagem 2. Acadêmicos participantes da intervenção.

DISCUSSÃO

A experiência relatada evidencia um dilema frequente na formação médica: a dificuldade de garantir igualdade de oportunidades para estudantes homens na realização do exame ginecológico, especialmente diante da resistência apresentada por pacientes. Esse cenário reflete um conflito entre o respeito à autonomia da paciente, que tem o direito de escolher quem participa do seu atendimento, e a necessidade de proporcionar uma formação clínica abrangente e equitativa para todos os acadêmicos.

A resistência das pacientes pode estar associada a fatores culturais como crenças religiosas, experiências prévias negativas, sociais e emocionais como desconforto, vergonha ou desconfiança, especialmente em contextos onde o ambiente de aprendizagem ainda é pouco conhecido ou compreendido pelos usuários. Isso ressalta a importância de estratégias educativas que promovam o diálogo transparente e o esclarecimento sobre o papel dos estudantes no atendimento, buscando minimizar o constrangimento e fortalecer a confiança.

Além disso, o relato evidencia a necessidade de um ambiente supervisionado e ético, onde os direitos das pacientes sejam preservados e, simultaneamente, as demandas pedagógicas sejam



atendidas. Essa conciliação é essencial para formar profissionais competentes, sensíveis e preparados para lidar com as especificidades do cuidado em saúde da mulher.

A iniciativa de realizar uma palestra informativa demonstra que ações educativas direcionadas podem contribuir para a desconstrução de paradigmas e promover um ambiente mais acolhedor e inclusivo. Essa abordagem pode ser ampliada para outras instituições e contextos, visando a construção de práticas que respeitem a diversidade de gênero e garantam a equidade no processo formativo.

CONCLUSÃO

A vivência supracitada reforça a complexidade envolvida na formação médica, especialmente quando questões socioculturais impactam diretamente o processo de aprendizado. Percebe-se que a superação dos desafios relacionados à participação dos estudantes homens em atendimentos ginecológicos depende, sobretudo, do diálogo aberto e do respeito mútuo entre pacientes, profissionais e acadêmicos. É fundamental que construamos práticas educativas que promovam a empatia e a confiança, reconhecendo e valorizando a autonomia das mulheres sem comprometer a igualdade de oportunidades na formação clínica. Com isso, ainda, que iniciativas como a ação educativa realizada têm potencial transformador, abrindo caminhos para um ambiente mais inclusivo e ético. Acredita-se que avançar nessa direção é essencial para formar médicos preparados para atender às demandas contemporâneas de cuidado em saúde da mulher, com sensibilidade e competência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BARROS, Karina Luiza Campanha de; MAESTÁ, Iracema de Mattos Paranhos. Exame ginecológico: técnica e preparo. In: REZENDE, Jorge de; NASCIMENTO, Viviane Alves (org.). Obstetrícia e Ginecologia. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

CARVALHO, M. A. et al. Ações educativas em saúde: contribuições para a prática clínica. Revista de Educação e Saúde, v. 7, n. 2, p. 112-120, 2019.

COSTA, H. P.; ALMEIDA, R. L. Autonomia da paciente e ensino clínico: um equilíbrio necessário. Revista de Ética em Saúde, v. 11, n. 1, p. 55-63, 2017.

FREITAS, V. M.; SILVA, T. S. A importância do consentimento informado na prática médica. Revista Bioética, v. 28, n. 1, p. 105-112, 2020.

FREITAS, Fernando Adami de; LIMA, Marina Monteiro de. Exame ginecológico: abordagem prática na atenção primária à saúde. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, [S. l.], v. 13, n. 40, p. 1–11, 2018.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

GOMES, R.; SILVA, G. A.; OLIVEIRA, J. M. O uso do relato de experiência como método de pesquisa qualitativa em saúde. Revista Saúde em Debate, v. 40, esp., p. 199-207, 2016.

LIMA, A. C.; BARBOSA, R. S. Perspectivas para a educação médica na atenção primária. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 14, n. 40, e000893, 2019.

OLIVEIRA, F. A.; SANTOS, R. T. Intervenções educativas para redução de constrangimento em atendimentos clínicos. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 5, e00123419, 2020.



OLIVEIRA, S. R.; MARTINS, M. A. O ensino prático em ginecologia: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 42, n. 3, p. 270-278, 2018.

RODRIGUES, A. C.; ALMEIDA, M. G. Barreiras no ensino do exame ginecológico em unidades básicas de saúde. Revista de Saúde Pública, v. 53, p. 42, 2019.

SANTOS, T. M.; ROCHA, M. L. Barreiras culturais no atendimento ginecológico e o impacto na formação médica. Saúde e Sociedade, v. 28, n. 4, p. 1063-1075, 2019.

SILVA, M. R.; LIMA, P. R. Estratégias pedagógicas para a formação médica: experiências em saúde da mulher. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 42, n. 4, p. 461-468, 2018.

SOUZA, E. F.; OLIVEIRA, G. S. Reflexões sobre a inclusão e equidade na formação médica. Revista Médica, v. 100, n. 1, p. 30-37, 2021.

SOUZA, L. M.; PEREIRA, C. F. Aspectos culturais e sociais que influenciam o atendimento ginecológico. Cadernos de Saúde Coletiva, v. 25, n. 1, p. 78-85, 2017.

VIEIRA, L. M.; NASCIMENTO, D. S. Ética e formação médica: desafios no ensino do exame ginecológico. Revista Bioética, v. 26, n. 2, p. 270-278, 2018.

PROJETO ENVELHESER: VITALIDADE E SABEDORIA EM CADA FASE DA VIDA, EDUCAÇÃO JURÍDICA, PREVENÇÃO DE GOLPES E A VALORIZAÇÃO DA PESSOA IDOSA EM AÇÕES DE CONVIVÊNCIA

Kaio Lima de Macedo¹; Wannessa Kelly Ribeiro Albuquerque¹; Rhayssa de Aguiar Amorim¹; Renara Dutra Estevão¹; Ana Teresa da Silva Lima¹; Maria Beatriz Medeiros Lopes¹; Isa Mariana Magalhães Rocha¹; Maria dos Milagres Souza dos Santos¹; Gabriela Batista de Almeida¹; Marcela Rodrigues da Silva¹; José Barreto da Silva¹; Isadora Gabriella Figueiredo Martins¹; Maria Helloysa Araújo Santos¹; Stella Cristina De Carvalho Souza Garcês Miranda².

¹Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP – Parnaíba/PI

²Docente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP – Parnaíba/PI

RESUMO

O presente trabalho apresenta a experiência vivenciada por discentes do curso de Direito da FAHESP/IESVAP por meio do “Projeto EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida”, desenvolvido na Fundação Raul Furtado Bacellar, em Parnaíba – PI, com o objetivo de promover a inclusão social e o bem-estar da população idosa. A ação ocorreu em maio de 2025 e integrou atividades lúdicas e educativas, como palestras sobre direitos previdenciários e prevenção de golpes financeiros, dinâmicas interativas, sorteios e dança. Utilizando uma abordagem acessível e empática, o projeto buscou informar os idosos sobre seus direitos e protegê-los de fraudes, ao mesmo tempo em que incentivou o convívio social e a valorização de suas experiências. A metodologia envolveu observação direta e registro das interações, permitindo avaliar o impacto positivo das atividades no público participante. Os resultados mostraram que ações simples, quando aliadas à escuta e ao respeito, podem fortalecer vínculos comunitários e contribuir para um envelhecimento mais digno, seguro e participativo. A iniciativa também ressaltou o papel da educação jurídica e da empatia na formação de profissionais conscientes de sua responsabilidade social.



Palavras-chave: Idosos; Bem-estar; INSS; Envelhecimento.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é um fenômeno global que destaca a necessidade de garantir a qualidade de vida dos idosos. O projeto desenvolvido na Fundação Raul Furtado Bacellar, procurou proporcionar um ambiente acolhedor e seguro para os idosos atendidos pela instituição. Nossa equipe se dedicou a oferecer apoio emocional e momentos de interação, promovendo o bem-estar social e esclarecimentos. Durante o encontro, foram realizadas diversas atividades que estimularam a convivência, como dinâmicas, danças, sorteios e rodas de conversa. Além disso, foi promovida uma palestra acessível e interativa com o intuito de conscientizar os idosos sobre seus direitos previdenciários e, principalmente, orientá-los quanto à prevenção de golpes financeiros, prática que infelizmente tem afetado de forma crescente essa faixa etária. A abordagem foi realizada com linguagem simples e exemplos do cotidiano, facilitando a compreensão e promovendo o sentimento de segurança entre os participantes.

É fundamental lembrar que os idosos têm direitos garantidos pela legislação brasileira. Entre eles estão o direito à dignidade (Artigo 1º da Constituição Federal), o direito à saúde (Artigo 196, CF) e o direito à convivência familiar e comunitária (Artigo 19 do Estatuto do Idoso). Esses direitos são essenciais para promover uma vida plena e respeitosa na terceira idade. Esse relato reflete as experiências vividas durante o desenvolvimento do projeto na Fundação Raul Furtado Bacellar e os aprendizados adquiridos ao longo dessa jornada. O cuidado com os idosos é uma responsabilidade coletiva que requer empatia e comprometimento, garantindo dignidade e qualidade de vida. Dessa forma, o projeto teve como objetivo principal estimular a inclusão social, promover o bem-estar da pessoa idosa e conscientizar sobre seus direitos, por meio de atividades interativas, educativas e culturais que fortalecessem os vínculos comunitários e incentivassem o protagonismo dos idosos.

METODOLOGIA

A metodologia foi estruturada para promover o bem-estar social e emocional dos idosos atendidos na Fundação Raul Furtado Bacellar, em Parnaíba/Piauí. A pesquisa é de natureza qualitativa, com foco na observação das interações durante as atividades realizadas. O projeto ocorreu no dia 17 de maio de 2025, das 8 horas até às 09:30. As atividades desenvolvidas incluíram disputa de dança, onde os idosos puderam se movimentar ao som de músicas que já apreciavam, promovendo a socialização e o engajamento. Além disso, foi realizado um sorteio de brindes, criando um ambiente festivo e incentivando a participação. Como parte do conteúdo educativo, houve uma palestra informativa sobre os benefícios do INSS e os principais golpes que os idosos podem enfrentar, visando aumentar a conscientização e proteção dos participantes.

Foram utilizados recursos simples como microfone, caixa de som, música ambiente, brindes doados e câmeras fotográficas. A coleta de dados foi feita através da observação direta das interações durante as atividades e registros em fotos e vídeos, capturando momentos significativos e as reações dos idosos. Essa abordagem permitiu uma compreensão mais profunda do impacto das atividades na vida dos participantes, além de fortalecer os laços comunitários e oferecer informações relevantes para a segurança financeira dos idosos. O projeto demonstrou ser uma oportunidade rica para promover não apenas o entretenimento, mas também a educação e a conscientização em um ambiente acolhedor.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O desenvolvimento deste trabalho surgiu da observação de que muitos idosos têm poucas interações sociais, o que pode afetar seu bem-estar emocional e social. Com isso em mente,



decidimos criar uma ação que promovesse não apenas a socialização, mas também a conscientização sobre questões importantes. Durante a atividade, realizamos interação com dança que foram muito bem recebidas pelos idosos, proporcionando momentos de alegria e interação. Além disso, incluímos uma palestra informativa sobre o INSS e os golpes que frequentemente afetam essa população. Identificamos que muitos idosos não compreendem completamente essas questões, já que frequentemente vemos notícias na televisão e jornais sobre pessoas idosas sendo vítimas de fraudes. A ação teve início com a palestra, conduzida por nós, estudantes de Direito, com o objetivo de alertar os idosos sobre os principais tipos de golpes relacionados ao INSS. Usamos uma linguagem simples e exemplos práticos do dia a dia para facilitar a compreensão. Após a palestra, realizamos um momento de descontração com música e dança, estimulando a interação e proporcionando um ambiente leve e acolhedor.

272

A palestra foi planejada com o intuito de explicar essas situações de forma clara e acessível para que os idosos pudessem se sentir mais seguros e informados. Ao final da ação, ficou evidente que muitos deles ainda têm dificuldades em entender esses assuntos complexos. A conclusão que tiramos é que é fundamental acompanhar e oferecer suporte contínuo a essa população, pois muitos idosos não apenas carecem de informações adequadas, mas também enfrentam a falta de conhecimento sobre os seus direitos e as ameaças que podem surgir. Essa experiência nos ensinou a importância de desenvolver atividades que integrem entretenimento e educação para os idosos. Aprendemos que é possível criar um ambiente acolhedor onde eles se sintam à vontade para compartilhar suas preocupações e dúvidas. O aprendizado mais valioso foi perceber que, apesar das dificuldades enfrentadas, os idosos têm um grande potencial para se conectar e aprender quando recebem o apoio necessário. Por fim, durante a realização do projeto, percebemos o quanto pequenas ações podem causar grandes impactos na vida da pessoa idosa. Um sorriso, uma dança ou mesmo uma conversa simples revelaram-se ferramentas poderosas de inclusão. A troca de experiência entre gerações proporcionou aprendizado mútuo. Foi possível entender que direito, quando aliado à empatia, transforma realidade.

As figuras 1 e 2 mostram o momento da entrega dos prêmios do sorteio realizado durante o evento com os idosos, promovendo um momento de descontração e alegria entre os participantes.



Figura 1 - Entrega de prêmio do sorteio
Fonte: Arquivo pessoal, 2025.



Figura 2 - Entrega do segundo prêmio
Fonte: Arquivo pessoal, 2025.



O encerramento do projeto foi cuidadosamente planejado para valorizar a participação ativa dos idosos e fortalecer os laços criados ao longo das atividades. Entre as ações desenvolvidas, destacaram-se dinâmicas interativas, como a competição de forró, que envolveu os idosos de forma alegre e espontânea. A dança, além de promover o movimento físico, despertou memórias afetivas e fortaleceu o espírito de grupo, criando um ambiente leve e descontraído. A premiação simbólica das participantes da competição, realizada em um clima festivo, representou um reconhecimento público à dedicação e ao entusiasmo demonstrados pelos idosos durante todo o evento. Esse momento foi marcado por muitos sorrisos, aplausos e demonstrações de carinho, reforçando a importância do afeto e da valorização no processo de envelhecimento.

DISCUSSÃO

A experiência vivenciada na Fundação destaca a importância da interação social e da educação continuada para a população idosa. A literatura aponta que o isolamento social é um fator crítico que pode levar a problemas de saúde mental e física entre os idosos (Brandão et al., 2019). Atividades que promovem a socialização não apenas melhoram o bem-estar emocional, mas também contribuem para a longevidade e qualidade de vida (Almeida; Santos, 2018).

Conforme o Estatuto da Pessoa Idosa:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (art. 3º).

Esse dispositivo legal reforça o dever coletivo de garantir a participação e o bem-estar do idoso na comunidade.

Além disso, a realização da palestra sobre o INSS e os golpes financeiros evidencia uma lacuna significativa no acesso à informação que muitos idosos enfrentam. A falta de compreensão sobre questões financeiras pode tornar os idosos mais vulneráveis a fraudes (Silva; Oliveira, 2021). A necessidade de programas educacionais voltados para essa população é amplamente discutida, ressaltando iniciativas que combinam informação prática com suporte emocional e como podem ser particularmente eficazes (Carvalho; Lima, 2021). É importante notar que, ao planejar atividades para idosos, devemos considerar suas necessidades específicas e os desafios que enfrentam. Abordagens empáticas e adaptadas ao contexto dos idosos são fundamentais para engajá-los efetivamente. A experiência na Fundação demonstrou que, ao criar um ambiente acolhedor e seguro, conseguimos não apenas transmitir informações importantes, mas também incentivar a participação ativa dos idosos em suas próprias vidas.

Assim, essa discussão reforça a relevância de iniciativas semelhantes em outras instituições, destacando a necessidade de se investir em projetos que promovam tanto a socialização quanto a educação financeira. Esse tipo de abordagem pode servir como um modelo para futuras intervenções voltadas à população idosa, contribuindo para um envelhecimento mais saudável e informado (Martins; Oliveira, 2020).

Ademais, é necessário ampliar o olhar sobre o papel das universidades e centros acadêmicos como protagonistas em ações de extensão voltadas à terceira idade. O envolvimento de estudantes e docentes em atividades práticas e interdisciplinares contribui para a formação de profissionais mais sensíveis às questões sociais e preparados para lidar com a diversidade humana. Projetos como este não apenas beneficiam os idosos participantes, mas também enriquecem a trajetória acadêmica dos envolvidos, promovendo uma cultura de responsabilidade



social e cidadania ativa. Por fim, importante que ações como esta se tornem parte permanente da extensão universitária. O envolvimento acadêmico promove empatia, responsabilidade social e aprendizado prático. Além disso, parcerias com outras instituições podem ampliar o alcance e impacto das atividades. Ao abordar o envelhecimento nos currículos, a universidade fortalece seu papel social e contribui para uma sociedade mais consciente e inclusiva.

CONCLUSÃO

A experiência vivenciada na Fundação Raul Furtado Bacellar através do Projeto EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida, desenvolvido pelos alunos do 3º período do curso de Direito da faculdade IESVAP proporcionou uma reflexão profunda sobre o papel da educação e da socialização na vida dos idosos. A participação ativa de todos os envolvidos, desde os organizadores até os participantes, revelou a importância de criar espaços que promovam não apenas o aprendizado, mas também a troca de experiências e o fortalecimento de vínculos sociais.

Os idosos que participaram das atividades demonstraram um entusiasmo renovado ao se engajar em discussões sobre temas relevantes, como a segurança financeira e o enfrentamento do isolamento. Essa interação não apenas enriqueceu o conhecimento de cada um, mas também contribuiu para o fortalecimento da comunidade, mostrando que é possível promover um envelhecimento ativo e saudável. A literatura aponta que iniciativas que unem educação continuada e socialização são fundamentais para o bem-estar da população idosa. Estudos mostram que a promoção de atividades educativas pode reduzir significativamente os sentimentos de solidão e vulnerabilidade entre os idosos. A experiência na Fundação reafirma essa perspectiva, evidenciando que, ao investir em programas voltados para essa faixa etária, estamos contribuindo para um futuro mais seguro e pleno para todos. Essa reflexão destaca a necessidade de continuar investindo em projetos semelhantes, que valorizem a voz dos idosos e abordem suas necessidades específicas. A inserção contínua da comunidade acadêmica nesse processo pode proporcionar uma base sólida para futuras intervenções, garantindo que as vozes dos participantes sejam sempre ouvidas e respeitadas.

Além disso, o projeto EnvelheSer demonstra que a interdisciplinaridade, ao unir áreas como o Direito, a Psicologia, a Educação e a Saúde, é essencial para o desenvolvimento de estratégias que atendam de forma integral as demandas da população idosa. Essa abordagem multidimensional amplia o impacto das ações, promovendo não só o conhecimento técnico, mas também o cuidado emocional e social, elementos imprescindíveis para o envelhecimento digno e com qualidade de vida. Outro aspecto importante a ser ressaltado é o papel transformador que a experiência tem para os próprios estudantes envolvidos no projeto. Ao interagirem diretamente com os idosos, esses futuros profissionais ampliam sua visão sobre as complexidades e desafios que envolvem o envelhecimento, o que contribui para a formação de cidadãos mais empáticos e conscientes das questões sociais. Essa vivência prática complementa a formação acadêmica e estimula o compromisso com a justiça social e a defesa dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. R.; SANTOS, M. F. **Dança e envelhecimento: um olhar sobre a saúde mental dos idosos.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, v. 21, n. 4, p. 473-481, 2018.

BRANDÃO, L. F. et al. **O impacto do isolamento social na saúde mental de idosos: uma revisão sistemática.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 543-554, 2019.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social. **Confira as principais perguntas e respostas sobre os detalhes quanto à restituição dos descontos indevidos nos contracheques de beneficiários do INSS**. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/noticias/confira-as-principais-perguntas-e-respostas-sobre-os-detalhes-quanto-a-restituicao-dos-descontos-indevidos-nos-contracheques-de-beneficiarios-do-inss>. Acesso em: 16 maio 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Saúde do Idoso: Política Nacional de Saúde**. Brasília: MS, 2018.

CARVALHO, J. A.; LIMA, R. S. **Educação financeira para idosos: desafios e perspectivas**. Cadernos de Educação Financeira, Brasília, v. 5, n. 2, p. 15-28, 2021.

COSTA, J. A.; PEREIRA, L. L. **A importância da interação social para o bem-estar do idoso**. Revista de Psicologia e Saúde, v. 9, n. 2, p. 45-53, 2020.

COSTA, L. M.; SOUZA, F. de A. **Envelhecimento e saúde: desafios e possibilidades para o cuidado ao idoso**. São Paulo: Editora Senac, 2020.

MARTINS, A. P.; PEREIRA, C. E. **Dança e envelhecimento: uma abordagem terapêutica**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

MARTINS, S. R.; OLIVEIRA, T. A. **Envelhecimento ativo: a importância da socialização e educação para a população idosa**. Revista de Gerontologia, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 67-75, 2020.

SILVA, M. J.; PEREIRA, A. M. **Vulnerabilidade financeira entre idosos: uma análise a partir dos golpes financeiros**. Revista Brasileira de Economia e Sociedade, Brasília, v. 8, n. 3, p. 112-124, 2022.

SILVA, T. R.; OLIVEIRA, P. C. **Golpes financeiros contra idosos: uma análise das práticas de prevenção e conscientização**. Revista Brasileira de Política Social, v. 15, n. 1, p. 112-127, 2021.

CONSTRUINDO CIDADANIA: DIREITO NAS ESCOLAS

Anderson Nascimento Rodrigues ¹; Antônia Grazieli Lima Silva ¹; Fernando Davyd Albuquerque Gomes ¹; Isabelly Moraes da Silva ¹; João Pedro Veras de Araujo ¹; Lawan Ribeiro Sales ¹; Luise Spindola Delmondes de Araújo ¹; Maria Eduarda Pereira ¹; Marielly Moreira de Oliveira ¹; Remo Carvalho da Silva ¹; Samuel Duarte Sampaio ¹; Vinicius Gean Pinto Gomes Silva ¹; Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda ²

¹ *Discente do Curso de Direito da FAHESP-IESVAP*² *Docente do Curso de Direito da FAHESP-IESVAP*

RESUMO

O projeto Construindo Cidadania: Direito nas Escolas teve como propósito conscientizar e capacitar os alunos do 3º ano do ensino médio do CIETI Liceu Parnaibano sobre cibersegurança e os aspectos jurídicos do ambiente digital. A iniciativa foi motivada pelo aumento dos crimes virtuais no Brasil, que afetam principalmente os jovens, e visou a formar uma cultura de segurança digital por meio da educação. As atividades incluíram palestras explicativas, entrega de folders informativos e uma dinâmica lúdica chamada “Batatinha Quente”, com perguntas relacionadas ao tema. Os alunos aprenderam a identificar crimes cibernéticos, compreender seus direitos e deveres na internet, além de adotar medidas preventivas como uso de senhas fortes, atualização de sistemas e verificação de notícias falsas. Desenvolvido em uma escola técnica com cursos na área de informática, o projeto despertou o interesse dos estudantes e promoveu uma maior compreensão sobre legislações importantes como o Marco Civil da Internet e a LGPD. Como resultado, os participantes se mostraram mais preparados para navegar de forma segura e consciente, contribuindo para a prevenção de riscos no ambiente digital.

Palavras-chave: Cibersegurança. Educação. Legislação. Crimes.

INTRODUÇÃO

A rápida digitalização da sociedade trouxe inúmeros benefícios, mas também apresentou novos desafios, especialmente no que diz respeito à segurança e ao comportamento dos usuários no ambiente virtual. Nesse cenário, a cibersegurança e o direito digital emergem como áreas fundamentais para a construção de uma sociedade consciente de seus direitos e deveres no uso das tecnologias.

Diante da vulnerabilidade dos jovens frente às ameaças digitais, a escola se configura como espaço privilegiado para promover a educação digital e jurídica, possibilitando que estudantes compreendam e se protejam de riscos como fraudes, vazamento de dados, crimes contra a honra, entre outros. O Projeto de Extensão “Construindo Cidadania: Direito nas Escolas”, realizado no Centro Estadual de Tempo Integral Liceu Parnaibano, pelos alunos do 5º período do curso de Direito da IESVAP buscou justamente abordar essa lacuna, levando conhecimentos jurídicos sobre o ambiente virtual para alunos do 3º ano do ensino médio. A partir de palestras, materiais educativos e dinâmicas interativas, o projeto visou a simplificar conteúdos jurídicos e promover a conscientização sobre o uso seguro e responsável da internet.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente estudo consistiu em uma palestra educativa sobre crimes cibernéticos, seguida de uma atividade bem comum na infância chamada “batatinha quente”. Durante a nossa palestra, foram abordados conceitos fundamentais sobre segurança digital, tipos de crimes virtuais e formas de prevenção. Após a palestra, foi realizada uma dinâmica de perguntas e respostas utilizando uma bola de futebol, onde fixamos perguntas básicas sobre o assunto falado anteriormente, perguntas essas nas quais as respostas foram citadas no decorrer de toda a palestra. Na atividade interativa, além da bola, também utilizamos uma caixa de som na qual colocamos músicas substituindo assim a cantiga da brincadeira original. Ao final de cada rodada, a pessoa que estivesse com a bola deveria responder à questão recebida.

Essa estratégia permitiu uma maior participação e engajamento dos alunos presentes, tornando o aprendizado mais dinâmico, acessível e divertido. Como forma de incentivar e fixar



mais ainda o conhecimento adquirido, ao término da atividade, cada aluno recebeu uma pequena lembrança: um chocolate acompanhado de um pequeno cartão contendo um pequeno texto sobre o tema abordado. A metodologia adotada se mostrou eficiente na transmissão do conteúdo, proporcionando interação e reflexão sobre a importância da segurança digital. A iniciativa demonstrou que aprender pode ser leve e prazeroso, sem perder a profundidade e a seriedade do tema.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto de extensão universitária “Construindo Cidadania: Direito nas Escolas” foi desenvolvido com o objetivo de fornecer aos alunos do 3º ano do Ensino Médio do CIETI Liceu Parnaibano informações acessíveis sobre segurança digital e os direitos e deveres no ambiente virtual. A ação integrou o compromisso da universidade com a sociedade, promovendo a conscientização sobre o uso ético e responsável da internet. O projeto foi inicialmente concebido com a proposta de abordar temas ligados à cibersegurança, legislação sobre crimes digitais e comportamento ético no meio online. A equipe envolvida optou por uma metodologia dinâmica e interativa, com materiais de apoio e atividades lúdicas, visando facilitar a compreensão dos conteúdos pelos estudantes do ensino médio. A ação teve início com uma conversa introdutória mediada pela equipe organizadora, a fim de contextualizar os alunos sobre a importância da cibersegurança e as consequências jurídicas de ações imprudentes no ambiente virtual. Em seguida, foram distribuídos folders explicativos, com orientações práticas sobre segurança digital, legislação aplicável, dicas de proteção de dados e alertas sobre comportamentos de risco.

Após a fase expositiva, foi realizada a atividade lúdica “Batatinha Quente”, adaptada com perguntas e respostas relacionadas ao tema. Essa dinâmica promoveu um ambiente leve, participativo e propício para o diálogo. Os alunos demonstraram curiosidade, engajamento e participaram ativamente da brincadeira, o que reforçou a fixação do conteúdo. Durante e após as atividades, foi evidente que os alunos passaram a compreender melhor os riscos do ambiente digital. Eles demonstraram maior consciência sobre como se proteger virtualmente, reconheceram práticas ilegais online e passaram a enxergar a internet como um espaço que exige responsabilidade. A realização do projeto “Construindo Cidadania: Direito nas Escolas” foi extremamente gratificante. A experiência com os alunos do CIETI Liceu Parnaibano proporcionou uma troca genuína de conhecimentos e vivências. A atividade contribuiu não apenas para o aprendizado dos estudantes, mas também para a formação dos extensionistas envolvidos, reforçando a relevância do compromisso social da universidade. Iniciativas como essa aproximam a universidade da comunidade e formam cidadãos mais preparados para os desafios do mundo digital. Desse modo, os estudantes que participaram da atividade adquiriram competências fundamentais para a navegação segura e crítica no ambiente digital, incluindo a identificação e o enfrentamento de fake News, conteúdos sensacionalistas e estratégias de manipulação em propagandas enganosas.

Ao desenvolverem esse olhar mais analítico e consciente sobre as informações que consomem e compartilham, esses jovens se colocam em posição de destaque frente a uma parcela significativa da sociedade que ainda não possui discernimento quanto aos perigos e responsabilidades da vida digital. Essa preparação os torna mais aptos a exercer sua cidadania de forma ativa e informada, característica essencial para a convivência em uma sociedade hiperconectada e em constante transformação. Além disso, o projeto evidenciou a importância do diálogo entre a universidade e a escola pública como uma via de mão dupla, onde tanto os estudantes do ensino médio quanto os extensionistas universitários saem enriquecidos pela experiência. Ao abordar temas atuais e diretamente ligados à realidade dos jovens, como o uso seguro das redes sociais, o compartilhamento consciente de informações e o combate às fake news, a ação contribuiu para a formação de uma cultura digital mais crítica e responsável. Essa aproximação permitiu que os alunos se sentissem valorizados em seus contextos e mais confiantes para lidar com situações comuns do cotidiano virtual, ao mesmo tempo em que os



universitários ampliaram sua capacidade de comunicação, escuta e empatia — habilidades essenciais para a atuação cidadã e profissional.

DISCUSSÃO

A execução do projeto de extensão “Construindo Cidadania: Direito nas Escolas” no CETI Liceu Parnaibano evidencia a importância da presença da universidade no espaço educacional de nível médio, atuando como promotora de cidadania e disseminadora do conhecimento produzido no ensino superior. Durante a execução do projeto, encontramos alguns obstáculos. O principal deles foi traduzir a linguagem técnica do Direito para que os alunos pudessem entender sem comprometer a precisão conceitual.

Outro desafio foi captar a atenção deles no meio de tantas informações, os jovens enfrentam diariamente. Felizmente, o uso de dinâmicas atrativas e exemplos práticos ajudou a superar essas barreiras, promovendo uma verdadeira conexão com os estudantes.

O ambiente escolar, caracterizado por múltiplas realidades sociais, frequentemente revela a carência de conhecimento sobre os direitos que assistem a todo cidadão brasileiro. Nesse contexto, a educação jurídica popular, promovida por alunos e docentes da IESVAP, desempenha um papel essencial ao traduzir direitos e deveres.

Atualmente, o meio virtual é parte integrante da sociedade, sendo responsável por intermediar grande parte das atividades humanas. Nesse contexto, a criação do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) representou uma mudança significativa, especialmente para os provedores, ao estabelecer um regime de responsabilidade subjetiva, condicionado à não remoção de conteúdo após ordem judicial, como se pôde observar recentemente nos casos envolvendo as plataformas “X” e “Telegram”. A crescente propagação de desinformação também representa um grave risco, exigindo mecanismos mais eficazes de regulação sem comprometer a liberdade de expressão (Donoso, 2020).

Explicar a complexidade desse tema tornou-se um grande desafio, sobretudo por ser uma discussão ainda recente e amplamente debatida, especialmente em períodos eleitorais, quando o meio virtual é intensamente utilizado para a disseminação de notícias falsas. Segundo Danilo Doneda (2021), a educação digital é essencial para garantir que os indivíduos compreendam não apenas seus direitos, mas também suas responsabilidades na sociedade conectada.

Diante disso, o projeto foi desenvolvido com o objetivo de conscientizar os jovens de que o ambiente digital não é uma “terra sem lei”, e que toda conduta ilegal praticada nesse espaço será devidamente punida, conforme previsto na norma jurídica.

Enfim, conforme destaca José de Faria Costa (2017), o ambiente virtual não deve ser encarado como uma “terra sem lei”. Segundo o autor, a prevenção dos ilícitos digitais depende, fundamentalmente, da promoção da educação jurídica, a qual deve ser introduzida desde as etapas iniciais da formação escolar.

A participação prática no projeto contribuiu significativamente para a formação crítica dos discentes envolvidos, proporcionando o desenvolvimento de competências como empatia, responsabilidade social, aprimoramento da oratória e da comunicação. Dessa forma, o “Construindo Cidadania: Direito nas Escolas” revelou-se uma via de mão dupla, pois, ao mesmo tempo que promove conhecimento entre os estudantes, transforma a perspectiva dos futuros operadores do Direito sobre sua função social. Assim, a experiência demonstra que a articulação entre ensino, pesquisa e extensão é fundamental para que a universidade cumpra sua missão constitucional de promotora do desenvolvimento humano, da justiça e da igualdade.

CONCLUSÃO



A experiência adquirida ao implementar o projeto “Construindo Cidadania: Direito nas Escolas”, no Centro Estadual de Tempo Integral Liceu Parnaibano, revelou-se fundamental para conectar o conhecimento acadêmico à realidade prática que os alunos do ensino médio vivem. Durante nosso tempo na ação, como alunos do curso de Direito da Faculdade IESVAP, notamos com muito apreço a escassez de conhecimento entre os jovens, uma lacuna que pode e deve ser preenchida por meio de iniciativas simples, organizadas e voltadas para a rotina desses adolescentes.

As atividades realizadas incluíram roda de conversas interativas, entrega de materiais informativos e, por meio de realização de uma dinâmica divertida que ajudou na fixação do conteúdo, de maneira leve e descontraída. Abordamos conceitos básicos como crimes na internet, responsabilidades civil e penal no ambiente digital, legislações relevantes (com foco no Marco Civil da Internet e na Lei Geral de Proteção de Dados), ouvimos e compartilhamos dicas sobre práticas seguras, como a criação de senhas robustas, proteção de dados pessoais e a relevância das notícias falsas.

A interação direta com os alunos revelou uma situação preocupante: muitos ainda encaram a internet como um local desprovido de regras, onde comportamentos agressivos ou ilegais não acarretam consequências. Essa percepção destaca a importância de educar desde cedo sobre o fato de que o ambiente digital é uma extensão da vida real e, portanto, deve estar sujeito a normas, direitos e obrigações.

Em relação aos aspectos pedagógicos e sociais, os resultados foram positivos. Em um curto período, os alunos demonstraram compreender os assuntos discutidos, participaram ativamente das trocas de ideias e se mostraram mais conscientizados sobre suas ações online. Acredita-se que esta formação inicial possa ter efeitos reais no cotidiano, permitindo que eles compartilhem essas informações com familiares e amigos, desde um uso mais responsável das redes sociais até a disseminação de boas práticas de segurança entre colegas, familiares e comunidades.

Ademais, espera-se que os alunos comecem a enxergar o Direito não apenas como um conjunto de regras sem propósito, mas como uma ferramenta concreta de proteção e empoderamento no ambiente digital. Esse é um passo crucial para formar cidadãos digitais conscientes, críticos e habilitados a enfrentar os desafios da sociedade da informação.

Chegamos à conclusão de que a sugestão não só atendeu ao seu papel de informar e prevenir, mas também criou os alicerces para transformações duradouras para os componentes deste grupo e para os alunos atendido por este projeto. A educação digital e legal deve ser um componente essencial do currículo escolar contemporâneo, pois somente com conhecimento e orientação é viável formar uma geração capaz de usar a tecnologia de forma ética, responsável e segura.

REFERÊNCIAS

MARANNI, J.; SHIGA, F. **Importância da Conscientização do Usuário em Segurança Cibernética**. *B10SEC*, 2024. Disponível em: <https://b10sec.com/br/importancia-da-conscientizacao-do-usuario-em-seguranca-cibernetica/>. Acesso em: 04 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, v. 151, n. 77, 24 abr. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, v. 156, n. 157, 15 ago. 2018. Seção 1, p. 1.

SOUZA, D. S. G. de. **Direito Digital: o que é?** *JUSBRASIL*, 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direito-digital-o-que-e/1468151792>. Acesso em: 07 mar. 2025.



PECK, P. **Direito Digital**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

FACHINI, T. **Direito digital**: o que é, importância e áreas de atuação. Projuris, 2020.
Disponível em: <https://www.projuris.com.br/blog/direito-digital/>. Acesso em: 04 mar. 2025.

ROMEO, A. **STF e proteção de dados pessoais**: decisões da Corte marcaram a evolução de um novo direito fundamental. Supremo Tribunal Federal, 2024. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnovicias/stf-e-protecao-de-dados-pessoais-decisoes-da-corte-marcaram-a-evolucao-de-um-novo-direito-fundamental/>. Acesso em: 09 abr. 2025.

COSTA, J. de F. **Direito Penal e Cibercrime**: novos desafios e respostas jurídicas. Coimbra: Almedina, 2017.

DONEDA, D. **Proteção de dados pessoais**: a função e os limites do consentimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

DONOSO, P. **Liberdade de expressão e desinformação na internet**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

PROJETO DE EXTENSÃO V – “ENTRE LINHAS E LEIS”

Geyslanne Aparecida Fontenele dos Santos¹; Cleber Oscar Marques¹; Tainara de Albuquerque Barros¹; Geilson Silva Pereira²

¹ Discente do Curso de Direito da Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP

² Docente do Curso de Direito da ¹ Discente do Curso de Direito da Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP

Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí - FAHESP

Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP

R. Evandro Lins e Silva, nº 4435 - Sabiazal, CEP: 64.212-790 Parnaíba - PI

RESUMO

Este relato tem como objetivo compartilhar as vivências e aprendizados adquiridos no Projeto de Extensão V "Entre Linhas e Leis", realizado dia 18 de fevereiro de 2025, nas dependências da Penitenciária Juiz Fontes Ibiapina, em Parnaíba-PI. A iniciativa, promovida pela Faculdade de Direito da FAHESP/IESVAP, buscando aproximar o conhecimento jurídico da realidade carcerária, proporcionando aos internos um espaço de reflexão sobre direitos, cidadania e reabilitação social por meio da leitura e da interpretação de textos jurídicos e literários.

A célebre Penitenciária Mista de Parnaíba, é uma ilha de primazia no trato aos condenados e, consequentemente, nos índices de ressocialização dos presos. E tal fato se deve, sobretudo, às atividades desenvolvidas pelo Projeto de Extensão "Entre Linhas e Leis", do 6º período do curso de Direito da FAHESP/IESVAP.

Palavras-chave: Ressocialização, Reabilitação Social, Encarceramento.

INTRODUÇÃO

Este relato tem como objetivo compartilhar as vivências e aprendizados adquiridos no Projeto de Extensão V "Entre Linhas e Leis", realizado dia 18 de fevereiro de 2025, nas dependências da Penitenciária Juiz Fontes Ibiapina, em Parnaíba-PI. A iniciativa, promovida pela Faculdade de Direito da FAHESP/IESVAP, buscando aproximar o conhecimento jurídico da



realidade carcerária, proporcionando aos internos um espaço de reflexão sobre direitos, cidadania e reabilitação social por meio da leitura e da interpretação de textos jurídicos e literários.

A célebre Penitenciária Mista de Parnaíba, é uma ilha de primazia no trato aos condenados e, conseqüentemente, nos índices de ressocialização dos presos. E tal fato se deve, sobretudo, às atividades desenvolvidas pelo Projeto de Extensão "Entre Linhas e Leis", do 6º período do curso de Direito da FAHESP/IESVAP.

Por outro lado, percebe-se que as famílias deveriam participar mais profundamente de todo o processo de ressocialização, como também a sociedade, que deixando de lado a discriminação, poderia acolher melhor aqueles que já cumpriram suas penas, o que também contribuiria como forma de prevenir novos delitos.

Em um segundo momento, estivemos novamente na Penitenciária Juiz Fontes Ibiapina, na cidade de Parnaíba, dia 12 de maio, com o objetivo de fazer entrega de nossa cartilha informativa ao diretor geral da penitenciária, agente penal senhor Fernando.

METODOLOGIA

O projeto surgiu da necessidade de proporcionar o acesso ao conhecimento jurídico dentro do sistema prisional, *utilizando a leitura e a interpretação textual como ferramentas de conscientização*. A proposta visava realizamos visita técnica com o objetivo de conhecer a estrutura da unidade prisional e compreender o funcionamento do sistema prisional, em especial a biblioteca e a realização de palestras, que foi o foco do projeto "Entre Linhas e Leis", para estimular o pensamento crítico dos internos, permitindo que compreendam melhor seus direitos e deveres, além de fomentar a reinserção social por meio da educação.

1. Recepção e apresentação

Fomos recebidos pelo diretor da unidade e pelos agentes penitenciários, que nos proporcionaram um atendimento cordial e eficiente. O diretor nos apresentou um panorama geral sobre o funcionamento da penitenciária, abordando aspectos administrativos, segurança e programas voltados à ressocialização dos internos.

2. Estrutura da unidade prisional

A visita incluiu um percurso por todos os setores da penitenciária, masculino e feminino, permitindo a observação da infraestrutura, segurança e condições de funcionamento dos espaços destinados aos internos. Passamos por setores como:

- **Área Administrativa** – onde ocorre a gestão dos processos internos e monitoramento da unidade.
- **Setores de Custódia** – áreas onde os internos cumprem suas penas, com critérios específicos de separação.
- **Refeitório e Área de Convivência** – espaços destinados à alimentação e interação supervisionada.
- **Setores de Trabalho e Ensino** – locais onde os internos têm acesso a atividades laborais e educacionais.
- **Biblioteca** – principal foco da visita e do projeto "Entre Linhas e Leis".

3. Atividades a serem desenvolvidas

Durante a execução do projeto, foram realizadas diversas atividades, entre elas:

- Palestras sobre direitos fundamentais e legislação penal, incentivando a reflexão sobre justiça e cidadania.
- Oficinas de escrita jurídica, com foco na elaboração de petições simples e na comunicação formal.
- Rodas de conversa sobre jurisprudências e casos concretos, permitindo a troca de experiências e o aprofundamento do conhecimento jurídico.
- Simulações de audiências e julgamentos, proporcionando uma visão prática do funcionamento do sistema de justiça.



RELATO DE EXPERIÊNCIA

Este relato tem como objetivo compartilhar as vivências e aprendizados adquiridos durante a participação no Projeto de Extensão "Entre Linhas e Leis", realizado no dia 18 de fevereiro de 2025, na Penitenciária Juiz Fontes Ibiapina, em Parnaíba-PI. A iniciativa, promovida pela Faculdade de Direito da FAHESP/IESVAP, busca aproximar o conhecimento jurídico da realidade carcerária, proporcionando aos internos um espaço de

282

reflexão sobre direitos, cidadania e reabilitação social por meio da leitura e da interpretação de textos jurídicos e literários.

A Penitenciária Mista de Parnaíba é reconhecida por seu compromisso com a ressocialização dos internos, e o projeto tem desempenhado um papel fundamental nesse processo. Durante nossa visita, promovemos atividades de leitura e interpretação de textos, seguidas de debates sobre os direitos dos indivíduos privados de liberdade. A interação com os internos revelou a importância de iniciativas educacionais como essa, contribuindo para a construção de uma visão mais crítica e participativa da cidadania.

Além das atividades de leitura, foi possível observar a necessidade de envolvimento da família e da sociedade no processo de ressocialização. Muitos internos relatam dificuldades em serem reinseridos na comunidade após o cumprimento de suas penas, devido ao preconceito e à falta de oportunidades.

No dia 12 de maio, retornamos à penitenciária para a entrega da cartilha informativa ao diretor geral, agente penal senhor Fernando. Esse material educativo visa esclarecer direitos fundamentais e fortalecer a conexão entre os internos e o conhecimento jurídico, promovendo uma maior compreensão de sua própria realidade.

O Projeto de Extensão "Entre Linhas e Leis" demonstrou o impacto positivo da educação no sistema prisional, evidenciando como o acesso ao conhecimento pode servir como uma ferramenta de transformação social. A experiência foi enriquecedora não apenas para os internos, mas também para nós, participantes, que tivemos a oportunidade de compreender mais profundamente os desafios da ressocialização.

Dessa forma, iniciativas como essa reforçam a importância de políticas públicas voltadas à educação no ambiente carcerário, incentivando o respeito à dignidade e aos direitos humanos.

DISCUSSÃO

O tema da ressocialização de internos através da educação e da leitura jurídica e literária é fundamental para o debate sobre políticas de reintegração social. O Projeto de Extensão "Entre Linhas e Leis" evidencia a necessidade de iniciativas que promovam o conhecimento e a reflexão dentro do sistema prisional, mas há muitos desafios e pontos a serem discutidos.

1. O Impacto da Educação na Ressocialização

Diversos estudos apontam que o acesso à educação pode ser um dos principais fatores na reinserção de ex-detentos na sociedade. A leitura e o aprendizado jurídico permitem que os internos compreendam melhor seus direitos e deveres, desenvolvam habilidades críticas e adquiram novos conhecimentos que podem ser úteis após o cumprimento da pena.

Por outro lado, a falta de continuidade dos programas educacionais dentro e fora do presídio pode limitar os resultados. Como garantir que essas iniciativas sejam mantidas e incentivadas de forma consistente?

2. O Papel da Família e da Sociedade

O relato do projeto também aborda a questão do envolvimento da família e da comunidade na reintegração dos internos. Muitas vezes, ao sair da prisão, os ex-detentos enfrentam preconceito e barreiras para conseguir emprego e oportunidades.



Além de políticas públicas voltadas para a inclusão, a sociedade precisa estar disposta a acolher e oferecer chances reais de recomeço. Isso nos leva a outro ponto de debate: **como sensibilizar a comunidade para essa questão e combater a discriminação?**

3. O Sistema Prisional e a Ressocialização

Mesmo que um presídio tenha boas práticas de ressocialização, ainda há grandes desafios no sistema penitenciário brasileiro, como superlotação, falta de infraestrutura e violência interna. **Apenas projetos educacionais são suficientes para melhorar a reinserção dos internos ou é necessário uma reforma estrutural no sistema prisional?**

283

CONCLUSÃO

Para a conclusão, uma possibilidade é expressar a contribuição reflexiva do autor (de cunho pessoal) e/ou versar sobre as perspectivas acerca do estudo realizado. Evada a inserção de referências, pois é um espaço para a opinião dos autores, com a devida fundamentação científica servindo de base.

A visita técnica possibilitou um entendimento aprofundado da realidade penitenciária e destacou a importância da educação e do acesso à cultura como ferramentas de reintegração social. O acolhimento e transparência da equipe da penitenciária foram fundamentais para o sucesso da atividade. Com as informações obtidas, daremos continuidade ao projeto, visando ampliar as oportunidades de educação para os internos.

O Projeto de Extensão "Entre Linhas e Leis" do 6º Período do Curso de Direito da Faculdade Iesvap, demonstrou ser uma iniciativa de grande impacto social, contribuindo para a *educação jurídica dentro do sistema prisional e promovendo a reflexão sobre cidadania e direitos*. A experiência adquirida reforça a importância de projetos que aproximam o ensino do Direito da realidade carcerária, evidenciando que a educação é uma ferramenta fundamental para a ressocialização e a construção de um futuro mais justo.

O Projeto de Extensão "Entre Linhas e Leis" é um exemplo prático de como a educação pode ser um caminho para a ressocialização dos internos, mas é necessário um esforço conjunto entre governo, instituições de ensino, familiares e a sociedade para garantir que esse processo seja efetivo.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Rafael Damasceno de. As prisões e o direito penitenciário no Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3482/Asprisoes-e-odireito-penitenciario-no-Brasil>. Acesso em: 12 de junho. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1984.

CAMARGO, Virginia da Conceição. Realidade do Sistema Prisional, 2006. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2971/Realidadedosistema-prisional>. Acesso em: 12 de junho. 2013.

CASELLA, João Carlos. O presidiário e a previdência social no Brasil. Revista de Legislação do Trabalho e Previdência Social, 1980.

D'URSO, Luiz Flávio Borges. Direito criminal na atualidade. São Paulo: Atlas, 1999.



FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: Nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Execução penal. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Eduardo. Política criminal e alternativas a prisão. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

TEIXEIRA, Sérgio William Dominges. Estudo sobre a evolução da pena, dos sistemas prisionais e da realidade brasileira em execução penal. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

284

PROJETO CONSTRUINDO CIDADANIA: DIREITO NAS ESCOLAS E A QUESTÃO DO BULLYING

Talyta keila Silva De Lima, Antônio José de Carvalho Neto, Lázaro Gabriel Menezes Borba, Francisca Maria Braz de Brito Magalhães, David Jose de Souza, Jueline Maria Dos Santos Araújo, Maria Clara dos Santos Ferreira, Maria Vitória Pereira de Oliveira Sousa, Fernanda Kelle de Oliveira Silva, Nicolle Hevelyn Silva Barros, Gabriel de Sousa Barbosa Aquino, Raimundo Caitano de Souza Filho, Lucas Emanuel Vieira Araújo, Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade IESVAP, Parnaíba, PI.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade IESVAP, Parnaíba, PI.

RESUMO

O presente trabalho relata uma experiência extensionista desenvolvida por discentes do 5º período do curso de Direito da Faculdade IESVAP, por meio do projeto “Construindo Cidadania: Direito nas Escolas”, com foco no combate ao bullying. As atividades ocorreram na Escola Municipal Antônio Emílio de Araújo Seligmann, em Parnaíba-PI, com alunos do 8º e 9º ano. A ação buscou conscientizar os estudantes sobre os danos físicos, emocionais e sociais causados pelo bullying, promovendo a empatia, a escuta ativa e o respeito mútuo. O projeto foi conduzido em etapas: diagnóstico com questionários, dinâmicas interativas e roda de conversa com profissionais das áreas jurídica e psicológica. A troca de saberes e a participação ativa dos alunos revelaram a importância de ações educativas voltadas à valorização da dignidade humana no ambiente escolar. Como resultado, observou-se maior engajamento dos alunos nas discussões e disposição para transformar atitudes cotidianas, o que evidencia o potencial da extensão universitária como ferramenta de transformação social.

Palavras-chave: Bullying. Direitos. Escola. Extensão. Cidadania.

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar, por ser espaço formativo, deveria ser, em essência, um território seguro e de respeito mútuo. No entanto, práticas de violência simbólica, física e psicológica têm se tornado frequentes nas interações escolares, revelando a necessidade de intervenções que promovam a cultura da paz e a valorização da diversidade. Entre essas práticas, o bullying se destaca como uma das formas mais persistentes e prejudiciais de violência entre pares. Estudos indicam que o bullying interfere diretamente no processo de ensino-aprendizagem, no bem-estar dos estudantes e no clima escolar (Olweus, 2013). O bullying, conforme previsto na Lei nº 13.185/2015, é definido como intimidação sistemática, podendo se manifestar por meio de



agressões físicas, verbais, morais e virtuais. A escola, enquanto espaço de socialização, tem papel fundamental na prevenção e no enfrentamento desse fenômeno.

A abordagem do tema à luz dos direitos humanos permite não apenas sua identificação, mas também o fortalecimento da empatia e do respeito às diferenças (UNESCO, 2016). Neste contexto, o projeto de extensão universitária “Construindo Cidadania: Direito nas Escolas”, do 5º período do curso de Direito do IESVAP, propôs-se a trabalhar o tema com os alunos do ensino fundamental, utilizando metodologias participativas e interdisciplinares. O presente relato tem como objetivo apresentar essa experiência, destacando sua relevância pedagógica e social, bem como suas contribuições para a formação acadêmica e cidadã dos envolvidos. As ações do grupo tiveram como finalidade sensibilizar os alunos sobre os impactos do bullying, promover o diálogo entre os participantes, estimular o respeito às diferenças e fortalecer os vínculos entre escola e comunidade acadêmica na construção de uma cultura de paz no ambiente escolar.

Para além da dimensão teórica, o projeto também representou um importante espaço de crescimento coletivo para o nosso grupo extensionista, composto por estudantes comprometidos com a promoção da cidadania e da justiça social. A elaboração conjunta das oficinas, o planejamento das atividades e o contato direto com a realidade escolar permitiram o desenvolvimento de competências práticas, como comunicação, escuta ativa e resolução de conflitos, além de fortalecer o senso de responsabilidade social dos participantes. Acreditamos que esse engajamento genuíno foi essencial para o êxito da proposta e para o impacto positivo gerado na comunidade escolar atendida.

METODOLOGIA

A experiência foi realizada na Escola Municipal Antônio Emílio de Araújo Seligmann, em Parnaíba-PI, com estudantes do 8º e 9º ano do ensino fundamental. A metodologia adotada foi baseada na abordagem qualitativa, com enfoque participativo e dialógico, buscando integrar teoria e prática por meio de atividades educativas e interativas. A ação foi conduzida em cinco etapas principais: planejamento, diagnóstico, intervenção, roda de conversa e avaliação. No planejamento, os alunos extensionistas reuniram-se com a docente orientadora para elaborar as estratégias pedagógicas e o cronograma das atividades. Na etapa de diagnóstico, aplicou-se um questionário com questões abertas e fechadas, visando mapear a percepção dos alunos sobre o bullying.

Durante a intervenção, foram realizadas dinâmicas em grupo e dramatizações, com o objetivo de estimular a empatia, o respeito às diferenças e o reconhecimento do outro como sujeito de direitos. Também ocorreu uma roda de conversa com a participação de uma psicóloga e um advogado, que abordaram os aspectos emocionais e jurídicos do bullying. As ações foram documentadas com registros escritos e fotográficos. A metodologia buscou, sobretudo, promover o protagonismo estudantil e a escuta ativa. Todas as etapas foram fundamentadas na proposta metodológica de Fante (2005) e Silva e Costa (2019), que defendem a abordagem interdisciplinar e a formação de redes de apoio no enfrentamento da violência escolar.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto teve início com a aproximação entre os alunos extensionistas e a escola parceira, um momento fundamental para estabelecer vínculos de confiança e parceria. A receptividade da gestão escolar, dos professores e da equipe pedagógica foi imediata e bastante acolhedora, o que possibilitou a organização das atividades de forma colaborativa e aberta, criando um ambiente



propício para o diálogo e aprendizado mútuo. Desde o início, ficou claro que o sucesso da intervenção dependia da articulação com esses atores, garantindo que as ações fossem contextualizadas e respeitassem a realidade da comunidade escolar. A aplicação do questionário diagnóstico revelou uma realidade preocupante: muitos alunos já haviam presenciado ou vivenciado situações de bullying, seja de forma direta ou indireta, mas uma parcela significativa desconhecia as formas corretas de buscar ajuda ou mesmo a gravidade e os impactos psicológicos dessas ações. Isso evidenciou uma lacuna importante entre a vivência cotidiana dos alunos e a compreensão legal e social do problema, reforçando a necessidade urgente de uma intervenção educativa que promovesse tanto a conscientização quanto o fortalecimento de redes de apoio.

Durante a primeira visita, os extensionistas propuseram dinâmicas lúdicas e reflexivas que facilitaram a expressão dos sentimentos e a identificação de experiências comuns. A atividade “carta anônima” se destacou ao permitir que os alunos relatassem experiências reais de bullying, criando um ambiente de escuta segura e empatia coletiva. Muitos alunos perceberam que não estavam sozinhos em suas dores e que o compartilhamento era um passo importante para a superação. Já a dinâmica “trocando de lugar”, em que um aluno representava a vítima e outro o agressor, provocou momentos intensos de reflexão, favorecendo a empatia e a compreensão do impacto emocional das atitudes agressivas. A curiosidade sobre a aplicação prática do Direito na vida cotidiana foi notória, demonstrando o interesse dos jovens em compreender seus direitos e deveres.

Na segunda ação, a roda de conversa foi o ponto alto da experiência, consolidando o vínculo entre os participantes e aprofundando a discussão sobre temas essenciais para o enfrentamento do bullying. A psicóloga, com sua abordagem acolhedora, iniciou o momento abordando questões de autoestima, sofrimento psicológico, autocuidado e a importância da construção de uma rede de apoio sólida. Vários alunos se abriram para compartilhar sentimentos de dor, exclusão e medo, o que evidenciou a necessidade de espaços seguros para o diálogo. Em sequência, o advogado esclareceu, de forma simples e acessível, os principais pontos da Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, bem como os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que garantem proteção e apoio às vítimas. Essa parte da ação despertou um senso de responsabilidade e pertencimento nos alunos, incentivando-os a refletir sobre o papel de cada um na construção de um ambiente escolar mais justo e respeitoso. Além das atividades programadas, foram observadas interações espontâneas que reforçaram o impacto do projeto.

Professores relataram mudanças na dinâmica da sala de aula, com maior respeito entre os alunos e uma postura mais ativa na identificação e interrupção de comportamentos agressivos. Alguns alunos que antes se isolavam começaram a se envolver nas conversas e a demonstrar maior autoconfiança, evidenciando o potencial transformador da iniciativa. A participação ativa dos alunos, o acolhimento dos professores e a troca constante de experiências entre todos os envolvidos foram aspectos marcantes que enriqueceram o processo. Ao final da ação, percebeu-se uma mudança significativa na postura de diversos alunos, que assumiram compromissos concretos para evitar apelidos ofensivos, brincadeiras humilhantes e para ajudar colegas em sofrimento, consolidando um ambiente mais acolhedor e colaborativo. Para os extensionistas, a experiência ampliou a compreensão sobre a prática jurídica não apenas como um conjunto de normas, mas como um instrumento de transformação social e formação cidadã. Essa vivência mostrou a importância da interdisciplinaridade e da empatia na atuação profissional.

DISCUSSÃO

A vivência descrita neste relato dialoga com diversas experiências documentadas na literatura sobre projetos de extensão universitária voltados à educação em direitos. Fante (2005)



e Olweus (2013) destacam que o combate ao bullying exige a atuação integrada de toda a comunidade escolar, com ênfase em ações preventivas e na valorização das relações humanas. O projeto desenvolvido em Parnaíba evidencia que, ao integrar diferentes áreas do saber, é possível sensibilizar os alunos para práticas mais respeitadas e acolhedoras no convívio escolar. Segundo a UNESCO (2016), o enfrentamento do bullying deve ser construído coletivamente, com escuta ativa e ações contínuas que ultrapassem a simples punição do agressor.

Um dos principais méritos do projeto foi sua capacidade de articular teoria e prática de maneira acessível e humanizada. A presença de profissionais da Psicologia e do Direito nas rodas de conversa não apenas esclareceu os aspectos emocionais e legais envolvidos no bullying, como também fortaleceu o vínculo entre os alunos e os extensionistas. Nesse sentido, Paulo Freire (1996) já defendia que a educação deve ser um ato de diálogo, baseado na escuta e na valorização da experiência do outro, o que se refletiu nas oficinas e rodas de conversa realizadas. A escuta ativa, promovida durante as atividades, favoreceu o acolhimento e a valorização das experiências individuais dos alunos, contribuindo para a criação de um ambiente seguro e propício ao diálogo.

A interdisciplinaridade se mostrou essencial para o sucesso da iniciativa, demonstrando que respostas eficazes aos problemas escolares precisam ir além de soluções isoladas. Morin (2000) argumenta que os desafios contemporâneos exigem uma abordagem do conhecimento que ultrapasse fronteiras disciplinares e promova conexões entre saberes. Esse pensamento sustenta a estratégia adotada pelo projeto, que reuniu estudantes de áreas distintas para abordar um problema comum sob diferentes perspectivas.

Além disso, a experiência permitiu aos estudantes extensionistas refletirem criticamente sobre seu papel enquanto futuros operadores do Direito. O contato direto com a comunidade escolar possibilitou o desenvolvimento de competências socioemocionais, como empatia, responsabilidade, comunicação e sensibilidade ao sofrimento alheio. Goleman (1995), ao tratar da inteligência emocional, destaca que essas habilidades são decisivas para o êxito nas relações interpessoais e para a atuação ética em qualquer campo profissional. Essas competências, frequentemente negligenciadas nos currículos tradicionais dos cursos jurídicos, são fundamentais para uma prática jurídica comprometida com os direitos humanos.

Ao mesmo tempo, os alunos da escola puderam perceber o Direito como algo próximo de sua realidade e acessível à sua compreensão, o que fortalece o empoderamento social. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2007), o conhecimento jurídico pode se tornar instrumento de emancipação quando dialoga com as necessidades concretas das comunidades e promove a justiça social de forma participativa e inclusiva.

Por fim, a discussão sobre bullying realizada por meio do projeto demonstrou que ações educativas com abordagem humanizada podem provocar mudanças significativas no comportamento dos jovens e nas dinâmicas escolares. A transformação observada na postura de diversos alunos, bem como os relatos positivos de professores, evidenciam o impacto positivo da extensão universitária quando comprometida com a escuta, a inclusão e o respeito.

CONCLUSÃO:

A experiência vivenciada por meio do projeto “Construindo Cidadania: Direito nas Escolas” evidenciou o quanto o ambiente escolar ainda carece de espaços estruturados de escuta, acolhimento e reflexão crítica sobre temas como o bullying. Ao abordar uma temática tão sensível e complexa, a proposta extensionista promoveu não apenas esclarecimento teórico, mas também mudanças práticas e significativas no comportamento dos alunos, professores e extensionistas envolvidos. Através do diálogo, do afeto, de metodologias inclusivas e do compromisso com os direitos humanos, tornou-se possível uma transformação concreta e duradoura no cotidiano escolar.



A principal contribuição do projeto foi traduzir o conhecimento jurídico, muitas vezes visto como distante, em ações simples e acessíveis, fortalecendo a cidadania de forma efetiva. Levar o Direito para o ambiente escolar, com linguagem compreensível e sensibilidade social, rompeu barreiras entre a academia e a realidade vivida pelos alunos da rede pública, ao mesmo tempo em que possibilitou aos discentes universitários o desenvolvimento de competências socioemocionais essenciais, como empatia, responsabilidade e atuação ética.

A atuação interdisciplinar com profissionais da Psicologia e do Direito demonstrou a eficácia de estratégias integradas no enfrentamento de problemas sociais complexos como o bullying. A pluralidade de vozes e a escuta ativa revelaram a potência da educação em direitos humanos quando construída de forma coletiva e participativa. Por isso, recomenda-se que escolas incorporem ações permanentes de prevenção à violência em seus projetos pedagógicos, com apoio de instituições de ensino superior.

Por fim, o projeto “Construindo Cidadania” cumpriu seu papel transformador, ao sensibilizar tanto os alunos da escola quanto os próprios extensionistas. A extensão universitária, quando orientada pela ética e pelo compromisso social, contribui para a formação de profissionais conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.**

Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. CASA CIVIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015.** Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 9 nov. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28 mar. 2025.

FANTE, C. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz.** Campinas, SP: Verus, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional.** 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

OLWEUS, D. **Bullying at school: what we know and what we can do.** 2. ed. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2013.

OLWEUS, D. **Bullying na escola: o que sabemos e o que podemos fazer.** Tradução: Claudia Berliner. Porto Alegre: Artmed, 2013.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2007.



SILVA, A. F.; COSTA, A. R. **Bullying e cyberbullying: o que fazemos com o que fazem conosco?** *Campinas*: Papyrus, 2019.

UNESCO. **Educação para a cidadania mundial: preparação dos alunos para os desafios do século XXI**. Brasília, DF: UNESCO, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 28 maio 2025.

UNESCO. **Prevenção e combate ao bullying nas escolas: guia para educadores**. Brasília: UNESCO, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245626>. Acesso em: 28 mar. 2025.

PROJETO ENVELHESER: VITALIDADE E SABEDORIA EM CADA FASE DA VIDA

Ana Clara Veras Marques ¹; Davi Gomes Macedo ¹; Everaldo Santos de Carvalho Júnior ¹; Erika Giovanna Lima de Sousa ¹; Guilherme Fontenele Machado ¹; Francielly de Oliveira Silva ¹; Gerlane do Nascimento Sousa ¹; José Ricardo Fortes de Assis ¹; Lorrana Neres Silva ¹; Maria Beatriz Fontenele Araújo ¹; Pedro Henrique Carvalho de Sousa ¹; Rafaela Ferreira Cardoso ¹; Thalia Santos de Araújo ¹; Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda ².

¹ Discente do Curso de Direito da FAHESP-IESVAP Parnaíba - PI

² Docente do Curso de Direito da FAHESP-IESVAP Parnaíba - PI

RESUMO

Este projeto de extensão teve como finalidade promover a conscientização dos idosos sobre seus direitos, com ênfase no direito previdenciário, bem como incentivar a integração social e o cuidado com a saúde. A ação foi realizada na Unidade Básica de Saúde (UBS) São Sebastião – Módulo XI, localizada na cidade de Parnaíba (PI), e contou com a participação de discentes extensionistas, sob orientação docente. A atividade incluiu uma roda de conversa com os idosos, abordando temas como aposentadoria, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais garantias legais previstas no Estatuto do Idoso. Após o momento educativo, foram realizadas atividades físicas leves, conduzidas por fisioterapeutas, com o objetivo de estimular a mobilidade e o bem-estar físico dos participantes. Ao final, foi oferecida uma refeição coletiva, promovendo um ambiente de acolhimento e socialização. A metodologia adotada seguiu uma abordagem participativa e interdisciplinar, respeitando a vivência dos idosos e fortalecendo o vínculo entre universidade e comunidade. A experiência proporcionou aos alunos uma formação prática e cidadã, além de contribuir para a efetivação dos direitos da pessoa idosa.

Palavras-chave: Direito. Idoso. Previdenciário. Saúde. Integração.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional no Brasil é um fenômeno crescente que impõe desafios sociais, econômicos e políticos, exigindo a efetivação de políticas públicas voltadas à proteção da pessoa idosa. De acordo com Camarano (2014), o aumento da expectativa de vida e a redução da taxa de fecundidade contribuem para a transição demográfica, tornando urgente a criação de estratégias que garantam os direitos dos idosos, especialmente no âmbito da seguridade social. O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) e a Constituição Federal de 1988 são marcos legais fundamentais na promoção da dignidade, da autonomia e da cidadania da pessoa idosa.



Nesse contexto, foi realizada uma visita técnica a uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na cidade de Parnaíba, com o objetivo de promover atividades educativas e integrativas com o público idoso. Durante a ação, foram abordados temas relacionados ao direito previdenciário, como aposentadoria, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais garantias asseguradas pela legislação. Além das rodas de conversa e orientações jurídicas, também foram promovidas atividades físicas acompanhadas por fisioterapeutas, reforçando a importância do cuidado com a saúde física e mental na terceira idade. Ao final da programação, foi oferecida uma refeição aos participantes, organizada pelos alunos envolvidos, promovendo um momento de confraternização e acolhimento.

As atividades desenvolvidas foram fundamentadas nas diretrizes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 2006) e nas contribuições de autores como Veras (2009), que destaca a necessidade de integrar ações de saúde, assistência e educação para assegurar um envelhecimento ativo e saudável. Assim, o presente trabalho teve como objetivo informar e conscientizar os idosos sobre seus direitos previdenciários e fomentar a integração social, promovendo um espaço de acolhimento, escuta e valorização da pessoa idosa.

METODOLOGIA

Este projeto de extensão foi desenvolvido com base em uma abordagem qualitativa, de natureza participativa e interdisciplinar, voltada à promoção dos direitos da pessoa idosa e à valorização do envelhecimento ativo. As ações foram realizadas em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) localizada na cidade de Parnaíba, com a participação de discentes do 3º período do curso de Direito da IESVAP e com apoio da equipe da UBS.

O planejamento do projeto envolveu encontros prévios entre os alunos e a professora orientadora, nos quais foram definidos os objetivos, a logística e os conteúdos a serem abordados. A escolha temática centrou-se no direito previdenciário, com ênfase em aposentadoria, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais garantias legais previstas no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003). A preparação incluiu a legislação, bem como a elaboração de materiais informativos.

No dia da atividade, os idosos foram acolhidos e convidados a participar de uma roda de conversa, momento em que foram abordados os principais direitos previdenciários e foram esclarecidas dúvidas. A metodologia privilegiou o diálogo, respeitando a vivência dos participantes e incentivando sua participação ativa.

Após o momento educativo, foram realizadas atividades físicas leves e adaptadas, conduzidas por fisioterapeutas, visando à promoção da saúde, mobilidade e bem-estar dos idosos. A ação foi encerrada com uma refeição coletiva, promovendo um momento de confraternização e integração social.

Toda a atividade foi registrada por meio de anotações reflexivas e documentação fotográfica (mediante autorização), os quais subsidiaram a sistematização dos resultados e a elaboração do presente relatório.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A ação ocorreu na Unidade Básica de Saúde (UBS) São Sebastião, no período da manhã, contando com a participação de idosos da comunidade local, acadêmicos dos cursos de Direito, Educação Física e Fisioterapia, além de profissionais dessas áreas. A proposta foi elaborada com base em uma abordagem interdisciplinar, buscando integrar ações educativas, preventivas e de orientação jurídica à população idosa.

As atividades iniciaram-se às 7h30 da manhã, com a recepção dos idosos pela equipe organizadora e breve explicação sobre a programação. Em seguida, foi realizada uma sessão de exercícios físicos, conduzida por um educador físico, com o acompanhamento de fisioterapeutas. Os exercícios foram adaptados às condições de mobilidade e limitações motoras da faixa etária



presente, contemplando alongamentos, movimentos de baixo impacto, exercícios de fortalecimento muscular leve e práticas de equilíbrio. O objetivo desta etapa foi proporcionar aos participantes uma vivência corporal ativa, promover o bem-estar físico e estimular a prática regular de atividades físicas como estratégia de prevenção de quedas, dores musculares e isolamento social.

Após a prática corporal, os idosos foram convidados a participar de uma roda de conversa com os acadêmicos do curso de Direito, cujo foco inicial foi a apresentação e distribuição de cartilhas informativas sobre os direitos da pessoa idosa, com base no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003). Os estudantes abordaram temas como o direito à saúde, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à prioridade no atendimento em serviços públicos e privados, bem como os mecanismos de denúncia de abusos, maus-tratos e negligência. A cartilha entregue foi elaborada em linguagem acessível, com recursos visuais e exemplos práticos, visando à compreensão e autonomia dos idosos quanto ao exercício de seus direitos.

Com o avançar da conversa, o diálogo naturalmente se direcionou para os direitos previdenciários, temática de grande interesse entre os presentes. Os acadêmicos discutiram aspectos relevantes sobre aposentadorias, pensões, benefícios assistenciais (BPC/LOAS), bem como os descontos indevidos frequentemente identificados nos extratos de benefícios previdenciários. Vários participantes relataram experiências de cobranças não autorizadas, como empréstimos consignados e mensalidades de associações desconhecidas. Os estudantes, por sua vez, ofereceram orientações jurídicas sobre os procedimentos cabíveis, indicando canais de atendimento do INSS, Procon e Defensoria Pública e o próprio Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Instituição.

Na terceira etapa da ação, os fisioterapeutas conduziram uma conversa sobre saúde física e envelhecimento, destacando temas como prevenção de quedas, cuidados com a postura, higiene do sono, manejo de dores crônicas e estratégias de autocuidado no cotidiano. Foram abordadas também questões relacionadas à importância da atenção primária em saúde e da continuidade do cuidado domiciliar. A fala dos profissionais foi enriquecida por perguntas dos próprios idosos, que compartilharam suas vivências e dúvidas, promovendo uma interação horizontal e participativa.

Por fim, foi servido um café da manhã coletivo, momento de confraternização que proporcionou um espaço de integração entre os idosos, acadêmicos e profissionais envolvidos. A partilha de alimentos e a informalidade do momento final contribuíram para o fortalecimento de vínculos comunitários e da sensação de pertencimento ao espaço da UBS.

A atividade foi avaliada de forma positiva tanto pelos participantes quanto pelos organizadores. Os idosos destacaram o valor da escuta, da informação e da atenção multidisciplinar recebida. Para os acadêmicos, a experiência permitiu o contato direto com demandas reais da população idosa, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas, humanas e éticas essenciais à formação profissional.

DISCUSSÃO

As ações interdisciplinares voltadas à população idosa, como a desenvolvida pelo Projeto EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida, vêm sendo cada vez mais valorizadas na literatura acadêmica, sobretudo diante do acelerado processo de envelhecimento populacional no Brasil (IBGE, 2021). A experiência descrita encontra respaldo em estudos que destacam a importância de estratégias de educação em saúde, empoderamento jurídico e promoção do envelhecimento ativo como ferramentas para o fortalecimento da autonomia e da qualidade de vida na terceira idade (Veras, 2020).

Autores que estudam o campo da saúde coletiva reforçam que a promoção da saúde no envelhecimento deve ir além da assistência clínica, englobando práticas educativas, sociais e



preventivas que envolvam a comunidade e reconheçam o idoso como protagonista. Iniciativas que combinam atividades físicas com rodas de conversa, por exemplo, têm demonstrado benefícios não apenas fisiológicos, mas também emocionais e sociais, favorecendo o combate à solidão e ao isolamento social (Czeresina; Freitas, 2018).

Do ponto de vista jurídico, experiências relatadas em outras regiões do país evidenciam a carência de informações claras e acessíveis sobre os direitos dos idosos, especialmente no que tange ao direito previdenciário. A oferta de orientação jurídica gratuita, com linguagem simplificada e foco em problemas recorrentes – como descontos indevidos em benefícios e acesso ao BPC – tem sido apontada como medida de impacto direto na cidadania e segurança jurídica da pessoa idosa. Essa realidade reforça a relevância da atuação de acadêmicos de Direito junto a comunidades vulneráveis, sob a perspectiva da extensão universitária como instrumento de transformação social.

Nesse contexto, a experiência do Projeto EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida se alinha a boas práticas reconhecidas nacionalmente, reiterando a necessidade de políticas públicas que incentivem e sustentem ações continuadas de atenção ao idoso, integrando universidade, serviços de saúde e comunidade.

CONCLUSÃO

A realização da atividade do Projeto EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida na UBS São Sebastião proporcionou uma experiência singular e enriquecedora tanto para os idosos participantes quanto para os acadêmicos e profissionais envolvidos. Foi possível observar, de forma concreta, os impactos positivos da integração entre diferentes áreas do conhecimento na promoção da cidadania, do cuidado com a saúde e da conscientização dos direitos da pessoa idosa. A participação ativa dos idosos em todas as etapas da ação evidenciou a importância de iniciativas que os valorizem como sujeitos de direito, com saberes, histórias e demandas específicas que precisam ser escutadas e acolhidas.

Do ponto de vista dos acadêmicos, a experiência representou um exercício prático de empatia, responsabilidade social e aplicação do conhecimento técnico adquirido ao longo da formação. O contato direto com o público idoso revelou as lacunas existentes entre a teoria e a realidade social, especialmente no que se refere ao acesso à informação e ao uso dos serviços públicos de saúde, previdência e assistência social. Ao mesmo tempo, mostrou-se como um espaço potente de aprendizado, onde o diálogo interdisciplinar permitiu uma compreensão mais ampla e sensível das necessidades dessa população.

A atividade reforça a convicção de que a universidade tem papel central na transformação social, especialmente por meio de ações de extensão que estabelecem pontes entre o saber acadêmico e a comunidade. Além disso, fortalece a percepção de que o envelhecimento deve ser abordado não apenas sob a ótica biológica, mas também social, jurídica e emocional, com políticas públicas que garantam dignidade e protagonismo à pessoa idosa.

Por fim, este relato se encerra com o sentimento de que pequenas ações, quando realizadas com planejamento, escuta e compromisso ético, podem gerar impactos significativos. Que iniciativas como essa continuem sendo fomentadas, ampliadas e replicadas, como forma de construir uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa com todas as fases da vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 out. 2003.

BRASIL. **Ministério da Saúde.** Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.



CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. de. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

293

VERAS, R. P. **Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações.** *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 23, n. 1, p. 1–5, 2020.

VERAS, R. P. **Velhos são os outros: ou o exercício do envelhecer.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

PROJETO SUPERAÇÃO: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Allany Dóres Oliveira Hudson¹; Jefferson de Andrade Costa ¹; Juliana Alves Albuquerque¹; Jéssika Rebelo Fontenele¹; Dieison Fontenele Camelo¹; Elyesio Galeno Duarte¹; Jéssica de Carvalho Brito; Luana Marques Martins¹; Raquel Vitória Coelho Silva¹; João Pedro Lima de Araújo Fontenele ¹; Hellen Fabian Silva da Silva¹; Gabriela de Souza Nunes¹; Gabriela de Souza Nunes¹; Tex Willer Marques dos Santos¹; Valdemir Gomes Nunes¹; Luiza Marcia Carvalho dos Reis²

¹ Discentes do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP

² Docente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP

RESUMO

O presente trabalho relata a trajetória do projeto de extensão realizado pelos alunos do 7º período do curso de Direito da faculdade FAHESP/IESVAP - Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí. O projeto intitulado como SuperAção, teve como público-alvo mulheres portadoras de câncer. Segundo o INCA, no Brasil, estima-se que 244.160 novos casos de câncer em mulheres ocorram anualmente, sendo o câncer de mama o tipo mais comum. Diante disso, o intuito do projeto foi beneficiar essas pacientes oncológicas, dando visibilidade para essas mulheres, realizando campanhas de prevenção e conscientização sobre o tema, informando acerca dos seus direitos enquanto pacientes e realizando doações a pacientes em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Projeto de Extensão. Oncologia. Mulheres. Direitos.

INTRODUÇÃO

O câncer é o principal problema de saúde pública no mundo, figurando como uma das principais causas de morte e, consequentemente, como uma das maiores barreiras para o aumento da expectativa de vida (Santos et al., 2023). De acordo com um estudo realizado em 2024 pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), estima-se que, até o final de 2025, sejam registrados 73.610



novos casos de câncer de mama, resultando em aproximadamente 18 mil mortes. O câncer de mama é a principal causa de morte por câncer em mulheres no Brasil.

Diante do alto risco de mortalidade, a prevenção e o diagnóstico precoce são fatores cruciais para aumentar as chances de cura. Com isso, o Governo Federal e instituições privadas criaram campanhas voltadas para a conscientização sobre o câncer, como a campanha Outubro Rosa, que visa informar a população sobre os riscos e sintomas do câncer de mama.

O presente projeto teve como objetivo principal promover a conscientização sobre o câncer em mulheres, com enfoque no câncer de mama. A iniciativa procurou dar notoriedade à causa, oferecer suporte jurídico às pacientes oncológicas sobre seus direitos, mobilizar ações sociais como doações de alimentos e campanhas de prevenção. Assim, pretendeu-se além de informar, ampliar a rede de apoio e cidadania das mulheres em tratamento oncológico, sobretudo aquelas em situação de vulnerabilidade.

METODOLOGIA

Este relato de experiência foi realizado tendo como instrumento as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão “SuperAção”, fomentado pelos alunos do 7º período do curso de Direito da FAHESP/IESVAP. O método utilizado foi o qualitativo, fundamentado na observação participante e na vivência prática no desenvolvimento de um projeto de extensão universitária. As experiências descritas resultaram do diálogo e da interação direta com o público-alvo, possibilitando uma compreensão minuciosa da realidade encarada pelas participantes e dos impactos sociais e jurídicos motivados pela ação. No dia 12 de março de 2025, foi promovida uma roda de conversa com o objetivo de estabelecer o diálogo, refletir e compartilhar vivências de mulheres em tratamento oncológico, fortalecendo o vínculo, respeito e a empatia.

O projeto realizou ações solidárias para o acolhimento dessas mulheres, buscando juntamente com o apoio emocional, suprir necessidades materiais básicas. Para isso, organizou-se uma campanha de arrecadação de alimentos para montagem de cestas básicas, destinadas a pacientes oncológicas em situação de vulnerabilidade social, enfatizando o compromisso com a dignidade e o bem-estar dessas mulheres.

As ações foram planejadas e executadas em etapas, incluindo também o levantamento de informações sobre os direitos das pacientes oncológicas, elaboração de materiais informativos e organização de um evento público, como a Corrida SuperAção. Os dados foram coletados a partir de registros internos do projeto, fotos, relatórios de atividades, depoimentos informais das participantes e observações de campo.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A participação no projeto Superação começou ainda nas primeiras reuniões para escolha do tema e para realizações dos eventos. A turma foi a idealizadora do projeto, convidamos todos os alunos do 7º período para integrar a equipe de envolvidos. Tendo em vista que o tema escolhido para o projeto possui uma grande relevância social.

O projeto foi voltado para mulheres em tratamento oncológico, com ações de caráter educativo, jurídico e solidário. As atividades incluíram rodas de conversa, palestras sobre direitos das pacientes, roda de conversa para conhecer um pouco das pacientes e, principalmente, a organização da corrida SuperAção, evento que se tornou símbolo do nosso engajamento.



A Corrida SuperAção teve como objetivos arrecadar alimentos para doação às pessoas em situação de vulnerabilidade social e sensibilizar a população sobre a realidade enfrentada pelas mulheres com câncer. O evento foi realizado em um espaço aberto e contou com ampla participação de pessoas da cidade de Parnaíba, alunos, professores, voluntários e a equipe da instituição FAHESP/IESVAP.

Um dos momentos mais emocionantes foi a largada da corrida, que teve como protagonistas algumas das próprias pacientes. Elas abriram o percurso com coragem e sorriso no rosto, mostrando que a luta contra o câncer é também uma batalha pela vida, dignidade e inclusão.

Ao final da corrida, foi realizada uma roda de dança, onde pacientes, voluntários e familiares celebraram juntos, reforçando os laços comunitários e a força da empatia. As doações arrecadadas foram distribuídas nas semanas seguintes, e o impacto positivo foi perceptível tanto nas beneficiárias quanto nos próprios alunos, os quais dedicaram tempo para o projeto.

Essa experiência proporcionou uma vivência única de cidadania, humanização e compromisso social. O contato direto com as pacientes oncológicas e famílias em situação de vulnerabilidade possibilitou não apenas a aplicação prática dos conhecimentos jurídicos, mas também o desenvolvimento da escuta ativa, do respeito à diversidade e da solidariedade.

O projeto de extensão SuperAção nasce com um propósito nobre: promover a solidariedade por meio da arrecadação de alimentos destinados a mulheres em tratamento de câncer. Mais do que um gesto de generosidade, a ação representa um compromisso com a dignidade, o acolhimento e a valorização da vida. A insegurança alimentar é uma realidade para muitas delas, agravando ainda mais a vulnerabilidade durante um período tão delicado visando proporcionar um suporte essencial para sua recuperação.

Além de alimentos, o projeto entrega carinho, respeito e esperança. Ao integrar a universidade com a sociedade, o SuperAção reforça o papel social do ensino superior e inspira o engajamento coletivo. Cada doação é mais do que alimento: é um ato de amor, que nutre o corpo e fortalece a alma de quem enfrenta a luta contra o câncer.

O engajamento coletivo demonstrado ao longo do projeto evidencia a importância de iniciativas interdisciplinares que envolvem a comunidade acadêmica e a sociedade civil. O projeto SuperAção provou que pequenas atitudes, quando somadas, têm o poder de transformar realidades e fortalecer vínculos humanos. Que essa experiência sirva como inspiração para futuras ações e para a construção de uma sociedade mais justa, empática e comprometida com o bem-estar de todos.

Dessa forma, o projeto SuperAção consolidou-se como uma iniciativa transformadora, unindo conhecimento acadêmico, empatia e responsabilidade social. Ele mostrou que, quando a educação se alia à solidariedade, é possível gerar impactos concretos na vida das pessoas. A experiência marcou profundamente todos os envolvidos, especialmente os alunos, que puderam vivenciar na prática o poder da escuta, da colaboração e da atuação cidadã.

DISCUSSÃO

A realização do projeto SuperAção permitiu observar, na prática, como o Direito pode ser e ainda é um instrumento de transformação social. O contato com estas mulheres oncológicas na roda de conversa revelou uma carência nos alunos de informação sobre direitos que pacientes oncológicas possuem, o que reforça a importância de ações educativas nesse contexto.

De acordo com o CTCAN (Centro de Tratamento do Câncer), a desinformação é um dos grandes obstáculos frequentes enfrentados por pacientes em tratamento de câncer, especialmente em regiões com menor acesso a serviços especializados. Assim, o projeto visa contribuir para suprir essas lacunas, criando redes de apoio que vão além do aspecto jurídico.

Segundo pesquisa, Programa Suavidade, os pacientes oncológicos podem sofrer alteração na autoestima, por isso, é importante apontar que é necessário que se faça uma abordagem humanizada desse, pois é uma colaboradora ao espalhamento de conhecimento, no qual pode aplicar na autoestima de pacientes oncológicos no todo.



A participação dos alunos nos projetos de extensão é de suma importância para uma construção de uma sociedade inclusiva e para que tenham conhecimentos sobre todos os direitos, espalhando a informação.

CONCLUSÃO

Participar do projeto SuperAção representou, mais do que uma atividade acadêmica: tratou-se de uma experiência de significativo crescimento humano e profissional. O contato direto com mulheres em tratamento oncológico provocou em cada participante uma consciência inclinada para um olhar atento e sensível sobre o papel social do Direito e a urgência de ações que promovam além da justiça legal, sentimentos como empatia, acolhimento e dignidade. A atuação cidadã, a escuta atenta e o compromisso com o bem-estar coletivo se mostraram tão importantes quanto o domínio técnico-jurídico.

A vivência proporcionada por este projeto revelou a necessidade de que a formação universitária deve estar ligada às realidades sociais concretas. Desse modo, é perceptível que ações como essa precisam ser incentivadas e ampliadas, pois podem transformar a vida de quem é assistido como também daqueles que se propõem a servir. Espera-se, portanto, a continuidade e expansão das iniciativas empregadas neste projeto, buscando um alinhamento entre educação, solidariedade e cidadania, para a promoção de uma sociedade mais justa, participativa e humana.

REFERÊNCIAS

CTCAN – CENTRO DE TRATAMENTO DO CÂNCER. Pesquisa inédita mostra que ainda há muita desinformação sobre o câncer. [S.l.]: CTCAN, [2018]. Disponível em: <https://ctcan.com.br/pesquisa-inedita-mostra-que-ainda-ha-muita-desinformacao-sobre-o-cancer/>. Acesso em: 22 maio 2025.

COFEN - Conselho Federal de Enfermagem. **Brasil deve registrar 73.610 novos casos de câncer de mama até 2025, aponta INCA**. Disponível em: [https://www.cofen.gov.br/brasil-deve-registrar-73-610-novos-casos-de-cancer-de-mama-ate-2025-aponta-inca/#:~:text=Segundo%20o%20Instituto%20Nacional%20de,cerca%20de%201%25%20dos%20casos](https://www.cofen.gov.br/brasil-deve-registrar-73-610-novos-casos-de-cancer-de-mama-ate-2025-aponta-inca/#:~:text=Segundo%20o%20Instituto%20Nacional%20de,cerca%20de%201%25%20dos%20casos.). Acesso em: 22 maio 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). Estatísticas de câncer. Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/numeros>. Acesso em: 21 maio 2025.

PROGRAMA SUAVIDADE. Autocuidado e autoestima durante o tratamento oncológico. São Paulo: Theraskin, [2023]. Disponível em: <https://www.programasuavidade.com.br/autocuidado-e-autoestima.html>. Acesso em: 22 maio 2025.

SANTOS, M. de O.; LIMA, F. C. da S. de; MARTINS, L. F. L.; OLIVEIRA, J. F. P.; ALMEIDA, L. M. de; CANCELA, M. de C. Estimativa de Incidência de Câncer no Brasil, 2023-2025. **Revista Brasileira de Cancerologia**, [S. l.], v. 69, n. 1, p. e-213700, 2023. DOI: 10.32635/2176-9745.RBC.2023v69n1.3700. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/3700>. Acesso em: 22 maio. 2025.

**ATENÇÃO PRIMÁRIA E CUIDADO CENTRADO NA PESSOA: VIVÊNCIA ACADÊMICA NA
CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR**

Brenno Oliveira De Albuquerque¹; George Wilson Athayde Cabral¹; Izabelly Da Silva Lima¹;
Juliana Lorreny Soares Lavor¹; Maria Luísa Brito Mendes¹; Maria Luíza Rebelo¹; Vitória
Furtado Silva¹; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val²; Germmany De Sousa Carvalho³

¹ Discente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba; Parnaíba, Piauí

² Docente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba; Parnaíba, Piauí

³ Preceptora do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba; Parnaíba, Piauí

RESUMO

O relato de experiência descreve a construção de um Projeto Terapêutico Singular (PTS) para uma paciente idosa de 77 anos, com hipertensão arterial e osteoporose, acompanhada em abril de 2025 por acadêmicos de Medicina do IESVAP e a equipe da UBS Módulo 11, em Parnaíba - PI. A metodologia envolveu visitas domiciliares, escuta qualificada e aplicação de instrumentos como Índice de Barthel, Escala de Depressão Geriátrica, Genograma e Ecomapa, permitindo compreensão ampliada da condição clínica e do contexto psicossocial da paciente. A construção do plano foi participativa, considerando aspectos clínicos, subjetivos, familiares e culturais, com foco na autonomia, na prevenção de riscos e no cuidado integral. As quatro etapas do PTS que consistem no diagnóstico ampliado, definição de metas, divisão de responsabilidades e avaliação contínua foram seguidas de forma interdisciplinar. O uso do Método Clínico Centrado na Pessoa fortaleceu vínculos e favoreceu um cuidado mais humanizado. A experiência destacou a importância da escuta ativa, do trabalho em equipe e da corresponsabilidade no contexto da Atenção Primária à Saúde, demonstrando que o cuidado qualificado deve ser centrado na singularidade de cada sujeito. O PTS contribuiu para integrar ensino e serviço, promovendo protagonismo da paciente e atuação colaborativa.

Palavras-chave: Projeto. Cuidado. Atenção Primária. Autonomia

INTRODUÇÃO

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é uma ferramenta que busca organizar o cuidado de forma individualizada, especialmente útil para usuários com demandas complexas que envolvem aspectos clínicos, subjetivos, sociais e culturais. Sua aplicação parte da escuta qualificada, da construção de vínculos e da corresponsabilidade entre os profissionais de saúde, o paciente e sua rede de apoio (Brasil, 2009). Nesse viés, o PTS propõe uma prática clínica ampliada, rompendo com a lógica fragmentada da medicina tradicional, ao considerar o sujeito em sua totalidade (Ceccim; Merhy, 2003).

Em vista disso, a construção do PTS baseia-se em quatro etapas fundamentais: diagnóstico ampliado, definição de metas terapêuticas, divisão de responsabilidades e avaliação contínua. O diagnóstico ampliado considera não apenas a queixa clínica, mas também o contexto familiar, econômico, social e emocional do paciente. Já as metas terapêuticas devem ser pactuadas com o usuário, respeitando sua autonomia. A divisão de responsabilidades garante o trabalho em equipe, e a avaliação periódica permite ajustes no plano conforme a resposta ao cuidado (Brasil, 2015).

A experiência relatada refere-se à elaboração de um PTS para a paciente M.G.S., uma idosa de 77 anos, hipertensa e com osteoporose, acompanhada pela equipe da UBS Módulo 11,



em Parnaíba-PI. A paciente apresentava episódios de tontura matinal e estilo de vida sedentário. O acompanhamento foi realizado por acadêmicos de medicina e profissionais da Estratégia de Saúde da Família, com visitas domiciliares sistemáticas, centradas na escuta ativa e na abordagem interdisciplinar.

Por fim, o objetivo é apresentar, por meio de um relato de experiência, o processo de elaboração e execução do PTS como eixo metodológico em sua capacidade de articular ações clínicas, educativas e psicossociais, promovendo cuidado humanizado e efetivo. Nesse sentido, a Política Nacional de Humanização reconhece o PTS como uma estratégia fundamental para a produção compartilhada do cuidado, valorizando a singularidade de cada usuário (Brasil, 2009). Além disso, sua adoção contribui para fortalecer a atuação da equipe multiprofissional, fomentar o protagonismo do paciente e promover transformações concretas em sua qualidade de vida (Merhy; Feuerwerker, 2000).

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de natureza descritiva e abordagem qualitativa, desenvolvido no contexto da disciplina de Integração Ensino-Serviço-Comunidade (IESC III), durante o acompanhamento de uma paciente idosa vinculada à UBS Módulo 11, em Parnaíba-PI, no primeiro semestre de 2025.

As ações foram realizadas por acadêmicos do curso de Medicina do IESVAP, com supervisão da preceptora e apoio da equipe multiprofissional da unidade. Foram realizadas visitas domiciliares, entrevistas abertas, escuta qualificada e aplicação de instrumentos de avaliação, como MCCP, PRACTICE, APGAR Familiar, Genograma, Ecomapa, Índice de Barthel e Escala de Depressão Geriátrica (GDS).

Além disso, para que a paciente estivesse integrada ao seu cuidado e participasse das decisões, o plano de cuidado foi construído de forma participativa, considerando as queixas da paciente, suas condições clínicas, seus hábitos de vida e seu contexto socioeconômico. As ações planejadas abrangeram intervenções clínicas, educativas e preventivas, com definição de metas, divisão de responsabilidades e previsão de reavaliações periódicas, conforme preconiza o Ministério da Saúde (Brasil, 2015).

O acompanhamento teve como foco o manejo das condições crônicas, a promoção da autonomia funcional, a redução dos riscos relacionados à saúde da paciente e a produção do Plano Terapêutico Singular (PTS). As intervenções foram organizadas de forma sistematizada, utilizando-se PTS como uma estratégia efetiva no enfrentamento de situações de grande vulnerabilidade, por estruturar o processo de cuidado e promover uma abordagem clínica ampliada, que considera as particularidades de cada indivíduo (Da Silva *et al.*, 2016).

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Como estudantes de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP), tivemos a oportunidade de vivenciar um processo completo de cuidado centrado na pessoa durante as atividades do componente curricular IESC III. A experiência ocorreu ao longo do mês de abril de 2025, envolvendo uma série de encontros com a paciente M.G.S., idosa de 77 anos, residente em Parnaíba-PI, com diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica e osteoporose.

Nosso primeiro encontro aconteceu no dia 01/04/2025, com a primeira visita domiciliar à paciente. Fomos acolhidos por M.G.S., que se mostrou receptiva desde o início, o que possibilitou as aferições e procedimentos padrão com a paciente, além da aplicação de instrumentos avaliativos como o Índice de Barthel e a Escala de Depressão Geriátrica, através dos quais identificamos dependência funcional moderada e ausência de sintomas depressivos relevantes. Esses instrumentos são fundamentais para avaliar a funcionalidade e o estado emocional de idosos e devem integrar a prática clínica em contextos de atenção primária (Alvarenga; Oliveira; Faccenda, 2012). Abordamos questões relacionadas à adesão ao tratamento e escutamos a paciente de maneira atenta, o que permitiu compreender suas expectativas e medos frente às condições clínicas que enfrenta. Após esse primeiro momento, elaboramos o plano de cuidado



inicial, alinhado às demandas clínicas e subjetivas da paciente.

No dia 08/04/2025, retornamos ao domicílio com outros objetivos. Iniciamos escutando novamente as queixas da paciente, que reforçou episódios de tontura matinal, principalmente em jejum. Realizamos aferição da pressão arterial e da glicemia capilar, registramos os dados no Caderno de Saúde da Pessoa Idosa, elaboramos o genograma e o ecomapa, ferramentas fundamentais para entender as relações familiares e redes de apoio social. A literatura destaca que esses instrumentos auxiliam na visualização de aspectos relacionais e socioculturais do cuidado (Nascimento *et al.*, 2014). Apresentamos o plano de cuidado impresso e discutimos cada item com a paciente, reforçando seu protagonismo na condução do processo terapêutico, conforme propõe a Política Nacional de Humanização (Brasil, 2018).

No dia 13/04/2025, nos reunimos como equipe para iniciar a organização e escrita do Projeto Terapêutico Singular (PTS). Esta fase teve como base os dados obtidos nas visitas anteriores e foi orientada por nossa preceptora, conforme os atuais marcos teóricos da atenção básica e das práticas clínicas (De Fátima Depole *et al.*, 2022).

No encontro de 15 de abril de 2025, realizamos o exame físico completo na paciente. A paciente apresenta-se consciente, orientada e com estado geral preservado, mas com sinais como taquipneia leve e comprometimento sensorial discreto, além de uma possível presença de catarata. A integração dos dados físicos e subjetivos reforçou a importância da abordagem centrada na pessoa, que favorece um cuidado mais humano, personalizado e eficaz (Castro; Serra; Penati, 2013).

Encerramos nossa experiência com a visita realizada no dia 22 de abril de 2025, ocasião em que apresentamos à paciente o PTS finalizado. Como gesto simbólico de incentivo à autonomia no cuidado com a saúde, presenteamos a paciente com um esfigmomanômetro digital, adquirido coletivamente pelo grupo.

Durante toda a trajetória, aplicamos o Método Clínico Centrado na Pessoa (MCCP), compreendendo a experiência vivida com a doença, os fatores sociais e emocionais, e a participação ativa do paciente na tomada de decisões terapêuticas. Esse método, ao integrar a subjetividade individual do paciente e a ciência, representa uma ferramenta potente para a qualificação da prática médica (Laeber *et al.*, 2024).

A experiência nos ensinou que cuidar vai além da prescrição técnica. Exige presença, vínculo, escuta e respeito à singularidade de cada sujeito. A integração entre conhecimento biomédico e atenção às dimensões subjetivas do cuidado, ou seja, a utilização de um modelo biopsicossocial, fortalece a atuação em saúde, amplia a efetividade das ações e reafirma o papel social do médico no contexto da atenção primária em saúde (APS) no Sistema Único de Saúde (SUS).

DISCUSSÃO

A vivência com M.G.S., por meio da construção de um Projeto Terapêutico Singular (PTS), reafirma o cuidado como prática relacional, sensível à escuta e à complexidade do sujeito. O plano não foi apenas um roteiro clínico, mas um espaço de diálogo entre saberes profissionais, realidade social e vivência da paciente. A utilização do Método Clínico Centrado na Pessoa (Stewarts *et al.*, 2010) possibilitou acolher sua história, seus medos e desejos, garantindo que o cuidado respeitasse sua autonomia.

A participação ativa de M.G.S. e o suporte afetivo de seu neto demonstraram o quanto os vínculos familiares podem ser importantes no enfrentamento das limitações funcionais. Instrumentos como o APGAR e o FIRO auxiliaram na identificação de recursos emocionais e familiares, essenciais para a adesão terapêutica (Dias, 2012). Apesar das barreiras socioculturais, a equipe conseguiu adaptar as orientações e fortalecer o vínculo, favorecendo uma prática ética, acessível e contínua.

Essa experiência evidencia que o PTS, quando bem conduzido e elaborado, supera o plano assistencial e se torna uma ferramenta humanizada, capaz de construir sentidos, promover autonomia e transformar o cuidado em um processo compartilhado (Ceccim; Merhy, 2003)



CONCLUSÃO

A experiência vivenciada proporcionou uma integração no cotidiano da Atenção Primária à Saúde, permitindo a articulação entre teoria e prática. A atuação conjunta entre acadêmicos, o orientador profissional de saúde e a paciente possibilitou o desenvolvimento de habilidades clínicas e reflexivas fundamentais para a formação médica. O contato direto com a realidade de vida da usuária, seus desafios cotidianos e seu contexto familiar e social contribuíram para uma compreensão ampliada do processo saúde-doença e do papel do profissional de saúde nesse cenário.

A construção e aplicação do Projeto Terapêutico Singular (PTS) destacou-se como um instrumento estruturante do cuidado, permitindo organizar as ações de forma individualizada e interdisciplinar. O PTS favoreceu a elaboração de um plano terapêutico que integrou dados clínicos, aspectos psicossociais e metas pactuadas com a paciente, promovendo sua autonomia e participação ativa no processo.

Dessa forma, a experiência permitiu não apenas o desenvolvimento de competências técnicas e humanas fundamentais à formação médica, mas também evidenciou a relevância de práticas centradas na pessoa para o cuidado em saúde. A vivência no território e a elaboração de estratégias terapêuticas contextualizadas reforçaram a importância do olhar ampliado, da corresponsabilidade entre os atores envolvidos e do compromisso ético com a produção de cuidado mais efetivo e alinhado aos princípios do SUS.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Márcia Regina Martins; OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos; FACCENDA, Odival. Sintomas depressivos em idosos: análise dos itens da Escala de Depressão Geriátrica. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, p. 497-503, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de textos: HumanizaSUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Domiciliar – Volume 1**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CECCIM, Ricardo Burg; MERHY, Emerson Elias. A clínica ampliada e compartilhada: uma construção coletiva. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu**, v. 7, n. 12, p. 25–36, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832003000100003>.

CASTRO, Paula Marcela Vilela; SERRA, Mayco José Reinaldi; PENATI, Talita Quadrado. Grupo de Medicina de Família e Comunidade de Santos: relato de experiência. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 26, p. 16–19, 2013. DOI: 10.5712/rbmfc8(26)442. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/442>. Acesso em: 24 maio. 2025.

DA SILVA, Ariná Islaine et al. Projeto terapêutico singular para profissionais da estratégia de saúde da família. **Cogitare Enfermagem**, v. 21, n. 3, 2016.

DE FÁTIMA DEPOLE, Bárbara et al. Projeto Terapêutico Singular: Uma visão panorâmica de sua expressão na produção científica brasileira. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, v. 14, n. 38, p. 01-25, 2022.



LAEBER, Mateus Parpaiola et al. A percepção dos acadêmicos de medicina sobre método clínico centrado na pessoa na Unidade de Saúde da Fonte Grande: um relato de experiência. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 9, p. e75731-e75731, 2024.

MERHY, Emerson Elias; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea. In: MERHY, Emerson Elias; ONOCKO, Renata (org.). **Agir em saúde: um desafio para o público**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 118–160.

NASCIMENTO, Lucila Castanheira et al. Genograma e ecomapa: contribuições da enfermagem brasileira. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 23, p. 211-220, 2014.

CONSTRUINDO CIDADANIA: DIREITO NAS ESCOLAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMUNIDADE

André Victor Melo Quaresma ¹; Davi Sousa do Carmo ¹; Eci Maria Rodrigues ¹; Giovanna da Silva Gomes ¹; Juan Carlos dos Santos Silva ¹; Leonara do Nascimento Serejo ¹; Luana Brito da Costa ¹; Marianne Vitória Alves de Melo ¹; Paulo Henrique Santos de Sousa ¹; Pedro Henrique dos Santos Nunes ¹; Raquel de Souza Rodrigues ¹; Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda ²

1 Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP da cidade de Parnaíba-Piauí

2 Docente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP da cidade de Parnaíba-Piauí

RESUMO

O Projeto Construindo Cidadania: Direito nas Escolas, dos alunos do 5º período da IESVAP, buscou atuar no ambiente acadêmico primário para desenvolver com seus estudantes o pensamento crítico a respeito de aspectos inerentes a cidadania e seus direitos. O presente grupo focou em abordar o aspecto social da Injúria Racial, racismo, bullying e cyberbullying dentro da Escola Municipal Professora Maria do Amparo Moraes dos Santos, viabilizando o debate entre a palestrante convidada, a advogada Naiara Cardoso de Brito, e os educandos do 9º ano e da 5ª etapa. Durante as ações, o projeto contou com a participação ativa dos estudantes, o que, por conseguinte, promoveu o desenvolvimento de suas percepções sociais a respeito do impacto provocado pelo racismo dentro de contextos sociais, econômicos e culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Cidadania; Racismo; Bullying.

INTRODUÇÃO

O projeto “Construindo Cidadania: Direito nas escolas”, foi construído pelos discentes, junto da professora e orientadora da disciplina. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, possui direitos e deveres que devem ser trabalhados e abordados de forma consciente e respeitosa e, levando isso em consideração, o presente grupo abordou a Injúria Racial e outros tipos de preconceitos como foco temático, considerando a sua relevância social e jurídica. Sobre isso, o público-alvo escolhido foram os alunos do 9º ano e da 5ª etapa da Escola Municipal Professora Maria do Amparo Moraes dos Santos. O grupo decidiu trabalhar com essas duas turmas em



decorrência de elas serem as mais velhas e com maior capacidade para entender o conhecimento transmitido, além de possuírem, também, maior consciência das questões sociais abordadas. Dessa maneira, o projeto buscou proporcionar conhecimentos sobre o racismo, suas consequências e a importância do combate ao preconceito.

Desse modo, o grupo tentou sensibilizar os alunos sobre a importância da participação ativa na defesa dos direitos e na busca por cidadania. Importante destacar, inclusive, que a presença da Dr. Naiara Cardoso De Brito, da comunidade escolar e o envolvimento efetivo dos alunos foram determinantes para alcançar os resultados positivos e construtivos dentro da instituição escolar e promover mudanças na percepção e na mentalidade dos jovens envolvidos. O objetivo do projeto foi promover a educação jurídica no ambiente escolar, dentro de um plano social parnaibano, abordando diversas áreas do Direito e sua importância para a formação cidadã, em especial as temáticas do racismo e bullying.

302

METODOLOGIA

O projeto de extensão realizado na Escola Municipal Professora Maria do Amparo Moraes dos Santos, propôs a realização de uma roda de conversa e de palestra com auxílio da Dr. Naiara Cardoso sobre a injúria racial e outras formas de preconceitos, onde foram apresentadas as formas de respeito e igualdade entre os jovens e adolescente, com a finalidade de promover um momento de reflexão, diálogo e troca de experiências. O grupo decidiu trabalhar com uma roda de conversa por ser uma ferramenta eficaz no desenvolvimento de habilidades sociais, no fortalecimento do senso de comunidade e por ser um momento dinâmico onde os alunos poderiam participar de forma ativa, trabalhando a argumentação e a reflexão crítica sobre os assuntos abordados. Buscou-se criar um ambiente seguro para que os alunos pudessem compartilhar experiências e expressar emoções.

Assim, para dar início aos debates na roda de conversa foi apresentado um vídeo de um estudo social, onde crianças teriam que falar frases preconceituosas a outra pessoa, buscou-se que os alunos refletissem sobre o conteúdo do vídeo e, a partir daí, compartilhassem seus pensamentos ou emoções sobre o que assistiram. Dessa forma, houve uma discussão sobre o tema, uma troca de experiências e conhecimentos e um momento em que os alunos tentaram solucionar o problema, expressando formas de melhorar e promover a inclusão e diversidade. Esses momentos envolveram os alunos e responsáveis da instituição buscando reduzir preconceitos e promoveram um ambiente escolar e uma sociedade justa, assim tornando eficaz o propósito do nosso projeto.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto de extensão foi idealizado e planejado ao longo dos meses, com o objetivo de obter resultados efetivos e promover um impacto positivo na comunidade escolar. Após diversas reuniões e alinhamento de ideias, definimos que o tema a ser abordado seria “Injúria Racial”, tendo como local de aplicação uma escola da região.

A escolha deste tema se deu pela crescente necessidade de discutir e conscientizar os jovens sobre os impactos do racismo, que infelizmente ainda é perceptível no ambiente escolar, muitas vezes manifestado na forma de bullying ou cyberbullying. Sobre isso, é crucial destacar que o bullying é tratado na Lei nº 13.185/2015, na qual institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo o território nacional. A lei visa prevenir e combater o bullying, incluindo a violência física e psicológica, intencional e repetitiva, que ocorre sem motivação evidente. Em relação a isso, é possível citar como exemplo prático que ilustra essa realidade os casos em que os alunos de pele negra são discriminados e vítimas de comentários ofensivos em decorrência de sua cor de pele, algo que não deveria ocorrer de nenhuma forma na sociedade.



Compreendendo que, como bem disse Nelson Mandela, “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”, o objetivo foi justamente fomentar esse aprendizado para o respeito e a empatia.

Para tanto, organizaram-se dois momentos de roda de conversa, metodologia escolhida por ser um espaço democrático de fala e escuta, onde todos podem compartilhar experiências, esclarecer dúvidas e refletir de maneira coletiva. Essa escolha se fundamenta na eficácia desse formato em promover o diálogo aberto, a construção conjunta de conhecimentos e o fortalecimento de vínculos interpessoais. Por meio da roda de conversa, é possível desconstruir preconceitos e estimular práticas de respeito à diversidade.

Os encontros ocorreram nos dias 24 e 30 de abril de 2025 e contaram com a participação de aproximadamente 70 pessoas, entre alunos do 9º ano e da 5ª etapa da EJA, sendo 42 participantes desta última. As rodas de conversa foram realizadas com o auxílio da Dr. Naiara Cardoso de Brito que abordou, além da questão da injúria racial, as condições sociais da população negra no Brasil, promovendo um resgate histórico sobre como se constituiu a sociedade brasileira, marcada pela diversidade étnica e cultural. Explicou-se que o Brasil é um país mestiço, resultado da união de diferentes povos indígenas, europeus e africanos que, ao longo dos séculos, contribuíram para a formação de nossa cultura e identidade.

Também foi realizada uma explanação sobre a legislação vigente, de maneira simplificada, para facilitar a compreensão dos alunos. Foi explicado sobre a Lei nº 7.716/1989, que tipifica os crimes de racismo e sobre a injúria racial ser um crime inafiançável e imprescritível, conforme decisão recente do Supremo Tribunal Federal, o que demonstra a seriedade com que o ordenamento jurídico brasileiro trata esse tipo de conduta discriminatória.

A Dr. Naiara Cardoso incentivou a participação dos alunos, no qual mostraram-se bastante ativos, com perguntas pertinentes e reflexões valiosas, mostrando o quanto é essencial promover esse tipo de diálogo no ambiente escolar. Ao final das reflexões, os alunos discutiram formas de prevenir e combater essas situações. Encerrou-se o encontro agradecendo à direção da escola, que foi fundamental para a realização dessa ação, bem como aos profissionais que contribuíram para enriquecer essa experiência.

DISCUSSÃO

A escolha pela abordagem da injúria racial em um projeto de extensão voltado ao ambiente escolar dialoga diretamente com as demandas contemporâneas da educação antirracista. Nesse sentido, é relevante ressaltar o art. 1º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.”, dessa forma é evidente que a ONU determina que todos possuem discernimento para agir em igualdade e fraternidade com os outros a sua volta. Ao inserir a discussão sobre injúria racial dentro de um resgate histórico das relações étnico raciais no Brasil, o projeto também se alinha às diretrizes da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Isso demonstra não apenas sensibilidade social, mas também compromisso com a legislação educacional e os direitos humanos. O engajamento dos participantes, conforme relatado, confirma o que estudos anteriores já identificaram: quando os estudantes são convidados a refletir sobre suas realidades e experiências em um espaço seguro e acolhedor, tendem a apresentar maior envolvimento e disposição para o aprendizado.

Ademais, a ativista paquistanesa Malala Yousafzai afirmou durante seu discurso na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, que “Um livro, uma caneta, uma criança e um professor podem mudar o mundo”, esta afirmação levanta uma questão urgente na humanidade que é a educação, por ela ser a chave para a promoção e efetivação dos direitos humanos que são inerente a qualquer pessoa independente das diferenças sociais, físicas,



religiosas e econômicas, por consequência, a legislação brasileira tornar indispensável o ensino da cultura afro-brasileira que é um assunto necessário para o entendimento da sociedade e facilita a compreensão de como lutar contra esses problemas sociais para atingir o objetivo de uma sociedade igualitária e justa.

Além disso, a roda de conversa utilizada é o meio adequado, pois segundo Gatti (2005):

Com esses procedimentos, é possível reunir informações e opiniões sobre um tópico em particular, com certo detalhamento e profundidade, não havendo necessidade de preparação prévia dos participantes quanto ao assunto, pois o que se quer é levantar aspectos da questão em pauta considerados relevantes, social ou individualmente, ou fazer emergir questões inéditas sobre o tópico particular, em função das trocas efetuadas. (Gatti, 2005, p.13)

304

Nesse viés, conforme dito anteriormente por Gatti, a roda de conversa tem a finalidade de produzir um conhecimento, por meio das questões levadas durante o procedimento realizado, reunindo opiniões, ideias e experiências, proporcionando para quem participa o desenvolvimento de um pensamento crítico.

Em suma, a literatura destaca ainda a importância da integração de diferentes áreas do conhecimento para abordar problemas como os citados anteriormente, por auxiliar no desenvolvimento de habilidades, na compreensão de alguns assuntos, na formação de mentes críticas, autônomas e criativas e por despertar o interesse de quem participa. Nessa lógica, segundo Paulo Freire, educador e filósofo brasileiro, “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”, essa citação mostra a relevância do papel da escola na transformação social, por ser nesse ambiente onde os alunos, além de adquirirem conhecimentos, compreendem a importância e necessidade de promoverem mudanças efetivas para um futuro melhor.

CONCLUSÃO

O Projeto de Extensão atuou na Escola Municipal Professora Maria do Amparo Moraes dos Santos nas turmas do 9º ano e 5º etapa, para orientar os alunos sobre o combate à discriminação racial, fundamentado na Lei nº 7.716/1989, que tipifica os crimes de racismo. Nessa linha de pensamento, as atividades instruíram os jovens sobre autoidentificação, como reagir a situações de racismo, defender a vítima e acionar autoridades escolares e competentes.

Além disso, atendendo à solicitação da diretora, o grupo abordou brevemente sobre o bullying e cyberbullying, tratado na Lei nº 13.185/2015, que institui medidas de combate à intimidação sistemática nas escolas. Para reforçar a abordagem jurídica dos temas, o projeto contou com a presença da Doutora Naiara Cardoso, Advogada e Conselheira Seccional da OAB/PI, que ministrou uma palestra esclarecendo aspectos legais da discriminação racial e do bullying, orientando os alunos sobre seus direitos e formas de denúncia.

Por meio da educação, aplicando a metodologia adequada e profissionais especializados o projeto de extensão tem o compromisso de promover respeito a todas às pessoas independentemente de suas características, assim incentivando uma sociedade com respeito, igualdade, proteção e promoção dos direitos humanos que são essências para a existência de qualquer ser humano, por consequência levar a educação para os alunos do 9º ano e 5º etapa para que estes alunos sejam promotores de conhecimento e empatia com o próximo e possam respeitar e serem respeitados.

REFERÊNCIAS



ALVES, C. C. de S. **Racismo na escola e o combate com ações pedagógicas**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2012. Disponível em:

<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1338/1/PDF%20-%20Cynthia%20Cristina%20de%20Souza%20Alves.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2025.

BRASIL. Código Penal. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 24 de maio de 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 de maio de 2025.

BRASIL. **Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm.

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm.

BRASIL. **Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)**. Lei Nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm>. Acesso em: 24 de maio de 2025.

CONFLUENTES. **Racismo estrutural: o que é, causas e consequências**. Confluentes, 31 jan. 2023. Disponível em: <https://confluentes.org.br/2023/01/31/racismo-estrutural-o-que-e-causas-e-consequencias/amp/>. Acesso em: 24 de maio de 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Livro Livros, 2005.

HOSHINO, C. **7 ideias para conversar sobre racismo com as crianças**. Lunetas, 02 de maio de 2022. Disponível em: <https://lunetas.com.br/falar-sobre-racismo-com-criancas/>. Acesso em: 24 de maio de 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 02 jun. 2025.



RAMAL, A. **Se a escola é o lugar da formação da cidadania, não se pode aceitar uma sala de aula opressora, onde o professor é o dono do saber e o aluno não tem voz.** Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTg3MDg3Ng/>. Acesso em: 25 maio 2025.

TV Globo. **Ninguém nasce racista. Continue Criança.** YouTube, 04 de julho de 2016. Disponível em: <https://youtu.be/qmYucZKoxQAsi=sF4n0u0b3fEAMZtb>. Acesso em: 24 de maio de 2025.

Yousafzai, M. **Discurso na Assembleia Geral da ONU.** Nova York, 12 jul. 2013. Disponível em: https://www.cidadenova.org.br/editorial/informa/814-10_frases_de_malala_agraciada_com_o_prem. Acesso em: 02 jun. 2025.

OBESIDADE INFANTIL NA ERA DIGITAL: O IMPACTO DO USO DE TELAS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO

Helvidio de Aguiar Ferraz Neto¹; João Gabriel Holanda Cronemberger¹; Lara Meneses Alves¹; Mara Sammya do Rego Bastos¹; Maria Gabriela Cunha Mendes Amorim Lima¹; Saulo Silva Ramos¹; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val²; Maria Vitória Santos Araújo²;

¹ Discente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí – IESVAP, Parnaíba, Piauí.

² Docente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí – IESVAP, Parnaíba, Piauí.

RESUMO

A obesidade infantil, caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal, configura-se como um grave problema de saúde pública, agravado pelo sedentarismo e hábitos alimentares inadequados especialmente no contexto da era digital. Este estudo descreve uma intervenção educativa realizada por acadêmicos de medicina com 26 crianças do 5º ano, abordando três pilares fundamentais: os conceitos básicos de alimentação saudável com ênfase no consumo de frutas e alimentos in natura, os riscos do uso excessivo de telas no desenvolvimento infantil, e a importância da atividade física regular. A metodologia combinou uma palestra interativa sobre nutrição, onde as crianças participaram ativamente compartilhando experiências, seguida por uma discussão crítica sobre o tempo de tela e seus impactos na saúde. Como ação prática, realizou-se a aferição do IMC dos participantes e o preparo coletivo de uma salada de frutas, proporcionando uma vivência concreta de alimentação saudável. Os resultados demonstraram não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também o entusiasmo em adotar hábitos mais saudáveis, destacando a eficácia de abordagens que integram educação nutricional, conscientização sobre tecnologia e atividades práticas na prevenção da obesidade infantil.

Palavras-chave: Obesidade infantil. Uso de telas. Alimentação saudável. Atividade física. Prevenção.



INTRODUÇÃO

A obesidade infantil configura-se como um dos maiores desafios de saúde pública do século XXI, com prevalência crescente em escala global (CAPISTRANO et al., 2022). No Brasil, dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) revelam que aproximadamente 15% das crianças entre 5 e 10 anos apresentam excesso de peso, enquanto 10% já são classificadas como obesas (DA SILVA MALVEIRA et al., 2021). Esse cenário é preocupante devido às suas consequências a curto e longo prazo, incluindo maior risco de doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2, distúrbios psicossociais e redução da qualidade de vida (FERREIRA et al., 2021).

A era digital e as mudanças nos padrões alimentares têm agravado esse quadro. O consumo excessivo de alimentos ultraprocessados, ricos em açúcares e gorduras, associado ao sedentarismo e ao aumento do tempo de tela, contribui para o desequilíbrio energético e o acúmulo de gordura corporal (DE CASTRO et al., 2021). Estudos destacam que crianças que passam mais de duas horas diárias em frente a telas têm maior probabilidade de desenvolver obesidade, devido à redução da atividade física e ao maior consumo de alimentos calóricos (BARRETO, 2023).

Diante desse contexto, intervenções educativas que abordem alimentação saudável, redução do tempo de tela e promoção de atividade física mostram-se como estratégias eficazes para a prevenção da obesidade infantil (BAGGIO et al., 2021). A escola surge como ambiente privilegiado para tais intervenções, por seu caráter formativo e capacidade de alcançar grandes grupos populacionais (IANNUZZI et al., 2023). Programas como o Saúde na Escola (PSE) e o Crescer Saudável destacam a importância da educação alimentar e nutricional (EAN) e da integração entre saúde e educação para promover hábitos saudáveis desde a infância (COSTA et al., 2025).

Neste sentido, o presente trabalho teve como objetivo desenvolver e avaliar uma intervenção educativa sobre obesidade infantil, realizada com crianças do 5º ano do ensino fundamental em uma escola pública, abordando três pilares principais: alimentação saudável, uso consciente de telas e promoção de atividade física. A ação combinou palestras interativas, avaliação antropométrica (com aferição do IMC) e atividades práticas, como o preparo coletivo de uma salada de frutas, visando à conscientização e à adoção de hábitos mais saudáveis.

METODOLOGIA

Este estudo tem natureza descritiva com foco em uma intervenção educativa, realizada com 26 crianças do 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública municipal. A proposta visou promover hábitos saudáveis e senso crítico por meio de atividades participativas e reflexivas, estruturadas em quatro etapas.

Na primeira etapa, foi realizada uma palestra interativa sobre alimentação saudável, conduzida com base na abordagem dialógica, estimulando a escuta, o diálogo e a participação ativa das crianças. Em seguida, na segunda etapa, ocorreu uma roda de conversa sobre os impactos do uso excessivo de telas, fundamentada nas recomendações atuais da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2021), que alertam sobre os efeitos deletérios do tempo prolongado de exposição digital sobre o desenvolvimento neurológico, sono, comportamento e sedentarismo.

A terceira etapa envolveu a coleta de dados antropométricos, o Índice de Massa Corporal (IMC), calculado por meio da fórmula $\text{peso}/\text{altura}^2$. Os dados foram coletados com equipamentos adequados e comparados aos padrões estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023), levando em consideração idade e sexo. Por fim, na quarta etapa,



consistiu em uma oficina prática de preparo de salada de frutas, alinhada às diretrizes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), conforme o Marco de Referência do Ministério da Saúde (Brasil, 2020), promovendo o contato direto com alimentos saudáveis e incentivando o consumo consciente.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A obesidade infantil é um desafio crescente enfrentado por escolas, famílias e serviços de saúde, exigindo estratégias educativas que promovam hábitos de vida saudáveis desde a infância. Com base nessa realidade, este relato descreve uma intervenção realizada por acadêmicos de medicina com uma turma de 26 crianças do 5º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Professor João Orlando de Moraes Correia, localizada em Parnaíba (PI), com o objetivo de estimular uma alimentação mais saudável, reduzir o uso excessivo de telas e incentivar a prática de atividades físicas.

A ação ocorreu no dia 08 de maio de 2025, no turno da manhã, e foi organizada em quatro etapas principais. A primeira consistiu em uma palestra interativa sobre a obesidade e alimentação saudável, com duração de aproximadamente 30 minutos. Foram utilizadas dinâmicas e perguntas dirigidas para envolver as crianças na conversa sobre os diferentes grupos alimentares, destacando a importância do consumo de frutas, verduras e alimentos naturais, em uma segunda etapa, teve uma roda de conversa sobre os impactos do uso excessivo de telas. Observou-se elevado nível de conhecimento prévio por parte dos alunos, o que facilitou o aprofundamento dos conteúdos, a construção coletiva do saber e alcance do objetivo da intervenção. O que mais nos impressionou foi o engajamento de todas as crianças sem exceção, cada uma queria dar sua opinião, compartilhar experiências e até mesmo complementar as respostas dos colegas.

Figura 1 – Etapas um e dois da intervenção (palestra sobre obesidade, alimentação saudável e o uso de telas)



Fonte: Os autores.

Durante a condução das atividades, um dos principais desafios encontrados foi a grande participação e entusiasmo das crianças, que muitas vezes falavam simultaneamente ou intervinham de forma espontânea e frequente. Embora esse engajamento demonstrasse interesse e envolvimento, em alguns momentos dificultou a organização e o fluxo da ação educativa, tornando mais complexo o processo de transmissão das informações planejadas. No entanto, a equipe soube adaptar-se a essas situações, estabelecendo momentos de escuta ativa e organização das falas, além de utilizar estratégias que garantissem a participação de todos sem comprometer



andamento da intervenção, conseguindo assim manter um ambiente produtivo e acolhedor para o aprendizado.

Figura 2 – Etapa 3 (aferição do Índice de Massa Corporal)



Fonte: Os autores.

A terceira etapa envolveu a aferição do Índice de Massa Corporal (IMC), realizada individualmente com cada criança. Foram utilizados instrumentos como balança digital e estadiômetro para coleta de peso e altura, sendo os resultados registrados de forma organizada. Observou-se que a maioria das crianças apresentava IMC dentro da faixa de normalidade para a idade, o que foi um achado positivo. No entanto, essa etapa foi fundamental para identificar precocemente possíveis casos de sobrepeso ou obesidade, além de proporcionar um momento de conscientização sobre a importância do autocuidado e do acompanhamento periódico do crescimento e desenvolvimento infantil.

Na quarta etapa, enquanto parte do grupo de acadêmicos realizava a aferição do IMC, outro grupo se dirigiu à cantina da escola para preparar uma salada de frutas. As frutas foram cuidadosamente cortadas e organizadas para que as crianças pudessem degustar a preparação. A reação foi muito positiva: as crianças adoraram a atividade e algumas até repetiram a degustação. Essa atividade prática foi essencial para consolidar o aprendizado, pois promoveu o contato direto com alimentos saudáveis, incentivando a experimentação e a valorização de escolhas alimentares nutritivas de forma lúdica e prazerosa.

Figura 3 – Acadêmicos e a Preceptora envolvidos na ação



Fonte: Os autores.

De forma geral, a intervenção educativa realizada na Escola Municipal Professor João Orlando de Moraes Correia proporcionou uma oportunidade valiosa para abordar questões essenciais relacionadas à obesidade infantil, estimulando a reflexão e a adoção de hábitos mais saudáveis entre as crianças do 5º ano. Por meio de atividades interativas, discussões, aferição do IMC e uma oficina prática de preparo de salada de frutas, foi possível integrar conhecimentos teóricos e experiências práticas, promovendo o engajamento e o interesse dos alunos. Apesar dos desafios naturais do ambiente escolar, como a espontaneidade das crianças, a equipe conseguiu conduzir as ações de uma forma

eficiente, reforçando a importância da educação em saúde no contexto escolar como ferramenta preventiva e promotora do bem-estar infantil.

DISCUSSÃO

A obesidade infantil configura-se como um problema multifatorial, com impacto significativo na saúde pública, exigindo intervenções precoces e integradas para sua prevenção e controle. Diversos estudos recentes destacam a importância de abordagens educativas em ambientes escolares como estratégias eficazes para promover mudanças comportamentais relacionadas à alimentação e à prática de atividades físicas (BAGGIO et al., 2021). A educação alimentar, quando aliada a atividades práticas, como a preparação de alimentos saudáveis, tem demonstrado potencial para aumentar a aceitação de frutas e verduras entre crianças, favorecendo a incorporação desses alimentos na rotina diária (DOS SANTOS et al., 2020).

O uso excessivo de dispositivos eletrônicos, evidenciado durante as discussões com os alunos, é um fator associado ao sedentarismo e ao aumento do risco de obesidade infantil, conforme apontam pesquisas atuais. A dificuldade das crianças em limitar o tempo de tela reforça a necessidade de intervenções que também envolvam famílias e responsáveis, promovendo um ambiente favorável para mudanças sustentáveis (BARRETO, 2023).

A aferição do Índice de Massa Corporal (IMC) é reconhecida como uma ferramenta simples e eficaz para a identificação precoce de sobrepeso e obesidade em crianças, possibilitando o monitoramento do crescimento e o encaminhamento para ações de saúde quando necessário. Mesmo quando a maioria dos alunos apresenta IMC normal, a realização desse exame serve como recurso educativo, estimulando a conscientização sobre hábitos saudáveis e a prevenção de complicações futuras.



O desafio em manejar a participação espontânea das crianças durante a intervenção reflete a necessidade de estratégias pedagógicas que equilibrem o engajamento e a organização do grupo, fato amplamente discutido na literatura sobre educação em saúde para o público infantil. A capacidade de adaptação da equipe, aliada a metodologias lúdicas e dialógicas, é essencial para garantir a efetividade das ações educativas.

Por fim, destaca-se que intervenções como a relatada contribuem não apenas para a promoção da saúde individual das crianças, mas também para a formação de uma cultura escolar que valoriza práticas saudáveis, alinhando-se às diretrizes do Sistema Único de Saúde e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos (PINHEIRO, et al., 2023).

311

CONCLUSÃO

A intervenção educativa realizada na Escola Municipal Professor João Orlando de Moraes Correia constituiu uma experiência significativa para os acadêmicos envolvidos, evidenciando a complexidade e a relevância do trabalho com crianças no contexto da promoção da saúde. Ficou evidente que a simples transmissão de informações não é suficiente para promover mudanças comportamentais; é necessário que o processo educativo seja interativo, acolhedor e adaptado à realidade dos participantes. A espontaneidade e o entusiasmo das crianças, apesar de apresentarem desafios para a condução das atividades, demonstraram a importância de estratégias didáticas que equilibrem o engajamento com o foco nos objetivos da intervenção.

A aferição do índice de massa corporal, embora tenha identificado a maioria das crianças com IMC dentro dos parâmetros considerados normais, reforçou a necessidade de acompanhamento contínuo para a prevenção do sobrepeso e da obesidade infantil. Essa etapa cumpriu um papel diagnóstico e pedagógico, contribuindo para a conscientização dos alunos sobre a importância do autocuidado e da manutenção da saúde ao longo do crescimento.

Além disso, os acadêmicos aprenderam a importância do manejo adequado do grupo, desenvolvendo habilidades de comunicação e controle que garantiram o andamento das atividades sem perder a conexão afetiva com as crianças. Essas competências são fundamentais para a futura prática médica, especialmente na atenção primária à saúde, onde o contato direto com a comunidade exige sensibilidade e humanização.

Por fim, a intervenção evidenciou que o sucesso das ações educativas depende também do envolvimento das famílias e da comunidade escolar, sugerindo a ampliação do alcance dessas iniciativas para fortalecer a rede de apoio às crianças. Investir em educação em saúde desde a infância contribui para a formação de indivíduos mais conscientes e responsáveis, diminuindo o risco de doenças crônicas no futuro. A experiência reforçou o compromisso dos acadêmicos com a promoção da saúde e a prevenção de doenças, pilares essenciais da medicina integral e do Sistema Único de Saúde, motivando-os a aprofundar seus conhecimentos e práticas para atuar de forma efetiva e humanizada em contextos comunitários.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, Maria Aparecida et al. Obesidade infantil na percepção de crianças, familiares e profissionais de saúde e de educação. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 30, p. e20190331, 2021.

BARRETO, Michelle De Jesus et al. Os impactos do tempo de tela no desenvolvimento infantil. **Revista Saúde UNIFAN**, v. 3, n. 1, p. 58-66, 2023.



BRASIL. Ministério da Saúde. *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas*. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br>. Acesso em: 17 maio 2025.

CAPISTRANO, Gisele Bailich et al. Obesidade infantil e suas consequências: uma revisão da literatura. **Conjecturas**, v. 22, n. 2, p. 47-58, 2022.

COSTA, Ana Clara Souza et al. Programa saúde na escola: relação entre hipertensão arterial sistêmica e obesidade em adolescentes. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 23, n. 5, p. e9780-e9780, 2025.

DA SILVA MALVEIRA, Alice et al. Prevalência de obesidade nas regiões Brasileiras. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 2, p. 4164-4173, 2021.

DOS SANTOS, Elaine Matias; ROCHA, Mikele Miranda Santos; DE OLIVEIRA DIAS, Thamires. Obesidade infantil: uma revisão bibliográfica sobre fatores que contribuem para a obesidade na infância. **Revista Brasileira de Reabilitação e Atividade Física**, v. 9, n. 1, p. 57-62, 2020.

FERREIRA, Bruna Rocha et al. Fatores associados à obesidade infantil: uma revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 25, p. e6955-e6955, 2021.

IANNUZZI, Ieda Vasconcelos et al. Obesidade infantil na escola: uma revisão de literatura. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Padrões de crescimento infantil: indicadores antropométricos para avaliação nutricional de crianças e adolescentes*. Genebra: OMS, 2023. Disponível em: <https://www.who.int/tools/growth-reference-data-for-5to19-years>. Acesso em: 17 maio 2025.

PINHEIRO, Cristini Rosa et al. ODS 3–Saúde e bem-estar. **A tragédia de Petrópolis sob a perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU**, p. 32, 2023.

SBP – SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. *Uso de telas por crianças e adolescentes: orientações para pais, educadores e profissionais da saúde*. Rio de Janeiro: SBP, 2021. Disponível em: <https://www.sbp.com.br>. Acesso em: 17 maio 2025

**LIBRAS DA JUSTIÇA**

Autores: 1. Wesllene Christinne Passos De Albuquerque; 2. Jessica Rocha Do Nascimento; 3. Hendrix Fontenele Prado; 4. José Victor Ferreira Oliveira; 5. Vitória De Fátima Araújo; 6. Jonas Gabriel Souza; 7. Maria Rita Oliveira Dos Santos Rodrigues.
Orientadora: Tatiana Mendes Caldas Castelo Branco

313

¹ Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI

² Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI

³ Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI

⁴ Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI

⁵ Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI

⁶ Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI

⁷ Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI

RESUMO

Este relato descreve a experiência desenvolvida em um projeto integrador voltado para a acessibilidade comunicacional em ambientes jurídicos. A proposta consistiu em capacitar servidores públicos com noções básicas de Libras (Língua Brasileira de Sinais), promovendo o atendimento inclusivo no ambiente do tribunal. Durante três dias de formação, foram ministradas aulas introdutórias de Libras, abordando saudações, expressões comuns e vocabulário essencial para o primeiro contato com o público surdo. O projeto reforça a importância da acessibilidade como direito fundamental e destaca o papel do poder público na promoção da inclusão social. A iniciativa foi bem recebida pelos participantes, que demonstraram interesse e engajamento durante a capacitação, contribuindo para a construção de um serviço público mais acessível e acolhedor.

Palavras-chave: Libras. Direito. Inclusão. Acessibilidade. Serviço público.

INTRODUÇÃO

A acessibilidade é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015), sendo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No âmbito do Judiciário, garantir o atendimento ao público surdo é um passo fundamental para assegurar a efetiva inclusão. A Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida como meio legal de comunicação e expressão (Lei n.º 10.436/2002), torna-se ferramenta indispensável nesse processo. Assim, o presente trabalho relata a experiência de um projeto integrador desenvolvido com o intuito de capacitar servidores públicos em noções básicas de Libras, permitindo-lhes um primeiro contato comunicativo com pessoas surdas que buscam atendimento nos tribunais.

O projeto buscou contribuir para a humanização dos serviços públicos e para a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana. O objetivo principal foi fornecer aos servidores habilidades iniciais para uma comunicação mínima em Libras, contribuindo para a eliminação de barreiras linguísticas no sistema judiciário.



METODOLOGIA

A metodologia adotada no projeto integrador foi de natureza qualitativa, com foco na aprendizagem significativa por meio de atividades práticas e interativas. A capacitação foi dividida em três encontros presenciais, realizados nos dias 13, 20 e 27 de maio de 2025. Cada aula teve duração média de duas horas e abordou os fundamentos da Libras, com ênfase no alfabeto manual, expressões básicas e cumprimento de normas de convivência e respeito à cultura surda.

Os conteúdos foram ministrados com apoio de recursos visuais, como vídeos e cartazes ilustrativos, e atividades práticas em duplas e grupos. O material de apoio foi baseado nos sinais do alfabeto em Libras, conforme amplamente divulgados por fontes oficiais como o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos). A avaliação da experiência foi feita de forma contínua, observando a participação dos servidores e o domínio das expressões básicas ao final da capacitação.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto integrador teve início com a sensibilização dos participantes acerca da importância da acessibilidade comunicacional no ambiente jurídico. No primeiro encontro, em 13 de maio de 2025, foi apresentado o contexto legal da Libras e discutida a relevância da inclusão de pessoas surdas no atendimento público. Em seguida, os participantes foram introduzidos ao alfabeto em Libras e realizaram exercícios de soletração de nomes e palavras simples.

No segundo encontro, ocorrido em 20 de maio, os servidores praticaram saudações, expressões corriqueiras e simulações de diálogos básicos, como perguntas de identificação e orientações iniciais. O foco foi proporcionar segurança no uso dos sinais e promover a empatia no atendimento ao público surdo.

Já no terceiro e último encontro, realizado em 27 de maio, foram feitas dinâmicas em grupo e simulações de situações reais de atendimento, reforçando o conteúdo aprendido. Os participantes demonstraram entusiasmo e destacaram o impacto positivo da ação na percepção de seu papel social enquanto agentes públicos. A experiência mostrou que, mesmo com uma carga horária reduzida, é possível despertar o interesse e proporcionar aprendizado significativo.

DISCUSSÃO

A experiência relatada neste projeto integrador reafirma a urgência da inclusão comunicacional em instituições públicas, especialmente no Poder Judiciário. A oferta de uma formação básica em Libras, ainda que breve, permitiu aos servidores participantes compreenderem os desafios enfrentados pela comunidade surda no acesso à justiça. Estudos como os de Quadros e Karnopp (2004) demonstram que a Libras é uma língua completa, com estrutura própria, cuja utilização no atendimento público é um dos pilares para garantir a cidadania de surdos.

O projeto dialoga com outras iniciativas de formação em Libras voltadas a servidores, como as desenvolvidas por órgãos do Executivo e do Judiciário em diferentes regiões do país, e reforça que pequenas ações podem gerar impactos significativos na promoção da acessibilidade.



A realização de atividades práticas, a exemplo das simulações de atendimento, favoreceu a fixação do conteúdo e contribuiu para que os participantes se sentissem mais confiantes no uso dos sinais aprendidos. A experiência mostrou que é possível fomentar uma cultura institucional mais inclusiva com ações simples, mas bem direcionadas.

CONCLUSÃO

O projeto integrador sobre Libras no Direito evidenciou a importância de formar servidores públicos para o atendimento acessível no sistema de justiça. A iniciativa proporcionou não apenas o aprendizado de sinais básicos, mas também uma mudança de percepção em relação ao papel do servidor como agente de inclusão.

A partir da vivência prática, os participantes puderam compreender que a comunicação é uma ponte essencial para garantir direitos e promover a dignidade da pessoa humana. Apesar do tempo limitado, o projeto cumpriu seu propósito inicial e abriu caminhos para futuras formações mais aprofundadas, sugerindo a institucionalização de ações contínuas de capacitação em Libras.

A reflexão final que se impõe é a de que acessibilidade não é favor, mas direito — e cabe às instituições públicas criarem as condições para que ele seja efetivado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (INES). Alfabeto manual em Libras. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/alfabeto-em-libras>. Acesso em: 29 maio 2025.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SÁ, Nádia de Castro; LOPES, Rita de Cássia. Formação em Libras para servidores públicos: uma política de inclusão. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1–10, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/>. Acesso em: 29 maio 2025.

**PROJETO INTEGRADOR VI – I TREINÃO BENEFICENTE SUPERAÇÃO RUN**

Alice Maria Fontineles Val¹; Ângela Vitória Pimentel de Araújo¹; Dayanne de Souza Silva Oliveira¹; Emanuely Cristini dos Santos Mendes¹; Herivelton Carneiro Fontenele Junior¹; Laísa Cristine Lima de Araújo¹; Lauanda Vitória da Silva Santos¹; Letícia de Brito Sousa¹; Marinna Sá Quixaba Ferreira¹; Pablo José Sousa Nonato¹; Ravan Oliveira de Carvalho¹; Ravenna Oliveira Ribeiro Barroso¹; Renata de Sousa Silva¹; Rosemary Vieira de Araújo¹; Sthefany Rabelo Barros¹; Vitória Mesquita Carneiro¹; Luiza Marcia Carvalho dos Reis²

316

¹ Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP

² Docente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP

RESUMO

A disciplina de Projeto de Extensão VI, ofertada pela FAHESP/IESVAP, tem como propósito incentivar iniciativas que possibilitem aos discentes vivenciarem práticas voltadas ao bem comum. O projeto intitulado SUPERAÇÃO foi desenvolvido com o objetivo de promover um evento esportivo com finalidade social: um treinamento beneficente, cuja proposta era reunir a comunidade local em uma corrida simbólica, arrecadando alimentos não perecíveis destinados a mulheres em tratamento oncológico. Em suma, o Treinamento Beneficente foi um evento de grande relevância social, esportiva e humana, promovendo não apenas saúde e lazer, mas também conscientização, solidariedade e respeito à luta diária enfrentada por tantas mulheres no combate ao câncer.

Palavras-chave: Esporte. Saúde. Beneficente. Alimentos. Oncologia.

INTRODUÇÃO

A universidade contemporânea assume um papel que vai além da formação técnica e intelectual: ela deve contribuir ativamente para o desenvolvimento social por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, os projetos de extensão são instrumentos fundamentais para a aproximação entre o conhecimento acadêmico e as demandas reais da sociedade. Segundo Freire (2005), “ensinar exige compromisso com a transformação do mundo”, o que implica engajamento em ações concretas que promovam cidadania, solidariedade e empatia.

A escolha pela corrida como eixo central do projeto está relacionada ao seu potencial de mobilização social e à promoção do bem-estar físico e emocional. Eventos esportivos com cunho solidário têm ganhado relevância por sua capacidade de sensibilizar a população e angariar apoio a causas sociais urgentes. Mulheres diagnosticadas com câncer enfrentam, além dos desafios clínicos, dificuldades socioeconômicas que podem comprometer o acesso à nutrição adequada — o que é essencial para o tratamento oncológico. (INCA, 2023).

Dessa forma, o projeto SUPERAÇÃO RUN representou uma iniciativa que alia o incentivo à saúde, o exercício da solidariedade e o compromisso social da universidade. Ao envolver estudantes, professores e a comunidade, a ação contribuiu para fortalecer os laços entre o meio acadêmico e as realidades locais, promovendo uma formação humanizada e consciente.

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de concepção, organização e realização do projeto SUPERAÇÃO RUN, destacando sua relevância como atividade interdisciplinar e sua contribuição na arrecadação de alimentos para pacientes oncológicas em situação de vulnerabilidade.

METODOLOGIA



Em um estudo descritivo, que teve como objetivo relatar a organização e execução de uma corrida beneficente voltada ao bem-estar das pacientes oncológicas. O planejamento do evento envolveu reuniões para definição do percurso, organização e articulação com parceria das pacientes oncológicas. O trajeto foi planejado com segurança. A divulgação foi feita por meio de grupos da faculdade e redes sociais, seguindo estratégias de mobilização social. As inscrições ocorreram de forma online, mediante taxa simbólica.

Este estudo possui abordagem qualitativa, com foco na descrição e análise da organização e realização de uma corrida beneficente em prol das pacientes oncológicas. A atividade foi realizada com percurso de 5 km, envolvendo a participação de acadêmicos de Direito do IESVAP, professores da instituição, pacientes oncológicas e a comunidade em geral.

Além da corrida, houve arrecadação de alimentos não perecíveis, destinados a instituições de apoio a pacientes com câncer, e, ao final do percurso, foi promovida uma atividade de dança como forma de integração e celebração. A coleta de dados foi realizada por meio de observação participante, registros fotográficos e relatos espontâneos dos envolvidos, com foco na análise das percepções sobre a importância do evento para a conscientização e apoio às pacientes oncológicas.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A organização da corrida beneficente começou com a seleção da data e do local do evento, dando prioridade a um espaço acessível, seguro e de fácil acesso para todas as participantes, especialmente para as pacientes oncológicas. Elaboramos um calendário geral que abrange todas as fases do projeto e um orçamento estimado que incluiu os custos principais, tais como a confecção dos kits dos corredores, a contratação de pessoal de suporte e segurança, bem como a aquisição de materiais de promoção.

A divulgação do evento foi feita através de campanhas nas mídias sociais (Instagram), visando atrair o maior número de participantes e simpatizantes da causa. As inscrições foram realizadas no site oficial do evento e trajeto estabelecido foi de 5 km, apropriado tanto para corridas quanto para passeios leves, possibilitando a inclusão de diversos perfis de participantes, conforme figura 1.

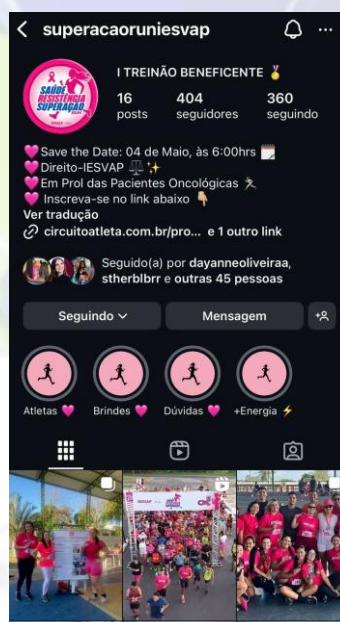


Figura 1 – Instagram do Projeto

No dia 30 de abril e 03 de maio de 2025 foram entregues pelos alunos os kits para os atletas, no kit tinha a camisa e o número de peito que iriam ser usados no dia do evento, nesse momento os atletas traziam os quilos de alimentos, pois a inscrição teve o valor simbólico de R\$ 30,00, além da doação de um quilo de alimento como requisito para participar do Treinão, conforme figura 2.

**Figura 2 – Entrega dos Kits Atletas**

No dia 04 de maio às 06:00 horas foi realizado o Treinão Benéfico, na Praça Mandu Ladino, reunindo mais de 200 atletas em um momento de integração, saúde e solidariedade. Assim que os atletas concluíram o percurso foram distribuídas medalhas, água mineral e um café da manhã nutritivo como forma de reconhecimento e acolhimento. O evento também contou com o sorteio de brindes, para finalizar houve um aula de dança com o professor proporcionando bastante interação, conforme figuras 3 e 4.

**Figura 3 – Distribuição de comidas, bebidas e medalhas.****Figura 4 – Entrega dos Brindes**



Um dos momentos mais marcantes do Treinão foi a participação ativa das pacientes oncológicas. Além de competirem na corrida, elas receberam destaque especial, o que possibilitou ao público presente conhecer suas histórias de superação e entender, de forma sensível e concreta, o propósito do projeto, conforme figura 5.



Figura 5 – Pacientes Oncológicas.

A presença dessas mulheres guerreiras trouxe um sentido ainda mais profundo à ação, representando coragem, esperança e a importância do acolhimento comunitário às pessoas em tratamento oncológico.

DISCUSSÃO

A promoção de eventos esportivos com cunho social, como o SUPERAÇÃORUN, tem se mostrado uma estratégia eficaz para integrar a comunidade e mobilizar ações em prol de causas relevantes, conforme apontam estudos recentes sobre extensão universitária. Segundo Ministério da Saúde, atividades que aliam esporte, nutrição e solidariedade não apenas promovem o bem-estar físico e mental, como também fortalecem os pacientes na luta contra o câncer.

No caso do SUPERAÇÃORUN, a escolha por uma corrida beneficente direcionada a mulheres em tratamento oncológico reforça a importância de iniciativas que considerem as múltiplas dimensões da saúde, indo além do aspecto biológico. Para Silva e colaboradores (2020), pacientes oncológicos enfrentam não só os impactos da doença, mas também barreiras sociais e econômicas, que dificultam o acesso a uma nutrição adequada, essencial para o sucesso do tratamento. Assim, a arrecadação de alimentos durante o evento representa uma ação concreta de apoio às necessidades dessas mulheres, conforme preconiza o Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2023).

Além disso, a presença ativa das pacientes durante o evento contribuiu para a humanização da ação, aproximando o público das realidades vividas por essas mulheres e rompendo estigmas associados à doença. Como destaca Freire (2005), a educação transformadora é aquela que reconhece o outro como sujeito de direitos e saberes, o que foi observado na valorização das histórias de superação compartilhadas no evento.

Portanto, a experiência vivenciada no SUPERAÇÃORUN corrobora a literatura especializada ao evidenciar que projetos de extensão podem ser potentes ferramentas de transformação social. A interdisciplinaridade, o engajamento comunitário e o foco em populações vulneráveis são elementos-chave para o sucesso dessas iniciativas, conforme defendido por SANTANA, SANTANA, COSTA NETO e OLIVEIRA (2021) ao analisarem o papel das universidades no enfrentamento de desigualdades sociais por meio da extensão.

CONCLUSÃO

O projeto SUPERAÇÃORUN revelou-se muito mais do que uma simples atividade acadêmica ou um evento esportivo — foi uma verdadeira expressão de empatia, solidariedade e compromisso social. A união entre universidade, comunidade e pacientes oncológicas evidenciou o poder transformador da extensão universitária quando esta é guiada por propósitos humanos e sensíveis às realidades locais.



A mobilização em torno de uma causa tão nobre proporcionou vivências significativas tanto para os organizadores/alunos quanto para os participantes, promovendo saúde física, conexão emocional e fortalecimento dos laços sociais. A presença e o protagonismo das pacientes oncológicas deram um sentido ainda mais profundo à ação, humanizando a experiência e promovendo reflexões sobre a importância do cuidado, da escuta e da inclusão.

Ademais, com os alimentos arrecadados foram feitas cestas básicas destinadas às pacientes oncológicas assistidas pelo Centro de Especialização do Hospital Marques Bastos, cumprindo o principal objetivo do projeto: promover apoio social e visibilidade à causa do câncer feminino.

Encerrar esse projeto não é o fim, mas sim o início de uma caminhada que reforça a importância de iniciativas que unem conhecimento acadêmico e responsabilidade social. Que ações como esta sirvam de inspiração e incentivo à construção de uma sociedade mais justa, empática e solidária — onde a superação seja coletiva e o cuidado com o outro, uma prática constante.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 40. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **Câncer e alimentação saudável**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.inca.gov.br>. Acesso em: 22 maio 2025.

SANTANA, Regis Rodrigues; SANTANA, Cristina Célia de Almeida Pereira; COSTA NETO, Sebastião Benício da; OLIVEIRA, Ênio Chaves de. **Extensão universitária como prática educativa na promoção da saúde**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 46, n. 2, e98702, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623698702>. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção do câncer por meio da alimentação saudável e da prática de atividade física é possível?** Brasília. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/prevencao-ao-cancer/prevencao-do-cancer-por-meio-da-alimentacao-saudavel-e-da-pratica-de-atividade-fisica-e-possivel>. Acesso em: 24 maio 2025.

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UMA INTERVENÇÃO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Milena Oliveira Moura Fé Santana¹; Ellys Marina Carvalho Bezerra Costa¹; Lyana Alcântara de Aguiar¹; Conrado da Costa Fenelon¹; Yasmin Laysla Queiroz Magalhães¹; Carlos Danilo Silva Araujo¹; Germmany de Sousa Carvalho²; Ayane Araújo Rodrigues²

¹ Discente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí – IESVAP, Parnaíba - Piauí

² Docente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí – IESVAP, Parnaíba – Piauí

RESUMO

A violência sexual contra crianças configura uma grave violação dos direitos humanos e um desafio persistente para os profissionais da Atenção Básica. Este relato descreve uma intervenção



realizada em uma Unidade Básica de Saúde, em Parnaíba-PI, com o objetivo de capacitar agentes comunitários de saúde, enfermeiros e assistentes sociais para a detecção precoce de sinais de violência sexual infantil, com ênfase nas formas não físicas, como o aliciamento. A ação baseou-se na Metodologia da Problemática, articulando escuta qualificada, rodas de conversa e uso de materiais educativos. Observou-se que a maioria dos profissionais demonstrava insegurança quanto à identificação de sinais comportamentais e desconhecimento dos fluxos de notificação. A intervenção contribuiu para ampliar o entendimento da equipe sobre os aspectos psicológicos do abuso e fortaleceu a sensibilidade ética no acolhimento das vítimas. O relato evidencia a urgência de investimentos contínuos em educação permanente, a fim de garantir uma atuação mais segura e humanizada diante de situações de violência sexual infantil, especialmente nos contextos em que os sinais são sutis e silenciosos.

Palavras-chave: Abuso Sexual na Infância. Assistência à Criança. Educação Sexual. Violência sexual.

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças é uma das mais graves violações dos direitos humanos na infância, configurando um problema de saúde pública de alta complexidade. Suas manifestações ultrapassam o abuso físico, abrangendo também formas não contactuais, como o aliciamento, a exposição a conteúdos sexuais e a coerção emocional (Lima et al., 2021). Trata-se de uma prática que, em geral, envolve a dominação por parte de adultos ou adolescentes mais velhos sobre o corpo e a subjetividade da criança, comprometendo severamente seu desenvolvimento integral. Grande parte dos casos ocorre em contextos de convivência familiar ou de confiança, dificultando a identificação precoce e favorecendo a subnotificação — especialmente quando a criança ainda não é capaz de verbalizar a violência sofrida (Cruz et al., 2023).

Segundo Malta (2025), essa forma de violência está atrelada a desigualdades sociais, econômicas e culturais, revelando interseccionalidades como gênero, raça e classe social. Dados recentes do UNICEF e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam que 80% das vítimas são meninas, com 34% dos casos ocorrendo entre 0 e 9 anos. Em 86% das ocorrências, o agressor é alguém conhecido da vítima e, frequentemente, o crime acontece dentro do ambiente doméstico.

Além da agressão imediata, os efeitos da violência sexual infantil são profundos e duradouros. Conforme Hailes et al. (2019), não há um padrão único de sintomas, mas são frequentes quadros como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), isolamento, baixa autoestima e comportamentos autodestrutivos, o que exige atenção e cuidado contínuo por parte da rede de proteção.

Apesar de sua relevância, muitos profissionais da saúde, educação e assistência social ainda enfrentam dificuldades em identificar sinais de abuso ou desconhecem os procedimentos legais de notificação previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Martins; Jorge, 2020).

Diante desse contexto, este projeto de intervenção tem como objetivo capacitar os profissionais da Unidade Básica de Saúde (UBS) Módulo 11, em Parnaíba-PI — incluindo agentes comunitários de saúde, enfermeiros e assistentes sociais — para a detecção precoce de sinais de violência sexual infantil, com ênfase nas formas não físicas, além de promover um acolhimento ético, humanizado e alinhado às diretrizes do SUS.

METODOLOGIA

Este projeto de intervenção foi realizado na UBS Módulo 11, em Parnaíba-PI, por acadêmicos do 4º período de Medicina do IESVAP, com a participação de agentes comunitários de saúde (ACS), de enfermeiros e de assistentes sociais, a fim de capacitá-los para a identificação precoce de sinais de violência sexual infantil, incluindo formas não físicas.



A metodologia adotada nesse relato de experiência teve abordagem qualitativa, de caráter interventivo e educativo, fundamentada na Metodologia da Problemática com o Arco de Maguerez, conforme descrito por Guerra et al. (2025). Essa abordagem, composta por cinco etapas, parte da observação da realidade para construção coletiva de soluções, estimulando a reflexão crítica e considerando a vivência prévia dos participantes.

A intervenção se deu em três momentos principais. Primeiramente, houve um levantamento diagnóstico, por meio de reuniões com a equipe da UBS e escuta ativa sobre os conhecimentos prévios e experiências relacionadas à violência sexual infantil. Logo após, foi realizado a sensibilização e a discussão dos tipos de violência sexual, com ênfase nas consequências psicológicas para a vítima, seguida por roda de conversa sobre os sinais clínicos e comportamentais do abuso e os desafios enfrentados na detecção precoce. Em outro momento, houve um momento com apresentação e entrega de cartilhas com orientação de acolhimento e notificação, conforme diretrizes do Ministério da Saúde (Brasil, 2024).

A ação foi orientada pelos princípios da Educação Popular em Saúde por Mello e Oliveira (2021), priorizando o diálogo, a escuta qualificada e a construção coletiva do conhecimento.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A intervenção foi realizada na UBS Módulo 11, em Parnaíba-PI, pelos estudantes de medicina da IESVAP, com o objetivo de capacitar profissionais da atenção básica para a identificação precoce da violência sexual infantil. O primeiro momento da atividade consistiu em um levantamento diagnóstico, conduzido por meio de reunião com a equipe da UBS. Durante esse encontro inicial, utilizou-se a escuta ativa para compreender o nível de conhecimento prévio dos profissionais presentes — assistentes sociais, enfermeiros e ACS — acerca da temática, especialmente sobre as formas não físicas de abuso, como o aliciamento, e os desafios enfrentados para a identificação precoce desses casos.

Na etapa seguinte, promoveu-se um momento informativo e de sensibilização, no qual foram abordados os tipos de violência sexual infantil e suas consequências psicológicas. Esse momento teve como finalidade ampliar o entendimento dos participantes sobre os sinais clínicos e comportamentais apresentados pelas vítimas. Em seguida, foi realizada uma roda de conversa (Figura 1), oportunizando o compartilhamento de vivências, dúvidas e dificuldades encontradas pelos profissionais no processo de identificação e encaminhamento de casos suspeitos. Durante a roda, surgiram relatos de insegurança em relação à leitura de sinais não verbais e ao fluxo de notificação.

Figura 19 - Roda de conversa



FONTE: Arquivo Pessoal (2025)

Como forma de reforçar e sensibilizar os participantes, foram distribuídas cartilhas informativas (Figura 2), elaboradas em linguagem simples e acessível. O conteúdo abordava os sinais de abuso sexual infantil e a importância da denúncia, promovendo reflexões significativas



e aprofundando o debate entre os presentes. As cartilhas também continham orientações claras sobre os procedimentos que devem ser adotados pelos agentes de saúde diante de suspeitas de violência sexual infantil, em conformidade com os protocolos do Ministério da Saúde (Brasil, 2016).

Figura 2 - Cartilha informativa



FONTE: Brasil, 2024.

A ação foi encerrada com a avaliação da efetividade da intervenção, por meio de relatos espontâneos dos participantes, que demonstraram maior segurança, sensibilização e compreensão sobre o tema. Os profissionais destacaram ainda a importância da abordagem interdisciplinar e a necessidade de manter ações contínuas de educação permanente no âmbito da atenção primária.

DISCUSSÃO

A violência sexual infantil representa uma grave violação dos direitos humanos, cujas consequências se estendem ao longo da vida da vítima, afetando seu desenvolvimento emocional, social, cognitivo e físico. Além disso, trata-se de um fenômeno complexo, muitas vezes invisibilizado pela sua ocorrência em espaços de confiança e intimidade — como o ambiente doméstico — e pela dificuldade de reconhecimento das suas manifestações não físicas. Formas como o aliciamento, a coerção emocional, o uso de tecnologias para exposição sexual e a verbalização inapropriada são exemplos de violências que não deixam marcas visíveis, mas que ferem profundamente a subjetividade da criança (Lima et al., 2021; Hailés et al., 2019).

Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde, por estar próxima do território e da comunidade, assume um papel estratégico para a detecção precoce desses casos. No entanto, como evidenciado durante esta intervenção, os profissionais que atuam nessa linha de frente ainda enfrentam inúmeros obstáculos, que incluem desde a ausência de capacitação específica até o medo de agir equivocadamente, passando pelo desconhecimento do fluxo de notificação e a falta de apoio institucional diante da denúncia (Trabbold et al., 2021). Em muitos contextos, prevalece o medo de interpretar equivocadamente os sinais apresentados pela criança, além da insegurança em relação aos fluxos legais de notificação e aos possíveis desdobramentos da denúncia. Essa realidade contribui diretamente para a subnotificação e perpetuação da violência, especialmente quando os sinais não são claros ou verbais.

O despreparo técnico e emocional dos profissionais de saúde e assistência social pode ser atribuído, em parte, à ausência de uma formação mais robusta sobre o tema nas graduações da



área da saúde. Em geral, o conteúdo relacionado à violência sexual infantil é abordado de forma superficial e pontual, o que compromete a atuação dos futuros profissionais diante de um problema tão sensível e recorrente. Conforme apontado por Cruz et al. (2023), há uma carência de iniciativas que ensinem a reconhecer mudanças comportamentais sutis, como regressão no desenvolvimento, isolamento, verbalizações ambíguas, agressividade repentina ou alterações no sono e na alimentação, que muitas vezes são os únicos indicativos do sofrimento da criança.

É importante destacar ainda que fatores culturais e estruturais também interferem na identificação e notificação. O silêncio institucional e familiar em torno da violência sexual infantil é, muitas vezes, reforçado por normas patriarcais, relações de poder desiguais e o estigma social em torno da denúncia. Quando o agressor pertence ao núcleo familiar ou comunitário, o medo de retaliação, a culpabilização da vítima e a naturalização da violência podem fazer com que o caso seja ignorado ou relativizado (Silva et al., 2020).

A intervenção aqui relatada demonstrou que espaços de escuta, diálogo e construção coletiva do conhecimento — como rodas de conversa e oficinas educativas — são estratégias eficazes para despertar sensibilização, desenvolver habilidades práticas e encorajar a atuação profissional diante de situações suspeitas. O uso de materiais ilustrativos e cartilhas adaptadas à realidade dos participantes também se mostrou eficaz para consolidar o aprendizado e promover maior segurança nos processos de acolhimento e notificação (Seabra, 2023).

Diante disso, reforça-se a necessidade de investir em educação permanente e continuada, que inclua não apenas os aspectos técnicos e legais, mas também o desenvolvimento de competências emocionais e comunicacionais. Somente por meio de uma formação integral será possível transformar o medo e a insegurança em ação ética, comprometida e efetiva, promovendo uma cultura de proteção à infância baseada na escuta, no respeito e na responsabilização coletiva (Silva et al., 2020).

CONCLUSÃO

A realização desta intervenção reforçou a percepção de que a violência sexual infantil, especialmente em suas formas não físicas, ainda é um tema pouco discutido e insuficientemente enfrentado nos espaços da Atenção Básica. A escuta qualificada dos profissionais e os momentos de troca durante a atividade revelaram um cenário marcado por insegurança, desconhecimento e, ao mesmo tempo, desejo genuíno de atuar de forma mais assertiva diante dessas situações.

Enquanto autores desta iniciativa, compreende-se que a prevenção e o enfrentamento da violência sexual infantil não dependem apenas da existência de protocolos e legislações, mas exigem profissionais sensibilizados, capacitados e respaldados por uma rede de apoio intersetorial. O contato direto com a realidade dos serviços de saúde evidenciou a urgência de investir em formação continuada que não apenas informe, mas também encoraje a ação ética, humanizada e fundamentada na proteção integral da criança.

Além disso, observamos que, mesmo diante de temáticas delicadas como o abuso sexual infantil, a abordagem dialógica e participativa favorece o engajamento e a reflexão crítica, potencializando mudanças significativas nas práticas cotidianas. A escuta ativa, a valorização do saber prévio e o espaço para compartilhar experiências mostraram-se elementos fundamentais para uma intervenção realmente transformadora.

A experiência vivenciada instiga a promoção de educação em saúde que rompam o silêncio e fortaleçam o papel dos profissionais como agentes ativos na defesa dos direitos da infância. Perspectivas futuras incluem ampliar a abrangência dessa proposta, incorporando outros atores da rede de proteção — como professores, conselheiros tutelares e lideranças comunitárias —, a fim de construir um cuidado mais articulado, sensível e efetivo diante de uma violência que, infelizmente, ainda permanece em grande parte oculta.

Enfrentar a violência sexual infantil exige coragem, preparo técnico e compromisso social. A formação de profissionais atentos, empáticos e capacitados é um passo essencial para transformar o sofrimento silencioso de tantas crianças em acolhimento, proteção e esperança.



BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico: notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021**. v. 54, n. 8, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08/view>. Acesso em: 23 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações aos profissionais da saúde em situações de emergências em saúde pública - Violência sexual (para impressão)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/emergencia-em-saude-publica/orientacoes-aos-profissionais-da-saude-em-situacoes-de-emergencias-em-saude-publica-violencia-sexual-para-impressao/view>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas**. Coordenação-Geral de Saúde do Adolescente e do Jovem. Famílias e adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 32 p. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/familia_adolescentes.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

CRUZ, Nathan Lazzaris; COSTA, Vitória Aparecida Martins; LOPES, Pedro Gabriel Pito; GUARIGLIA, Débora Alves. Prevenção da violência sexual na adolescência: uma revisão de escopo. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S.l.], v. 34, p. 1119, 2023. DOI: 10.35919/rbsh.v34.1119. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/1119. Acesso em: 23 maio 2025.

GUERRA, Heloísa Silva et al. Saúde sob medida: o papel das visitas domiciliares na educação médica. **Aracê**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 6020–6030, 2025. DOI: 10.56238/arev7n2-088. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3238>. Acesso em: 22 maio 2025.

HAILES, H. P. et al. Long-term outcomes of childhood sexual abuse: an umbrella review. **The Lancet Psychiatry**, London, v. 6, n. 10, p. 830–839, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31519507/>. Acesso em: 23 maio 2025

LIMA, Anny Beatriz Cavalcanti et al. **A importância da educação sexual escolar para o enfrentamento do abuso sexual infantil durante a pandemia**. In: VII CONEDU - Conedu em Casa... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79942>. Acesso em: 23 maio 2025.

MALTA, D. C. et al. Fatores associados à notificação de violência na infância no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, 2025. p. e00572024, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2025.v30n2/e00572024/#>. Acesso em: 22 maio 2025.

MARTINS, C. B. DE G.; JORGE, M. H. P. DE M. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 246–255, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072010000200005>. Acesso em: 23 maio 2025.

SEABRA, A. D. et al.. Metodologias ativas como instrumento de formação acadêmica e científica no ensino em ciências do movimento. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e255299, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349255299>. Acesso em: 24 maio 2025

SILVA, P. L. N. da et al. Atuação da equipe multiprofissional de saúde frente aos casos de abuso sexual em crianças e adolescentes. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p.



e5649119830, 2020. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/346427346_Atuacao_da_equipe_multiprofissional_de_saude_frente aos_casos_de_abuso_sexual. Acesso: 23 maio de 2025

SOUZA, Márcio Costa de et al. Combate à violência sexual em crianças e adolescentes: qual o papel da enfermagem? **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S.l.], v. 10, n. 4, p. 935–946, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i4.13499. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13499>. Acesso em: 24 maio. 2025.

326

TRABBOLD, V. L. M. et al. Notificação e capacitação como desafios para a estratégia saúde da família no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes [Notification and training as challenges for the family health strategy in tackling sexual violence against children and adolescents]. **Brazilian Journal of Development**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 3993–4015, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n1-270. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/22988>. Acesso em: 24 maio 2025.

SAÚDE OCULAR NAS ESCOLAS EM PARNAÍBA-PI: TRIAGEM E PREVENÇÃO

Ana Virgínia Lopes Cunha¹; Ana Vitória de Holanda Mendes Soares¹; Bruno Deley Leal Brito¹; Camila Marques Almendra¹; Emanuelle Oliveira Bandeira¹; Gabriela Maria Sousa de Carvalho¹; Gregório Monteiro Oliveira Júnior¹; Hiago Luiz Sousa Pereira¹; João Victor Maciel Ferreira Gomes¹; Josias da Silva Rodrigues¹; Letícia Islândia Bezerra Silva¹; Marina Cândida de Lima Bento¹; Martonio Cardoso Alencar Oliveira¹; Pedro Brasil Gonçalves Pereira¹; Vitoria Marcela de Medeiros Carvalho¹; Yslanna Paulla Ibiapina Leite¹; Ayane Araujo Rodrigues²

¹ Discente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí – IESVAP, Parnaíba - Piauí

² Docente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí – IESVAP, Parnaíba - Piauí

RESUMO

O projeto de extensão “Saúde Ocular nas Escolas: Triagem e Prevenção” foi desenvolvido na Escola Municipal Professor João Orlando, em Parnaíba-PI, com o objetivo de identificar precocemente distúrbios visuais em crianças de 10 a 12 anos. Considerando que a visão é essencial para o desenvolvimento escolar e social, e que uma parcela significativa das crianças brasileiras sofre com problemas oftalmológicos não diagnosticados, o projeto atuou de forma preventiva e educativa. A metodologia incluiu capacitação da equipe executora, triagens visuais com aplicação da Tabela de Snellen e questionários estruturados, além de atividades lúdicas sobre saúde ocular. Os alunos com acuidade visual inferior a 0,7 foram encaminhados para avaliação especializada em unidade de saúde parceira. Os resultados evidenciaram uma prevalência significativa de alterações visuais, reafirmando a importância de ações como esta para a promoção da saúde e a redução de desigualdades. A experiência demonstrou o potencial da extensão universitária na articulação entre saúde e educação, e aponta para a necessidade de continuidade e ampliação de projetos semelhantes, integrados às políticas públicas e ao Programa Saúde na Escola (PSE), promovendo cuidado contínuo e inclusivo em contextos escolares.

Palavras-chave: Saúde ocular/epidemiologia. Rastreamento. Acuidade visual. Saúde da criança. Serviços de saúde escolar.



INTRODUÇÃO

A visão exerce um papel essencial no desenvolvimento humano, sendo fundamental para a percepção do ambiente, a construção do conhecimento e a interação social desde os primeiros anos de vida. Na infância, especialmente em idade escolar, a acuidade visual é determinante para o bom desempenho acadêmico e para o desenvolvimento socioemocional (Negrine et al., 2024). Distúrbios visuais não diagnosticados precocemente podem comprometer a aprendizagem, dificultando a leitura, a escrita e a participação em atividades escolares, o que impacta diretamente a autoestima e o rendimento escolar das crianças (Costa et al., 2021).

Em escala global, estima-se que cerca de 25% das crianças em idade escolar apresentam algum tipo de distúrbio visual (Souza et al., 2019). No Brasil, aproximadamente 20% das crianças entre 6 e 12 anos enfrentam dificuldades visuais não corrigidas (BRASIL, 2016). Esses números refletem um cenário preocupante também em nível local. No estado do Piauí, dados da Secretaria de Saúde (SESAPI, 2025) revelam que 251 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos aguardam atendimento oftalmológico no Hospital Getúlio Vargas, em Teresina, sendo que 56 já possuem diagnóstico confirmado de doenças oculares. Em Parnaíba, essa realidade se repete, agravada pela escassez de serviços especializados e pela dificuldade de acesso da população infantojuvenil à atenção oftalmológica básica.

Vale destacar que o Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza consultas oftalmológicas e a oferta gratuita de óculos de grau, medida essencial para garantir o direito à saúde e à educação de qualidade. No entanto, a baixa cobertura dessas ações e as longas filas de espera dificultam o acesso das crianças a esses benefícios, especialmente em regiões mais vulneráveis.

Diante desse contexto, o Programa Saúde na Escola (PSE) — uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação — destaca a importância da articulação entre saúde e educação para o desenvolvimento integral dos estudantes. Ações como a triagem oftalmológica escolar estão entre as estratégias prioritárias do programa, justamente por possibilitarem a identificação precoce de agravos e a promoção de uma educação mais equitativa (Santos et al., 2025).

Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de um projeto de extensão voltado à triagem oftalmológica e à prevenção de distúrbios visuais na Escola Municipal Professor João Orlando, em Parnaíba, por meio de atividades educativas e encaminhamentos para a Unidade Básica de Saúde, com foco na identificação precoce de distúrbios visuais e na promoção da saúde ocular no ambiente escolar.

METODOLOGIA

O projeto de extensão “Saúde Ocular nas Escolas: Triagem e Prevenção” foi desenvolvido na Escola Municipal Professor João Orlando, em Parnaíba – PI, com o objetivo de identificar precocemente alterações visuais nas crianças em idade escolar. Trata-se de um estudo de caráter descritivo, com abordagem quantitativa, realizado em maio de 2025. A população-alvo incluiu estudantes do ensino fundamental, com idade entre 10 e 12 anos, previamente autorizados pelos responsáveis por meio de termo de consentimento livre e esclarecido.

As triagens visuais foram conduzidas por estudantes de medicina do 4º período do IESVAP, previamente capacitados por uma enfermeira e uma médica oftalmologista para a realização dos testes e a identificação de doenças oculares. Os procedimentos utilizados incluíram a aplicação de questionário estruturado sobre queixas visuais, histórico familiar e comportamentos relacionados à visão, além da avaliação da acuidade visual utilizando a Tabela de Snellen, conforme preconizado pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia (2019). Os dados coletados foram tabulados em planilha para análise descritiva e as crianças com resultado inferior a 0,7 (20/30) foram encaminhadas para avaliação especializada em unidade de saúde parceira.

Paralelamente, foram realizadas atividades educativas em sala de aula pelos estudantes de medicina, com linguagem acessível e vídeos lúdicos, abordando temas como higiene ocular,



hábitos saudáveis e importância do acompanhamento oftalmológico regular, com o intuito de garantir a participação ativa das crianças no projeto.

A metodologia adotada baseia-se em práticas recomendadas para programas de triagem escolar, conforme Fernandes (2016), buscando garantir reprodutibilidade, efetividade e impacto positivo no contexto da saúde pública local.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ao início do projeto "Saúde Ocular nas Escolas de Parnaíba-PI: Triagem e Prevenção", realizamos a visita à Escola Municipal Professor João Orlando para conhecer as instalações e apresentar o projeto à coordenação escolar. Nas duas semanas seguintes, foram realizadas capacitações pela enfermeira e pela oftalmologista - parceiras do projeto - com a equipe envolvida. Essa fase foi fundamental para a ampliação dos conhecimentos teóricos sobre saúde ocular e para o desenvolvimento das competências práticas necessárias à realização das triagens oftalmológicas.

Durante a primeira capacitação, foi abordado técnicas de aplicação da tabela de Snellen e coleta de informações sociodemográficas (Figura 1). Na segunda, foi obtido informações acerca das principais doenças oculares na infância e suas formas de diagnóstico e de prevenção.

Figura 20 - Primeira capacitação com a enfermeira



Fonte: Elaboração própria (2025)

Após a preparação, o dia 06 de maio de 2025 marcou a realização da disseminação de informações acerca da saúde dos olhos, por meio de uma abordagem dinâmica – uso de linguagem simples e vídeos lúdicos –, com a participação ativa dos alunos do ensino fundamental (Figura 2). Na semana seguinte foi iniciado a triagem ocular de 16 alunos do 4º ano do Ensino Fundamental II, onde efetuamos exames de acuidade visual utilizando os procedimentos padronizados do Ministério da Saúde (Figura 3). Os resultados revelaram uma prevalência de alterações visuais em aproximadamente 44% das crianças avaliadas, destacando a importância da ação preventiva.

Figura 21 - Slide de apresentação para as crianças



Fonte: Elaboração própria (2025)



Figura 22- Realização do teste da Tabela de Snellen

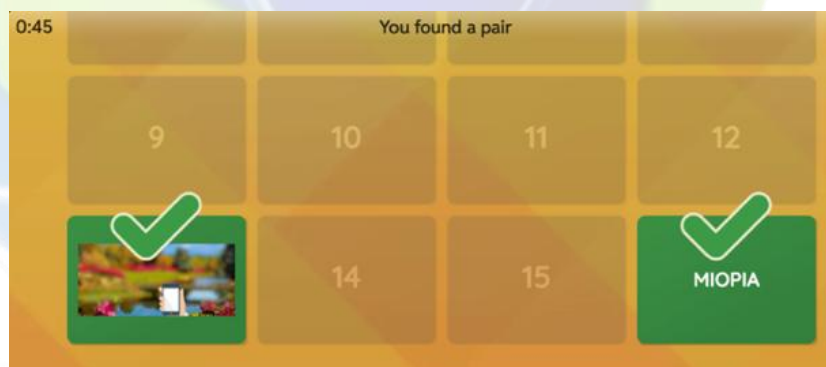


Fonte: Elaboração própria (2025)

No dia 13 de maio de 2025, teve continuidade a realização dos exames oftalmológicos, com a avaliação de 24 crianças do 5º ano do Ensino Fundamental. O resultado revelou uma prevalência de alterações visuais em aproximadamente 30% das crianças avaliadas, destacando a importância da ação preventiva.

Um dado alarmante foi que mais da metade das crianças avaliadas nunca havia passado por uma consulta oftalmológica. Somam-se a isso dois casos de miopia avançada, cujos responsáveis desconheciam a oferta gratuita de óculos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o que dificultou o acesso ao uso do recurso óptico necessário. Durante a ação, também foram promovidas atividades educativas sobre a prevenção dos principais problemas visuais na infância, incluindo um jogo da memória como estratégia lúdica para reforçar os conteúdos abordados. (Figura 4).

Figura 23 - Jogo da memória das doenças oculares



Fonte: Elaboração própria (2025)

Então, foram feitos os encaminhamentos dos estudantes com problemas detectados para atendimento na Unidade Básica de Saúde Iracema Feitosa, fortalecendo a integração com os serviços de saúde do município. Também foi avaliado a satisfação dos participantes, dos familiares e dos educadores sobre os resultados obtidos, que evidenciaram não apenas a redução da vulnerabilidade visual entre os alunos, mas também o fortalecimento do vínculo da escola com ações de promoção à saúde.

DISCUSSÃO

A realização do projeto de triagem e prevenção em saúde ocular nas escolas municipais de Parnaíba-PI evidenciou a significativa prevalência de alterações visuais em crianças de 10 a 12 anos, corroborando dados nacionais e internacionais que apontam que aproximadamente 20%



a 25% das crianças nesta faixa etária apresentam algum distúrbio visual não corrigido (Costa et al., 2021; Pereira et al., 2019). Esses resultados reforçam a necessidade de ações de triagem precoce, pois a detecção oportuna é fundamental para reduzir impactos cognitivamente e socialmente relevantes, como dificuldades de aprendizado, baixa autoestima e problemas de interação social, que já são documentados na literatura (Farsani; Rodrigues, 2021).

A associação entre a vulnerabilidade social e a escassez de serviços especializados acessíveis evidencia que intervenções comunitárias, como as realizadas neste projeto, podem atuar como estratégias eficientes de aproximação da atenção em saúde ocular às populações mais fragilizadas. Estudos apontam que ações educativas e de rastreio realizadas em escolas não apenas identificam problemas visuais precocemente, mas também aumentam o conhecimento dos estudantes e familiares sobre a importância do cuidado contínuo, contribuindo para a redução das desigualdades em saúde (Becker et al., 2019).

Além disso, a integração com atividades educativas, como jogos e vídeos, mostrou-se eficaz na sensibilização dos alunos e na promoção de comportamentos preventivos. Essa estratégia está alinhada às recomendações da Organização Mundial da Saúde (2016), que reforçam o papel das ações educativas na mudança de comportamento e na promoção da saúde ocular em populações escolares. A realização de encaminhamentos aos serviços especializados confirmou que ações de triagem, quando bem articuladas com a rede de atenção básica, podem representar uma estratégia viável para ampliar o acesso a tratamentos, especialmente em regiões com limitações de recursos.

Por fim, cabe destacar que os resultados obtidos reforçam o papel de projetos extensionistas na promoção de ações de saúde em contextos escolares, alinhando-se aos princípios do SUS e às metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades). Assim, observamos que atividades de rastreio e educação em saúde ocular têm potencial para gerar impacto positivo na saúde coletiva, especialmente quando integradas às políticas públicas locais, facilitando a adoção de práticas sustentáveis e inclusivas (Fernandes; Köptcke, 2021).

CONCLUSÃO

A experiência de desenvolver e implementar o projeto de triagem e prevenção em saúde ocular nas escolas municipais de Parnaíba-PI reforça a compreensão acerca da importância de ações integradas e articuladas para promover a saúde em contextos escolares. Percebe-se que esse tipo de iniciativa não apenas possibilita a identificação precoce de problemas visuais, mas também fomenta uma cultura de cuidado e de valorização da saúde ocular entre estudantes, professores e familiares. Essa reflexão reforça a convicção de que a atenção à saúde em ambientes escolares é uma estratégia essencial para reduzir desigualdades e promover inclusão social, sobretudo em regiões vulneráveis.

A partir dos resultados obtidos, torna-se evidente a necessidade de continuidade e ampliação dessas iniciativas, tanto em termos de abrangência geográfica quanto de frequência das ações. A implementação de um fluxo permanente de triagens oftalmológicas nas escolas, em parceria com a atenção básica e os serviços especializados, é uma perspectiva concreta e necessária para garantir que o cuidado com a saúde ocular infantil deixe de ser eventual e passe a integrar as políticas públicas locais. Acredita-se, então, que a expansão dessas ações, aliada à avaliação permanente de seus resultados, poderá contribuir para a construção de um ambiente escolar mais saudável, consciente e inclusivo, alinhado aos princípios de promoção à saúde e de direitos universais à atenção oportuna e de qualidade.

Além disso, a formação de multiplicadores, como professores e agentes comunitários, é uma possibilidade promissora para a sustentabilidade do projeto, permitindo que a detecção precoce de alterações visuais seja incorporada à rotina escolar. O sucesso da experiência reafirma o potencial da extensão universitária como ferramenta transformadora, tanto para a comunidade quanto para a formação cidadã dos estudantes envolvidos. Assim, a continuidade do projeto representa não apenas um avanço na saúde escolar, mas também um passo importante na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Saúde Ocular**. Cadernos Temáticos do PSE- Ministério da Saúde/ Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Saúde/ Ministério, 2016. Disponível em:
http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/caderno_saude_ocular.pdf.

COSTA, D. R. DA . et al.. Projeto Visão para o Futuro: Impacto de triagem na prevenção e tratamento de deficiências visuais em crianças em escolas públicas na cidade de São Paulo, Brasil. **Clínicas**, v. 76, p. e3062, 2021

FARSANI, D.; RODRIGUES, J. Proxêmica e comunicação não verbal na interação em sala de aula. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, p. e229866, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392021229866>. Acesso em: 16. Mar. 2025.

FERNANDES, L. A.; KÖPTCKE, L. S.. Análise da ação de saúde ocular do Programa Saúde na Escola no Brasil de 2014 a 2019: um estudo transversal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, n. 2, p. e2020339, 2021. Disponível em:
http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742021000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 maio 2025.

NEGRINE, I. U. et al.. Deficiência visual em crianças de Ensino Fundamental: extensão universitária e saúde pública. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 83, p. e0064, 2024.

PEREIRA, C. F. A.; COSTA, R.; CIAMPO, L. A. D.; FERRAZ, I. Triagem de acuidade visual reduzida em uma unidade de Atenção Primária à Saúde. **Revista Brasileira de Oftalmologia**. São Paulo, v. 78, n. 4, p. 250-54, set. 2019. DOI: 10.5935/0034-7280.20190138. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbof/a/3bHfHgJF7XdXRbYfZSCLDdC/?format=pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.

Portal da Saúde - Secretaria de Estado da Saúde do Piauí. Disponível em:<<https://site.saude.pi.gov.br/boletins>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SANTOS, E. R. et al.. Análise da distribuição espacial do Programa Saúde na Escola sob a perspectiva do princípio de equidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, p. e05792023, 2025.

SILVA, C. M. F. DA . et al.. Desempenho escolar: interferência da acuidade visual. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 72, n. 3, p. 168–171, maio 2013.

SOUZA, A. G. G. de et al. Avaliação e triagem da acuidade visual em escolares da primeira infância. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 78, p. 112-116, 2019. Disponível em:
[#">https://www.scielo.br/j/rbof/a/WLjBMPbpQqnKVKKMX4d78Dy/?format=html&lang=pt #](https://www.scielo.br/j/rbof/a/WLjBMPbpQqnKVKKMX4d78Dy/?format=html&lang=pt). Acesso em: 18. Mar. 2025.



Silveira, 6. Lourrane de Alencar Silva; 7. Luiz Augusto Albuquerque de Sousa Carvalho; 8. Miriana Gerlach Machado. 9. Tatiana Mendes Caldas Castelo Branco

¹⁻⁸Discente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI

⁹Docente do Curso de Direito da FAHESP/IESVAP, Parnaíba-PI.

332

RESUMO

Projeto que promoveu capacitação em Libras a servidores do judiciário, visando inclusão da comunidade surda e garantia de acessibilidade nos atendimentos em órgãos públicos.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Libras. Judiciário. Comunidade Surda.

INTRODUÇÃO:

A acessibilidade comunicacional é um direito fundamental que garante a plena cidadania de pessoas surdas, permitindo seu acesso igualitário aos serviços públicos. No contexto do sistema judiciário, essa questão se torna ainda mais sensível, pois envolve diretamente o exercício de direitos, deveres e garantias constitucionais. O projeto Libras da Justiça surgiu com o propósito de contribuir para a inclusão da comunidade surda no ambiente jurídico, promovendo a capacitação de servidores do judiciário na Língua Brasileira de Sinais (Libras). A iniciativa teve como objetivo principal sensibilizar e preparar os profissionais para uma comunicação mais eficiente e respeitosa com cidadãos surdos, assegurando que esses tenham pleno entendimento e participação nos processos legais. Como parte das ações do projeto, foram realizadas visitas técnicas a órgãos públicos, como o Tribunal de Justiça, e aplicado um curso intensivo de capacitação com duração de três dias, totalizando seis horas de formação. A proposta vai além do ensino básico da língua de sinais, buscando fomentar uma cultura institucional mais inclusiva e comprometida com a acessibilidade e a equidade no atendimento ao público.

OBJETIVO:

O projeto *Libras da Justiça* teve como objetivo principal promover a inclusão da comunidade surda no sistema judiciário por meio da capacitação de servidores públicos na Língua Brasileira de Sinais (Libras). A proposta buscou contribuir para a melhoria do atendimento prestado por esses profissionais, garantindo que pessoas surdas tenham acesso igualitário à informação, à comunicação e, consequentemente, aos seus direitos. A iniciativa visou não apenas transmitir conhecimentos técnicos básicos da Libras, mas também sensibilizar os participantes quanto à importância da acessibilidade comunicacional como ferramenta essencial para a cidadania.



Através de uma formação com duração total de seis horas, distribuídas em três dias consecutivos, os servidores tiveram contato direto com a estrutura linguística e o vocabulário básico da Libras, com ênfase em termos recorrentes no ambiente jurídico. Além disso, a presença de membros da comunidade surda de Parnaíba durante a capacitação proporcionou uma imersão prática e significativa, permitindo que os participantes vivenciassem situações reais de interação e compreendessem as dificuldades enfrentadas diariamente por essa população ao buscar atendimento nos órgãos públicos.

333

O projeto também teve como objetivo estimular uma cultura institucional mais empática e inclusiva, capaz de reconhecer e valorizar a diversidade linguística como parte da construção de um serviço público mais democrático. Dessa forma, *Libras da Justiça* alinhou-se às exigências legais da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005, reforçando a responsabilidade dos órgãos públicos em promover condições adequadas de comunicação para todos os cidadãos, inclusive os surdos.

METODOLOGIA:

A metodologia adotada no projeto Libras da Justiça foi estruturada com foco na prática e na imersão como estratégias centrais para o aprendizado e a sensibilização dos servidores públicos. Para a realização da capacitação, foram convidadas duas professoras com domínio e experiência no ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), responsáveis por ministrar o curso aos servidores do judiciário local. As atividades aconteceram nas dependências de um órgão público, ao longo de três dias consecutivos, com carga horária de 2 horas por dia, totalizando 6 horas de formação. O conteúdo do curso incluiu noções básicas da Libras, expressões comuns no contexto jurídico, técnicas de comunicação e aspectos culturais da comunidade surda.

Um dos diferenciais da metodologia foi a participação ativa de pessoas da comunidade surda da cidade de Parnaíba, que contribuíram para uma vivência mais próxima da realidade enfrentada por esse público. Essa imersão permitiu que os servidores tivessem contato direto com surdos, praticando a comunicação em Libras e vivenciando, na prática, os desafios e barreiras comunicacionais existentes. A troca direta com a comunidade surda também possibilitou reflexões mais profundas sobre a importância do acolhimento e do atendimento inclusivo nos órgãos públicos, fortalecendo a empatia e a compreensão da necessidade de garantir acessibilidade linguística como parte essencial do serviço público.

**RELATO DE EXPERIÊNCIA:**

Participar do projeto Libras da Justiça foi uma vivência enriquecedora e transformadora para todo o grupo envolvido. Desde o planejamento inicial até a execução das atividades, nos deparamos com a urgência de promover uma comunicação mais inclusiva no âmbito do serviço público, especialmente dentro do sistema judiciário, onde o acesso pleno à informação é fundamental para a garantia de direitos. Nossa equipe teve a oportunidade de visitar órgãos públicos, como o Tribunal de Justiça, e observar de perto como a ausência de preparo para lidar com a comunidade surda ainda representa uma barreira significativa.

Durante três dias, realizamos um curso de capacitação com servidores do judiciário, ministrado por duas professoras com domínio da Língua Brasileira de Sinais. As aulas foram dinâmicas, com foco tanto na teoria quanto na prática da Libras, abordando vocabulários específicos do contexto jurídico. O ponto alto da experiência foi a participação direta de pessoas da comunidade surda de Parnaíba, que contribuíram para uma verdadeira imersão. Interagir com elas nos possibilitou entender as dificuldades enfrentadas no dia a dia ao buscar atendimento nos órgãos públicos.

Como grupo, aprendemos não apenas os sinais, mas também a importância da escuta ativa, da paciência e da empatia. A presença dos surdos durante a capacitação proporcionou uma perspectiva realista da situação e reforçou nosso compromisso com a inclusão. Concluímos que aprender Libras não é apenas adquirir uma nova linguagem, mas um ato de respeito, cidadania e responsabilidade social. Essa experiência nos motivou a continuar promovendo ações de acessibilidade e a incentivar outras instituições a fazerem o mesmo, construindo um ambiente público mais justo e acessível para todos.

DISCUSSÃO:

A promoção da acessibilidade comunicacional no serviço público, especialmente no sistema judiciário, é um tema recorrente na literatura que trata dos direitos das pessoas com deficiência, em especial da comunidade surda. Diversos estudos apontam que a barreira linguística é um dos principais fatores que dificultam o acesso dessa população aos serviços essenciais, comprometendo o exercício da cidadania plena (SASSAKI, 2006; SKLIAR, 2009). A falta de preparo dos servidores para se comunicar em Libras não é apenas uma deficiência técnica, mas uma falha estrutural no que diz respeito à garantia de direitos humanos e sociais.

Relatos similares ao projeto Libras da Justiça destacam que a presença de intérpretes e, sobretudo, o conhecimento básico de Libras pelos atendentes são práticas que promovem não apenas o acesso à informação, mas também a valorização da identidade surda (QUADROS & KARNOPP, 2004). A vivência de uma imersão direta com a comunidade surda, como foi proposta no projeto, está em consonância com as abordagens educacionais contemporâneas que defendem o aprendizado experiencial e o contato intercultural como



ferramentas eficazes para a transformação de atitudes e a quebra de preconceitos (FREIRE, 1996).

Além disso, a inserção da Libras nos espaços públicos está prevista na Lei nº 10.436/2002 e no Decreto nº 5.626/2005, os quais reforçam a obrigatoriedade de medidas que garantam o atendimento adequado às pessoas surdas. Portanto, iniciativas como esta não são apenas ações educativas ou sociais, mas também formas de cumprir o que já está legalmente previsto. A discussão, portanto, não se limita à capacitação técnica, mas abrange a construção de um ambiente institucional mais justo, inclusivo e comprometido com a equidade no atendimento público.

CONCLUSÃO:

O projeto Libras da Justiça evidenciou, de forma prática e sensível, a importância de preparar os servidores do judiciário para um atendimento verdadeiramente acessível à comunidade surda. A capacitação realizada, com apoio de profissionais especializados e a participação ativa de pessoas surdas da cidade de Parnaíba, possibilitou uma experiência de aprendizado significativa, que vai além da simples aquisição de vocabulário em Libras. Proporcionou-se um momento de conscientização sobre a realidade enfrentada por quem depende da língua de sinais para se comunicar e acessar seus direitos.

A metodologia vivencial utilizada mostrou-se eficaz ao promover uma imersão que favoreceu a empatia e o entendimento das barreiras que ainda persistem nos serviços públicos. O contato direto com a comunidade surda não apenas qualificou o processo de aprendizagem, como também expôs os desafios estruturais e atitudinais que precisam ser enfrentados para garantir o acesso pleno à justiça. Essa abordagem dialoga com o que apontam estudiosos da área da inclusão, ao afirmar que a verdadeira acessibilidade exige tanto recursos técnicos quanto mudanças culturais dentro das instituições públicas.

Dessa forma, conclui-se que projetos como o Libras da Justiça são fundamentais para o fortalecimento da cidadania, ao passo que promovem a equidade no atendimento e valorizam a diversidade linguística e cultural do povo brasileiro. A inclusão da Libras como instrumento de comunicação no ambiente jurídico não deve ser vista como um diferencial, mas como uma obrigação ética e legal. Espera-se, portanto, que essa iniciativa sirva de exemplo e estímulo para que mais instituições reconheçam seu papel na construção de uma sociedade mais justa, acessível e inclusiva para todos.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.



BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

ERREIRA-BRITO, Lucinda. *Por uma gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.



PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR: A IMPORTÂNCIA DA VISITA DOMICILIAR NA PROMOÇÃO DE SAÚDE NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Artur Teixeira Mendes Soares¹; Letícia Portela Pires¹; Marina Quaresma Alves Pereira dos Santos¹; Renara Oliveira Santiago¹; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val²; Maria Vitória Santos Araújo².

¹ Discente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí – IESVAP, Parnaíba, PI.

² Docente do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí – IESVAP, Parnaíba, PI.

RESUMO

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é uma metodologia de cuidado centrado na pessoa, desenvolvida a partir da escuta ativa e da análise interdisciplinar da condição clínica, familiar e social do paciente (BRASIL, 2022). Na Atenção Primária à Saúde (APS), a visita domiciliar é uma ferramenta essencial para sua construção, permitindo o contato direto com a realidade do usuário e favorecendo a integralidade do cuidado (ALMEIDA; SOUSA, 2019). Este trabalho relata a elaboração e execução de um PTS junto a um idoso com comorbidades múltiplas acompanhado na UBS Iracema Feitosa, em Parnaíba - PI. As visitas semanais possibilitaram a coleta de informações clínicas e psicossociais, o estabelecimento de metas conjuntas e a implementação de condutas terapêuticas (FRANCO et al., 2018). A atuação interprofissional foi decisiva, especialmente a inserção do fisioterapeuta para o manejo da dor ciática. A corresponsabilização entre equipe, paciente e família contribuiu para um acompanhamento humanizado e resolutivo (MARTINS; SOUSA, 2021). Conclui-se que a visita domiciliar fortalece o vínculo e potencializa a adesão terapêutica, sendo um eixo estruturante da APS (MENDES, 2022).

Palavras-chave: Projeto Terapêutico Singular. Visita Domiciliar. Atenção Primária à Saúde. Promoção da Saúde. Estratégia Saúde da Família.

INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo responsável pela coordenação do cuidado e pela articulação das redes de atenção à saúde (MENDES, 2022). Nesse contexto, o Projeto Terapêutico Singular (PTS) emerge como uma ferramenta metodológica essencial, sobretudo para o cuidado de usuários com condições crônicas complexas e demandas psicossociais (FRANCO et al., 2018). Seu uso permite o planejamento de ações integradas,



individualizadas e centradas na pessoa, a partir da construção

coletiva entre profissionais de saúde, paciente e rede de apoio (SILVA; MARTINS, 2019).

O PTS contribui para a organização do cuidado longitudinal, reforçando o vínculo e promovendo a corresponsabilização entre os envolvidos (FERREIRA; RIBEIRO, 2020). Sua elaboração parte da escuta qualificada, da análise conjunta das necessidades e potencialidades do usuário e da pactuação de metas terapêuticas viáveis (LIMA et al., 2021). Tal abordagem rompe com o modelo biomédico tradicional, incorporando a integralidade e a interprofissionalidade ao cuidado (SILVA et al., 2021). A crescente demanda de idosos com doenças crônicas reforça a pertinência do PTS, uma vez que suas ferramentas facilitam o acesso ao contexto ampliado do paciente e viabilizam intervenções mais humanizadas e eficazes (SOUZA et al., 2019).

Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de construção e aplicação de um Projeto Terapêutico Singular junto a um paciente idoso, no âmbito do Módulo de Integração Ensino-Serviço-Comunidade III, desenvolvido em parceria entre o Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP) e a Estratégia Saúde da Família (ESF) da UBS Iracema Feitosa.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, realizado no contexto da APS, por meio da ESF Iracema Feitosa, em parceria com o IESVAP, no município de Parnaíba - PI. A construção do PTS foi guiada pelos princípios da clínica ampliada, integralidade do cuidado e trabalho interprofissional (FRANCO et al., 2018).

O paciente foi selecionado por amostragem intencional, com base em critérios como idade avançada, complexidade clínica e vulnerabilidade social (BRASIL, 2022). Foram realizadas visitas domiciliares para coleta de dados clínicos, psicossociais e ambientais, mediante entrevista semiestruturada, observação direta e aplicação de instrumentos padronizados (NANDA INTERNATIONAL, 2021). As informações subsidiaram a construção de um plano terapêutico individualizado. A equipe de discentes, sob supervisão docente e orientação da preceptoria da unidade, definiu metas em curto, médio e longo prazo e distribuiu responsabilidades entre paciente, família e equipe



(LIMA et al., 2021). Todas as ações respeitaram os princípios

éticos e os fundamentos da humanização do cuidado no SUS (BRASIL, 2022).

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A primeira visita ocorreu após a definição territorial pela equipe da ESF. A escuta qualificada permitiu identificar queixas de dor torácica leve aos esforços, fadiga e limitações funcionais, o que motivou a elaboração de um plano terapêutico (NUNES et al., 2022). Estabeleceram-se metas de curto prazo: pausas durante atividades físicas, ingestão hídrica adequada e uso correto da medicação.



Figura 1 - Visita domiciliar do Grupo 8 de IESC à UBS de Iracema Feitosa em 28/04/2025

Para o médio prazo, foram definidas ações como a solicitação de exames laboratoriais e a intensificação do vínculo com a equipe de saúde (RIBEIRO et al., 2018). As metas de longo prazo envolveram o envelhecimento saudável, com revisão da



farmacoterapia e incentivo ao autocuidado (TEIXEIRA et al.,

2021). A atuação interprofissional foi central: o fisioterapeuta atuou na dor ciática com exercícios orientados e a equipe de enfermagem monitorou a pressão arterial (MELO et al., 2020). A família foi corresponsável pela adesão terapêutica e pelas adaptações no ambiente (BARROS; NASCIMENTO, 2021). Com o agravamento das dores articulares, o paciente foi encaminhado para fisioterapia contínua, demonstrando a capacidade responsiva do plano terapêutico (NOGUEIRA et al., 2020). A vivência permitiu aos discentes a aplicação prática de competências clínicas, comunicacionais e interdisciplinares interdisciplinares.

DISCUSSÃO

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) tem sido amplamente valorizado na Atenção Primária à Saúde (APS) por sua capacidade de integrar o cuidado centrado na pessoa com estratégias interdisciplinares e planejamento compartilhado. Pesquisas recentes indicam que a personalização do cuidado contribui para uma maior adesão terapêutica, melhor qualidade de vida e fortalecimento dos vínculos entre usuários e profissionais de saúde (SILVA et al., 2021; MENDES et al., 2022). No caso em análise, a utilização de ferramentas como o APGAR Familiar, a Escala de Coelho-Savassi, o FIRO e o PRACTICE está em consonância com as recomendações atuais da literatura, que destacam a importância de uma abordagem multidimensional no cuidado ao paciente idoso, considerando os aspectos clínicos, funcionais, emocionais e sociais envolvidos (SOUZA et al., 2019; TEIXEIRA et al., 2021). Tais instrumentos permitem a identificação de vulnerabilidades frequentemente invisíveis em abordagens focadas exclusivamente na doença. A inserção ativa da família e o reconhecimento do paciente como protagonista do seu processo de cuidado são fundamentos essenciais do modelo de atenção centrada na pessoa, o qual rompe com os limites do paradigma biomédico tradicional. Estudos recentes reforçam que a escuta qualificada, o acolhimento e a construção compartilhada de metas terapêuticas fortalecem a autonomia do idoso, sobretudo em contextos marcados por múltiplas comorbidades (NUNES et al., 2022; SILVA et al., 2020). A literatura contemporânea também aponta que o acompanhamento longitudinal e a integração entre ensino e serviço contribuem de forma significativa para a formação de profissionais mais sensíveis às singularidades dos usuários, capacitados a planejar intervenções eficazes e resolutivas (MELO et al., 2020; RIBEIRO et al., 2018).



O caso apresentado reforça a necessidade de articulação entre o cuidado clínico, o suporte familiar e o olhar ampliado sobre os determinantes sociais da saúde. Dessa maneira, o PTS configura-se como uma estratégia potente para qualificar a APS, especialmente no cuidado à pessoa idosa, cuja complexidade demanda escuta ativa, planejamento contínuo, vínculo longitudinal e abordagens interprofissionais pautadas na integralidade e na humanização do cuidado.

CONCLUSÃO

A experiência de construção e aplicação do PTS junto ao paciente A. D. de M. demonstrou que o cuidado centrado na pessoa exige mais do que técnica: requer empatia, escuta ativa e compreensão das múltiplas dimensões do processo saúde-doença (FRANCO et al., 2018). A abordagem interprofissional, o envolvimento da família e a atuação no território demonstraram ser elementos fundamentais para o êxito do plano terapêutico (BARROS; NASCIMENTO, 2021; TEIXEIRA et al., 2021). O PTS revelou-se, assim, uma ferramenta eficaz para fortalecer a APS, humanizar o cuidado e formar profissionais comprometidos com a realidade social e clínica dos usuários. Além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do paciente, o processo de construção do PTS possibilitou uma vivência formativa rica para os discentes envolvidos, ao estimular a prática da escuta qualificada, da corresponsabilização e da tomada de decisões compartilhadas. A experiência proporcionou uma ampliação do olhar sobre o cuidado, compreendendo que ele não se limita ao diagnóstico ou ao tratamento medicamentoso, mas envolve um conjunto complexo de fatores sociais, afetivos e funcionais que moldam a vivência do adoecimento e a resposta às intervenções. Ao integrar ensino, serviço e comunidade, o PTS fortaleceu a articulação entre saberes acadêmicos e as necessidades reais da população, promovendo intervenções mais resolutivas, éticas e humanizadas. Conclui-se, portanto, que o PTS é não apenas uma estratégia de cuidado individualizado, mas também uma potente ferramenta de educação em saúde e transformação das práticas assistenciais, alinhada aos princípios da integralidade, equidade e participação social que norteiam o SUS. O PTS revelou-se, assim, uma ferramenta eficaz para fortalecer a APS, humanizar o cuidado e formar profissionais comprometidos com a realidade social e clínica dos usuários.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, L. G.; SOUSA, M. F. C. A importância da visita domiciliar na atenção à saúde do idoso. *Revista Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1144–1155, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Caderno de Atenção Básica: Projeto Terapêutico Singular*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

FERREIRA, G. S.; RIBEIRO, K. M. Projeto Terapêutico Singular na Atenção Básica: relato de experiência. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 42, p. 2577, 2020.

FRANCO, T. B.; BUENO, W. S.; MERHY, E. E. Clínica, território e cuidado: o desafio da micropolítica do trabalho vivo em ato. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe1, p. 38–51, 2018.

LIMA, A. V. et al. O papel da escuta ativa na construção do PTS: desafios na atenção básica. *Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 345–352, 2021.

MARTINS, F. J.; SOUSA, A. M. Interdisciplinaridade no cuidado em saúde: desafios e possibilidades. *Revista Saúde em Foco*, v. 13, p. 22–29, 2021.

MELO, D. S. et al. Formação em saúde e práticas interprofissionais: reflexões na graduação. *Interface*, Botucatu, v. 24, e200489, 2020.

MENDES, E. V. *As redes de atenção à saúde*. 3. ed. Brasília: OPAS, 2022.

NANDA INTERNATIONAL. *Diagnósticos de enfermagem da NANDA: definições e classificações 2021-2023*. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

NOGUEIRA, L. R. et al. A utilização do ecomapa como ferramenta de análise de redes de apoio em idosos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, e190148, 2020.

NUNES, P. H. S. et al. A escuta qualificada no cuidado centrado no paciente idoso: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, e210217, 2022.

RIBEIRO, M. C. et al. Integração ensino-serviço: uma experiência de formação na atenção básica. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 599–610, 2018.

RROS, L. F.; NASCIMENTO, M. C. V. Instrumentos de avaliação familiar na prática da atenção primária: potencialidades e desafios. *Revista APS*, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 1–10, 2021.

SILVA, M. A. et al. A atenção centrada na pessoa idosa: perspectivas para a prática clínica. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, e200233, 2021.

SILVA, T. R.; MARTINS, J. S. Clínica ampliada e integralidade: práticas no cotidiano da atenção primária. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 867–876, 2019.

SOUZA, R. A. et al. Avaliação multidimensional da pessoa idosa: estratégias no âmbito da atenção primária. *Revista Kairós*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 155–175, 2019.



TEIXEIRA, M. L. et al. Cuidados paliativos na APS: abordagem ampliada e integral à pessoa idosa. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 2901–2910, 2021.

OVÁRIOS POLICÍSTICOS OU SÍNDROME DOS OVÁRIOS POLICÍSTICOS? UMA ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Iago de Melo Torres¹; Pablo Meneses de Araújo Carvalho¹; Nicole Isabella Carreiro Coelho¹; Maria Clara Sousa Torres Santos¹; Maria Eduarda Oliveira Duarte¹; Camila Maila Fontinele Beltrão²; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val²

¹ Discente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP

² Docente do Curso de Medicina da FAHESP/IESVAP

RESUMO

Introdução: A Síndrome dos Ovários Policísticos (SOP) é um distúrbio endócrino frequente em mulheres em idade reprodutiva, caracterizada por sinais como hiperandrogenismo, irregularidades menstruais e/ou presença de ovários policísticos à ultrassonografia. No entanto, muitas mulheres confundem a SOP com o simples achado de cistos ovarianos, o que pode gerar insegurança e desinformação. **Objetivo:** Relatar a experiência de acadêmicos de medicina do sexto período durante uma ação educativa realizada em uma Unidade Básica de Saúde em Luís Correia-PI, voltada ao esclarecimento das diferenças entre SOP e ovários policísticos. **Metodologia:** A atividade, de caráter qualitativo, descritivo e transversal, consistiu em um bate-papo interativo com os usuários da unidade, utilizando a dinâmica de “mitos e verdades” e espaço aberto para dúvidas. **Resultados:** Participaram cerca de 15 pessoas, entre pacientes e funcionários. Foram abordados os critérios diagnósticos da SOP, segundo os critérios de Rotterdam, e questões relacionadas à fertilidade, sintomas hormonais e uso de anticoncepcionais. A ação foi encerrada com um lanche saudável, reforçando o vínculo com os participantes. **Conclusão:** Ainda há desinformação sobre SOP. A ação esclareceu dúvidas e incentivou a busca por orientação médica.

Palavras-chave: Síndrome dos Ovários Policísticos, ovários policísticos, educação em saúde, saúde da mulher.

INTRODUÇÃO

A Síndrome dos Ovários Policísticos (SOP) é uma endocrinopatia multifatorial que acomete até 15% das mulheres em idade reprodutiva, caracterizando-se por um conjunto de sinais e sintomas que incluem irregularidade menstrual, hiperandrogenismo e presença de ovários com aspecto policístico à ultrassonografia (ESCOBAR-MORREALE, 2018). Apesar da sua alta prevalência, persiste na população leiga uma significativa confusão entre o diagnóstico da SOP e o simples achado



ultrassonográfico de múltiplos cistos ovarianos, o que pode acarretar desde negligência clínica até intervenções desnecessárias (CHRIST; CEDARS, 2023).

As diretrizes internacionais mais atuais, como as de Rotterdam, reforçam que o diagnóstico da SOP requer ao menos dois dos seguintes critérios: sinais clínicos ou laboratoriais de hiperandrogenismo, disfunção ovulatória e morfologia ovariana policística à ultrassonografia (CHANG; DUNAIF, 2021). Já os ovários policísticos isolados correspondem apenas a uma variante morfológica sem obrigatoriedade de implicações clínicas relevantes. A má compreensão dessa diferença compromete o manejo clínico e a saúde psicoemocional das pacientes.

Diante disso, ações de educação em saúde se tornam estratégias essenciais para capacitar a comunidade e promover o empoderamento feminino sobre sua saúde ginecológica. A Atenção Primária à Saúde, por seu caráter longitudinal e de proximidade com a população, configura-se como espaço privilegiado para atividades educativas com abordagem acessível e humanizada (TEEDE et al., 2023).

O objetivo do vigente trabalho é descrever a vivência dos acadêmicos de medicina do sexto período durante uma atividade educativa desenvolvida em uma Unidade Básica de Saúde em Luís Correia – PI, cujo propósito foi promover o entendimento da população sobre a distinção entre a Síndrome dos Ovários Policísticos e a presença isolada de ovários policísticos.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa e caráter transversal, baseado em um relato de experiência acadêmica em educação em saúde. A ação foi desenvolvida por estudantes de medicina do sexto período da FAHESP/IESVAP, com supervisão docente, no ambiente de uma UBS localizada no município de Luís Correia – PI, durante o componente curricular IESC.

O planejamento da intervenção incluiu a elaboração prévia de materiais educativos com linguagem acessível, embasados em diretrizes clínicas atualizadas e artigos científicos sobre SOP. Foram produzidos panfletos informativos, cartazes com a dinâmica “mitos e verdades” e um cardápio de lanche saudável, voltado à educação alimentar das participantes, conforme preconizado nas abordagens de Modificação no Estilo de Vida (TEEDE et al., 2023).

A atividade foi realizada em uma sala multiuso da UBS e teve como público-alvo os usuários presentes no local, incluindo pacientes e profissionais de saúde. Após a acolhida, deu-se início a uma roda de conversa com exposição oral interativa, conduzida pelos integrantes do grupo, abordando os aspectos clínicos da SOP, diferenciações diagnósticas, possibilidades terapêuticas e mitos comuns sobre o tema. A participação do público foi estimulada por meio de perguntas, dinâmicas e espaço para dúvidas.

A metodologia fundamenta-se nos pressupostos da educação em saúde como prática dialógica e transformadora, pautada na escuta ativa e no vínculo comunitário, conforme proposto por Paulo Freire e alinhado às diretrizes da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (BRASIL, 2012).

**RELATO DE EXPERIÊNCIA**

A atividade teve início com a chegada do grupo à UBS, onde foram levados os materiais preparados para o evento: lanche saudável, placas interativas de mitos e verdades e panfletos informativos, desenvolvidos previamente com linguagem acessível e com o embasamento científico adequado. Fomos recepcionados pela professora Camila, que nos orientou a seguir até a sala de palestras da unidade. Lá, organizamos a mesa destinada ao lanche e arrumamos o espaço para aguardar a chegada dos participantes, que incluíam usuários da unidade e alguns agentes comunitários de saúde (ACS). Após alguns minutos, com o público já acomodado, demos início à atividade. A abordagem inicial foi feita de maneira acolhedora, apresentando o tema e contextualizando a importância de diferenciar a SOP do achado de ovários policísticos ao exame de imagem. Foi destacado como essa confusão é comum na prática clínica e como a má interpretação pode gerar medos infundados ou negligência diante de sintomas que exigem acompanhamento adequado.

Na sequência, aprofundamos o conteúdo explicando o que é a Síndrome dos Ovários Policísticos, enfatizando seu caráter multifatorial e suas manifestações clínicas, como irregularidades menstruais, sinais de hiperandrogenismo (acne, hirsutismo), dificuldade para engravidar e resistência à insulina. Em seguida, abordamos a diferença entre SOP e a mera presença de cistos ovarianos, um achado benigno e comum em mulheres em idade reprodutiva, que por si só não configura um diagnóstico de síndrome.

Prosseguimos tratando dos sintomas característicos de ambas as situações, destacando a necessidade de critérios diagnósticos bem estabelecidos, como os critérios de Rotterdam no caso da SOP. Também trouxemos informações sobre o manejo clínico da síndrome, incluindo o acompanhamento multidisciplinar, ênfase em mudanças no estilo de vida, uso racional de medicações quando indicadas e, como exemplo prático, apresentamos um modelo de dieta ideal para mulheres com SOP, baseada em alimentação anti-inflamatória, com redução de carboidratos refinados e incentivo à prática de atividade física.

Durante toda a apresentação, promovemos uma dinâmica interativa de “mitos e verdades”, na qual os participantes eram convidados a opinar sobre afirmações relacionadas ao tema. A cada resposta, fazíamos a correção e explicávamos o conteúdo de forma acessível, sempre com espaço para trocas e perguntas. Essa abordagem facilitou a participação ativa dos ouvintes e tornou o conteúdo mais leve e envolvente.

Ao final da exposição, abrimos um espaço para dúvidas e esclarecimentos adicionais, que foi prontamente aproveitado pelos presentes, demonstrando interesse genuíno e identificação com o tema. O encerramento da ação foi marcado por um lanche coletivo, promovendo um momento de descontração e reforçando o vínculo com os usuários da UBS. O lanche, cuidadosamente preparado com opções saudáveis, serviu também como exemplo prático de hábitos que podem ser incorporados no dia a dia, sobretudo por mulheres diagnosticadas com a síndrome.

Essa experiência foi extremamente enriquecedora. A oportunidade de dialogar diretamente com a comunidade, ouvir suas dúvidas e contribuir com informações confiáveis reforçou a importância do nosso papel como estudantes de medicina, como agentes transformadores dentro do sistema público de saúde. Além disso, a ação demonstrou que a educação em saúde, quando feita com empatia e linguagem acessível,



é uma ferramenta poderosa para a promoção da saúde da mulher e prevenção de complicações.

DISCUSSÃO

A Síndrome dos Ovários Policísticos (SOP) é um distúrbio endócrino complexo, cuja prevalência alcança até 15% das mulheres em idade reprodutiva. Apesar de seu nome, nem todas as mulheres diagnosticadas com SOP apresentam ovários policísticos na ultrassonografia e, de igual importância, a presença isolada de ovários policísticos pode ocorrer sem que os demais sintomas associados à síndrome se manifestem.

A necessidade de elucidações maiores sobre este tema para a população feminina comum reside na necessidade de clarificar os termos, evitando confusões diagnósticas e possibilitando um manejo terapêutico mais direcionado e individualizado, dado que as implicações metabólicas e reprodutivas podem ser significativamente distintas entre essas condições.

A SOP é definida como uma condição caracterizada por um conjunto de sintomas, incluindo irregularidades menstruais, hiperandrogenismo (excesso de hormônios masculinos) e, frequentemente, a presença de múltiplos folículos imaturos (cistos) nos ovários. Esse quadro clínico resulta de um desequilíbrio hormonal que afeta não apenas os ovários, mas também diversos sistemas metabólicos, contribuindo para a resistência à insulina e aumento do risco para doenças cardiovasculares e metabólicas. Embora o nome “policísticos” seja comumente utilizado, é importante destacar que a presença de cistos ovarianos não é um requisito indispensável para o diagnóstico da SOP, pois os critérios diagnósticos contemporâneos (como os Critérios de Rotterdam) exigem a presença de pelo menos dois dos seguintes: irregularidade menstrual, sinais clínicos ou bioquímicos de hiperandrogenismo ou ovários com aparência policística na ultrassonografia. Enquanto a SOP pode ter como manifestações clínicas a acne, hirsutismo, irregularidades menstruais, obesidade e riscos metabólicos, a paciente apenas com ovários policísticos é geralmente assintomática.

Os ovários policísticos isolados referem-se apenas à condição em que a ultrassonografia evidencia a presença de múltiplos pequenos folículos dispostos periféricamente, sem que haja manifestação clínica ou bioquímica significativa de hiperandrogenismo ou irregularidades menstruais. Em outras palavras, a mulher pode apresentar a aparência policística dos ovários, mas não cumprir os demais critérios necessários para o diagnóstico de SOP. Essa condição pode ser considerada como uma variação anatômica que, na ausência de sintomas clínicos relevantes, pode não requerer intervenções terapêuticas intensivas nem representar os riscos metabólicos normalmente associados à síndrome.

Com o devido diagnóstico realizado, é extremamente importante que seja então dado o adequado manejo desta paciente. Antes de tudo, vale lembrar que o manejo da SOP deve ser individualizado, considerando os sintomas e objetivos da paciente. Deste modo, este manejo deve ser feito com base em estratégias atualizadas, e pode se resumir a: Modificações no Estilo de Vida (MEV), sendo essas mudanças em relação a dieta equilibrada e exercícios físicos, sendo fundamentais para melhorar a resistência à insulina, reduzir o peso e regularizar os ciclos menstruais; Tratamento Farmacológico com Anticoncepcionais Orais Combinados (AOC), os quais são usados para regularizar



o ciclo menstrual e reduzir o hiperandrogenismo; Tratamento Farmacológico com Metformina, com o intuito melhorar a sensibilidade à insulina e poder auxiliar na regularização dos ciclos e na fertilidade; e Tratamento Farmacológico com Indutores de Ovulação (Clomifeno e letrozol), sendo utilizados para induzir a ovulação em mulheres que desejam engravidar.

CONCLUSÃO

A ação educativa sobre a Síndrome dos Ovários Policísticos permitiu não apenas o esclarecimento de um tema amplamente mal compreendido pela população, mas também fortaleceu a articulação entre teoria e prática no processo formativo dos estudantes. A troca com os usuários da UBS revelou o quanto a desinformação pode impactar o cuidado em saúde da mulher e como intervenções simples, porém bem estruturadas, são capazes de modificar realidades e ampliar o acesso ao conhecimento científico.

Além disso, a atividade demonstrou a potência da atenção primária como espaço de escuta, acolhimento e empoderamento feminino, promovendo o autocuidado e a adesão a condutas baseadas em evidências. Do ponto de vista acadêmico, a experiência reforçou a importância da humanização, da comunicação efetiva e da responsabilidade social do futuro profissional de saúde.

Por fim, fica evidente que ações como esta devem ser contínuas e replicadas, com vistas a fortalecer o protagonismo da mulher no cuidado com sua saúde ginecológica e reprodutiva, reduzindo estigmas e promovendo o entendimento adequado sobre a SOP e suas implicações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. *Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS)*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

CHANG, Sydney; DUNAIF, Andrea. Diagnosis of polycystic ovary syndrome: which criteria to use and when?. **Endocrinology and Metabolism Clinics**, v. 50, n. 1, p. 11-23, 2021.

CHOUDHARI, Rutuja et al. Diagnosis, management, and Associated comorbidities of Polycystic Ovary Syndrome: a narrative review. **Cureus**, v. 16, n. 4, 2024.

CHRIST, Jacob P.; CEDARS, Marcelle I. Current guidelines for diagnosing PCOS. **Diagnostics**, v. 13, n. 6, p. 1113, 2023.

ESCOBAR-MORREALE, H. F. *Polycystic ovary syndrome: definition, aetiology, diagnosis and treatment*. **Nature Reviews Endocrinology**, [S.l.], v. 14, n. 5, p. 270–284, maio 2018.

TEEDE, Helena J. et al. Recommendations from the 2023 international evidence-based guideline for the assessment and management of polycystic ovary syndrome. **European journal of endocrinology**, v. 189, n. 2, p. G43-G64, 2023.

**A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR PARA UMA IDOSA
COM DIABETES MELLITUS TIPO 2 E HIPERTENSÃO ARTERIAL: RELATO DE
EXPERIÊNCIA**

Antonio Erick Silva Pereira ¹; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val²; Nágila de Azevedo Marques ²

¹ Discente do Curso de medicina da FAHESP/IESVAP – PARNAÍBA - PI

² Docente do Curso de medicina da FAHESP/IESVAP - PARNAÍBA – PI

RESUMO

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é uma ferramenta estratégica da Atenção Primária à Saúde, especialmente eficaz no cuidado de pessoas com condições crônicas complexas e múltiplas vulnerabilidades. Este relato descreve a experiência da elaboração de um PTS para uma idosa com diabetes mellitus tipo 2 e hipertensão arterial, com o objetivo de melhorar o seu cuidado por meio de práticas integradas e centradas na pessoa. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, fundamentado nos princípios da clínica ampliada e da integralidade do cuidado. O processo de construção do PTS incluiu visitas domiciliares, escuta ativa, discussão com profissionais de saúde e uso de ferramentas de abordagem familiar. Com a implementação das metas estabelecidas, espera-se o fortalecimento do vínculo entre a usuária e a equipe de saúde, o incentivo ao autocuidado e um maior controle das condições crônicas. O relato evidencia que o PTS é uma estratégia potente para a qualificação do cuidado em saúde, promovendo a corresponsabilização, o protagonismo do usuário e a integração das ações em equipe.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Assistência Domiciliar; Saúde do Idoso

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fato inevitável no Brasil, onde a ampliação do acesso ao sistema de saúde, em especial ao tratamento da hipertensão, diabetes e doenças cardíacas, além das ações de prevenção ao câncer, contribuiu para a redução progressiva da mortalidade de idosos. Dessa maneira, com a redução da natalidade e aumento da vida média da população, a pirâmide etária brasileira está sobre alteração e o sistema de saúde enfrenta novos desafios(CHAIMOWICZ, 2022).

O diabetes mellitus tipo 2 é uma doença crônica caracterizada pela resistência à insulina e/ou pela deficiência na sua produção, resultando em níveis elevados de glicose no sangue. Está frequentemente associado ao excesso de peso, sedentarismo e fatores genéticos, sendo mais comum em adultos, embora esteja aumentando também entre



jovens. Diferente do tipo 1, não depende necessariamente do uso de insulina desde o início, mas certos casos ainda dependem de medicação ou insulina regular. (OLIVEIRA, 2023).

A hipertensão arterial é uma condição crônica caracterizada pela elevação persistente da pressão sanguínea nos vasos, o que força o coração a trabalhar com mais intensidade para bombear o sangue. É considerada um dos principais fatores de risco para doenças cardiovasculares, como infarto, AVC e insuficiência cardíaca. Geralmente, é assintomática, o que faz com que muitas pessoas não saibam que são hipertensas. O tratamento envolve mudanças no estilo de vida, como dieta equilibrada, prática de atividades físicas, redução do consumo de sal e uso de medicamentos para controle da pressão arterial (ANDRADE, 2024).

Nesse contexto, o Projeto Terapêutico Singular (PTS) se apresenta como uma ferramenta fundamental para a construção de planos de cuidado centrados nas necessidades individuais, podendo auxiliar no controle de condições crônicas, se realizado corretamente e considerando aspectos clínicos, psicossociais e culturais (DA SILVA, 2022).

Este trabalho tem como objetivo relatar a experiência da elaboração de um PTS para uma idosa portadora de diabetes mellitus tipo 2 e hipertensão arterial. A paciente apresentava dificuldades no manejo das condições crônicas, adesão irregular ao tratamento e fragilidade em sua rede de apoio, exigindo uma abordagem cuidadosa, compartilhada e intersetorial.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de um relato de experiência, com abordagem qualitativa e natureza descritiva, desenvolvido por alunos e docentes do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba (IESVAP), em conjunto com uma ES, para que a partir da vivência prática na realização da Atenção Primária a Saúde, fosse realizada a construção de um Projeto Terapêutico Singular (PTS) para uma idosa com diagnóstico de diabetes mellitus tipo 2 e hipertensão arterial.

A elaboração do PTS seguiu as etapas de diagnóstico, divisão de metas e ações, e por fim, divisão de responsabilidades. Para garantir a integralidade do cuidado, os dados necessários foram coletados durante as visitas domiciliares, por meio de escuta ativa e



uso de ferramentas de abordagem familiar, que incluem genograma, ecomapa, FIRO, PRACTICE e APGAR familiar.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS) foi iniciada a partir da identificação de uma idosa em situação de vulnerabilidade devido às dificuldades no controle das doenças crônicas, adesão irregular ao tratamento medicamentoso, além de fragilidade na rede de apoio. Diante desse contexto, a ESF de sua região em conjunto com alunos e professores da IESVAP, se uniram para auxiliar a paciente.

Por meio das visitas semanais, foram avaliadas a pressão arterial e glicemia capilar da paciente, e em seguida foi realizada escuta ativa dos problemas da paciente e em outros momentos foram utilizadas ferramentas de abordagem familiar, além de conscientização da necessidade de manejo correto da medicação.

No que tange a sua diabetes, foi relatado que ela recebeu o seu diagnóstico a vários anos, tendo alterado sua medicação algumas vezes, devido aos efeitos colaterais que a incomodavam. Atualmente, está fazendo uso de insulina glargina e relata que observou melhorias grandes em comparação à seu estado anterior com a antiga medicação.

Em relação a sua hipertensão arterial, mencionou que é seu diagnóstico mais antigo, sendo que faz o uso da mesma medicação anti-hipertensiva a 20 anos, um inibidor da enzima conversora de angiotensina, o enalapril.

Observou-se, ao longo do acompanhamento, uma melhora nos indicadores clínicos da paciente, como a diminuição dos valores da glicemia capilar coletados, maior engajamento nas ações propostas e fortalecimento do vínculo com a equipe. Essa experiência demonstrou o potencial da atenção primária à saúde e das visitas domiciliares, que foram capazes de auxiliar no controle do quadro da paciente.

DISCUSSÃO

O controle do diabetes mellitus tipo 2 por meio do exercício físico é uma estratégia amplamente reconhecida por seus benefícios metabólicos e cardiovasculares. A prática regular de atividades físicas, especialmente as de natureza aeróbica e resistida, melhora a sensibilidade à insulina, contribui para a redução dos níveis de glicose no sangue e auxilia no controle do peso corporal, fatores fundamentais para o manejo da doença (GOMES, 2020). No quadro da paciente, a realização diária de exercícios físicos foi capaz de



auxiliar no seu controle do nível glicêmico, mas ainda ela ainda

era dependente do consumo de insulina para controlar sua glicemia adequadamente.

No que tange as experiências emocionais negativas vivenciadas por pessoas com diabetes mellitus tipo 2, deve-se notar que elas estão atreladas ao sentimento de desarmonia que está associado ao diagnóstico e sobre a falta de conhecimento sobre a condição(LIMA, 2024). Em relação a paciente, devido a sua rede de apoio, a sua condição não lhe causava tanta angústia, mas requisitava uma necessidade maior de cuidados pessoais, como no monitoramento adequado do consumo de sua insulina e da preservação adequada dessa medicação.

Em relação ao controle da hipertensão arterial, deve-se focar que a população idosa é um grupo em risco constante de complicações devido a essa condição, podendo desenvolver doenças cardiovasculares, acidentes vasculares cerebrais, insuficiência renal ou até mesmo comprometimento cognitivo. Assim, a pressão arterial elevada em idosos pode agravar outras comorbidades e aumentar o risco de quedas, internações e perda da autonomia. Por causa disso, o manejo adequado da hipertensão, por meio do uso correto de medicamentos, alimentação balanceada, prática de atividade física e acompanhamento regular com profissionais de saúde, deve ser buscado para que ocorra a adequada manutenção da saúde na terceira idade(QUEIROZ, 2020). Levando em consideração os riscos que a paciente sofre, é notável que o controle de sua pressão arterial é uma das suas prioridades e de sua família, onde é notado que há monitoramento do consumo de medicação anti-hipertensiva.

CONCLUSÃO

A realização semanal de visitas domiciliares se mostrou uma ferramenta eficaz no combate à condições crônicas e na preservação de outros aspectos da saúde. Por meio dessas visitas, houve um enorme aprendizado para os estudantes e professores, além de aprendizado para a paciente e sua família.

Com a utilização de ferramentas das abordagem familiar, genograma, ecomapa, FIRO, APGAR familiar e PRACTICE, houve um maior entendimento da condição socioeconômica que afetava a paciente, permitindo uma melhor orientação na construção do PTS.

Assim, com a elaboração do PTS, buscou-se lidar da melhor maneira possível com as condições e fatores que cercavam a paciente. Com a atuação em conjunto dos discentes, docentes e membros da ESF, foi gerado um PTS que segue aos princípios do Sistema



Único de Saúde, visualizando os problemas da paciente como um todo, e não somente como as doenças que a afetavam.

Dessa maneira, conclui-se que a utilização do PTS na Atenção Primária é uma estratégia potente para lidar com a complexidade dos casos e promover ações mais resolutivas, personalizadas e éticas. Essa experiência também contribuiu para a formação crítica de profissionais comprometidos com os princípios do SUS e com o fortalecimento da atenção à saúde no território.

REFERÊNCIAS

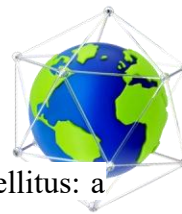
ANDRADE, Icaro Rodrigues; ESTEVES, Marcelo Oliveira; ANDRADE, Gabriel Damasceno; OLIVEIRA, Mateus Cunha de; TOLEDO, Wives Kayan Vieira. HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA E TRATAMENTO NÃO-FARMACOLÓGICO: UMA REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 126–133, 2024.

CHAIMOWICZ, Flávio. CHAIMOWICZ, Gabriel de Faria. O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO. Periódico Interdisciplinar, v. 4, n. 2, 2022.

DA SILVA, A. C.; MORAES, A. A. O.; MUZILI, J. F.; CORREA, K. O. de P.; DE OLIVEIRA, S. A. V. Relato de experiência - projeto terapêutico singular com assistência multidisciplinar em uma paciente com Diabetes Mellitus / Experience report - singular therapeutic project with multidisciplinary assistance in a patient with Diabetes Mellitus. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 6801–6806, 2022.

FERREIRA, M. G. et al.. Singular Therapeutic Project in the management of complex cases: experience report in PEW-Health Interprofessionality. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 46, n. 1, p. e026, 2022.

GOMES, J. G. F.; MAGALHÃES, C. F. C. B.; NASCIMENTO, Y. G. do; ANDRADE, W. T. B. de; SILVA, A. H. de B. e; OLIVEIRA, G. A. L. de. Physical exercise and reduced



insulin resistance in individuals with type 2 Diabetes Mellitus: a literature review. Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 7, p. e463974375, 2020.

LIMA, Élida Chaves de Carvalho; SANTOS GÓIS LOPES, G.; DE JESUS SILVA DE SOUSA, F.; TAVARES PALMEIRA ROLIM, I. L. Significado das Experiências Emocionais de Pessoas com Diabetes Mellitus do Tipo 2. Revista Psicologia e Saúde, [S. l.], v. 16, n. 2, p. e16102359, 2024.

OLIVEIRA, M. S.; COSTA, G. D.; RODRIGUES, G. G.; DE CASTRO, H. U. D.; SAMPAIO, V. V. L. Diabetes Mellitus tipo 2 - uma revisão abrangente sobre a etiologia, epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico e tratamento. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 6, n. 5, p. 24074–24085, 2023.

QUEIROZ, M. G.; AQUINO, M. L. A. de; BRITO, A. D. L.; MEDEIROS, C. C. M.; SIMÕES, M. O. da S.; TEIXEIRA, A.; CARVALHO, D. F. de. Hipertensão arterial no idoso - doença prevalente nesta população: uma revisão integrativa / Arterial hypertension in the elderly - prevalent disease in this population: an integrative review. Brazilian Journal of Development, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 22590–22598, 2020.



ASSISTÊNCIA PRESTADA A UM PACIENTE IDOSO COM DIABETES E OUTRAS CONDIÇÕES CRÔNICAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Mikael Thieres Albuquerque Gaspar ¹; Maria Luiza Miranda Sousa ¹; Evellyn Rodrigues Zimmermann ¹;
Maria Lissandra Soares Da Frota ¹; Germmany de Sousa Carvalhor²; Joara Cunha Santos Mendes
Gonçalves Val².

*¹ Discente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do
Parnaíba*

*² Docente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do
Parnaíba*

RESUMO

O presente relato de experiência aborda a construção de um Projeto Terapêutico Singular (PTS) voltado para um paciente idoso de 61 anos, portador de diabetes mellitus tipo 2 e em uso regular de insulina, acompanhado ao longo de três meses por acadêmicos de Medicina do IESVAP e pela equipe da UBS Módulo 11, em Parnaíba - PI. As ações foram realizadas por meio de visitas domiciliares semanais, com ênfase na escuta qualificada, monitoramento da glicemia capilar, aferição da pressão arterial, orientações educativas e acompanhamento do contexto familiar e social do paciente. O plano terapêutico foi elaborado de forma participativa, com foco na autonomia do sujeito, nas suas necessidades específicas e na corresponsabilidade da equipe. Foram seguidas as quatro etapas do PTS: escuta inicial, diagnóstico ampliado, definição de metas e plano de ação. Houve supervisão constante da preceptora para adequações do plano e fortalecimento do vínculo entre equipe e paciente. A experiência evidenciou a relevância da Atenção Primária como espaço para o cuidado individualizado, promovendo a integração entre ensino e serviço e incentivando o protagonismo do paciente em seu próprio processo de cuidado.

Palavras-chave: Projeto terapêutico. Cuidado. Atenção Primária. Diabetes. Singularidade

INTRODUÇÃO

Atenção Primária à Saúde (APS), por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), destaca-se como principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo o cuidado contínuo, humanizado e integral à comunidade. A APS desempenha papel essencial ao oferecer um conjunto de ações voltadas para promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação. É nesse contexto que se insere o Projeto Terapêutico Singular (PTS), uma ferramenta estratégica para o cuidado individualizado, buscando uma análise integral e fundamental do paciente. O PTS é construído a partir da escuta ativa, análise e planejamento compartilhado entre profissionais de saúde e o



usuário, levando em consideração não apenas aspectos biológicos, mas também as dimensões biopsicossociais do indivíduo. O presente trabalho relata a elaboração de um PTS voltado a um paciente com dor abdominal e dor no lado esquerdo das costas, associado ao diagnóstico de diabetes mellitus. O objetivo geral foi promover uma melhor qualidade de vida, buscando auxiliar no plano de cuidado e beneficência do paciente. Dentre os objetivos específicos, destacam-se o acompanhamento contínuo da condição crônica, a prevenção de complicações relacionadas ao diabetes, a investigação clínica das dores referidas, o incentivo ao autocuidado, à adesão terapêutica e à educação em saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um acompanhamento trimestral à uma paciente, com abordagem qualitativa, fundamentado na Atenção Primária à Saúde e nos princípios da Estratégia Saúde da Família (ESF). O paciente foi acompanhado pelos acadêmicos de medicina do IESVAP, utilizando como norte metodológico o Método Clínico Centrado na Pessoa (MCCP), que prioriza o paciente como sujeito ativo em seu processo de cuidado (Stewart et al., 2003). A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas (perguntas e questionários). Instrumentos de avaliação familiar foram aplicados, como o APGAR Familiar, para mensurar a funcionalidade percebida no núcleo doméstico (Smilkstein, 1978 apud Almeida & Wong, 2010), o modelo PRATICE, para avaliação diagnóstica e planejamento de intervenção familiar, além do FIRO (Fundamental Interpersonal Relations Orientation), que permitiu compreender as dinâmicas relacionais e afetivas do paciente (Schutz, 1958). Foram utilizados também o Genograma e o Ecomapa, ferramentas para compreensão da estrutura familiar e os vínculos sociais relevantes (Hartman, 1975). Os dados clínicos foram organizados com base no método SOAP (Subjetivo, Objetivo, Avaliação e Plano), conforme preconizado por Santos e Nakasone (2019), permitindo sistematização do raciocínio clínico e busca eficiente da compreensão do caso do paciente. As informações foram tratadas de forma ética, garantindo-se o anonimato e o respeito à dignidade do sujeito da pesquisa, conforme os preceitos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Nossa trajetória na UBS Módulo 11 iniciou-se no dia 05/02/2025 com acolhimento e orientação da preceptora. Logo no primeiro contato com a equipe, conhecemos a estrutura da unidade e compreendemos a importância do trabalho em equipe na Atenção Primária. Na semana seguinte, iniciamos às atividades práticas com entusiasmo, aguardando as visitas domiciliares que viriam a se tornar momentos centrais da nossa vivência acadêmica. Conhecemos o F.A.M na segunda semana de fevereiro, um paciente diabético, usuário de insulina, residente em uma área de cobertura da UBS. A primeira visita teve como foco a escuta ativa, compreensão dos hábitos de vida e início da construção do vínculo. Preenchemos o prontuário, aferimos pressão arterial, glicemia e exploramos aspectos de sua adesão ao tratamento. Ficou evidente a importância do acompanhamento próximo e humanizado. Na semana do dia 19/02, retornamos à sua casa. Repetimos os exames de rotina e realizamos avaliação física mais completa.



Identificamos formigamento nos pés, dor intensa no hipogástrico e possível perda de massa muscular. Consideramos hipóteses como hérnias(vesical, umbilical ou hipogástrica) ou hérnia de disco e iniciamos o processo de encaminhamentos, reforçando o papel da Atenção Primária como coordenadora do cuidado. Ao longo das semanas, observamos avanços significativos. O F.A.M passou a se exercitar com bicicleta e apresentou melhora glicêmica (158 mg/dL em jejum). Utilizamos o Método Clínico Centrado na Pessoa (MCCP) para aprofundar o entendimento do seu contexto, suas expectativas e desafios. Esse modelo contribuiu para fortalecer o vínculo e desenvolver um plano de cuidado individualizado. Apesar disso, algumas visitas mostraram que a glicemia continuava oscilante (ex.: 213 mg/ dL e, mais tarde, 293 mg/dL). Orientamos o paciente quanto à alimentação antes das medições, uso correto das medicações e importância da adesão ao tratamento. Sua esposa, também se mostrou parceira no cuidado, aguardando encaminhamentos e contribuindo com informações sobre o cotidiano. No dia 19/03 tivemos nossa sexta visita, entregamos um plano de cuidado impresso, discutimos cada item com ele e realizamos novas aferições. Aplicamos escalas como o Índice de Barthel e a Escala de Depressão Geriátrica, o que nos permitiu uma visão mais ampla de sua funcionalidade e saúde mental. Agendamos a próxima visita, conscientes da importância da continuidade do cuidado. O Projeto Terapêutico Singular (PTS) passou a ser construído com base em todos os dados colhidos. Discutimos com a preceptora, que fez observações valiosas quanto aos objetivos e clareza das ações propostas. Após ajustes, rerepresentamos o PTS para validação, com foco em um cuidado humanizado, realista e centrado na vida do F.A.M. Em maio, retornamos à casa do paciente com o PTS completo. Mostramos cada parte do documento, explicamos a importância do plano e como ele refletia todos os passos dados juntos nos últimos três meses e meio. Também conversamos sobre os exames e a consulta recente. A ausência de um diagnóstico conclusivo nos fez refletir sobre os desafios reais da prática clínica e o quanto é fundamental o acompanhamento longitudinal para garantir um cuidado efetivo. Esses quatro meses foram repletos de aprendizado técnico, humano e ético. A experiência com o paciente nos mostrou que o cuidado em saúde vai muito além de medidas biomédicas, ele se constrói no diálogo, no olhar atento e no compromisso. Essa vivência nos proporcionou um conhecimento a mais sobre a atenção primária, como o espaço privilegiado de cuidado e transformação social.

DISCUSSÃO

A experiência com o F.A.M evidencia desafios persistentes no cuidado a pessoas com doenças crônicas em contextos de vulnerabilidade social. A adesão ao tratamento não depende exclusivamente da prescrição médica, mas também de fatores emocionais, sociais e ambientais (Buss & Pellegrini Filho, 2007; Barreto & Teixeira, 2008). A dificuldade de acesso a saneamento básico, o histórico de ausência de acompanhamento contínuo e as barreiras para comparecer aos atendimentos reforçam o que apontam estudos sobre determinantes sociais da saúde, que interferem diretamente no controle clínico do diabetes (Buss & Pellegrini Filho, 2007). Além disso, relatos semelhantes destacam a importância de se considerar os aspectos subjetivos do paciente, como o sofrimento psíquico e a autopercepção da doença, elementos frequentemente negligenciados nos modelos tradicionais de atenção (Ayres, 2004; Camargo Jr., 2005).



Em consonância com abordagens centradas na pessoa, é notável como o vínculo entre equipe e paciente precisa ser fortalecido para superar as resistências e os atrasos no seguimento (Starfield, 2002; Ministério da Saúde, 2010). Relatos de outras equipes também apontam limites no suporte psicológico ofertado pela atenção primária, o que demanda estratégias intersetoriais e maior articulação com a rede de apoio psicossocial (Lancetti & Amarante, 2006; Ministério da Saúde, 2020).

CONCLUSÃO

A atuação com o F.A.M gerou importantes reflexões sobre o papel da equipe de saúde na construção de cuidado integral, especialmente diante das limitações estruturais e emocionais enfrentadas por muitos usuários do SUS. A experiência reforça que o tratamento do diabetes vai além do controle glicêmico, exigindo empatia, escuta ativa e sensibilidade para lidar com os aspectos humanos e sociais do adoecimento. Como participante da experiência, percebo que o caso me ensinou sobre a importância da persistência e da abordagem acolhedora. A princípio, pode parecer desmotivador lidar com a baixa adesão, mas compreender a trajetória do paciente, suas crenças, dores e fragilidades permitiu estabelecer conexões mais reais e efetivas. A vivência amplia a perspectiva sobre o cuidado e aponta para a necessidade contínua de formação das equipes em estratégias relacionais, além da luta por melhores condições de atendimento e políticas públicas que garantam o acesso pleno à saúde.

REFERÊNCIAS

- AYRES, J. R. C. M. (2004). **Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, 8(14), 73-92. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832004000100006>
- BARRETO, M. L., & TEIXEIRA, M. G. (2008). **Determinantes sociais da saúde e a construção do SUS.** Saúde em Debate, 32(77), 23-34.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2020). **Nota Técnica nº 11/2020-CGMAD/DAPES/SAPS/MS – Apoio à saúde mental na APS durante a pandemia.** Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/apc/covid19/pdf/NotaTecnica11.pdf>
- BUSS, P. M., & PELLEGRINI FILHO, A. (2007). **A saúde e os determinantes sociais na América Latina: um tema em debate.** Cadernos de Saúde Pública, 23(12), 2680-2685. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001200002>
- CAMARGO JR., K. R. (2005). **O modelo biopsicossocial e a saúde mental na atenção primária.** Ciência & Saúde Coletiva, 10(4), 1031-1040. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000400025>



COSTA, R. A. et al. Visitas domiciliares como ferramenta do cuidado humanizado na Estratégia Saúde da Família. *Revista Ciência & Saúde*, v. 9, n. 3, 2021.

DE FÁTIMA DEPOLE, Bárbara et al. Projeto Terapêutico Singular: Uma visão panorâmica de sua expressão na produção científica brasileira. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health*, v. 14, n. 38, p. 01-25, 2022.

GOMES, Márcia de Oliveira. *Atenção domiciliar: fundamentos e prática interdisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2022.

COSTA, R. A. et al. Visitas domiciliares como ferramenta do cuidado humanizado na Estratégia Saúde da Família. *Revista Ciência & Saúde*, v. 9, n. 3, 2021.
LANCETTI, A., & AMARANTE, P. (2006). **Saúde mental e saúde coletiva: desafios e propostas**. *Revista Interface*, 10(19), 255-266. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832006000200006>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2010). **Cadernos de Atenção Básica nº 27: Acolhimento nas práticas de produção de saúde**. Brasília: MS.

PATRÍCIO, Karina Pavão et al. O uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde: revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 677-686, 2022.

PEREIRA, L. M. et al. Cuidado em saúde e estratégias de intervenção em pacientes com diabetes mellitus: revisão narrativa. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, v. 6, n. 1, p. 85-92, 2023.

STARFIELD, B. (2002). **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde.

Livro:

GOMES, L. G. F. F. **Novela e sociedade no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1998. 137 p.
TODESCAN, R.; SILVA, E. E. B.; SILVA, O. J. *Atlas de Prótese Parcial Removível*. São Paulo: Santos, 2009. 520 p.

ALBERTS, B. et al. **Biologia Molecular da Célula**. 6. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. 1464 p.

Capítulo de livro:

FONSECA, M. N. S. **Literatura negra, literatura afro-brasileira: como responder a polêmica?** In: SOUZA, F.; LIMA, M. N. (Org.). *Literatura Afro-Brasileira*. Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 9-38.

Artigo de periódico científico (Revista científica):



PEREIRA, M. G. Estrutura do artigo científico. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 21, n. 2, p. 351-352, 2012.

Artigo de periódico científico (Revista científica acesso on-line):

CASTIEL, L. D.; SANZ-VALERO, J.; MEI-CYTED, R. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? **Caderno Saúde Pública**, v. 23, n. 12, p. 3041-3050, 2007. Disponível em: <http://www.anpepp.org.br/old/dir-2010/Noticias/castiel%20-%20fetichismo%20e%20sobrev-publicacionismo.pdf>. Acesso em: 31 out. 2017.

Teses, Dissertações, Monografias etc.:

MONTAGNA, A. P. **Expressões de gênero no desenho infantil**. 2001. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

Eventos:

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 27., 2007, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: ABREPO, 2007. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2007_TR660482_9513.pdf. Acesso em: 6 nov. 2017.

Artigos Apresentado em Eventos:

BARBASTEFANO, R. G.; SOUZA, C. G. Plágio em trabalhos acadêmicos: uma pesquisa com alunos de graduação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 27., 2007, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: ABREPO, 2007, p. 8-11. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2007_TR660482_9513.pdf. Acesso em: 6 nov. 2017.

Legislação:

BRASIL. Casa Civil. Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Brasília: Casa Civil, 2010.

**PROJETO CAMINHOS SUSTENTÁVEIS E A SUSTENTABILIDADE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM**

Adriano da Silva Mesquita¹; Adryan Breno Santos Seixas¹; Antônia Cristiana Alves da Silva¹; Antônio Felipe Carvalho Neto¹; Bárbara Vitória dos Santos Nascimento¹; Gabriel Santos de Oliveira¹; Hemeson Silva da Cruz¹; Isabele Castro Souza¹; Kadmiel Marques Sousa¹; Jeferson da Silva Galeno¹; Jessé da Silva Xavier¹; Marceylla de Lima Souza¹; Maycon Jhones Pereira Lima¹; Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda².

RESUMO

O projeto de extensão III “Caminhos Sustentáveis”, teve como objetivo conscientizar alunos da turma de Técnico de Segurança do Trabalho da Escola do Mar de Luís Correia-PI, sobre o descarte adequado de resíduos sólidos e a importância da reciclagem, além, da observância à Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos e as consequências jurídicas sobre sua não observância. Diante dos graves impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos descartados irregularmente, a sociedade como um todo passa por problemas como a poluição de rios e oceanos, a obstrução de bueiros e a proliferação de doenças, então, o projeto desenvolveu ações educativas e práticas sustentáveis junto à comunidade. Levando em conta a comunidade escolhida pelo grupo percebem-se aspectos em que há poluição das praias, manguezais e riscos de doenças principalmente para a comunidade ribeirinha. Entre as atividades promovidas estão projetos educativos em escolas públicas. Diante disso, buscou-se conscientizar a respeito da melhor forma de manejo dos resíduos a fim de não prejudicar o meio ambiente e a população como um todo. O projeto procurou promover a educação ambiental, o conhecimento das leis de proteção ambiental e o desenvolvimento de profissional dos alunos.

Palavras-chave: Educação ambiental. Resíduos sólidos. Impactos.

INTRODUÇÃO

O descarte inadequado de resíduos sólidos é um dos principais fatores responsáveis pela degradação ambiental e pelo comprometimento da saúde pública, exigindo ações educativas eficazes que aliem conscientização ambiental e formação cidadã.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) estabelece diretrizes importantes para a gestão sustentável dos resíduos, destacando o papel da responsabilidade compartilhada, da logística reversa e da educação ambiental como instrumentos fundamentais para a transformação social.

Nesse cenário, o processo de ensino-aprendizagem assume papel central na construção de uma consciência crítica e na formação de atitudes sustentáveis. As instituições de ensino tornam-se, assim, espaços estratégicos para a difusão de conhecimentos sobre a proteção ambiental, incentivando o protagonismo dos estudantes na busca por soluções para os problemas que afetam diretamente suas comunidades.

Nesse contexto Delgado e Silva (2018) entende que "O processo de ensino e aprendizagem é definido como um sistema de trocas de informações entre docentes e



alunos, que deve ser pautado na objetividade daquilo que há necessidade que o aluno aprenda."

O Projeto de Extensão III "Caminhos Sustentáveis", por meio da atuação do Grupo I, foi desenvolvido com os alunos do curso Técnico em Segurança do Trabalho da Escola do Mar, em Luís Correia-PI, e buscou articular teoria e prática, promovendo ações educativas junto à comunidade escolar. Em parceria com os professores da instituição, o grupo planejou e executou atividades pedagógicas que integraram o conhecimento técnico da área de segurança do trabalho com os princípios legais da Lei de Resíduos Sólidos, destacando também as consequências jurídicas do descumprimento da legislação ambiental.

O projeto valorizou o diálogo interdisciplinar e colaborativo como ferramenta para o fortalecimento do processo educativo, envolvendo alunos, professores e comunidade em ações práticas de coleta seletiva, separação de resíduos e reflexão sobre os impactos da poluição em ambientes naturais como praias e manguezais. Ao unir educação ambiental, conhecimento jurídico e compromisso social, o projeto reafirma a importância do ensino como agente transformador na construção de uma sociedade mais consciente e sustentável.

METODOLOGIA

O projeto Caminhos Sustentáveis aconteceu com alunos da Escola da Mar foi idealizado por acadêmicos do 4º período da Faculdade IESVAP. A metodologia adotada no Projeto de Extensão III "Caminhos Sustentáveis" pautou-se em uma abordagem qualitativa, pois, "A pesquisa qualitativa visa compreender os fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, buscando interpretar os significados, as experiências e as ações no seu contexto natural, de forma aprofundada e detalhada." (Minayo, 2018, p. 21)

O projeto foi desenvolvido junto à turma do curso Técnico em Segurança do Trabalho da Escola do Mar, localizada em Luís Correia-PI, e teve como foco a construção coletiva do conhecimento a partir da realidade vivida pelos estudantes. O grupo estabeleceu como estratégia a integração entre os conteúdos técnicos do curso e os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

As atividades foram organizadas em três etapas: planejamento, execução e avaliação. No planejamento, o Grupo I do projeto promoveu encontros com o objetivo de alinhar os conteúdos pedagógicos ao contexto da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). A etapa de execução incluiu rodas de conversa, palestras, dinâmicas de grupo. Por fim, a etapa de avaliação foi realizada por meio de relatos orais, registro fotográfico das ações. O projeto adotou como base teórica os princípios de um ensino contextualizado, assim, a metodologia do projeto buscou fortalecer a educação ambiental, ampliar o conhecimento jurídico dos alunos e promover o protagonismo estudantil como agentes multiplicadores de práticas sustentáveis em suas comunidades.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O Projeto de Extensão III "Caminhos Sustentáveis" constituiu em uma experiência pedagógica significativa pautada em uma abordagem qualitativa e crítica, alinhada às teorias educacionais que enfatizam o ensino como prática social e transformadora. Fundamentando-se nos princípios da pedagogia crítica de Paulo Freire,



o projeto compreendeu o processo de ensino-aprendizagem como “um ato de intervenção no mundo” (Freire, 1996, p. 48), que exige a problematização da realidade para a construção de conhecimentos emancipatórios.

A articulação realizada entre o Grupo I do projeto e os discentes da Escola do Mar de Luís Correia – PI buscou garantir a contextualização do conteúdo técnico da área de Segurança do Trabalho com os aspectos legais e ambientais inerentes à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Essa parceria teve papel central para a construção de um currículo interdisciplinar e significativo, fundamentado na ideia de que o conhecimento deve ser construído de forma dialógica e situacional (Freire, 1996).

Essa concepção norteou as estratégias metodológicas do projeto, que privilegiou a participação ativa dos estudantes em rodas de conversa, palestras/oficinas voltadas a absorção de boas práticas ambientais que devem ser adotadas quanto a profissão do Técnico de Segurança do Trabalho, promovendo a reflexão crítica sobre os impactos socioambientais do descarte irregular dos resíduos sólidos e suas consequências jurídicas, que vão de penalidades às construtoras até responsabilidade civil e criminal de agentes diretamente ligados às práticas antijurídicas.

A partir da primeira visita realizada buscou-se aprofundar a compreensão das percepções e comportamentos dos alunos. Tal abordagem foi essencial para fomentar ideias de materiais e processos que poderiam estar sendo desenvolvidos pelos discentes do Grupo I, Projeto de Extensão III, IESVAP, buscando sempre um processo educativo contextualizado, participativo e capaz de gerar mudanças efetivas nas atitudes ambientais.

A execução das ações práticas, como campanhas de coleta seletiva e atividades de limpeza em áreas ambientais sensíveis, traduziu-se na efetivação do conceito freireano de conscientização crítica, ou “conscientização”, que é “a percepção crítica da realidade, que leva o indivíduo a agir sobre ela para transformá-la” (Freire, 1996, p. 51). Infelizmente, esses atos práticos não foram por questões externas desenvolvidas, contudo, as técnicas e processos para realização das ações foram plenamente inseridas no contexto do Projeto de Extensão III junto aos discentes do Curso de Técnico de Segurança do Trabalho da Escola do Mar, o que proporciona para a turma, futuramente, o emprego correto dessas atividades caso entendam ser necessárias na comunidade ao qual estão inseridos.

Foram promovidas palestras e encontros que enriqueceram o processo de ensino-aprendizagem, evidenciando a interdependência entre o direito, a sociedade e o meio ambiente na construção de um sistema ecológico mais equilibrado. As políticas públicas e as iniciativas desenvolvidas por outros cursos foram incorporadas ao contexto pedagógico, demonstrando que a sala de aula pode ser um espaço gerador de soluções e tecnologias voltadas à redução dos impactos causados pelo descarte inadequado de resíduos sólidos.

Durante as atividades, os estudantes foram sensibilizados sobre a importância da legislação ambiental, compreendendo suas responsabilidades tanto na esfera civil quanto criminal. Nesse sentido, foi possível perceber a relevância do papel do Técnico em Segurança do Trabalho na promoção de práticas sustentáveis e na preservação do meio ambiente, destacando o impacto transformador que sua atuação pode exercer no cotidiano da sociedade.

Por fim, o relato demonstra que o projeto cumpriu seu papel de extensão universitária ao contribuir para a formação integral dos estudantes, promovendo cidadania ambiental e responsabilidade social.

DISCUSSÃO



A realização do Projeto de Extensão III “Caminhos Sustentáveis” na Escola do Mar, em Luís Correia (PI), revelou-se uma experiência profundamente transformadora no âmbito do processo de ensino-aprendizagem, ao articular os saberes técnicos do curso de Segurança do Trabalho com a educação ambiental e a reflexão jurídica sobre o descarte de resíduos sólidos. A proposta foi construída com base em uma abordagem qualitativa e participativa, centrada no protagonismo estudantil e no diálogo entre teoria e prática, conforme defendem Freire (1996) e Silva e Minayo (2018).

Desde os primeiros encontros, a participação ativa dos docentes da escola parceira foi essencial para o enraizamento do projeto no contexto educacional. A integração entre os conteúdos programáticos e as ações de extensão tornou possível uma aprendizagem significativa, em que o conhecimento foi construído de maneira crítica, situada e colaborativa. Foram promovidas palestras, rodas de conversa e oficinas, que abordaram desde os tipos de resíduos e seus destinos adequados até as consequências civis e criminais do descarte irregular, à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

A prática extensionista permitiu que os estudantes desenvolvessem consciência ecológica e jurídica, reconhecendo-se como sujeitos ativos na construção de soluções sustentáveis. Como afirmam Silva e Delgado (2018), “a prática docente deve estar alinhada ao desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitem a formação de sujeitos críticos, capazes de intervir no seu meio com consciência e autonomia” (p. 45). A inserção de práticas como a coleta seletiva, a reutilização de materiais e o incentivo à compostagem, dentro e fora da escola, demonstrou a internalização dos conteúdos e a transposição do aprendizado para o cotidiano dos alunos e suas famílias.

Inspirado nos princípios freireanos de uma educação libertadora, o projeto reafirmou o papel da escola como espaço de transformação social. A aprendizagem deixou de ser apenas a transmissão de conteúdos e passou a ser vivida como um processo dialógico, no qual o estudante reflete criticamente sobre sua realidade e age para transformá-la. Como aponta Freire (1996), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

A localização geográfica da escola, em uma região costeira sensível e diretamente afetada pelo descarte inadequado de resíduos, conferiu ao projeto uma urgência ambiental ainda maior. A proximidade com ecossistemas frágeis, como manguezais e praias, reforçou a relevância das ações e possibilitou uma vivência concreta dos impactos ambientais, sensibilizando não só os estudantes, mas toda a comunidade escolar.

Ao integrar conhecimentos técnicos, reflexões jurídicas e ações práticas, o projeto de extensão Caminhos Sustentáveis demonstra que a educação é uma poderosa ferramenta de transformação social e ambiental, capaz de promover mudanças duradouras e significativas na comunidade.

Portanto, a extensão universitária, quando articulada com os saberes escolares e as necessidades locais, é um potente instrumento de transformação social e fortalecimento da cidadania ambiental. Projetos como o “Caminhos Sustentáveis” reafirmam o compromisso social da educação e evidenciam que, ao aproximar universidade, escola e comunidade, é possível formar profissionais mais conscientes, comprometidos e preparados para atuar com responsabilidade no enfrentamento dos desafios socioambientais contemporâneos.

CONCLUSÃO

A experiência do projeto extensão “Caminhos Sustentáveis” promovida na Escola



do Mar localizada na cidade litorânea de Luís Correia-Piauí permitiu constatar que a educação ambiental é um instrumento eficaz para promover mudanças de comportamento e fortalecer a cidadania socioambiental. A integração entre universidade, escolas públicas e comunidade proporcionou um ambiente de aprendizagem mútua, no qual conhecimentos científicos e saberes populares se complementaram, e o engajamento estudantil reforçam a necessidade de incorporar permanentemente temas ambientais ao currículo escolar e às práticas pedagógicas.

Como recomendação, propõe-se ampliar a interdisciplinaridade entre áreas como Direito, Educação, Biologia e Engenharia Ambiental em futuras ações. A implementação do projeto revelou tanto o potencial transformador da educação ambiental quanto os desafios logísticos e culturais envolvidos na gestão de resíduos sólidos. A experiência mostrou que, embora haja boa receptividade da comunidade, ainda é necessário superar resistências quanto à separação do lixo e à adoção de práticas sustentáveis no cotidiano.

Os resultados obtidos, especialmente na escola, indicam avanços significativos, mas também apontam para a necessidade de continuidade das ações, monitoramento constante e políticas públicas que incentivem a participação dos cidadãos. Para futuras intervenções, recomenda-se investir na formação continuada de educadores, na articulação entre poder público e iniciativa privada, e em pesquisas que avaliem o impacto a médio e longo prazo dessas práticas.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 10 de abril de 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/emissoes-e-residuos/residuos/politica-nacional-de-residuos-solidos-pnrs>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/agenda-ambiental-urbana/residuos-solidos/plano-nacional>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MINAYO, M. C. de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 33. ed. São Paulo: Vozes, 2018.

SILVA, E. A. da; DELGADO, O. C. **O processo de ensino-aprendizagem e a prática docente: reflexões**. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 8, n. 2, 2018, p. 40–52.

**ENVELHE-SER: SAÚDE E BEM-ESTAR COM A PESSOA IDOSA**

Bruna Ranya Araújo Aguiar¹; Bruno Carvalho Rocha¹; Cleiton Sousa Pinto¹; Edson Augusto Carvalho¹; Francisco Wellington de Sousa Junior¹; Idelvania da Silva Sousa¹; João Sérgio de Sousa Moura¹; Juliana do Nascimento Oliveira¹; Leonam Sousa Aguiar¹; Luma Neves Osterno Aguiar¹; Maria Clara Lopes Freitas¹; Maria Fernanda Carvalho Lima do Amaral¹; Matheus Carvalho Ribeiro Corrêa¹; Otávio César Costa Alves¹; Rian Saraiva Maia¹; Joyce Pinho Bezerra²

¹Discente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba -IESVAP, Parnaíba, Piauí.

²Docente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba -IESVAP, Parnaíba, Piauí.

RESUMO

O processo de envelhecimento populacional demanda ações efetivas que visem a promoção da qualidade de vida e do bem-estar na terceira idade. Nesse contexto, desenvolveu-se o projeto de extensão “EnvelheSER: Saúde e Bem-Estar com a pessoa idosa”, que tem como principal objetivo de realizar atividades educativas e interativas junto aos idosos da Casa Franciscana, localizada na cidade de Parnaíba-PI. As ações incluíram triagem de saúde, rodas de conversa, palestras e dinâmicas lúdicas, buscando fortalecer a autonomia, a socialização e a conscientização sobre a importância do autocuidado. A experiência permitiu a troca de saberes entre os acadêmicos e os idosos, promovendo benefícios mútuos e estimulando práticas saudáveis. O projeto evidenciou a relevância da aproximação entre a universidade e a comunidade, contribuindo para a formação humanizada dos futuros profissionais de saúde.

Palavras-chave: Saúde e Bem-Estar. Envelhecimento. Educação em Saúde.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é caracterizado pelo aumento da proporção de pessoas idosas na sociedade e tem sido uma realidade crescente em vários países. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que, até 2050, o número de pessoas com 60 anos ou mais ultrapassará os 2 bilhões, e o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos. Esse crescimento demográfico impõe a necessidade de políticas públicas eficazes que promovam um envelhecimento ativo, assegurando que os idosos continuem participativos e autônomos na sociedade (Sousa et al., 2020).

A promoção da saúde mental e física na terceira idade visa minimizar os impactos do processo de senescência e senilidade, proporcionando um bem-estar prolongado.



Estudos demonstram que idosos ativos, com vínculos sociais e participação em atividades cognitivas e físicas, apresentam menores índices de depressão e melhor qualidade de vida (Fontes et al., 2024; Souza et al., 2022). O estímulo de um envelhecimento ativo está intimamente atrelado a diversos benefícios, incluindo na prevenção de psicopatologias, como a depressão, ansiedade e o declínio cognitivo. Além disso, a interação entre transtornos mentais e comorbidades médicas, como as doenças cardiovasculares, diabetes e hipertensão, impacta de forma negativa na qualidade de vida, tornando essencial a adoção de estratégias que integradas objetivem um envelhecimento saudável. (Souza et al., 2022).

O projeto “EnvelheSER: Saúde e Bem-Estar com a pessoa idosa” surge como uma resposta a essa demanda, promovendo ações de extensão universitária voltadas para a promoção do envelhecimento ativo e saudável, alinhadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 - Saúde e Bem-Estar. Assim, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência vivenciada na execução desse projeto, destacando sua importância para a promoção da saúde e bem-estar dos idosos e para a formação dos acadêmicos de medicina.

METODOLOGIA

O projeto “EnvelheSER: Saúde e Bem-Estar com a pessoa idosa” foi desenvolvido como uma atividade extensionista do curso de Medicina da FAHESP/IESVAP, realizado em parceria com a Casa Franciscana, situada no município de Parnaíba-PI. O público-alvo foi composto por aproximadamente 30 idosos associados à instituição. A metodologia seguiu uma abordagem qualitativa, participativa e educativa, estruturada em três momentos distintos.

Inicialmente, os acadêmicos passaram por uma capacitação promovida pela Liga Acadêmica de Geriatria e Gerontologia de Parnaíba (LIAGGEPHB), aprofundando os conhecimentos sobre saúde e bem-estar geral na terceira idade, conforme preconizado por Ferreira, Silva e Paiva (2020). Em seguida, realizou-se a triagem dos idosos, que incluiu aferição de pressão arterial, avaliação antropométrica (peso, altura, circunferência da cintura e panturrilha) e aplicação da Escala de Depressão Geriátrica (GDS), instrumento validado para rastreamento de sintomas depressivos (Silva et al., 2020).

Com base nas dúvidas levantadas pelos participantes na roda de conversa inicial, foi elaborada e ministrada uma palestra educativa, seguida da dinâmica “Mitos e Verdades” sobre saúde na terceira idade. No último momento, realizou-se um bingo interativo com premiações e também uma confraternização. A condução ética do projeto respeitou a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, preservando a autonomia e o bem-estar dos participantes.

RELATO DE EXPERIÊNCIA



As ações do projeto foram executadas em três dias, na Casa Franciscana, com ampla participação dos idosos. No primeiro dia, realizou-se a triagem de saúde, com aferição de pressão arterial e medidas antropométricas, além da aplicação da Escala de Depressão Geriátrica (GDS), o que possibilitou identificar indicadores relevantes sobre o estado de saúde física e mental dos participantes. Posteriormente, foi promovida uma roda de conversa sobre saúde mental, bem-estar e cuidados em geral com a saúde, proporcionando um espaço de acolhimento e escuta ativa.

Durante essa roda de conversa, emergiram diversas dúvidas sobre temas como alimentação saudável, prática de atividades físicas, uso de medicações e também prevenção de doenças crônicas. Esses apontamentos orientaram a elaboração da palestra educativa realizada no segundo dia, que buscou esclarecer mitos e verdades relacionados à saúde do idoso, estimulando a adoção de hábitos saudáveis e o fortalecimento da autonomia.

Ainda no segundo dia, foi realizada a dinâmica “Mitos e Verdades”, que proporcionou um momento lúdico e reflexivo, promovendo uma interação entre os participantes e os acadêmicos. A atividade foi conduzida de forma descontraída, estimulando o protagonismo dos idosos e reforçando a importância do autocuidado.

No terceiro e último dia, realizou-se o bingo dinâmico, atividade que visou promover a socialização, a descontração e o fortalecimento dos vínculos entre os participantes. A entrega de brindes simbólicos contribuiu para o engajamento dos idosos. Ao final, todos participaram de uma confraternização, compartilhando um coffee break, um momento já tradicional dos encontros na Casa Franciscana, onde também se consolidou um ambiente acolhedor e de troca entre os acadêmicos e a comunidade.

O projeto gerou um impacto positivo na comunidade atendida, favorecendo a conscientização sobre a importância do autocuidado, além de proporcionar aos acadêmicos uma vivência prática, humanizada e interprofissional no cuidado à pessoa idosa.

DISCUSSÃO

O processo de envelhecimento ativo, conforme é definido pela OMS, envolve a promoção da saúde para uma vida saudável, participativa e também segura na terceira idade (Campos; Ferreira; Vargas, 2015). A experiência relatada demonstrou que as ações de extensão universitária, baseadas em práticas educativas e interativas, são estratégias que se tornam eficazes no processo de promoção da saúde e o bem-estar entre os idosos.

A literatura evidencia que as atividades como rodas de conversa, dinâmicas lúdicas e também a realização de triagens e orientações em saúde estimulam a autonomia, a socialização e a conscientização sobre práticas de autocuidado (Fontes et al., 2024). Além disso, a utilização de instrumentos validados, como a Escala de Depressão Geriátrica, permite identificar precocemente sinais de adoecimento mental, dessa forma possibilitando o direcionamento para ações preventivas (Silva et al., 2020).

A participação de forma ativa dos acadêmicos também se revelou essencial, promovendo a integração entre a teoria e prática, assim, fortalecendo a formação



profissional de forma humanizada. além disso, a experiência vivida reforça a importância de implementação e de iniciativas extensionistas como ferramenta de transformação social e de qualificação do processo de cuidado em saúde.

CONCLUSÃO

A execução do projeto “EnvelheSER: Saúde e Bem-Estar com a pessoa idosa” proporcionou uma experiência bastante enriquecedora para ambos os grupos, tanto para os acadêmicos quanto para os idosos participantes do projeto. Para os estudantes, representou além de uma oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos em uma prática humanizada e interativa, ampliando competências técnicas e relacionais. Para os idosos, constituiu-se como um espaço de acolhimento, escuta e de aprendizado, favorecendo o fortalecimento de vínculos sociais, a valorização da autonomia e da promoção do bem-estar.

A experiência demonstrou que ações extensionistas voltadas para a terceira idade são fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e para a valorização do envelhecimento como uma etapa plena e ativa da vida. A continuidade de projetos como este, tornam-se de extrema importância para consolidar ainda mais o vínculo e a integração entre a universidade e a comunidade, promovendo além de saúde, mas o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, A. C. V.; FERREIRA, E. F. E; VARGAS, A. M. D. Determinantes do envelhecimento ativo segundo a qualidade de vida e gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 7, p. 2221–2237, jul. 2015.

FERREIRA, L. F.; SILVA, C. M.; PAIVA, A. C. DE. Importância da avaliação do estado nutricional de idosos. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 5, p. 14712–14720, 2020.

FONTES, G. N. et al. Exercício físico regular como ferramenta de prevenção de psicopatologias em idosos. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 9, p. 1562–1574, 2024.

SILVA, V. P. DE O. et al. Escala de depressão geriátrica como instrumento assistencial do enfermeiro no rastreamento de sintomas depressivos em idosos institucionalizados. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 12166–12177, 2020.

SOUSA, M. DA C. et al. O envelhecimento da população: aspectos do Brasil e do mundo, sob o olhar da literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 61871–61877, 2020.



SOUZA, E. C. S. de; HOLANDA, A. B. Saúde mental e qualidade de vida dos idosos no Brasil. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 11, p. e6320, 2024.

PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR COMO ASSISTÊNCIA MULTIDISCIPLINAR EM UMA PACIENTE COM HIPERTENSÃO ARTERIAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Juliana Cardoso de Sousa¹; Livia Barros Leal¹; Maria Clara Tobias¹; Joara Cunha Santos Mendes
Gonçalves Val²; Germmany de Sousa Carvalho²*

¹ Discente do Curso de Medicina da IESVAP

² Docente do Curso de Medicina da IESVAP

RESUMO

Este relato descreve a construção e execução de um Projeto Terapêutico Singular (PTS) com a paciente A.M.P.C., de 52 anos, usuária da UBS Módulo 11 em Parnaíba-PI, diagnosticada com hipertensão arterial sistêmica, nódulos mamários benignos e queixas de ansiedade. A intervenção ocorreu entre março e abril de 2025, com base no Método Clínico Centrado na Pessoa, por meio de visitas domiciliares. Foram utilizados instrumentos como APGAR, PRACTICE, FIRO, genograma e ecomapa, que possibilitaram uma abordagem ampliada do contexto biopsicossocial da paciente. As ações incluíram escuta qualificada, orientações sobre alimentação e atividade física, encaminhamento para mastologista e suporte emocional. Os resultados revelaram melhoria na adesão ao tratamento, fortalecimento do vínculo com a equipe e maior autonomia no autocuidado. As principais dificuldades foram o acesso restrito a serviços especializados e o silêncio inicial sobre conflitos conjugais. Entre as potencialidades, destacaram-se a receptividade da paciente, sua espiritualidade e o apoio familiar parcial. A experiência reafirma o PTS como ferramenta essencial para o cuidado integral e humanizado na Atenção Primária, sendo recomendada sua maior inserção na formação em saúde e no cotidiano das equipes, com foco na escuta, vínculo e corresponsabilização do cuidado.

Palavras-chave: Hipertensão; Paciente; Tratamento; Diagnóstico.

INTRODUÇÃO

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) constitui-se como uma importante ferramenta de organização do cuidado individualizado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo especialmente relevante na Atenção Primária. Ele visa responder às necessidades específicas de cada usuário, integrando dimensões clínicas, sociais, emocionais e culturais em um plano terapêutico compartilhado e construído em equipe (CAMPOS, 2000). Mais do que uma proposta assistencial, o PTS representa uma estratégia ética e política de valorização da singularidade do sujeito, promovendo a corresponsabilização no cuidado e rompendo com modelos fragmentados de atenção



(MERHY; FEUERWERKER, 2000). Essa abordagem pressupõe escuta qualificada, vínculo, diálogo e respeito à autonomia, permitindo que as ações em saúde sejam conduzidas de forma humanizada, realista e centrada na pessoa (CECÍLIO, 2012).

Este relato tem como objetivo descrever a experiência de construção e aplicação de um PTS junto à paciente A.M.P.C., atendida pela UBS Módulo 11 da cidade de Parnaíba – PI. Trata-se de uma mulher de 52 anos, com diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica, múltiplos nódulos mamários benignos e episódios de ansiedade. A paciente também enfrentava conflitos conjugais, o que influenciava diretamente seu estado emocional e adesão ao tratamento.

Durante o processo, foram utilizados o Método Clínico Centrado na Pessoa e instrumentos como APGAR familiar, PRACTICE, FIRO, genograma e ecomapa. Esses recursos facilitaram a compreensão do contexto familiar, relacional e social da paciente, possibilitando uma abordagem ampliada e sensível à sua realidade.

Relatar essa vivência justifica-se pela importância de disseminar práticas que concretizam os princípios do SUS, especialmente a integralidade, a equidade e a humanização do cuidado. O PTS mostrou-se eficaz ao promover escuta, acolhimento e autonomia, permitindo intervenções clínicas e psicossociais mais efetivas. Como afirmam Franco e Merhy (2013), o cuidado só se realiza plenamente quando há reconhecimento do sujeito como protagonista de seu processo de saúde-doença.

METODOLOGIA

A experiência foi realizada entre os meses de fevereiro e maio de 2025, na cidade de Parnaíba – PI, na área adscrita à Unidade Básica de Saúde (UBS) Módulo 11. A proposta teve como eixo central a construção de um Projeto Terapêutico Singular (PTS) para a paciente A.M.P.C., mulher de 52 anos, portadora de hipertensão arterial sistêmica, com nódulos mamários benignos e queixas de ansiedade. A paciente vivencia conflitos conjugais e apresenta vulnerabilidades emocionais que afetam seu cuidado com a saúde.

A vivência foi realizada por acadêmicas de medicina, com orientação docente e preceptoria, durante visitas domiciliares planejadas, utilizando o Método Clínico Centrado na Pessoa. A ação teve caráter assistencial e educativo, com escuta qualificada, avaliação clínica e intervenções personalizadas. Foram utilizados esfigmomanômetro, oxímetro, termômetro, fichas de anamnese, além dos instrumentos APGAR, PRACTICE, FIRO, genograma e ecomapa, permitindo analisar as dimensões familiares e sociais da paciente.

As ações envolveram orientação sobre alimentação e atividade física, incentivo ao autocuidado, encaminhamento à mastologia e apoio emocional. Os dados foram analisados de forma qualitativa e descritiva, considerando os aspectos biopsicossociais e a resposta da paciente às intervenções propostas. A condução do cuidado respeitou os princípios éticos da confidencialidade, escuta e autonomia.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A experiência com a paciente A.M.P.C. teve início em fevereiro de 2025, durante as atividades do módulo prático do curso de Medicina, desenvolvidas em articulação com a Unidade Básica de Saúde (UBS) Módulo 11, localizada na cidade de Parnaíba–PI. A seleção da paciente para o acompanhamento domiciliar ocorreu a partir da indicação da equipe de saúde da UBS e da disponibilidade da usuária em participar do processo. A



proposta era aplicar o Projeto Terapêutico Singular (PTS) como ferramenta de cuidado integral, considerando não apenas as queixas clínicas, mas também os aspectos subjetivos, sociais e familiares da paciente.

Na visita inicial, a equipe apresentou-se, explicou os objetivos da proposta e estabeleceu um espaço de escuta acolhedora. A paciente, de 52 anos, relatou ser portadora de hipertensão arterial sistêmica, em uso contínuo de losartana 50 mg e hidroclorotiazida 25 mg. Referia também dores recorrentes nos seios causadas por nódulos mamários benignos, o que gerava grande desconforto físico e preocupação emocional. Esses nódulos, segundo ela, foram aumentando de tamanho ao longo dos anos e causavam dor mesmo com o toque da água durante o banho. Apesar dos laudos benignos, havia um medo constante de transformação maligna, o que elevava seus níveis de ansiedade. A paciente também relatava episódios de insônia, sensação de aperto no peito em momentos de estresse e conflitos conjugais não verbalizados.

Durante as visitas seguintes, foram utilizados instrumentos de avaliação como o APGAR familiar, PRACTICE, FIRO, genograma e ecomapa, que permitiram aprofundar a análise das relações familiares e da rede de apoio. Identificou-se uma relação afetiva e funcional com as filhas, que moravam com ela e a apoiavam em atividades domésticas e no cuidado com a saúde. Em contrapartida, o relacionamento com o companheiro era marcado por tensões e pouca comunicação, o que a paciente reconhecia como um fator de desgaste emocional. Ela também relatava ter deixado de trabalhar com vendas após sentir cansaço físico e agravamento dos sintomas relacionados à hipertensão.

Diante do contexto apresentado, foi elaborado o Projeto Terapêutico Singular com base nos dados coletados e nas escutas realizadas. O plano de cuidado foi estruturado em torno de sete metas principais, entre elas: manutenção da pressão arterial controlada, acompanhamento dos nódulos mamários, apoio emocional, incentivo ao autocuidado e à alimentação saudável, orientação quanto ao uso correto das medicações, e promoção de práticas que fortalecessem sua autonomia e qualidade de vida. A equipe reforçou a importância da continuidade do tratamento, da prática regular de atividades físicas leves, do acompanhamento mastológico e da busca de apoio psicológico quando necessário.

Nas orientações, discutiu-se também a importância do autocuidado mamário, do uso adequado de medicamentos e da atenção aos sinais de alerta, como dor torácica e alterações súbitas na mama. A paciente recebeu orientações sobre alimentação com baixo teor de sódio, incentivo ao consumo de frutas e verduras e a hidratação adequada. Foi ressaltado o valor das caminhadas diárias, atividade que ela já realizava e gostava, como estratégia de promoção da saúde cardiovascular e de alívio do estresse.

Com o avançar das visitas, foi possível observar evolução significativa no comportamento da paciente. Ela passou a relatar com mais abertura as dificuldades emocionais que enfrentava, mostrou-se mais segura diante de seus sintomas e começou a perceber a importância de verbalizar suas angústias. A manutenção de vínculos religiosos também foi incentivada como fator protetor emocional. As filhas permaneceram ativas no processo de cuidado e participaram de algumas orientações, o que fortaleceu ainda mais o vínculo familiar.

A paciente demonstrou grande adesão ao plano proposto, seguindo as orientações recebidas e mantendo boa comunicação com a equipe. Durante o acompanhamento, sua pressão arterial permaneceu estável e houve melhora na percepção dos sintomas ansiosos. Ainda que o encaminhamento para mastologista dependesse do fluxo da rede, ela compreendeu a necessidade do acompanhamento e sentiu-se acolhida em suas preocupações.

O acompanhamento se estendeu até maio de 2025, quando as atividades do módulo foram concluídas. Ao final do processo, a paciente expressou satisfação com o



cuidado recebido e reconhecimento pela atenção da equipe. A experiência reforçou, para os estudantes envolvidos, a importância do olhar integral, da escuta ativa e da valorização do sujeito em sua singularidade. O uso do PTS possibilitou um cuidado ampliado e humanizado, integrando aspectos clínicos e psicossociais de forma eficaz.

DISCUSSÃO

A experiência vivenciada na elaboração e aplicação do Projeto Terapêutico Singular (PTS) junto à paciente A.M.P.C. reafirma os princípios defendidos pela clínica ampliada e pela atenção centrada na pessoa, conforme discutido por Campos (2000) e Merhy (2000). Esses autores ressaltam que o cuidado em saúde deve considerar não apenas o diagnóstico biomédico, mas também os aspectos subjetivos, sociais, culturais e afetivos do paciente, construindo um plano de cuidado personalizado e compartilhado. No caso relatado, ficou evidente que a escuta ativa e a valorização da narrativa da paciente foram elementos essenciais para compreender os determinantes que impactavam diretamente sua saúde, especialmente os conflitos conjugais e os sentimentos de medo e ansiedade diante da condição mamária.

O diálogo entre teoria e prática permitiu observar, de forma concreta, a importância da abordagem interprofissional e da continuidade do cuidado na Atenção Primária. A vivência reforçou que, ao integrar instrumentos como o APGAR familiar, PRACTICE, FIRO, genograma e ecomapa à rotina de cuidado, é possível visualizar a paciente dentro de seu contexto relacional e territorial, promovendo intervenções mais efetivas e humanizadas. A inclusão dessas ferramentas contribuiu para revelar as redes de apoio, os conflitos não verbalizados e as necessidades emocionais, que muitas vezes não emergem em atendimentos clínicos tradicionais.

Além disso, o uso do Método Clínico Centrado na Pessoa favoreceu a construção de um vínculo de confiança, fundamental para que a paciente se sentisse segura ao relatar aspectos íntimos de sua vida. Essa abertura foi decisiva para a elaboração de um plano que não apenas atendesse às metas clínicas, como o controle da pressão arterial, mas também acolhesse suas angústias e promovesse maior autonomia no cuidado de si. A literatura reforça que o PTS não é apenas uma ferramenta técnica, mas um dispositivo político-pedagógico que valoriza o protagonismo do sujeito e rompe com modelos fragmentados de atenção à saúde (Franco & Merhy, 2013; Cecílio, 2012). A análise da experiência também evidenciou alguns desafios. Apesar da receptividade da paciente, a limitação no acesso a serviços especializados, como o atendimento mastológico, representa uma barreira ainda presente na rede de atenção, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade. No entanto, mesmo diante dessas limitações, a atuação sensível da equipe e o uso de estratégias de educação em saúde foram fundamentais para minimizar os impactos negativos e fortalecer o empoderamento da paciente no enfrentamento de sua condição.

Em síntese, a experiência relatada confirma o potencial transformador do PTS quando executado com base em princípios éticos, dialógicos e interdisciplinares. Ela também evidencia que o cuidado integral só é possível quando se reconhece o paciente como sujeito ativo, inserido em um contexto complexo que deve ser compreendido e respeitado.

CONCLUSÃO

A elaboração e execução do Projeto Terapêutico Singular (PTS) junto à paciente A.M.P.C. representou uma experiência rica e formativa, que permitiu integrar teoria e prática em um cuidado mais humanizado e centrado na pessoa. A vivência reafirmou o



valor da escuta ativa, da interdisciplinaridade e da construção coletiva do cuidado como pilares fundamentais para a efetividade das ações em saúde, especialmente na Atenção Primária.

Entre as principais dificuldades enfrentadas, destacaram-se a limitação de acesso da paciente a serviços especializados, como o acompanhamento mastológico, e a resistência inicial em abordar conflitos conjugais, que exigiram sensibilidade e tempo por parte da equipe para serem acolhidos com ética e empatia. Apesar disso, a criação de vínculo entre paciente e profissionais e a abordagem centrada na pessoa permitiram superar gradualmente essas barreiras, revelando que o cuidado em saúde é também um processo relacional e contínuo.

Dentre as potencialidades observadas, destacam-se a receptividade da paciente às orientações, seu envolvimento ativo no processo de cuidado, a presença de uma rede de apoio familiar parcial (especialmente com as filhas) e a forte conexão com a espiritualidade. Esses fatores foram fundamentais para fortalecer sua autonomia, adesão ao tratamento e enfrentamento dos desafios emocionais e físicos relacionados à sua condição de saúde.

A finalidade do relato foi plenamente alcançada ao demonstrar como o PTS pode ser um instrumento potente para ampliar a compreensão do processo saúde-doença e qualificar a prática clínica a partir da realidade concreta e singular de cada paciente. A experiência evidenciou que o cuidado integral, para além da técnica, requer sensibilidade, vínculo e compromisso com a autonomia do sujeito.

Como proposições futuras, destaca-se a importância de fortalecer a rede de apoio psicológico nas unidades básicas de saúde, ampliar o acesso a especialistas e fomentar espaços permanentes de educação em saúde e rodas de conversa, que promovam escuta, acolhimento e construção coletiva de saberes. Além disso, recomenda-se que a prática do PTS seja cada vez mais incorporada à formação acadêmica, como forma de preparar profissionais mais humanos, éticos e comprometidos com os princípios do SUS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Atenção domiciliar no Sistema Único de Saúde: guia orientador*. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Reflexões sobre a clínica ampliada. *Saúde em Debate*, v. 24, n. 57, p. 68–76, 2000.

CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira. O desafio da integralidade segundo as perspectivas da vigilância da saúde e da saúde da família. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 1, p. 61–70, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000100008>.

FRANCO, Túlio Batista; MERHY, Emerson Elias. Produção do cuidado e o trabalhador vivo em ato. *Saúde em Debate*, v. 37, n. 98, p. 272–280, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5935/0103-1104.20130049>.



MERHY, Emerson Elias; FEUERWERKER, Laura Camargo

Macruz. Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea. *Saúde em Debate*, v. 24, n. 57, p. 118–133, 2000.

NAPOLEÃO, Franco Magnago et al. Projeto terapêutico singular como ferramenta de abordagem familiar durante a visita domiciliar. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 8, p. e11512842945, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i8.42945>.

SILVA, D. F. et al. Estratégias terapêuticas na abordagem da hipertensão arterial sistêmica. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 5, n. 2, p. 1234–1245, 2024. Disponível em: <https://bjhrs.emnuvens.com.br/bjhrs/article/view/5169>. Acesso em: 20 maio 2025.

STEWART, Moira et al. *Medicina centrada na pessoa: transformando o método clínico*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

PROJETO ENVELHESER: CUIDADO E INFORMAÇÃO PARA PREVENIR GOLPES FINANCEIROS NA MELHOR IDADE

Ana Gabrielly Marques Machado Souza¹; Aonny Mayra Silva Carvalho¹; Arthur De Souza Malheiros¹; Bruna dos Santos Lima¹; Charles Vitor Oliveira Da Silva¹; Débora Maria dos Santos Mota¹; Franklin Calland Marques Serra De Azevedo¹; Lara Caldas Viana Costa¹; Leonardo do Nascimento Serejo¹; Maicon Veras Machado¹; Maria das Dores dos Santos Silva¹; Raylane Rocha Pereira¹; Rayna Maria Freire de Carvalho¹; Yasmin Fontenele Rodrigues¹; Yza Freitas de Farias¹; Stella Cristina de Carvalho Souza Garcês Miranda²

¹ Discente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí / Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba – FAHESP/IESVAP, Parnaíba, Piauí.

² Docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e da Saúde do Piauí / Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba – FAHESP/IESVAP, Parnaíba, Piauí.

RESUMO

O presente relato apresenta a experiência dos discentes, no âmbito do Projeto de Extensão II, na promoção de uma ação social e educativa realizada na Fundação Dr. Raul Furtado Bacellar, localizada em Parnaíba-PI. Descrevem-se as metodologias que nortearam a atividade, na prática e na teoria, embasadas nos princípios do Estatuto da Pessoa Idosa e na promoção da cidadania digital. A ação foi estruturada a partir de um diagnóstico situacional pelo grupo, que identificou como principais dificuldades dos idosos a vulnerabilidade frente aos golpes financeiros e à exclusão digital. Tendo em vista o contexto contemporâneo, foram elaborados materiais acessíveis, como cartilhas ilustradas, dinâmicas e palestras, aplicados presencialmente, com linguagem simples e objetiva, visando aproximar o conteúdo da realidade dos idosos atendidos pela instituição.



O relato destaca os resultados obtidos da experiência ao longo do desenvolvimento da ação, demonstrando o impacto positivo na conscientização dos idosos sobre seus direitos, segurança digital e formas de prevenção contra fraudes. Para encerramento de forma contributiva, o registro da experiência ainda explora os desafios, consequências e aprimoramentos necessários para evitar atos fraudulentos, além de reforçar a relevância das ações extensionistas para a proteção e inclusão da população idosa.

Palavras-chave: Ação. Idosos. Golpes. Vulnerabilidade. Inclusão.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população brasileira tem se intensificado nas últimas décadas, exigindo atenção especial às políticas públicas e ações voltadas para a promoção da autonomia, segurança e qualidade de vida dos idosos. Em meio a esse cenário, observa-se o aumento significativo de golpes financeiros e crimes virtuais direcionados a essa faixa etária, que muitas vezes se encontra em situação de vulnerabilidade emocional, social e digital. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população de pessoas idosas residentes no Brasil ultrapassa o número de 32 milhões, representando um aumento de 56,0% em relação ao censo demográfico de 2010, e grande parte desse grupo não possui familiaridade com as tecnologias digitais, o que os torna alvos frequentes de fraudes.

Nesse sentido, a vulnerabilidade digital dos idosos é agravada pela ausência de informações claras sobre segurança online e pela dificuldade de acesso a canais de denúncia. Para Reimberg (2022), a falta de educação digital contribui para o isolamento social e para a exposição a riscos financeiros, como golpes por telefone, mensagens falsas e fraudes bancárias. Além disso, a desinformação e o baixo letramento digital comprometem a capacidade de discernimento e proteção da pessoa idosa em ambientes virtuais.

Compreendendo essa realidade, o projeto de extensão EnvelheSer: vitalidade e sabedoria em cada fase da vida, desenvolvido por discentes do 3º período do curso de Direito da FAHESP/IESVAP, surge como uma resposta institucional e comunitária a essa problemática. A iniciativa, realizada na Fundação Raul Furtado Bacellar - instituição que acolhe mais de 100 idosos em Parnaíba-PI -, visou a conscientizar e capacitar esse público para o enfrentamento das fraudes financeiras, por meio de palestras e materiais educativos acessíveis.

Além de promover a inclusão digital e o envelhecimento ativo, o projeto se ancora no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), que garante os direitos fundamentais e a proteção integral dessa população, e na Constituição Federal de 1988, que estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar os direitos da pessoa idosa. Assim, a referida ação busca não apenas combater práticas fraudulentas, mas também fortalecer o exercício da cidadania e o protagonismo da pessoa idosa na sociedade contemporânea.

**METODOLOGIA**

Para a realização da iniciativa, adotou-se uma metodologia de abordagem qualitativa, com foco na pesquisa participante, considerando a interação direta com os idosos atendidos na Fundação Raul Furtado Bacellar, localizada em Parnaíba-PI, que acolhe pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social (Minayo, 2001).

As ações foram planejadas a partir de um diagnóstico feito por meio de conversas, observação e levantamento de demandas com a orientadora, discentes e idosos. A partir desse levantamento, foram produzidos materiais educativos acessíveis, como cartilhas ilustrativas, dinâmicas e palestras informativas, abordando temas como segurança digital, prevenção de golpes financeiros e direitos da pessoa idosa.

A oficina foi realizada presencialmente, em um espaço adaptado dentro da própria Fundação. Inicialmente, promoveu-se um café da manhã como momento de acolhimento e integração. Em seguida, realizou-se uma apresentação sobre os golpes mais comuns aplicados contra esse público, utilizando uma linguagem simples, clara e com exemplos práticos, facilitando a compreensão dos participantes (Gil, 2019). Durante a atividade, utilizou-se um roteiro semiestruturado para organizar as falas dos membros da equipe, além de avaliar os conhecimentos prévios dos idosos e suas percepções após a transmissão dos conteúdos.

A condução da ação foi baseada no diálogo, na escuta ativa e na participação colaborativa dos idosos presentes, criando um ambiente seguro e de troca de saberes. As dinâmicas realizadas buscaram não apenas transmitir informações, mas também fortalecer a autonomia dos participantes, promovendo a conscientização sobre seus direitos e as estratégias de proteção contra fraudes financeiras.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Participar do projeto de extensão “EnvelheSer” foi uma experiência transformadora, enriquecedora e inesquecível. O projeto teve como principal objetivo informar e conscientizar os idosos sobre seus direitos, bem como alertá-los sobre os diversos tipos de golpes que, infelizmente, são aplicados com frequência contra pessoas na terceira idade. A atividade foi realizada em espaço de acolhimento, como casa de auxílio, local que frequentemente recebe idosos em situação de vulnerabilidade.

A ação realizada na Fundação Raul Furtado Bacellar foi uma experiência gratificante, tanto para os participantes quanto para a equipe envolvida. A atividade teve como principal objetivo promover a conscientização, fortalecer vínculos afetivos e oferecer informações importantes para a qualidade de vida e a proteção dos idosos. Iniciamos as atividades com um acolhedor café da manhã, momento que proporcionou integração, diálogo e descontração entre todos. Em seguida, realizamos uma roda de conversa sobre fraudes, tema de extrema relevância para a terceira idade, destacando os tipos mais comuns e orientando sobre como se prevenir contra golpes e situações de risco. Também desenvolvemos a dinâmica do abraço, uma prática afetiva que buscou resgatar



a importância do toque, da empatia e do fortalecimento emocional, promovendo bem-estar e autoestima aos idosos participantes.

Outro aspecto fundamental trabalhado foi a vulnerabilidade do idoso, especialmente no que diz respeito à falta de acesso ou desconhecimento de informações sobre seus direitos. Nesse sentido, utilizamos como apoio a Cartilha da Pessoa Idosa, ferramenta essencial para esclarecer, informar e empoderar esse público, abordando temas como saúde, segurança, benefícios sociais e direitos jurídicos.

Desde o início, o projeto proporcionou um contato direto e humano com a realidade dessas pessoas, muitas vezes invisibilizadas pela sociedade. Nas casas de auxílio, percebeu-se o quanto os idosos valorizam momentos de escuta, acolhimento e, principalmente, de informação. As rodas de conversa foram momentos de intensa troca, nas quais, além de levar conhecimento jurídico e orientações práticas sobre a prevenção de golpes, também aprendemos com as histórias de vida de cada um. Muitos relataram já terem sido vítimas de estelionatários ou conhecerem alguém próximo que passou por essa triste experiência. Por isso, a informação foi recebida com muito interesse e gratidão.

Além de alertar sobre golpes, a ação também teve um caráter educativo, orientando os idosos sobre os principais direitos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa, como o acesso prioritário a serviços de saúde, transporte gratuito, direito à moradia digna e ao respeito. Muitos desconheciam esses direitos, e perceber o brilho em seus olhos ao compreenderem que são protegidos por leis específicas foi, sem dúvida, uma das maiores recompensas dessa vivência.

Para os estudantes e futuros profissionais, participar da iniciativa “EnvelheSer” foi um aprendizado imensurável. A experiência ensinou não apenas conteúdos relacionados ao Direito, mas, principalmente, sobre humanidade, empatia e responsabilidade social. Constatou-se, na prática, a importância do papel social da universidade e do compromisso ético de usar o conhecimento acadêmico para transformar realidades e promover dignidade.

Ao final, ficou a certeza de que ações como essa são fundamentais para fortalecer a cidadania e a autoestima das pessoas idosas. Os corações saíram cheios de gratidão, conscientes de que, mais do que levar informação, recebeu-se amor, sabedoria e lições de vida. O “EnvelheSer” foi mais do que um projeto, foi um convite a refletir sobre o envelhecimento com respeito, dignidade e valorização da pessoa idosa em nossa sociedade.

DISCUSSÃO

A campanha de conscientização sobre golpes contra idosos, teve como principal objetivo: informar e alertar esse público sobre os principais tipos de fraudes que têm se tornado cada vez mais comuns, como ligações de pessoas que se passam por familiares pedindo dinheiro; falsos funcionários de banco e mensagens de aplicativos de conversa. Durante as ações realizadas, observamos diversos comportamentos receptivos por parte dos idosos, muitos dos quais, relataram já ter vivenciado ou conhecido alguém que sofreu esse tipo de golpe.



A experiência reforçou a importância de utilizar uma linguagem clara, com exemplos práticos e situações reais, para facilitar a compreensão sobre o tema. Foi percebido que os idosos, quando bem orientados, se tornam mais atentos e cuidadosos, o que é essencial para evitar que caiam em golpes. Um dos resultados esperados e consequentemente alcançados, foi o aumento da percepção de risco e da capacidade de reconhecer tentativas de fraude.

Esse tipo de ação assemelha-se as matérias jornalísticas, onde apontam o envelhecimento como um fator adverso, pois pode tornar o indivíduo mais vulnerável a golpes, principalmente devido à solidão, falta de familiaridade com tecnologias e confiança excessiva nos outros. Como destacado na reportagem do Jornalismo IESB (2025), "a combinação entre desconhecimento tecnológico, vulnerabilidade emocional e ausência de suporte contribui para que o golpe seja quase sempre certo - e, muitas vezes, silencioso".

A vulnerabilidade dessas pessoas é reforçada por fatores estruturais, como o pouco conhecimento digital, a exclusão social e a falta de informações corretas. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), incluir os idosos no mundo digital é uma das principais estratégias para promover um envelhecimento ativo e saudável. No entanto, dados do IBGE (2022) revelam que mais de 40% da população idosa no Brasil não tem acesso regular à internet, o que aumenta o risco de serem vítimas de fraudes por telefone ou na internet.

O envelhecimento traz desafios que vão além das limitações físicas, envolvendo também questões emocionais e sociais. A literatura aponta que idosos que vivem isolados socialmente costumam ser mais vulneráveis a golpes, pois muitas vezes sentem falta de afeto e procuram por vínculos, algo que os golpistas exploram de forma maliciosa (Reimberg, 2022).

Além disso, a campanha contribuiu para fortalecer os laços entre os idosos do estabelecimento em que foi feita a ação, incentivando o diálogo sobre segurança e o uso consciente de tecnologias. Portanto, a experiência foi positiva, pois confirmou sua necessidade, para que ações como essa sejam permanentes, visando à proteção da pessoa idosa e à promoção de seus direitos.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o projeto "EnvelheSer" foi uma experiência muito importante, tanto do ponto de vista social quanto humano. A iniciativa, que aconteceu na Fundação Dr. Raul Furtado Bacellar e em outros locais, mostrou claramente como é urgente oferecer informação, apoio e conscientização às pessoas idosas, especialmente no combate aos golpes financeiros cada vez mais sofisticados e frequentes.

Durante as atividades, ficou claro que a falta de acesso às informações não só prejudica a segurança financeira dos idosos, mas também afeta sua autoestima e dignidade. Eles podem se sentir mais frágeis diante das perdas materiais e emocionais. A troca de saberes promovida na oficina não apenas empoderou os participantes, mas



também fortaleceu a percepção de pertencimento social, estimulando o exercício da cidadania.

De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), que garante proteção, respeito e dignidade aos idosos, acreditamos que ações como essa não devem ser pontuais ou isoladas. Elas precisam fazer parte de uma política contínua de educação em direitos e cidadania, envolvendo diferentes áreas e atuando em parceria entre universidades, sociedade civil e governo.

Por isso, fica claro que combater fraudes contra os idosos vai muito além de apenas alertar sobre golpes. É necessário construir uma sociedade que valorize o envelhecimento, reconheça os direitos dessa população e trabalhe de forma coletiva para garantir que o envelhecimento seja digno, seguro e ativo socialmente. O "EnvelheSer" reforçou que envelhecer bem não é apenas um direito, mas também um compromisso ético de todos nós.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Casa Civil. Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília: Casa Civil, 2003.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Brasília: Diário Oficial da União, 2016.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 248 p.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010/2022: População por idade e sexo: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Pessoas idosas (60 anos ou mais de idade)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0c84737978791f626ea10b75eae18b3c.docx. Acesso em: 18 mai. 2025.
- LIMA, Ana. **Golpes virtuais se multiplicam entre idosos e expõem impacto da exclusão digital**. Jornalismo IESB, 23 abr. 2025. Disponível em: <https://jornalismo.iesb.br/destaque1/golpes-virtuais-se-multiplicam-entre-idosos-e-expoem-impacto-da-exclusao-digital/>. Acesso em: 22 mai. 2025.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Envelhecimento saudável**. Genebra: OMS, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/envelhecimento-saudavel>. Acesso em: 22 mai. 2025.
- REIMBERG, M. A. **Educação digital e envelhecimento: desafios e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2022.



**SAÚDE MENTAL COMO CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO DA PERSPECTIVA DE
FUTURO DE MULHERES EM VULNERABILIDADE SOCIAL NA CASA DAS
SAMARITANAS NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI**

Ana Vitória de Holanda Soares ¹; Gabriela Maria Sousa de Carvalho ¹; Jáder José Sales Montenegro ¹; João Vitor Maciel Ferreira Gomes ¹; Lucas Rafael Galvão Araújo ¹; Marina Cândida de Lima Bento ¹; Joara Cunha Santos Mendes Gonçalves Val²; Maria Vitória Santos Araújo².

¹ Discente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP. Parnaíba - PI, Brasil.

² Docente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP. Parnaíba - PI, Brasil.

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência vivenciado por acadêmicos de Medicina do IESVAP com mulheres acolhidas na Casa das Samaritanas, no município de Parnaíba-PI. A intervenção teve como propósito contribuir para o fortalecimento da autoestima, a reconstrução de vínculos afetivos e a ressignificação do projeto de vida das participantes, por meio de ações voltadas ao cuidado em saúde mental. As atividades realizadas incluíram escuta ativa, oficinas terapêuticas e rodas de conversa, promovendo um espaço de acolhimento e expressão emocional. Os resultados observados revelaram transformações subjetivas relevantes nas mulheres, evidenciando o potencial emancipador do cuidado em saúde mental como ferramenta para a reconstrução da identidade e para a construção de novas perspectivas de futuro. Além disso, a experiência proporcionou aos discentes uma vivência enriquecedora, pautada na prática humanizada, na empatia e no cuidado integral, reforçando a importância da formação médica voltada às necessidades de populações em situação de vulnerabilidade social. O projeto demonstrou que intervenções em saúde mental, quando realizadas com sensibilidade e escuta qualificada, podem atuar como catalisadoras de mudanças profundas e positivas na trajetória de vida de mulheres em contextos de exclusão social.

Palavras-chave: Saúde mental. Vulnerabilidade social. Empoderamento feminino. Escuta ativa. Cuidado humanizado.

INTRODUÇÃO

A saúde mental é um dos pilares essenciais para a promoção da qualidade de vida e para o pleno exercício da cidadania, especialmente em contextos marcados pela exclusão social. Mulheres em situação de risco, frequentemente expostas à violência, negligência e precariedade socioeconômica, demonstram maior vulnerabilidade ao sofrimento psíquico e ao desenvolvimento de transtornos mentais, como depressão e ansiedade (Brasil, 2023b; WHO, 2022). A ausência de suporte emocional, aliada à escassez de políticas públicas eficazes, contribui para a perpetuação de ciclos de marginalização e silenciamento dessas vivências.



Nesse cenário, espaços de acolhimento configuram-se como alternativas potentes de intervenção psicossocial. A Casa das Samaritanas, localizada em Parnaíba-PI, desempenha esse papel ao oferecer amparo a mulheres em condições de vulnerabilidade, promovendo um ambiente seguro para a reconstrução de vínculos e fortalecimento da autoestima. A participação de acadêmicos de Medicina nesse contexto fundamenta-se na pedagogia freiriana, que valoriza a educação como prática transformadora, pautada no diálogo e na escuta ativa (Freire, 2019). Essa abordagem favorece a troca de saberes e o protagonismo das participantes no processo de cuidado.

Pesquisas recentes destacam a eficácia de ações comunitárias em saúde mental no fortalecimento da subjetividade e da autonomia de populações vulnerabilizadas, por meio de estratégias que envolvem oficinas terapêuticas, rodas de conversa e redes de apoio (Silva et al., 2022). Tais iniciativas estimulam a ressignificação das experiências de sofrimento, favorecendo a construção de novos sentidos para a vida e ampliando as possibilidades de inserção social.

Neste contexto, a atuação dos estudantes extrapola o campo acadêmico ao promover vivências centradas na empatia, no cuidado integral e na valorização das histórias de vida das mulheres atendidas. O ambiente de acolhimento torna-se, assim, um espaço de escuta e reconstrução simbólica, onde a saúde mental é compreendida como um instrumento de emancipação e transformação social.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de intervenção em saúde mental desenvolvida por discentes de Medicina do IESVAP com mulheres acolhidas na Casa das Samaritanas, com ênfase na escuta qualificada, na reconstrução de vínculos afetivos e na construção coletiva de novas perspectivas de vida.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo relato de experiência, desenvolvido no dia 23 de maio de 2025, por acadêmicos de Medicina do IESVAP, sob supervisão de docente da área de saúde mental. As atividades foram realizadas em duas etapas. Na primeira dela, durante as práticas de IESC IV, foi realizada uma visita com o objetivo de conhecer a Casa das Samaritanas, em Parnaíba-PI, instituição de acolhimento destinada a mulheres em situação de vulnerabilidade social. Já a segunda etapa, que também ocorreu de forma presencial, foi voltada para execução do projeto.

As estratégias utilizadas incluíram escuta ativa individualizada, fundamentada na abordagem centrada na pessoa, que valoriza a empatia, a autenticidade e a aceitação incondicional como princípios de cuidado (Rogers, 2021). Sendo assim, rodas de conversa com temáticas relacionadas à autoestima, espiritualidade e projeto de vida, conforme diretrizes do Ministério da Saúde para ações em saúde mental comunitária (Brasil, 2023b), oficinas expressivas com uso de pintura e colagem como formas de expressão simbólica e construção de sentido (Costa e Amaral, 2020) e dinâmicas integrativas, adaptadas ao contexto e aos limites subjetivos de cada participante.

O registro das vivências ocorreu por meio de diários de campo, observações sistematizadas e relatos orais das participantes, obtidos mediante consentimento livre e esclarecido. A análise dos dados foi orientada por referenciais da psicologia humanista e da saúde coletiva crítica, buscando compreender os significados atribuídos às experiências. A experiência respeitou os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.



RELATO DE EXPERIÊNCIA

Este relato descreve a experiência de intervenção em saúde mental realizada por acadêmicos de Medicina do IESVAP junto a mulheres acolhidas na Casa das Samaritanas, em Parnaíba-PI, no dia 23 de maio de 2025. A iniciativa teve como objetivo promover a escuta qualificada, o fortalecimento dos vínculos afetivos e a construção coletiva de novos sentidos para o futuro dessas mulheres em situação de vulnerabilidade social.

As atividades foram desenvolvidas durante o mês de maio no ano de 2025, mais especificamente no dia 23. O primeiro momento foi dedicado à apresentação do grupo, estabelecendo um ambiente acolhedor e de confiança, fundamental para o desenvolvimento das ações subsequentes. Durante essa etapa inicial, os acadêmicos buscaram criar vínculos por meio de diálogos informais e dinâmicas leves, favorecendo a aproximação e a expressão espontânea das participantes.

Imagem 1. Fim da ação na Casa das Samaritanas.



Fonte: Autoria Própria

Imagem 2. Dinâmica da caixa para simbolizar.



Fonte: Autoria Própria

Na sequência, foram realizadas sessões de escuta ativa individualizada, baseadas na abordagem centrada na pessoa, conforme proposta por Rogers (2021). Esses encontros possibilitaram o acolhimento das histórias de vida, dores e expectativas das mulheres, criando um espaço seguro para a manifestação das emoções e do sofrimento psíquico. A escuta qualificada permitiu que cada participante se sentisse ouvida e valorizada, o que contribuiu para a reconstrução da autoestima e da confiança no grupo.

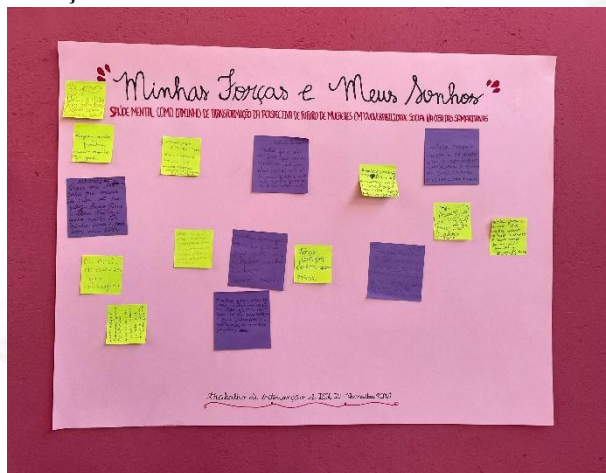
Paralelamente, foram promovidas rodas de conversa com temáticas selecionadas em conjunto, envolvendo autoestima, espiritualidade e projeto de vida. Essas atividades favoreceram a troca de experiências, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a ressignificação das vivências pessoais, estimulando a reflexão sobre o futuro. Durante as rodas, as mulheres foram incentivadas a compartilhar suas expectativas e sonhos, fortalecendo a sensação de pertencimento e apoio mútuo.

Além disso, foram promovidas oficinas expressivas que utilizaram murais como recurso terapêutico, nos quais os participantes puderam representar simbolicamente seus



sonhos, desejos de transformação e perspectivas de futuro. Essa estratégia favoreceu a expressão de conteúdos emocionais muitas vezes difíceis de serem verbalizados, ampliando os canais comunicativos e fortalecendo o processo de autocuidado.

Imagem 3. Mural interativo “minhas forças e meus sonhos”.



Fonte: Autoria Própria

Imagem 4. Acadêmicos do IESVAP.



Fonte: Autoria Própria

Para complementar as atividades, foram implementadas dinâmicas integrativas que respeitam a diversidade espiritual e os limites individuais de cada participante. Essas dinâmicas incluíram momentos de relaxamento, meditação e compartilhamento, promovendo o equilíbrio emocional e o fortalecimento do grupo como um espaço de acolhimento e suporte.

Todos os procedimentos foram documentados por meio de diários de campo elaborados pelos acadêmicos, observações sistematizadas e depoimentos orais coletados com consentimento livre e esclarecido das participantes. A análise dos dados qualitativos evidenciou transformações subjetivas relevantes, tanto na percepção das mulheres sobre si mesmas quanto na construção coletiva de perspectivas futuras.

A experiência também proporcionou aos estudantes a oportunidade de vivenciar a prática humanizada e integral da saúde, desenvolvendo competências como empatia, escuta ativa e sensibilidade para atuar em contextos de vulnerabilidade social. O contato direto com as realidades vividas pelas mulheres ampliou a compreensão sobre os determinantes sociais da saúde mental e a importância de intervenções comunitárias.

Assim, a intervenção realizada na Casa das Samaritanas destacou-se pelo potencial emancipador do cuidado em saúde mental, contribuindo para a promoção do bem-estar e a reconstrução de vínculos afetivos, elementos essenciais para o enfrentamento das adversidades enfrentadas pelas mulheres em situação de vulnerabilidade.

DISCUSSÃO

A literatura contemporânea em saúde mental aponta para a necessidade de abordagens que superem o modelo biomédico tradicional e integrem dimensões sociais, culturais e subjetivas do sofrimento psíquico, sobretudo em contextos de vulnerabilidade (Onocko-Campos et al., 2021). Mulheres expostas a contextos de violência, abandono e desigualdade social frequentemente enfrentam barreiras no acesso ao cuidado, e seus



sofrimentos são, muitas vezes, invisibilizados pelas políticas públicas e pelos próprios serviços de saúde (Brasil, 2023b).

Nesse sentido, intervenções baseadas na escuta qualificada, no acolhimento e na construção de vínculos têm sido apontadas como estratégias eficazes na promoção da saúde mental e no fortalecimento da autonomia de mulheres vulnerabilizadas (Silva et al., 2022). A atenção psicossocial centrada na pessoa, como preconizada por Carl Rogers (2021), oferece subsídios para uma prática que valoriza a singularidade de cada sujeito, promovendo a reconstrução de sentidos e de projetos de vida.

A ausência de políticas públicas estruturadas e sensíveis ao recorte de gênero agrava os efeitos da exclusão social e dificulta o enfrentamento das múltiplas vulnerabilidades que acometem essas mulheres (Pitta et al., 2022). A literatura aponta que estratégias intersetoriais, com participação comunitária e foco na equidade, são indispensáveis para a superação de desigualdades estruturais e para a construção de políticas efetivamente inclusivas.

Além disso, autores como Campos (2020) destacam que práticas integrativas e terapias expressivas podem ampliar os canais de comunicação e expressão emocional, promovendo bem-estar psíquico e senso de pertencimento. Essas experiências, quando bem conduzidas, colaboram para o rompimento com o ciclo de silenciamento histórico que recai sobre a dor feminina.

Para a formação médica, experiências que envolvem contato direto com realidades socialmente adversas favorecem a construção de um olhar crítico, empático e comprometido com os princípios do cuidado integral. As Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2023a) enfatizam a importância de vivências interdisciplinares e comunitárias para a formação de profissionais capazes de atuar com responsabilidade social e sensibilidade ética.

Assim, a experiência relatada encontra respaldo na literatura ao demonstrar que práticas centradas no diálogo, na subjetividade e na coletividade podem promover impactos significativos tanto para as participantes quanto para os futuros profissionais da saúde.

CONCLUSÃO

A experiência vivenciada na Casa das Samaritanas permitiu uma reflexão profunda sobre o papel da saúde mental enquanto instrumento de transformação social e pessoal para mulheres em situação de vulnerabilidade. Observamos que práticas humanizadas, baseadas na escuta sensível e na construção coletiva de significados, são capazes de promover não apenas o alívio do sofrimento imediato, mas também a reconstrução da autoestima e o fortalecimento da esperança em relação ao futuro. Essa constatação reforça a importância de investir em intervenções que reconheçam a subjetividade e o contexto de vida das pessoas, ultrapassando abordagens puramente biomédicas e fragmentadas.

Para nós, acadêmicos, essa vivência revelou a necessidade urgente de incorporar à formação médica experiências que estimulem a empatia e a compreensão das múltiplas dimensões do sofrimento humano. O contato direto com realidades marcadas pela exclusão e pelo sofrimento não pode ser apenas uma etapa curricular, mas um processo contínuo de aprendizagem e transformação pessoal. Essa imersão contribui para a construção de profissionais mais conscientes do seu papel social e mais preparados para atuar de forma ética e integral.

Além disso, a experiência nos mostrou que o cuidado em saúde mental é também um caminho de resistência e emancipação, especialmente para populações historicamente marginalizadas. Acreditamos que a ampliação de políticas públicas que integrem saúde



mental, direitos humanos e inclusão social é essencial para promover mudanças estruturais que garantam dignidade e cidadania a todas as mulheres.

Por fim, este estudo reforça nosso compromisso em continuar atuando e promovendo práticas que valorizem a escuta, o acolhimento e o fortalecimento comunitário, como pilares para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Medicina. Brasília, DF: MEC, 2023a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Mental: diretrizes para a atenção psicossocial. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023b.

COSTA, M. C.; AMARAL, R. L. Oficinas expressivas como recurso terapêutico: contribuições para a saúde mental. *Revista Psicologia em Foco*, v. 12, n. 2, p. 45-58, 2020.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

LIMA, A. P.; FREITAS, F. Intervenções psicossociais em populações vulneráveis: uma revisão sistemática. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 32, n. 1, e021123, 2020.

MARTINS, A. S. et al. Análise qualitativa em saúde coletiva: abordagens e aplicações. *Saúde e Pesquisa*, v. 14, n. 2, p. 341-355, 2023.

MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. Vulnerabilidade social e saúde: conceitos, aplicações e desafios. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 5, e00076520, 2020.

ONOCKO-CAMPOS, R. et al. Abordagens integradas na saúde mental: impacto no cuidado de mulheres vulneráveis. *Saúde & Sociedade*, v. 30, n. 3, p. e210123, 2021.

ROGERS, C. R. *Terapia centrada na pessoa: fundamentos e aplicações*. São Paulo: Summus, 2021.

SILVA, J. M. et al. Intervenções comunitárias psicossociais e fortalecimento da autonomia. *Revista Brasileira de Saúde Coletiva*, v. 22, n. 4, p. 1205-1214, 2022.

SOUZA, L. F.; GONÇALVES, C. Formação médica humanizada: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 45, n. 2, p. 45-52, 2021.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Mental health and social determinants*. Geneva: WHO, 2022.

**SINALIZANDO VIDAS: A SAÚDE EM SUAS MÃOS**

Ingrid Paula de Araujo Gomes¹; Ana Clara de Miranda Tavares¹; Carlos Danilo Silva Araujo¹; Conrado Da Costa Fenelon¹; Ellys Marina Carvalho Bezerra Costa¹; Lyana Alcântara de Aguiar¹; Maria Eduarda Pereira Lopes¹; Milena Oliveira Moura Fé Santana¹; Yasmin Laysla Queiroz Magalhães¹; Ayane Araujo Rodrigues².

¹ Discente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP. Parnaíba - PI, Brasil.

² Docente do Curso de Medicina do Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba - IESVAP. Parnaíba - PI, Brasil.

RESUMO

A vivência relatada neste trabalho foi desenvolvida por acadêmicos de Medicina durante a disciplina de PIEPI IV, tendo como foco a promoção da saúde de mulheres surdas. Diante das barreiras comunicacionais que dificultam o acesso dessa população aos serviços de saúde, foram realizadas ações educativas acessíveis, com ênfase na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, câncer de mama e câncer do colo do útero. As atividades ocorreram em três etapas: uma palestra educativa com intérprete de Libras e testagem rápida, a gravação de um vídeo informativo com a participação de mulheres surdas e, por fim, a exibição do material seguido de um momento interativo. As ações contaram com apoio institucional e intersetorial, garantindo acessibilidade e engajamento da comunidade. A experiência evidenciou a importância da comunicação inclusiva, da valorização do protagonismo das mulheres surdas e da formação médica humanizada. Os resultados demonstraram potencial para ampliar o acesso à informação e à prevenção, promovendo saúde com equidade e respeito às singularidades dessa população.

Palavras-chave: Saúde da mulher; Língua de Sinais; Educação em saúde; Infecções Sexualmente Transmissíveis.

INTRODUÇÃO

A promoção da saúde da mulher, especialmente no que diz respeito à prevenção de doenças como o câncer de mama, as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e o câncer do colo do útero, configura-se como um dos pilares fundamentais das políticas públicas de saúde no Brasil. Entretanto, embora tais estratégias estejam amplamente consolidadas nos programas de atenção primária, observa-se, ainda hoje, uma preocupante exclusão de grupos vulneráveis desses processos, entre os quais se destacam as mulheres com deficiência auditiva. Nesse contexto, a ausência de comunicação efetiva e a carência de profissionais capacitados em Libras (Língua Brasileira de Sinais) tornam-se barreiras significativas ao acesso à informação e ao cuidado integral (Organização Mundial da Saúde, 2023; Visentini, 2021).

Além disso, a falta de recursos comunicacionais acessíveis nas unidades de saúde tem levado à baixa adesão dessas mulheres a exames preventivos, como o Papanicolau e a mamografia, não apenas por desconhecimento dos procedimentos, mas também por sentimentos de insegurança e vergonha diante de interações médicas ineficazes (Santos e Gomes, 2022). Ademais, essa problemática não se restringe a uma realidade local. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem mais de 10



milhões de brasileiros com algum grau de deficiência auditiva, muitos dos quais enfrentam dificuldades semelhantes no acesso aos serviços públicos de saúde (IBGE, 2019). Paralelamente a isso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece que os serviços de saúde devem ser acessíveis e adaptados às necessidades específicas das pessoas com deficiência, o que inclui, entre outras exigências, a presença de profissionais habilitados em Libras e materiais informativos acessíveis (Brasil, 2015).

Dessa forma, considerando o cenário de exclusão vivenciado por mulheres surdas nos serviços de saúde e a urgente necessidade de práticas inclusivas e equitativas, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por acadêmicos de medicina, no âmbito da disciplina de PIEPI IV, ao promover ações educativas em saúde voltadas para mulheres surdas. As atividades abrangeram temas como prevenção de ISTs, realização de exames preventivos e autocuidado, utilizando-se de metodologias acessíveis e da Libras como ferramenta central para a democratização da informação em saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência desenvolvido no âmbito da disciplina de Projeto Integrador Ensino, Pesquisa e Extensão IV (PIEPI IV), no curso de Medicina do Centro Universitário IESVAP, com foco na promoção da saúde de mulheres surdas da cidade de Parnaíba (PI). As atividades foram conduzidas entre os meses de março e maio de 2025, com abordagem qualitativa e caráter descritivo. A intervenção foi organizada em três etapas, todas estruturadas com base na acessibilidade em Libras e na educação em saúde.

Inicialmente, foi realizada uma palestra educativa com a participação de 15 mulheres surdas, abordando temas como prevenção de ISTs, câncer de mama e exame de Papanicolau, além da oferta de testes rápidos para HIV, sífilis e hepatites B e C, em parceria com o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA). Em seguida, ocorreu a gravação de um vídeo educativo acessível, com a colaboração voluntária de mulheres surdas, que atuaram como protagonistas em conteúdo audiovisual voltado à conscientização sobre o câncer de mama. Por fim, o vídeo foi apresentado às participantes em um momento interativo, que incluiu esclarecimento de dúvidas, confraternização e distribuição de brindes.

Todas as ações foram supervisionadas por docentes da instituição e contaram com apoio de intérpretes de Libras e profissionais capacitados. Para garantir a efetividade da comunicação e a adequação técnica das informações, os acadêmicos passaram por capacitações prévias em Libras e saúde da mulher.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A experiência aqui relatada foi vivenciada por acadêmicos do curso de Medicina do Centro Universitário IESVAP, no contexto da disciplina de PIEPI IV, que tem como premissa a integração entre ensino, pesquisa e extensão por meio da atuação em projetos voltados à promoção da saúde. Diante da identificação de barreiras comunicacionais enfrentadas por mulheres surdas no acesso a serviços de saúde, foi desenvolvido um projeto educativo com o objetivo de proporcionar informação acessível sobre saúde da mulher, com ênfase na prevenção do câncer de mama, exame de Papanicolau e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

A primeira etapa do projeto ocorreu no dia 29 de abril de 2025, por meio de uma palestra educativa realizada em uma escola pública bilíngue, com a participação de 15 mulheres surdas. A atividade foi conduzida pelos discentes, com supervisão docente e apoio de intérpretes de Libras, garantindo a acessibilidade do conteúdo. Foram abordados



temas relacionados à prevenção de ISTs, importância do uso de preservativos, rastreamento do câncer de mama e realização do exame Papanicolau. A palestra contou com recursos visuais adaptados e linguagem simples. Ao final da exposição, foram disponibilizados testes rápidos para HIV, sífilis e hepatites B e C, com a colaboração do CTA de Parnaíba.



Imagem 1. Primeira etapa do projeto realizada em 29 de abril de 2025, com palestra educativa e oferta de testes rápidos, promovendo saúde acessível para mulheres surdas.

A segunda etapa, realizada no dia 13 de maio de 2025, consistiu na gravação de um vídeo educativo sobre o câncer de mama. A produção foi realizada nas dependências da IESVAP, com participação voluntária de três mulheres surdas, que atuaram como protagonistas utilizando a Língua Brasileira de Sinais (Libras). O conteúdo abordou o câncer de mama, intervalo de idade para o rastreio, sinais de alerta e importância do diagnóstico precoce, sendo o vídeo editado com legendas, recursos visuais e revisão técnica. Embora o planejamento inicial previsse a produção de três vídeos, limitações logísticas permitiram a conclusão de apenas um.

A terceira e última etapa aconteceu no dia 20 de maio de 2025, com a apresentação do vídeo educativo às participantes do projeto. O encontro ocorreu em ambiente acessível e estruturado, com recursos audiovisuais adequados. Após a exibição do vídeo, foi promovido um momento de escuta e troca de experiências, no qual as mulheres puderam compartilhar dúvidas, medos e vivências. A atividade foi encerrada com um lanche coletivo e a entrega de brindes, fortalecendo o vínculo entre a equipe e a comunidade surda.



Imagem 2. Gravação de vídeo educativo em Libras sobre câncer de mama



Imagem 3. Apresentação do vídeo educativo e momento de diálogo, promovendo reflexão, escuta e integração com a comunidade surda.



A experiência foi marcada por profundo aprendizado acadêmico e humano, destacando a importância da comunicação inclusiva, da escuta sensível e do protagonismo da comunidade surda na construção de estratégias educativas em saúde. A presença de uma médica ginecologista fluente em Libras durante a primeira etapa também contribuiu significativamente para o acolhimento e esclarecimento das dúvidas das participantes, conferindo ainda mais valor à intervenção.

DISCUSSÃO

A deficiência auditiva configura-se como um dos principais fatores de vulnerabilidade no acesso à saúde, especialmente em contextos que negligenciam a comunicação inclusiva como direito fundamental. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2023), a barreira comunicacional é uma das principais causas de iniquidade no cuidado oferecido às pessoas com deficiência auditiva, impactando diretamente na qualidade do atendimento e na adesão aos serviços preventivos. Nesse sentido, a experiência aqui relatada reforça achados da literatura que apontam para a urgência de práticas assistenciais que incluam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como recurso estruturante da atenção à saúde da população surda. (Visentini, 2021)

Ademais, estudos recentes indicam que mulheres surdas estão mais suscetíveis a desinformação sobre saúde sexual e reprodutiva, o que contribui para baixa procura por exames preventivos, como o Papanicolau e a mamografia, além de favorecer o atraso no diagnóstico de patologias potencialmente graves (Santos e Gomes, 2022). Corroborando com esses achados, Ribeiro e Cardoso (2019) destacam que a ausência de materiais educativos adaptados e de profissionais capacitados acentua a exclusão social e sanitária dessas mulheres, perpetuando um ciclo de invisibilidade e negligência institucional.

Além disso, a atuação intersetorial com instituições de ensino, serviços públicos e centros especializados, como o CTA, apresenta-se como uma estratégia promissora para superar essas barreiras, conforme sugerido por Lemos (2023). A efetivação de parcerias entre comunidade, academia e gestão pública permite não apenas a disseminação de informação acessível, mas também o fortalecimento do vínculo entre os usuários surdos e os serviços de saúde.

Paralelamente a isso, o envolvimento de estudantes em ações extensionistas, como proposto pela disciplina de PIEPI IV, evidencia o potencial formativo da vivência prática na construção de uma medicina mais humanizada, inclusiva e comprometida com os princípios do SUS. Assim, a literatura respalda a relevância de intervenções educativas direcionadas à população surda, sobretudo quando estas valorizam o protagonismo dos sujeitos, respeitam suas especificidades culturais e linguísticas e se sustentam em metodologias dialógicas e participativas.

CONCLUSÃO

Ao longo da vivência proporcionada pela disciplina de PIEPI IV, pudemos compreender de forma mais profunda os desafios enfrentados pelas mulheres surdas no acesso aos serviços de saúde, especialmente no que se refere à prevenção de doenças que afetam de maneira significativa a saúde feminina, como o câncer de mama, as infecções sexualmente transmissíveis e o câncer do colo do útero. Mais do que uma simples atividade acadêmica, essa experiência representou um exercício real de empatia, escuta ativa e compromisso com a equidade em saúde.

Percebemos que, embora o conhecimento técnico seja essencial na formação médica, ele se torna incompleto se não for acompanhado da sensibilidade para reconhecer e respeitar as especificidades de cada indivíduo. Ter participado da construção de ações



educativas acessíveis, voltadas à comunidade surda, nos fez refletir sobre a importância de uma comunicação inclusiva como base para um cuidado humanizado e eficaz.

Além disso, vivenciamos na prática o impacto positivo que uma abordagem acolhedora e respeitosa pode gerar em grupos historicamente marginalizados fortaleceu nossa convicção de que a formação médica deve ir além da técnica, alcançando também os valores éticos e sociais que sustentam o Sistema Único de Saúde. Acreditamos que, ao promover o protagonismo das mulheres surdas na promoção da própria saúde, contribuimos não apenas para o acesso à informação, mas também para a valorização da autonomia e do direito à saúde dessa população.

Por fim, levamos dessa experiência não apenas conhecimentos aplicáveis à prática clínica, mas também o aprendizado de que é possível transformar realidades por meio de ações simples, porém planejadas, respeitosas e comprometidas com a justiça social. Essa vivência reafirmou nossa vontade de exercer a medicina de forma ética, inclusiva e sensível às múltiplas vozes que compõem nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. IBGE. PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. **IBGE**. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia>

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm

LEMONS, Simone. Mais de 10 milhões de brasileiros apresentam algum grau de surdez. **Jornal da USP**. Ed. 1. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/mais-de-10-milhoes-de-brasileiros-apresentam-algum-grau-de-surdez/>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). (2023). Diretrizes para o rastreamento do câncer de mama. **Genebra: OMS**. Disponível em: www.who.int.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA. Câmara passa a transmitir as sessões em Libras. **Câmara Municipal de Parnaíba**, 2021. Disponível em: <https://www.parnaiba.pi.leg.br/camara-passa-a-transmitir-as-sessoes-em-libras/>.

RIBEIRO, T. de A.; CARDOSO, A. L. RESISTÊNCIA DA MULHER NA COLETA DO PAPANICOLAOU. **Revista Uningá**, v. 56, n. S2, p. 107–112, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.46311/2318-0579.56.eUJ304>.

SANTOS, J. N. dos .; GOMES, R. S. . Sentidos e Percepções das Mulheres acerca das Práticas Preventivas do Câncer do Colo do Útero: Revisão Integrativa da Literatura. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 68, n. 2, p. e-031632, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.32635/2176-9745.RBC.2022v68n2.1632>.



VISENTINI, Beatriz Pontes. Construção e validação de cartilha em LIBRAS sobre saúde sexual e reprodutiva para mulheres surdas. **UNESP**, 2021.

